# LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

LISBOA

EX · LIBRIS
ISMAEL TEIXEIRA
...bem posso escusar trazer escrito
Em papel o que na alma andar devia
LUSIADAS-CANTO I

# LVSITANIA

## REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

LISBOA

*Fasciculo I* *Janeiro de 1924*

# LVSITANIA

## REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

*DIRECTORA*

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

Redacção: AFFONSO LOPES VIEIRA, AGOSTINHO DE CAMPOS, ANTÓNIO SARDINHA *(LITERATURA)*; ANTÓNIO SÉRGIO *(CRÍTICA LITERÁRIA)*; CARLOS MALHEIRO DIAS *(ESTUDOS LUSÓ-BRASILEIROS)*; FARIA DE VASCONCELLOS *(PEDAGOGIA)*; JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS *(ETNOGRAFIA)*; LUCIANO PEREIRA DA SILVA *(SCIÊNCIAS MATEMÁTICAS)*; MÁRIO DE AZEVEDO GOMES *(AGRONOMIA)*; JOSÉ DE FIGUEIREDO, REYNALDO DOS SANTOS *(ARTE E ARQUEOLOGIA)*; RICARDO JORGE *(SCIÊNCIAS BIOLÓGICAS)*; VIANNA DA MOTTA *(MÚSICA)*

*SECRETARIOS DA REDACÇÃO*

AFFONSO LOPES VIEIRA — REYNALDO DOS SANTOS

COSTA DO CASTELO, 45 — PRAÇA DOS RESTAURADORES, 47

EDITOR E REDACTOR GERENTE

CAMARA REIS

a quem será enviada toda a correspondencia relativa á Administração

PROPRIEDADE DA REVISTA DE ESTUDOS PORTUGUESES

*ADMINISTRAÇÃO*

PRAÇA DE LUÍS DE CAMÕES, 46, 2.º — (Telefone: Central 4322)

ASSINATURAS por séries de 6 números

| | |
|---|---|
| Portugal | 60$00 |
| Províncias Ultramarinas | 70$00 |
| Brasil | 80$00 |
| Estrangeiro | £ 0.12 |

NÚMERO AVULSO 10$00 Esc.

*COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS GRÁFICAS DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA*

# LVSITANIA
## REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

SUMARIO

FASCICULO I — JANEIRO DE 1924


Pag.

*AO LEITOR* ... 4

D. CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS — *URIEL DA COSTA* 5

LUCIANO PEREIRA DA SILVA — *A PROPÓSITO DAS LEITURAS DO INFANTE* ... 23

AFONSO LOPES VIEIRA — *O POEMA DO CID* ... 29

JOSÉ DE FIGUEIREDO — *PINTURA PRIMITIVA PORTUGUESA (FREI CARLOS)* ... 39

JAIME CORTESÃO — *DO SIGILO NACIONAL SOBRE OS DESCOBRIMENTOS* ... 45

REYNALDO DOS SANTOS — *A ICONOGRAFIA DOS TÚMULOS DE ALCOBAÇA* ... 83

BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLASTICAS ... 91

D. Julian Ribera y Tarragó: *A Musica das «Cantigas».* — Antero de Figueiredo: *Espanha* — Júlio Dantas: *O Heroismo, A Elegancia, O Amor.* — Castelo Branco Chaves: *Fialho de Almeida.* — *Historia da Colonização Portuguesa no Brasil.* — *Asi se hace Patria.* — Jaime de Magalhães Lima: *A Língua Portuguesa e os seus mistérios.* — Reynaldo dos Santos: *A Torre de Belém.* — A. Gonçalves: *Estatuaria lapidar do Museu Machado de Castro.* — Vergilio Corrêa: *Sequeira em Roma (Duas épocas).* — *Exposição de Guerra Sousa Lopes.* — Henríque Dupuy de Lome e Pedro de Novo: *Los límites de manchas arcaicas y primarias en los confines de la provincia de Huelva con el Alentejo en Portugal.* — Alberto Seabra: *Problemas Sul-Americanos.* — Faria de Vasconcelos: *Ensaio sobre a psicologia da intuição.*

MARGINALIA ... 143

SOMMAIRE ... 157

# *AO LEITOR*

*ASPIRA a LVSITANIA a ser um órgão da nossa cultura, pôsto ao serviço da Reconstrução Nacional. Órgão independente, emprêsa espiritual — pois nem sequer tem a Revista outro editor que não seja a sua própria redacção — vem esta publicação enquadrar-se no grande movimento de re-criação do Espírito da Pátria, para o servir com sinceridade pura, isenção honrada e fé ardente na verdade imortal da Nação Portuguesa — verdade imortal e pairante por sôbre o medíocre, o contingente e o provisório. Amamos e queremos servir a Terra Lusa em tôdas as irradiações da sua alma avoenga e contemporânea. Eis o nosso programa. Condensaremos, indo buscá-lo fora de Portugal, o tão importante (e tão desconhecido do público) movimento de Estudos lusófilos, cuja bibliografia achará nesta Revista o seu verdadeiro lar. Iremos arquivando e desenvolvendo o património da Cultura nacional, integrando-o, com seu carácter próprio, no da Cultura universal, de que êle foi tão decisivo elemento na civilização e na beleza do mundo. Com êste fim, pediremos a todos os valores autênticos da sociedade mental portuguesa que nos ajudem em nosso trabalho. Mas jamais mediremos o valor de cada um pela cotação oficial que o decorar no Estado. Desejamos em as nossas páginas todos os escritores novos que revelarem aptidões de construção. Na secção bibliográfica, a que daremos a mais larga e cuidadosa atenção, permitimo-nos fazer referência apenas às obras que interessarem ao plano literário, artístico e scientífico da nossa Revista. Queremos comunicar com o espírito do mundo; mas, por vastos motivos de inteligência e sentimento, elegemos por mais próximos e mais caros aos fins do nosso trabalho o Brasil — filho grandioso e gentilíssimo da acção de Portugal — e a Espanha, nossa irmã peninsular. E ao depor nas mãos do Leitor o primeiro fascículo da LVSITANIA, rogar-lhe hemos que atenda com amorável cuidado ao ânimo que nos inspira, nos guarda e nos norteia.*

# URIEL DA COSTA

## NOTAS SUPLEMENTARES RELATIVAS À SUA VIDA E SUA OBRA

A SÉRIE de *Notas* relativas à vida tràgicamente acidentada e às obras do livre pensador portuense Uriel da Costa — *Notas* de investigação crítica que durante longos anos eu fôra juntando pouco a pouco com piedoso interêsse — redigi-as finalmente em 1919.

Incompletas embora, por eu não haver conseguido, a-pesar-de todos os esforços, a documentação holandesa e hebraica indispensável, deixando por isso em aberto mais de um ponto importante, soltas mesmo e lacónicas, elas fixaram ainda assim o perfil expressivo do apaixonado ideólogo que por causa da religião sofreu cousas inauditas, e finalmente se suicidou ( 1640 ), depois de haver dirigido à Humanidade, como testamento, uma das *Cartas* mais perturbadoramente comoventes que ela jàmais recebeu.

*Vibrantes de sinceridade*, segundo a opinião consentânea dos que leram as minhas *Notas*, elas inspiraram, finalmente, alguma simpatia pelo luso-judaico pensador ( c. 1585-1640 ) que no estrangeiro fôra objecto de numerosos estudos literários, e protagonista de mais de uma obra de arte, quando, impressas na *Revista da Universidade de Coimbra*, saíram em Separata. Vol. VII ( 1920 ). Em 1921.

No meio-tempo um exímio filósofo alemão, o maior dos Spinozistas do nosso tempo, ocupára-se igualmente do expatriado e sua sorte, mas sobretudo da sua ideologia, com o intuito de estabelecer, mais completamente do que até à data se fizera, o influxo exercido por Uriel da Costa no pensador maior, cuja filosofia é assunto da sua vasta e fecunda laboriosidade [1].

Sciente como Carl Gebhardt está de que outro terceiro dos

[1] Uma nova edição das obras de *Benedictus*, preparada por Carl Gebhardt, sairá em fins dêste ano, seguida de um volume crítico.

Judeus portugueses, do princípio da dispersão dos *Sefardim*, havia actuado no sistema de Spinoza e seu misticamente imanente *Amor Dei intellectualis*, importa-lhe agrupar e iluminar a tríada *Leão Hebreu* ( 1465 c. 1530 ), que mereceu o título de honra de *Platão do Renascimento* [1] pelos seus *Dialogos de amor*; *Uriel da Costa*, autor do *Exemplar Humanae Vitae* ( c. 1585-1640 ) ; e *Baruch Benedictus de Spinoza* [2] ( 1632-78 ), o da *Ethica mathematico more*.

Do trabalho primoroso, que o professor de Francfort s/M dedicou agora a Uriel, julgo dever informar os leitores das minhas *Notas*, falando das novidades apuradas por êle, hauridas naquelas fontes autênticas que me tinham ficado vedadas, e em parte eram completamente desconhecidas.

Por correspondência particular com o ilustre Spinozista sei que êle tivera informações sôbre a aparição do meu estudo quando o dêle estava quási pronto. Tarde demais para o aproveitar. A benévola afirmação que poucas vezes lêra um livro em que o carácter absolutamente scientífico se aliasse tão perfeitamente a uma afectividade calorosa, registo-a, não por vaidade senil, sòmente com o propósito de documentar a imparcialidade e generosidade do crítico. Segundo êle, as *Notas* têm apenas um defeito, o de não serem dêle ;

[1] Civiliter *Juda Abravanel.* — Luso-judeu, não dos que escreveram em castelhano, conquanto residisse em Espanha até 1492, tendo de fugir de Lisboa por seu pai haver tomado parte na conspiração contra D. João II. — Durante quási um decénio. — Saído da península, forçado pelo fatal decreto de 31 de Março, viveu na Itália. Em Nápoles até 1495, em Génova até 1504, depois ora em Veneza, ora novamente em Nápoles. O estilo italiano, em que redigiu os *Dialoghi di Amore*, é naturalmente um tanto defeituoso, tal qual p. ex. o castelhano de Gil Vicente.

Vid. Joaquim de Carvalho, *Leão Hebreu, Filosofo*, Coimbra 1918. Escritos em 1502, publicados em 1535, os *Dialogos* foram traduzidos para castelhano em 1568.

[2] *Benedictus de Spinoza* — eis a forma internacional do nome que hoje prevalece por boas razões. Quanto às variantes gráficas, empregadas pelo próprio, e seu pai Miguel (além de Spinoza e *despinoza* o primordial *Spinòza, i. é* Espinhosa *à portuguesa)*, Carl Gebhardt publicou uma dissertação cujo *facit*, aqui resumido, aplaudo naturalmente. Observo apenas que escrevendo-se *Spinoza* em tôda a parte, também se deve *pronunciar* em tôda a parte *à portuguesa:* com *ó* aberto e *s* brando intervocalico, e não com *ô* fechado e sibilante áspera *tss*, como é costume na Alemanha.

e o livro dêle tem o de não ser meu. Dos dois trabalhos juntos, se segundas edições se tornassem necessárias, podiamos e deviamos fazer um só definitivo, visto que, encontrando-nos quási sempre nas nossas apreciações, nos completavamos bastantes vezes quanto aos factos.

Intrinsecamente, quanto às ideias e à construção, mas também exteriormente, a obra intitulada *Escritos de Uriel da Costa com Introdução, Traduções e Documentos* [1] é de uma rara distinção, a-pesar do desfavor dos tempos: Tomo II da *Bibliotheca Spinozana* que sai sob os auspícios da internacional *Societas Spinozana* [2] de que o filósofo-alemão é um dos fundadores e o mais activo propagandista [3]. Sociedade, cujo fim ideal é reconduzir ao *Amor Dei Intellectualis* todos os desesperados dêste século que, tendo perdido o seu Deus, andam à procura dêle, ansiosos, como outróra Uriel e Spinoza.

O lema *Omnibus*, encimado de uma lucerna, fala claro: *Ut Spinozanæ philosophiæ ad vitam agendam præcepta valeant et vigeant atque doctrinæ cognitio augeatur Societas Spinozana est constituta. Quapropter ut fiant sodales, admonitio sicut epigramma pronuntiat nostræ Societatis: Omnibus* [4].

Scientífico e artístico ao mesmo tempo. Não é verdade?

Núcleo central da obra são, em harmonia com o título, os *Escritos de Uriel*. Nunca tinham sido publicados conjuntamente. Acessível aos Portugueses era só o *Examen*, na tradução de Epifânio Dias [5]. O tratado da *Mortalidade da alma*, apenas desde que o reimprimi. Do terceiro texto falarei logo. Impressos com esmero em

[1] *Die Schriften des Uriel da Costa; Mit Einleitung, Uebertragung und Regesten herausgegeben von C. G.*, MCMXXII. — Curis Societatis Spinozanae. — Amsterdam: Menno Hertzberger. Singel 155. — Heidelberg, Carl Winter's Universitäts Buchhandlung. — London, Oxford, University Press Amen Corner.

[2] Com sede na Haia.

[3] Os restantes fundadores (e *Curatores)*, todos êles de nomes mundiais, são Harald Höffding, Willem Meijer, Sir Frederick Pollock, Léon Brunschwig.

[4] O tômo I da *Bibliotheca*, do Dr. W. Meijer, contém um tratado sôbre publicações spinozanas do quarto de século que decorreu de 1897 a 1923. — O III constará dos *Dialoghi di Amore*, comentados por Carl Gebhardt que já se ocupou do tema, num belo estudo *Spinoza und der Platonismus*, amplamente ilustrado com trechos tirados da obra de Leão Hebreu, inserto no primeiro *Chronicon* (1921, p. 178-259).

[5] N.º 78 da minha *Lista Cronológica*.

redacção crítica, e acompanhados de versões modelares para o idioma de Lessing, Herder, Goethe, poderão agora falar a muitos.

Na Introdução, também estilizada com clássica nobreza, seu autor expõe os motivos materiais e ideais da expatriação dos peninsulares de origem judaica: o desejo duplo de escaparem às perseguições da Inquisição e de poder confessar suas crenças e praticar sem receio os ritos multiseculares da raça; reforçado ainda no século XVII, em que as sciências profanas passaram da periferia ao centro, por tendências comerciais que transferiram as grandes iniciativas do império de Carlos V para os Países Baixos [1]. Além disso descreve e julga o procedimento dos Rabinos da Comunidade de Amsterdam. Expõe as ideas de Uriel e a sua significação na história do espírito humano [2]. Tudo ràpidamente.

Documentos, cronològicamente ordenados *(Regesten)* autenticam tôdas as asserções feitas na Introdução [3].

Não mencionadas no frontispício há no fim *Anotações (Anmerkungen)* para cada uma das partes, com um prefácio geral bibliográfico. Preciosíssimas. Fruto de paciência aturada e de um lavor mental penetrante. Admiráveis pela exactidão, poupam-nos p. ex. o trabalho de procurar (não o de verificar quanto ao teor) os numerosos versos bíblicos alegados por Uriel no tratado da *Mortalidade da Alma* [4].

[1] Com acêrto o autor lembra que os monopólios e privilégios da aristocracia diminuiram a actividade da burguesia nos países espanhois, ao passo que nos Países Baixos o apreço que o Calvinismo dava a iniciativas positivas impulsionou e criou um solo novo ao comércio mundial.

[2] Eis as epígrafes dos cinco Capítulos de que consta a *Introdução:*

I *Da Costa e o problema dos Marranos.*
II *A fundação da Comunidade sefardica de Amsterdam.*
III *A dupla consciência dos Marranos.*
IV *A sorte de Uriel.*
V *Da Costa e Spinoza.*

[3] Num Apêndice comunica-se a excomunhão do voluntarioso, posto que ortodoxo Manasse Ben-Israel (1640), curiosa debaixo de mais de um ponto de vista.

[4] O *Epílogo* serve para o autor agradecer às Instituições de Amsterdam e aos eruditos que as regem, os auxílios que prestaram com grande liberalidade: a *Rosenthaliana,* rica em impressos sefardicos; a *Biblioteca do Seminário da Comunidade luso-israelita,* tesouro de manuscritos inexplorados; e finalmente o

Poliglota distinto, o Spinozista, até 1920 simples admirador dos *Lusiadas* através da versão de Storck, aprendeu propositadamente a língua de Camões por causa de Uriel, e está hoje persuadido de que não sòmente êsse precursor, educado em Coimbra, mas também Benedictus de Spinoza se servia do português como língua paterna quando estava a meditar [1].

Glória não pequena para Portugal.

Êrros de facto, constatei-os apenas a respeito das matrículas na Universidade de Coimbra: a primeira, de 1600 a 1601, por apenas ter sido revelada por mim, e a última, de 1607 a 1608 (e não 1608 a 1609) por vir assim errónea nos *Judeus em Amsterdam* de Mendes dos Remédios. De aí hipóteses sôbre o ano do nascimento que não combinam integralmente, mas quási, com as minhas [2].

Idea mestra, — o *Leitmotiv* do estudo de Carl Gebhardt, — vejo-a em êle encarar as vicissitudes da vida e a evolução da religiosidade de Uriel não como destino individual (conforme eu fiz), mas de um ponto de vista mais elevado, como destino típico do *Marrano. Ein Marranen-problem. O problema dos Marranos.* E como tal, de magno interêsse para o mundo scientífico. Por no género ser *único na história. Ein Problem von vollkommener Einmaligkeit.*

Com outras palavras: a psicologia de Uriel é para o Spinozista a psicologia de tôda aquela parcela do povo de Israel que, tendo vivido durante séculos na península ibérica *(a Sepharad* da Bíblia) [3] fiel às suas crenças, fôra, com violência iníqua, contra lei e religião,

*Arquivo da Comunidade*, avaliado alto demais pelos que não tiveram acesso nêle, mas desta vez franqueado com tôda a amabilidade.

A *Biblioteca municipal de Francfort* prestou também serviços. Entre as pessoas bemfeitoras figura a Sr.ª D. Luisa Ey, como conhecedora melhor da língua portuguesa na Alemanha, e também como autora da *Gramatica* que introduziu o filósofo no espírito da língua.

[1] G. acredita na proveniência do pai da vila de Vidigueira. De passagem compara Spinoza com Vasco da Gama, por o filósofo também haver aberto um caminho novo à Humanidade.

[2] Acauteladamente fixei o nascimento de Uriel entre 1580 e 1585, calculando que, tendo entrado em 1600 na Universidade com exame de latim feito, contaria dezasseis anos, pelo menos, mas provàvelmente mais.

[3] De aí *Sephardim* como nome distintivo dos Judeus peninsulares (em regra chamados *portugueses)* em oposição aos *Aschkenazim* do Oriente. A prosápia das famílias mais antigas e acreditadas era tal que pretendiam descender do Rei David.

constrangida, pelo decreto de 31 de Março de 1492 [1], a adoptar o catolicismo. Constrangida a ser baptizada e a substituir as tradições e os ritos do povo eleito, e o ideal da *obediência à Lei divina* — *Gesetz und Gerechtigkeit* — pelos dogmas cristãos do pecado original, da *graça e redenção: Erbsünde und Erlösung.*

Foi então que na alma e consciência dos que sempre se distinguiam pela sua religiosidade houve o fenómeno que o filósofo alemão denomina *Spaltung des Bewusstseins* [2]. O golpe da conversão forçada fendera, rasgara em duas, ou mais, a sua consciência.

Outro golpe novo a feriu quando, ao cabo de um século de simbiose, mais ou menos voluntária e íntima, com Castelhanos e Portugueses do século áureo, — humanistas e poetas e homens de sciência, — os que não se nacionalizaram, incapazes de se adaptar, começaram a fugir às torturas, prisões e aos queimadoiros da Inquisição, vilipendiados tanto com o nome oficial odiento de *Cristãos Novos* como com o de *Marranos* [3]. À procura da pátria nova onde pudessem livremente confessar as suas crenças e viver segundo a *Lei* do Sinai, ou seja a Thora, êles alimentavam a ilusão de, regressando formalmente ao Judaismo, regressarem ao estado de alma e modo de vida anterior à catástrofe. O dos *Sefardím*, naturalmente, liberais e assimilados ao ambiente [4].

[1] Isto é, quando pela conquista de Granada se havia completado a obra a que Pelayo dera início em Covadonga.

[2] *Spaltung* é *scissão, scissura, fissura, scindidela, rachadela, fenda.* Também podiamos dizer *incisão.*

[3] Êsse nome ainda não está esclarecido a contento de todos, etimològicamente e històricamente, a-pesar do erudito estudo *Marrano* (Firenze 1911) do insigne hispanólogo Arturo Farinelli. O Romanista de Torino acredita na identidade de *marrano* e *marrão marrã = porco,* tendo a sua aplicação aos Judeus em conta de invenção injuriante dos Cristãos-velhos, ao passo que investigadores israelitas procuram na palavra uma expressão hebraica. Já não o *maranata* em que pensaram Graetz e Gesenius etc., mas *marean* isto é *para a vista. Simulados* Cristãos simulados portanto.

[4] Não devemos esquecer que, vivendo em Espanha sem serem separados das tradições e praxes rituais da raça, os Judeus haviam evolucionado nas suas ideas, dando nascença por exemplo ao racionalismo ou realismo aristotélico de Maimonides. Nem tão pouco, quando, no século áureo, as ideas do Renascimento haviam influído nêles. Eu mostrei, por exemplo, que Uriel sabia de cór poesias de Luís de Camões e de Jorge de Montemór.

Encontrando todavia nas Comunidades israelitas do estrangeiro ( Holanda, Alemanha, França, Itália, Turquia ) a dominar o espírito dos Judeus do Oriente — os *Aschkenazim* e as suas praxes, cheias de formalismo, superstições cabalísticas, e, em vez da *Lei pura*, a tradição farisáica com apertadíssimos regulamentos — ficaram desalentados, desilusionados [1]. A maioria, medíocre, contentando-se com ter escapado ao Tribunal da Fé, submeteu-se exteriormente a todos os preceitos, sofrendo humilde a retroflexão espiritual necessária. A minoria dos audazes, os verdadeiros *Marranos*, profundamente religiosos, como Uriel, revoltou-se, combatendo o rigor apertado das inúmeras prescrições com que a *Tradição* alterara a *Lei*, e preferiu procurar Deus à sua maneira.

Os *Marranos*, na acepção restrita que o Spinozista lhe dá, erguendo o têrmo de vilipendioso à dignidade de um apelativo histórico ( como aconteceu por exemplo com o dos *Geusos* neerlandeses ), já não eram Judeus, após três gerações de catolicismo — sem conhecimento do hebraico e do Talmud, com vagas recordações apenas de práticas ancestrais. E para tornarem a sê-lo não bastava um acto de volição, nem o abandono do catolicismo. Entendo que o Spinozista acerta, definindo-os como *Católicos sem fé. Judeus sem saber. Apenas pela vontade de regressar ao Judaismo.*

*Sie waren Katholiken ohne Glauben. Juden ohne Wissen... Juden nur durch den Willen, das Judentum wiederzufinden.*

O Judaismo. — Jahve. — Deus.

Procurar Deus era a missão do Marrano, a qual se cumpriu na filosofia de Spinoza ( mal classificada de panteismo ).

Ter sido *Marrano* de um lado, e predecessor de Spinoza do outro lado, haver influído porventura pelo seu *deplorável* fim na escolha da Devisa *Caute* de Spinoza, e quanto às doutrinas por exemplo na crítica bíblica do grande pensador — eis o que dá valia superior ao destino e à ideologia de Uriel. A negação da imortalidade da alma tal como Uriel a praticou está no caminho do Deus

[1] O primeiro Rabi da comunidade de Amsterdam (1593) que instruiu os Sefardim *na ordem e nas regras da observância divina*, era um Aschkenaz. — Os que lá estavam em 1616 e combateram com fanatismo a rebeldia de Uriel, o Libertino, Epicureo, Saduceo, eram Joseph Pardo, de Salonichi (1597-1617); Isaac Uziel, de Fez (1610-1662) ; Saul Levi Morteira, de Veneza (fal. 1660) onde florescia a mais scientìficamente importante das comunidades do século XVII.

imanente ou *Deus Substância* de Spinoza. E seguramente também a ânsia de Uriel de, sendo bom, encontrar o caminho melhor da bem-aventurança.

A fina percepção do filósofo alemão revela-se também na observação que nós, os modernos, sem formas de pensar categóricas, unitárias, obrigatórias de religiosidade, mal suspeitamos o estado de alma dos homens que nos princípios do século XVII se acharam sem aquelas categorias inatas em que nasciam, viviam e morriam os Católicos, fixadas com rigor inigualável pela Contra-Reforma.

Estado de alma atormentadíssimo como o de Uriel.

Além dêsses conceitos, relativos à sorte do Portuense como sorte típica do Marrano [1] — julgo havê-lo compendiado correctamente — são novas e valiosas as notícias que dizem respeito aos *escritos*.

Êles são *três*, em vez dos *dois* que eu comentei.

Novo, no sentido de nunca impresso com atribuição a Uriel da Costa, é o intitulado *Propostas contra a Tradição* : onze teses ou considerações, em especial sôbre a oração e os *thephilim*, a lei de boca, as festas etc., teses condenatórias de aqueles múltiplos acrescentos e superfetações com que a *Tradição* oral, farisaica, havia alterado e falsificado a *Lei* [2]. A *Lei* que Uriel, mal chegado a Amsterdam, cheio de ilusões, ainda chamava *pura* e *de Moisés* e estava disposto a observar.

Elas são apresentadas em redacção hebraica, que é evidentemente tradução do original, visto que Uriel ignorava a língua santa ; em re-

[1] A quem preguntar pelos nomes de outras vítimas do *Marranismo*—isto é da *Spaltung des Bewusstseins*,—citarei com o Spinozista o médico Abraham Farrar — Simão Lopes Rosa como Português. Êsse foi acusado (sem indicação do nome, como era regra) pelo polaco Joel Sirkes, Rabi de Brest-Litowsk, de haver transgredido as leis de boca e contrariado a Tradição. Dos mesmos crimes portanto, por causa dos quais Uriel foi excomungado em Veneza no mesmo ano de 1618 em que aquêle faleceu. Das relações que porventura houve entre os dois rebeldes nada se sabe. Outras vítimas são Juan de Prado e Isaac la Peyrère. A meu ver, também Manasse-Ben-Israel, até certo ponto.

[2] *A Lege abhorrentia.* Essas excrescências eram, segundo Uriel, supérfluas, daninhas e ridículas; influindo perniciosamente na opinião do mundo sôbre a Nação, a grande Nação.

dacção portuguesa que é um resumo apenas [1] — (ambas estas coevas); e em versão alemã do Spinozista de hoje.

Escrito pequeno, não destinado a sair como livro, as *Propostas* são todavia importantes por serem a estreia do revoltado, o ponto de partida das suas desgraças. Estreia audaz e revolucionária, redigida pouco depois ou logo depois da circuncisão, quando com pequena demora Uriel se transportara a Hamburgo. Ainda em 1616. Importante sobretudo pelo efeito enorme que produziu na cidade do Elba onde a família fundara, como em Amsterdam, uma casa comercial [2], e na comunidade de Veneza, respeitada como mais antiga, e invocada em conflitos pelas outras duas do Norte.

Dando às teses *propostas* a forma de Preguntas, dirigidas aos *Sapientes* — Hahamim — de Veneza, Uriel tinha de-veras, ou aparentava ter, a esperança de receber *Repostas* [3] que satisfizessem.

Em nome dos invocados veio a réplica. Absolutamente repulsiva e condenatória, cominando o autor com a excomunhão. Redigida pelo Rabi *Leon de Modena* [4] (1571-1649), polihistor erudito em sciências divinas e humanas, mas de carácter singular, impressionista e talvez sofista, que se comprazia em opor argumentos a argumentos. As *Propostas* dêsse, que combinam exactissimamente com as que Uriel defende na sua obra principal, seguidas das *Repostas*, fazem parte de um tratado hebraico de Leon de Modena, a que deu o título comum de *Escudo e Adarga* [5] (Magen-Acenah).

O texto veio à luz em 1856, editado por Abraham Geiger, segundo

[1] A doze páginas hebraicas correspondem cinco portuguesas. A última *Proposta* (11) foi omitida por ser relativamente pouco importante, ou por descuido.

[2] A ida a Hamburgo se realizou talvez por causa dessa casa. E afim de Uriel ver se a Comunidade israelita de lá era mais liberal do que a de Amsterdam.

[3] Dos vocábulos jurídicos *Proposta* e *Reposta*, usados por letrados do século XVII, tratei nas minhas investigações sôbre o *Cancioneiro Fernandes Tomás*.

[4] Num outro escrito epigrafado a *Voz do Néscio*, — nome com que provàvelmente é visado Uriel, — Leon de Modena argumenta como êsse, contra *Talmud e Tradição*, exige a reforma do Judaismo, simplificação dos ritos, etc., e defende a possibilidade de as Leis do Sinai serem humanas! No *Rugido do Leão* dá os contra-argumentos. Em ainda outro opúsculo combate as superstições cabalísticas. Não é sem razão que Graetz o colocou entre os *Agitadores* (*Die Wühler*).

[5] *Schild und Tartsche*. No sentido de *Schutz und Schirm*.

um manuscrito que êle possuía [1], juntamente com um estudo sôbre León que, a seu ver, era autor não só das *Repostas* com que entendia salvaguardar as aparências, mas também das *Propostas* que com o mesmo fim atribuía a um fictício abalador da Tradição e do Talmud [2].

Só nos nossos dias ficou provada por N. Porges a autoria de Uriel [3].

Comprovada está agora pelo resumo português — feliz achado de Carl Gebhardt, ou antes fruto de buscas metódicas dêle, seguidas de deduções críticas argutas. Êle encontrou as *Propostas* ( reduzidas ao essencial ), intercaladas como *Reposta a certas Propostas contra a Tradição* em outra réplica dada a Uriel ( conforme a praxe judaica sem citação do nome, aqui e nos mais casos a que me refiro ). Por um dos Rabis de Amsterdam. Vinte e três anos depois de escritas. Em 1639. Um ano antes do suicídio, quando, afastadíssimo das crenças de 1616 e 1618, o Portuense já não acreditava em revelações divinas e confessava a religião natural. Quando os Rabis esperavam conseguir a submissão completa e *reconciliação* de Uriel, exausto por vinte e tantos anos de solidão e desconforto.

O autógrafo da breve réplica, brandamente redigida pelo Rabi *Rafael Mosé de Aguilar*, foi descoberto pelo Spinozista numa *Miscelânea* da Biblioteca do Seminário português israelita e publicado integralmente [4].

A primeira réplica, do Rabi de Veneza, fôra enviada à Comunidade de Hamburgo, acompanhada de uma *Carta*, cheia de maldições e de excomunhões em que o *Leão* ruge contra o Hereje que se insurgira contra a Tradição e os Sapientes — o *Saduceo*, o *Epicureo*, o *Ateu*, *Boethuseu* e *Qareu* [5].

[1] O paradeiro actual do manuscrito é desconhecido.

[2] *Leon de Modena und seine Stellung zur Kabbalah, zum Thalmud und zum Christenthum*. Breslau, 1856.

Outro hebraísta, o erudito *Deutsch*, teve em conta de falsificação moderna a obra de León. Quando a figura de Uriel ainda era pouco estudada.

[3] *Leon Modena über Uriel da Costa*, em *Zeitschrift für hebräische Bibliographie*, XV, *(Frankfurt, 1911)*, e *Zur Lebensgeschichte Uriel da Costas*, em *Monatschrift für Geschichte und Wissenschaft des Judentums* (LXII) 1918, Breslau.

[4] *Schriften* p. 195-188. O texto de Gebhardt é o de Geiger, mas com as emendas de N. Porges.

[5] Os dois têrmos são derivados de nomes de sectários, sôbre os quais o Spinozista dá as explicações necessárias.

É dela que consta a presença, temporária, de Uriel em Hamburgo. Quando *León* escrevia a sua Carta, todavia já lá não estava [1].

Essa estada em Hamburgo está comprovada, de resto, agora, pelo *Livro dos Termos da Imposta de Amsterdam*, e pelo *Judaismo* de Joh. Mueller [2].

Em Veneza saíu, além da *Replica* e da *Carta*, uma violentíssima *Proclamação* da Comunidade. Do seu teor e em especial do da excomunhão nela inserta, deduz-se de um lado com quanta alegria as propostas de reformas simplificadoras dos ritos haviam sido acolhidas por muitos, e do outro lado qual a sanha dos Rabinos contra a voz poderosa do perturbador — *die Stimme der Macht* — que se levantara a favor delas [3].

A réplica tardia mostra também a enorme repercussão que as *Propostas* tiveram, embora, como já disse, o desejo e a esperança dos Rabinos de Amsterdam de saírem vencedores da luta com Uriel, ditasse a Rafael Mosé de Aguilar palavras comedidas. P. ex. a respeito do *senhor autor como pessoa de ingénio e de consciência* [4]. Talvez ela ajudasse a levar o ingénuo Uriel ao acto de penitência, que, conquanto fôsse meramente simbólico, segundo o Rabi Ishac Atias, citado por Gebhardt [5], foi superior às energias gastas do *homo senex*, de consciência fendida.

Na Autobiografia dessa sua consciência, Uriel nem mesmo menciona as *Propostas*.

Apenas diz que poucos dias bastaram para êle reconhecer quanto os preceitos, as praxes, costumeiras e cerimónias dos Judeus de Amsterdam se afastavam da *Lei* [6].

[1] Publicada pela primeira vez pelo Dr. Ludwig Blau (1905), referida a Uriel por Porges, a *Carta* encontra-se em *Schriften* p. 151-153. Dr. Ludwig Blau, *Leo Modena's Briefe und Schriftstuecke, ein Beitrag zur Geschichte der Juden in Italien und zur Geschichte des hebräischen Privatstiles*, zum erstenmal herausgegeben mit Anmerkungen und Einleitung versehen. Budapest, 1905.

[2] *Schriflen* p. 181-202.

[3] Publicada pelo mesmo Blau numa Revista húngara.

[4] *Schriften*, p. 195-198.

[5] *Schriften*, p. 269.

[6] *Transactis paucis diebus expertus sum mores et ordinationes Judæorum minime convenire cum iis quæ a Mose præcepta sunt.*

O segundo Escrito de Uriel, reproduzido e traduzido por Carl Gebhardt, é o da *Mortalidade da Alma*, que eu também publiquei nas minhas *Notas* [1], porque desde Wolf (1733) ninguém reparara no facto de Samuel da Silva haver incluido na sua réplica sôbre a *Imortalidade da Alma*, textualmente, verbo a verbo, três Capítulos (o 23.º, 24.º, 25.º) da primeira redacção, ainda manuscrita, do Exame das *Tradições farisáicas conferidas com a lei escrita* em que Uriel continuava a campanha começada nas *Propostas*. Com teimosia tal que em 1623, no próprio ano em que saíra a obra do *Caluniador*, êle chegou a *imprimir* uma segunda redacção do seu *Examen das Tradições farisáicas*, na qual acrescentara logo no título a declaração *com reposta a hum Semuel da Silva seu falso caluniador* [2].

Por causa da extrema rareza da obra dêsse Samuel [3], e tendo sido destruida a de Uriel [4] — a informação ficou desaproveitada. Nos vinte e dois Capítulos, que aquele não chegou a ver, havia com certeza o confronto da *Tradição* com a *Lei*, em elaboração circunstanciada e documentada, durante a qual (entre 1618 e 1623) Uriel se certificara de que na *Thora* só se fala de prémios e castigos temporais, e nunca de vida além-túmulo. Certo é também que a segunda redacção se afastava da primeira pelas referências à argumentação de Samuel da Silva.

Entre a reprodução do Spinozista e a minha, o leitor notará uma diferença. A dêle é rigorosamente diplomática. Na minha, intro-

[1] Vid. *Notas*, p. 86 e 126. — *Schriften*, p. 168-181.

[2] Vid. *Notas*. Ainda assim parece que um ou outro exemplar se reservara. No *Catálogo do leilão dos livros de David Nunes Torres* de 1728, impresso na Haia, estava registado pelo menos um exemplar do *Examen*, segundo S. Seeligmann, na *Zeitschrift für hebräische Bibliographie*, 1911.

[3] Quanto a êsse Samuel, não vejo em que se baseia a hipótese de êle haver em Portugal conduzido Uriel ao Judaismo. O simples facto de na sua crítica haver censurado repetidas vezes o *Jurista*, por êle se chamar hebraico sem conhecer a língua santa, parece-me insuficiente.

[4] Ao todo sabemos hoje de quatro exemplares. O pertencente a Joaquim de Araújo, posto incondicionalmente à minha disposição, restitui-lho, conforme contei nas *Notas*. Êle deve estar na *Biblioteca de S. Marcos de Veneza*, se as últimas vontades do malogrado poeta (e cônsul em Génova) foram cumpridas pelo nosso ministro em Roma, o Ex.mo Sr. Eusébio Leão.

duzi maiúsculas e alterei a pontuação defeituosa do original, no propósito de esclarecer os pensamentos de Uriel.

Com relação ao terceiro Escrito, a Autobiografia da sua consciência, traçada por Uriel, com a pistola ao lado [1], parecia que não daria margem a dúvidas e questões. Deu-a todavia agora. Talvez justificadas. E talvez não.

O caso é que um dos Hebraístas que nos últimos decénios se ocuparam do luso-judeu [2] descobriu o original na Biblioteca da Universidade de Amsterdam. Também numa *Míscelânea*, composta de numerosas parcelas : Cartas, Requerimentos, etc., de fins do século XVI até fins do século XVII [3]. Tôdas elas provenientes da antiga livraria dos *Remonstrantes*, e vindas para lá do espólio de Simão Episcópio [4], o célebre Arminiano, de cuja posse passou às mãos de seu sobrinho-neto, Felipe von Limborch, seu primeiro publicador. Mas que original ? O autógrafo de Uriel ? O verdadeiro *Urtext ?* [5]

De modo algum, por desgraça. — Apenas o manuscrito, de letra alheia, que serviu de modêlo para a impressão feita em 1687 em *Apêndice* à *Conversa amigável sôbre a Verdade da Religião Cristã* [6], travada entre Limborch e o Marrano Isaac Orobio de Castro, com a refutação dos argumentos de Uriel pelo primeiro.

Um *traslado* portanto. Provàvelmente o mesmo que fôra ofertado a Episcópio por um cidadão exímio de Amsterdam : *ab eximio quodam huius civitatis viro communicatum.* Antes de 1643 ( ano em que faleceu ).

[1] Limborch diz simplesmente que o *Escrito* se encontrou em casa de Uriel — *in defuncti œdibus.* Segundo J. Mueller, êle estava na *mesa,* ao pé da qual jazia (?) o cadáver, *auff dem Tisch bey seinem todten cörper.*

[2] O mesmo Sigmund Seeligmann, colaborador da *Zeitschrift für Hebräische Bibliographie,* que citei a respeito do *Examen.*

[3] Umas 25.

[4] *Bibliotheek van de Remonstr. Kerk t'e Amsterdam:* III-E-I, N.º 83.

[5] Da mesma seita tolerante do Calvinismo.

[6] *De Veritate Religionis Christianae Collatio Amica cum Erudito Judæo* — Goudæ.

Naquela mesma redacção latina que até agora todos temos tido em conta de primitiva. *Urielana.* Não sòmente por causa das sumárias indicações que o Holandês nos deu como editor, chamando-o *apógrafo* e informando que seu próprio autor lhe dera o título (latino) de *Exemplar Humanæ Vitæ*, mas também pelo estilo que, espontâneo e fluente, parece estar em harmonia com o carácter de Uriel, e em especial com o seu estado de alma depois da flagelação no mês de Abril de 1640.

Há contudo a particularidade de no manuscrito existirem [1] umas emendas de texto, na letra dos copistas [2]. Dez ao todo. Pequeninas tôdas. Na frase *legi credere*, escrita primeiro, foi em seguida riscado o verbo e substituído por *parere; istorum* entrou por *eorum; istud* por *illud*; *in quo tunc eram* por *in quo tunc res meae erant*; *imponerent* por *imponebant; in foro* por *coram concione*; *omnes etiam* por *etiam omnes*; *declinetur* por *declinatur*; *alios* por *aliena.*

Claro que não são emendas de lapsos de escrita dos copistas. *São variantes de redacção* [3].

Por isso despertaram a suspeita de Sigmund Seeligmann, de no manuscrito não possuirmos um mero traslado do original, mas uma tradução. Latina. Portanto de um original português. Tradução cujo teor não estava fixado ainda, e foi por isso modificado onde o seu elaborador o julgou conveniente.

O Spinozista apoia a suposição.

Ela recebe refôrço do facto de, no segundo traslado de que sabemos, remetido de Amsterdam a Hamburgo ao antisemita Pastor J. Mueller haver, no único passo de algumas linhas por êle alegado no *Judaismo detecto* [4], umas quatro variantes, também de redacção, aparentemente. *Judæi* por *Pharisæi; homines* por *subditos*; *hodie con-*

[1] Além de insignificantes variantes ortográficas.

[2] As oito páginas in-fólio do manuscrito acusam duas mãos diversas. Fora delas há duas observações marginais de Limborch. O corrector, êsse lançou à margem a paginação do impresso. Em caligrafia do séc. XIX, um Holandês juntou a informação concisa de o texto haver sido publicado por Limborch; e a data.

[3] Ainda há mais duas correcturas: *amicos* e *religionem.* A primeira redacção é todavia ilegível.

[4] Impresso em 1644. — Vid. *Schriften* p. 202 e seg., e *Notas* p. 106, e sobretudo p. 93 — A caligrafia do manuscrito de Amsterdam não admite a conjectura de êle ser quer *borrão* quer cópia do próprio Uriel.

*cionaretur* por simples *concionaretur*, e sobretudo *quid miser faciet* em vez do veemente *nil mirum si ipse per se quærat se defendere?*

Mesmo se o Pastor, impressionado, tivesse citado de memória (quanto ao significado, bem; mas inexactamente quanto à forma) [1], ficavam por explicar as emendas do manuscrito de Amsterdam.

Segundo os dois intérpretes críticos ha nelas têrmos mais apropriados a reproduzir fielmente o sentido de Uriel, do que os primeiros que o tradutor havia lançado [2].

Mas nesse caso (replico eu) o trasladador-tradutor, tão perito em ambas as línguas que improvisou a latinização e nesse acto, com a mesma pena e tinta, introduziu as emendas, tinha o *Urtext* diante de si? E, conhecedor perfeito do português, não o copiou talqual? Nem explicou o caso a Episcopio? Nem tão pouco a J. Mueller, deixando às escuras os dois representantes da posteridade a quem entregou o facho?

Duvido. — Não será muito mais natural que, sendo latino o *Urtext*, o próprio Uriel retocasse uma ou outra expressão? [3] e nos treslados se reproduzissem essas suas aliás poucas e insignificantes hesitações?

Também pregunto, se na verdade será psicològicamente mais natural que Uriel se servisse da língua materna ao traçar o seu testamento? De modo algum. Nêle se dirige à *Humanidade*. Por isso emprega a pasi-língua da sciência.

O livro do *Exame das Tradições*, que êle lançara em 1623, era

[1] Creio que, citando, todos nós alteramos textos freqüentes vezes?

[2] *In der Abschrift modifizierte Ubertragungen.* Nenhum dos dois alude à possibilidade ou probabilidade de o trasladador ser ao mesmo tempo o tradutor, pensando no próprio Episcopio. Ignoro, de resto, se êste sabia português. Quanto ao « excelente cidadão » que lhe facultou o *Exemplar* (figura *suposta*, no meu antigo pensar), o Spinozista lembra agora Manasse Ben Israel, que realmente esteve relacionado com o Arminiano (e é mencionado de passagem por Mueller, acrescento eu). — Vid. *Schriften* p. 283 e Kayserling em *Jahrbuch fuer die Geschichte des Judentums* (1860, p. 116). — Do que enviou o *Exemplar* ao Pastor Mueller, Gebhardt diz que o devemos procurar entre os *Marranos* livres-pensadores, sem explicar se mete nessa conta o extravagante Manasse, ou em que outro pensa.

[3] *Autógrafos* sem emendas são raríssimos. — Lembrem-se os leitores do de Sá de Miranda que a Academia das Sciências publicou — Traslados feitos realmente com esmero diplomático também não são freqüentes neste país.

de polémica e dirigido aos *coevos*, e é, na segunda redacção, réplica a outro escrito, em que fôra agredido. Em Português. Por isso o redigira em vernáculo. Assim mesmo as *Propostas* destinadas aos Rabinos Sefardins, de Amsterdam, Hamburgo e Veneza.

Vernáculo, como eu disse nas minhas *Notas*, pouco elegante, arcaico, hesitante, trôpego mesmo, ao passo que o latim (não ciceroniano, mas também não inferior ao dos melhores Humanistas e Jesuitas peninsulares de XVI e XVII) me parecia sempre estar em harmonia perfeita com o impetuoso carácter individual do Luso--judeu [1].

A prova de que êle era latinista bastante para redigir o *Exemplar*, não a possuímos. Dos seus papéis apossou-se, sem dúvida alguma, a Comunidade ou a Família, para os queimar.

Sabemos apenas que em 1600, afim de se matricular em cânones na Universidade de Coimbra, Gabriel da Costa fizera o exame obrigatório de latim. Sabemos também que durante quatro a oito anos consecutivos êle teve de prestar atenção nas aulas às prelecções, feitas tôdas, sem excepção, em latim [2], preguntar e responder, e fazer as suas leituras de preferência na língua do Lácio [3].

Da facilidade e relativa elegância com que os Quinhentistas e Seiscentistas desta faixa ocidental (exímios em regra na aprendizagem de línguas estrangeiras) se serviam do *sermo-latinus*, realmente não é preciso apresentar documentação. Tal e tanta é [4].

No caso de ser português o original — eu já o disse algures — o *Exemplar* seria mais uma das obras-primas nacionais que a incúria do país deixou perder. Emparelharia com o *Amadis* e as *Cartas de Sóror Mariana*.

Sendo latino, teremos de agrupá-lo com os *Dialoghi di amore* de Leão Hebreu, a *Diana de Montemor*, e a *Historia de los movi-*

[1] Como o latim do flamengo Clenardo condiz com a sua veia humorística; e o de André de Resende com a sua dignidade.

[2] Vid. *Notas*, Cap. I, sobretudo p. 16.

[3] Censurado por não saber hebraico, nunca o foi por não saber latim.

[4] Além dos oito volumes do *Corpus illustrium poetarum lusitanorum* basta lembrar aqui as obras de Goes e Resende.

*mientos y separacion de Cataluña* de D. Francisco Manuel de Melo, para nomear, de muitas, apenas as três mais afamadas obras.

Nova para mim, meus leitores, e os nossos vizinhos, conforme sei por cartas recebidas, são as elucidações, felizmente definitivas, sôbre a *Carta* de Daniel Levi de Barrios a Antonio Enriques Gomes [1]. Como supunha, ela é espúria. Invenção de Menendez y Pelayo que, já Académico, mas ainda no verdor dos anos, a lançou nas Festas de Calderon, num número único do periódico *El Dia*, (25 de Maio de 1880), pouco depois de haver traçado para a sua *Historia dos Heterodoxos* o capítulo relativo aos Judaizantes em que se ocupara de Uriel, o rebelde.

Mencionada como autêntica na *Voss* [2] de 18 de Julho de 1886, a Carta começou a figurar em publicações judaicas. P. ex. no *Israelitische Nieuwsbote* de 6 e 13 de Agosto. Mas breve houve protestos. O primeiro, de 20 do mesmo mês, partiu de Henriques de Castro, optimo conhecedor da história da Comunidade israelita de Amsterdam. Interrogando directamente o erudito Pelayo recebeu, como era de esperar, a franca resposta de que se tratava de uma fantasia literária «como de resto, seu autor revelara numa brincada fórmula final» [3].

Sem conhecerem essa confissão, comunicada no mesmo jornal holandês a 4 de Março de 1887, dois dos eruditos, que tive de citar nas minhas *Notas*, o Spinozista Dunin Borkowsky e o autor dos *Judeus em Orense* referiram-se à *Carta* como a fonte legítima.

Certíssima estou de que, se Menendez y Pelayo ainda vivesse quando eu terminava os meus estudos sôbre Uriel, êle me teria repetido a verdade com inteira franqueza.

Quanto aos não poucos êrros, e às lacunas que há nas *Notas*,

[1] *Schriften* p. 232. *Notas*, cap. XVIII e XXVI.

[2] Jornal antigo e sempre liberal de Berlim que publicou e publica estudos literários notáveis *(Literarische Umschau)*.

[3] Continuo a desconhecer o seu teor.

tanto na parte biográfica [1] como na bibliográfica (sobretudo com relação aos últimos decênios), conto emendá-los e preenchê-las num artigo posterior, realçando novamente as qualidades distintas da obra *Schriften* de Carl Gebhardt.

Pôrto, Outubro de 1923.

CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS.

[1] Em especial, com relação aos irmãos de Uriel, e os descendentes dêles.

# A PROPÓSITO DAS LEITURAS DO INFANTE

QUEM ler o terceiro livro da *História de Portugal*, de Oliveira Martins, cujo assunto é « A conquista do mar tenebroso », encontra, nas primeiras páginas do capítulo intitulado « O infante D. Henrique », um belo quadro do labor, diurno e nocturno, do Infante:

« Em Sagres reünira o infante todos os recursos de que então dispunham a cosmografia e a arte de navegar. D. Pedro trouxera-lhe das suas viagens o manuscrito das peregrinações de Marco Paolo. Êsses livros, os mapas de Valseca, as obras de João Müller (de Kœnigsberg), de Jorge Purbach, as narrativas e roteiros dos pilotos, as rudes cartas marítimas, faziam vergar as mesas, a que o infante, tendo ao lado o seu cosmógrafo, Jaime de Maiorca, então célebre, rodeado de discípulos, passava os dias a discorrer, as noutes a interrogar, silenciosamente, os enigmas propostos nos textos e desenhos. Como Raimundo Lulio, entre drogas e retortas do seu laboratório, se extenuava a buscar o princípio da vida, os corpos simples e elementares da matéria, para obter o segrêdo da existência física e orgânica: assim o infante procurava desvendar os segredos das ilhas e dos continentes, dos golfos e enseadas, velados pelo manto azul-negro do Mar Tenebroso ».

Eis um formoso quadro, sem dúvida, mas tão inexacto como formoso.

O célebre astrónomo João Müller, mais conhecido pelo nome Johannes de Monte Regio, ou Regiomontanus, nasceu em Kœnigsberg da Francónia, em 1436. Contava, pois, apenas 24 anos quando o Infante D. Henrique morreu, em 1460. Foi para Itália em 1462, visitando as principais cidades sob a protecção do cardial Bessarion. Regressou a Viena de Austria em 1468. Três anos depois estabeleceu-se em Nuremberg, e aí erigiu um observatório e publicou as suas obras. As *Ephemerides* e as *Tabulae directionum* foram

impressas respectivamente em 1474 e 1475. Convidado pelo papa, neste último ano, para ir a Roma tratar da reforma do calendário, lá morreu em 1476, com 40 anos de idade. É manifesta a impossibilidade de terem as suas obras sido lidas pelo Infante.

Jorge de Peurbach, mestre de Regiomontano, nasceu em Peurbach no ano de 1423. Estudou em Viena, onde obteve o grau de mestre em Artes. Depois viajou pela Itália, relacionando-se com Bianchini e Nicolau de Cusa. Regressou desta viagem em 1453. No ano seguinte obteve o lugar de astrónomo do rei Ladislau da Hungria, e pouco depois o de professor da universidade de Viena. Aqui a sua actividade como professor de aritmética e astronomia, e também de literatura latina, exerceu-se desde 1454 até 1461, em que faleceu. Compôs então as obras *Algorismus* e *Theoricae novae planetarum*, que depois se conservaram muito tempo como compêndios nas universidades. As Teóricas dos planetas, mero resumo das construções geométricas de Ptolomeu, foram impressas pela primeira vez em 1460, ano da morte do Infante. Podemos estar certos que o Navegador morreu sem ter lido as Teóricas, que muito mais tarde Pedro Nunes havia de comentar nas suas *In theoricas G. Purbachii Annotationes*, impressas em Basileia, 1566.

Quanto ao mapa de Gabriel Valseca, de Maiorca, desenhado em 1439, quando os portugueses tinham explorado 170 léguas para além do cabo Bojador, diz o ilustre Visconde de Santarém, nas suas *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique au delà du cap Bojador*, que, nesse mapa, influiram já os descobrimentos portugueses. Sendo assim, não era Valseca que dava novidades ao Infante acêrca da costa africana, antes as poderia dêle receber.

A respeito das cartas marítimas, que Oliveira Martins classifica de *rudes*, terá opinião muito diferente quem ler o *Periplus*, o importante trabalho de Nordenskjöld sôbre portulanos medievais. As cartas marítimas dos séculos XIV e XV são monumentos cartográficos admiráveis, derivados do portulano-normal, a obra-prima do século XIII, a que o escritor sueco chama *Ilíada* da cartografia. Foi nestas cartas que o Infante mandou acrescentar as 450 léguas de costa descoberta até 1446, como narra Azurara, fazendo notar que tal acrescentamento era « cousa vista por ôlho », e não pintada à aventura como antes.

Finalmente, não deviam ser as fadigas de Raimundo Lulo,

entre as retortas do seu laboratório, objecto de vivo interêsse para o Infante. Nas obras do grande maiorquino, cuja influência nos seus planos tem sido afirmada, encontraria êle também assunto atraente na parte relativa a instrumentos e preceitos de navegação. Alexandre de Humboldt, na sua *Histoire de la géogra-*

ASTROLÁBIO NOCTURNO DE R. LULO

*phie du nouveau continent*, tômo I, citando Navarrete, diz que, desde o fim do décimo terceiro século, havia na marinha catalã e maiorquina instrumentos de astronomia náutica próprios para determinar, sôbre o mar, a hora da noite pelas estrêlas, e que tal era o astrolábio, invenção de Raimundo Lulo, descrito em 1295 na sua *Arte de navegar*, terminando por deduzir conclusões contra o nosso João de Barros. Tivemos sempre muito desejo de conhecer êste astrolábio, tantas vezes citado depois de Humboldt, mas não sabíamos de nenhum exemplar, existente em

Portugal, da obra completa de Lulo, intitulada *Beati Raymundi Lullii Opera omnia*, edição de Mogúncia, 1721. O notável americanista espanhol, Snr. Don Segundo de Ispizúa, autor de *Los Vascos en America* e da *Historia de la geografia y de la cosmografia*, teve a amabilidade de nos enviar uma fotocópia da página, com a figura do instrumento, do exemplar daquela obra existente na Biblioteca Nacional de Madrid, acompanhada do texto correspondente, que muito lhe agradecemos. O desenho junto é reprodução da figura. O instrumento, a que na obra se dá o nome « astrolábio nocturno » ou *Sphaera horarum noctis*, não é afinal pròpriamente um astrolábio. Êste nome só pode ser-lhe aplicado num sentido lato.

É um disco ou roda, para se saberem as horas da noite pelo movimento da Ursa menor em volta do polo. O disco deve colocar-se verticalmente diante de um dos olhos para se enfiar a estrêla polar pelo orifício do centro do disco, observando-se ao mesmo tempo a direcção em que aparece, sôbre o bordo, a estrêla a que Lulo chama *Frater major*, denominação estelar que aqui encontramos pela primeira vez. Porque êle define êste *Frater major* como « stella circa ipsam polarem decurrens », supomos que designa pelo nome de *Fratres* as duas Guardas da Ursa menor, distinguindo como *Major* a mais brilhante, que os nossos navegantes chamavam Guarda dianteira e se chamou também estrêla horologial por êste uso que dela se fazia. Segundo se depreende da leitura do texto, o instrumento indicava as horas nocturnas pelas divisões do disco em que se via o *Frater Major* no princípio e no fim da noite em cada mês. E como, em referência ao mês de Junho, se diz no texto: « tunc nox habet tantum novem horas », conclui-se que o instrumento é destinado a latitudes em que o dia máximo é de 15 horas. Os números que se lêem num dos círculos interiores, desde 9 a 15, indicam as horas de duração dos dias no decorrer do ano; cada par de números diametralmente opostos soma sempre 24. Sendo o dia máximo de 15 horas, o instrumento servia para a zona ou clima, a que se chamava de Roma, compreendido entre os paralelos de 39 graus de latitude e de 43 graus e meio. O paralelo dêste clima, que era o quinto entre os sete climas da *Sphera* de Sacrobosco, passa por Barcelona. Aplicado à navegação, o instrumento seria útil nas viagens entre as ilhas Baleares, Barcelona e Marselha.

Temos assim, afinal, uma roda semelhante às que o nosso rei D. Duarte desenhou no *Leal conselheiro*, acrescentando às direcções em que a Guarda dianteira marcava a meia-noite no decorrer dos meses (que então vinham figuradas nas coberturas dos relógios de agulha vindos de fora), os rumos da mesma estrêla ao amanhecer. Mas estas rodas, com as horas da manhã, só serviriam para Lisboa ou latitudes próximas.

Parece-nos que Humboldt avultou a importância do instrumento de Raimundo Lulo. Não se trata do astrolábio, cuja construção e uso se acham largamente descritos nos *Libros del saber de astronomia* do rei Afonso X, do mesmo décimo terceiro século. Mas julgamos ver, nesse instrumento, um antepassado ilustre do « Regimento para se saber as horas da noite pela estrêla do norte e suas guardas », redigido independentemente das latitudes por indicar só os rumos da meia-noite, do qual usaram os nossos navegadores da época dos descobrimentos, e se pode ler no *Regimento* da Biblioteca de Évora.

LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

# O POEMA DO CID

## VERSÃO E INTERPRETAÇÃO, EM PROSA, DA GESTA CASTELHANA DO SÉCULO XII « CANTAR DE MIO CID »

Á SENHORA D. CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS — COM GRANDE ADMIRAÇÃO E GRATÍSSIMO AFECTO.

*Quando êste Cantar se ouviu, estava Portugal para nascer. Porém o hispano Herói que o poema celebra, e recebeu as armas na Sé de Coimbra, ergueu-se tão vivo na gesta, que ainda vibra. Entoando por minha vez o Cantar épico e belo cujo som Portugal escutou no berço, eu, juglar de hoje, só faço o que fizeram os meus irmãos de outrora: — ressurjo o que digo com palavras que sinto.*

### *O DESTÊRRO DO CID*

### I

ENVIOU el-rei dom Afonso a Rui Dias, o *Cid*, a receber os tributos que em cada ano lhe pagavam os reis de Córdova e de Sevilha. Áquele tempo Almutaniz, rei de Sevilha, e Almudafar, rei de Granada, queriam-se mal como mortais inimigos. Estavam com Almudafar o conde dom Garcia Ordóñez e Lope Sánchez, que o serviam: e êles e o rei de Córdova foram-se contra Almutaniz. Rui Dias, quando soube que assim vinham contra o rei de Sevilha, vassalo e tributário de el-rei dom Afonso, seu senhor, houve-o por mal e teve grão desgôsto; e por cartas rogou a todos que não viessem contra Almutaniz, nem lhe destruissem a terra.

Não cuidando no que as cartas pediam, el-rei de Granada e os ricos-homens que o ajudavam foram mui esforçadamente contra el-rei de Sevilha e destruiram-lhe a terra até ao castelo de Cabra.

Isto sabendo, Rui Dias foi-se a êles, deu-lhes batalha que durou desde a hora de têrça até ao meio-dia, fêz grande mortandade em mouros e cristãos da parte de el-rei de Granada e, vencendo-os, os fêz fugir do campo.

Prendeu Rui Dias ao conde dom Garcia Ordóñez e arrancou-lhe um punhado das barbas, assim como prendeu a muitos cavaleiros e a tanta outra gente que não tinha conta; e, depois que os houve presos três dias, a todos mandou soltar. Emquanto àquêles guardava cativos, mandou aos seus que colhessem quantos haveres e riquezas haviam ficado no campo, e de aí tornou-se com sua hoste e seu despôjo para Almutaniz, rei de Sevilha, a quem deu, assim como aos seus mouros, quanto reconheceram por seu dêles, e ainda do mais que quiseram tomar.

De ali em diante chamaram mouros e cristãos a êste Rui Dias de Bivar — o *Cid Campeador*.

Fez-lhe Almutaniz grandes dons e pagou-lhe os tributos que êle fôra buscar, com os quais o Cid se tornou para el-rei dom Afonso, seu senhor.

Houveram muitos inveja dêstes feitos e buscaram malquistá-lo com el-rei, a quem disseram que dos tributos cobrados guardara o Cid grandes riquezas. Como el-rei estava muito irado contra êle, logo creu nos enredadores; e por cartas mandou ao Cid que saísse do reino.

Chamou o Cid a seus parentes e vassalos e disse-lhes de como el-rei o mandava desterrar, mais lhe não dando que nove dias para ir cumprir o destêrro, e que queria saber quais iriam com êle e quais se ficariam.

— Os que vierem comigo, bom grado hajam de Deus! E dos que ficarem me quero ir satisfeito.

Então falou Álvaro Fáñez Minaya, seu primo co-irmão:

— Cid, convosco iremos por ermos e povoados, jamais vos faltaremos emquanto formos vivos, e sempre por leais vassalos nos tereis.

Aprovaram todos a quanto dissera dom Álvaro, e o Cid agradeceu quanto lhe ali disseram.

Deixando ermo e abandonado o seu palácio, vai mudar-se de Bivar para Burgos o Cid; iam seus olhos cheios de lágrimas e, voltando a cabeça, olhava as portas abertas, os postigos sem cadeados, os poleiros sem açores.

Então suspirou e, comedido, disse:

— Graças te sejam, Padre e Senhor que no alto estais! Isto me urdiram tredos inimigos!

# O POEMA DO CID

## II

A caminho de Burgos os cavaleiros soltam as rédeas e, à saída de Bivar, voou-lhes um corvo à dextra, mas à entrada em Burgos voou-lhes outro à sinistra.

Encolheu os ombros o Cid e levantou a cabeça:

—Alvíçaras, Álvaro Fañez, que mudámos de terra. E, um dia, com grande honra tornaremos a Castela!

Entra o Cid por Burgos, com sessenta pendões a acompanhá-lo. Para o verem passar, saem mulheres e homens; põem-se às janelas burgaleses e burgalesas, e tanta dor sentiam que choravam, ao passo que de tôdas as bocas saía a mesma lástima:

—Deus! que bom vassalo se houvesse bom senhor!...

Todos de bom grado o albergariam, mas nenhum ousava: era grande a sanha de el-rei dom Afonso e antes da noite chegara a Burgos a carta real que ordenava ninguém desse pousada ao Cid, sob pena de perder seus haveres, os olhos da cara, e mais o corpo e a alma. A todos a dor afligia, mas cada um se sumia, sem dar palavra.

Encaminhou-se o Campeador para a sua pousada, mas o mêdo cerrara também aquela porta; quando os do Cid chamaram em altas vozes, ninguém respondeu. Tirando o pé do estribo, o Cid feriu a porta; mas a porta, trancada, não se abriu. Então acercou-se uma menina de nove anos e falou-lhe assim:

—Ai! Campeador, em boa-hora cingistes espada! Mas el-rei mandou que vos não albergassemos e, se o fizessemos, perderiamos casas e haveres, e mais os olhos da cara. Cid, a nossa perda não vos daria remédio. Mas o Senhor Deus vos ajude com suas virtudes santas!

Assim falou a menina, e tornou a entrar em casa.

Já o Cid entendia que el-rei lhe não perdoava. Partindo-se dali, atravessou Burgos, chegou a Santa Maria e descavalgou.

De joelhos, rezou com todo o seu coração.

Acabada a oração, passou a ponte do Arlançon e no areal fincou a sua tenda.

Rui Dias de Bivar, o que em boa-hora cingira espada, acampou em areal de rio porque ninguém o quis acolher.

Assim como em serra brava, e rodeado de sua companha, ficou o Cid Campeador.

III

Também aos de Burgos era vedado vender comida ao Cid, e ninguém ousava vender-lhe um dinheiro dela que fôsse.

Martim Antolínez, o leal burgalês, abastece-o e aos seus de pão e de vinho, do que todos se alegram. E porque lhes dá do que lhe pertence, em nada desobedece. E Martim Antolínez disse ao Cid:

— Oh! Campeador, em boa-hora nascestes! Repousemos esta noite e abalemos de madrugada, pois serei acusado de vos servir e a sanha de el-rei me alcançará. Se convosco escapo são e vivo, ainda cedo ou tarde me há de el-rei requestar a amizade. Se não, a tudo que deixo lhe quero menos que a um figo!

Respondeu o Cid:

— Martim Antolínez, sois belo cavaleiro! Se eu viver, dobrar-vos hei o sôldo. Bem vêdes que não trouxe ouro nem prata, de que hei mister para a minha companha; e pois de bom grado os não haverei, tomá-los hei por fôrça. Com vosso conselho quero servir-me de duas arcas forradas de couro vermelho lavrado e com boa pregaria dourada. Enchamo-las de areia a fim de serem pesadas. Com os judeus Raquel e Vidas vos ireis ter e dir-lhes heis que pois em Burgos me negaram pousada à ordem de el-rei que me desterrou, não posso levar meus haveres por serem muito pesados. Levai as arcas de noite, que o não veja ninguém. Julgue-o, sim, o Criador com todos os seus santos, pois, se Deus me ajudar, a tudo remediarei.

Passou Martim Antolínez por Burgos, entrou no castelo, buscou a Raquel e Vidas que estavam entretidos a contar os seus ganhos e, no apêrto em que se via, falou-lhes como se crêsse no que os enredadores haviam levantado:

— Raquel e Vidas, caros amigos, quero falar-vos à puridade. Dai-me as mãos, prometei que me não descobrireis a mouros nem a cristãos, e eu vos farei ricos para sempre! Sabei que o Campeador tomou grandes haveres das párias que cobrou, pelo que foi desterrado. Tem duas arcas cheias de ouro fino! E não as pode levar por serem muito pesadas. Ora, quere êle deixá-las em vosso poder, pelo que lhe emprestareis o que fôr ajustado. Tomai pois as arcas e ponde-as a salvo, jurando por vossa fé que não lhes tocareis em todo êste ano.

Raquel e Vidas tornaram-lhe:

— Nós bem sabemos que em terra de mouros tomou êle grandes

haveres e bem se suspeita que traz muita soma de dinheiro. Quem anda com muito dinheiro não logra sono descansado. Mas quanto nos dará o Cid de juros por um ano?

— O Cid — tornou dom Martim — só há de querer o que fôr justo e pouco vos pedirá por deixar seus haveres a salvo. Seiscentos marcos lhe podem bastar. Mas como a noite já entra e o Campeador tem pressa, dai-me os marcos.

Responderam-lhe os dois:

— Negócios não se fazem assim. Primeiro toma-se e depois dá-se!

— Pois vinde ambos ao Cid e nós vos ajudaremos a levar as arcas de guisa que o não saibam mouros nem cristãos.

Cavalgou Martim Antolínez com Raquel e Vidas, e os três de boa-mente se encaminharam para o areal do Cid, não pela ponte, que poderiam ser vistos, mas passando o rio a vau. Quando os judeus entraram na tenda, beijaram as mãos ao Campeador.

Falou-lhes o Cid, sorrindo:

— Olá! dom Raquel e dom Vidas, já me havieis esquecido? Eis me vou desterrado, que el-rei o manda. Mas pelo que me fizerdes, emquanto viverdes sereis ricos.

Ajustou então com êles Martim Antolínez que sôbre aquelas arcas dariam seiscentos marcos; que bem guardadas as haveriam até ao cabo do ano, e que se antes do cabo do ano lhes tocassem, rompido o juramento perderiam o direito aos juros.

— Carregai de-pressa as arcas — disse Martim — que o Cid tem de partir antes que cantem as galos.

Custava aos judeus a poder com elas, pôsto que fôssem esforçados e o serviço muito os alegrasse.

— Ah! Campeador, — disse Raquel ao Cid, beijando-lhe a mão à despedida, como quem lhe ia pedir um dom — em boa hora cingistes espada e de Castela vos ides para gentes estranhas! Assim é vossa ventura, e grandes serão vossos ganhos. Cid, eu vos peço uma rica pele vermelha mourisca.

— Concedido — tornou o Cid. — Se vo-la trouxer, bem está; se não, descontai-a das arcas.

Com todo o recato, chegaram Martim, Raquel e Vidas à pousada dêstes. Estenderam os judeus no chão um cobertor, sôbre êste uma fina toalha, e começaram a contar o dinheiro: trezentos marcos de prata e trezentos marcos de ouro, aos quais recebia Antolínez sem os pesar.

Carregou dom Martim com o dinheiro a cinco escudeiros, e agora ouvireis o que êle disse quando isto houve feito:

— Ah! dom Raquel e dom Vidas, pelos ganhos que vos dou, bem merecia eu alvíçaras!

— Demos-lhas — concertaram entre si os judeus — que bom negócio nos trouxe.

E deram-lhe trinta marcos, que Martim agradeceu, despedindo-se dêles.

Recebeu o Cid com os braços abertos a Martim Antolínez:

— Sois vós, meu fiel vassalo? Oxalá chegue o dia em que vos eu retribua o que me fazeis!

— Sou eu, Campeador, e venho com muito bom recado: ganhastes seiscentos marcos e eu trinta! Mandai levantar a tenda e em São Pero de Cardenha nos madrugue. Veremos vossa mulher, a digna filha de algo; pouca demora teremos e deixaremos o reino, do que muito havemos mister porque o prazo expira!

## IV

Ditas que foram estas palavras, colheram a tenda e todos cavalgaram.

Voltou o Cid a cabeça do cavalo para Santa Maria e persignou-se:

— Eu te agradeço, meu Deus, Senhor dos céus e da terra, e tuas virtudes me valham, gloriosa Santa Maria! De aqui deixo Castela, e não sei se algum dia tornarei. Vossa virtude me acompanhe, Gloriosa, e noite e dia me ampare. Se me assim fizerdes e eu houver boa ventura, ao vosso altar mandarei boas e ricas dádivas e aí farei cantar mil missas!

Assim de alma e coração se despediu o Cid.

Soltam as rédeas e vão para abalar, quando Martim Antolínez, o leal burgalês, lhes falou:

— Quero ver minha mulher e ao que deixo aqui e estimo tanto. Se el-rei mo quiser tomar, pouco se me dará. E convosco serei antes que nasça o sol.

Tornou-se dom Martim a Burgos, e o Cid cravava as esporas a caminho de São Pero de Cardenha, e com êle os bons cavaleiros que o serviam. Já os galos cantavam e os alvores da manhã queriam romper quando o Campeador chegou a São Pero. Rezava matinas o

bom abade dom Sancho. E dona Ximena, com cinco damas de prol, rezava por seu marido a São Pero e ao Senhor Deus :

— Tu que a todos amparas, vale ao Cid Campeador !

Chamaram à porta do mosteiro e foram reconhecidos. Que alegre ficou o bom abade dom Sancho ! Saíram ao pátio com círios e candeias, e com grande alegria receberam o que em boa-hora nascera.

— Cid, — disse o abade — agradeço a Deus ver-vos aqui e tomai quanto preciso vos fôr.

— Graças, dom abade, que muito me contentais. Eu buscarei comeres para mim e meus vassalos, e nem um dinheiro me apraz que o mosteiro gaste comigo. Pois vou saír do reino, dou-vos cinqüenta marcos e, se viver, algum dia vo-los dobrarei. Para dona Ximena eis cem marcos ; a ela, a suas filhas e donas heis-de servir êste ano. Deixo duas filhas pequenas : acarinhai-mas bem ! Eu vo-las recomendo, abade dom Sancho. Com elas e com minha mulher tereis todos os cuidados. Se a despesa fôr grande e se vos mingüar dinheiro, do mesmo modo mando que tudo lhes deis. Por cada marco gastado, darei quatro ao mosteiro.

A tudo disse que sim de boa-mente o abade.

Ia chegando dona Ximena com suas filhas, cada uma nos braços da sua aia.

Ajoelhou a espôsa aos pés do desterrado e, com lágrimas, quis beijar-lhe as mãos :

— Graças, Campeador, que em boa-hora nascestes ! E assim vos fazem deixar a terra os maus enredadores ! Eis-nos diante de vós, eu e vossas filhinhas, com estas minhas donas. Já vejo que estais para vos ir e que nos hemos de apartar. Por amor de Santa Maria, aconselhai-nos !

Estendeu os braços o da bela barba e abraçou as filhas, apertando-as junto do seu coração.

E, com os olhos rasos de água, suspirou :

— Ai ! dona Ximena, minha tão digna mulher, de mim tão querida como a minha alma, bem sabeis que nos hemos de apartar, indo-me eu e ficando vós aqui. Praza a Deus e a Santa Maria que ainda por minhas mãos case estas filhas, que ainda cobre ventura e viva algum tempo. E a vós, querida mulher, servirei sempre !

V

Tocam a rebate os sinos de São Pero. Lançam-se pregões por Castela dentro de como se vai do reino o Cid Campeador, e deixam uns as casas, outros as herdades. Na ponte do Arlançon juntaram-se naquêle dia cento e quinze cavaleiros. Preguntam todos pelo Cid, e Martim Antolínez vai com êles para São Pero. Quando o Campeador soube que tanto lhe ia crescendo a companha, logo cavalgou e saíu a recebê-los e, quando os enxergou, tornou a sorrir. E aos que vinham fazer-se seus vassalos, falou assim:

— Rogo a Deus e ao Pai espiritual que, antes de eu morrer, algum bem possa dar aos que deixam por mim casas e herdades, e que o que perdem agora, o recebam dobrado.

E assim como ao Cid agradou que a companha crescesse, agradou a esta ouví-lo.

Passaram seis dias e restam apenas três.

Bem sabe o Cid que, se romper o prazo, nem por ouro nem por prata escapará à sanha de el-rei.

Quando a noite caíu, juntou os seus cavaleiros e tornou a falar-lhes:

— Ouvide, senhores, e não vos faça pesar: poucos haveres trago, mas havereis vossa parte. Lembre-vos que àmanhã, quando os galos cantarem, mandareis aparelhar sem tardança. A matinas dir-nos há o bom abade dom Sancho a missa de Santa Trindade. E, ouvida a missa, abalamos!

Assim como o Cid o mandou, assim se fêz.

Tangem a matinas e todos vão à missa.

Aos pés do altar, roga dona Ximena ao Criador que ampare a seu marido e o guarde do mal:

— Senhor glorioso, Padre que estás nos céus e criaste céus e terra e também o mar; que fizeste estrêlas e lua e sol que nos aquenta; que encarnaste em Santa Maria madre e por teu querer nasceste em Belém, onde te adoraram pastores e te deram ouro e mirra três reis da Arábia, Melchior, Gaspar e Baltasar; que salvaste a Jonas do mar, a Daniel dos leões, ao senhor São Sebastião em Roma, a Santa Susana de falsos testemunhos; que na terra andaste trinta e dois anos, Senhor espiritual, fazendo milagres, mudando a água em vinho e as pedras em pães, ressuscitando a Lázaro; que te deixaste prender pelos judeus, os quais te pregaram na cruz entre dois la-

drões e que na cruz deste a vista a Longuinhos, quando, por te haver lanceado, untou os olhos com o teu sangue ; que quiseste descer aos infernos e ressuscitaste no sepulcro : — a ti, rei dos reis e padre de todo o mundo, a ti adoro e em ti creio com tôdas as veras, e rogo a São Pero me ajude a rogar pelo Cid Campeador para que Deus o livre do mal ! E que, separados hoje, nos torne a juntar em vida !

Acabada a missa, abraçou-se o Cid em sua mulher, que chorava e queria beijar-lhe as mãos. Olhava êle as meninas e caía-lhe o pranto em bagas.

— Cid, — disse Álvaro Fáñez Minaya, — que é do vosso ânimo ? Deixemo-nos de isto e vamo-nos embora. Ainda tôdas estas dores se hão de tornar em alegrias. Deus, que nos deu as almas, nos há de dar ajuda !

Então cavalgam todos e, soltando as rédeas, põem-se a caminho, separados uns dos outros como a unha da carne.

AFFONSO LOPES VIEIRA

A continuar.

O *BOM PASTOR* (1530?) por FREY CARLOS

Museu Nacional de Arte Antiga

# PINTURA PRIMITIVA PORTUGUESA

## FREY CARLOS

A FRASE de Sua Majestade a Rainha da Bélgica, ao deparar, no museu das Janelas Verdes, com a obra de Frey Carlos: « é um Memling mais humano », tem muito de justo. Fortemente realista nos seus retratos, e idealista até ao misticismo nas suas paisagens, que são, como na que faz fundo à « Virgem com o Menino » do nosso Museu, verdadeiras *ante-câmaras do Paraíso*, essa contradição na maneira de ser de Memling faz com que neste seu painel — como em todos os seus quadros de composição, exceptuando a admirável « Santa Catarina » do museu de Bruges — as suas figuras, demasiado estilizadas, não se integrem no ambiente e se recortem nêle com uma dureza que lhes tira a humanidade e prejudica mesmo, por vezes, o efeito do conjunto.

Muito mais perto de Metsys, com quem Frey Carlos é, na transparência das suas tonalidades luminosas, um dos mais ilustres continuadores do movimento artístico que o grande mestre de Anvers colheu de Van der Goes por intermédio de Albert Bouts, o frade do Espinheiro guarda entretanto da escola de Bruges, com o bigode ralo e os diademas polilobados dos seus Cristos, um resaibo forte dos velhos iluminadores flamengos que explica a frase da ilustre soberana dos belgas.

E êsse curioso e raro hibridismo, feito da junção das velhas e novas correntes, dá ainda mais encanto à obra do artista português, em cuja paleta as tintas desmaiadas do mestre de Anvers são avivadas por um ou outro tom mais forte ( amarelos e verdes ), e sobretudo aquecidas por a pualha difusa, adelgaçada em certos pontos até ao inapreciável, de um roxo único e inconfundível na sua irisação doirada. E êsse roxo, que é nosso e da nossa terra, onde vive, sempre latente, para se acender em violentos poentes de fogo

ou para deliqüescer, sem se extinguir, nos crepúsculos mais fantasiosos, é tão fundamental em Frey Carlos que seria sem dúvida o que restaria das suas pinturas, se elas, analisadas num laboratório, ali pudessem ser reduzidas num quimérico e forte cadinho.

Mais de uma vez e a diferentes horas, tenho, da explanada em que se ergue o convento onde professou e foi enterrado o pintor, olhado o campo alentejano, calmo como nenhum outro na sua quási virgindade de edificações, e aí verifico sempre quanto é justa a visão do artista, e como êle, em época em que a paisagem era apenas um motivo acessorial, soube, mais do que o pitoresco dos acidentes ou o do recorte da casaria, fixar essa luz imponderável que é o verdadeiro espírito e a mais sincera linguagem dessa paisagem.

E nada deixa de ser tocado por êla, desde o vulto dos pequenos personagens com que parcimoniosamente anima os seus fundos até às manchas brancas das flores de sargaço que esmaltam os arbustos em que aquelas se movem. E, não contente com isso, essa luz não só vive com êle a dentro da sua cela, mas parece até guardá-la o artista a dentro de si mesmo, pois, ainda nos quadros privados de paisagem, é essa tonalidade que, por vezes, os envolve e adoça com um poder que de-certo a chapa das vidraças lhe não permitiria. Para mim, Frey Carlos é, entre os nossos pintores primitivos, o maior como paisagista, tal é a verdade com que sentiu e interpretou a terra em que nasceu e de que não se desenraizou a-pesar das suas origens estrangeiras e da aprendizagem que certamente fêz no país de que procediam os seus.

Embora, em outros painéis de Frey Carlos, a paisagem ocupe um mais amplo lugar ( *S. Jerónimo*, do Museu do Pôrto e *S. Francisco*, do Museu de Lisboa ), em nenhum o sentimento da luz alentejana se afirma contudo tão superiormente como neste do « *Bom Pastor.* » De época aproximada à « *Aparição do Cristo à Virgem* », que é de 1529, quando Frey Carlos o pintou deviam ter passado mais de 12 anos após a sua profissão, estando já assim o artista bem impregnado da atmosfera em que desde então viveu. E isto é fundamental e encerra uma grande lição, pois se a sua profunda sensibilidade e o seu misticismo são suficientes para explicar essa sua comunhão íntima com uma paisagem que, pela sua doce austeridade e intenso lirismo, de tanta devoção devia ser para uma alma como a sua, a sua penetração tão íntegra do espírito dêsse

ambiente, essa só podia o artista conseguí-la na intensa e prolongada intimidade que com êle teve. Assim, Frey Carlos possuíu, pelo menos, essa vantagem sôbre os melhores dos seus contemporâneos que, em constantes mudanças de terras, não podiam apreendêl-as tão fortemente, ainda quando dispondo da mesma fôrça de sentimento e igual poder de visão.

Na verdade, não ha neste painel, cuja atmosfera, dada em *profundidade*, como de resto a de todos os outros seus quadros, e ennobrecida pelo espiritualismo que lhe dá a fé enternecida do artista, seria por si só a afirmação do seu altíssimo valor, nem um só ponto em que o roxo, rico de cambiantes como nenhum outro da luz alentejana, não vibre, acumulando-se e intensificando-se junto ao esplendor dos tecidos e ao brilho dos mármores, com os quais joga ou se transfunde, para, no justo respeito da natureza delicadíssima dos valores, se eterizar e desfazer ao contacto mais susceptível das carnações.

Num ambiente com um ritmo dêstes, as figuras, uma vez integradas por completo na atmosfera, têm um poder de sugestão excepcional, impondo-se sem ferir a retina, tão grande é sempre a fôrça da euritmia dos tons quando ela é completamente atingida. E é isso o que sucede com o « *Bom Pastor* ». Construído, por assim dizer, implacávelmente, tal é o rigor dos pormenores anatómicos com que é realízada essa figura estranha, em que já alguém, e erradamente a meu ver, quis descobrir um *acromegálico*, ela era sem dúvida a de algum dêsses humildes cavadores da região cujos pés e mãos, excessivamente longos, são a síntese de sucessivas vidas de duro trabalho na labuta extenuante de todos os dias. Dado assim rigorosamente, nem por isso contudo o realismo profundo com que o artista evocou o modêlo resulta antagónico na tábua de onde êste emerge. É que, indo buscá-lo à terra e deixando-lhe o sabor rude com que esta o marcou, o pintor, por aquêle maravilhoso poder que é o segrêdo dos grandes artistas, fêz dêle, ao mesmo tempo que uma criatura viva, um símbolo, e como tal elevou-o salvando-o da contingência efêmera e mesquinha do tempo.

No simbolismo medieval a que a figura, a-pesar-de tardia, pertence pelo sentimento que a ilumina, nenhuma representação conheço que se lhe possa antepor ; e mesmo o que nêle possa haver de dúbio quanto à sua interpretação (pois os juízos variam, vendo uns nela S. João Baptista e outros Jesus) isso aumenta-lhe ainda, com êsse vago mistério, a sua admirável fôrça sugestiva. Se há retá-

bulos que profanam e depravam os altares, êste é dos que, mesmo fora dêles, não deixa de continuar a obra para que o realizou o artista, elevando e espiritualizando.

Simples de processos como tudo o que é realmente grande, não foi a meu vêr o acaso que levou até à oficina do monge hieronimita êsse modêlo. Frey Carlos procurou-o de-certo com a mesma tenacidade ou a mesma febre com que, na paleta de que habitualmente se servia, lhe sucedeu buscar a modalidade subtíl de uma cambiante; e, uma vez encontrado, fêz dêle conscientemente o tipo dos seus Cristos, tão certo ficou do efeito que dessa figura invulgar de *ganhão* tiraria desde que lhe aumentasse, por contraste, o carácter, cobrindo-a de tecidos belos e dando-lhe, entre colunas translúcidas de mármore e longes estilizados de paisagens, um fundo ainda mais belo e rico. Se assim não fôra, não teria persistido em servir-se dêsse modêlo e essa cabeça que, sem o sonho que a anima, seria quási bestial, não nos apareceria, como aparece, em sucessivos painéis seus.

Variá-la ia como varia as cabeças dos seus anjos e até as das suas madonas, cujas mãos, sempre marcadas dos mesmos estígmas doentios, se repetem contudo numa obcessão que é talvez, quem sabe, a razão de ser da sua profissão religiosa, abandonando a côrte e a reputação que ali já tinha.

No estilo admirável das roupagens do « *Bom Pastor* », essas roupagens maravilhosas que levaram um crítico ilustre a chamar a Frey Carlos: « le maître des belles draperies », a influência de Metsys manifesta-se já muito menos do que no manto da Virgem que se vê no painel central do tríptico em cujos postigos oram os Príncipes D. João e D. Luís. Os espaços lisos são naquêle menores e as pregas, aumentando em número e rigidez, dão um carácter mais gótico à pintura, em que assim o espírito pagão da Renascença apenas aflui nos efeitos acessoriais. E êsse mesmo arcaísmo, que é um dos maiores encantos dêste painel, menos híbrido por isso do que o da « Aparição do Cristo à Virgem», manifesta-se contudo igualmente nesta sua última pintura, onde, entretanto, o espírito do Renascimento tem um muito mais amplo lugar. O seu colorido, desde a sua entrada para o Espinheiro (1517), também se modifica perdendo muito do desmaiado que caracteriza os painéis do tríptico (1512) e o da « Virgem com o Menino » do Museu Municipal do Pôrto, painel êste que tenho como obra intermediária entre aquela e a

iniciação conventual de Frey Carlos. E ao mesmo tempo que aquilo sucede como conseqüência natural do estado de absoluto misticismo em que o pintor passou a viver e do seu maior convívio artístico, em Évora, com obras de pintores inteiramente góticos, a matéria plástica de Frey Carlos, sem perder em transparência e fluidez, ganha mais corpo na sugestão que sofre da obra dos outros pintores portugueses com quem trabalhou e que, na corrente tradicional, se serviam das tintas com muito maior saturação.

Ao artigo publicado há dois anos por Luciano Freire, e em que êste ilustre professor reüniu tudo o que se sabia da vida de Frey Carlos, juntando-lhe o que a experiência dos seus trabalhos lhe tinha ensinado, alguma coisa há a acrescentar e, felizmente, alguma coisa de fundamental. Frey Carlos, embora flamengo de origem, isto é, filho ou neto de flamengos e, como tal, fazendo parte da respectiva colónia, nasceu em Lisboa. Cheguei a essa conclusão pelo exame do livro de profissões do Espinheiro da Biblioteca de Évora, extratado por Ramalho Ortigão, e de dois manuscritos que tive a felicidade de encontrar, um do séc. XVI e outro posterior, mas cópia de um documento coevo. No do século XVI, que pertence ao sr. conde de Arrochela, apurei também que, em 1553, Frey Carlos já tinha falecido, achando-se enterrado no Mosteiro.

E à lista dos painéis de Frey Carlos mencionada por Luciano Freire, além do «Casamento de S.ta Catarina», da colecção Cook, há a acrescentar dois identificados por mim, ambos representando S. Jerónimo no deserto. O mais pequeno está em Évora na posse de um particular; o outro, de grandes proporções, está no Museu Regional do Pôrto.

Quanto ao painel o «Entêrro de Cristo», assinado e datado de 1535, e que, segundo Raczynski, pertenceu a Roquemont, parece, conforme as indicações que ùltimamente me deram, estar no Museu de Cassel. Até agora, porém, a-pesar-de tôdas as tentativas, ainda não pude ter confirmação do facto.

A influência de Frey Carlos nos nossos pintores do séc. XVI foi grande e estende-se pelo menos até Cristóvão Lopes. Isto é, porém, assunto que exige mais larga explanação e que ficará para futuro artigo.

JOSÉ DE FIGUEIREDO.

RUY DE PINA OFERECENDO UMA CRÓNICA A D. MANUEL

ILUMINURA DA CRÓNICA DE D. AFFONSO V

Torre do Tombo (leitura nova)

# DO SIGILO NACIONAL SÔBRE OS DESCOBRIMENTOS

## CRÓNICAS DESAPARECIDAS, MUTILADAS E FALSEADAS ALGUNS DOS FEITOS QUE SE CALARAM

DOIS factos culminantes vieram nos últimos trinta anos rasgar âmbito novo e ilimitado à história dos Descobrimentos portugueses: dum lado a demonstração, já hoje realizada, desde Ravenstein a Joaquim Bensaúde e Luciano P. da Silva, da supremacia e originalidade da nossa sciência náutica durante a Renascença; e do outro a afirmação, ora clara, ora hesitante, feita por vários historiógrafos desde Oldham Yule a Faustino da Fonseca e Vignaud, do descobrimento pre-colombino da América pelos portugueses. A demora no conhecimento dum e na afirmação do outro só é possível explicar-se pelo extremo cuidado com que a coroa os escondeu dos outros povos.

Reünindo ao presente os materiais para um largo trabalho sôbre aquele segundo facto e tendo procurado conhecer melhor as causas e o processo do sigilo nacional, aliás já hoje comprovado, vamos expor nesta revista, e a pedido de alguns dos seus organizadores, certas das nossas averiguações que julgamos vêm transformar as bases, em que até aqui tem assentado a historiografia dos Descobrimentos durante a Renascença.

O monopólio do comércio oriental, que nós na essência visavamos desde o Infante D. Henrique, realizado que fôsse, havia de acarretar conseqüências e repercussões económicas e políticas tão

graves sôbre quási tôda a Europa, que os dirigentes da emprêsa nacional, por menos dotados de previsão que fôssem, não podiam deixar de a rodear das maiores reservas e defesas.

A posse do comércio levantino fôra de longa data para tôdas as nações mediterrâneas o índice supremo da sua prosperidade e domínio, desde o Império Romano à República de Veneza; ao findar a Idade Média os embaraços que o dificultavam faziam dêsse tráfico o problema de mais urgente solução para a economia da Europa; e em Lisboa e Lagos, onde ancoravam então a cada passo as galés adriáticas, que iam levar ao ocidente e norte da Europa as especiarias indianas, essa eloqüente realidade haveria primeiro de deflagrar as ambições e de seguida aconselhar os maiores resguardos à sua realização.

D. Henrique transforma assim logo desde o comêço, com o assentimento do Regente seu irmão, a sua emprêsa marítima num monopólio (1443). As penas aplicadas aos nacionais que se intrometessem sem a sua licença e mais tarde sem a licença régia, nas suas navegações, vão desde a confiscação dos navios e mercadorias até à pena de morte. No reinado de D. Afonso V chega-se a ordenar até que as tripulações dos navios estrangeiros, encontrados na zona das navegações, fôssem aí mesmo lançadas ao mar «sem mais ordem ou figura de juízo». ¿Até onde ia no ânimo do Infante o pensamento dêsse exclusivo? Cremos que abrangia tôdas as navegações atlânticas, ressalvadas apenas as que tocavam ao comércio europeu, pròpriamente dito. Dentro das concepções geográficas de então era natural que se hesitasse, — e sabemos pelo *Esmeraldo* que assim foi, — entre o caminho pelo sul ou pelo ocidente para alcançar a Índia. A não admitirmos êstes vastos propósitos uma parte da sua obra torna-se incompreensível.

Com os estrangeiros e em especial com Castela, — e aqui se move o eixo da questão, — a efectivação dêsse monopólio apresentava grandes dificuldades. Só um poder culminante a tôdas as nações europeias, o Papado, o poderia sancionar. A Igreja todavia levou muitos anos a fazer, contra as pretensões de Castela, tamanha concessão. Por isso, durante longo tempo, D. Henrique sustenta uma luta renhidíssima para fechar o Atlântico e as suas novas navegações à Espanha. Como os nossos cronistas quási totalmente se calaram a tal respeito, essa parte da obra do Infante passou até hoje despercebida dos nossos historiadores; e torna-se mister

recorrer aos cronistas espanhóis e a alguns documentos esquecidos para estudar certos dos seus propósitos ocultos. Como exemplo apontaremos os seguintes factos. Em 1424 D. Fernando de Castro é enviado com uma forte armada contra as Canárias, que já então os castelhanos tinham começado a ocupar. Posto-que a expedição não fôsse de grandes resultados, no ano seguinte o bispo de Burgos, D. Afonso de Cartagena, vem a Portugal, como embaixador do Rei de Castela, reivindicar para a respectiva coroa a posse de todo o arquipélago. Mas D. Henrique nunca mais desiste nessa luta, que os nossos cronistas esconderam. Em 1435, tendo o Infante conseguido do Papa uma bula em que lhe concede a conquista das Canárias, logo Castela envia embaixadores à Cúria protestando; e o mesmo faz o bispo de Burgos no concílio de Basileia nas *Alegações contra os portugueses*, onde agora não só reclama para a coroa castelhana a posse das Canárias, *como a da Mauritânia e da Tingitânia, isto é, da região e cidade de Tanger, base naval atlântica* [1]. Essas pretensões conjuntas representavam para Portugal um perigo enorme. Castela, possuidora dum ponto de apoio no noroeste africano e dum arquipélago atlântico, podia desenvolver, e fatalmente o faria, uma acção navegadora paralela à nossa. Era exactamente na época em que, dobrado o Bojador, o Infante continuava a navegar para o sul, e acabava, além disso, de reconhecer quási todo o arquipélago dos Açores. Por sua vez, o Papa, hesitante entre as duas nações em luta, envia em Julho de 1436 uma bula a D. Duarte, em que o aconselha a que não intente cousa em prejuízo do Rei de Castela, pois êste reclama para si a conquista das terras de África e das ilhas Canárias [2]. ¿Como responde a isto o Infante D. Henrique? Obtém em Setembro dêsse mesmo ano uma bula de cruzada contra os infiéis em África *e lança-se, no ano seguinte à emprêsa de Tanger, como o mais eficaz dos meios de se antepor aos projectos de Castela, emquanto doutro lado continua em luta renhidíssima pela posse das Canárias*. Vista a esta luz e

[1] Vide *Alegações feitas contra os portugueses a favor do rei de Castela e Leão no concílio de Basileia*, por D. Afonso, bispo de Burgos, sôbre a conquista das Canárias. Mss. da Biblioteca do Escurial, publicado em 1912 por Ernesto do Canto numa edição de 70 exemplares. Texto em latim.

[2] Extractada em *Alguns documentos da Tôrre do Tombo*, pag. 4.

conjugada com êste último facto, a emprêsa de Tanger, tantas vezes encarada como produto da belicosidade cega e contumaz do Infante, ganha de súbito um alcance imenso e atinge em relação ao plano dos Descobrimentos e aos perigos da intromissão de Castela, tantos anos retardada, uma visão genial. Desta forma o desastre de Tanger produzia, não obstante, conseqüências proveitosas: sofreava as ambições alheias, patenteando os perigos terríveis da emprêsa. Mau grado êsse desenlace trágico e a oposição castelhana, o Infante não recua. Ainda no reinado de D. Duarte êle tenta obter pelos meios diplomáticos por parte de Castela a cedência dos direitos que esta se arrogava sôbre as Canárias. Êsses esforços repetem-se durante a regência de D. Pedro e, logo após a sua morte, no reinado de D. Afonso. Como Castela não cedesse, o Infante resolve-se a empregar os meios violentos; e só entre 1450 e 1453 envia quatro armadas sucessivas a combater o arquipélago. Sabemos igualmente que os castelhanos não desistem dos seus projectos, e, pouco depois dos nossos descobrimentos na costa ocidental da África, começaram a enviar navios a comerciar naquelas partes. Em 1452, quando algumas caravelas de Sevilha e Cadiz voltavam da Guiné, foram atacadas pelo varinel do corsário português Palenço, ao serviço do Infante, que aprisionou uma delas, trazendo-a carregada de mercadorias para o reino. Os tripulantes ficaram todos presos, e a um genovês, mercador em Sevilha, que acompanhava o navio, mandou o Rei cortar as mãos. De parte a parte, por causa dêstes factos, sucedem-se as embaixadas, tendo D. João II de Castela enviado em 1454 dois emissários à côrte portuguesa com uma carta de protesto contra os ataques às ilhas das Canárias e os apresamentos dos seus navios, que iam à «*la tierra que llaman Guinea, que es de nuestra conquista*»[1]. Finalmente, no comêço dêsse mesmo ano, uma bula de Nicolau V, proïbindo, sob pena de excomunhão, a todos os cristãos que se intrometessem nas navegações portuguesas, sancionava o monopólio de D. Henrique, sem evitar aliás que os castelhanos o continuas-

[1] Sôbre êstes factos vejam-se em especial as cartas de D. João II de Castela na *História de las Indias*, de Las Casas, liv. I, cap. XVIII.

sem a atacar. Assim os perigos que para a nossa emprêsa representavam uma possível expansão espanhola no Atlântico e as sucessivas pretensões da coroa castelhana aos nossos descobrimentos justificavam só por si e plenamente que desde o comêço nós os rodeassemos do maior sigilo.

Das mesmas citadas *Alegações* de D. Afonso de Cartagena se depreende, todavia, que as crónicas podiam desempenhar uma função especialíssima nos debates internacionais sôbre as conquistas de além-mar. Com efeito, depois de declarar que em disputas dessa ordem não se admitia prova por testemunhos que excedessem a nossa memória e a dos nossos maiores, enumera êle as diferentes espécies de prova, que é lícito alegar. A primeira de tôdas, declara o bispo, são as crónicas. « *Prima species probandi est per cronicas*... » E, reivindicando para a coroa castelhana a Tingitânia e a cidade de *Tanjar*, logo cita em apoio vários textos de história. Assim as crónicas, se por um lado podiam desvelar aos inimigos os nossos planos extemporânea e perigosamente, pelo outro podiam servir, em caso de litígio, como documento autêntico do direito de posse ou de *conquista*, segundo a expressão da época.

As crónicas passavam a constituir dêste modo um dos mais graves problemas dentro da política do Estado, pois haviam de ser ou meros instrumentos políticos, relatando apenas o *quantum satis* a alegar como prova, ou, caso contrário, perigosas fontes de informação e de denúncia para as nações rivais. Caso estranhamente ilustrativo: ainda em vida do Infante D. Henrique existe ao serviço de D. Afonso V um certo Álvaro Gonçalves de Caceres, cujo nome denuncia origem castelhana, e era, de seu ofício, *leitor das crónicas e livros de Castela*. No documento, em que o Rei premeia os seus serviços, dando-lhe armas de cavaleiro, chama-se-lhe *discreto* e *varão virtuoso e fiel* [1]. Procuravamos hàbilmente, é bem de ver-se, estar ao facto dos planos, dos segredos, dos títulos de posse de Castela.

E era natural, em quem tão de perto espiava as crónicas alheias, que se acautelasse com as suas.

[1] Arquivo Nacional, *Livro 4 dos Misticos*, fol. I.

Daí vem, como adiante veremos, que uma parte imensa da obra do Infante, a que esclarece definitivamente os seus intuitos, ainda hoje tão discutidos, só agora se pode conhecer. Todavia o maior organizador do segrêdo nacional dos Descobrimentos foi D. João II. Sabemos pela crónica de Rezende que para o conservar êle usou de todos os meios, quere obrigando os navegantes a grandes juramentos, quere propalando lendas proibitivas sôbre as terras descobertas, quere infligindo a quantos o pretendiam revelar castigos crudelíssimos. Mais do que isso êle foi o grande organizador da defesa militar, diplomática e secreta (por meio da espionagem) das navegações e descobrimentos portugueses. É certo que a êsse tempo já outras nações mais nos disputavam a posse do comércio nas novas terras descobertas. ¿ Não seria natural que o ciosíssimo organizador do segrêdo nacional impedisse também a sua divulgação pela história impressa ou manuscrita, quando os estrangeiros procuravam por tôdas as formas o seu conhecimento?

Êste aspecto político da emprêsa dos Descobrimentos nas suas relações com a historiografia oficial nunca foi encarado. Não obstante, ¿ como não haviam as crónicas, mandadas escrever pelos monarcas, sôbre feitos coevos ou de repercussão coeva, de sofrer das enormes limitações e reservas, que lhes impunham os formidáveis interêsses que se debatiam? Se em história é perigoso medir todos os factos passados pela mentalidade de hoje, não deixa de ser ingénuo supor por demais primitivos certos processos políticos de outrora.

Quem ler as crónicas de Rui de Pina, o cronista oficial, ao serviço de D. João II, quási de todo omisso sôbre os Descobrimentos, convencer-se há de que, para êle, bem ao invés do que acontecia com o seu régio amo, a emprêsa marítima e colonizadora dos portugueses era um acidente mínimo na vida nacional. E, se quisermos estudar os propósitos do Infante pelas empresas posteriores a 1448, último ano que alcança a *Crónica da Guiné* por Azurara, vemo-nos desde logo nos maiores embaraços. Se até àquela data já são muitas as dificuldades, desde aí por diante começa aquilo a que podemos chamar a *época negra* na historiografia oficial dos Descobrimentos portugueses. Entramos desde logo na maior confusão e carência dos dados cronológicos, não sendo mais clara ou certa a história no conhecimento dos descobridores, das terras descobertas e sua respectiva atribuïção.

# DO SIGILO NACIONAL

## CRÓNICAS SEQUESTRADAS OU DESTRUIDAS

Quando mais tarde, depois do primeiro quartel do século XVI, passado o período de esplendor da epopeia marítima, os nossos cronistas, principalmente Barros e Góis, a querem relatar desde os seus inícios, logo se queixam dessas dificuldades em termos duma rara eloqüência. O que espanta apenas é que até hoje ninguém tivesse feito reparo de maior nas palavras dos dois historiadores.

Barros, logo no prólogo das *Décadas*, dirigido a D. João III, declara, depois de se queixar do descuido dos portugueses em encomendar os seus feitos «à custódia das letras», que se dispõe a escrever os que êles fizeram, porque estão perdidos até àquela data e sabe *por escrituras particulares serem maiores do que aparentam nas crónicas oficiais* [1]. Depois, terminado o relato dos Descobrimentos durante a vida do Infante D. Henrique, declara que tudo ou a maior parte tirou de Azurara, mas «não foi pequeno o trabalho que tivemos em ajuntar cousas derramadas e por papeis rotos, e fóra da ordem que êle Gomeeanes levou no processo dêste descobrimento» [2]. Com efeito é muito de estranhar que não houvesse então em Portugal mais do que fôlhas mutiladas e sôltas da *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*. Finalmente termina o relato dos descobrimentos em tempo de D. Afonso V com estas estranhas palavras: «Também se descobriu a ilha de S. Thomé, Anno bom e a do Principe por mandado del Rey dom Affonso, e *outros resgates e ilhas*, das quais não tratamos em particular por não termos quando e per que capitães forão descobertas. Porem sabemos na voz comum serem maes cousas passadas e descobertas no tempo dêste Rey do que temos escripto...» [3].

¿ Que outras ilhas e resgates ( comércios ), por conseqüência terras habitadas, seriam estas ? Na África por certo não, pois êle

1 «Despoendome a escrever o que elles fezerão no descobrimento e conquista do Oriente, por se não perderem da memoria dos homẽs, que vierem depois de nós, tão gloriosos feitos como vemos serem perdidos de vossos progenitores, mayores em louvor do que lemos em suas chronicas (segundo mostrão algũs fragmentos de particulares escripturas)».

2 *Década* I, livro II, cap. I.

3 *Década* I, livro II, cap. II.

continua descrevendo o descobrimento das suas costas, dizendo quando e os capitães que as descobriram. ¿E é crível, porventura, que o culto D. Afonso V, que já encarregara Azurara de escrever sôbre os descobrimentos em tempo de seu tio e lhe encomendara as crónicas, de não maior interêsse, dos Condes de Menezes, esquecesse os feitos descobridores realizados após a morte de D. Henrique?

Góis, se não avança uma afirmativa de tal alcance como esta última de Barros, é, todavia, mais explícito no que toca ao silêncio dos cronistas. Todo um capítulo, o VI da *Crónica do Príncipe D. João*, êle dedica claramente a apontar o desaparecimento duma série de crónicas que deviam versar sôbre os Descobrimentos, chegando a insinuar que as furtara Rui de Pina. As suas notáveis afirmações sôbre o desaparecimento das crónicas são ratificadas e desenvolvidas ainda no longo capítulo XXXVIII da parte IV da *Crónica de D. Manuel*.

Conjugando o que uns e outros dizem com alguns outros factos que Damião de Góis desconheceu ou calou, e com o exame da *Crónica da Guiné*, cremos alcançar a prova de que o silêncio dos cronistas foi propositadamente organizado, a data em que êle começou e os seus principais agentes e mandatários.

Digamos desde já que em especial Góis cita e relaciona uma série tal de desaparecimentos de crónicas ou omissões de factos nas que êle conhecia, sôbre Descobrimentos, que não se pode crer senão que êle soubesse a causa explicativa, mas não a pudesse revelar.

Para melhor inteligência dos leitores vamos referir, um por um, a série dêsses factos, relacionando-os pouco a pouco até às conclusões finais.

Quando Góis escrevia, segundo as suas próprias afirmações, de longa data que haviam desaparecido:

*a)* a terceira parte da *Crónica de D. João I*, por Fernão Lopes, e que ia da tomada de Ceuta ao falecimento do Rei, abrangendo assim os começos da época dos Descobrimentos;

[...«nestes novos descobrimentos... aquilo que por extenso houvera de ser escrito na terceira parte da *Crónica de el-rei D. João*, o primeiro, depois da tomada de Ceuta, até ao seu falecimento, que foi tempo de dezoito anos, dos quais não vi cousa que Fernão Lopes (que foi cronista e guarda da Torre do Tombo e compoz de novo esta *Crónica de el-Rei D. João*) escrevesse, a qual terceira parte eu ousaria de afirmar que ele fez, mas como se lhe este trabalho rou-

bou não me atreveria a dizer por honra dos que depois dele escreveram...». Cap. VI da *Cron. do Príncipe.* No cap. citado da *Crónica de D. Manuel* afirma: «... donde se vê na verdade ter este copioso escritor Fernão Lopes feitas e compostas as cronicas dos reis atraz e toda a del Rei D. João I.» ]

*b)* a *Crónica de D. Duarte*, por Fernão Lopes;

*c)* a *Crónica de D. Afonso V* até à morte do Regente, por Fernão Lopes;

[ «Bem claro se vê deste logar que fez Fernão Lopes a *crónica del Rei D. Duarte...* », cap. XXXVIII da parte IV da *Crónica de D. Manuel.* « ... a qual história geral Fernão Lopes continuou até à morte do Infante D. Pedro...» cap. VI da *Crónica do Príncipe D. João.* ]

*d)* a *Crónica de El-Rei D. Duarte*, por Azurara;

[ ... porque o cap. V da *Crónica del Rei D. Duarte* (de Rui de Pina) é seu e assim todos os razoamentos que na dita crónica são escritos sobre a ida de Tanger, o que se bem conhece e vê do estilo e ordem costumada do mesmo Gomez Eanes », cap. VI da *Crónica do Pr. D. João.* Barros neste ponto é mais expresso: « E porque cada um não perca seu trabalho, tambem escreveu (Azurara) a *Crónica* deste Rei D. Afonso até a morte do Infante D. Pedro e a *Crónica del Rei D. Duarte*, seu padre... » *Dec.* I, liv. II, cap. II. ]

*e)* uma grande parte da *Crónica de D. Afonso V*, por Azurara;

[ Ao anterior testemunho de Barros acrescentemos o de Góis: « De maneira que esta *Crónica del Rei D. Afonso V* foi começada por Gomez Eanes e depois continuada por outros... », cap. XXXVIII da *Crónica del Rei D. Manuel.* Esta mesma afirmação é confirmada por vários passos das outras crónicas de Azurara, a alguns dos quais nos referiremos adiante. Góis crê que êle tivesse escrito essa Crónica até ao ano em que morreu, aproximadamente. Azurara faleceu em 1474. ]

*f)* o I e o II volumes da *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*, por Azurara;

[ «... mas pode ser que o fizesse na história de Guiné, que ele diz que compoz, de que não ha noticia... », cap. VI da *Crónica do Príncipe D. João.* Como vimos atrás, Barros conheceu ainda fragmentos desta crónica; e pouco mais ou menos na data em que Damião de Góis duvidava até que ela tivesse existido, em Espanha, Las Casas extractava-a largamente para a sua *História das Indias.* O I vol. da *Crónica da Guiné* conhece-se apenas desde o meado do século passado, pela impressão do exemplar manuscrito (único em letra do

século xv) existente na Biblioteca Nacional de Paris. O II vol., a que êle envia por vezes o leitor, nalgumas passagens do I, é inteiramente desconhecido. Não há, todavia, razão alguma para crer que êle deixasse de o escrever.]

Outras crónicas ou escritos notáveis sôbre as navegações foram inteiramente desconhecidas por Damião de Góis, quais sejam:

*g)* a *Crónica sôbre os Descobrimentos*, de Afonso Cerveira;

[Esta crónica foi escrita antes da de Azurara e era muito mais minuciosa que a sua. Eis como êle se lhe refere: «Não curo de escrever algumas cousas da viagem destes, que achei escritas por Afonso Cerveira, que esta história primeiramente quiz ordenar...» *Crónica da Guiné*, pag. 165. «Não nos pareceu necessário falarmos na chegada das caravelas a Lisboa nem ocuparmos nossa escritura no recontamento da venda dos mouros, assim como o achamos no traslado de Afonso Cerveira, *de que tiramos esta história...*» *Idem*, pag. 259. «E posto que achassemos o teor daquela carta, intitulada no primeiro livro que fez Afonso Cerveira, *pelo qual proseguimos esta história...*» *Idem*, pag. 393.

A carta, a que o cronista se refere neste passo, é aquela em que o Regente, a 3 de Fevereiro de 1446, concede a seu irmão D. Henrique o monopólio do comércio com as ilhas Canárias [1]. Dêstes trechos, pois, se pode concluir que Cerveira escrevera um volume sôbre os Descobrimentos, o qual abrangia as viagens realizadas pelo menos até 1446; que Azurara o utilizou largamente; finalmente que o resumiu.]

*h)* O *Esmeraldo de situ orbis*, por Duarte Pacheco:

[Nem Góis, nem Barros o citam. Mas, — facto estranho — Barros na sua *Década* I, introduz alterações notáveis ao texto de Azurara e até alguns factos muito importantes, que êste não relata, como a referência a Jaime de Maiorca, e que todos se encontram no *Esmeraldo*. Um escritor estrangeiro, o primeiro que assinalou êstes últimos factos, num pequeno mas interessante estudo [2], observa: «Quand on voit avec quel soin l'auteur des décades a cité la chronique de Guinée, l'on cherche em vain la raison qui l'a determiné a passer sous silence l'*Esmeraldo de situ orbis* de Pacheco Pereira, auquel il fait cependant de larges emprunts. Aussi ce n'est pas qu'il n'attache aucune importance au témoignage de cet écrivain. Au moyen de cette nouvelle source il complète Azurara el il est même curieux de constater qu'il préfère, en cas de contradiction, les données de Pacheco».

[1] *Alguns documentos do arquivo Nacional da Tôrre do Tombo*, pag. 9.

[2] Dr. Jules Mees. *Les manuscrits de la «Chronica do descobrimento e conquista da Guiné»* par Gomes Eanes de Azurara et les *œuvres* de João de Barros, in *Revista port. colonial e maritima*, tômo II, 1901-1902.

Adiante veremos que não é difícil encontrar a razão que obrigou Barros, e porventura Góis, se conheceu a obra, a calar o nome de Duarte Pacheco.

*i)* Desde 1474, em que Azurara faleceu, até 1497, data da nomeação oficial de Rui de Pina, sabe-se apenas da existência dum cronista-mor, — Vasco Fernandes de Lucena [1]. Não se conhece de todo o tempo em que êle exerceu o cronistado, uma única página sua escrita, sôbre história, que justifique a sua longa permanência no lugar. ¿ E' crível que D. João II durante todo ou quási todo o seu reinado (Lucena já em 1484 era cronista-mor) o mantivesse nesse cargo sem qualquer proveito ou razão aparente ?

Como vimos, a maior parte das notícias sôbre o desaparecimento de crónicas provêm-nos de Damião de Góis. Foi êle o único historiador que apontou êsses factos e os relacionou procurando dar-lhes uma explicação, tendo em cada uma das crónicas de D. Manuel e do Príncipe D. João dedicado ao assunto seu capítulo. Das duas foi esta última, como era natural, a primeira que escreveu ; mas só a deu à estampa depois de composta e publicada a de D. Manuel. Esta foi impressa em 1566 ; aquela em 1568. E do próprio texto do capítulo VI da *Crónica do Príncipe*, em que versa o nosso caso, se depreende que êle a retocou, depois de ter escrito a de D. Manuel. O que escreve, pois, naquela crónica deve tomar-se naquilo em que divergem como a sua última e mais esclarecida opinião.

¿Como explica então o desaparecimento das crónicas? Tanto num como noutro dos citados capítulos atribui-o a furto. A diferença está em que na *Crónica de D. Manuel* é mais lato e claro na atribuïção : « Dos quais logares recitados se vê na verdade ter Fernão Lopes escritas e acabadas todas as crónicas do reino, começando do conde D. Henrique até à delrei D. Duarte, que foram em numero de (?) doze, mas como se lhe roubou o louvor de tamanho trabalho, julgue-o quem o bem entender ».

[1] Vide Fr. Manuel de Figueiredo, *Dissertação histórica e crítica para apurar o catálogo dos croniscas mores do reino e do ultramar*, 1789, pag. 14, e João Pedro Ribeiro, *Memorias do Real Archivo*, 1819, pag. 58 e seg.

E adiante, quando fala das crónicas que Rui de Pina escreveu sôbre os reis da primeira dinastia, observa que *em muitas partes tem semelhança de estilo com as de Fernão Lopes*, acrescentando depois que o texto das crónicas de D. Duarte e D. Afonso V daquele mesmo autor pertence quási sempre a Fernão Lopes e a Azurara. Góis lança, pois, sôbre Pina a culpa de furtador, acusação esta que Herculano aceitou [1].

Na *Crónica do Príncipe* já Góis não fala das crónicas da primeira dinastia, atribuidas a Fernão Lopes, ainda que continui a fazer para as restantes a insinuação de que houve furto. Aquelas deveriam ter constituido, segundo as próprias palavras de Fernão Lopes, o primeiro volume da sua história. Devemos separá-las, pois, das restantes, as únicas que interessam ao nosso estudo. Algumas razões nos levam ainda a fazer essa separação. Conta Góis, transcrevendo uma carta de João Rois de Sá, alcaide-mor do Pôrto, que as crónicas dos reis passados se tinham perdido em poder de Frei Justo, bispo de Ceuta, que D. Afonso V mandara vir de Itália para lhas verter em latim, e quando êle morreu de peste em Almada. Acrescenta além disso que D. João II mandou entregar a Rui de Pina umas crónicas dos reis antigos, que existiam em poder dum tal Fernão de Novais. Mas Pina já antes de 1490 fôra encarregado do ofício de cronista por D. João II [2] e o bispo D. Justo ainda em Abril de 1493 era vivo [3]. Notemos igualmente que foi D. Manuel quem, segundo Góis, encarregou Rui de Pina de escrever as crónicas dalguns dos reis da primeira dinastia e que o documento em que D. João II em 1490 concede uma pensão a Rui de Pina reza assim: « esguardando ao trabalho e à ocupação grande que Rui de Pina escripvão da nossa camara tem com o carrego que lhe demos de escrepver e assentar os feitos famosos asy nossos como de nossos regnos que *em nossos dias são passados e ao deante se fizerem*... »

Ora o escrivão da câmara de D. João II, que o serviu nalgumas das suas embaixadas e conhecia os segredos da política nacional, *não podia escrever sôbre os feitos dos dias, isto é, da vida do*

[1] *Opúsculos*, V, pag. 21.

[2] *Chancelaria de D. João II*, liv. 12, fol. 16.

[3] J. P. Ribeiro, *Dissertações cronológicas*, tômo V, pag. 199 e 252. Visconde de Paiva Manso, *História eclesiástica ultramarina*.

*monarca, diminuindo e escondendo em grande parte, como fêz, a obra dos Descobrimentos, sem ajustar nesse ponto pela mesma apertaditíssima craveira as crónicas dos reis anteriores que igualmente versavam a emprêsa nacional.* Podemos separar assim os desaparecimentos das crónicas não só no que toca à primeira e à segunda dinastia, como à missão de Pina no reinado de D. João II e no de D. Manuel.

O mesmo Góis acaba por separar um do outro facto, pois na *Crónica do Príncipe D. João*, a última publicada, se refere apenas ao desaparecimento das crónicas da segunda dinastia, relacionando--as desta vez e apenas com os Descobrimentos.

Notemos ainda que a grave acusação de Góis a Rui de Pina é claramente confirmada por Barros no que toca às crónicas de D. Duarte e D. Afonso V, de Azurara: « *E porque cada um não perca seu trabalho*, tambem escreveu a crónica deste Rei D. Afonso até á morte do Infante D. Pedro e a crónica del Rei D. Duarte seu padre, *as quais Rui de Pina que o sucedeu no oficio fez suas, pelo que emendou* e acrescentou nelas principalmente na del Rei D. Afonso, àcerca das cousas que passaram depois da morte do Infante D. Pedro. » [1]

O exame das mesmas crónicas de Rui de Pina, comparadas com a de D. João II, que é inteiramente sua e com as que foram escritas por Azurara, nos confirma na opinião de que Pina se apropriou do trabalho daquele.

¿ Como explicar então o *furto* de Rui de Pina ?

¿ Será que êle, corvo de D. João II, como Herculano insinuou, se quisesse apenas enfeitar com as penas de pavão dos anteriores cronistas ? ¿ É crível que êle assumisse tamanha responsabilidade, exactamente na época em que o relato dos feitos *emendados* interessava a muitos dos seus autores ou descendentes e quando existiam por certo muitos possíveis denunciantes dêsse furto ? Não ; segundo cremos, só o sigilo oficial sôbre os Descobrimentos pode explicar o estranho facto.

Uma outra série de razões, que passamos a enumerar, nos confirma inteiramente nessa explicação do enigma.

*a)* Antes de mais nada convém observar que, pelo que diz

[1] *Década* I, liv. II, cap. II.

respeito à obra de Azurara, apenas desapareceram as crónicas que certamente se referiam a Descobrimentos. De tôdas as restantes e que hoje se conhecem existiam, antes da impressão, e existem numerosos apógrafos nas Bibliotecas Nacional, Municipal do Pôrto, da Academia de Sciências e Tôrre do Tombo.[1]

*b)* Na *Crónica de D. Duarte*, de Rui de Pina, não se fala de Descobrimentos.

*c)* Na de D. Afonso V, do mesmo cronista, apenas um capítulo se refere muito ligeiramente à grande emprêsa nacional. Foi o mesmo Góis quem primeiramente o observou: «...porque nas crónicas del Rei D. João e del Rei D. Duarte, seu filho, nenhuma cousa se trata do que toca a estes descobrimentos e na del Rei D. Afonso quinto, seu neto, em um só capítulo, onde se escreve o falecimento do Infante D. Henrique, conta este crónista, brevemente, algumas cousas das que até então passaram...»[2].

*d)* Na *Crónica de D. João II*, isto é, quando os Descobrimentos dominam tôda a política do Estado, apenas dois ligeiros capítulos lhes são expressamente dedicados.

*e)* Sôbre as explorações atlânticas, a ocidente dos arquipélagos dos Açores, Madeira e Cabo Verde, realizadas desde o reinado de D. Afonso V e continuadas em tempo de D. João II, nem uma palavra existe nas respectivas crónicas. Todavia, uma dessas expedições, ordenada por êste último monarca, e antes da primeira partida de Colombo, a de Pedro de Barcelos e João Fernandes Lavrador, à América do Norte, alcançava a «parte do norte», segundo os documentos autênticos do tempo.

O ajustamento e simultaneidade dêstes factos, bastaria, se outras razões mais poderosas não tivessemos, a evidenciar que uns se explicam pelos outros, ou melhor que tanto o desaparecimento das crónicas como o silêncio de Rui de Pina sôbre os Descobrimentos se filiam no segrêdo que envolveu desde o comêço a emprêsa nacional. As crónicas que versavam os Descobrimentos foram sequestradas ou destruidas, tal como

[1] Vide introdução do sr. Edgar Prestage à versão inglesa da *Crónica da Guiné* (da *Hakluyt Society*), vol. I., pag. 60 e seg. e Introdução do sr. Esteves Pereira à sua edição da *Crónica da tomada de Ceuta*.

[2] *Cron. do Príncipe D. João*, cap. VI.

os nossos grandes feitos navegadores desapareceram das obras de Rui de Pina.

Nem êste assumiria a grave responsabilidade de chamar suas as alheias crónicas, quando muitos testemunhos o poderiam delatar, se lhe não tivessem dado o encargo de as *emendar*, como diz Barros, isto é, de apagar delas tudo o que pudesse informar os estranhos sôbre as causas íntimas e muitos dos resultados da emprêsa nacional. ¿Qual a alma vil e pêca de cronista, que na sua história de mótu-próprio calasse ou diminuisse as nossas maiores façanhas, se alguma grave razão de Estado o não tivesse coibido? ¿Como explicar o desaparecimento duma série tão notável de crónicas se uma razão comum o não justificasse?

Em abôno desta opinião devemos relembrar ainda alguns factos semelhantes e já hoje assentes.

*f)* Da série de crónicas desaparecidas ou caladas, durante o tempo em que os Descobrimentos foram o eixo de tôda a vida nacional, devemos aproximar o mistério que nesta mesma época envolveu os livros que versavam a arte náutica, em que fomos os mestres da Europa. O mais notável dêles, o *Regimento do astrolábio*, espécie de manual prático para ensinança de marinheiros, e que êstes dois cronistas igualmente calaram, tornou-se tão raro que da primeira edição conhecida só ha poucos anos tivemos notícia pelo exemplar único da Biblioteca de Munich, que o sr. Joaquim Bensaúde estudou e publicou pela primeira vez. O mesmo ilustre historiógrafo conclui que o desaparecimento total duma primeira edição dessa obra e a extrema raridade da segunda, foram deliberadamente provocados.

*g)* Os documentos da cartografia portuguesa do século XV desapareceram também inteiramente.

*h)* A mesma sorte ainda tiveram muitos dos documentos originais, que mais nos poderiam elucidar e se referiam a terras ou ilhas descobertas, as instruções dadas aos navegantes e os seus respectivos relatórios.

Uns e outros factos têm sido explicados pela mesma razão: o segrêdo nacional.

Finalmente outras razões demonstram, por assim dizer, a nossa afirmação.

*i)* Quem meditar na compreensão da história que sucessiva-

mente tiveram Lopes, Azurara e Pina depressa compreenderá que êste despojou as crónicas daqueles, ao *emendá-las*, de muitos dos factos e pormenores, que encarnam o povo na vida da nação e tornam forte e palpitante o seu relato. Quem ler a *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, na parte que hoje conhecemos, e onde se sentem tumultuar os interêsses e paixões das classes e onde a burguesia e os mesteres, mais organizados, substituindo-se a uma nobreza dividida, inspiram, servem e amparam os heróis nacionais; ou as crónicas da Guiné e dos condes de Menezes, de Azurara, onde tantas vezes transparecem os grandes objectivos nacionais, e ainda a intervenção das classes, posto-que sem o vigor daquele, mas sempre tão minuciosas, tão humanas em certos passos e tão severas por vezes no juízo dos homens,—e as comparar às crónicas de Rui de Pina, maiormente às do *Africano* e do *Príncipe Perfeito*, onde a nação se apaga e mal rasteja como uma sombra aos pés do trono, anémicas, escassas, subservientes, constatará com dor que as dêste último são um pálido resumo das crónicas dos seus antecessores, que êle aproveitou, e representam com a sua monstruosa deformação uma imensa e irremediável perda para a história nacional.

*j)* Desde já podemos dar a prova dêsse facto. Em várias das suas crónicas Azurara, para evitar delongas ou repetições, remete o leitor para a crónica geral do reino [1]. Dois passos, por exemplo, da *Crónica da Guiné* mostram-nos que Azurara relatou na sua *Crónica de D. Afonso V*, factos relativos aos Descobrimentos, que Rui de Pina mais tarde totalmente eliminou. «E era ainda ai Palenço, que era um homem que tinha feito mui grande guerra aos Mouros, e que toda sua vida dispendeu em serviço de Deus e do reino, cometendo e acabando por si mui grandes feitos, *segundo temos falado na crónica geral*, depois que Ceuta foi tomada» [2]. O corsário Palenço, como se depreende das crónicas dos Condes de Menezes, de Azurara, e principalmente da *Historia de las Indias*, de Las Casas, desempenhou papel importantíssimo na defesa do estreito de Gibraltar e no impedimento armado das novas navega-

[1] Pelo que toca à *Crónica da Guiné*, vejam-se por ex. as pag. 4, 31, 63, 68 e 69, 235, 237 e 334.

[2] *Crónica da Guiné*, pag. 237.

ções atlânticas aos castelhanos [1]. Rui de Pina calou êsses feitos culminantes para a compreensão da nossa emprêsa. Ainda outra remissão de Azurara : « E da primeira vinda destes Canareos a este nosso reino e doutras muitas cousas que se passaram àcerca deles, *falaremos mais compridamente na crónica geral dos feitos do nosso reino.* » [2]

Êstes canareos, segundo tôdas as probabilidades, [3] devem-nos ter auxiliado na guerra contra os castelhanos nas suas ilhas natais, mas tôda a história dessa longa luta que terminou pela posse das ilhas e sem a qual se não pode compreender o nosso vasto plano dos Descobrimentos, foi eliminada das crónicas de Rui de Pina.

Provado temos, pois, que não só Rui de Pina se apropriou das crónicas dos seus antecessores, como delas omitiu passos fundamentais para a história dos Descobrimentos.

Acrescentemos ainda que de tôda a *Crónica da Guiné*, ou antes do I volume, que nos é conhecido, e abrange os Descobrimentos até ao ano de 1448, Rui de Pina aproveitou apenas o que basta *para parte dum único capítulo* nas suas duas crónicas de D. Duarte e D. Afonso V. ¿ Descaso do cronista ou dos dois príncipes, o *Perfeito* e o *Venturoso*, ao serviço dos quais êle escreveu ? Mas durante a primeira quarta parte do reinado de D. Afonso V e quando os Descobrimentos estavam apenas no comêço e mal se podiam sonhar as suas conseqüências, dois cronistas, Cerveira e Azurara, eram encarregados de os relatar minuciosamente. Como se pode conceber que em menos conta fôssem tidos êsses feitos, quando por via dêles a nação culminava o apogeu da glória e do poder e de súbito se antepunha em acção civilizadora e transformadora do mundo a tôda a Europa ? !

Perante esta série de factos não podem ficar dúvidas de que houve um deliberadíssimo propósito de calar na historiografia oficial do tempo a obra dos Descobrimentos, e que, sendo assim, igualmente se impunha fazer desaparecer dos documentos escritos tudo o que necessàriamente se lhe prendesse.

Rui de Pina só em 1497, isto é, já no reinado de D. Manuel, era investido no cargo de cronista-mor, que Vasco Fernandes

[1] *Hist. de Las Indias,* pag. 150.
[2] *Crón. da Guiné,* pag. 334.
[3] Veja-se *Visconde de Santarém,* « Quadro Elementar »...., vol I, pag. 253.

de Lucena, o chanceler-mor do cível lhe cedia [1]. Todavia, já antes de 1490, como vimos, ele fôra encarregado de escrever os feitos famosos do Rei e do Reino, por D. João II. ¿ A que vinha êsse encargo confiado ao escrivão da câmara, se o ilustre Vasco de Lucena, grande doutor *in utroque jure*, orador e diplomata, figura preeminente da nação, era o cronista-mor ?

Conforme cremos, a razão está em que nem todos se prestavam à tarefa de extorquir, mutilar ou destruir o alheio labor, defraudando a uns a glória dos feitos e a outros o mérito de os ter perpetuado, ainda que sob a fácil indulgência da razão do Estado.

A ilustrar o nosso estudo vai a reprodução duma iluminura com que abre o manuscrito da *Crónica de D. Afonso V*, feito no comêço do século XVI, e desde então guardado no Arquivo Nacional, na qual estão representados, e, segundo os entendidos, com todos os caracteres do retrato, Rui de Pina, o autor da *Crónica*, e D. Manuel, o monarca, a quem foi oferecida. Lá se vê, moreno, grisalho e gordo, envolto em rico manto, e farto das benesses que fruia, o cronista, de giolhos em terra aos pés do trono, ofertando ao monarca o seu inglório e minguado epítome.

Adiante veremos que outras razões mais nos convencem de seus *furtos* e *emendas*, e ao mesmo tempo o inocentam em grande parte dêles.

## A «CRÓNICA DA GUINÉ» FOI MUTILADA E TRUNCADA

Voltemos agora à *Crónica da Guiné*. De há muito, e sempre que a líamos, ainda que como livro de consulta e sob algum dos seus aspectos parciais, ficavamos com a impressão mal definida de que havia através dela, mormente nos últimos capítulos, ou fôssem insuficiências de relato, ou desconexões ou soluções de continuidade, que a tornavam abortiva e falha. Suspeitosos de que o cronista soubera mais do que nos dizia na sua *Crónica*, e impressionados ainda com a estreiteza dos resultados obtidos pelo

[1] *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 29, fol. 25.

Infante, medidos pela invocação exclamativa do prólogo, donde era lícito supor que D. Henrique tivera vastos conhecimentos do Oriente, adquiridos pelos seus servidores numa série de viagens por terra, formulámos a hipótese de que o manuscrito de Paris não correspondesse integralmente ao primitivo original. Demo-nos então a uma análise da *Crónica*, o mais minuciosa e paciente que pudemos, pela única edição impressa, a do visconde de Carreira.

Em vez de apresentarmos ao leitor as nossas conclusões, segundo o processo por que as conseguimos alcançar, vamos seriá-las conforme a ordem lógica e por maneira que as faça ressaltar com maior evidência.

Quando o leitor atento, folheando a *Crónica*, entra na última parte, chegado aos capítulos 71.º a 73.º (a obra tem noventa e sete), notará que o cronista, sem que nenhum facto até aí relatado o possa explicar, dá um balanço à obra do Infante realizada até ao comêço do ano de 1446, sumariando nos dois primeiros alguns informes sôbre a geografia física e política do noroeste de África, visitado por nós, assim como sôbre os costumes dos respectivos habitantes, e declarando no seguinte o número de caravelas ali enviadas até àquela data, ou sejam cinqüenta e uma e o número de léguas de costas exploradas, que vem a ser quatrocentas e cinqüenta. Quanto ao número de cativos trazidos para o reino, Azurara promete referi-lo mais adiante, como com efeito vem a fazer no fim da obra, mas abrangendo então a mais os anos que vão até ao fim de 1448. Daqui é lícito inferir que daquela data por diante, isto é, de 1446, qualquer circunstância marcava uma época nova na obra do Infante, e no que expressamente tocava aos descobrimentos. Se rebuscarmos nos restantes capítulos, não encontramos, todavia, nada que justifique êsse balanço final referido àquela data.

Notemos já que, fazendo o reconto de todos os navios que foram às novas terras descobertas, em vez de 51 encontramos 53. Mas, como Azurara se refere expressamente a caravelas, tirando da soma pelo menos uma barca, dois varineis, dois navios e uma fusta, aquele número fica reduzido a 47. Além disso também na cronologia das viagens até àquela data se diria que há soluções de continuidade. De 1443 até ao comêço de 46, o relato da *Crónica* passa duma viagem para outra sem especificar a data claramente, dizendo, entanto, «aquele ano» ou referindo o dia

e o mês, e ainda factos sincrónicos, como se anteriormente o ano ficasse declarado.

Em cronista tão minucioso aquele êrro de soma e esta obscuridade cronológica, quando é certo que nos outros passos do relato êle se mostra por demais solícito em fazer notar as passagens dum ano a outro, dão direito a supor que exista qualquer lacuna na série das viagens até àquela data realizadas. Mais adiante veremos que há motivos sérios para cre-lo.

Analisemos agora a parte da *Crónica* que imediatamente continua o balanço das caravelas enviadas e das léguas percorridas.

O leitor observará que imediatamente a seguir a êsse capítulo em que Azurara implìcitamente fecha uma época navegadora, êle começa a falar sucessivamente do descobrimento das Canárias, Madeira, Pôrto Santo e Deserta, e se refere a algumas das ilhas dos Açores. Dir-se ia assim, relacionando o estranho seguimento duns e dos capítulos restantes, que uma nova direcção nos descobrimentos, quere dizer, para ocidente do Atlântico, — fôra para o autor a razão divisória oculta entre as duas épocas navegadoras. Mas é certo que tôdas as ilhas a que se refere Azurara foram descobertas antes de 1446 e desde o fim dêsse ano até ao fim de 1448, último a cujos feitos se refere a *Crónica*, a darmos crédito a Azurara, por tal forma diminuiu a actividade descobridora, que o cronista refere ùnicamente três capítulos a êsses dois anos, sem que qualquer das expedições relatadas seja pròpriamente de descobrimento. Poder-se-ia assim alegar que a ausência de avanços exploradores bastava a justificar aquele balanço de Azurara. Mas ainda depois disso, e antes daqueles três capítulos, isto é, durante 1446, êle relata a segunda viagem de Álvaro Fernandes, cujo êxito explorador, como nota o cronista, excedeu em extensão e alcance tôdas as anteriores. Há, pois, a acrescentar ao mistério daquela divisão essa inexplicável pouquidade nos feitos relatados durante os últimos dois anos a que se refere a *Crónica*.

Se o leitor quiser agora mais atentamente ler essa última parte da obra de Azurara, concluirá com pasmo que ela não só está mutilada, mas truncada.

É desde logo de estranhar que tendo o cronista referido, com relativa minúcia, as circunstâncias em que se deu o descobrimento das Canárias, da Madeira e Pôrto Santo, não diga uma

palavra sôbre o descobrimento dos Açores, referindo-se apenas e perfunctòriamente ao seu povoamento.

Vejamos como êle se refere a estas ilhas. Num mesmo capítulo e depois de ter falado circunstanciadamente do descobrimento e povoamento daquelas, entra assim, de súbito, no assunto:

«E na era de mil e iiij^c^rv (1445) anos mandou o Iffante a huũ cavalleiro, que se chama Gonçallo Velho, comendador que era na ordem de Xpo, que fosse povoar *outras duas ilhas*, que estam afastadas daquellas CLXX legoas ao noroeste; e hũa daquellas começou o iffante dom Pedro de mandar povoar com prazimento de seu irmão e seguiusse sua morte em breve, pello qual ficou depois ao Iffante dom Henrique, e a esta posera o iffante dom Pedro nome a ilha de Sam Miguel, pela singullar devaçom que el sempre ouvera em aquelle sancto. E tambem fez o iffante D. Henrique tornar aa *ilha de Porto Sancto* Bertollameu Perestrello, aquelle que primeiramente fora com Joham Gllz e com Tristam, que a fosse povoar; pero com a multldam dos coelhos, que casy som infiindos, nom se pode em ella fazer lavra, soomente se criam ally muytos gaados, e apanham sangue de dragom, que trazem a vender a este regno, e assy levam a outras muytas partes. E foe lançar gaado em outra ilha, que está a sete legoas da *ilha da Madeira*, com entençom de a mandar povoar como as outras, a qual se chama *a ilha Deserta*.

..............................................................

«*E destas VII ilhas as quatro som tamanhas como a da Madeira e as tres mais pequenas*. E por acrecentamento da ordem de Xpõ, cujo governador o Iffante era ao tempo da dita povoaçom, deu aa dicta ordem todo ispiritual da ilha da Madeira e do Porto Santo e todo o spiritual e temporal da outra ilha de que fez comendador Gonçalo Velho, e mais da ilha de San-Miguel lhe deixou o dizemo e ameetade dos açucaraaes» [1].

Se o texto por mais nada se não tornasse estranho que não fôsse por não dizer uma palavra sôbre o descobrimento dos Açores,

[1] Pag. 389 a 391.

e se outras averiguações nos não revelassem o significado que ainda em vida do Infante aquele facto assumia, atribuiriamos apenas o silêncio de Azurara à circunstância do arquipélago ter sido conhecido antes que D. Henrique tivesse começado a sua emprêsa.

Com efeito, já algumas cartas do século XIV mencionam o arquipélago e desde 1439 pelo menos que nós conheciamos sete das suas ilhas. Veremos adiante que só em 1452 se descobriram as duas restantes e só no fim dêsse ano êsse facto foi conhecido em Portugal. Não há por outro lado dúvida de que falando de sete ilhas, quatro das quais são tamanhas, como a da Madeira e as outras mais pequenas, se referia aos Açores. Observaremos também, que tendo anteriormente falado apenas da Madeira, Pôrto Santo, Deserta e mais duas ilhas, uma das quais S. Miguel (a outra era S.ta Maria), quando emprega a expressão, — *destas sete ilhas*, — se não podia referir àquelas, quanto mais que a Madeira entrava como têrmo de comparação de quatro delas.

Pedimos ao leitor que volte agora a ler o trecho do cronista. Colocámos propositadamente uma linha pontuada entre a frase que termina... «ilha Deserta» e a que começa: «E destas VII ilhas...» apenas para chamar a atenção sôbre a estranha falta de seqüência que há entre as duas frases. No texto elas estão seguidas e no mesmo parágrafo.

Ora não se tendo até ali falado senão em duas ilhas dos Açores e empregando-se a expressão *destas*, que, segundo a sua função gramatical, se refere a um objecto imediatamente anterior, é evidente que na cópia foi suprimida uma frase pelo menos. Êrro de copista, apenas? Não deparamos em tôda a *Crónica* outro caso semelhante que nos aconselhe tal explicação. Desleixo casual do cronista? Azurara pode ser e tem sido acusado de prolixo; e nêle, com efeito, se podem apontar os inúteis desdobramentos e enfeites do discurso, mas nunca um descaso, que atingisse a falta de seqüência lógica e gramatical.

Resta a terceira hipótese: — o texto foi propositadamente mutilado. Até que ponto? ¿E que facto ou factos se apontavam no passo eliminado? Note-se que duma para outra frase se passa não só para um objecto novo do discurso, como se menciona uma circunstância que não tem ligação alguma nem com a parte anterior nem subseqüente do capítulo. De facto, referindo-se a

mais cinco ilhas dum grupo de que até aí apontara apenas duas, continua no período seguinte e final do capítulo a falar sòmente das mesmas duas. Podemos, pois, supor que o passo eliminado, além de ser grande, contava mais do que um período, muito provàvelmente. Outras tantas razões para rejeitarmos as primeiras hipóteses. ¿ Que se poderia então conter naquele passo que justificasse uma mutilação propositada? Antes de respondermos continuemos a examinar a *Crónica*. Abre o penúltimo capítulo da obra pela seguinte forma:

« Cynco razoões pus no começo deste livro por que o nosso magnanimo principe foe movido a mandar seus navyos tantas vezes sobre o trabalho desta conquista; *e porque das quatro me parece que vos tenho dado abastoso conhecimento nos capitollos onde falley da devisam daquellas partes do Oriente*, ficame pera dizer da quinta rezom, poendo certo numero a as almas dos infieis que daquellas terras vierom a esta...» [1]

Ora, por mais que busquemos nos títulos dos capítulos anteriores e no próprio texto dêles, *não se encontra em tôda a* Crónica *nenhum que verse a divisão das partes do Oriente. Daqui se pode concluir que ésses capítulos foram propositadamente eliminados.*

Algumas objecções se podem, todavia, levantar. Importa em primeiro lugar saber o que na pena de Azurara, e dentro dos conhecimentos geográficos da época, significava essa expressão — « as partes do Oriente ». Num outro passo do seu livro êle emprega a mesma ou uma expressão equivalente: « E isto me parece que não é de duvidar que no livro de Marco Paulo se diz que geralmente se costumavam estas cousas entre muitas nações daquelas partes orientais... » [2]. Desta feita não pode restar dúvida sôbre o significado da expressão. *Aquelas partes do Oriente* ou *orientais*, referidas ao livro de Marco Paulo, tinham na pena de Azurara a mesma aproximada significação que na dum geógrafo moderno. A única diferença possível proviria de que na geografia da Idade Média uma parte da África Oriental era in-

[1] *Crónica da Guiné*, pag. 454.
[2] Pag. 227.

cluida sob a designação de Índia menor, e possivelmente do Oriente. Com efeito em outro passo do seu livro êle emprega a expressão — « nações orientais » e dessa vez depois de ter enumerado sucessivamente os *garamantes* (vaga expressão que envolvia não só os habitantes do Fezzan e parte do Bornu, mas ainda, segundo uma nota da *Crónica*, os *tregoditas*, a sueste do Egipto, à beira do Mar Vermelho); os *etiópios* (cuja situação, conforme várias referências da obra, devia corresponder para o cronista à Etiópia de hoje, ao Sul do Egipto, com âmbito mais vasto, e, naquele tempo, ao famoso reino do Preste João), os *Índios maiores* (ou seja, segundo a geografia medieval, da Índia cis- e transgangética), os *índios menores* (isto é, do sudoeste da Ásia com a Etiópia) e os *vizinhos do Nilo*, « que ocupam os termos da antiga Tebas » [1]. Mesmo assim e admitindo que a expressão « nações orientais », envolva todos êstes povos, temos que a limitar à Asia e parte do oriente de África.

Entramos nestas minudências porque nos dois capítulos a que já nos referimos, imediatamente anteriores ao balanço dos trabalhos náuticos até 1446, e implìcitamente àquela referência, de que estamos tratando, ou sejam, o LXXVI, — *Como o autor começa de falar na maneira daquela terra*, e o seguinte, — *Das cousas que aconteceram a João Fernandes* — Azurara dá algumas ligeiras noções geográficas sôbre o norte e designadamente o noroeste de África. Poderia assim levantar-se a objecção de que houvesse apenas no manuscrito de Paris um êrro de copista, e em vez de Oriente no texto primitivo estivesse Ocidente. A essa hipótese duas razões se opõem terminantemente. Com efeito a expressão génerica Ocidente nunca poderia aplicar-se em sentido restrito ao norte e noroeste de África. Demais o cronista afirma que nesses tais capítulos deu « abastoso » (abundante) conhecimento das razões que levaram o Infante a enviar navios à conquista da Guiné. Essas quatro razões foram, segundo a ordem por que o cronista as enumerara no capítulo VII: 1.ª aquela que diriamos de interêsse scientífico; 2.ª a do interêsse comercial; 3.ª a do interêsse militar, isto é, conhecer o poderio dos mouros naquelas partes; 4.ª a do interêsse militar e religioso, ou seja averiguar

[1] Pag. 10 a 12.

se naquelas partes haveria algum rei cristão que o quisesse auxiliar na luta contra os infiéis. Se é certo que naqueles dois capítulos se fazem ligeiras referências que podem interessar à primeira e à terceira razão, outro tanto não sucede com as outras. Poderia supor-se, quanto à última, que o Infante tivesse concluido pela negativa; mas, por um dos derradeiros capítulos do livro, o LRIII, — *Como Vallarte foi à terra da Guiné e por que maneira foi sua ficada*, concluimos que o Infante, ainda no último ano a que se refere a *Crónica* (1448), supunha, por informações que lhe haviam dado, que em terras da Guiné existia um rei cristão.

Podemos, assim, afoitamente concluir dessa discordância entre aquela passagem da *Crónica* e o seu contexto que o manuscrito de Paris, ou seja, a *Crónica*, tal como hoje se conhece, *está truncada, pois dela foram eliminados alguns capítulos sôbre a geografia do Oriente, os quais se relacionavam com as razões que impeliram o Infante para os Descobrimentos.*

Além disso o próprio capítulo LXXVI, acima referido, e em que o autor «começa de falar da maneira daquela terra», conserva indícios de ter sido mutilado. Aqui não se trata duma falta de seqüência gramatical, mas antes duma desconexão lógica entre êle e o texto restante da *Crónica* e a verdade histórica já hoje averiguada, entre os períodos do mesmo capítulo e até entre as partes do mesmo período. Nêle propõe-se o cronista tratar, conforme começa por dizer, «da devisão daquelas terras, por onde as nossas gentes andaram». Ao contrário, fala sumàriamente da navegabilidade das costas e dos costumes dos Azenegues, acrescentando apenas o número de lugares povoados, que há entre o Bojador e o reino de Tunis, e uma ligeira referência a um lugar, chamado Oadem.

Sabemos, porém, pelo que se diz no cap. XV e anteriores, que o Infante tivera largas informações daquela terra pelo cavaleiro mouro Adahu, que em 1441 fôra aprisionado e trazido a Sagres. Azurara claramente informa: «... pello qual o Iffante foe em conhecimento de *mui grande parte das cousas* daquella terra donde elle morava». Diogo Gomes, servidor e contemporâneo do Infante, na sua *Relação*, é mais expresso. Depois de referir várias das informações que êsse cavaleiro mouro dera ao Infante, termina: «E disseram que frequentemente 300 camelos

voltavam de Tombuctu carregados de ouro. E esta foi a primeira notícia que houve do ouro e donde se encontraria a sua origem.» Essas, — as informações que diziam respeito ao comércio do ouro e às vias de penetração até aos respectivos centros produtores, — é que interessavam a D. Henrique, como a qualquer outra nação do sul da Europa, que se entregasse ao comércio ultramarino em África. Tais informes, demais, deveriam ter apenas confirmado e acrescentado os conhecimentos, que o Infante alcançára, quere durante as estadas em Ceuta, quere por determinadas fontes cartográficas, como a carta catalã de 1375. E êle por certo conhecia êsse notável monumento cartográfico, que representava o saber contemporâneo dos cartógrafos judeus do Aragão[1], por mestre Jaime de Maiorca. Comparado aos muitos e preciosos dados sôbre as vias de comunicação do noroeste de África, que aquela carta indica, é duma ridícula pobreza o que Azurara aponta. Temos tôdas as razões para afirmar que o Infante sabia muito mais do que nesse capítulo se diz. A cidade de Tombuctu, cujo acesso era quási tão ardentemente desejado nesse tempo como o do reino do Preste João, nem sequer é mencionada. No entanto os informes que o Infante completou com a vinda de Adahu foram tão decisivos que o levaram logo a pedir de novo ao Papa a bula de concessão para comerciar com os mouros naquelas partes.

Neste capítulo, de que estamos tratando, se vê, a-pesar disto, que êsses conhecimentos foram suprimidos. Assim, depois de ter começado por falar da navegabilidade das costas descobertas, o cronista passa imediatamente para a «terra dos Negros...» quando, como era lógico, e conforme à promessa anterior de tratar da divisão daquelas partes, deveria anteriormente ter falado da região dos Azenegues, aliás, àquela data, muito mais minuciosamente conhecida. Também nesse mesmo período em que trata da «terra dos Negros» atribui a êstes costumes, que evidentemente são dos Azenegues. ¿ Confusão ou ignorância de quem não conhecia bem a divisão e costumes dêsses povos? Não, porque no capítulo seguinte, como depois na *Cró-*

[1] Joaquim Bensaúde. *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*, pag. 85 e seg.; Ch. de la Roncière, *Relation de voyage datée du Touat.*

*nica* restante, êle distingue muito claramente os Alarves, Azenegues e Bárbaros (Berberes) dos Mouros pròpriamente ditos, que os limitam pelo Norte, e dos Negros, pelo Sul. Observemos ainda que o próprio Visconde de Santarém, nas notas, com que ilustra êsse capítulo, faz notar certa obscuridade inexplicável no texto. O seu exame atento convence-nos de que é composto de retalhos dum primitivo texto, versando a divisão das novas terras descobertas, segundo os verdadeiros informes que o Infante já nessa altura possuia e uma ordem que não fôsse, além de ilógica, absurda.

Daqui se pode concluir que da *Crónica* foram igualmente eliminados os mais importantes informes que diziam respeito à geografia comercial do Noroeste africano.

Resumindo: 1.º *na* Crónica *estabelece-se uma divisão entre Descobrimentos, que nenhuma passagem do texto de seguida justifica; 2.º da comparação entre o número de caravelas, cujas viagens até 1446 são relatadas, e a soma total que o cronista indica, assim como do exame da cronologia respectiva, conclui-se que no texto falta o relato ou referência a uma ou mais viagens; 3.º o mesmo texto foi mutilado na altura em que se descrevia o arquipélago dos Açores e possìvelmente se referia alguma das viagens do seu descobrimento; 4.º foram suprimidos não só os informes sôbre a geografia comercial do Noroeste africano, como sôbre as partes do Oriente, nas suas relações com as verdadeiras causas do empreendimento do Infante.*

## QUAIS OS FACTOS QUE TERIAM SIDO ELIMINADOS?

Além dessas mutilações feitas sôbre um manuscrito primitivo, temos as maiores razões para afirmar que a mesma crónica nesse original já representava uma falsificação propositada, quere por omitir, quere por desvirtuar certos factos da maior importância. Constituindo alguns dêles afirmações inéditas, de exposição e prova longas, o que êste estudo não comporta, somos forçados a indicar aquêles factos sumàriamente e apenas até onde por agora pretendemos chegar.

*a)* VIAGENS POR TERRA AO PRESTE JOÃO E Á ÍNDIA. No II capítulo da *Crónica da Guiné*, — *Invocação do autor*, Azurara faz a estranha afirmação de que o Infante fêz grandes «dádivas de dinheiros e de

roupas, passageẽs de navyos, gasalhado de pessoa» a Garamantes, Etiópios e Índios maiores e menores, «que por visitaçom do apostollo, ou cobiçosos de veer a fremosura do mundo, chegarom a as fiins da nossa Espanha». Esta afirmação de que os habitantes da Índia e do reino do Preste João tivessem espontâneamente visitado Portugal, ainda que nos navios do Infante, era de facto tão estranha e vem no texto envolta em tamanhas abstrusões retóricas, que passou até aqui despercebida, posto-que uma nota do texto original confirme aquela estada em Portugal. Na seqüência do discurso, logo no período seguinte, Azurara volta a fazer outra não menos extraordinária afirmação, — a de que os habitantes do Egipto, nos têrmos da antiga cidade de Tebas, traziam naquele tempo vestidos com a divisa (as armas) do Infante, especificando que as mulheres ostentavam jóias de ricos lavores de ouro e prata, que para ali tinham ido à custa do Infante e levadas pelos seus servidores, que tresmudavam «nas fiins do oriente as cousas criadas e feitas no occidente». Desta vez era forçoso concluir que os servidores do Infante fizeram viagens por terra, de carácter comercial, não só ao interior do Egipto, como ao Oriente mais longínquo, segundo a afirmação genérica do autor. Êste facto, junto às passagens em navios do Infante, anteriormente referidas, já podiam explicar que tivessem estado em Sagres os Índios e os Etiópios. Por certo a falta de qualquer confirmação destas afirmações fêz que os historiadores até aqui as tivessem inteiramente desprezado. Tivemos a felicidade de estabelecer entre certos factos isolados, já antes conhecidos, e um documento há pouco publicado o fio de ligação que vem definitivamente comprovar aquelas afirmações de tão vasto alcance para a história dos nossos Descobrimentos.

Há poucos anos, o ilustre historiógrafo sr. Pedro de Azevedo, ao ler na Tôrre do Tombo uma carta de quitação a Gonçalo Pacheco, tesoureiro-mor das cousas de Ceuta, descobriu nela uma passagem, que se apressou a comunicar à Academia de Sciências, da qual se depreende que em 1452 esteve em Portugal um certo Jorge, embaixador do Preste João [1].

Bastaria êste facto para confirmar a afirmação de Azurara no

[1] Essa carta de quitação, que conhecemos na íntegra, graças à gentileza do sr. Pedro de Azevedo, e que é por vários outros títulos notável, pertence ao liv. I da *Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 78.

que se refere à estada de Etiópios na côrte do Infante; e como não se compreende que um embaixador do Preste João viesse naquele tempo da Abissínia a Portugal, de mótu-próprio, mas antes e apenas a instâncias e por esforços de D. Henrique, assim se explicam as viagens ao Egipto e ao Oriente e as passagens dos orientais nos seus navios. Por um manuscrito do século XV, *Il Tratatto di Terra Santa e dell'Oriente*, do frade italiano Francisco Suriano, há poucos anos publicado, sabe-se que o curso do Nilo era a via de penetração dos europeus nas suas viagens ao Preste João. Assim o passo de Azurara se compreende inteiramente. Notemos desde já que o documento da chancelaria de D. Afonso V vai mais longe que uma parte do próprio texto do cronista, confirmando a estada de etiópios entre nós, mas revelando a importância dêsse facto, pois se tratava duma embaixada do famoso Preste João, o que só por si torna viáveis as suas afirmações restantes. Para mais, dois anos depois da estada daquele embaixador em Portugal, em Junho de 1454, D. Afonso V concedia à Ordem de Cristo, de que era administrador o Infante D. Henrique, a espiritualidade da Guiné, da *Núbia e da Etiópia* [1]. Esta junção da Núbia e da Etiópia não deixa dúvidas de que também aqui se trata do reino do Preste João. A mesma aproximação das datas o confirma, além de que não fôra natural a concessão do Rei, se os servidores do Infante não tivessem visitado aquela terra.

Ouçamos agora o que nos conta Diogo Gomes, um dos servidores do Infante, na sua *Relação do descobrimento da Guiné*, relatando uma viagem que fizera ao Gambia, em 1457: « O que eu quis experimentar mandando *Jacob*, *indio*, *que o senhor Infante comnosco mandou para que se chegassemos á India nos servisse de lingua*, em terra, e mandei-lhe que fosse ao logar que se chama Alcuzet.... » [2]. Se naquele ano o Infante tinha ao seu serviço um índio, que nos podia servir de língua, e por conseqüência aprendêra o português, de há mais tempo que devia residir em Portugal, o que não só confirma, mas esclarece as restantes afirmações de Azurara na *Crónica da Guiné*. E, ainda quando

[1] Veja-se *Provas da História Genealógica*, vol. I, pag. 445 e 446 e Cf. com o vol. II da *História Genealógica*, pag. 107.
[2] *Ob. cit.*, pag. 17.

êsse língua fôsse um *índio menor*, a comprovada exactidão dalguns dos factos por Azurara neste passo referidos, sabido que neste particular mais esconde que revela, dá-nos direito a ter por certo o que o cronista, em relação aos outros índios, igualmente afirma.

¿ Em que ano teriam começado as viagens por terra ao reino do Preste João e ao Oriente ? Cremos que a mesma *Crónica* nos dá um ponto de referência para o avaliarmos. Ao enumerar as razões que levaram o Infante à emprêsa dos Descobrimentos, o cronista diz : « A quarta razom foe, porque xxxj (31) annos que avya que guerreava os Mouros, nunca achou rey christiaão, nem senhor de fora desta terra, que por amor de nosso senhor Jhũ Xpõ o quysesse aa dicta guerra ajudar. Querya saber se se acharyam em aquellas partes alguũs principes xpaãos, em que a caridade e amor de Xpõ fosse tam esforçada, que o quisessem ajudar contra aquelles inimigos da fé »[1]. O que se depreende dêste passo da *Crónica* é que, só 31 anos depois de ter começado a guerra aos mouros, isto é, depois de Ceuta (1415), por conseqüência em 1446, e também depois de ter procurado um rei cristão nas partes de África, êle o encontrou. Êsse rei cristão só podia ser o Preste João, donde nos parece lícito concluir que os seus servidores chegaram ao seu reino em 1446. Por mais estranho que se nos afigurem estas viagens neste tempo, devemos notar que a nossa penetração na Etiópia nem sequer um caso isolado representa. Pelo mesmo manuscrito a que já nos referimos, sabe-se que pelo menos desde 1455 vários italianos, um borgonhês e um catalão visitavam o reino do Preste João, levados pela cubiça de riquezas[2].

Esta série de factos, todos apoiados em prova documental ou relato coevo, constitui indício mais que suficiente para concluirmos *que o Infante promoveu e realizou, antes de D. João II, uma série de viagens por terra ao reino do Preste João e às Índias, coroadas de amplos resultados*. Essas viagens, averiguação até agora inédita, vêm definitivamente esclarecer, contra a opinião de Vignaud, os intuitos do Infante, que na verdade desejava alcançar a Índia pròpriamente dita e não apenas o reino do

[1] *Crónica da Guiné*, pag. 47.
[2] Pag. 84 e seg.

Preste João, sôbre o qual muito antes da sua morte deixou de ter as ilusões que se lhe atribuem.

Finalmente êstes factos vêm igualmente explicar que na *Crónica* existissem os capítulos sôbre a *divisão das partes do Oriente*, das quais êle teve conhecimento tão directo. Caladas as viagens no seu alcance e pormenores, era lógico que se omitissem os conhecimentos tão importantes, a que tinham levado.

*b)* O MISTÉRIO DO DESCOBRIMENTO DOS ARQUIPÉLAGOS ATLANTICOS. Ainda ninguém, que o saibamos, acentuou suficientemente que uma grande obscuridade envolve a história dos nossos primeiros esforços em relação aos arquipélagos atlânticos. Segundo a versão de Azurara, o descobrimento da Madeira e Pôrto Santo fez-se por influência de Deus, que desejando « encaminhar tanto bem para este reyno... guyouhos assy que com tempo contrario chegaram aa ilha... » [1]. Ora sabemos hoje que já nalgumas cartas do século XIV figura a ilha da Madeira, e com êsse mesmo nome, *y di legname*. Além disso já Brito Rebêlo afirmava que a ilha da Madeira era visitada no tempo de D. Fernando, o que conclui da designação de Machico dada a uma parte da ilha e da existência dum mestre de barca e dono duma nau, com aquele mesmo nome, em tempo daquele rei [2]. O que nos parece, pois, mais provável é que os navegadores do Infante ali tivessem ido deliberadamente e não pelos acasos do mau tempo. A versão de Azurara deve ser uma fábula política, inventada adrede para afastar os concorrentes eventuais à posse do arquipélago.

No que toca à acção dos portugueses nas Canárias, cujas primeiras notícias conhecidas remontam a um período imediatamente posterior ao hipotético descobrimento da Madeira, também Azurara é singularmente omisso. Lembremo-nos que os factos a que já nos referimos, desairosos por vezes para nós nos resultados e dum tão alto significado nos propósitos, não eram muito de molde a ocupar a pena do historiador tão cauteloso, e quási incondicional panegirista do Infante.

Quanto aos Açores, já fizemos notar que Azurara não diz uma palavra sôbre o seu descobrimento, facto bem estranhável em quem teve à sua disposição os melhores testemunhos e documen-

[1] *Crónica da Guiné*, pag. 386.
[2] *Livro da Marinharia*, XXIII e seg.

tos coevos. Adiante apontaremos um facto, que nos auxiliará a explicar êsse silêncio. Por agora diremos que o único escritor contemporâneo que se refere a êsse descobrimento, Diogo Gomes, o faz desta maneira: «Em tempo o infante D. Henrique, *desejando conhecer as regiões afastadas do oceano ocidental, se acaso haveria ilhas ou terra firme, alem da descripção de Ptolomeu*, enviou caravelas para procurar terras. Foram e viram terra a ocidente além do Cabo de *Finisterrae* umas trezentas léguas e viram que eram ilhas...» [1]. Se com efeito os navegadores do Infante nas suas viagens já procuravam terra firme a ocidente, compreende-se bem que Azurara fôsse especialmente cauteloso ao falar dos Açores, base naval e ponto de partida para tais explorações.

Finalmente ainda hoje se não conhece ao certo a data do descobrimento das ilhas de Cabo Verde. Não obstante alguns historiadores contemporâneos se inclinarem para a opinião de que esse facto se tivesse dado em 1460, Damião de Góis, o mais consciencioso e exacto de todos os cronistas que se referiram a esta época dos Descobrimentos, apoiado em Cadamosto, data-o de 1445, colocando a primeira viagem daquele veneziano em 1444 [2]. Mendes Trigoso, no prefácio às *Navegações* de Cadamosto, rectificando a respectiva cronologia com o próprio texto, chega a conclusões aproximadas. Observaremos apenas que a versão de Góis sôbre a data das duas viagens explicaria inteiramente a divergência que notámos entre o número de caravelas, que, segundo Azurara, o Infante enviou até 1446 e aquelas que segundo o relato das viagens se averigua terem ido.

*c)* Viagens de Diogo de Teive para ocidente dos Açores. Fernando Colombo insere nas suas *Historie* um capítulo, o IX, sôbre os indícios que Colombo tivera da existência de terras a ocidente e que extractou dum livro de memórias do Almirante. Entre os muitos dados do maior interêsse, que aí se apontam, relata Fernando Colombo que, em 1452 ou um pouco antes, um Diogo de Teive partíra da ilha do Faial para sudoeste à procura da Antilha; que depois de ter andado cento e cinqüenta léguas naquela direcção regressara, e na volta descobrira a ilha das Flores; que depois se dirigira para

[1] *Relação das ilhas do Mar Oceano do Ocidente* a pag. 28.
[2] *Cr. do Príncipe D. João*, cap. VIII.

noroeste, até o cabo de Clear na Irlanda lhe ficar a leste e ter sinais de terra, a qual não teimara em descobrir porque estando em Agosto, se temera do inverno.

Não se referem os cronistas às duas explorações de Teive, mas uma série de documentos coevos confirmam que um escudeiro do Infante, com êsse nome, descobrira as ilhas das Flores (Flores e Corvo) naquela data aproximadamente, pois em 1452 contratava com o Infante o estabelecimento dum engenho de açúcar na Madeira, em Janeiro de 1453 se fazia doação régia da ilha do Corvo, e em fins de 1452 já o navegador se encontrava em Portugal [1]. A exactidão no nome, descobrimento e data das viagens e até o mesmo silêncio dos cronistas confirmam inteiramente o relato extraído dos apontamentos de Colombo. Acrescentemos que, segundo as *Historie*, foi o piloto de Teive, *Pietro di Velasco* (no italiano), que informára Colombo dessas explorações. Mais tarde, quando o filho de Pinzon, com as *Probanzas* de 1432, instaura processo aos herdeiros de Colombo para lhes disputar a herança, algumas testemunhas, coevas da primeira viagem do genovês, afirmam que um *Pero Vasques*, piloto que servira com um Infante de Portugal, ensinára ao almirante o caminho das Índias, isto é, da América.

Por certo temos, pois, que já no tempo do Infante se fizeram explorações no Atlântico, à procura de terras a ocidente dos Açores. Havendo assim conhecimento em Portugal das viagens de Teive e descobrimento das Flores, antes que Azurara acabasse o I vol. da sua *Crónica* (terminada em Fevereiro de 1453), é possível que êsses factos e a importância que o arquipélago assumia para as navegações do Infante, expliquem a mutilação que a *Crónica* sofreu, no capítulo em que se fala dos Açores.

*d)* A IXOLA OTINTICHA EM 1448. Finalmente as mutilações da *Crónica da Guiné* vêm dar novo interêsse à célebre carta de Andréa Bianco de 1448, em que a sudoeste de Cabo Verde aparece uma terra com aquela designação na mesma latitude e forma aproximada do nordeste brasileiro. Segundo o nosso António Galvão, ter-se-ia descoberto uma terra a ocidente em data um pouco anterior a 1448. Oldham Yule, e depois dêle outros mais, aceitaram o facto como

[1] Alguns *Documentos da Tôrre do Tombo*, pag. 14 e 41, *Arquivo dos Açores*, vol. I, pag. 21 a 28 e 250 e *Liv.* I da *Chancel. de D. Afonso V*, fol. 78.

o descobrimento do Brasil antes de 1448. O estudo desta questão exorbitaria os limites dum trabalho desta natureza. Limitar-nos hemos a fazer notar que a aceitação da opinião de Yule explicaria plenamente a estranha divisão das navegações feita por Azurara, antes de se referir aos arquipélagos atlânticos, mas que não é elucidada por nenhuma viagem posterior, no seu relato.

*e)* O Segredo dos Descobrimentos e as cortes de 1481. Finalmente, só ao cabo dêste estudo queremos apontar um facto do maior significado, porque êle explica e confirma quantos até agora referimos. Nas côrtes de 1481, com que D. João II abriu o seu reinado, num dos capítulos dos povos, pede-se-lhe não mais consinta que os estrangeiros se estabeleçam *em seus reinos e senhorios*, alegando, entre várias razões, pelo que toca a florentinos e genoveses, que «em estes regnos nunca fezerom proveito salvo rouballos de moeda douro e prata e *descobrir vosos segredos da Mina e Ilhas...*» [1]. Daqui se vê que *não só era do conhecimento público a existência de segredos sôbre os Descobrimentos, como o povo pedia ao Rei a sua rigorosíssima defesa.* E pois que as côrtes se realizavam dois meses e meio depois da subida ao trono de D. João II, os factos e os segredos a que os capítulos se referem devem datar do tempo de D. Afonso V. Acresce que noutro dos capítulos dessas côrtes os povos, corroborando êsse pedido pelo que diz respeito às Ilhas, alegavam que já o Infante D. Henrique, sentindo o dano que os tais estantes estrangeiros podiam fazer defendera que aí fôssem consentidos e aí tratassem [2].

Não obstante sabermos que em tempo de D. Henrique alguns estrangeiros foram admitidos à colonização dos arquipelagos, devemos concluir que êle chegou a ordenar grandes restrições ao seu conhecimento e acesso, o que mais uma vez nos permite afirmar que data desde então o *segrêdo das Ilhas.*

## *CONCLUSÕES*

*a)* Chegados ao fim, podemos afirmar que a *Crónica da Guiné*, além de mutilada e truncada, já fôra desvirtuada em certos factos, pelo próprio Azurara.

[1] Visconde de Santarém, *Memória para a história e teoria das côrtes gerais* parte II, pag. 219 e seg.

[2] *Idem*, pag. 243.

Não pode restar dúvida alguma de que em 1452, ano em que o cronista começou a obra, estivesse em Portugal um embaixador do Preste João, e que essa estada fôsse em retribuição de visitas e a esforços da iniciativa do Infante. O sucinto Rui de Pina e Garcia de Resende dedicam capítulos inteiros à visita dum príncipe africano, o Bemoim, à côrte de D. João II. Pois Azurara não diz uma palavra sôbre a visita do embaixador do Preste João, a qual tinha para nós um significado do maior alcance! Refere-se apenas à estada de etiópios, que tinham vindo a Portugal para ver a formosura do mundo! Provado, além disso, que da *Crónica* foram eliminados alguns capítulos sôbre a divisão das partes do Oriente, as quais de facto o Infante visava, *todo o capítulo VII em que Azurara expõe as razões que levaram o Infante ao descobrimento da Guiné é uma espécie de mistificação, pois esconde os motivos essenciais e apenas se refere ao Preste João por uma forma oculta.*

Como explicar êste facto? Lembremo-nos que a *Crónica* foi escrita exactamente no período em que Castela não só nos disputava os direitos à conquista da Guiné, como enviava os seus navios ao respectivo comércio, e precisamente no ano anterior àquele em que o Papa sancionava com uma bula o monopólio do Infante. Vimos no comêço dêste estudo que as Crónicas se aduziam como argumento de posse em pleitos internacionais. A *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné* foi encomendada em 1452 e escrita à pressa sôbre um trabalho anterior muito mais minucioso, de Afonso de Cerveira, segundo o depoimento do próprio Azurara. É de notar que a mesma expressão *conquista da Guiné*, que figura no título da obra, mais que a uma realidade bélica, pois não houve conquista no sentido estrito da palavra, corresponde a um intuito político. Cremos, pois, que a *Crónica* foi adrede fabricada para servir no pleito com Castela, que o Papa em Janeiro de 54 decidia a favor da coroa portuguesa. Deturpada já no original, foi possìvelmente sujeita à censura do Infante, que eliminou dela tudo o que ainda não convinha revelar-se [1].

[1] As opiniões do Visc. de Santarém sôbre a data em que saíu o manuscrito de Portugal e os motivos da saída, assim como as de Inocêncio e Gama Barros sôbre as alterações à *Crónica*, depois da morte do Infante, já estão sèriamente abaladas. Em trabalho mais largo que não aqui, fundamentaremos a nossa opinião, e desenvolveremos o assunto, aqui apenas esboçado.

Torna extremamente viável esta hipótese a circunstância de que ela explica à maravilha tôdas as mutilações da *Crónica* e as respectivas explicações que damos ou propomos.

*b)* Averiguado como temos, tôda uma série de lutas pela posse das Canárias, assim como o significado político especial da emprêsa de Tanger; as viagens por terra ao Oriente; as explorações atlânticas a ocidente dos Açores; e a influência pessoal que D. Henrique forçosamente teve na misteriosa redacção da *Crónica da Guiné*, a sua figura e o seu génio, em acção e pensamento político, ganham uma assombrosa e inédita grandeza.

*c)* As mutilações e falsificações da *Crónica da Guiné* são mais um argumento a favor do sequestro propositado das crónicas de Cerveira, Fernão Lopes e Azurara e dos *furtos* e *emendas* de Rui de Pina. Todavia êste não fêz mais do que repetir em maior escala, sob as ordens de D. João II, o que Azurara fizera sob as de D. Henrique. Além disso, D. João II, ainda que procedendo por sua iniciativa, cumpria também um mandato da nação.

*d)* Conjugando a afirmação de Barros sôbre os descobrimentos de outras ilhas e resgates, no tempo de D. Afonso V, os quais já vimos não poderem ser os da costa africana, com o pedido das côrtes em 81 e o facto das crónicas não dizerem uma só palavra sôbre as viagens para Ocidente, antes de Pedro Alvares Cabral, concluimos que era êste o principal objecto do sigilo da nação.

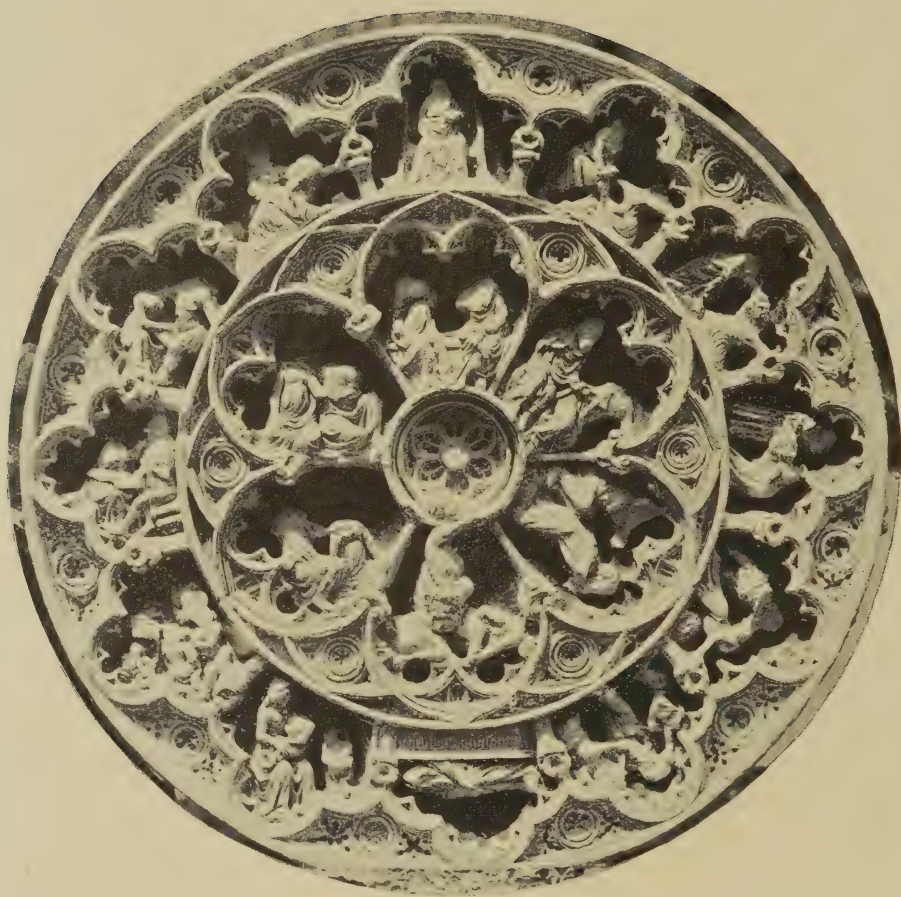
*e)* Melhor se pode compreender agora que, referindo-se o *Esmeraldo* a uma viagem e ao descobrimento clandestino da América, ordenado por D. Manuel, João de Barros, nas *Décadas*, o não citasse.

*f)* Como Damião de Góis foi o cronista-mor dos netos de D. João II e dos Reis Católicos, entre os quais se dera o formidável pleito para a posse das novas terras descobertas, era-lhe impossível dizer tôda a verdade sôbre o grande debate, sem grave melindre ou menoscabo para qualquer das partes. Sabe-se hoje que a sua *Crónica de D. Manuel* foi odiosamente mutilada por ordem real em tudo, — e foram longas passagens, — que podia ferir as pessoas reais vivas ou a memória dos Reis Católicos [1]. No mesmo

[1] Vide *Arqueologia artistica*, n.º 10, — *Goesiana*, As *variantes das crónicas* por Joaquim de Vasconcelos.

ano de 1566, em que saíu a 1.ª edição, se publicou uma 2.ª e se fizeram desaparecer quási todos os exemplares daquela. Êste facto, que igualmente confirma as mutilações das outras crónicas, explica que Damião de Góis, ao publicar a *Crónica do Príncipe D. João*, não desse a razão oculta dos desaparecimentos e furtos que apontava. Era-lhe vedado, a experiência o ensinava, o publicá-la.

*g)* As bases, de carácter oficial, sôbre que até aqui se tem escrito a história dos Descobrimentos só com as maiores reservas se podem aceitar, porque esconderam deliberadamente uma grande parte do esforço nacional. Impõe-se a publicação de edições críticas das nossas crónicas, a começar pela da Guiné, assim como dos inúmeros documentos inéditos dos arquivos nacionais e estrangeiros, que auxiliam a decifrar, uma nova história portuguesa. Para alem da epopeia, cantada por Camões, ha outros *Lusíadas ocultos*.

JAIME CORTESÃO.

ROSÁCEA DO TÚMULO DE D. PEDRO

Cliché de A. Natividade

# A ICONOGRAFIA DOS TÚMULOS DE ALCOBAÇA

FOI Vieira Natividade, a cujos desvelos a arqueologia e a arte de Alcobaça tanto ficaram devendo, quem primeiro se ocupou da iconografia dos túmulos de D. Pedro e D. Inês.

O seu estudo de 1910, rico de documentação gráfica, elegante como edição e como texto, teve a originalidade de interpretar a rosácea do túmulo de D. Pedro como uma ilustração coeva dos amores de Inês, e ler pela primeira vez a legenda «até afin do mundo», interpretando-a como um *adeus* de eterno amor.

Áparte o ilustre mestre, Sr. Joaquim de Vasconcelos, que na *Arte* (Porto, junho, 1911) se referiu á monografia com o maior interêsse e louvor, esta interpretação foi mais apreciada pelos poetas que logo sentiram todo o patético dêsse adeus admirável, do que pelos historiadores da nossa arte, mal familiarizados, e dir-se-ia, até, pouco interessados, na leitura iconográfica dos monumentos nacionais.

Todavia, a arte medieval ficar-nos-ia completamente estranha no seu sentido profundo e no seu espirito, se não procurássemos alcançar através do simbolismo icenográfico a intenção moral e religiosa que a inspirou.

Os túmulos de Alcobaça são, pela sua riqueza decorativa, os mais dignos dêsse estudo. Neste primeiro esbôço (que não pretende alcançar já uma interpretação definitiva) seria injusto não recordar com gratidão o nome de Natividade, aquêle que primeiro, com tanto amor, escrúpulo e boa fé, o tentou.

Embora o problema das influências artísticas não seja o objectivo essencial dêste estudo, é impossivel deixar de o considerar,

ao menos resumidamente, tão íntimas são as relações entre a filiação artistica e a inspiração iconográfica.

Olhando a escultura tumular que precedeu a factura dos *moimentos* de Alcobaça — dos meados de seculo XIII aos do seculo XIV — das estátuas jacentes dos bispos da Sé de Coimbra, D. Tiburcio e D. Egas Fafes, á do bispo de Braga D. Gonçalo Pereira, reconhece-se tal lógica e harmonia na evolução da arte e do estilo, e até no sentimento nacional que exprimem, que a existência duma grande tradição escultural entre nós fica bem patenteada na própria continuidade dos caractères comuns.

Lavrados em granito, no lióz de Lisboa ou no calcáreo de Ançã, uma série interessantissima de túmulos revelam, com as diferenças que a matéria impõe e explica, os constantes caracteres da arte nacional, cujo naturalismo grave e calmo, é lírico na expressão, sóbrio na composição, singelo como iconografia, nobre nas proporções. A obra-prima dèste ciclo escultural, de tão clara lógica evolutiva e de tão forte sentimento nacional, é o túmulo do arcebispo de Braga (1336) que resume e corôa um século de evolução e de sonho plástico.

Por isso os túmulos de Alcobaça, lavrados logo na segunda metade do século XIV ( cêrca de 1360 ), surgem como uma nova arte, cuja génese se não contém e cujos caracteres se não explicam pela evolução atrás citada. Ao realismo tradicional, que conservava ás cabeças, mesmo na morte, o carácter que as vincára em vida, substitui-se na de D. Inês, e sobretudo na de D. Pedro, um idealismo estilizado, inspirado na estatuária francesa do século XIII. Á singeleza iconográfica atrás citada, opõe-se aqui uma riqueza e uma complexidade sem precedentes entre nós ; emfim, na decoração, surgem pela primeira vez influências da arte muçulmana a que a nossa escultura até aí fôra estranha e se traduzem no traçado de numerosos arcos em ferradura e polilobados.

O estilo da estatuária jacente e as figurinhas da rosácea, refletem a arte francesa, mais particularmente a de Reims ; e como a decoração gótico-mudéxar supõe uma iniciação peninsular, tudo leva a pensar que o mestre de Alcobaça, sem afinidades com a nossa tradição medieval, ou foi um francês que trabalhara em Espanha ou ( e menos provavelmente, dado o sentimento da estatuária ) um espanhol educado na arte francesa.

Por isso a interpretação do simbolismo decorativo se deve sobre-

tudo basear nas tradições artisticas da iconografia francesa, em que os túmulos de Alcobaça essencialmente se inspiram.

A arte do século XIII, o século de S. Tomás de Aquino e de Vicente de Beauvais, inspirou-se num idealismo plástico e num simbolismo teológico, que se refletem na iconografia dos portais, túmulos e rosáceas das catedrais.

Como E. Mâle, o mestre e grande renovador dos estudos iconográficos em França, nos fez notar em páginas de erudita e subtil interpretação, a arte do século XIII foge ás representações realistas da morte, que só mais tarde, nos séculos XV e XVI, se havia de dramatizar no patético dos calvários, nas danças macabras, no realismo das figuras jacentes, olhos cerrados e faces chupadas pela morte — de que é exemplo a estátua admiravel de D. Sancho em Santa Cruz de Coimbra.

Os vultos de Inês e sobretudo de D. Pedro seguem no século XIV a tradição idealista do século anterior, representando *não o morto*, mas o ressuscitado, — na idade simbólica de Cristo, com os atributos da vida terrena, figura idealizada sem presumir o retrato, formas estilizadas, olhos já abertos sôbre a eternidade, — rodeado de anjos, não para carpirem a morte como na Renascença, mas para o conduzirem à bemaventurança, numa previsão optimista da sentença final.

Ácerca da estatuária de Inês, notarei de passagem que se a corôa lhe confere honras de rainha, o docél não a santifica, como parecia depreender-se duma referencia de Natividade; os baldaquinos das figuras jacentes teem aqui, como em outros túmulos da época (mulher do senhor de Vilalobos na Sé de Lisbôa) ou posteriores (D. Filipa de Lencastre, D. João I, infante D. Henrique, etc.) apenas um significado decorativo.

Os episódios do túmulo de D. Inês representam a vida e a paixão de Cristo (segundo S. Mateus) e no de D. Pedro corre a vida do apóstolo S. Bartolomeu segundo uma tradição apócrifa diferente da de Jacques de Voragine, com episódios que este não refere.

Mas os baixos-relevos capitais são: aos pés do sarcófago de

D. Inês o *juizo final*, e á cabeceira do de D. Pedro *a admiravel rosácea*, joia única da nossa escultura tumular.

*O juizo final* é uma composição abreviada (como o espaço o exigia) da iconografia dos tímpanos e dos portais na transição dos séculos XIII-XIV.

Ao centro, o Deus julgador, num trono gótico sobre nuvens, empunha na dextra o gládio simbólico, a cabeça coroada, o corpo admiravelmente panejado. Rodeiam-no anjos com os instrumentos do martírio, — hoje, áparte a cruz, todos mutilados — são « os simbolos do filho do Homem ». Á direita, a Virgem ajoelhada, põe ainda uma nota humana de intercessão e de esperança no irrevogavel do juizo divino; mas não figura nesta composição, assistindo a Virgem, S. João Evangelista, como em França, ou o Baptista como em Itália e no portal de Reims (Mâle).

Em baixo, os mortos ressurgem dos túmulos, nús, fazendo saltar as tampas dos sarcófagos, e marcham de mãos postas, surpreendidos num instintivo movimento e derradeiro gesto de suplica, a caminho do Destino eterno.

Não se veem, como em tantas composições coevas, as tubas que os chamam, mas todos foram instantaneamente *(in ictu oculi)* revestidos da forma e até das insignias da vida na terra. Nos últimos, um homem barbado e uma mulher, ambos coroados, ser-se-ia inclinado a vêr D. Pedro e D. Inês; mas era freqüênte representar entre os ressurtos alguns de corôa, tiara ou mitra, para recordar a igualdade dos grandes e pequenos da terra perante a morte e o juizo de Deus. Mais tarde, o naturalismo de Luca Signorelli havia de representá-los descarnados, numa interpretação que se afasta da lição dos teólogos e de S. Paulo. Outras vezes figuravam envolvidos em tunicas (Rouen) e mais raras vezes vestidos. Era contra o ensino da Igreja, segundo o qual o homem devia sair da terra nú, como Deus o tinha criado no início do mundo, na idade simbólica dos 30, conforme a doutrina teológica.

Em Alcobaça, Deus julga só, sem o auxilio dos apóstolos que, segundo S. Mateus, deviam julgar as 12 tribus de Israël. O episódio da balança, que nas mãos de S. Miguel havia de pesar as boas e as más ações, não é aqui representado como em Amiens e Bourges; o artista seguiu mais os textos evangelicos, que ignoram essa metáfora, do que os comentários de Santo Agostinho que a criaram e em que os escultores se inspiraram. Figura-se

porêm já o resultado dêsse juizo, e os *eleitos*, de mãos postas, revestidos de insignias riais, túnica e corôa segundo a tradição apocalíptica, entram na bemaventurança conduzidos por um anjo e, transpondo a porta do paraiso, coroada duma cúpula oriental, alcançam a direita de Deus, — emquanto os condenados, conduzidos por um demónio, são tragados pelo inferno, dragão de fauces hiantes, dentes agúdos e línguas de fogo. É a guela de Leviathan de que fala o livro de Job. Com pitoresco medieval, um diabo de pés de cabra, puxa os condenados com um croque.

É o ciclo da *vida eterna* conforme a tradição evangélica, e não já segundo a visão apocalíptica que inspirara a escultura românica dos tímpanos de Moissac. O juizo final foi a grande obsessão da Idade Média, que mesmo um espírito como o de Vicente de Beauvais previa próximo: e os fieis, ao transporem os tímpanos dos porticos que o representavam, consideravam a todo o instante a possibilidade de ouvir soar, emfim, as tubas dos anjos (Mâle).

Como *pendant* a esta composição, cuja inspiração iconográfica é essencialmente francêsa, no cabeçal do túmulo de D. Pedro vê-se a admirável *rosácea*, interpretada por Natividade no sentido histórico e dramático dos amores e da morte de Inês.

É certo que alguns episódios, sobretudo no ciclo exterior da rosácea, figurando colóquios de amôr, uma degolação (a de Inês?) seguida duma execução (a de um dos assassinos?) sugerem de maneira impressionante alguns passos averiguados do drama.

Outros, porém, são já duma interpretação forçada ou obscura, — como as duas mulheres que lutam, e a que derruba e calca um homem, o rei que preside a tudo, e a composição final interpretada como a *Fonte das lágrimas*. É ainda estranho que nos supostos grupos de Pedro e Inês, nunca êstes apareçam com atributos que indiquem a sua estirpe régia.

Os recentes estudos críticos levaram a reconhecer nas figurações medievais quási exclusivamente reflexos dos livros sagrados e agiológios, dos espelhos morais e filosóficos sem preocupações de narrativa histórica. Antes de aceitar, pois, uma interpretação cujo lirismo e intenção histórico-dramática seriam verosímeis na Renascença (como sucedeu á sua versão literária) mas pouco lógica na idade-média, parece-me racional recordar que a iconografia tumular da época, reflete habitualmente, como toda a arte medieval, as grandes preocupações morais, filosoficas e religiosas.

Perante a morte, o problema essencial era o da vida futura e do juizo que as acções na terra haviam de merecer. Por isso, do morto só se recordavam os actos de heroismo ou de sacrifício, dignos de figurarem a par do martírio dos Santos ou da vida de Cristo. A morte não era o momento, nem o túmulo o lugar, para recordar e exaltar as paixões do amôr, da cólera e da vingança, a não ser para tirar delas uma lição moral ou filosófica, ou contrapôr-lhe símbolos de castidade, de humildade e de perdão.

O ciclo externo da rosácea, aquele que mais fortemente parecera a Natividade (e nos impressiona ainda hoje) uma possível representação dos passos da vida de Inês, feliz primeiro entre os filhos, depois em lutas mal explicadas, que acabam na sua degolação e na vingança do Rei, — poderia também ser interpretado no sentido do simbolismo da *vida* — desde a *infância*, figurada no primeiro passo, da *adolescência* e da *juventude*, nos seguintes, ás lutas em que a mulher e o homem alternadamente triunfam, até serem, ela degolada, ele assassinado, e tudo rematar no túmulo com a sua legenda famosa.

Essa legenda:

A : E : AFIN : DO MUDO

que Natividade leu *até a fim do mundo*, oferece sob o ponto de vista epigráfico uma leitura duvidosa, embora êsse adeus, fôsse poeticamente dum patético admiravel. Abstraíndo da forma «até», no século XIV menos freqüente que «atá» [1] não me parece possível ver no *A* ou no *E*, incluido o *T* que evidentemente lhes falta, ou tomar os pontos que os separam por um êrro do canteiro que

[1] Consultada sôbre este ponto, a Sr.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos cuja generosidade é tão grande como a sua preciosa erudição, deu-me a honra da seguinte resposta:

«No primeiro período da língua e da literatura portuguêsa usava-se de preferência da preposição *ata* (grafada ora *ataa*, ora *ta*) para designar termo de espaço e tempo. — De origem árabe (*chata*), *hasta* no país vizinho; no Algarve e na Extremadura *fasta* de onde proveio *afastar*.

Mas a par dela havia o moderno *até* (com as variantes populares *atés*, *intés* *té* — e o arcaico *atẽ* *atẽes*) cast. ant. *atanes*. Proveniente do lat. *ad ten(us)*, segundo Diez, Meyer-Lübke e outros filólogos.

Posso apontar um exemplo de *até* nas *Cantigas de Santa Maria*, de

os tivesse gravado em lugar do *T.* [1]. A independência das duas letras é de tal maneira clara que somos forçados a tomá-las como pertencendo a palavras distintas. O *E* pode ter simplesmente um valôr conjuntivo, mas o *A* deve representar a inicial duma palavra — ou um símbolo — correntes na epigrafia medieval.

*A*, aparece muitas vezes em vez de α e ligado a ω para significar o *principio* de todas as coisas, como ω significa o *fim* segundo o simbolismo apocaliptico. Assim figurava em inscrições tumulares e entre nós, a par do *crisma*, em documentos do século XII. (Elucidario de Viterbo, *alpha*). De acordo com a epigrafia da época e não esquecendo que *fim* era outr'ora feminino, a legenda poder-se-ia ler pois: *O principio (A) e o fim do mundo*, referindo-se ao ciclo da vida na terra representado na rosacea e em oposição ao ciclo da vida eterna, simbolizado no *juizo final* do tumulo de Inês.

Emfim, certas formas e composições que aparecem em Alcobaça, têm mesmo um simbolismo tradicional de que não é lógico abstrair. Assim, a *rosácea* que, como forma decorativa, não figurava em geral nos túmulos, simbolizava por vezes, como em Amiens, a *roda da fortuna*, imagem vulgarizada na idade média pelos teólogos e figurando como símbolo desde a catedral já citada até ás ilustrações do *Roman de Renart*. A ela preside em geral um Rei, e, emquanto de um lado, figuras ascendem para a glória, do outro precipitam-se no desespero, na luta e por fim na morte. A rosácea, símbolo da *roda da fortuna*, exprimía como diz Mâle, a *instabilidade das coisas na terra*.

Á rosácea de Alcobaça preside também um rei, que não é D. Pedro nem muito menos D. Afonso IV, cuja presença e preeminencia mal se justificariam ali; mas o *rei* símbolo máximo da grandeza na terra, em contraste com o nada da morte, que em baixo se lhe contrapõe.

No ciclo interno, vêem-se de um lado, numa ascenção de felicidade, pequeninas *tanagras*, vivendo, em atitudes helénicas e envoltas

Afonso, o Sábio. N.º 115, estr. 24 onde um monje diz ao outro, referindo-se à Virgem, *a do bon talan:*

Ela seja teu solaz
ate en a mannãa. = *(manhã)*.

Nos *Doc. de Evora*, publ. por Gabriel Pereira (p. 26 e 27), ha *atees* ».

[1] Hipótese da Sr.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

em panejamentos de Parthenon, horas de idilio e de dôce colóquio amoroso, — emquanto do outro surgem figuras de desespêro que se precipitam e fogem até ao edículo final. Nêste, uma figura esfíngica, com a cabeça fóra do edículo, apoiada no centro da rosácea, e de cujo ventre sai um monstro, é o *símbolo da Fortuna*, de que Honorius d'Autun dizia, fundado em Boecio (Mâle): «falam-nos os filósofos duma mulher presa a uma roda, girando perpetuamente, e dizem-nos que a sua cabeça ora se eleva, ora se abaixa, etc...»

A roda é a glória do mundo, e a mulher é a Fortuna, cuja instabilidade acaba por precipitar as almas no desespêro.

Quando agora consideramos um pormenor cuja importancia (e mesmo cuja presença) parece ter escapado até hoje — a figuração de Adão e Eva junto à rosacea, embora fora dela, e representando certamente a creação do mundo — mais parece confirmar-se a interpretação acima exposta do *A* por $\alpha$ como simbolo do *principio* do mundo, assim como o simbolismo global da rosácea e da legenda.

Esta hipótese, embora cheia de lacunas e de dúvidas no meu proprio espírito, parece-me todavia digna de consideração porque abrange e interpreta a composição global (e não apenas a rosácea) e se inspira no espírito idealista e teológico da época dando à iconografia uma significação mais largamente simbolica do que intencionalmente historica e levantando na leitura da legenda uma dúvida que parece legitima, embora talvez a não resolva ainda. De resto, parece-me imprudente e excessivo afastar desde já a hipótese original de Natividade; talvez as duas hipóteses — histórica e simbolista — encerrem cada uma a sua parte de verdade.

Que o escultor escolhesse para ilustrar os temas da *roda dos fados* e do efémero das paixões da terra, alguns episódios do *grande desvairo*, não me parece inverosimil em terra hispanica, embora o fôsse talvez em França. Um mestre que já trabalhara em Espanha e sofrera as influências do realismo peninsular, não admira que, longe da disciplina e da ortodoxía dos grandes centros teológicos, sujeito às sugestões ou a um expresso desejo do Rei, se afastasse das puras tradições iconográficas da arte medieval francesa, e exprimisse a obsessão régia em temas realistas. Mas a composição global deve exprimir uma idéa moral, embora através duma narrativa de paixão, recente e viva.

REYNALDO DOS SANTOS

# BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS

## EXPOSIÇÕES, CONCERTOS E CONFERÊNCIAS

### *LITERATURA*

D. JULIAN RIBERA Y TARRAGÓ: *A MÚSICA DAS "CANTIGAS"*. Madrid, 1922 [1].

MAL haverá um ano que a cultura peninsular se honrou com uma afirmação altamente sensacional e do maior interêsse para nós, portugueses. Aludo ao longo e exaustivo trabalho do catedrático eminente da Universidade Central de Madrid, D. Julián Ribera y Tarragó, sôbre a música das *Cantigas* do Rei Sábio. Complemento à edição das *Cantigas* empreendida em tempos pela *Real Academia Española* e cujo comentário crítico foi confiado à pena do falecido marquês de Valmar, o estudo do senhor Ribera y Tarragó constitúi um verdadeiro acontecimento, destinado aos resultados mais imprevistos, não só dentro dos domínios da erudição e do bom-saber, mas ainda como uma fonte de incalculáveis motivos artísticos. Graças à aplicação beneditina do senhor Ribera y Tarragó, resolveu-se, e com inesperado sucesso, o problema que persistia em se manter cerrado à volta da música das *Cantigas de Santa Maria*. « *El estudio de las Cantigas,* — recorda-nos o ilustre professor da Universidade Central de Madrid —, *como el de los cancioneros medievales de Europa, ha sido intentado por varios musicólogos nacionales y extranjeros; se ha acometido con afán, reiteradamente, con extremado ahinco, hasta quizá, quizà, forzando la cerradura; mas la esfinge ha permanecido hermetica: las tentativas de interpretación no han alcanzado éxito. Pero asi como aquella puerta misteriosa de que nos hablan las* Mil y una noches *no se dejaba abrir a fuerza de golpes violentos, ni con llaves ni ganzúas, y se abria suave y automaticamente a cualquiera que pro-*

*nunciase la fórmula de « Abrete, Sésamo ! », del mismo modo por encanto, sin casi dificultades, se me reveló la esfinge. »*

Como ? Até agora a música das *Cantigas* tinha-se sempre procurado interpretar com a preocupação de que, em harmonia com o tema, se tratava de música eclesiástica, de raiz aproximadamente gregoriana. Sabe-se que a incógnita da questão, emquanto assim encarada, não cedeu aos porfiados esforços com que era aturadamente investida. Um acaso feliz pôs o senhor Ribera y Tarragó na esteira da ambicionada solução. Dedicando-se com fortuna e perseverança ao esmiuçamento da confusa genealogia das formas poéticas usadas pelos moiros peninsulares durante o tumultuário renôvo da Reconquista, o senhor Ribera y Tarragó chegou a descobertas de incontestável alcance para uma revisão completa das ideas e juízos correntes acêrca das origens líricas da poesia hispano-lusitana. Avançando com método e exemplar continuïdade nas suas investigações, o ilustre arabista conseguiu apurar que os moiros peninsulares, — os andaluzes, sobretudo, inventaram para as suas expansões métricas um sistema estrófico próprio, em tudo diferente dos sistemas árabes clássicos. Volvamos a escutar o senhor Ribera y Tarragó, professor autorizadíssimo, a quem é grato ceder-se a palavra : — « *Muchas de las composiciones hechas con arreglo a ese nuevo sistema, por sus multiples y artisticas combinaciones de rima, por la elegancia, la brillantez y naturalidad o espontaneidad de su estilo, ofrecieron atractivo tal, que se difundieron con aplauso y se hicieron populares, no solo dentro de la Peninsula, sino también en los paises musulmanes del Norte de Africa y de Oriente, y hasta fueron imitados por los trovadores provenzales, por los minnesinger alemanes y por otros poetas europeos.* »

Não pormenorizaremos no actual momento a revolução trazida à história das literaturas da Península pela douta actividade do senhor Ribera y Tarragó. Mais de espaço contamos condensar em adequados limites o que, porventura, haja de positivo no tocante à génese e vários antecedentes da nossa antiga poesia lírica, — da poesia dos nossos *Cancioneiros* afonsinos, principalmente. Recomendamos, no entanto, a algum leitor impaciente os *Discursos* de admissão do mencionado senhor D. Julián Ribera y Tarragó à *Real Academia de la História* e à *Real Academia Española,* aquele de 1915, o segundo de 1912, onde se nos depara matéria tão inopinada como abundante.

Reforçando-se no seu propósito, o abalizado catedrático da Universidade de Madrid acompanhou a difusão da métrica empregada pelos mouros andaluzes através dos vários cancioneiros cristãos da Península. O que mais o impressionou foi o *Cancionero,* pertencente à livraria do Palácio do Oriente, publicado em 1890 por D. Francisco Asenjo Barbieri. A característica de semelhante colectânea, concernente na sua totalidade aos séculos XV e XVI, consiste em regis-

tar, ao lado de numerosas canções de natureza popular e arcaica, a música correspondente em notação da época. Observou D. Julián Ribera que, entre os trechos de feição popular mais evidente, sobressaíam alguns de construção estrófica, igual à usada pelos mouros andaluzes. E um havia, especialmente, — o registado debaixo do n.º 17 —, de manifesta proveniência oriental e que, antes de se introduzir no património da poética popular da Espanha mussulmana, já em Bagdad andara na bôca do povo, em tempos do califa Harún Arraxid, — o que figura no conto célebre do velho plantando nogueiras.

« *Al advertir el hecho de haber passado a la literatura cristiana española ese tema lírico oriental,* — pondera a tal respeito o autor, cuja lição estou glosando e aproveitando —, *hube de hacerme la seguiente pregunta : Si el tema poetico, cantado en árabe y de difícil traducción, se ha vertido al castellano ; si la forma artística de la letra con los propios caracteres del sistema moro español se han conservado también, no habrá perdurado, juntamente con ellos, la musica, que es lenguaje que toda persona de cualquier nación del mundo puede aprender ?* » Longe de ser um músico profissional, ou de se preocupar, pelo menos, com as generalidades da história da Música, um simples movimento de curiosidade culta levou o senhor Ribera y Tarragó a entoar a canção referida. « *Sorprendióme una singular coincidencia : la música y la letra estaban acopladas simetricamente : cada verso, su ajustada frase melódica : a los versos de la misma rima aplicábase identica ou similar frase musical ; a los de rima diversa, diversa musica ; habia estribillo para el coro popular, y estrofes para el cantor solista ; en una palavra : paridad de forma artística de letra y musica.* » E o sábio académico espanhol informa na seqüência das suas deduções : — « *Esa semejanza de forma não podia atribuirse discretamente a coincidencia fortuita, sino al acoplamiento exigido por el sistema metrico musical : la letra y la musica se habian fraguado sobre el mismo molde artistico. Se ofrecian, pues, indicios vehementes de que la musica, como el tema poetico, era de origen árabe.* »

Levantada a suspeita e fundamentada em razões de suficiência bastante, importava agora certificar-se o senhor Ribera y Tarragó se estava, ou não, em presença de um trecho de música árabe. Ora os estudos realizados acêrca de música árabe não forneciam ao exame do investigador nenhuma melodia, que se reputasse com segurança anterior ao século XIX. Começou imediatamente o sr. Ribera a consultar os autores especializados no conhecimento de música oriental, — da arábiga, destacadamente, persuadindo-se com o desenrolar paciente, mas firme, das suas pesquisas, «*no solo de que las melodias del* Cancionero de Palacio *eran árabes y se habian popularizado en la Peninsula, sinó que tambén se habian difundido por la mayor parte de los pueblos de Europa. Pasados siete años dedicados casi constantemente a esa labor,*—conta-nos no prólogo do seu monumental

volume o douto arabista—, *disponiame ya a redactar un libro acerca de las razones de la musica popular española y europea, cuando li en la obra de un historiador de la música española* (2), *hombre de escasisima autoridad scientifica, la cita de una canción que, según el afirmaba, era una cantiga de Alfonso el Sabio. Como la melodia de esa canción semejaba a las que yo habia estudiado en el* Cancionero de Palacio, *consideréme obligado a comprobar la cita acudiendo a los manuscritos originales de las* Cantigas, *las cuales yo no habia intentado si quiera estudiar, porque los mas autorizados tratadistas musicales afirmaban, como bien averiguado, que las* Cantigas *eran musica religiosa semejante al canto llano, muy distinta de la que era objecto de mis investigaciones.*»

Entrava o senhor Ribera y Tarragó, por esta súbita via, no caminho das mais sorridentes conclusões, a-pesar-de Soriano Fuertes, — o autor invocado, se ter redondamente enganado na sua alusão, visto que nem no códice das *Cantigas,* guardado na Biblioteca Nacional de Madrid, nem nos códices da Biblioteca do Escurial se acha a tal canção atribuída por êle ao Rei Sábio, avô do nosso D. Denis. Mas, confessando-se gratíssimo à leviandade de Mariano Fuertes, o senhor Ribera y Tarragó, possuidor agora de cópias fotográficas das *Cantigas*, extraídas dos mencionados códices, decidiu-se a analizá-las com atenção e escrúpulo.

Contra a opinião transitada em julgado de que a música das *Cantigas* se moldava nos processos vulgares da música eclesiástica medieval, imediatamente ocorreu ao insigne arabista de que em Sevilha, acabada de conquistar aos mouros, se copiaram e, presumìvelmente, as *Cantigas* se compuseram. Ora como Afonso-o-Sábio mostrára sempre entusiasmo pela cultura muçulmana e como na sua côrte figaravam músicos mouros, desde que em Sevilha se localizava um dos centros então mais prestigiosos da arte musical, o senhor Ribera y Tarragó não constrangia em nada a lógica dos seus raciocínios, admitindo que fôsse árabe a música das *Cantigas*.

«*Siguiendo esta hipótese,* — esclarece-nos êle —, *apliquè a la notación de las* Cantigas *los principios averiguados en las cuarenta o cincuenta melodias árabes del* Cancionero de Palacio, *y ese fué el talisman que me abrió la puerta misteriosa: habia encontrado la clave necessaria para su interpretacion: ni una sola cantiga de aquel manuscrito opuso resistencia, revelandose que la musica de las* Cantigas *es la colección de piezas vocales y instrumentales que formaban el repertorio de los professionales moros españoles de la corte de Alfonso el Sabio; piezas conservadas en su parte melodica por notación musical del siglo* XIII, *es decir, hace ya siete siglos; ejemplar admirable y curiosisimo de la cultura musical del pueblo español en la Edad Media.*»

O âmbito do projectado estudo do senhor Ribera y Tarragó alargava-se

assim consideràvelmente. Pensou primeiro o ilustre catedrático em publicar apenas as *Cantigas* do manuscrito guardado na Biblioteca Nacional de Madrid, por ser o mais antigo, pois contém o núcleo primitivo da obra do Rei-Sábio. Apressou-se a *Real Academia Española* a tomar para si o encargo de dar à estampa as locubrações do senhor Ribera y Tarragó, seu sócio efectivo, em suplemento à edição das *Cantigas*, ordenada pelo marquês de Valmar. Entendeu a benemérita agremiação que às *Cantigas* do códice de Madrid se juntassem outras do códice escurialense J. b. 2 e que de aquêle não constassem. Cumprindo a deliberação da *Real Academia*, o senhor Ribera y Tarragó transferiu para notação musical moderna, não só as 128 cantigas do manuscrito de Madrid como mais 167 do códice escurialense, ficando sòmente por publicar as que não passavam de repetições ou variantes inúteis do mesmo motivo.

Não me cumpre a mim criticar com competência o labor do senhor Ribera y Tarragó. Alinho ùnicamente uma modesta ementa bibliográfica para que os amigos da cultura peninsular, que desconhecem ainda tão importante trabalho, atinjam bem quanto ela se enalteceu com o estudo de D. Julián Ribera.

Não nos achamos em frente de um paciente desenfado de investigador miúdo e pertinaz. O senhor Ribera y Tarragó já em escritos seus anteriores, realçados pela sua particular autoridade como arabista, nos demonstrára com proveito e largueza de dados que «*los monumentos de la lirica européa en lenguas vulgares, provenzal, alemana, de los Minnesinger y la italiana (y aún los latinos de los* Carmina burana, etc.), *aparecen com posterioridad à la lirica vulgar de los musulmanos españoles.*» A nós, portugueses, o caso toca-nos de perto, porque a lírica popular dos muçulmanos espanhóis, sem inserção alguma na lírica islâmica, da qual diverge radicalmente, desde as formas e ritmos empregados até à sua essência emocional, pressupõe, como fonte directa, «*o una lirica andaluza romanceada, anterior al siglo X, más antigua que la que aparece en los cancioneros portugueses, o una lirica gallega antiquisima, que la colonia gallega trajo a Andalucia de, donde procede la romanceada andaluza, anterior a Abencuzmán.*» Pois que em nada é provável a existência duma «*lirica andaluza romanceada*», nos termos apontados pelo senhor Ribera y Tarragó, ao lirismo galaico-lusitano se terá de pedir a explicação do lirismo popular muçulmano da Espanha do sul, representado pelo poeta Abencuzmán, — objecto de muitas vigílias do catedrático da Universidade de Madrid.

¿Para que acentuar o significado valiosíssimo de tais indagações? Menéndez y Pelayo, na sua indispensável *Historia de la poesia castellana en la Edad Media* (Tomo I, pags. 229-231), já assinalara a rara individualidade do lirismo galaico-lusitano, concedendo-lhe pergaminhos de remota autoctonia [3].

Graças ao depoimento do inolvidável mestre, encostado a passos elucidativos de Silius Italicus e de S. Martinho de Dume, convencemo-nos, com efeito, da recuada antiguidade, a que ascendem no noroeste peninsular as manifestações duma arraigada poesia oral entre o povo. Por íntimas predisposições étnicas se pretende justificar a sua formação e persistência. Sempre tão cauteloso, Menéndez y Pelayo não se eximiu ao influxo da miragem celtista, que tamanha vaga desfrutou nos círculos cultos da Europa meridional. Mas, independentemente de qualquer preferência teórica na apresentação das suas hipóteses, é fora de dúvida que o seu celtismo mitigadíssimo não compromete de maneira alguma o *indigenato* dessa poesia fluente e doce, transitada da roda viva das romarias para a estilização doirada dos *Cancioneiros*. Tão entranhado como incontestável, para êle, — para semelhante indigenato, apelava, de-certo, o senhor Ribera y Tarragó, quando nos fala duma «*lirica gallega antiquissima*», difundida na Andaluzia pelos escravos galicianos, com tanta procura nos mercados e bazares de Córdova. Daí brotaria seguramente (e em virtude de condições que o senhor Ribera y Tarragó largamente explana) a poesia romanceada dos mouros andaluzes, em que o mesmo senhor Ribera radica a paternidade da lírica europeia das línguas vulgares, pois que «*sin ella* (a poesia romanceada dos mouros andaluzes) *no se explican los sistemas que en Europa aparecen posteriormente*» ([1]).

Impugna-se assim, e com luzida vantagem para nós, portugueses, a alardeada hegemonia do provençalismo naquilo em que reside o melhor brazão dos nossos *Cancioneiros*. Jeanroy, no seu livro *Les origines de la poèsie lyrique en France*, reconhece, não sem constrangimento, que a lírica galega é das mais arcaicas da Europa e a mais antiga das Espanhas, declarando também que a lírica portuguesa, já personalizada nos nossos monumentos literários do período afonsino, se mostra rebelde, — os *Cantares-de-amigo*, sobretudo —, a tôda a tentativa de a sujeitarem a uma ascendência transpirenaica. Convém não esquecer que Menéndez y Pelayo caracterizava os *Cantares-de-amigo* da côrte de D. Denis como um jôgo poético, em que se adaptaram «*nuevas palavras a una musica antigua.*» Discorrendo das canções de Abencuzman, oferece-nos o senhor Ribera y Tarragó a informação preciosa de que «*puden llamarse de amigo, pero con acepción menos decente que en la lirica gallega*, — tão fielmente os *Cantares-de-amigo* do nosso ciclo dionisíaco traduziam as afeições sentimentais e rítmicas da velha poesia galaico-lusitana!

Provindas igualmente da anónima e colectiva musa do noroeste da Península, as *Cantigas de Santa Maria*, compostas em galego pelo verdadeiro iniciador da cultura castelhana, são, como sinal da preponderância exercida

na Península pelo génio lírico das suas partes ocidentais ([5]), o documento que mais amplamente nos demonstra a quanto chegou em prestígio e em finuras emotivas a fala que, bipartida ao depois por fôrça de causas históricas, se vazou no português, por um lado, emquanto, por outro, se reduzia, com o galego pròpriamente dito, à miséria dum pobre dialecto aldeão, vegetando triste e inglório. Pronuncia-se o senhor Ribera y Tarragó: — «*Los versos de las Cantigas están escritos en el romance peninsular galaico portuguès, lengua no dificil de entender para los españoles; el sentido y la forma métrica no están escondidos o velados por caracteres misteriosos; la poesia se ha podido leer, estudiar y examinar por los eruditos sin dificultades aparentes; sin embargo, por el simples hecho de ser desconocido el sistema lírico de los moros españoles, que es el seguido en las Cantigas, ellos no han advertido siquiera la forma de su construcción estrófica. Aunque la puerta parecia fisicamente abierta, espiritualmente estaba cerrada.*»

A obsessão provençalesca fechava os olhos aos historiadores da literatura espanhola, sempre que se punha em discussão a métrica empregada pelo Rei-Sábio. «*El Señor P. J. Pidal, en su introducción al* Cancionero de Baena *(pag. LIV) no tiene dificultad en creer imitación lemosina la forma de las Cantigas; el P. Garcia Blanco, al hablar de las Cantigas, dice que en ellas se despliega « toda la rica variedad de los metros provenzáles » ; Ticknor repite que en las Cantigas « todo lleva el sello de los poetas provenzales » y Valmar cree que « la poesia de las Cantigas, como toda la poesia galaico-portuguesa de los siglos XIII, XIV y XV, es hija de la provenzal y francesa* ». Êste era o tom geral com que a complexa questão das *Cantigas* se ventilava. Apenas se conta a excepção de Milá y Fontenals, que declara não achar motivo para, em conjunto, considerar as *Cantigas* como uma derivação do provençalismo, — e a de Menéndez y Pelayo, seu discípulo, que, na intuição de juízos mais tarde vigorosamente afirmados, escreve algures: — «*La misma perfección de lengua y ritmo que en las Cantigas se observa es indicio claro de una elaboración poetica anterior y quizá muy larga, cuyos primitivos monumentos han perecido. No es posible aventurar conjetura de gran fuerza sobre tiempos tan remotos y obscuros como aquellos en que la poesia de las lenguas vulgares comenzó a emanciparse de la latina.*» E termina salientando nas *Cantigas* o predomínio galaico.

Em face das descobertas do senhor Ribera y Tarragó, a incógnita do problema tocante à estrutura das *Cantigas* desvaneceu-se absolutamente. Diz o abalisado arabista: — «*la imensa mayoria de ellas tiene la forma de zéjel de los moros españoles, el cual... nació en Andaluzia a fines del siglo IX o principios del X: una estrofilla tematica, generalmente en distico, a la cabeza de cada can-*

*tiga, que es el estribillo que canta el coro; luego una estrofe compuesta de tres versos monorrimos, seguidos de un cuarto con rima común, para el cantor solista.*» Lamento que a tirania dos limites não permita alongar-me acérca do *zéjel* e do seu extraordinário desenvolvimento. O *zéjel* (6) é a forma estrófica característica do sistema lírico inventado pelos mouros andaluzes, em que tanto temos insistido na nossa longa, mas ao mesmo tempo comprimida notícia. Coincidindo com uma vigorosa afloração de nacionalismo hispânico nas regiões peninsulares submetidas ao Califado de Córdova, êsse sistema inicia-o um poeta cego, Mocádem ben Moafa, natural de Cabra, cidade pertencente aos domínios do grande caudilho nacionalista, Omar ben Hafsun. Principiou Mócadem ben Moafa «*a cantar estribillos nacionales, canciones nuevas, en las que se empleaba la lengua romance, vulgar y corriente en aquel éntonces entre el pueblo andaluz de toda categoria y religión.*»

«*No solo eran populares sus poesias por la lengua, sino porque el sistema métrico que el empleó era esencialmente popular, puesto que se basaba en un estribillo popular, destinado a que el pueblo lo cantara...* — agrega o senhor Ribera y Tarragó; *es, por conseguiente, un brote del estro indigena popular espanol*». ¿Em que consistia o novo sistema, que, introduzido pelo cego de Cabra, acabou por suplantar e exilar as formas cultas, importadas do Oriente com a chamada « civilização árabe ? » Continua o eminente catedrático da Universidade de Madrid a esclarecer-nos : «... *el nuevo sistema ofrecia novedades que se distinguen de la clásica « casida » árabe. En esta los versos constaban de los hemistiquios rimando en toda la casida todos los segundos hemistiquios con una misma rima y teniendo todos una misma medida métrica. En el nuevo sistema métrico no habia hemistiquios sino versos cortos rimados con variada rima y varia medida, aunque sujetos todos a una pauta matemática, señalada por el estribillo popular, que era la base de las composiciones y esencia del sistema.*» Lançado o *zéjel* por Mocádem ben Moafa, e lançado em forma embrionária ainda, *(un paréado, por estribillo y una carteta por estrofa)* cresceria em êxito, aperfeiçoar-se-ia, através de diversos poetas, que, de popular, acreditaram como culta a semelhante forma. Destacarei Abencuzman, cujo espólio poético chegou até nós integralmente e que facilitou ao senhor Ribera y Tarragó o primeiro passo para as suas sensacionais descobertas. Alastrando-se numa divulgação triunfal, a medida rústica de Mocádem ben Moafa alcançou não só os favores do gôsto colectivo, mas a mais completa nobilitação literária. «*No hubo provincia o región española, aún la más apartada, a la que no llegasse la moda de tales canciones; todas tuvieron sus poetas populares... En el Ocidente brillaron Abengayats, de la región de Beja; Elcamit, extremeño, de Badajoz, y Abenhabib, del Algarbe.*» Mas o centro foi Sevilha, onde, em tempos do célebre Almanzor, com tamanha onda de poetas, se

criou uma repartição especial de administração pública encarregada de os classificar e premiar, como se se tratasse dum serviço do Estado.

Mas se o *zéjel* se cantava, ¿ com que música o cantavam ? Eis-nos outra vez com o nosso assunto enlaçado. Interroga o senhor Ribera y Tarragó : — *¿ Se utilizó exclusivamente la música indigena española, o se empleó o modificó la música oriental que se habia popularizado en España desde principios del siglo* IX *en que vivió Ziriab ?* O mesmo senhor procura desfazer a interrogação. «*Los historiadores nada nos dicen respecto al particular ; pero como en el tiempo en que nació este nuevo sistema lirico, a principios del siglo X, se habia difundido ya por la Peninsula la música árabe oriental, de sospechar es que fuera esta utilizada, pero con alguna alteración, puesto que la música oriental penetró en España por médio de canciones monódicas, es decir, cantadas por un solo artista, y la forma nueva era coral, basada precisamente sobre el estribillo, que era la parte que habia de cantar el córo.*»

Sem nos invadir a idea estulta de contrariarmos sequer a especializada competência do ilustre arabista, fixamos, para fins posteriores, a importância duma diferença tão profunda como a que o senhor Ribera y Tarragó sublinha : a música oriental penetrou em Espanha por meio de canções monódicas, ou seja de canções cantadas por uma só pessoa, emquanto que a forma nova se manifestava de natureza coral, baseada num estribilho que motivava a intervenção do coro. Acresce, segundo confissão do próprio senhor Ribera, que «*esta nueva disposición de frases melódicas, entre el coro y el solista, debió modificar de algún modo la estrutura musical de las canciones, por lo menos para acomodar la musica a las alternativas de coro y cantor, estableciendo relaciones que facilitaran la combinación.* »

Assente a transformação que a música oriental sofreria na Espanha muçulmana para se ajeitar ao género poético, inventado pelo cego de Cabra, não oporemos agora à tese do senhor Ribera y Tarragó certas reflexões que nos dansam à flor da pena. Segundo a lição do eminente catedrático, notáveis compositores surgiram na Península, musicando canções dentro dos moldes impostos pelo sistema lírico popular. Foi um dêles o afamado filósofo Avempace, « *que dominaba igualmente la practica como la teoria de la música* ». Um seu detractor, Abenjacán, para o deprimir, acusa-o de uma paixão tão desaforada pela Música que se ia atrás de qualquer ganhão, conduzindo o gado a beber, desde que o ouvisse cantar. Isto só prova que havia uma música popular, mais enraïzada talvez do que o supõe a tese do senhor Ribera, e que Avempace enriquecia a sua inspiração artística, recorrendo, — como se notaria hoje —, aos tesoiros do *folc-lore.*

O que é indubitável é que tanto o sistema lírico andaluz, como a música em

que êle se cadenciava, transpuzeram a órbita peninsular, indo espalhar-se ambos pelo Oriente sumptuoso e longínquo. « *Se verificó en los siglos* XII *y* XIII *un cambio de las corrientes civilizadoras del mundo islámico*», — prossegue o senhor Ribera y Tarragó. «*En los primeros siglos de la dominación musulmana vino de Oriente a la Peninsula la cultura oriental: libros de religión, de ciencias y artes; la superioridad del nivel hizo que las aguas se inclinaran de allá hacia aqui; pero luego, el flujo de la cultura varió de dirección, y la corriente establecióse refluyendo en el sentido contrario en los siglos* XII *y* XIII ». Mas o que nos surpreende de-veras é que ainda actualmente o sistema lírico dos mouros andaluzes se observa no Oriente entre as pessoas cultas, como também entre as camadas baixas do povo, — tanto na Pérsia, como na Índia. Nos seus *Chants populaires des Afghans*, James Darmesteter, ao enumerar-nos os géneros de poesia popular do Afeganistão, menciona-nos a «*car baita*» *(cuartata,* em espanhol), conhecida na Índia por *musamat* e que não é senão o tipo determinado pelo sistema popular andaluz. Em Marrocos, então, o dito sistema quási se naturalizou, a ponto de ser o único utilizado pelos rapazes marroquinos nas suas rimas e jogos infantis. Não nos escape, porém, mais uma indicação do senhor Ribera y Tarragó, — e é ela «*que parece vislumbrarse también la realidad de otro hecho, digno de ser notado*: *que allá donde se dejó sentir la influencia de esas canciones, cuya letra está ordenada segun el sistema lírico espanol, se ha introducido tambien la musica espanola com que se cantaban.*»

Tal é o fenómeno que, efectivamente, se nos depara nas *Cantigas de Santa Maria*. Noventa por cento das *Cantigas* identificam-se com a estrutura do *zéjel* andaluz, sendo a forma empregada por Afonso-o-Sábio mais singela ou de maior primitivismo, de que a forma usual em Abencuzmán, que é o cânon consagrado do género. Porquê? Porque, no parecer do senhor Ribera, «*era dificil que la lirica gallega naciente aceptara formas tan complicadas como las que habia alcanzado la de los moros andaluces que le servia de modelo.*»

Classificando de «nascente» a lírica galega, expressa nas *Cantigas de Santa Maria*, e alegando a sua natureza incipiente como razão do primitivismo da forma utilizada por Afonso X, se a compararmos à de Abencuzman, que lhe foi anterior bem mais de um século ([7]), só por uma deplorável amnésia é que o senhor Ribera y Tarragó se esquece de tudo quanto asseverou e comprovou nos seus magníficos «*Discursos*» de admissão às duas Academias, — a da *Lingua* e a da *História*, como também do que, de Menéndez y Pelayo a D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, se há apurado e joeirado acêrca da perfeita conexão do lirismo popular arcaico do noroeste peninsular com o lirismo renovado dos nossos *Cancioneiros*. A obsessão orientalista perturbou, a meu ver, a serenidade crítica do senhor Ribera y Tarragó, — e de tal modo que, no desfiar de deduções tão

exactas e irrefutáveis, o obriga a taxar de «nascente» a lírica das *Cantigas de Santa Maria*, não se lembrando de que ela culmina uma época de actividade literária, em que o idioma galiciano era na Península, — pelo menos, na sua parte central, o idioma literário. Num grau avançadíssimo do seu desenvolvimento, essa lírica dispunha até duma «poética», que não se compadece, seguramente, da afirmação precipitada do senhor D. Julián Ribera —, a «poética» que, fragmentàriamente, se salvou com o *Cancioneiro Colocci-Brancuti*. A distinção que aí se faz entre os géneros eruditos e cortesãos, e os géneros de proveniência popular, como os «*Cantares-de-amigo*», pressupõe uma *sensibilidade* e uma *intenção*, que não nos permitem aceitar como «nascente» a lírica consagrada pelas *Cantigas* do Rei-Sábio. De resto, os factos são impiedosos para com a inexplicável asserção do senhor Ribera y Tarragó, por qualquer dos lados por onde se examine. Afonso X escolhe precisamente o idioma galiciano (mais português primitivo, de que pròpriamente galego), porque era o idioma literário e culto da Península, — descontada a Catalunha, então, como hoje, mais virada para além dos Pireneus, do que para o coração e para a consciência das outras Espanhas. Espírito tão elevado, como aberto a uma grande simpatia lusitanista, já Menéndez y Pelayo, há um bom número de anos, declarava ser absurdo «*desconocer que el primitivo instrumento del lirismo peninsular no fué la lengua castellana, ni la catalana tampoco (puesto que hasta muy entrado el siglo XIV, y cuando ya Cataluña habia producido algunos de sus mayores prosistas, los versos seguian componiendose alli en provenzal) sino la lengua que, indifirentemente para el caso, podemos llamar gallega o portuguesa (puesto que las variedades tardaron mucho en acentuarse, y antes en la prosa que en los versos), y que en rigor merece el nombre de* lengua de los trovadores españoles, *la cual fué un dialecto poético convencional en parte como el provenzal clasico y como el italiano de los* librettos *de* Opera» (8).

E Menéndez y Pelayo insiste: — « *Nos encontramos, pues, en presença de um hecho indisputable y curiosisimo. La primitiva poesia* lírica *de Castilla se escribió en gallego antes de escribirse en castellano, y coexistió por siglo y médio con el empleo del castellano en la poésia épica y en todas las manifestaciones de la prosa. Y este galleguismo no era meramente erudito, sino que transcendia a los cantares del vulgo. El mismo pueblo castellano, que entonaba en la lengua de Burgos, sus gestas heroicas, se valia del gallego para las cantigas de* escarnio *y de maldecir, como lo prueban aquellos curiosisimos versos*

*Rey velho que Deus confonda...*

*con que los vasallos de Alfonso el Sabio increpaban al gran rey de Aragón Don Jaime I, según nos refiere D. Juan Manuel en su* Conde Lucanor. »

Convergindo depois para o ponto que mais directamente nos prende agora, Menéndez y Pelayo infere: — « *Aquel hecho, que a los antiguos analistas parecia aislado é inexplicable, de haber compuesto en gallego todos sus versos el patriarca de la prosa castellana, ordenando a mayor abundamiento que se cantasen en Murcia donde mandó enterrarse, se enlaza hoy con toda una serie de hechos elocuentisimos, y no es mas que confirmación de una lei historica general. No fué capricho o voluntariedad de Alfonso el Sabio el cultivar la poesia gallega, ni menos puede decirse que el la creara, aunque su libro, tomado en conjunto, sea la mas antigua colección poética, que tenemos en ese dialecto.* »

Evidentemente que o senhor Ribera y Tarragó não contesta o que é do domínio comum, mas que preferimos recortar das lições de Menéndez y Pelayo. Nós é que pretendemos com tal autoridade eliminar a classificação de « naciente » que à lírica galaico-lusitana dispensa o ilustre arabista, quando nos observa que a estrutura das *Cantigas de Santa Maria* se revela mais primitiva e ingénua de que a estrutura das canções de Abencuzmán, embora anteriores bem um século. Quanto a nós, o motivo é diverso. Derivadas as *Cantigas de Santa Maria*, como as canções de Abencuzmán, do mesmo fundo poético, estas, ao contacto da musa árabe, mais policiada pelo bisantinismo importado da arte oriental, tenderiam naturalmente a complicar-se, conquanto pouco perdessem do seu pronunciado sabor popular. Eis onde estaria a diferença, — diferença que, em meu parecer, ressalta evidente na própria letra das canções de Abencuzmán, meio romanceada, mas com a preponderância da linguagem arábiga mantendo-se, em todo o caso. ¿A mescla que se nota na expressão verbal, não influiria, também, desenvolvendo-se o *zéjel* em ambiente trabalhado por factores antagónicos, numa maior ou menor alteração da quantidade, ou forma, de tão divulgado e festejado género? ¿Não é o sr. Ribera y Tarragó quem destaca a estreita similitude das canções de Abencuzmán com os «*Cantares-de-amigo*» dos nossos *Cancioneiros*, descontando, sem favor para os temas lusitanos, a pouca decência do andaluz? ¿Não correspondiam os «*Cantares-de-amigo*» ao profundo e tradicional veio da poesia galaico-lusitana, guardada entre o povo, a-pesar da intrusão do provençalismo? De sorte que a « *sencillez* » acusada pelo sr. Ribera y Tarragó nas *Cantigas de Santa Maria*, « *en que las subdivisiones de la cuarteta, en vez de llevar (como en Abencuzmán) rimas, no las llevan*», não significa nada uma «lírica incipiente», mas antes uma ligação maior com o meio original, uma maior fidelidade ao tipo basilar. Porque, — não o duvidemos! —, as *Cantigas de Santa Maria* marcam o cume na Península do lirismo galaico-lusitano. « *Un siglo dura proximamente el apogeo de la escuela trovadoresca de Galicia, a contar desde el reinado de Alfonso el Sabio en Castilla y de Alfonso III en Portugal, hasta os de Alfonso XI y Alfonso IV, respectivamente.*» — elucida ainda Menén-

dez y Pelayo. « *Durante todo este periodo, el gallego fué la lengua lirica de las côrtes peninsulares (exceptuada la de Aragón y Cataluña, donde predominaba la imitación provenzal directa)* ».

Entendo desfeita a desastrada classificação do senhor Ribera y Tarragó. O hispanófilo Fernando Wolf chamava à preocupação orientalista o « espectro da literatura espanhola ». Êsse espectro ressurgiu no espírito do senhor Ribera y Tarragó em termos tais que dir-se-ia alheio às belas hipóteses entrevistas, pelo que toca à ascendência do *zéjel*, no seu não menos belo *Discurso* de admissão à *Real Academia Española*. Quem ler, na verdade, o formidável estudo com que se abre o grosso volume *in-fólio* de *La musica de las Cantigas* aceitará, como dum mestre, — que mestre é, e eminentíssimo, o senhor Ribera y Tarragó! —, que Alfonso-o-Sábio imitaria nas suas composições religiosas o sistema poético dos mouros andaluzes, sendo, no fim de tudo, o aludido sistema, e por lição do mesmo senhor Ribera, uma derivante presumível da lírica popular galaico-lusitana, de que as *Cantigas*, por seu turno, representam a nobilitação literária.

Tornaremos ao debate logo que, encerradas de momento as presentes reflexões, tenhamos exposto até ao fim o alcance das descobertas e das teorias do senhor Ribera y Tarragó. Confessando-me discípulo e partidário fervoroso de tantas das suas inovações críticas, atrever-me hei a tentar uma outra interpretação, não para a música das *Cantigas*, mas para a origem dessa música. Não se repetirá por certo a anedota clássica, — *Sutor ne supra crepidam!* —, porque de antemão me subordino ao correctivo que seja de justiça. Não deixarei, no entanto, de indicar o que se me oferece, de passagem, sôbre um tão atraente problema, partindo daquela observação do próprio senhor Ribera, já aqui fixada e para nós, peninsulares, sempre agradável de se ouvir: — « *que allá donde se dejó sentir la influencia de esas canciones* (as dos mouros andaluzes), *cuya letra esta ordenada según el sistema lírico español, se ha introducido también la musica española con que se cantaban.* »

Se houve uma lírica popular galega, donde dimanou a lírica peninsular, tanto do Rei-Sábio, como antes a de Abencuzmán, ¿ porque não dimanaria também das toadas populares do noroeste da Península a música que, apurada pelo adiantamento musical do Oriente, acabou por estender à Europa a sua fôrça inspiradora? Não nos imaginamos aptos, para responder. Contudo, é nossa obrigação, ao menos, justificar a pregunta. Arrojada e descabida incursão, talvez! ¿ Mas ser-nos há perdoada, pelo encanto irresistível do assunto e pelo muito que adivinhamos de imprevisto ainda, para além do que de inesperado já nos revelou o senhor Ribera y Tarragó?

ANTÓNIO SARDINHA.

NOTAS

[1] *La música de las Cantigas. Estudio sobre su origen y naturaleza con reproduciones fotográficas del texto y transcripcion moderna, por Julián Ribera, de las RR. AA. Española y de la Historia.* Madrid, 1922.

[2] Mariano Soriano Fuertes. *Historia de la música española desde la venida de los fenicios hasta el año de 1850.* Madrid, 1885.

[3] Reportando-se à «poética» própria da poesia galáico-lusitana, fragmento constante do *Cancioneiro Colocci-Brancuti,* assim se exprime na obra e páginas citádas Menéndez y Pelayo: — « *El gran interés de este fragmento consiste en que cataloga y define, al lado de los géneros eruditos cortesanos, los géneros populares cultivados por los trovadores à la imitación de los joglares: las* cantigas de amigo *y las* villanescas. *Esta es la vena legitima del lirismo gallego que los cancioneros ofrecen. No hay rastros de tales poesias en el de Ájuda, compuesto en general de trovadores muy antiguos; por lo cual debemos creer que la irrupción de la poesia popular en el arte culto ha de referirse principalmente al reinado de D. Diniz, en que por gala y bizarria se dieron a remedar principes y magnates los candorosos acentos de las canciones de romeros, pescadores y aldeanos, adaptando sin duda nuevas palabras a una musica antigua. El descubrimiento de este lirismo tradicional, que pertence al pueblo por sus origines, aunque sufriese sin duda una elaboración artistica,* — desenvolve Menéndez y Pelayo —, *es el más inesperado, asi como el más positivo resultado de las últimas investigaciones sobre nuestra literatura de la Edad Media. Hoy no es possible negarlo: hubo en los siglos* XIII *y* XIV *una poesia lirica popular de rara ingenuidad y belleza, como hubo una poesia épica aunque en lengua diferente. Quien podrá llegar hasta las más escondidas raices de ese lirismo? Quién podrá sorprender sus primeros infantiles pasos? ¿Se trata de un fondo étnico común a todos los pueblos del Mediodia de Europa, ó de algo própio y caracteristico del pueblo gallego? ¿Por que amaneció alli la poesia lírica con caracter más popular que en Provenza, y con un cierto fondo de melancolia vaga, misteriosa y soñadora? Á todas estas cuestiones se ha procurado dar respuesta, pero hasta ahora con más fuerza de ingénio y de agudeza que rigor crítico. Cuanto los datos faltan, toda generalisación ha de ser temeraria y prematura. La hipótesis céltica no satisface del todo ni está exenta de reparos, pero algunas dificultadas allana y es hasta ahora la mas admisible. Buscar soñados origines germânicos, tomando por pertexto el hecho de la conquista sueva, que solo pudo ejercer una influencia superficial y exterior, y de ningun modo penetrar las capas mas hondas de la población galaica, parece tan fuera de proposito como remontarse, según otros, a los mismisimos pueblos turanios y al lirismo de los himnos acádicos. Todo esto puede*

*ser materia de paradojos y ameno discreteo, pero conviene conservar a la historia la severidad de seu método, y dar siempre lo cierto por lo cierto y lo ignorado por lo ignorado. Qué ploblación antecedese en Galicia à los celtas, ni lo sabemos hoy, ni quizá lo sabremos nunca a punto fijo. Pero de los celtas galaicos sabemos por testimónio de Silio Italico que* ululaban cantos bárbaros en su patria lengua, *y consta asi mismo por vários cánones de concilios y por un libro de San Martin de Braga* (De correctione rusticorum) *que conservaran, despues de convertidos al cristianismo, supersticiones más ou menos poéticas y canciones profanas. Puede disputarse en que lengua estarian: lo verosimil es que fueren en latin barbaro, en lengua rústica, y que de ellas se pasase por transición gradual á los cantos en lengua vulgar. Que estos son indigenas non cabe duda; lo demuestra su misma ausencia de carácter bélico, la suave languidez de los afectos, el perfume bucólico, que nos transporta à una especie de Arcadia, relativamente próspera em médio de las tribulaciones de la Edad Media. El ideal que esa poesia refleja es el que corresponde à un pueblo de pequeños agricultores, dispersos en caserios, y que tienen por principal centro de reúnion santuários y romerias.*»

[4] Veja-se sôbre esta tese do senhor Ribera, o seu *Discurso* de admissão à *Real Academia Española*, Madrid, 1912.

[5] É conveniente avivar na lembrança dos que me lêem o passo célebre do marquês de Santillana no seu *Proemio... al Condestable de Portugal.* «*Y después hallaron este arte que mayor se llama y el arte común, creo en los reinos de Galicia y Portugal, donde no es de dudar que el ejercicio destas ciencias más que en ningunas otras regiones ni provincias de la España se acostumbró; en tanto grado que no ha mucho tiempo cualesquier decidores y trovadores destas partes, ahora fuesen Castellanos, Andaluces, ó de la Estremadura, todas suas obras componian en lengua gallega ó portuguesa.*»

[6] *El nombre de zéjel, dado a esta clase de composiciones, quiere decir, a juicio mio, canción ó balada que se canta a plena voz, ante público callejero y numeroso. Aparte de su acepción etimologica, nos lo declara el mismo Abencuzman, canción LVI, estrofe 3.ª, verso 3.º, donde se dice:* «*Cantamos a voz en grito*» (D. Julián Ribera, *Discurso* cit., nota a págs. 27-28).

[7] Abencuzmán ou Aben Cuzmán morreu no ano 555 da Hegira, 1159 da nossa era. Não é descabida aqui uma nota de Menéndez y Pelayo, a pags. 87 do 1.º volume da sua citada *Historia de la Poesia castellana en la Edad Media.* Falando da colectânea das poesias de Abencuzmán, escreve: «*El Divan ó colección de sus poesias se conserva en la Biblioteca del Museo Asiático, de San Petesburgo, y del se han sacado varias copias en estes ultimos años. Segun Dozy, las canciones de Aben Cuzmán son un tesoro para el conocimiento del dialecto arábigo español. Simonet, que las utilizó para su* Glosario de voces ibericas y latinas usadas entre

los mozárabes, *dice en su introdución (pag. 155) que este Divan constituye el monumento mas rico y acabado que se conoce de la poesia popular y del lenguaje vulgar de los moros españoles. «Como escritos en lengua vulgar y corriente, estos cantares abundan en palabras y aun en frases españolas, en su mayoria de origen latina»*. E Menéndez y Pelayo acrescenta: — «*Tenemos entendido que uno de nuestros más avantajados arabistas, D. Julián Ribera, va a tomar por tema en su discurso de ingreso en la Academia Española, el estudio de los generos populares de la poesia hispano-arabe, valiéndose para ello, entre otras fuentes, del* Divan *de Aben Cuzmán.*»

[8] A citação de Menéndez y Pelayo é da obra já mencionada, *Historia de la poesia castellana en la Edad Media.*

ANTERO DE FIGUEIREDO: *ESPANHA.* AILLAUD E BERTRAND, Lisboa, 1923, 451 p., c. 12.

UM livro de viagens como *A Inglaterra de hoje*, de Oliveira Martins, o *John Bull*, de Ramalho, os *Pombos correios*, de Alberto de Oliveira (que se podem classificar como literatura de viagens), uma obra como essas, digo, observa e critica as sociedades tanto ou mais que as paisagens e os monumentos. Não assim com a *Espanha*, de Antero de Figueiredo: limita-se à descrição (ou à descrição e comentário), dos aspectos da natureza, das obras de arte, e à ressurreição de scenas históricas. Ora, para a descrição artística tem Antero de Figueiredo reais talentos: vê com intensidade, reproduz com vida. Há, por isso, numerosos trechos de beleza inconcussa nestas «páginas galegas, leonesas, asturianas, vasconças e navarras», escritas num estilo elaborado de mosaista, fulgente de imagens e de vocabulário, abundante de evocações indumentárias e arqueológicas, de amplificações literárias e de sentimentais divagações. O capítulo *A ilha da vida*, por exemplo, é um mimo de descrição. Para amostra:

«Na maré vaza, vêem-se ao de cima vários baixios; e além os areais de Cambados ficam a descoberto, amarelos e solheiros. São os momentos alegres das areias fundas que, baixadas as águas, têm nas vinte e quatro horas do dia a sua horinha feliz de olhar para o azul do céu. Aqui, da borda do lago, as águas transparentes, paradas como as de um tanque, mosqueiam sua límpida esmeralda com a policromia das côres fundeiras: o fulvo das areias, o lilás das algas, a carapinha negra dos penedos encabelados de sargaço... E' a hora da calmaria em que as velas dos raros barcos desfalecem nos mastros desnudos e se quedam como ásas fechadas; os barcos mansos adormecem na luz quieta... Hora das águas ví-

treas; hora das águas-espelhos; hora das eiradas do mar chão; hora das longes esteiras de azul prateado por sôbre o azul ferrete do lago, tal qual carreiros de baba deixados por caracóis monstros que passeassem por cima dessa lisura pulcra e celeste... Como as aves modestas, nestes bosquetes de acácias, que enchem seus dias com pequenos gorgeios, estas águas em calma enchem os dias rolando suas maretas em volta das ilhotas de penedos, chapinhando, crianças, babugens de espumas que pronto se desfazem para logo outras se formarem e se desfazerem, num brincar com rolos de papel branco onde a aragem sussurra. E' êste o gorgear das águas simples... A's vezes, o mesmo ventinho subtil que estremece os folículos das mimosas dêstes jardins mirados nas águas, estremece também o lago; e então, sua superfície é como pelúcia verde que leves dedos femininos de unhas em bico arripiassem em vários sentidos. E tudo — águas e terras — vive boamente em quietude e doçura... E' uma paisagem verde que nos assossega; uma paisagem fácil que não faz pensar. Águas mansas e outeiros benévolos, acalmam irritados e sorriem aos tristes. Feita de paz e de silêncios verdes, esta terapêutica paisagem para convalescentes tem a expressão dos olhos simples e piedosos das enfermeiras cristãs»...

Que vos parece? Julgamos isto excelente estilo; mas... não é tudo assim; eis uma amostra do que julgamos mau:

«A paisagem dos soutos de Astorga e de Elbarco, na luz do térciopelo verde-escuro no boleio das capas dos velhos castanhos, é a mesma da nossa Beira-Alta, de Viseu e Mangualde, de Viseu a Nelas, tôda reflexos de cobre polido, nas translúcidas tardes setembrinas, em que nas gemas luminosas dos poentes se pulverizam os ramúnculos dos amieiros e das silvas, nas sebes divisórias dos campos, e os troncos delgados dos choupos novos se estilizam em hastes de melancolia e beatitude».

Dada a existência dêstes contrastes, pode ser útil ao autor do livro o exprimir o leitor a sua impressão.

A nossa é a seguinte:

Há beleza por tôda a obra; três objecções, no entanto, se lhe podem apresentar:

1.ª o excesso de descrição de coisas materiais, de sensações visuais;

2.ª o empregar as palavras, muitas vezes, não como instrumento, mas como fim;

3.ª o aparecimento freqüente do autor (ou do seu fantasma) entre nós e o objecto descrito.

Vejamos a primeira.

A descrição material das coisas, a descrição estática (por assim dizer) é um formoso elemento numa obra de literatura; mas elemento, cremos nós (e talvez

mal) a que compete secundária importância; um livro de descrições (que fôsse só de descrições) parecer-nos-ia uma ceia só de túbaras, um almôço só de espargos, um jantar só de *chauds-froids*. O substancial — o pão, a carne, a manteiga da literatura, — será sempre o psicológico, a pintura das paixões, a crítica da sociedade, os conflitos espirituais, a aspiração religiosa, e coisas de tal género: em suma, o homem em movimento, ou (menos mal ainda) o comentário do homem *interior* em movimento. A pura descrição material dá-nos o efeito, a nós, de uma ginástica que se limitasse a uma parte restrita da musculatura: cansa, por assim dizer, a imaginação visual, e deixa inerte o melhor do espírito. Ao cabo de algumas páginas, pedimos um pouco de ideas vivas, de crítica, de meditação, de juízos, de psicologia, de interior humanidade. Se se não passa de visualizar, preferimos á realidade concreta à simples imagem pela palavra escrita: vamos nós empreender viagem, ou a um museu de belas artes. Cumpre, além disso, não se deixar prender no hábito; porque, se quem descreve, a princípio, pinta só o que vale a pena, tomado o «jeito» descreve tudo: o importante e o que o não é; o raro e o trivial; o que vêem poucos e o que todos vêem; o significativo e o incaracterístico. Convém lembrar, dizemos nós, que o nosso leitor também tem olhos, também viu, também viajou, — e que se não conhece, suponhamos, aquelas terras em que nós passámos, conhece outras que são iguais, ou quási iguais. O caminho-de-ferro, o transatlântico, o avião, o kodak, o Baedecker, restringem por duas formas a literatura de viagens que se limita à sensação: por um lado, uniformizam o material da vida e tiram às coisas (cidades, termas, praias, hospedarias) a raridade e unicidade; e por outro, tornam tudo conhecidíssimo. Cada vez mais necessário, portanto, o unir à descrição o pensar e o sentir, ou o informar sôbre o elemento humano (o social, o político, o literário, etc.) do país que se foi visitar. E nesse género, nada seria tão interessante, para nós, como um livro sôbre a Espanha.

O excesso no descritivo pode levar naturalmente ao abuso do factor verbal. De aí, pois, a segunda observação.

Não somos, como tanta gente, inimigos do têrmo raro. Preferimos o têrmo raro quando seja êle o mais exacto, o mais vigoroso, o mais pictórico, o mais próprio, o de superior concisão, o de expressiva sonoridade; mas releva, cremos, preferí-lo *só* por isso — por êsses dotes: nunca, pois, *só* pelo raro. Pode convir em nossa casa uma certa antigualha ou extravagância; mas não a devemos transformar em armazém de arqueologia. O fim de uma vivenda é o «confôrto» do proprietário: nunca a deleitação dos amadores de antiguidades; anàlogamente, o intuito de um livro não deve ser (supomos nós) assoalhar o léxico do seu autor. A palavra como serva da propriedade da expressão, do vigor, da beleza, da originalidade intrínseca do que se diz: eis o que nos parece artístico e sensato. Se

domina sôbre o conceito; se o pincel do artista, fulgindo, atrai a atenção que se devia ao quadro, — a palavra usurpa o que lhe não pertence, e resulta ominosa ao efeito artístico (supondo, claro está, que o leitor é de bom gôsto). Ora, cremos que às vezes no livro *Espanha* o brilho do verbo ofusca a idea, e que se sente nêle superlativamente o labor porfiado do seu ourives, em busca de gemas de curioso efeito nos escrínios excêntricos da linguagem rara. De aí impressões de artificial, uns certos tons desafinados (até, aqui e além, um ar ingénuo que não é ingénuo) e atenção insuficiente à realidade que nos descreve, donde decorrem inexactidões.

Por outras palavras: o cúmulo da arte (se não erramos) é satifazer plenamente o nosso desejo de beleza, de harmonia, de entusiasmo, de originalidade, *dando-nos ao mesmo tempo a impressão do espontâneo, do natural, do fácil,* da sinceridade absoluta, da *imediata* comunicação do leitor com os objectos e sentimentos que lhe pretendem sugerir. Parece a arte perfeita que brota por si e para si própria, sem autor, ou que foi criada como os sêres vivos, por desejo e por prazer, e não por paciente aplicação do obreiro. O esfôrço, em arte, deve ter como seu fim supremo a ilusão da facilidade. Trabalhe o autor, mas não quem lê. Conciliar o original com o natural, não transpor o limite da originalidade para a extravagância, — eis o segrêdo do sumo artista; — e, se não erramos, páginas há de Antero de Figueiredo em que tal conciliação não é perfeita.

Quem faz pintura, deve escravizar-se à sua impressão, e abstrair da sua pessoa; ora, quando percorremos os belos quadros do livro de Antero de Figueiredo, sentimos algumas vezes a presença do escritor no primeiro plano da sua tela. É um excesso de romantismo, que prejudica a composição.

O proémio da *Espanha* é constituido por um tríptico de variações literárias sôbre o *viajar*, a *saüdade*, a *nossa terra em terra alheia*. Cinqüenta páginas de virtuosidade que, com serem elegantes e bem lançadas, pouco acrescentam à nossa sciência ou à larga fama do seu autor. Muitas, formosas; algumas, difíceis. Sustentam-se nelas ideas em voga, e contra as quais nos insurgimos. Limitemo-nos a apontar uma: a de que o povo, o comum, é o artista, o adivinho, o poeta máximo. Quanto a nós, quando o homem do comum, em vez de seguir docilmente a tradição que recebeu *e que foi obra de uma antiga elite,* se põe a ostentar o seu próprio gôsto — pobre da arte! ¿Que são os horrores de que nos queixamos (essas façanhas do «brasileiro», do «burguês», ou do «novo rico») senão a intervenção do homem do vulgo, que, tendo amealhado alguns vinténs, se julga apto a manifestar nas coisas o seu gôsto de «poeta máximo», independentemente da cultura? Diz Antero de Figueiredo:

«Ora quem havia de ser senão aquela alma que de pronto atina em pôr em abreviado os maiores pensamentos; que mete, em frases simples e nítidas, dou-

trinas vastas; que cristaliza, em apanhado de dizeres profundos, mistérios e dogmas; que resume, num ditado, as lições da vida; que firma nas quatro palavras toantes de um provérbio, mundos da sciência; que concentra numa máxima, mundos de conceitos; e que fixa, numa quadra singela, a poesia inteira da raça, balouçando o dizer com ritmos tirados dos cantos das aves e das cantigas das águas correntes da terrinha natal. Quem, quem havia de ser senão o Povo?»

Não cremos que seja assim. O vulgo, supomos nós, não *cria* nunca coisa que preste: mas, à fôrça de tempo, cristaliza e simplifica, com o timbre que lhe é próprio — com o timbre da garganta ingénua — a obra individual do homem da elite (do homem de excepção: qualquer que fôsse, pois, a classe social onde nasceu: nobre, burguêsa ou popular); e conjecturamos que o estudo da poesia popular (que é, em nosso juízo, poesia *popularizada)* quando liberto do dogmatismo de psicologias tão românticas, confirmará plenissimamente esta doutrina que nós propomos: não há boa criação colectiva.

Em resumo, é o livro de Antero de Figueiredo uma peça de ourivesaria mimosamente trabalhada, num plástico material de pouco densa ideologia, freqüentes vezes com beleza, aqui e além com artifício, e em certos momentos com afectação. Tendo atingido aquela altura, não lhe faltam dotes, de-certo, por onde ganhe e sobreleve ainda, com novas obras mais repletas de psicológica fôrça-viva, e menos prejudicadas, por isso, pelo abuso da descrição, por alguns laivos de subjectivismo, e (cremos nós) pela própria riqueza vocabular.

ANTÓNIO SÉRGIO.

JÚLIO DANTAS: *O HEROISMO, A ELEGANCIA, O AMOR.* Lisboa, PORTUGAL-BRASIL, 1923, 183 p.

OS admiradores do formoso talento do sr. Júlio Dantas não poderão negar que êle o esteja empregando muito bem no ponto de vista do comércio de livraria: mas reconhecem com mágua que o está empregando um tanto mal no ponto de vista da verdadeira cultura literária.

Consta êste livro de três conferências, ditas no Rio de Janeiro há pouco tempo. A primeira, *O Heroismo*, pareceu-nos uma peça oratória muito pouco original, assim nas ideas como no estilo, com excesso de palavras e uma página eloqüente: a de D. João I em Aljubarrota. A segunda, se não erramos, é uma pouco elegante e um tudo-nada enjoativa dissertação sôbre a elegância, onde se afirma êste ideal de vida: «que a nossa existência, no fim de contas tão curta, seja uma comédia brilhante e delicada». Na terceira, *O Amor*, fala-se das *Mulheres que Camões*

*amou;* propõe-se aí o sr. Júlio Dantas reconstruir a psicologia do épico pelo conhecimento das mulheres por êle amadas. Afigura-se-nos isto querer aclarar o relativamente claro e cognoscível pelo incognoscível e obscuríssimo. Para a psicologia de Camões há documentos incontestáveis: as suas obras; para a das mulheres que êle amou, — a fantasia. Graças à fantasia, soube o conferencista quem elas foram, viu-as por fora e também por dentro, conhece o dia, a hora, o sítio, o céu, a temperatura, o vestido dela e o fato dêle, a nuança de nervos e de sentimento em cada entrevista e em cada olhar; e, naquelas intuïções de medicina, tanto suas, revela-nos que o poeta herdara de avós uma certa espécie de sensualidade e que «perdera em combate um dos olhos, *de-certo* uma panoftalmia consecutiva a ferimento *por estilhaço de metralha*, que determinara uma ptose da pálpebra», — numa época em que as balas se não estilhaçavam com facilidade, porque se não inventara ainda a espoleta.

Em súmula, pareceu-nos estar êste novo livro, com seu ar de literatura para damas elegantes de segunda ordem, muitíssimo abaixo das raras capacidades do seu autor, da função, que exercia, de presidente da Academia, e da missão representativa que o levou a Santa Cruz.

ANTÓNIO SÉRGIO.

## CASTELO BRANCO CHAVES: *FIALHO DE ALMEIDA*. LUMEN, 1913

NADA mais agradável, cremos nós, do que aplaudir francamente uma estreia prometedora. O sr. Castelo Branco Chaves dá-nos um estudo sôbre Fialho de Almeida em que revela uma inteligência crítica (coisa tão rara em Portugal) muito sàdiamente orientada: felicitamo-lo, e felicitamo-nos.

Foi bem escolhido o seu assunto. Fialho é o produto mais acabado da doença romântica entre nós, — daquela demagogia espiritual originada pela ausência, ou relaxamento, das faculdades dirigentes da intelecção. Define-se melhor pelas negativas (pelo que lhe falta) que pelos dotes criadores e positivos; e com razão indica o jovem crítico, como linhas de Fialho característícas, a vagabundagem do intelecto, o dandismo espiritual e a impotência construtora.

Dos românticos, Fialho tinha, em primeiro lugar, a doentia preocupação do próprio *eu:* aquilo de cuidarem, ao pensar e ao escrever, mais de si que do seu assunto, e procurarem sobretudo «fazer vista», — donde resulta que a palavra, nesses autores, mostra relevos desproporcionados à penúria do material; tinha a ausência de arquitectónica; tinha o império do dado *sensível;* tinha a balda do

misticismo estético; tinha o confundir o incoordenado com a complexidade e a riqueza; e tinha o vulgar estratagema de tôda mórbida vaidade, que é apresentar como superioridades as próprias inferioridades de que padecemos, e tomar para critério do genial o obscuro e fragmentário, o desconexo, o estrambótico, o desvairado: aquela inversão de valores que põe o doente superior ao são; o caos adiante da ordem; o fraco acima do forte; o incompleto, do perfeito; o sensível, do inteligível; a víscera, do cérebro; o animal, do própriamente humano. Por isso era Fialho invulnerável à finura, e preferia os melodramáticos, revelando um intelecto um tanto grosso; e aplaudimos o sr. Chaves quando nos diz que «a admiração pelo panfletário de «Os Gatos» vai evoluindo para uma espécie de culto que é, sob muitos aspectos, prejudicial, porque toma como guia da sensibilidade e da inteligência uma das mentalidades portuguesas que justamente mais precisou de um preceptorado disciplinador; nêle o pensamento jazia abafado pelas sensações;... sofria de ausência de princípios disciplinadores e de ideas directrizes, de que êle sistemàticamente se tinha afastado, julgando que assim seria um super-homem;... Fialho não tinha a serenidade de espírito e de inteligência para construir obra homogénea e perfeita; e por isso êle nunca passou de um articulista e de um contista, não conseguindo, embora o tentasse, realizar obra de mais vigor e de mais fôlego; a sua obra é a obra de uma nevrose; nela não há a objectividade, a rigorosidade dos processos, a homogeneidade das ideas e aquela serenidade que faz as obras superiores, faltando-lhe assim todos os elementos com que se constrói uma obra perfeita.»

Tudo isto nos parece justo, se bem que exposto (ainda, como é natural) com imperfeições de noviciado; e endereçados ao jovem autor os elogios a que tem direito, pedir-lhe hemos atenção para duas pequenas observações:

Por muitos esforços que tivesse feito (e realmente os fêz) para atingir a ponderação completa (tão invulgar nos seus poucos anos) há no final do seu trabalho certa tendência a submeter a crítica a um dogma político determinado, — a uma política de carácter estático. E' mau processo. A análise há de ser directa, sem nenhuma idea preconcebida: subministrar as conclusões, em vez de as conclusões lhe serem impostas (sob a forma de critério, de norma, ou de idea directriz) por uma política prèviamente aceita. A antiga crítica jacobina e a actual crítica reaccionária (jacobinos e reaccionários pertencem à mesma formação mental, *anti-crítica)* coincidem no facto de possuirem ambas uma fórmula geral que as monotoniza, dispensando-as, por isso mesmo, do esfôrço de pensarem directamente diante dos casos particulares. Um Teófilo Braga, por exemplo, explicava a priori todos os males e todos os defeitos dos escritores pelo despotismo da monarquia, pelo obscurantismo da Igreja católica, pela influência dos Jesuitas, etc., etc.; qualquer que fôsse o escritor, a crítica era uma só; a mesma máquina, em todos

os casos, produzia as mesmas conclusões, em que a inteligência não intervinha; em resumo: o contrário do espírito crítico, essencialmente renovador. Os reaccionários, pelo seu lado, querem explicar todos os males e todos os defeitos dos escritores pelo liberalismo, pela democracia e pela liberdade de pensamento. A mesma monotonia. Analisar qualquer caso torna-se assim denecessário, por isso mesmo que se conhecem já, de antemão, tôdas as causas e conclusões: e com efeito não se analisa nada. Quere um exemplo? Tem-no no prefácio (aliás interessantíssimo) que deu António Sardinha para o seu livro.

Os males de Fialho, para Sardinha (formoso e parcial espírito) lá vão entroncar na democracia; e por isso afirma: «dentro dos moldes positivos em que outrora as estirpes se desenvolviam e fortificavam, senhoras de uma finalidade, cheias de um imenso destino, — como Fialho, condensado nos seus ímpetos, economizado fecundamente nos desperdícios da sua abundante personalidade, marcaria um valor incalculável para grandeza da Pátria e aproveitamento dos vindouros!» A culpa, portanto, de êle não marcar um valor incalculável para grandeza da Pátria e aperfeiçoamento dos vindouros, não estaria na pessoa ou no organismo do panfletário, mas na desorganização das famílias dêstes nossos tempos liberalistas, posteriores à Revolução francesa; mas ¿como se explica, então, que outros escritores dêstes mesmos tempos tivessem conseguido o que não Fialho, — e que Herculano, Garrett, Castilho, Latino, José Estêvão, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Camilo, Antero de Quental, João de Deus, Eugénio de Castro e outros, nos tivessem dado em menos de um século tanto valor, pelo menos, como *tôda* a literatura de alguns séculos precedentes ao liberalismo? ¿como se explica outro-sim que antes dos tempos da Democracia se houvesse transviado por maus caminhos o génio poético de um Bocage, e diminuido em ninharias, como diminuiu, o talento subtil de um Manuel Bernardes? ¿E que homem há aí, finalmente, dos que leram alguma vez os documentos dos velhos tempos, que creia mais regulares e mais «moldadas», senhoras pois de uma finalidade e conscientes dum «imenso destino» — as nossas famílias de outras eras, comparadas com as do século XIX, contemporâneas estas de Fialho de Almeida?

Convenhamos, pois, em que nem a Democracia incapacitou Fialho, nem a Monarquia perverteu Elmano; e faça empenho o sr. Chaves de nunca cair em tais quimeras, lembrando-se de que elas são, precisamente, o contrário do espírito crítico; a «dúvida metódica» cartesiana, a ausência de dogmas e de preconceitos, e independência do juízo próprio e a análise directa de cada caso, são (como diria o amigo Banana) as virtudes dos críticos; o primeiro dever de quem faz críticas é ser crítico (e crítico com sigo próprio) como o do guerreiro é ser guerreiro e o do marujo é ser marujo: querer ser crítico, pois, e abominar o espírito de exame, é ser marinheiro e ter horror à agua; se não fôr capaz de ser *sempre*

crítico, de ser crítico *até ao fim*... mas não: para que insistir? — a sua estreia é uma garantia de que lá chegará em tempo breve.

O segundo ponto de que queremos falar refere-se ao capítulo do seu livro onde aproxima Fialho de Stendhal, pelo que toca ao amor da música, apoiando-se, para isso, em Seillière e Delacroix. Conviria, cremos nós, avançar a análise um poucochinho mais, e ver se Fialho, feitas as contas, sente a música *musicalmente*, como um espírito musical. Nós cremos que não. Fialho transpõe visualmente a música; a música, para êle, é um simples excitante de *outras* espécies de sensações e de actividades cerebrais. A música é uma linguagem que êle *traduzia*; não pensava em música, como os músicos.

Diremos emfim que o seu último capítulo nos parece conter a judiciosa maneira de encarar o Nacionalismo (no que lhe não damos novidade, pois que nos citou) e que folgariamos de o ver agora, e nas mesmas bases, continuar o estudo do romantismo na literatura do nosso país, o qual lhe fornece na actualidade exemplares de muito cunho, uns na poesia e na prosa outros: minuciaria assim, sistemàticamente, o esperançoso quadro da sua estreia.

ANTÓNIO SÉRGIO.

## *HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NO BRASIL.*

EMQUANTO não dedicamos em as nossas páginas ao trabalho monumental da *História da Colonização Portuguesa no Brasil* o estudo que ela merece, ou melhor, a série de estudos, começamos por nelas arquivar os documentos que a consagram na sua altíssima beleza de grande padrão nacional. Cabe hoje a vez aos artigos dos ilustres escritores srs. Celso Vieira, na *América Brasileira*, a brilhante revista dirigida pelo formoso espírito de Elísio de Carvalho, de que apenas extractamos o início, e Segundo de Ispizua, no *A B C* de Madrid:

«Imaginemos que pudessem reaparecer, miraculosamente, como têm ressurgido letras e formas imperecíveis da antiguidade, as cartas endereçadas de Vera Cruz, em 1500, a D. Manuel, o Venturoso, pelos capitães e pilotos da frota de Pedro Álvares Cabral, tôdas essas cartas sumidas entre as névoas atlânticas do descobrimento e as cinzas dos arquivos reais de Lisboa. Quantas obscuridades, quantas incertezas, quantos enigmas seriam desfeitos por semelhante achado epistolar no ciclo americano das navegações para oeste, na róta das caravelas anónimas e heróicas, que se anteciparam a Colombo e à sua mínuscula frota,

sob o pendão das quinas! Se os dois únicos padrões iniciais da nossa história — a longa missiva de um escrivão despachado para a feitoria de Calecut e a breve notícia de mestre Joanes, físico e astrónomo de bordo, o mais velho desenhista do Cruzeiro do Sul — rectificam dados e renovam teses, ainda hoje, à cultura americanista, prefigure-se a onda tenebrosa clareada pela onda de luz, que seria a divulgação da correspondência de navegadores, cosmógrafos, assinalados barões como Bartolomeu Dias, descobridor e vítima do Cabo Tormentório. Nicolau Coelho, herói camoneano, Duarte Pacheco Pereira, o mago de tantas ilhas tempestuosas e desencantadas, expedicionário manuelino e venerável cronista do *Esmeraldo de situ Orbis.*

Mas a aparição instantânea e casual da verdade náutica, da verdade histórica, da verdade política, immersas no segrêdo remoto dêste hemisfério, talvez fôsse menos comovedora que a reconstituïção beneditina e sábia de tôdas elas, feito de alta mentalidade, surto da inteligência para o ignoto, com que o espírito de Carlos Malheiro Dias, encetando a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, associou magnìficamente o prestígio do seu nome à glória da sua raça. Porque nenhuma das maravilhas do Acaso, embora propícias aos nossos objectivos mais imperiosos, estimula e exalta a natureza humana como a resultante hercúlea dos seus esforços e das suas ideações. Carlos Malheiro Dias, nessa *Introdução* escultural, cinzelando o bloco errante e denso dos factos, minúcia por minúcia, até visionar a imagem da grande Realidade oceânica, desvendada pelos mareantes portugueses, é bem o iluminado, que se faz viajor de penumbras seculares, atento pesquisador de jazigos arcaicos, donde sobem revelações continentais: «A presente obra é escrita... com a esperança de se deslocar uma das pedras do túmulo em que dorme, amortalhada, a verdade.»

Tal verdade histórica e geográfica existiu, lampejou no profundo elemento marítimo dos séculos XV e XVI. Idealmente, foi a sciência portuguesa dos astrónomos, dos cartógrafos, dos matemáticos, dos navegantes, rebuscando ao longo da costa negra o tormentoso caminho das Índias, desde a escola de Sagres, em que se desdobrava para glórias supremas o vetusto condado do mar de Nuno Cogominho. Politicamente, foi a série mais ou menos clandestina de expedições e doações, que levaram os portugueses a situar no Atlântico ocidental, muito antes de Colombo, ilhas e terras firmes. Tècnicamente, foi a experiência lusitana dos nautas desconhecidos ou ilustres, que primeiro contornaram o orbe, velejando por mares ainda não sulcados, e conceberam a unidade continental da América, entre as ficções colombianas de Cypango e Cathay. Diplomàticamente, em suma, foi a consciência imperialista de D. João II, príncipe admirável e inflexível, ambidextro nos golpes da esgrima política do seu tempo, mixto de falcão e coruja, certo de que havia terras ao austro, mas reservado, sagaz, ambi-

cioso, tão hábil para encobrir os seus planos cesáreos à espionagem da monarquia ibérica e das repúblicas italianas como para sotopor os interêsses de Espanha majestática aos desígnios secretos de Portugal, entrevistos mais tarde nas cláusulas do Tratado de Tordesilhas.

Obscurecida, quási ignorada pelos descendentes europeus e americanos dos que a humanisaram, insuflando-lhe a sua energia, o seu pensamento, a sua idealização, uma vida em cujos anseios palpitavam as mesmas àsas incoercíveis, que se elevam hoje sôbre os nossos mares e as nossas almas, essa verdade ressuscitou esplêndidamente no trabalho de Carlos Malheiro Dias.

..............................................................................

(AMÉRICA BRASILEIRA, Ano I, N.os 9 a 12).

CELSO VIEIRA.

*ASI SE HACE PATRIA.*

ES cosa desconocida casi completamente en España la labor de investigación histórica emprendida en Portugal acerca de sus descubrimientos marítimos em general, y de la historia del descubrimiento y colonizacion del Brasil en particular. Se titula la obra *História da Colonisação Portuguesa do Brasil*, cuyo tomo primero, que abarca la historia de los descubrimientos oceánicos de los portugueses, preparación científica o arte de navegar de los mismos y primeras exploraciones descubridoras portuguesas en América, está impreso, y se está publicando el segundo. Sin verlo, es imposible dar una idea del lujo editorial con que se ha impreso el libro : mapas históricos y modernos especiales de gran tamaño (no falta el de Juan de la Cosa), retratos auténticos, no fantásticos, de los principales personajes que intervinieron en las navegaciones ; portadas de libros rarísimos, contribución de sus artistas para la reconstitución de escenas, etcétera, etc. En cuanto a su fondo, es decir, a las materias que comprende y la forma en que se realiza la reconstitución histórica de las glorias más grandes de la vecina República, baste saber que a ella se hallan consagrados numerosos escritores, sabios y especialistas en los complejos problemas históricos que se abordan en la monumental obra. Esta se publica con motivo del primer centenario de la Independencia del Brasil. «La colonia portuguesa en el Brasil — se lee en una «Advertencia» puesta al frente del libro —, y con ella el alma de Portugal cumpliendo un deber sagrado impuesto por su honra, resolvió concurrir con el mayor brillo posible, y, al mismo tiempo, con lo mejor de su gratitud hacia el pueblo brasilero, a las fiestas del primer centenario de su independencia; y ofrece por ello una obra monumental, artística, científica y literaria, que denomina *Historia de la Colonización Portuguesa del Brasil.*

La idea fué sugerida por la Cámara portuguesa de Comercio del Pará y estudiada por una gran Comisión, reunida em Rio Janeiro, llamada Pro Patria, con la colaboración del insigne hombre de letras D. Carlos Malheiro Dias; y fué acogido con gran entusiasmo el proyecto de una remembranza altamente patriótica, que venía a glorificar todo el esfuerzo, toda la generosa participación de Portugal en la formación de la grandeza brasileña. Ayer, Italia, con motivo del cuarto Centenario del descubrimiento de América; hoy Portugal, con el motivo indicado, han acometido labores históricos de gran aliento para dar a conocer al mundo sus glorias y su participación en los grandes descubrimientos oceánicos.

El fruto que de esta reconstitución de valores históricos se deriva es la vigorización del sentimiento nacional. Tengo para mi que no hay en la historia hechos más altos, hechos que mejor afianzasen la civilización occidental y su predominio sobre toda la terra, que los descubrimientos portugueses y españoles. La circumnavegación de Africa mató la civilización musulmana. La Europa occidental, abierta la vía marítima directa con la India y los países de Asia, quedó libre del tributo que pagaba a los Sultanes de Egipto y Turquía, contribuyendo antes con su dinero al poderío económico y militar de la Media Luna. Con el descubrimiento de América se desplaza del Mediterráneo al Atlántico el centro de la civilización, y se abre todo un nuevo Continente desconocido para que fuese poblado por la estirpe europea, especialmente por las razas sajona e ibérica, haciéndola aún dueñas de un instrumento poderoso de acercamiento e influencia: el idioma.

La historia de los descubrimientos marítimos se estudia en el dia investigando la manera como llegaron a ser posibles tales hechos, es decir, estudiando la preparación científica que poseían los pueblos ibéricos para acometer las empresas de los descubrimientos de cuya investigación resulta evidentemente probado que poseían una aptitud técnica superior a la de los demás pueblos del Viejo Continente.

«Las navegaciones portuguesas — escribe Malheiro Dias en una grandiosa «Introduccion», que llena 131 páginas, folio mayor —, de las que los descubrimientos de las Antillas y el Brasil forman dos episodios (mejor hubiera dicho el ilustre Malheiro Dias que estos dos episodios fueron el fruto del progreso de las navegaciones en general, sin poner en duda que Portugal figuraba en primer término en esos progresos), han sido generalmente consideradas como el resultado de la audacia heroica de la raza, y narradas, por la forma en que ocurrieron, ante la imaginación de las mayorías, como una prodigiosa y audaz aventura. Pero ello no es verdad. El elemento heroico que aquellas empresas entrañaban no puede ser confundido con una aventura,

en la acepción vulgar de esta palabra. Los descubrimientos resultaron de un plano nacional, a que precedieron concepciones geográficas arrojadas, desenvueltas por un trabajo científico de gran *envergadura*.

«La mayor empresa de colonización llevada a cabo por Europa — afirma el mismo ilustre historiador — es la colonización de América.»

Carlos Malheiro Dias da desde el primer momento la impresión de una persona distinguida, atildada y correcta en el vestir y en sus modales. Es de una alta mentalidad. Monárquico convencido, se desterró voluntariamente al Brasil. En América concibió la necesidad de emprender una labor histórico de reivindicación de las glorias patrias. Abriga elevadas y nobles convicciones iberistas. «La obra de los descubrimientos — nos dijo en nuestra primera entrevista — fué obra ibérica. La Iberia que llevó a cabo tan grandes obras está llamada a un alto porvenir. Debe laborar por la confraternidad ibérica y la confraternidad de los pueblos de Iberia con los de América, sus hijos. Débese inculcar en éstos los prestigios que poseyeron los pueblos que los descubrieron y civilizaron.

Los temas históricos de que se ocupan actualmente en Portugal nos afectan muy de cerca. Sus estudios se rozan con acontecimientos históricos en que tuvimos la principal y mayor parte: el descubrimiento de América, viajes de exploración marítima de las costas del extenso continente, la preparación científica y náutica que precedió a estos hechos, verdaderas causas que los produjeron; la competencia de nuestros grandes marinos de aquella época, desconocidos en España en cuanto a su valor náutico y científico, cosa que indigna y avergüenza; la anticipación de nuestros nautas en el descubrimiento del Brasil, lo cual se trata hoy de negar en Portugal; la intervención de elementos extraños en la preparación y ejecución de los descubrimientos —la carta de Toscanelli, las cartas de relación de Amérigo Vespucci—, etc., etc.

Y permítasenos una mera indicación: ¿no ve el Directorio la necesidad de fomentar el estudio de estos grandes temas de historia nacional, en cuyos estudios nos llevan tanta delantera Italia y Portugal?

Hay en este ultimo país un gran movimiento iberista, sumándose a él los ilustres historiadores que colaboran en la *Historia de la colonização portuguesa del Brasil*, Malheiro Dias y el que está al frente de la sección de la historia de la astronomia náutica peninsular, el doctor Luciano Pereira da Silva. Sus mismos estudios les hacen hallar la raíz de aquel sentimiento. Creemos, pues, que es patriótico el dar a conocer dicha monumental obra, que contiene la última palabra en materia de descubrimientos marítimos.

(A. B. C. de Madrid, 8 nov. 1923).

SEGUNDO DE ISPIZUA.

# BIBLIOGRAFIA

## HISTÓRIA E FILOLOGIA

JAIME DE MAGALHÃES LIMA: *A LÍNGUA PORTUGUESA E OS SEUS MISTÉRIOS*. AILLAUD E BERTRAND, Lisboa, 1923, 154 p.

UM livro dêste nobre e diserto escritor lê-se sempre com proveito, com agrado, com atenção e com simpatia. Prendeu-nos a êste o maior interêsse, se bem que discordássemos quási sempre das suas ideas fundamentais.

Num ponto, pelo menos, o sr. Magalhães Lima vai com a moda: é inimigo do intelectualismo; e nêsse ponto, como em outros, estamos nós em guerra com o nosso tempo.

Com a chama do sentimento se descrevem os sentimentos; neste livro, porém (se não erramos) pôs o escritor o sentimento a raciocinar sôbre a linguagem. Resulta de aí uma certa tendência para ver mistérios onde os não há; e mais de um «mistério» de que nos fala, se se metesse a isso, o sr. Jaime de Magalhães Lima desvendaria fàcilmente, com o engenho penetrante do seu fino espírito.

Abre logo êste volume com uma estocada à pobre Análise — tão maltratada em lusas terras. «A análise» (diz) «é o algoz por excelência de tôda a criação.» Sejamos nós o D. Quixote desta inocente Mofina Mendes, vítima dos pastores do nosso tempo:

> Por mais que a dita me enjeite,
> Pastores, não me deis guerra,
> Que todo o humano deleite
> Como o meu pote de azeite
> Há de dar consigo em terra.

Os grandes criadores (diremos nós) foram grandes analistas — e nem percebemos que o não fôssem. Nada mais criador do que a análise de um Sócrates, um Platão, um Sófocles, um Leonardo, um Racine, um Molière, um Goethe, um Hegel, um Heine, um Newton, um Vieira, um Balzac, um Darwin, um Antero, um Nietzsche. Êsses criaram analisando, analisaram criando beleza — artística ou especulativa (que realmente o é). Tôda criação pressupõe análise; a análie é a condição prévia, *o primeiro passo necessário da verdadeira criação*. O espírito, sabe-se, não tira do nada aquilo que cria. De que cria êle? Do que a análise lhe subministra. Decompomos primeiro em elementos as percepções da experiência: análise; depois, reünimos êsses elementos em *novas* combinações, ligando partes do dado A com partes do dado B (o exemplo do Centauro): síntese. Sem a análise, portanto, seria impossível a criação: só se poderia reproduzir o que

uma vez se apercebesse. Um produtor que não analisa é um copista ou um plagiário : um fotógrafo, se quiserem, mas de maneira alguma um criador. A análise prepara a criação ; e, longe de o destruir, o espírito de exame enriquece o sentimento estético, dando-lhe profundeza e complexidade, facetas e elementos novos.

Outra idea com que não concordamos é a de que «os instintos não erram, na sua suprema sabedoria». Erram os instintos, e a todos os momentos estão errando ; não há intuïção *imediata* do real. Busquemos exemplo no mais «divino», que é o amor. ¿ Quantos casamentos há estéreis ? ¿quantos, também, em que se verifica a breve trecho a muito trivial «incompatibilidade dos génios» ? Nem pois fisiològicamente, nem no sentido espiritual, deixa de errar a intuïção do amor. Nos instintos dos animais surpreendem-se erros de palmatória. O recurso à inteligência pode ser que seja incerto ; mas é ainda o mais segurinho...

No que, ao contrário, assentimos plenamente, é nos dizeres do ilustre autor sôbre a música da linguagem ; mas não cremos que os seus «mistérios» «escapem à análise» e à inteligência. Também aplaudimos com entusiasmo a distinção do «clássico» verdadeiro e do que chama «mentira clássica», — mas protestamos contra a afirmação de que a incapacidade para as ideas gerais não «desonra» o povo que dela sofre, e contra o ataque ao aticismo, do qual diz : «será sobretudo apanágio de qualidades bárbaras, isto é, só poderá convir a um estado de *simplicidade*», etc. ¿ Porque havemos de confundir a simplicidade de ordenação com a simplicidade de substância ? A simplicidade da expressão só se atinge por um *complexo*, difícil trabalho ordenador, feito numa substância *complexa* de produtos espirituais. O difuso não é riqueza verdadeira, como insinua o ilustre autor. Uma casa em desordem dá a impressão de ter muita coisa ; as mesmas coisas, ordenadas, parecem em número muito menor. O difuso e redundante não são riqueza de conteúdo : são pobreza de ordenação. Existe a simplicidade rica, como existe a complexidade pobre.

Não seguiremos, também, o seu exagerado popularismo estético. O sr. Jaime de Magalhães Lima é um democrata-popularista; nós, democratas-aristocratas. A democracia, em nosso juízo, deve ser o govêrno da persuasão pela elite da inteligência. É a elite (cremos nós) que estruturiza um povo e lhe dá vida; se a elite cai — decai o povo; se a massa, por qualquer razão, não tem elite a que se confie, ou deixa de confiar naquela que tem, outro-sim decairá a massa ; e quanto a arte, em nosso entender, o povo não a cria nunca: sempre cisterna, e nunca fonte; sempre adaptação, e nunca germe. Não cremos pois receita infalível a de que se plebeïze a elocução dos mestres. Infundem beleza à obra de arte um certo número de condições, que não vem ao caso discutir agora; mas tanto pode existir beleza no que está longe do popular, como nas obras que lhe ficam próxi-

mas. Os punhos de renda, pois, só cobrem debilidade nos que são débeis; mas a êsses, não há pano grosseiro que os fortifique. Afirma também o excelso escritor que a linguagem das letras cultas, separando os incultos dos que o não são, destrói a unidade da nossa Grei; é possível; não cremos, todavia, que a reprodução da língua do povo, à maneira da de Camilo (que tanto exalta) suscite melhor a unidade: porque essa língua é regionalista. Não sublinha, pois, uma separação de duas culturas: mas estabelece uma separação de natureza corográfica, mais fragmentadora que a primeira. A língua culta, ao menos, é entendida por todos os cultos, desde Caminha até Tavira; mas o provincianismo trasmontano, ou minhoto, não é percebido pelo homem culto (e ainda menos pelo povinho) do Alentejo ou da Extremadura. O povo do Algarve, por exemplo, não perceberá muito melhor a linguagem de Camilo (cujos dotes populares o sr. Magalhães Lima tanto aplaude) do que a de Ramalho ou Júlio Denis, a de Herculano ou de Queirós.

Não exageremos em nenhum sentido; haja equilíbrio e haja ordem. Estamos numa fase lindamente bárbara, simpàticamente anarquizadora; subiremos a um grau mais alto quando soar a reacção sàdia contra êste ódio à Inteligência que neste momento embriaga todos, os mais inteligentes e os mais nobres — entre os quais, há muito tempo, nos habituámos a contar o sr. Jaime de Magalhães Lima. Num tecido de afirmações que a nós nos parecem pouco exactas, mas sempre defendidas com raro brilho, foi bordando o distinto ensaista preciosas ideas de pormenor; tem a elocução dêste seu livro aquele aroma purificatório, a frescura, a elegância, que já encontráramos nos precedentes; e lê-se a obra com o maior agrado, porque, ao atacar o intelectualismo e o aristocratismo na literatura, ostenta dotes excepcionais de intelectual e de aristocrata.

ANTÓNIO SÉRGIO.

## *ARTE E ARQUEOLOGIA*

REYNALDO DOS SANTOS: *A TORRE DE BELÉM.* Estudo histórico e arqueológico, com desenhos de Maria de Lourdes. Edição do autor, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1923.

COM a publicação da *Tôrre de Belém,* após a do *Álvaro Pires de Évora* e a dos estudos empreendidos anteriormente, o Dr. Reynaldo dos Santos assinalou definitivamente uma primacial posição, de distinção notabilíssima, entre os nossos arqueólogos e críticos de arte. Nêle se admira

um dêsses casos, tão raros em Portugal como alhures, em que a sciência do erudito serve e afervora a devoção do artista, a quem o ambiente dos arquivos não dessora o entusiasmo nem seca o sentimento. E' por isso que das mãos do presidente dos *Amigos do Museu*, vibrátil com tôdas as manifestações da Beleza, poderosamente cultivado e dotado, os documentos saem animados daquele calor vivo que apenas a faculdade de sentir e admirar logra comunicar-lhes, e sem o qual os documentos são tão sòmente materiais que ficam aguardando o animador sensível, quando não são papéis mortos.

Desta formosa monografia da *Tôrre de Belém* ressaltam, emfim, a história e o simbolismo do precioso monumento manuelino, assás louvado mas tão precàriamente estudado e compreendido que puderam prolongar-se até aos nossos dias o êrro que o atribuia ao debuxo de Rèsende e a superstição que nêle entrevia a sugestão da Índia — com tão grave prejuízo da glória de Francisco de Arruda e esquecimento da influência — palpitante, essa — dos Algarves dalém mar, a grande liça da Cavalaria portuguesa e sua escola de heroismo. E', em primeiro lugar, o descobrimento — pode dizer-se assim — e a justa proporção dada à dinastia magnífica dos Arrudas, *mestres de pedraria,* que conferem ao estudo do Dr. Reynaldo dos Santos o valor com que êle vem acrescer e avigorar o nosso património artístico.

Sob êste aspecto, tal livro vale singularmente não apenas pelo muito que já aclarou e fixou, mas até pelo muito que sugere e promete. A partir da *Tôrre de Belém* a nossa arqueologia artística não mais poderá esquecer os Arrudas — sem a acção primacial dos quais ficariam obscuros tantos passos da nossa arte — desde o mais antigo da admirável família, João, mestre das obras da Batalha, ao «grande mestre da fortificação joanina», Miguel, amigo de ilustres capitães e humanistas, até ao poderoso e subtil arquitecto da Tôrre de Belém, Francisco, agora identificado, o qual, com seu irmão Diogo, deixou igualmente em tôda a arte manuelina do Alentejo as sugestões da arte do Islam, cujos temas o inspiraram em Marrocos, onde também construira fortalezas cristãs da conquista. Dest'arte os Arrudas adquiriram um soberbo relêvo, quando até aqui erravam como vagas sombras delidas no texto dos documentos. E a importância dêstes mestres afirma-se numa época em que os dois Castilhos não haviam ainda grangeado a glória que lhes adveio das obras de Tomar, Belém e Coimbra. A-par do ressurgimento dos Arrudas, o Dr. Reynaldo dos Santos acaba de vez com a lenda do indianismo da Tôrre, demonstra quanto foi episódica a emigração artística dos nossos mestres para a Índia, e põe em surpreendente destaque a importância que D. Manuel ligava à ocupação e cristianização da Mauritânia. Assim chega a erguer, para o resolver já em muitos passos, o magno problema das relações artísticas entre Portugal e o Maghreb nos séculos XV e XVI, concluindo que «o ba-

luarte do Restelo pode ser considerado como o monumento que melhor simboliza Portugal e os Algarves daquém e dalém mar.» Êstes pontos de vista, documentados por textos inéditos e por outros a que a interpretação do autor emprestou novo alcance, foram pela primeira vez colocados com tal segurança e perfeita consciência pelo autor da *Tôrre de Belém;* e uma nota no final do volume — velada, se bem que muito grave pelo que ali prefere discretamente calar, — o fica atestando por meio do fiel testemunho das datas.

O notabilíssimo estudo apareceu numa edição que é das que mais contentam e consolam os nossos olhos, infelizmente habituados a desconsolarem-se à vista de tantas outras obras publicadas entre nós. O primeiro dever de qualquer livro é ser belo — o que não quere dizer *rico,* mas *harmónico* na sua integral expressão gráfica. Quando, porém, um livro se ocupa de arte, êsse preceito impõe-se até como um dever de coerência lógica.

E' isto que não sentem em geral os estabelecimentos gráficos do Estado nem as oficinas particulares onde o gôsto atento e educado dos autores se não introduz.

Para o valor excepcional da *Tôrre de Belém* concorrem belamente os desenhos da Senhora D. Maria de Lourdes, — verdadeiros desenhos de mestre pela vigorosa estilização que os ennobrece e pelo gôsto decorativo com que se integram no volume.

AFFONSO LOPES VIEIRA.

A. GONÇALVES : *ESTATUÁRIA LAPIDAR DO MUSEU MACHADO DE CASTRO.* Coimbra, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE, 1923, 269 páginas.

O sr. António Augusto Gonçalves, é um dos raros e consoladores exemplos de culto dum património artístico regional. No Museu Machado de Castro, tem recolhido e salvo relíquias que sem a sua dedicação, forte contra as ingratidões e injustiças, estariam hoje perdidas. A sua situação especial, o seu passado e a sua qualidade de artista, dão-lhe uma autoridade excepcional na arte coimbrã. Por isso o seu livro era esperado com o maior interêsse por todos os amadores e historiadores da arte nacional. Mais de-pressa porém que obra de historiador, que o sr. A. Gonçalves modestamente não quis ser, devemos considerá-lo como comentários dum artista e um hino à imaginaria popular da meia idade, com páginas de exaltação lírica, sincera, tocante e até por vezes ingénua, como a escultura que enaltece.

Reconhecemos a dificuldade de fazer já a história, que aliás o sr. A. G. estava em condições especiais de esboçar. O inventário artístico regional que êle tão justamente reclama, está ainda por fazer (como de resto em todo o País) e é certo que há grandes lacunas documentais acêrca das atribuïções das obras e biografias dos mestres, sendo profundamente lamentável emfim, a perda desastrosa das notas sôbre que o A. elaborára um primeiro trabalho, certamente mais objectivo, documentado e ordenado do que êste.

Mas se tudo isto absolve o mestre das lacunas inevitáveis, não explica as omissões propositadas, que aliás restringem o alcance crítico da obra e não nos consola da desilusão de não ver ainda escrita, por quem tinha autoridade especial para o fazer, a história da escultura coimbrã.

Procuremos analisar as ideas essenciais.

Sôbre a estatuária medieval, pensa o A. *que até fins do século XIII, pelo menos, a produção escultural foi essencialmente nacional e de pura intuïção*, afirmação esta última um pouco difícil de conciliar com a composição e iconografia dos capitéis de Cellas, uma das obras que, com os túmulos da Sé Velha, constituem a base da sua convicção estranha. No séc. XIV porém, surgem os túmulos da Rainha Santa (1330) e de sua neta que o A. julga *lavrados por artistas estrangeiros e marcando irrefutàvelmente o carácter bem definido de estranha intervenção* (p. 98), possìvelmente aragonesa. Desde então o sr. A. G. nota a *simultânea existência de duas correntes de imaginária, a dos obstinados e irredutíveis* na tradição dos túmulos dos bispos e capitéis de Cellas e a *dos conversos*, de cuja plástica volumosa, ampla e túmida, é exemplo o túmulo de Santa Clara, *já desviado da expressão tradicional*. Esta concepção de dois influxos, tradicional um, importado o outro, e correndo ambos a par no período medieval, parece-me menos justa do que na Renascença, em que essa oposição e independência são indiscutíveis. Precisamente, não sei de período em que a nossa estatuária ofereça uma evolução mais harmoniosa e um carácter mais nacional, do que o ciclo do meado do séc. XIII ao meado do séc. XIV, em que o centro da actividade plástica foi Coimbra. As influências que túmulos como os de D. Denis (1320) e D. Isabel (1330) denotam, são as da arte da época, embebida, mesmo em Espanha, da forte sedução francesa, no período áureo da sua estatuaria e influência peninsular.

Mas se do túmulo de D. Tibúrcio (1246) ao de D. Gonçalo Pereira (1350), obra prima da nossa escultura medieval, a técnica e a modelação progridem, os caracteres gerais, que já defini noutro lugar, são essencialmente os mesmos, e acentuadamente nacionais.

As duas correntes que de facto se contrapõem, aqui como em tôda a parte, são as da *grande arte* e da *arte popular*, uma mais culta, de melhor técnica

e estilo, outra mais ingénua e rude, embora por vezes, e por isso mesmo, tocante como sentimento. Precisamente a divulgação dessa imaginária, em parte perdida na humildade de igrejas regionais, é um dos méritos incontestáveis dêste livro aliás nesse ponto mais apologético do que crítico.

Algumas das imagens, porém, que o sr. A. G. parece ligar à corrente tradicional, são de facto de influência estranha e pena foi que o sr. A. G. não procurasse caracterizar as origens, por vezes diferentes, que as geraram.

Se a Virgem de S. Pauló de Frades (fig. 4), datada de 1448, tem um carácter acentuadamente nacional que pouco depois Diogo-Pires-o-Velho havia de traduzir ainda melhor na imagem de Leça da Palmeira, a encantadora Virgem de Lorvão, aliás bastante anterior, inspira-se, pelo estilo, atitude e panejamento, em certas imagens francesas do século XIV, como a Virgem de Huarte Araquil, importada em 1349 de Paris para a Navarra (hoje perdida) e com a qual a de Lorvão tinha afinidades indiscutíveis. A de Tentugal (fig. 8) reflecte ainda a influência dos modêlos franceses do séc. XIV e o sentimento do pregueado faz pressentir uma matéria mais fina e polida, como algum marfim em que se inspirasse.

Tôda a restante imaginária regional, reproduzida nas figs. 6, 12, 14, 15, 16, 18, 21, 22, etc., são essencialmente *arte popular*, em que o A. reconhece com razão «desenho infantil, proporções arbitrárias e roupagens improvisadas» mas que por isso mesmo e pela excessiva ingenuidade de execução, não correspondem à exaltação lírica das palavras do A.

Já do *Cristo no túmulo* do Museu (fig. 3), é justo tudo que diz sôbre o patético da expressão. Mas a *invenção do lençol*, como o A. escreve, não é do artista — é a repercussão entre nós da concepção naturalista da morte, e que na Borgonha envolve já a figura jacente de Jacques Germain (1424) num «sudário trágico». Por isso me não parece justo afirmar que aquela escultura do Museu, pelo sr. A. G. atribuída aos fins do séc. XV, «poderia ter saído das mãos dum ascendente, *cem anos antes*». Mesmo em França, isso seria pouco verosímil.

O que restringe porém fundamentalmente o alcance do livro e até alguns dos seus juízos, é o critério de querer abranger a evolução da arte duma região, tão importante como Coimbra, limitanndo-se às obras que nela se encontram, sem as ligar à arte donde provêm, nem à expansão que originaram.

Se o sr. A. G. tinha o direito de tomar como objectivo, apenas a estatuária regional e até só a do Museu, não podia eximir-se a relacioná-las, pelo menos, com a evolução da arte nacional e os reflexos da irradiação estranha. Sem isso, era-lhe impossível uma ampla compreensão da génese

e filiação das mútuas influências. ¿E como explicar omissões, certamente propositadas mas injustificáveis, como a de Diogo-Pires-o-Velho, sem dúvida um dos mais ilustres, senão o mais ilustre, escultor de Coimbra na 2.ª metade do séc. XV, e cujo nome nem sequer aparece neste livro sôbre a escultura coimbrã?

Conhecêmo-lo, não apenas por documentos de arquivos e citações dos cronistas, mas pelas obras que deixou, e mesmo que o sr. A. G. não quisesse aceitar (por razões que lhe cumpria dar) a atribuïção que Teixeira de Carvalho lhe fêz e eu perfilhei, do admirável túmulo e estátua jacente de Fernão Teles em S. Marcos, não podia deixar de considerar essa obra essencial, nem esquecer que a Virgem de Leça da Palmeira, em pedra de Ançã e feita em Coimbra, é averiguadamente de Diogo-Pires-o-Velho. Notável pela modelação, naturalismo, e até pela expressão étnica de beleza plebeia e regional, essa escultura tem uma importância capital para a história da estatuária de Coimbra e identificação de outras obras do mestre que o sr. A. G. tão injustamente esqueceu.

A 2.ª parte do livro, consagrada ao *Manuelino* e à *Renascença*, tem, quanto a esta, o interêsse de nos fazer conhecer as opiniões do A., sôbre algumas obras cuja atribuïção é controvertida.

Na estatuária manuelina, o A. aproxima com razão as Virgens de Santa Cruz (fig. 25) e as Santas Mães do Museu (fig. 26), da Virgem de S. Paulo de Frades (fig. 4); obras evidentemente nacionais, ligadas a meu ver entre si pela arte de Diogo-Pires-o-Velho; mas o que diz da imaginária dos túmulos reais, é vago e não esclarece o desconhecimento em que estamos dos mestres que a modelaram. A enérgica contestação, que o *manuelino* seja o *plateresco*, embora supérflua para quem conheça a arte da península, é ainda necessária para certos professores de História da Arte, cuja sensibilidade artística nem sequer lhes permite compreender as expressões próprias da arte nacional.

Mas quando afirma que « não é possível estabelecer aproximações e regras de classificação » dos elementos orgânicos e decorativos do manuelino, permito-me lembrar que a Batalha foi a escola original das formas *gótico-naturalistas* onde essa filiação é clara, e que para as formas *mouriscas* do Alentejo, Sintra e Lisboa, já indiquei noutro sítio as influências donde provinham. E a êste propósito e do que escreve sôbre a Tôrre de Belém, não deixo passar sem reparo (pelo respeito que me merece o autor e o alcance que o facto comporta) a aproximação dos *domos gomados* do Restêlo com os do baixo-relêvo do *juízo final* de Alcobaça. Teria sido prudente, um comentário que afastasse do público inculto a idea duma filiação — inverosímil

perante a dupla corrente evolutiva que trouxe essa forma oriental à península e ilógica por supor uma forma decorativa a gerar uma forma construtiva, ao invèz das leis habituais da evolução plástica. De resto ninguém de boa fé e senso crítico que conheça a Tôrre de Belém e os monumentos marroquinos, pode furtar-se, em face da célebre *Coutobia* de Marrocos, às afinidades evidentes da sua cúpula aos gomos (do séc. XIII) com as do nosso baluarte. Foi o que sucedeu ainda recentemente a um autêntico mestre de História da Arte, o prof. E. Mâle, que esteve em Marrocos depois de ter visitado Lisboa e Alcobaça. Quando em Outubro passado e em Paris, ao confiar-me a aproximação que o minarete almohade e a tôrre manuelina lhe tinham sugerido, lhe contei que Francisco de Arruda estivera precisamente na região da *Coutobia* antes de ser o mestre da *Tôrre de Belém*, logo no espírito do eminente historiador, a espontânea sugestão de afinidade se converteu numa fundamentada filiação, haurida agora na dupla prova — plástica e histórica. Por isso me é penoso ver o sr. A. G. citar como «dessassombros judiciosos» (pag. 119) leviandades lamentáveis escritas entre nós sem probidade e sem crítica e que não são dignas de ser perfilhadas por si, como nem sequer o tinham sido de ser contestadas por mim.

Sôbre João de Ruão e Nicolau Chanterene, o valor dos juízos é desigual. Como Teixeira de Carvalho, o sr. A. G. conhece melhor a obra do mestre que sempre viveu em Coimbra do que a de Nicolau que sobretudo ali trabalhou em volta do decénio 1518-1528. Baseando-se numa obra deturpada pela pintura (retábulo de S. Marcos) e desprezando ou desconhecendo as obras de Belém, Sintra e Évora, melhor conservadas, identificadas e datadas, o sr. A. G. privou-se mais uma vez de elementos essenciais de comparação e crítica, indispensáveis à compreensão da evolução artística do mestre e identificação segura da sua obra. Por isso algumas das suas atribuïções carecem de revisão, como a da *porta especiosa* da Sé.

Por outro lado, e a propósito dos baixo-relêvos do claustro de Santa Cruz, o sr. A. G. exalta o talento de composição do escultor, sem se aperceber que se inspiram, ou mesmo copiam, as gravuras da Paixão de Dürer. Sem contestar ao artista, méritos que outras obras fundamentam com mais originalidade, a verdade é que estas, precisamente, só traduzem a influência bem conhecida e absorvente durante a Renascença, da obra daquele gravador de génio.

Emfim, após algumas referências à arte indo-portuguesa dos séc. XVI e XVII, e à talha barôca, o A. acaba por um pequeno capítulo sôbre a obra dos Castilhos, não aceitando para João de Castilho a possibilidade

de ser sucessivamente o mestre da janela de Tomar, do claustro de Belém e do Renascimento do convento de Cristo. É esta uma das intransigências mais estranhas do espírito de um historiador de Arte.

João de Castilho, é um dos numerosos exemplos, como Enrique Egas e tantos outros em Espanha, de artistas que vivendo num período de transição, assimilaram as sucessivas correntes estéticas que a transformação do gôsto da época e até as exigências dos Mecenas que serviam, fatalmente lhes impunham.

Tal é a súmula dêste livro, mais impressivo do que crítico, bem escrito e longamente pensado, um pouco excessivo nas suas divagações estéticas e apologéticas, insuficiente como história — mesmo da arte regional, mas interessante pelas opiniões que revela e pela autoridade especial de quem as enuncia.

É justo ainda acentuar que o fim essencial do A., foi divulgar o encanto da estatuária medieval popular — antes mal conhecida do que incompreendida — e que sob êsse ponto de vista, o sr. A. G. prestou com o seu livro, mais um grande serviço à arte da região, mesmo com o reduzido número de ilustrações que o documentam. Se algumas imagens me parecem demasiado ingénuas para merecerem os louvores com que o sr. A. G. as exalta, outras seriam dignas duma reprodução que melhor valorizasse a sua importância e o encanto da sua beleza. Não obstante, o livro ficará como um documento, nada banal, do culto e das opiniões que a arte coimbrã inspirou — ao mestre que mais a tem defendido.

REYNALDO DOS SANTOS.

VERGÍLIO CORREIA: *SEQUEIRA EM ROMA (DUAS ÉPOCAS).* Coimbra, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE, 1923, 83 p.

COM o título «Sequeira em Roma (duas épocas)», publica o sr. dr. Vergílio Correia um pequeno volume fruto da sua última (?) viagem àquela cidade italiana.

Se o sr. dr. Vergílio Correia se tivesse limitado a publicar os documentos que ali copiou e a reproduzir as obras de arte *autenticadas* que ali viu, teria prestado um serviço à História da arte portuguesa, fornecendo elementos aos que, com competência para isso, de futuro se ocupassem do grande artista português. Mas o sr. dr. Vergílio Correia quis ir mais longe e, não se limitando às obras autenticadas de Sequeira, quis, por sua vez,

autenticar outras, acompanhando-as tôdas do seu comentário crítico, o que é lamentável porque encheu assim o seu livro de enormidades, transformando-o de elemento útil em elemento nocivo e desnorteador. Ao sr. dr. Vergílio Correia faltavam-lhe para fazer o que quis intentar, os conhecimentos indispensáveis, conhecimentos que não se improvisam; e, o que é pior, falta-lhe ainda a vocação e esta, infelizmente para si, não se remedeia mesmo quando para a substituir se lhe sacrificam longos e aplicados anos. O grande crítico e historiador de arte Molinier, de quem fui discípulo em Paris, dizia isso com freqüência nas suas lições.

O livro do sr. dr. Vergílio Correia fecha com os seguintes períodos: «Esperar, demorar muitas vezes por largos anos, uma publicação, porque nos falta uma informação, um documento que esclareceria determinado ponto, não é para o nosso tempo nem para o meu temperamento. Porque muito esperaram homens aliás eminentes e sabedores dentro do campo artístico é que Portugal não possui ainda uma História de Arte....» Transcrevêmo-los porque êles definem os processos do autor e são tanto mais lastimáveis quanto vêm de quem tem não só de ensinar mas também de educar. Para um estudioso de antiguidades, o sr. dr. Vergílio Correia é em verdade demasiado, não diremos moderno, mas modernista, o que é diferente. Nós preferimos continuar a güiarmo-nos neste ponto por Fustel de Coulanges e a acreditar, com êsse altíssimo espírito, que, em matéria de história e sobretudo de história da arte, para uma breve hora de síntese, não são demais longos anos de análise.

O livro do sr. dr. Vergílio Correia publica, entre o frontispício e o prefácio, a reprodução de um desenho existente no «Museu das Janelas Verdes», que o sr. dr. Vergílio Correia dá como o auto-retrato de Sequeira. Ora êsse desenho não pode ser um auto-retrato de Sequeira pela elementar razão de não ser um auto-retrato, mas um simples retrato, isto é, a imagem de uma pessoa feita por outra. Basta para isso olhá-lo com atenção e atentar na posição do busto e sobretudo no movimento da cabeça e posição dos olhos. Mas, além disso, que é já suficiente, essa cabeça não se parece em nada com a de Sequeira, da qual temos três *imagens* a óleo (uma delas, na posse de família, só a conheço pela gravura que acompanha o estudo do Marquês de Sousa Holstein nas «Artes e Letras») e que, sendo tôdas idênticas, como o é ainda a gravada por Queirós, mais tarde litografada por Sendim e Dias e Costa, nos dão um Sequeira totalmente diferente do que se vê no desenho reproduzido no livro do sr. dr. Vergílio Correia. O nariz, a bôca e configuração craniana dessa cabeça, que é uma cabeça essencialmente aristocrática, divergem pro-

fundamente das feições que nos dão os retratos indiscutíveis do pintor, como o de Pelligrini, e que caracterizam o seu tipo rude e plebeu.

¿O que é que levou então o sr. dr. Vergílio Correia a apresentar êsse desenho como o auto-retrato de Sequeira? ¿A indicação do respectivo catálogo do Museu? Mas o sr. dr. Vergílio Correia não ignorava nem podia ignorar que êsse catálogo está condenado e tão condenado que, desde 1911, época da minha entrada para a Direcção do Museu, o mandei retirar da venda.

A pag. 18 do seu livro, diz o sr. dr. Vergílio que Sequeira *copiou* em 4 dias os frescos com que, em Grotta Ferrata, Dominichino decorou a capela Farnesiana, e para isso funda-se na carta publicada pelo sr. dr. Martins de Carvalho a pag. 18 do seu livro: «Domingos Sequeira em Itália». Ora isso seria um absurdo em que o sr. dr. Vergílio Correia, tendo visto como viu a capela, não teria caído se tivesse uma vaga idea do que representava uma cópia, embora superficial, dêsses frescos. E se a carta do guarda-jóias dissesse realmente tal, o sr. dr. Vergílio Correia não devia, a-pesar disso, ter aceite essa informação, tomando-a, como de justiça, como uma revelação de absoluta ignorância. Mas a-pesar-de exagerada e louvaminheira, a carta em questão não diz que Sequeira *copiou* os frescos. O que, na carta, se escreve é que Sequeira os *desenhou*, o que é muito diferente e plausível.

Êrro mais lamentável é a atribuïção que o sr. dr. Vergílio Correia faz a Sequeira do retrato de José Pereira Santiago (pag. 6), tela que nada tem com êste artista, sendo ainda curiosos os argumentos que dá para tal. Quanto ao retrato de Francisco Pereira Santiago (pag. 10), não tenha o sr. dr. Vergílio Correia dúvidas; êsse é de Sequeira e das melhores coisas dêle.

Mais grave porém do que tudo isto é o capítulo: «O Retrato de D. João VI». A tela, que reproduz a pag. 68 e que atribui a Sequeira (pag. 53) e de que, nesse capítulo, o sr. dr. Vergílio Correia faz um tão grande elogio, é uma obra péssima, um autêntico *mamarracho*, horrìvelmente desenhada e *construida* e feita por qualquer pinta-monos sôbre a litografia de Gianni, e de-certo já tardiamente no período romântico, como o indica o seu especial maneirismo. O desenho a lápis, reproduzido a pag. 60 e que o sr. dr. Vergílio Correia dá como um original de Sequeira, sendo, na sua opinião, o *preparo* para a litografia de Gianni, êsse não passa duma cópia, e má, da litografia. E é preciso não ter a menor idea do valor de Sequeira e do que é uma obra de arte para, a propósito de tais horrores, ter pensado no nome do grande artista português. O sr. dr. Vergílio Correia não lhe podia ter feito injúria maior do que a que lhe fêz dando-lhe a paternidade dêsses dois desgraçados trabalhos.

# BIBLIOGRAFIA

E' com pesar que somos tão severos com o sr. dr. Vergílio Correia e, a-pesar-de tudo e do sr. dr. Vergílio Correia não ter sequer a desculpa de não ter sido bem aconselhado por pessoas autorizadíssimas que consultou e que lhe disseram a verdade sôbre o caso, a-pesar disso, repito, não escreveria o que escrevi se, a seguir ao seu nome, a capa do volume não indicasse a sua qualidade de Professor de História de Arte da Universidade de Coimbra.

Assim tôdas as enormidades que o seu livro encerra revestem especial importância pois, os que o lerem, se não conhecerem Sequeira, ficarão a fazer dêste artista um juízo tristíssimo, e os que o lerem, conhecendo o grande desenhador, não o farão melhor da Faculdade em que o sr. dr. Vergílio Correia professa.

JOSÉ DE FIGUEIREDO.

## *EXPOSIÇAO DE GUERRA DE SOUSA LOPES.*

SOUSA Lopes é sem dúvida o mais forte pintor da sua geração, por um conjunto raro de qualidades que só os grandes mestres lograram reünir como êle. Também, por outro conjunto de circunstâncias a que o seu patriotismo não foi estranho, S. L. encontrou-se em face do assunto cuja grandeza precisamente exigia e punha em jôgo a exuberância dos seus instintos de fresquista, servidos por uma técnica poderosa e larga.

Sôbre esboços surpreendidos em plena *mêlée*, o artista compôs as grandes telas destinadas a uma sala especial do Museu de Artelharia, juntando-lhe uma colecção de desenhos, esboços e águas-fortes que a par do sabor documental têm um incontestável valor artístico. Das grandes telas, a maior representa o avanço do 15 cruzando em La Couture a onda dos fugitivos civis, carregados de tôda a miséria do êxodo. Neste esfôrço formidável de composição, a ordenação perdeu um pouco a unidade expressiva e o fluxo e refluxo destas duas correntes de derrota e de energia, que se deviam opor como os dois temas duma sonata, afogam-se numa complexidade episódica a que falta a hierarquia dos valores e uma estilização da realidade.

Já a tela vizinha, se constrói com outro poder de síntese, embora a meu ver a sua fôrça emotiva resida menos na figura principal que atira ao horizonte ardente um gesto declamatório, do que na restante composição do primeiro plano, em tons graves, onde capacetes enormes sobrenadam ao lume da terra indicando os corpos mergulhados na trincheira e na dor; depois o grupo de maqueiros e o morto, maravilha de desenho, modelação e côr, brochado com largueza dramática e incarnando num corpo de titan a alma do herói.

No quadro simbólico que comemora o soldado desconhecido, o artista procura ritmar os perfis negros das mães sôbre o fundo de oiro da Batalha; tentativa curiosa, de dramatização impressionante, mas cuja composição, ritmo de linhas e de côres, não alcançaram uma harmonia perfeita.

Êsse equilíbrio de composição decorativa, conseguiu-o S. L. no episódio do soldado que, já rodeado de inimigos, destrói à picareta a última peça da bateria. Anima-o um sôpro heróico, e no desenho uma energia formidável, mas tem para mim o defeito, que talvez o não seja para muitos, de teatralizar o herói e o gesto, dando-lhe atitudes de melodrama e envolvendo-o numa policromia romântica.

As qualidades de S. L. são tão fortes que suportam a crítica e triunfam das restrições sinceras. Por isso me permito notar que os pintores cedem por vezes ao preconceito, maior ainda nos oradores, de procederem como se só se podesse evocar o heroismo com retórica. O estilo heróico da pintura militar, desde as telas de David e Gros às de Géricault e Delacroix, tem uma tradição declamatória como a do teatro clássico na casa de Molière. Perdeu assim o valor decorativo de tapeçaria, que a Renascença e Salvatore Rosa e Van der Meulen no sec. XVII lhe tinham dado e não ganhou o valor expressivo que a epopeia napoleónica lhe tentou dar. S. L., nesta tradição, aliás gloriosa, cedeu por vezes à tentação de impressionar pela teatralidade episódica e o romantismo das côres.

Mas se noto êstes raros desfalecimentos do seu gôsto, que uma emoção sincera redime e uma técnica sempre poderosa sustenta, é para melhor lhe dizer quanto me sinto esmagado agora, em face do *friso da rendição*, isento do menor ressaibo de retórica, concebido com a largueza do fresco, cujas figuras modeladas com lama e neve, caminham vergadas ao pêso do Destino, mais que da *impedimenta* e do cansaço, numa incarnação que tem a fôrça duma síntese e dum símbolo. Massas de resignação heróica, rolando sôbre planícies dilaceradas como a camuflagem que as oculta...

É pintura e é já escultura, a dois passos do bronze, modelada por planos e patinada de tonalidades esverdeadas. É uma das mais belas obras que a guerra inspirou à pintura mundial e já agora a mais positiva compensação, talvez a única, que os nossos sacrifícios alcançaram.

Esta circunstância de um artista como Sousa Lopes ser encarregado duma missão cujo alcance muita gente não compreendeu e esperamos compreenderá agora, é ainda o caso raro em Portugal, de ver *the right man in the right place*, e que devemos a uma feliz decisão do general Nórton de Matos.

O pintor também pagou-lho règiamente, porque o retrato que dêle fêz fica como uma tela notável na arte do retrato contemporâneo.

Tal como está, e esperamos que assim ficará, é quási um grande *grisaille* laivada de azul e enriquecida de tôda a gama de valores que esta sóbria harmonia podia gerar. A figura do general, a um lado, está desenhada com a energia que o carácter dêsse realizador exigia; o queixo voluntarioso, a atitude tenaz, as pernas curtas retezadas em arco. A composição do debuxo e da côr, é uma das *trouvailles* dêste retrato, cuja energia de linhas contrasta com o fundo em gris, povoado de silhuetas militares, envoltas no esfumado evocador duma litografia de Raffet.

Mais forte ainda que esta *grisaille*, é o *sanguíneo* admirável dos « *Cavadores* ». No ciclo heróico do soldado português, o artista incluiu o *Génesis*, quando o homem antes de ser expulso para o inferno da guerra, cavava ainda no Paraíso. São troncos humanos agarrados ao solo por raízes atávicas, que uma luz sanguínea de aurora envolve de frescura paradisíaca. O molinete das enxadas desenha-se no ar, fixado em fases sucessivas que cinemam o movimento e imprimem às atitudes, admiràvelmente desenhadas, ritmos diversos de harmonia que são um dos prodígios desta composição excepcional.

É ainda a obra dum escultor, dum colorista e dum nobre plebeu que restitui à Terra, em forma e em côr, todos os másculos instintos de artista que dela recebeu. Não sei que maior fôrça sugestiva o mestre poderia ainda dar-lhe, e em busca dum acabamento que só preconceitos técnicos exigem, esta flor de espontaneidade e fôrça juvenil, talvez corre o perigo de se converter num fruto de atelier.

O profundo sentimento da matéria, havia de arrastar fatalmente êste colorista *à água-forte*, como a espontaneidade da sua factura e largueza de composição (tão rara entre nós) o haviam de conduzir ao *fresco*.

Essas *águas-fortes* constituem já hoje um dos grandes títulos de glória do pintor, certamente o primeiro português que triunfou nesta forma de arte, cujas tradições nacionais são raras ou tímidas, desde Vieira Lusitano a Constantino Fernandes.

Crateras da *terra de ninguém*, onde a água tem um silêncio de morte; figuras debruçadas ao parapeito da trincheira, cuja atenção se adivinha prescrutando o horizonte; soldados para a rendição, duma *mise en page* admirável; canhões destroçados em atitudes de tragédia, homens rastejando como tartarugas cobertas duma carapaça de lama, — tudo tem uma fôrça, uma expressividade e uma grandeza que se são do assunto são também do artista, da sua visão e do seu génio de colorista, que dá às coisas mortas, a vida e deixa entrever nos vivos — a morte.

REYNALDO DOS SANTOS.

## SCIÊNCIAS MATEMÁTICAS E FÍSICO-QUÍMICAS

ENRIQUE DUPUY DE LOME E PEDRO DE NOVO: *LAS LÍMITES DE MANCHAS ARCAICAS Y PRIMARIAS EN LOS CONFINES DE LA PROVINCIA DE HUELVA CON EL ALEMTEJO EN PORTUGAL.* Madrid, 1923.

A COLABORAÇÃO entre geólogos espanhóis e portugueses impõe-se para a solução de muitos problemas da geologia da nossa Península. Na organização das cartas geológicas dos dois países vizinhos, o Instituto Geológico de Espanha e a nossa Comissão do Serviço Geológico prestaram-se mútuo auxílio, mas, geralmente, apenas pelo conhecimento dos trabalhos que *independentemente* realizaram os respectivos geólogos; faltou o trabalho metódico, por comissões hispano-lusitanas, que fôssem encarregadas de ajustar entre si as representações dos afloramentos cortados pela linha de fronteira.

E, diga-se de passagem, a nossa carta geológica, apresentando Portugal destacado do resto da Península, como se fôra uma grande ilha, não presta a quem a estuda tôda a utilidade que só provém do conhecimento da forma por que se estendem para fora dos nossos limites as diversas manchas geológicas. Já não incorreu nessa falta a carta espanhola de 1893, a qual incorporava a nossa de 1876, nem a de 1919, utilizando para a parte portuguesa da Península os dados mais recentes do serviço geológico português.

No relatório da comissão desempenhada em Espanha no ano de 1878, o nosso insigne geólogo Nery Delgado, descrevendo a sua excursão na província de Huelva em companhia do sábio espanhol D. Joaquin Gonçalo de Tarin, mostra as vantagens da cooperação estreita dos geólogos peninsulares.

Anos depois da excursão de Delgado, estiveram em Portugal D. José Macpheson e Fernandez de Castro y Cortazar, com o intuito de harmonizar os estudos feitos dos dois lados da fronteira; mas nunca foram oficialmente organizadas comissões mixtas constituídas pelos geólogos que num e noutro país se dedicaram ao estudo das mesmas formações.

A-pesar desta independência quási absoluta, são raras as faltas de concordância entre as cartas geológicas dos dois Estados. Apontamos duas: as manchas arcaicas e silúricas a nordeste de Trás-os-Montes não se ligam com as arcaicas e paleozóicas da província de Zamora, ao sul de Puebla de Sanabria; — não há correspondência perfeita entre a representação dos terrenos também arcaicos e paleozóicos do Alentejo, em tôrno de S. Domingos e na parte fronteiriça da província de Huelva.

Nesta última região os problemas geológicos são muito complicados, porque as maças estratificadas se apresentam muito deslocadas, em inextrincáveis disposições tectónicas e com os seus caracteres petrográficos primitivos profundamente alterados pelo metamorfismo de contacto com rochas eruptivas. São realmente freqüentes as intrusões ígneas, tendo o mapa geológico espanhol representados em grande número os afloramentos respectivos, constituídos especialmente por pórfiros, diaritos e diabases.

No relatório citado, Nery Delgado também admitia para esta zona de metamorfismo uma « intensíssima acção geyseriana, porventura concomitante da emissão metalífera » à qual atribuia « a formação de potentes maças minerais, calcáreos e provàvelmente quartzitos, que se mostram nas condições mais anormais e sem a continuidade exigida para as camadas formadas regularmente ».

Além disso, mesmo nas rochas menos alteradas, faltam ou são muito escassos e irregularmente distribuidos fósseis característicos. Necessàriamente os estudos estratigráficos numa região de tectónica tão complicada devem ser de extrema dificuldade, e assim se explicam as indecisões traduzidas nas sucessivas cartas geológicas.

A discordância entre a carta portuguesa de 1889 e a espanhola de 1893 manifesta-se no corte brusco da facha devónica de Ficalho pela linha de fronteira, a oriente da qual nos aparece Rosal de la Frontera assente na mancha extensa do arcaico; o rio Chança separa, ao longo de oito quilómetros a NW de Paymogo, êste terreno, em Portugal, do vasto afloramento gothlandiano da carta de Espanha; e, mais abaixo, o afloramento devónico, que tanto se prolonga para oeste e que, do norte de Corte do Pinto ao sul de S. Domingos, se alarga por dez quilómetros, interrompe-se no rio Chança, tendo, do outro lado da fronteira, ainda o silúrico superior da carta de Espanha.

Para a nova edição da fôlha n.º 42 da carta geológica na escala de 1:400.000 resolveu o Instituto Geológico do país vizinho empreender novos estudos da região, confiando-os aos dois geólogos, senhores Enrique Dupuy de Lôme e Pedro de Novo. No « Boletim del Instituto », tômo XLIII, III da 3.ª série, foi publicado o relatório dos seus trabalhos, cujo método e conclusões devem ser conhecidos em Portugal.

Estudaram: 1.º os trabalhos portugueses, já publicados, de Nery Delgado, e a longa discussão por êle sustentada sôbre o nível geológico da formação de S. Domingos com notáveis especialistas estrangeiros no estudo de formações semelhantes — Roemer, Gumbel, Ginitz, Liebe e Richter; 2.º as investigações paleontológicas de Pierre Pruvost, a quem, por Paul Choffat, depois da morte do Nery Delgado, foi pedido o estudo dos raros fósseis colhidos pelo infatigável

e peritíssimo colector sr. Romão de Sousa, dentro das áreas representadas na nossa carta de 1899 como devónica e do carbonífero inferior.

Para completarem êsse estudo, examinaram nas ricas colecções da nossa Comissão de Serviço Geológico os exemplares de rochas e fósseis do Baixo Alentejo, reünindo ali também o maior número de dados verbais e escritos.

O sr. Pereira de Sousa pô-los ao facto dos seus trabalhos actuais sôbre o carbonífero do sul do país, apresentando-lhes também a sua opinião sôbre a tectónica das fachas paleozóicas do Alentejo.

Conhecidos assim os trabalhos portugueses e a respectiva documentação arquivada, passaram ao estudo, no campo, dos dois lados da fronteira.

No relatório publicado mostram a extraordinária dificuldade da identificação das diversas formações, em virtude da falta de fósseis e da variedade dos caracteres petrográficos, e assim, a título provisório, emitem a opinião de que talvez se deva retomar em Portugal a primeira hipótese proposta por Nery Delgado de se considerarem como silúricas as piçarras de S. Domingos, admitindo dentro delas inclusões da formação devónica. Crêem que o estudo de Pierre Pruvost se prestava a motivar e motivou uma exagerada generalização estratigráfica baseada no estudo paleontológico de pontos especiais.

Como modificações agora propostas nas cartas salientamos as seguintes :

*a)* a facha devónica de Ficalho é prolongada para oriente da fronteira, envolvendo Rosal de la Frontera ;

*b)* em tôrno do Paymogo reduz-se a mancha silúrica da costa espanhola, estendendo-se para além da fronteira a portuguesa do arcaico.

*c)* em frente do Corte do Pinto e S. Domingos, a separação entre o gothlandiano da carta espanhola e o devónico da portuguesa é feita por uma linha cortando obliquamente o rio Chança, avançando o silúrico espanhol para Portugal, ao norte, por uma área triangular igual a outra em que, pelo sul, se prolonga para Espanha o terreno apresentado como devónico na carta de Portugal.

*d)* o devónico de Pomarão estende-se para fora da fronteira até às vizinhanças de El Granado.

Terminam o seu consciencioso trabalho, notando que só pela colheita de fósseis característicos dos diferentes sistemas paleozóicos poderá chegar-se a formar um mapa geológico preciso de tão complicada zona.

Os estudos litológicos não poderão resolver o problema ; e mesmo não darão muita luz as observações estratigráficas mais minuciosas, pois que, com freqüência, os estratos se apresentam deslocados e com a continuidade interrompida por abundantes intrusões ígneas.

Com estas palavras concluem o seu relatório: «Este estudio, tan interesante para el conocimiento del paleozoico de la frontera de ambas naciones, reuniria la maxima garantia de acierto si se hiciese en colaboración íntima con nuestros amables colegas los geólogos lusitanos.»

A. FERRAZ DE CARVALHO.

## *POLÍTICA, PEDAGOGIA E SOCIOLOGIA*

ALBERTO SEABRA: *PROBLEMAS SUL-AMERICANOS.* MONTEIRO, LOBATO & C.ª, S. Paulo.

NOS últimos tempos apareceu, e tem conseguido valioso número de apóstolos, quere em Portugal e Espanha, quer no continente Sul-Americano, a idea de uma união ibero-americana, para uma cooperação na realização de interêsses de que tôdas participam. Esta idea, que é simpática e grandiosa, vai ganhando terreno, quere na sua totalidade, quere parcialmente (aproximação Portugal-Brasil e aproximação, aliança mesmo, Portugal-Espanha). Ainda não há muito tempo, ouvímos da bôca de um estudante que honra os estudantes de Portugal, Manuel Múrias, as boas esperanças desta aspiração, que poderá amanhã ser uma realidade: «*Virá porventura um dia em que cem milhões de homens, derivados ou transformados pela gente portuguesa, encherão o interior vastíssimo do Brasil e os planaltos salubérrimos de Angola. Então, nos dois lados e no próprio coração do Atlântico, — na Madeira, nos Açores, em Cabo Verde, em S. Tomé, — cem milhões de criaturas falarão o português; nos três grandes portos de Lisboa, Rio de Janeiro e Loanda, mercadorias subirão, descerão movidas por homens rudes, que hão de praguejar e rezar na mesma língua dos antepassados de todos, aqueles antigos portugueses que foram conscientemente, em cascas de noz, varrer as névoas do «Mar Tenebroso», conquistar para a civilização as terras que nem em sonhos se pressentiam. A aspiração magnífica do «Mare Nostrum» estará realizada*». (Aspectos da história e da cultura do Brasil. Oração do estudante Manuel Múrias, pag. 16, Lisboa 1923). Ao mesmo tempo, vemos uma revista nacionalista, «Nação Portuguesa», inscrever no seu programa o estudo e defesa desta confederação ibero-americana, e o director desta revista, Dr. António Sardinha, tornar-se seu ardente paladino. O Sr. Dr. Bettencourt Rodrigues, que foi um dos primeiros a apostolar tal cruzada, pros-

segue na sua campanha ajudado por Malheiro Dias, Alberto de Oliveira, João de Barros e tantos outros desta e da outra banda do Atlântico. E se buscámos mais salientemente o exemplo de um estudante, foi para bem darmos a nota da simpatia que tal idea desperta nas camadas moças de Portugal.

Ora o livro do Sr. Alberto Seabra vem pugnar por êste ideal de maneira entusiástica e que, não sendo de todo concreta (aliás, todos os propugnadores desta idea de confederação se têm mantido no vago das visões tentadoras e das palavras entusiásticas) não é das que ficam apenas no domínio da literatura. O autor dos *Problemas Sul-Americanos* consegue até ser senhor de uma clara visão na exposição e avaliação de algumas faces desta e de algumas outras questões de que o seu livro trata. De maneira nenhuma, porém, o problema ficou definido e com os seus dados concretizados, conforme mais pormenorizadamente vamos mostrar.

O livro tem dois problemas básicos em volta dos quais gravitam todos os outros problemas, ideas, alvitres ou simples sugestões: o da *confederação ibero-americana*, e o do *imposto único*.

Começa, porém, o autor por nos dizer um pouco simplistamente quais são as causas da anarquia internacional contemporânea, problema complexo que o Sr. Alberto Seabra afinal apenas cifra numa só causa que designa por «Darwinismo Social» e que denuncia como «o maior *criminoso da história humana*» (pag. 14).

Darwinismo social é, como fàcilmente se depreende, a selecção natural pela eliminação dos menos aptos em virtude da vitória dos que mais o são em relação a determinado ambiente. Este princípio, que toma a guerra como um meio de selecção e progresso dos povos, não o pode admitir o Sr. Seabra, que tem como opinião que só as ideas e os sentimentos governam o mundo.

Pacifista apaixonado, considera o Estado como «*uma aliança, uma associação de indivíduos subordinados à lei, ao direito*...» e tôda a soberania dos Estados, (que define como «*a faculdade de declarar guerra uns aos outros, a seu bel-prazer*») lhe repugna, exortando tôdas as nações a seguirem o exemplo do Brasil, cuja política internacional considera modelar, quando proíbe na sua constituïção as guerras de conquista. Adoptando-o tôdas as nações, teríamos a resolução definitiva dos problemas internacionais e seria chegada, emfim, a idade do ouro. E aqui se começa a desenhar a linha directriz da parte que no livro versa o primeiro problema a que atrás nos referimos: — as nações, para viverem e progredirem, têm de ser pacifista se de dar à idea de justiça predomínio sôbre tôdas as outras ideas, e para isso é necessário que se unam para resistirem aos ataques do darwinismo social representado pelas

nações imperialistas que, na opinião do autor, segundo se deduz, hão de persistir.

A união ibero-americana será, deixa-o concluir o autor do livro, o primeiro passo para êsse reinado da justiça e da paz. Entre as nações sul-americanas parece existir, e até hoje nada o desmentiu, uma consciência sentimental de liberdade e de justiça. Reparando nela, o Sr. A. Seabra toma-a como manifesta tendência para uma união, a qual, para ser completa, se deverá estender a Portugal e Espanha, nações que, segundo o autor, puseram já de parte tôdas as veleidades imperialistas para se entregarem definitivamente a uma era de trabalho, de justiça e de paz (pag. 111).

Indo buscar exemplo à história, o autor dos *Problemas Sul-Americanos* garante que contra a união não há fôrça que fique vencedora, e é ao abrigo dela que as sociedades sul-americanas se poderão defender do absorvente imperialismo *yankee*, e Portugal as suas colónias das cobiças que as rondam. Não se julgue, porém, que se advoga a paz armada. Não, o Sr. Seabra apenas quere um pacto, uma liga «*em que seja excluida a possibilidade de agressão mútua e que torne obrigatória a mútua defesa em caso de ataque a alguma soberania*» (pag. 96).

Às elites de cada uma das nações a confederar atribuïu o Sr. A. Seabra o principal papel na realização da idea magnífica, e considera a união luso-brasileira o primeiro e definitivo passo a dar para que a confederação ibero-americana seja uma realidade. Transcrevemos a passagem pelo de que particularmente ela nos interessa: «*A união política dos luso-brasileiros será de-certo o primeiro germen das instituïções ibero-americanas. Basta olhar a carta geográfica. ¿Com que defrontam as nossas costas marítimas intermináveis? Com as colónias portuguesas ameaçadas, invejadas, cubiçadas pelos Estados insaciáveis de territórios alheios. Mas essas colónias ameaçadas oferecem uma base de segurança aos luso-brasileiros, estão a pedir socorro à nossa imprevidência, estão a proclamar uma política de união confederativa, espontânea, natural, estão a dizer aos homens de Estado: eis aqui a confluência dos nossos mares, perservados até hoje da rapina e da violência: tomai-o, fazei-o «Mare Nostrum*» (pag. 71-72).

O segundo problema tratado no livro é, como dissemos, o do imposto único, de que não falamos, já porque menos interessa à *LUSITANIA*, já por ser suficientemente conhecido, desde a divulgação das doutrinas de Henry George.

CASTELO BRANCO CHAVES.

FARIA DE VASCONCELOS : *ENSAIO SOBRE A PSICOLOGIA DA INTUIÇÃO*. Separata dos «Arquivos da Universidade de Lisboa».

A FUNÇÃO psíquica estudada nesta obra é das de maior actualidade, e das mais populares na filosofia de hoje. Faria de Vasconcelos dá-nos aqui uma série de retratos da intuïção (por assim dizer) com sugestiva multiplicidade de traços. O assunto é porém dos mais obscuros, ou, melhor, dos mais obscurecidos pelos seus expositores contemporâneos, sobretudo Bergson, graças à presteza muito sua com que dá um nome a coisas várias, e generaliza a tôdas elas o que de uma única se provou. Existem, ao que supomos, algumas espécies de intuïção, e conviria começar por distinguí-las muito bem, — dizendo depois, a cada passo, de qual das espécies se está falando. Há uma intuïção imediata, que é afinal a sensação; há uma intuïção intelectual *elementar* (se assim nos podemos exprimir) na concepção breve de uma relação, de uma propriedade simples; há uma intuïção intelectual *superior*, alicerçada num trabalho da inteligência discursiva, que nos faz achar uma relação complexa, difícil, sábia, que se confirma (ou infirma) pela observação ou pelo raciocínio; há a intuïção-simpatia, que nos transporta, como diz Bergson, ao interior de um objecto, para coincidir com o que tem de único (portanto de inexprimível) e da qual fala em termos místicos como omnipotente e infalível, *mas que erra centenares de vezes, em nossa humilíssima opinião*... Quantas há, realmente? que têm de comum e que é que as distingue?

Depois, — ¿ que diferenças e relações devemos admitir entre a intuïção (ou intuïções) e a inteligência discursiva?

Não entra, é certo, nestes problemas, o dr. Faria de Vasconcelos, porque é de psicologia descritiva o seu trabalho neste livro; notaremos, porém, que ao descrever os vários modos por que procede a intuïção — reproduz o autor o próprio esquema com que a psicologia experimental descreve a marcha do juízo... É que o raciocínio, em nosso entender, é uma cadeia de intuïções, em que os elos-intuïções são presos por intuïções (intuïções dos termos, intuïções das relações); é que a intuïção intelectual superior constitui uma conclusão, elaborada no sub-solo, de um trabalho precedente da inteligência discursiva, — e a distinção, a oposição, o contraste, da intuïção e da razão, tão cara ao sr. Bergson e aos filósofos sentimentais, se enreda tôda ela num imensíssimo quiproquó....

A intuïção fornece crenças, suposições, hipóteses — verdadeiras ou falsas, admissíveis ou inadmissíveis, confirmáveis ou inconfirmáveis, geniais ou sem valor; a razão, depois, confirma ou não confirma, aceita ou não aceita, as hipóteses e suposições; *a confirmação, porém, quando possível, consiste sempre afinal*

*de contas na* intuïção *da compatibilidade, ou acôrdo, da crença nova com outras crenças, que também são intuicionais. É a razão, em suma, uma forma especial da intuïção: a intuïção do acôrdo ou desacôrdo, coerência ou incoerência, harmonia ou desarmonia, das restantes espécies de intuïção;* é a intuïção arquitectónica, a intuïção combinatória, a intuïção-juiz, a que separa as intuïções que podem ser assimiladas (as ordeiras, boas cidadãs, compatíveis, em suma, com a população *já organizada* da Cidade intelectual) — das intuïções insociáveis, inassimiláveis, incompatíveis com a polícia da Cidade intelectual, com a arquitectura harmoniosa das intuïções homologadas, que a longa experiência *organizou*, depois de se ter verificado o seu valor e solidez.

«Razão, irmã do Amor e da Justiça», disse o poeta, e disse bem: porque a razão é a intuïção do possível casamento, da união, do amor, da harmonia das intuïções; e porque a Justiça, por seu lado, é êsse sentimento de harmonia, aplicado a intuïções sociais; e quando Sócrates demonstrou, pelo seu método dialéctico, que a razão é o vínculo da sociedade, poderia dar o porquê do facto: o ser ela, na essência, a *intuïção* da sociedade possível entre quaisquer outras intuïções.

Bergson, em nossos dias, favoreceu a mania mística de opor a razão e a intuïção, de por esta substituir aquela. Ora tal mania é um absurdo, porque se trata de funções diferentes: uma põe, outra dispõe; uma apresenta e a outra escolhe; uma é o húmus que dá as plantas, outra o jardineiro que dessas plantas concebe a harmonia e faz o jardim. O intuïcionista que ataca a razão destrói-se a si mesmo no seu ataque; porque nos casos em que há conflito entre a intuïção e a razão, dá-se o conflito, afinal de contas, entre a intuïção recêm-nascida e *as intuïções* que a precederam e se organizaram no nosso espírito (luta, portanto, de uma intuïção com outras *intuïções*); entre a novidade extravagante e a experiência interpretada; entre a nova criatura e a sociedade secular, *tôdas elas intuïções*. Os intuicionistas, portanto, prègam a revolta dos insociáveis contra a Rainha organizadora da Cidade intuïcional. A Razão, quando se opõe a uma intuïção, fá-lo sempre como representante *das intuïções* organizadas, de quem é a soberana — porque lhes exprime a viva lei.

Desprestigiar a inteligência, como os fanáticos do sr. Bergson (melhor diriamos «as fanáticas», porque têm espírito feminino) — é portanto contraditório: porque tôdas as conclusões do sr. Bergson, e os próprios conceitos de que se êle serve, foram fornecidos ao filósofo por um longo trabalho seleccionador da inteligência discursiva; limitar ao prático a sua alçada, porque se desenvolveu na utilidade prática, — tem todo o jeito de um sofisma: porque também a intuïção, que lhe opõem, se desenvolveu pelas exigências e necessidades da vida prática. A inteligência, as outras intuïções e o instinto — *todos* têm por objecto, primeira-

mente, as necessidades da vida prática. A argumentação de Bergson é pueril mas terá sempre a adesão de muitos, porque a sua doutrina é consoladora, imensamente consoladora, para as gentes pouco dotadas de faculdades de raciocínio. Uma demagógica inversão de valores, que põe a bêsta acima do homem. O pato e a tartaruga devem ser intuïcionistas.

Perdôe-nos Faria de Vasconcelos o abordarmos tal problema, sugerido pelo seu livro, mas não o que nêle tratou; é que o exame psicológico da intuïção não entra na índole desta revista; entra, sim, o assunto de que falámos, pela influência que está tendo na sociedade e na literatura; e quisemos por isso aproveitar o ensejo de dar também o nosso juízo, o nosso ôvo de Colombo (oxalá realmente o fôsse!) neste problema actualíssimo da inteligência e da intuïção.

Foi uma maneira, também, de cumprimentarmos o distinto psicólogo e pedagogista, a quem nos resta dizer que cremos boa a tese final do seu trabalho (embora a preferissemos numa forma um pouco diversa): o laço, que nêle estabelece, da imaginação criadora com a natureza da intuïção.

ANTÓNIO SÉRGIO.

# MARGINALIA

## BIBLIOTÈCONOMIA PORTUGUESA

A OBRA REALIZADA PELA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA (1920-23). — «AS REGRAS DE CATALOGAÇÃO» DE RAÚL PROENÇA. — OPINIÕES DE ESPECIALISTAS ESTRANGEIROS

CATALOGAÇÃO de todos os livros da Biblioteca, não se encontrando hoje, pela primeira vez em tôda a história dêsse estabelecimento, um *único* volume que não esteja representado no catálogo. Antes da actual administração havia para cima de 100.000 volumes sem catalogação.

— Fusão dos numerosos e dispersivos catálogos de autores em um único catálogo geral, o que facilita extremamente tôdas as buscas.

— Constituïção de todos os catálogos necessários, incluindo o de assuntos ou ideográfico, catálogo êste que, dentro de meia dúzia de anos, constituirá o mais precioso repertório de tôda a bibliografia portuguesa.

— Organização minuciosa de todos os serviços da Biblioteca, por meio da redacção de *Regras de catalogação* e *Instruções de serviço* respeitadoras de tôdas as conveniências práticas e scientíficas.

— Criação de novas secções topográficas e Depósito Geral dos Duplicados.

— Instituïção de um serviço de Informações Bibliográficas, único talvez em todo o mundo, havendo já hoje, só para êsse serviço, para cima de 140.000 verbetes, com menção dos preços e da data da respectiva venda.

— Abertura de novas salas de leitura, como as de Jornais e de Investigações Bibliográficas.

— Organização das secções da Biblioteca e do serviço de leitura, de maneira a permitir, mais do que nunca, a maior segurança das espécies e a mais perfeita ordem de arrumação.

— Mais intensa vida de relação, e participação honrosa dos bibliotecários portugueses no Congresso de Paris, onde obtiveram um êxito que excedeu tôda a espectativa.

— Montagem em grande das *Oficinas Gráficas* (tipografia e encadernação).

— Considerável obra editorial, orientada pelos mais altos interêsses especulativos, tendo-se publicado já trabalhos tais como a edição fac-similada dos *Lusíadas*, o *Marco Polo*, os *Dispersos de* O. Martins, o *Processo dos Távoras*, a *Bibliografia das bibliografias*, etc., estando em activa preparação um grande *Guia de Portugal*.

— Publicação dos *Anais das Biblio-*

*tecas e Arquivos*, considerados hoje como a melhor revista da especialidade em tôda a Europa.

*

— *James Lyell*, bibliógrafo, da Sociedade Bibliográfica de Londres: «Um bibliógrafo inglês não pode deixar de se consumir de inveja ao ver a atenção que em Portugal se está dedicando à bibliografia scientífica, segundo se depreende manifestamente da brilhante e erudita revista publicada pelos que têm sob a sua direcção a Biblioteca Nacional de Lisboa. Não há em tôda a Grã Bretanha publicação alguma que se possa pôr a par dos *Anais*, a não ser o *Bodleian Quarterly*, editado pelos dirigentes da Biblioteca Bodleiana de Oxford, e o *Library*, revista da Sociedade Bibliográfica de Londres. Mas nenhum dêstes periódicos se pode comparar, quer em qualidade, quer em quantidade, aos *Anais das Bibliotecas*.»

— *Library World* (órgão da Associação dos Bibliotecários Ingleses): «A Biblioteca Nacional de Lisboa está fazendo uma obra excelente com a publicação desta revista, que alia às funções de um relatório oficial as de uma verdadeira revista bibliográfica.» O *Library World* termina a sua notícia dizendo que acha essencial a existência dos *Anais* em tôdas as bibliotecas inglesas.

— O sr. *C. K. Jones*, um dos mais eruditos bibliotecários da Biblioteca do Congresso de Washington, essa grande instituïção de prestígio internacional, confessa-se «admirador entusiasta» da Biblioteca, e felicita-a pelo que diz ser a «magnífica obra» dos *Anais*, das *Regras* e da organização da Biblioteca.

— O sr. *Haebler*, um dos mais distintos bibliógrafos alemães, referindo-se aos *Anais*: «Muito nos contenta ver nestes diferentes fascículos a repetição constante dos nomes dum pequeno número de bibliotecários que se entregam aos seus estudos especiais e sabem dar a prova disso. São êles as pessoas que maiores serviços prestam ao instituto, e uma direcção esclarecida terá por isso o cuidado, como Cortesão já o fêz, de lhes oferecer numerosas ocasiões de valorizar o mais possível em benefício do estabelecimento os seus conhecimentos especiais, com tão sério trabalho adquiridos.»

— Em Julho de 1923 recebeu a Biblioteca Nacional da *Association des Bibliothécaires Français* o pedido de um exemplar, pelo menos, das *Regras de catalogação*, do sr. Raúl Proença, «que tão vivamente interessaram», dizia o ofício, «todos os membros do Congresso.» Efectivamente, a participação portuguesa no Congresso de Paris de 1923 foi marcada por um êxito extraordinário. O sr. *Charles Sustrac* (bibliotecário da Biblioteca de S.ta Genoveva em Paris), por ex.º, declarou que as *Regras* eram o trabalho mais completo e mais perfeito que

se tinha publicado até então; nelas se aproveitára, disse o sr. Sustrac, tudo o que havia de bom, tendo-se feito, além disso, inovações fundamentais.

— Da *Alemanha* receberam-se provas inequívocas de grande aprêço da parte de bibliotecários e de grandes livreiros, que têm dirigido consultas em questões técnicas de catalogação.

— O sr. *Ettinghausen*, sócio e gerente de uma das mais importantes livrarias antiquárias do mundo, afirma Maggs. Bros., declara que os *Anais* são a melhor revista da especialidade em tôda a Europa, e que a obra editorial que a Biblioteca de Lisboa está fazendo não tem similar em nenhuma biblioteca do mundo.

— Na Bélgica, o sr. *Paul Otlet*, que é a alma do Instituto Internacional de Bibliografia de Bruxelas, escreveu sôbre a participação portuguesa no Congresso de Paris algumas palavras do mais extremo louvor: « Apresentastes — diz êle — um conjunto de considerações técnicas e práticas notabilíssimas. Partindo de ideas gerais, de princípios, dêles deduzistes conseqüências muito felizes, que são de molde a fazer progredir a técnica catalográfica. A vossa teoria das rubricas é inteiramente nova... O relatório sôbre os trabalhos de cooperação internacional no domínio da bibliografia encontrou a minha inteira aprovação. É evidentemente no caminho que indicais que se deve entrar... Deveis ser felicitados pela concepção elevada que presidiu à reorganização da Biblioteca Nacional de Lisboa... As minhas relações convosco, embora já preparadas pelas vossas anteriores publicações, foram uma verdadeira revelação. As vossas comunicações comentaram o espírito dos vossos textos, espírito todo de progresso, de dedicação à sciência e de sã democracia intelectual. »

— *Revista de Arquivos* de Madrid (órgão dos bibliotecários espanhóis): « A Biblioteca Nacional de Lisboa entrou num período de febril actividade, digno da maior atenção e dos mais calorosos elogios... Não queremos deixar de tributar, nas colunas da nossa revista, aos nossos distintos colegas, o aplauso de que se tornaram credores ».

## PELA NAÇÃO PORTUGUESA

Em nota oficiosa, de certo emanada da Academia das Sciências de Lisboa, informaram os jornais que o sr. presidente desta agremiação lêra aí o relatório da sua viagem ao Brasil, « como embaixador das Letras e da Nação Portuguesa. »

A esta altíssima pretensão temos a opor que a Nação Portuguesa não é contratável, como as companhias de revista, pelos activos empresários.

A Nação Portuguesa nada teve com a viagem do sr. Júlio Dantas ao Brasil.

Á. L. V.

## FITZMAURICE-KELLY

COM a morte em Londres do ilustre professor irlandês James Fitzmaurice-Kelly, aos 65 anos, desaparece um dos críticos de mais penetrante inteligência, graça satírica e vária erudição dos últimos tempos.

A sua *História da Literatura Espanhola* ficará durante muito tempo como a obra fundamental para todos, espanhóis e estrangeiros, que se dediquem ao estudo daquela literatura.

No fim do século XIX existia em inglês a *História* de Ticknor, cheia de erros, e a *Spanish Literature* de Butler Clarke, que foi escrita quando o seu autor tinha apenas trinta anos e que não aspirava a ser completa.

Foi cinco anos depois, em 1898, que o sr. Fitzmaurice-Kelly publicou a sua pequena mas brilhante *História*, logo traduzida em várias edições francesas e espanholas.

Vieram depois, entre outras obras em que a abundância de factos e datas não impedia juízos penetrantes e originais, o seu livro sôbre *Lope de Vega and the Spanish Drama* (1902), *Chapters on Spanish Literature* (1908) (também desta obra interessantíssima há tradução espanhola); *The Oxford Book of Spanish Verse*, (1913); *Cambridge Readings in Spanish Literature* (1920).

Cervantista acérrimo, publicou duas Vidas: *The Life of Miguel de Cervantes Saavedra* (1892) e *Miguel de Cervantes Saavedra, a Memoir*, (1913) indispensáveis para o estudo do maior génio da raça espanhola.

De esta última obra, publicada pela *Oxford University Press*, existe tradução espanhola (Oxford, 1917), existem até duas, porque foi traduzida em Santiago do Chile sem autorização do autor.

Um dos fins da *Hispanic Society of America* era publicar obras críticas dos srs. Menéndez Pidal (D. Ramón) e Fitzmaurice-Kelly, e ùltimamente quando êste se sentia doente e envelhecido por quarenta anos de constante trabalho (aos sessenta anos trabalhava doze e quinze horas por dia) foi ainda a generosidade do insigne hispanófilo sr. Archer Huntington que lhe permitiu retirar-se da sua cadeira na Universidade de Londres e viver mais sossegadamente como editor das *Hispanic Monographs*.

Era o sr. Fitzmaurice-Kelly Comendador da Ordem de Afonso XII, sócio da Academia Britânica, da Academia Espanhola, da *Academia Real de la Historia*, da *Hispanic Society*, da *Academia de Buenas Letras*, de Barcelona, e recentemente foi um gôsto para êle, que se interessou sempre pela literatura portuguesa, ter sido eleito, graças ao sr. professor Edgar Prestage, sócio da Academia das Sciências de Lisboa.

AUBREY F. G. BELL.

## GIL VICENTE EM MADRID

EM Maio passado realizou Afonso Lopes Vieira, na admirável instituïção da Residência de Estudantes, em Madrid, uma conferência acêrca de Gil Vicente, a quem os convites oficiais da Residência chamavam «poeta y dramaturgo del Renacimiento Luso-Hispano.» O grande mestre quinhentista foi, nos relatos da conferência feitos nos principais periódicos, considerado como aquêle que «dió impulso al Teatro español, siendo, en verdad, su creador» e em cuja obra «Lope de Vega e Calderon halláron los gérmenes fecundos de su teatro.» O conferente, depois de estabelecer um paralelo entre os génios da Literatura e das artes nos dois países, terminou com estas palavras: «Cultivemos, com a nobreza das nossas tradições, as nossas esperanças nacionais, mantendo-nos bem peninsulares, mas sendo bem europeus; conservando acesa, através das selvas escuras que houvermos de atravessar, a fé heróica em nós próprios e nos nossos destinos, a fé heróica que nos é ordenada, do além dos nossos mitos, pelo sempre vivo *Encoberto* de Portugal, pelo sempre vibrante Cid do *Romanceiro*.

A civilização hispânica — disse o ilustre professor Dr. Ricardo Jorge na sua notável conferência *A inter-cultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro*, realizada no Congresso Luso-Espanhol de 1921, no Porto — a civilização hispânica *aparenta um tronco comum com duas raízes regionais.* Consideremos, desde êste planalto do centro até às bandas do mar donde eu venho, a clara verdade e a fecunda significação desta imagem. — Amemos e jamais esqueçamos o tronco comum; amemos e jamais deixemos perder o carácter regional das duas raízes. E, fortes com a verdade imortal das nossas pátrias, vamos criando a harmonia hispânica, para que nestes dias tão dolorosos em que o mundo ansiosamente se renova e em que todos nos achamos entre a agonia de um dia que acaba e a esperança de uma manhã que há de raiar, nós outros, os da Península criadora, caminhemos para um futuro que nos deve restituir a grandeza de outrora.»

## NORTON DE MATOS E SOUSA LOPES

A INAUGURAÇÃO oficial das telas e águas-fortes do pintor Sousa Lopes, destinadas ao Museu de Artilharia, dá actualidade a um facto, ainda inédito, e que sendo, por nosso mal, absolutamente extraordinário em Portugal, nos mostra, sob um aspecto muito interessante, a figura de tão alto relêvo do Alto Comissário de Angola.

Estava-se em 1917, — precisamente na época de maior actividade da preparação para a nossa entrada na guerra, e Norton de Matos, que foi o orga-

nizador das nossas fôrças e que se revelou nesse momento como um excepcional homem de acção, estava inteiramente ocupado com êste formidável trabalho: o de criar, de um dia para o outro, um exército de algumas centenas de milhares de homens, num país que dispunha então apenas de algumas reduzidas unidades e a que faltava, por assim dizer, tudo, pois o esfôrço de alguns oficiais distintíssimos não podia suprir a deficiência dos armamentos e a escassês e má preparação dos soldados. Norton de Matos andava portanto nessa ocasião, desde manhã cedo até altas horas da noite, ùnicamente votado a essa esmagadora tarefa e o descanso dêsse homem pode imaginar-se o que seria se se pensar nas preocupações de tôda a ordem que o deviam absorver, tirando-lhe ou prejudicando-lhe o repouso da noite.

Pois em uma manhã dêsses dias, já hoje longínquos, o autor destas linhas, chamado ao telefone, foi, com espanto, interrogado sôbre a possibilidade de uma visita feita ao seu museu pelo ministro da Guerra; e tendo respondido que essa visita podia realizar-se imediatamente, encontrava-se uma hora depois, no Palácio das Janelas Verdes, com Norton de Matos, que via pela primeira vez e que, transportado em uma modesta carruagem de aluguer, era ùnicamente acompanhado de sua família.

A visita durou cêrca de três horas e, durante elas, Norton de Matos e as suas duas companheiras informaram-se de tudo e principalmente dos artistas portugueses. Depois, a propósito de diversas obras de arte do museu, lembraram outras existentes no estrangeiro que, com as nossas, tinham pontos de contacto e que conheciam das suas viagens pela Europa. Eu, acostumado a ver passar, não digo já pelas diferentes cadeiras ministeriais, mas pela de Instrução Pública e Belas Artes, homens que saíam de lá sem terem tido sequer a curiosidade de ir ver pela primeira vez o museu sôbre que superintendiam, ouvia-o, mais que espantado, maravilhado, pois o facto, que seria invulgar lá fora, revestia aspecto de milagre entre nós.

A conversa foi tomando por isso um tom cada vez mais cordial e tão cordial que me permitiu não só falar a Norton de Matos do pintor Sousa Lopes e da exposição que então êle tinha aberta ao público, o que aliás era natural, mas indicar-lhe ainda o seu nome como o do artista que, em meu entender, melhor poderia, dada a sua mocidade e valor, acompanhar o corpo expedicionário, para, nos campos de batalha, preparar a obra que seria depois o registo artístico da nossa intervenção na guerra. Norton de Matos, que já tinha sido cumulado de pedidos, mas a quem o nome de Sousa Lopes não tinha ainda sido indicado, prometeu-me estudar o caso. Da maneira como o resolveu fala superiormente a exposição agora inaugurada, exposição que se é mais um título de glória para Sousa Lopes, não

deixa também de nos dar de Norton de Matos uma das suas modalidades, e não das menos honrosas e interessantes.

J. DE F.

## FERNÃO LOPES

OS eminentes escritores ingleses srs. Edgar Prestage e Aubrey F. G. Bell, a quem as nossas Letras devem tão assinalados serviços, preparam uma tradução de Fernão Lopes, a qual deverá abranger um volume de quatrocentas páginas.

Assim o grande historiador e artista da linguagem vai adquirir, com a nova expansão, mais vasta glória. A propósito lembraremos que é urgente trasladar para português o ensaio que o sr. Bell dedicou às obras do Cronista e trouxe elementos novos à visão dessa excepcional personalidade da nossa Idade-Média, a quem os volumes da *Antologia Portuguesa* deram também moderno e mui forte realce.

## NA BATALHA

O QUE se fizera na Casa do Capítulo da Batalha para aí estabelecer a morada épica dos nossos Soldados desconhecidos, atingia as proporções de um atentado nacional.

Mais uma vez a engrenagem burocrática, absorvente e surda, se antepusera e estragara o que era tão justo e até tão fácil tornar grandioso e simples.

Era inacreditável que debaixo da lendária abóbada do Capítulo se houvesse engendrado um túmulo no estilo mais burguês dos cemitérios, com sua moldura de mármore negro, de um *chic* de agência funerária que elevara a campa dos Soldados a quarenta centímetros do solo. Apelámos para o ministro da Guerra a fim de que essa concepção de cangalheiros sinistros fôsse substituida pelo único arranjo possível: — as campas rasas, de pedra da região, sem mais ornamentos que o Lampadário forjado pelo ilustre ferreiro Almeida, de Coimbra, aceso à cabeceira.

O major Ribeiro de Carvalho, heróico oficial do C. E. P., logo fêz o belo gesto de comando que desafrontou ao mesmo tempo a Memória dos soldados e o monumento de Santa Maria da Vitória.

A. L. V.

## ARTE PORTUGUESA E ARTE ESPANHOLA

O BANQUETE dado últimamente em Madrid em honra do Dr. José de Figueiredo não foi só uma altíssima homenagem prestada pelos mais altos representantes da intelectualidade espanhola, por isso que nêle tomaram parte, com o elemento oficial, os ministros de Instrução Pública e de Estado e Reitor da Universidade, os quatro maiores historiadores de arte do

país vizinho: Cossio, Gomez Moreno, D. Elias Tormo e Ramon y Melida, sem esquecer que ali estiveram também todos os directores dos museus nacionais, e artistas que são a glória de Espanha, como Benlliure, Sotomayor, Moreno Carbonero, Blay, Benedito, Santamaria, etc. Essa homenagem revestiu ainda um mais amplo significado, porque foi, por parte dos homens eminentes que representam a Espanha no campo da História da Arte, o reconhecimento de que nós não só tivemos uma grande escola de pintura, émula das maiores do mundo, mas de que ela foi a grande e nobilíssima antepassada da admirável escola que, no século XVII, fêz de Madrid um dos mais belos centros artísticos universais.

E isso, que foi a consagração das afirmações feitas por José de Figueiredo em Portugal desde 1909, num tempo em que, mesmo entre nós, nem sequer se admitia a possibilidade de uma escola de pintura primitiva portuguesa caracterizada, deve encher-nos de orgulho, porque, como disse justamente, em nome de todos os convivas, D. Elias Tormo, o grande erudito que é hoje o professor de História de Arte da Universidade de Madrid, — o Portugal dos Descobrimentos é assim, graças aos trabalhos de José de Figueiredo e à sua visão, uma nação ainda maior, iluminada como ela nos aparece agora nessa época pelo génio inconfundível dos seus artistas excepcionais.

## PROSÓDIA

A PROPÓSITO do nome de *Amadis*, houve quem pronunciasse *Amádis*, ainda que tôdas as razões militam a favor da indiscutível prosódia de *Amadís*.

O decassílabo do Dr. António Ferreira:

*Os feitos de Amadis, o namorado,*

apenas fica possível acentuando-se a 6.ª sílaba.

Êste passo da tragicomédia de Gil Vicente é decisivo:

*Yo también allá iré*
*a seguir lo qué decis;*
*no quedaré y el porqué,*
*por ver lo que hará Amadis.*

E ainda no italiano a pronúncia de *Amadigi* nos assegura a absoluta sem-razão de tal dúvida prosódica.

## A ORTOGRAFIA NO BRASIL

O MINISTRO da Justiça dos Estados-Unidos do Brasil, dr. João Luís Alves, nomeou em Dezembro último uma comissão que dará parecer sôbre a unificação ortográfica na grande nação sul-americana, e cujos membros são os professores srs. João Ribeiro, Mário Barreto e Silva Ramos, e os jornalistas drs. Medeiros e Albu-

querque, e Renato de Toledo Lopes, director de *O Jornal*.

É difícil que esta comissão chegue a resultados práticos, porque as opiniões dos seus membros dividir-se hão certamente. Os srs. Mário Barreto e Silva Ramos, professores e filólogos distintíssimos, usam e defendem a ortografia oficial portuguesa; o ilustre académico sr. Medeiros e Albuquerque, jornalista eminente, adopta uma grafia só sua, quási sónica; o erudito crítico e mestre da língua sr. João Ribeiro tem manifestado sôbre o assunto opiniões diversas com o andar dos tempos e atravessa neste momento uma crise de hostilidade à nova grafia portuguesa; o sr. Toledo Lopes, talentoso jornalista que fundou um novo grande quotidiano e em pouco tempo o ergueu à primeira categoria da imprensa do seu país, quere uma grafia oficial única, seja qual fôr. E o próprio ministro autor da iniciativa, não parece ter grande fé na proficuïdade dela, porque, num ofício dirigido em 14 de Dezembro último ao dr. Toledo Lopes, começa por dizer: « *Desejando tentar* a unificação ortográfica oficial... »

Indubitável nos parece que o Brasil há de vir algum dia a ter e a manter uma *política lingüística* definitiva e firme, porque isso convém até à própria unidade nacional e deve constituir uma das bases do programa cívico destinado a preparar e a realizar o seu grande futuro. Por emquanto, porém, não se vêem ali senão incoerências e contradições em matéria de linguagem. Há os vernaculistas integrais, que estudam e conhecem o português tão bem como nós, ou melhor; e há os partidários da emancipação não menos integral, que querem organizar o *brasileiro*, língua nova e diferente da nossa, tão de-pressa, se puder ser, como se cozinha qualquer *esperanto* ou *volapük*. A natureza, é claro, trabalha por êstes, embora com lentidão que os encanzina; e o Estado não faz nada para impedir, ou sequer travar, na língua oral de tão grande país, as inevitáveis diferenciações naturais. Nestes termos, interessa menos a Portugal qualquer solução que o Brasil resolva adoptar para conseguir o que aqui temos desde 1911: um padrão gráfico a que todos possamos encostar-nos, em ordem a exprimirmo-nos por escrito sem hesitações nem disparates. Quando digo *todos*, excluo, já se vê, os « doentes de beleza », que continuam a supor que a ortografia é um grande e importante capítulo da Estética.

A. DE C.

## AUBREY BELL

AGOSTINHO de Campos vai publicar em versão sua, com prefácio, o ensaio *Some aspects of Portuguese Literature*, estampado na *Fortnightly Review* pelo ilustre lusófilo sr. Aubrey F. G. Bell.

## AMIGOS DO MUSEU

VAI sair brevemente uma nova edição de 20 postais, reprodução de alguns dos melhores quadros do Museu Nacional de Arte Antiga.

É justo recordar que foi graças à generosidade de bons portugueses do Brasil, — Alexandre Herculano Rodrigues, Gervásio Seabra, Francisco Pereira dos Santos, João Rodrigues Sequeira, António Dias Leite, Alfredo de Sequeira Jorge, Domingos Meneses de Sampaio, Mário Fernandes Teles, — que esta edição pôde ser levada a efeito.

## «LE ROMAN D'AMADIS DE GAULE»

EDITADA por Claude Aveline, «êsse editor letrado que se apresentou sob o patrocínio do seu velho amigo Anatole France», no dizer do bibliófilo Bormans no *Journal des Débats*, publicou-se em Paris a tradução francesa do *Romance de Amadis*, de Afonso Lopes Vieira. A versão, bem cingida ao ritmo do original, é do ilustre e benemérito amigo das nossas Letras, sr. Philéas Lebesgue, e vem acompanhada do prefácio que para o Romance escreveu a senhora D. Carolina Michaëlis. O volume, de distinto aspecto e decorado de gravuras em madeira, traz como sub-título estas palavras que consagram definitivamente no mundo a origem nacional da novela (problema também ùltimamente tratado por António Sardinha nos números 9 e 10 da *Nação Portuguesa*) — *reconstitution du Roman portugais du XIIIe siècle.*

Ainda a propósito da mesma obra, diremos que o sr. Aubrey Bell terminou a sua versão inglesa.

## GUIA DE PORTUGAL

ÁS edições da Biblioteca juntar-se há brevemente a do *Guia de Portugal*. Êle será, ao mesmo tempo que um roteiro da feição mais prática, uma obra de alta cultura, de sorte que tão bem servirá nas mãos do viajante, a encaminhá-lo e a instruí-lo durante as jornadas ou os passeios, como nas mãos do leitor confinado no remanso do gabinete. Concebido dêste modo pelo sr. Raúl Proença, director da publicação, a êste espiritual *Baedeker* da Terra Lusa trouxeram o seu concurso os nossos escritores mais assinalados, tratando cada um especialmente dos trechos do país que lhes são mais caros e conhecidos, da arqueologia à história, da arte à paisagem — paisagem não apenas entrevista pelas janelas dos vagões, mas de caminheiros curiosos e artistas, do vale à serra, da planície ao mar. Antologia antiga e moderna de escritores nacionais e de muitos e notáveis estrangeiros acêrca das nossas obras de arte e da natureza, o *Guia de Portugal* abrirá o seu primeiro volume com uma série de *Introduções* sintéticas, preparando o

espírito do leitor e do viajante para a segura visão e o certo conhecimento, em conjunto, do país: — Introdução histórica, de António Sérgio; geográfica, de Silva Teles; arquitectura e escultura, de Reynaldo dos Santos; pintura, de José de Figueiredo; etnográfica, de Aquilino Ribeiro; folclore musical, de Oliveira Ramos. O *Guia de Portugal* terá edições inglesa e americana, publicadas nos respectivos países.

## OS RETÁBULOS DE FERREIRIM

O NOSSO achado, há cêrca de 15 anos, dos painéis da Igreja de Ferreirim (próximo de Lamego) não teve só a vantagem de os pôr em relêvo chamando para êles a atenção dos eruditos e críticos de arte que, connosco, os desconheciam. Sem isso, êsses painéis não existiriam já talvez hoje. Quando na excursão que nesse ano fizemos pela Beira, tivemos a fortuna de os encontrar, já um antiquário do Pôrto, o sr. A. R., estava em negociações para os comprar por uma quantia ainda não de todo fixada, mas que atingiria apenas algumas poucas dezenas de mil réis. Não tendo porém ainda sequer a vaga idea do valor dessas coisas que, depois, a prática lhe deu, o que o levava a fazer a compra eram as molduras, aliás bastante inferiores, que os enquadravam. As pinturas, a que êle não ligava a menor importância, corriam assim o risco de, perdendo-se definitivamente para o Estado, se perderem também talvez para todos, visto ser certo o elas não serem transportadas com os cuidados que o seu estado melindroso requeria.

É claro que, desde que as vimos, o negócio, — e não foram poucos os que pelo país fora evitámos antes e depois de 1911 — ficou prejudicado e a posse dos painéis assegurada definitivamente para o país.

Fizemos bem, ou deviamos antes ter deixado realizar-se a compra ficando com os quadros para o Museu das Janelas Verdes por uma quantia mínima, o que não representaria mais do que a sua transferência sem sobressaltos nem ruído a dentro do próprio Estado? Hoje, e visto o abandono em que os painéis continuam, deteriorando-se dia a dia, sem ser possível fazê-los vir a Lisboa ter o tratamento de que carecem, pensamos diferentemente do que pensavamos então. É que nessa época, tinhamos ainda sôbre os homens do país ilusões que já hoje não guardamos.

J. DE F.

## PROF. A. VENTURI

O PROF. A. Venturi, autoridade suprema na História da Arte Italiana (de que acaba de publicar mais um admirável volume, o VIII — *Archittetura del quattrocento)* esteve no outono último em Lisboa a convite

do Dr. José de Figueiredo. A visita do ilustre Mestre foi preciosa pelo valor da sua opinião sôbre as obras italianas do nosso Museu e sôbre a colecção — que considera *importantissima* e sem par até mesmo em Itália — de ourivesaria romana do sec. XVIII na capela e museu de S. Roque.

Reconheceu em Nuno Gonçalves um dos maiores pintores não só do séc. XV mas de todos os tempos e na pintura e iluminura portuguesa a individualidade incontestável duma escola.

Emfim a visita a Sintra, Jerónimos e Tôrre de Belém, deu ainda ensejo, ao mestre que vinha de Salamanca, de reconhecer a originalidade da arte manuelina em algumas das suas expressões mais robustas ou delicadas.

## «PRO ARTE»

APÓS os incidentes levantados a propósito da *Filarmonia de Lisboa*, a bela orquestra dissolvida, fundada pelo eminente maestro e professor Francisco de Lacerda, realizou-se em S. Carlos (12 de Janeiro) um concêrto de *Pro Arte*. Lacerda alcançou um novo e notabilíssimo triunfo com a apresentação da sua orquestra de câmara, em que figura a *élite* das cordas e que executou um programa de alta cultura — a música dos primitivos, de Corelli a Mozart e Gluck, e as canções do folklore. O público vitoriou com excepcional entusiasmo o maestro, a orquestra e o côro de senhoras que tão gentilmente colaborou no concêrto.

A *LVSITANIA* dará no seu próximo fascículo notícia mais desenvolvida da acção artística da *Pro Arte*.

## GEORGES DEMOTTE

A *LVSITANIA* ainda quando não contasse, no seu corpo de redacção, pessoas que tiveram a fortuna de conhecer o grande antiquário francês e de privar com êle, não poderia contudo deixar de referir-se a essa invulgar figura que, no outono passado, um desastre estúpido aniquilou em plena fôrça da vida. Georges Demotte, que era um dos maiores peritos do mundo em matéria de tapeçarias e escultura medieval e um grande erudito de arte e, especialmente, de arte persa, foi na verdade um grande amigo de Portugal, de onde, de resto, parece que procedia remotamente a sua família. E não o foi apenas como muitos, platònicamente. Foi-o *de facto*, como o provam as suas importantíssimas doações ao museu de arte antiga, entre as quais a «Negação de S. Pedro», tela admirável de Ribera, exposta na sala de pintura espanhola do nosso primeiro museu.

Grande amigo do Dr. José de Figueiredo, Georges Demotte não perdia uma ocasião para lhe provar a sua amizade e ao museu que o Dr. José de Figueiredo dirige; e assim, e sem falar nas diversas peças de arte persa (cerâ-

mica e iluminuras) e nas facilidades que continuamente dava, adiantando dinheiro sempre que isso era necessário, Georges Demotte tomou o encargo dispendiosíssimo de editar «Les Chefs d'œuvre d'art au Portugal», publicação de grande luxo que breve virá a público e que constituirá um verdadeiro monumento à arte portuguesa e ao nosso património artístico.

Atacado injustamente por colegas desleais que, no receio das suas qualidades excepcionais, o queriam inutilizar na América do Norte, onde Demotte começava a ter uma situação de grande preponderância, o ilustre antiquário teve a desgraça de morrer precisamente quando estava reconhecida a injustiça dessa campanha, na qual se não hesitou em recorrer aos mais baixos e vergonhosos processos. O inquérito aberto pela Direcção Geral de Belas Artes e pela Sociedade dos amigos do museu do Louvre, favorável a Demotte, levou aquelas altas entidades, que deviam ser parte na questão, a recusarem-se, manifestando assim tôda a sua repulsa por aquela campanha. Ela era de resto não só injusta, mas estúpida, quando se pensa que Demotte, acusado de traficar com obras de arte, vendendo-as ao Louvre por 30:000 francos, oferecera antes e depois ao grande museu francês, peças no valor de centenas de milhares de francos!

Profundamente artista, Demotte era sempre de uma grande generosidade, gastando em doações a museus europeus e americanos o que o seu génio e actividade comercial lhe permitiam ganhar. Raro é o grande museu do novo mundo que não possui, oferecida por êle, uma obra de escultura francesa gótica de alto valor. E com a mesma prodigalidade, a prodigalidade de um grande fidalgo da arte, com que se desfazia graciosamente de autênticas maravilhas, êle procurava valorizar o património artístico do seu país, editando volumes como *Le musée du Louvre depuis 1914, dons, legs et acquisitions*, publicação excepcional na livraria francesa.

Demotte ocupava-se ùltimamente da *Tapisserie Gothique*, de que tinham saído já, sob a direcção artística de Henri Rivière, três fascículos de estampas. E a parte já publicada mostra-nos o que seria essa obra uma vez concluida e enriquecida com o texto de um conhecedor como Demotte. As gravuras são feitas com um tal escrúpulo e rigor que, quando reproduzem pormenores, dão a ilusão dos originais. Salomon Reinach, que tinha por Demotte muita consideração e que se prontificou a prefaciar êsse livro, considerava êsse arquivo como um dos mais altos serviços que se podiam prestar à História da Arte.

A última carta de Demotte, escrita na véspera da sua morte a Salomon Reinach, versava, a propósito da campanha que lhe tinha sido movida, o princípio tão discutido do restauro da obra de arte; e tão superiormente e inteligentemente êsse problema era pôsto, que Salomon Reinach deu-lhe a

honra da sua inserção nas colunas da Revista que dirige. Não podia a memória de Demotte receber maior consagração nem que fôsse mais grata aos que o conheceram e amaram — tão grande é pelo seu talento e carácter a figura dêste grande sábio e perfeito homem de bem.

*Os artigos assinados da Bibliografia e Marginália são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.*

## O PRÓXIMO FASCÍCULO DA *LVSITANIA* PUBLICARÁ, ENTRE OUTROS ESTUDOS:

*O ESCUDO NACIONAL PORTUGUÊS*, pelo professor ANTONIO DE VASCONCELOS.
*A RENASCENÇA MÉDICA EM PORTUGAL (Pierre Brissot e Amato Lusitano)* pelo professor RICARDO JORGE.
*RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS*, por CARLOS MALHEIRO DIAS.
*O CLÁUSTRO DOS JERÓNIMOS*, por REYNALDO DOS SANTOS.
*ARTE PORTUGUESA PRIMITIVA — Jorge Afonso*, por JOSÉ DE FIGUEIREDO.
*EÇA DE QUEIROZ e o renascimento da língua portuguesa*, por JAIME DE MAGALHÃES LIMA.
*CONVERSÃO E MORTE DE JUNQUEIRO*, por AGOSTINHO DE CAMPOS.

Será dada notícia, entre outros livros, de: *Catalogo de las Pinturas del Instituto de Valencia de Don Juan, Madrid, 1923; Fuentes literarias para la Historia del arte español — Tomo I (siglo XVI) Madrid, 1923*, por F. J. Sanches Canton. — *Les Heures de Notre-Dame, dites de Hennessy, Bruxelles. 1923*, par Joseph Destrée. — *Obras de Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão, nova edição conforme a edição de Ferrara, preparada e revista por Anselmo Braamcamp Freire e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Coimbra. Imprensa da Universidade.* — *A morte de Camões*, por Xavier da Costa. — *Domingos A. de Sequeira*, por J. M. Teixeira de Carvalho. — *Sinal da Sombra*, por Alberto Osório de Castro. — *Bobos na Côrte*, pelo Conde de Sabugosa.

A *LVSITANIA* dará também no seu segundo fascículo um *desenho inédito de Rembrandt*, da colecção do Museu Nacional de Arte Antiga e publicará um artigo acêrca do Museu Nacional de Arte Contemporânea e a obra do seu director, Columbano.

O PRÓXIMO FASCÍCULO DA *LVSITANIA* DEVERÁ TER, COMO TODOS, EM MÉDIA, 128 PÁGINAS

# SOMMAIRE DU NUMÉRO I

*URIEL DA COSTA. Nouvelles Notes sur sa vie et ses œuvres*, par Madame CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, Professeur à l'Université de Coimbra.

RÉCEMMENT, M.me Michaëlis donnait à Coimbre une étude brève mais substantielle sur le libre-penseur judéo-portugais Uriel da Costa (qui fut le précurseur de Spinoza non seulement en matière de critique biblique, mais aussi sur la question de l'*Amor Dei Intellectualis*), mettant à profit certains documents inédits tels que la première immatriculation d'Uriel comme étudiant en droit canon à l'Université de Coimbra, avec sa signature (*Uriel da Costa. Notas relativas á sua vida e suas obras.* Coimbra, 1922, 180 pag. par M.me Carolina Michaëlis de Vasconcellos). En même temps, un érudit de Francfort sur le Mein s'occupait de son côté de cette intéressante figure, utilisant des documents et des notes recueillis au cours de longues recherches dans des Miscellanea d'Amsterdam, de Hambourg et de Venise, et dont une petite partie seulement était connue d'Alfredo Klaar, auteur de la belle vulgarisation de l'*Autobiographie* (1909).

M.me Michaëlis expose aujourd'hui aux lecteurs de *Lusitania* ce qu'il y a de nouveau dans l'étude de Karl Gebhart, *Die Schriten des Uriel da Costa* (tome II de la Bibliotheca Spinozana. Amsterdam, 1922).

Pour ce qui est des idées, ce philosophe considère la destinée particulière d'Uriel comme la destinée-type du *Marrano* (ou *Nouveau Chrétien)*, du juif converti et revenant à sa foi première, dont la conscience, déchirée par la conversion forcée, rentrait dans le judaïsme avec l'illusion de rentrer ainsi dans son état d'âme primitif. Un hésitant : *Catholique sans foi — Juif ignorant de l'hébreu et du Talmud, juif seulement par désir de retrouver son Dieu, le Jahve des Israélites.*

Chercher Dieu, telle est la mission du *Marrano:* elle devait être accomplie dans la philosophie de Spinoza.

Quant aux écrits d'Uriel, ils sont réunis pour la première fois, entourés d'une excellente documentation et de notes explicatives.

1. *L'Autobiographie (Exemplar Humanae vitae)*, le message le plus émouvant que l'Humanité ait jamais reçu. Uriel l'écrivit dans les derniers jours de sa vie avec un pistolet à portée de la main (1640). Première édition

en 1687 — Plusieurs réimpressions. Traductions en anglais, allemand et portugais.

2. Trois chapitres, les seuls qui nous soient parvenus, de l'*Examen des traditions pharisaïques, confrontées avec la Loi,* ouvrage condamné et détruit par la Communauté. Comme ils traitent de la *Mortalité de l'âme,* ils ont été insérés dans la réplique de Manuel da Silva sur l'*Immortalité* (1623). Ils ont été reproduits pour la première fois l'année dernière, par M.me C. Michaëlis de Vasconcellos.

3. La première rédaction des parties relatives aux pratiques judaïques, sous la forme de onze *Propositions contre la tradition* superposée par les Pharisiens à la Loi de Moïse (1616). Ouvrage de début d'Uriel, que le sagace érudit allemand publie à part pour la première fois sous le nom de son auteur, l'extrayant des *Répliques* adressées par le Rabi Leon de Modène au Rebelle qu'il ne nommait pas.

En quelle langue fut rédigée d'abord *l'Autobiographie ?* Tous ceux qui s'en sont occupés jusqu'à ce jour considéraient le beau texte latin comme la rédaction originale. Karl Gebhart, suivant Siegmund Seligmann, qui a découvert récemment le manuscrit utilisé pour l'édition de 1687, y voit la traduction d'un texte portugais, perdu sans doute. Cette opinion se fonde sur une dizaine de corrections que porte le manuscrit, et que l'on interprète comme des variantes dûes à l'effort du traducteur pour rendre fidèlement la pensée d'Uriel. L'argumentation ne parait pas décisive à M.me C. Michaëlis de Vasconcellos.

Dans une Note, Karl Gebhart établit que la lettre en prose à Antonio Enriques Gomes sur la triste fin de l'hétérodoxe, attribuée à Daniel Levi de Barrios, est bien une fantaisie littéraire de Menéndez y Pelayo, ainsi que l'avaient supposé les spécialistes.

*Á PROPOS DES LECTURES DE L'INFANT* par LUCIANO PEREIRA DA SILVA, Professeur à l'Université de Coimbra.

L'HISTORIEN Oliveira Martins avait affirmé que l'Infant Henri le Navigateur avait lu les livres de Peurbach et de Regiomontanus (Jean Müller de Kœnigsberg) : M. Pereira da Silva montre qu'il n'a pas pu en avoir connaissance. Quant à ce qu'on appelle l'astrolabe nocturne de Raymond Lulle, ce n'est pas à proprement parler un astrolabe, mais un instrument permettant de déterminer l'heure, pendant la nuit, d'après la position de la Petite Ourse, et par un procédé analogue à celui qu'utilisèrent plus tard les navigateurs portugais du xve siècle.

# SOMMAIRE

*LE POEME DU CID.* Adaptation, en prose, de la geste castillane du XII^e siècle (Cantar de Mio Cid) p. 19.

AFFONSO Lopes Vieira, l'auteur de la reconstitution du *Roman d'Amadis*, récemment traduite en français, commence à publier son adaptation du poème espagnol. On sait à quel point la beauté réaliste du *Cantar* étudié si à fond par l'éminent philologue Menéndez Pidal, contraste avec la beauté idéaliste du Roman portugais.

*LA PEINTURE PRIMITIVE PORTUGAISE: Frey Carlos,* par le **Dr.** JOSE DE FIGUEIREDO. Directeur du Musée d'Art Ancien.

POUR la première fois, le Dr. José de Figueiredo étudie dans son ensemble et d'un point de vue portugais l'œuvre de ce peintre si apprécié de Justi et de Bertaux. M. de Figueiredo met en relief ses qualités exceptionnelles de paysagiste, et montre comment son coloris, très proche au début de celui de Quentin Metsys, a subi l'influence de la lumière si particulière de la province de l'Alemtejo, où se trouve le couvent dans lequel Frey Carlos a fait profession en 1517. Pour la première fois aussi, ce critique établit un essai de chronologie des œuvres de Frey Carlos, prenant pour point de départ le tryptique où l'on voit en prière les princes Jean et Louis, fils du roi Manoel.

C'est, d'après M. de Figueiredo, la plus ancienne œuvre connue de Frey Carlos (vers 1512). Il place immédiatement après la *Vierge à l'enfant* du Musée Municipal de Porto, qui serait encore antérieure à l'entrée du peintre en religion. Quant au *Bon Pasteur*, il serait postérieur à l'*Apparition du Christ à sa Mère*, qui est daté de 1529.

M. de Figueiredo fait remarquer que le peintre, après avoir manifesté au début des tendances plus conformes à l'esprit de la Renaissance, devient de plus en plus primitif: sans doute subit-il l'influence de la vie mystique du cloître, et peut-être aussi celle de la ville, toute proche, d'Evora, qui devait être alors un merveilleux musée de peinture gothique. Les draperies deviennent de moins en moins pleines, multiplient leurs plis, qui se font de plus en plus cassants. Quant à la matière, elle garde sa transparence, tout en devenant plus saturée, au contact des peintres portugais traditionalistes.

Des documents inédits du XVI^e siècle permettent au critique d'établir que Frey Carlos, quoique d'origine flamande, est né à Lisbonne, et qu'à la date de 1553, il reposait déjà au Couvent de l'Espinheiro.

A la liste des œuvres de Frey Carlos dressée en 1921 par le Prof. Luciano

Freire, M. de Figueiredo ajoute trois panneaux: deux *Saint Jérôme en prière*, qu'il a identifiés récemment, l'un au Musée régional de Porto, l'autre dans une collection particulière d'Evora. Le troisième est le *Mariage mystique de S.te Catherine* de la collection Cook, qu'il a pu examiner à Londres em 1917.

M. de Figueiredo considère Frey Carlos comme ayant exercé une influence considérable sur les peintres portugais de son temps.

*LE SECRET PORTUGAIS DES DECOUVERTES:* Chroniques disparues, mutilées et altérées. Quelques uns des faits dissimulés, par JAIME CORTESÃO, Directeur de la Bibliotèque Nationale.

DÈS son plan initial de découvertes, qui visait le commerce oriental, le Portugal entoure ses itinéraires maritimes du plus profond secret et des défenses les plus efficaces: L'Inde une fois atteinte, le monopole du trafic avec l'Orient apparaissait comme entraînant de graves modifications dans l'équilibre économique et politique de l'Europe; c'est aussi qu'on entrevoyait la possibilité d'y parvenir par le Sud ou par l'Ouest.

C'était surtout la Castille qui, dès le début, avait disputé au Portugal la possession des terres nouvelles et des routes par mer.

Les chroniques pouvaient, dans les conflits internationaux, servir de titres authentiques de possession: il importait donc de les rédiger de telle sorte qu'elles pussent faire foi sans révéler pourtant les plans portugais. Elles devenaient ainsi de purs instruments politiques, ou bien une source d'information précieuse pour les pays rivaux.

Au Portugal, du vivant de l'Infant Henri le Navigateur, on voit au service d'Alphonse V, un certain Lourenço de Caceres, dont le nom indique l'origine castillane, et qui exerçait la fonction de «lecteur des chroniques et livres de Castille.»

*Chroniques secrètes et chroniques détruites:*

Lorsqu'au milieu du XVIe siècle les grands chroniqueurs portugais Barros et Goes voulurent écrire l'histoire des Découvertes depuis leurs origines, ils se virent dans un très grand embarras, qu'ils ne dissimulent point. Un grand nombre des chroniques relatives à l'entreprise portugaise avaient disparu et les autres étaient presque muettes sur ce sujet. Si nous en croyons Damião de Goes, les chroniques suivantes avaient disparu au temps où il écrivait: de Fernão Lopes, la *Troisième partie de la Chronique* de Jean Ier, les *Chroniques de D. Duarte* et *d'Alphonse V;* d'Azurara, les *Chroniques de D. Duarte, d'Alphonse V,* et *De la découverte et conquête de la Guinée.* En outre, il semble avoir ignoré l'existence de la

*Chronique* de Cerveira et de l'*Esmeraldo* de Duarte Pacheco. D'autre part Damião de Goes affirme — et Barros confirme en partie son témoignage, — que ces chroniques furent *dérobées* par Rui de Pina, qui les utilisa pour rédiger ses propres *Chroniques de D. Duarte* et *d'Alphonse V*.

Or celles-ci sont presque complètement muettes sur les Découvertes, et ni la *Chronique d'Alphonse V* ni celle de *Jean II*, dûe également à Pina, ne disent un mot des explorations atlantiques qui furent poussées à l'Ouest des Açores, de Madère et du Cap Vert. En outre, dans sa *Chronique de Guinée*, Azurara, à propos de certains faits relatifs aux découvertes, renvoie à plusieurs reprises le lecteur à sa *Chronique d'Alphonse V;* Pina, qui l'a utilísée, ne fait pas d'allusion à ces faits.

Puisqu'on sait que Jean II organisa de différentes façons la défense et le secret des découvertes, on est en droit de conclure que Ruy Pina, son notaire royal, *déroba* par son ordre ces chroniques, afin d'en éliminer les renseignements relatifs aux découvertes qui ne devaient pas être connus.

Une des chroniques disparues, celle *de la découverte et de la Conquête de la Guinée*, a été retrouveé et publiée au milieu du siècle dernier, d'après le manuscrit du xv<sup>e</sup> siècle conservé à la Bibliothèque Nationale de Paris. En lisant attentivement ce texte, on arrive à la conclusion que le manuscrit primitif a été mutilé, et qu'on y a suprimé certains passages relatifs à l'Archipel des Açores et à la géographie commerciale de l'Afrique du Nord Ouest, voire même des chapitres entiers sur la géographie de l'Orient et les mobiles véritables qui ont poussé l'Infant à sa grande entreprise. Outre cela, plusieurs autres lacunes ne peuvent s'expliquer que par le dessein de cacher certaines des expéditions maritimes.

*Quelques uns des faits dissimulés :*

Dans cette même chronique de Guinée, Azurara affirme que l'Infant Henri favorisa la venue au Portugal de Garamantes, d'Ethiopiens et d'indigènes de l'Inde Majeure et Mineure. Or, par des dépositions et autres documents contemporains on sait que l'Infant Henri eut un Hindou à son service, et que, l'année même où Azurara écrivait sa chronique, le Portugal reçut un ambassadeur du Prêtre Jean.

Si ces faits confirment les dires d'Azurara, ils prouvent aussi qu'il a caché une partie de la vérité et précisément celle qui avait le plus de portée. De même ce chroniqueur est étrangement muet sur les découvertes des Açores et la lutte pour la possession des Canaries. Et le récit qu'il fait de la découverte de Madère semble sujet à caution.

En outre, en 1492, Diogo de Teive, écuyer de l'Infant, faisait des explorations dans l'Atlantique à l'Ouest des Açores, et découvrait ainsi les îles Flores et

Corvo : Azurara n'en parle pas davantage ; peut-être était-ce le sujet d'un des passages mutilés de sa chronique.

Enfin, aux *Cortes* de 1481, le peuple demanda à Jean II, l'expulsion des ètrangers — en particulier des génois et florentins — qui dévoilaient *les secrets du roi*, au sujet des découvertes.

*Conclusions :*

1.° La Chronique de Guinée, dont le manuscrit a été mutilé et tronqué, avait déjà été intentionnellement déformée sur certains points par Azurara. Ecrite d'après une autre chronique, celle de Cerveira, précisément à l'époque où la Castille disputait le plus âprement au Portugal les terres nouvellement découvertes, et un an avant que le Pape en octroyât le monopole aux Portugais, elle doit avoir la signification d'un instrument politique élaboré tout exprès pour en justifier la possession.

2.° Rui de Pina n'a fait que recommencer sur une plus grande échelle, sous les ordres de Jean II, le travail exécuté par Azurara sous les ordres de l'Infant et d'Alphonse V.

3.° Les matières les plus secrètes furent les projets et renseignements du Portugal sur l'Inde et les voyages vers l'ouest.

4.° On ne peut accepter qu'avec de grandes réserves les textes de caractère officiel qui ont servi jusqu'ici de base à l'histoire des découvertes.

Seule, la publication, qui s'impose, des innombrables documents conservés dans les archives portugaises et étrangères permettra d'ébaucher une nouvelle histoire de l'épopée portugaise.

*L'ICONOGRAPHIE DES TOMBEAUX D'ALCOBAÇA* par le Dr. REYNALDO DOS SANTOS, président des Amis du Musée de Lisbonne.

VIEIRA Natividade avait vu dans la rosace du tombeau de D. Pedro (Alcobaça, 1360), qui est une des plus belles compositions de la sculpture médiévale péninsulaire, une représentation anecdotique du drame amoureux d'Inès de Castro. R. dos Santos note :

1.° Que les tombeaux trahissent, pour la partie sculpturale, l'influence de l'art francais, et dans leur décoration (arcs en fer á cheval et arcs polylobés) celle de l'art arabe péninsulaire.

2.° Que si l'on interprète la rosace selon l'esprit de l'iconographie du temps (comme un symbole moral ou philosophique plutôt que comme un récit historique), elle fait penser á une *Roue de Fortune,* avec le roi en haut, la mort qui lui

fait contraste en bas, et une figure de sphinge, dont la tête sort de la niche, et qui serait la *Dame Fortune* de Boèce.

3.º Que la légende ATE AFIM DO MUNDO (jusqu'á la fin du monde) où Natividade avait vu un pathétique adieu d'amour, ne peut être lue ainsi, car les deux lettres A E sont nettement séparées. *A* est peut être l'alpha symbolique du commencement de toutes choses, et la légende opposerait, comme la rosace elle même, le commencement et la fin du monde.

*BIBLIOGRAPHIE.* Soulignons diverses études critiques dont l'intérêt dépasse les frontières du Portugal :

*a)* Reproduction des études consacrées par Celso Vieira (Brésil) et D. Segundo de Ispizua (Espagne) à l'*Histoire de la Colonisation portugaise au Brésil*, qui mettent en relief la valeur de cette publication et l'importance des récentes études portugaises sur l'histoire des Découvertes et des Navigations dans l'Atlantique.

*b)* Note d'Affonso Lopes Vieira sur *La Tour de Belem* (de Reynaldo dos Santos) : Ce livre révèle le nom de l'architecte de la tour, le portugais Francisco de Arruda, montre l'importance de la dynastie des Arrudas, et pour la première fois l'orientalisme du style manuélin est rattaché non seulement au Mudéjar péninsulaire, mais à l'art musulman du Maroc. La plupart des grands architectes portugais travaillèrent aux fortifications du Maghreb ; le maître de la Tour de Belem avait travaillé à Safi et Azamor, et connaissait certainement la *Coutobia* de Marrakech, dont le dôme côtelé a inspiré les coupoles de la Tour.

*c)* Le Dr. José de Figueiredo rectifie quelques affirmations et attributions contenues dans une plaquette intitulée *Sequeira em Roma :* il s'agit du plus remarquable des peintre portugais qui font la transition entre le 18e et le 19e siècle.

*d)* Etude critique de R. dos Santos sur la belle *Exposition de guerre* du peintre Sousa Lopes, dont l'œuvre est représentée aux Invalides de Paris et dont la frise «Relève» est une des plus fortes toiles que la guerre mondiale ait inspirée.

*e)* Étude d'A. Sergio sur la *Psychologie de l'intuition* du pédagogue Faria de Vasconcellos, etc. etc....

# LVSITANIA

## REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

LISBOA

*Fasciculo II* *Março de 1924*

# LVSITANIA

## REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

*SECRETÁRIOS DA REDACÇÃO*

AFFONSO LOPES VIEIRA — COSTA DO CASTELO, 45

REYNALDO DOS SANTOS — PRAÇA DOS RESTAURADORES, 47

EDITOR E REDACTOR GERENTE

CAMARA REYS

a quem será enviada tôda a correspondência relativa à Administração

PROPRIEDADE DA «REVISTA DE ESTUDOS PORTUGUESES, L.da»

*ADMINISTRAÇÃO*

PRAÇA DE LUÍS DE CAMÕES, 46, 2.º — (Telefone: Central 4322)

ASSINATURAS por séries de 6 números

| | |
|---|---|
| Portugal ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 60$00 |
| Províncias Ultramarinas ... ... ... ... ... ... | 70$00 |
| Brasil .. ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 80$00 |
| Países estrangeiros. ... ... ... ... ... ... ... | £ 0.12 |

NÚMERO AVULSO: 10$00 Esc.

*COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS GRÁFICAS DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA*

# LVSITANIA
## REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

SUMÁRIO

FASCÍCULO II — MARÇO DE 1924


Pág.

*UM DESENHO INÉDITO DE REMBRANDT.* — J. DE F.. ... ... 169

ANTÓNIO DE VASCONCELOS — *O ESCUDO NACIONAL PORTUGUÊS (LENDA E HISTÓRIA)* ... ... ... ... ... ... ... ... 171

RICARDO JORGE — *A RENASCENÇA MÉDICA EM PORTUGAL (PIERRE BRISSOT E AMATO LUSITANO)* ... ... ... ... 187

CARLOS MALHEIRO DIAS — *RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS (QUIMERAS E REALIDADES)* ... ... ... ... ... ... ... 193

REYNALDO DOS SANTOS — *O CLAUSTRO DOS JERÓNIMOS* ... 209

JOSÉ DE FIGUEIREDO — *PINTURA PRIMITIVA PORTUGUESA (JORGE AFONSO)* ... ... ... ... ... ... ... ... ... 217

AGOSTINHO DE CAMPOS — *CONVERSÃO E MORTE DE JUNQUEIRO* ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... 233

AFFONSO LOPES VIEIRA — *O POEMA DO CID* ... ... ... ... 241

BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS ... ... ... ... 251

*Cancioneiro de Colocci-Brancuti.* — Raúl Brandão: *Os Pescadores.* — José-Maria Belo: *Á margem dos livros.* — Mário Barreto: *Colecção clássica: Montesquieu, Cartas persas.* — Manuel Ribeiro: *Ressurreição.* — Luís da Camara Reys: *Vera Vergani.* — P.e Manuel de Aguiar Barreiros: *A Catedral de Santa Maria de Braga* e *A Capela dos Coimbras.* — Aarão de Lacerda: *A Capela de N.a S.a da Conceição.* — *Exposição retrospectiva de pintura e desenhos do artista Manuel de Macedo.* — Fidelino de Figueiredo: *História da literatura clássica.* — Edgar Prestage: *Portugal, Brazil and Great Britain.* — *Lendo Gil Vicente.* — *Estudos portugueses em Inglaterra.* — *Camões na Argentina.*

MARGINÁLIA. ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... 301

SOMMAIRE... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... 307

NOS SEUS PRÓXIMOS FASCÍCULOS, A *LVSITANIA* PUBLICARÁ, ENTRE OUTROS ESTUDOS ACÊRCA DE ASSUNTOS CONTEMPORANEOS:

*URIEL DA COSTA, novas notas* — por D. CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS.

*O SONHO DA ÍNDIA E A VIAGEM DE COLOMBO* — por JOAQUIM BENSAUDE.

*O SÉCULO XVII* — por ANTÓNIO SARDINHA.

*TEÓFILO BRAGA* — por AGOSTINHO DE CAMPOS.

*O KAMAL (aparelhos náuticos)* — por LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

*PINTURA PRIMITIVA PORTUGUESA, (Gregório Lopes, Cristóvão de Figueiredo, Gaspar Vaz, Vasco Fernandes, Cristóvão de Morais, etc.)* por JOSÉ DE FIGUEIREDO.

*A FINALIDADE POLÍTICA NA REFORMA DOS ESTUDOS* — por ANTÓNIO SÉRGIO.

*ESTUDOS SOBRE A ESCULTURA EM PORTUGAL* — por REYNALDO DOS SANTOS.

*COLOMBO E OS DESCOBRIMENTOS DURANTE A RENASCENÇA* — por JAIME CORTESÃO.

*NOTÍCIAS DE PORTUGAL de 1578 a 1580 por uma casa de comércio holandesa* — por J. LÚCIO DE AZEVEDO.

*ARTIGO* — de ALBERTO D'OLIVEIRA.

*ARTIGO* — de EDGAR PRESTAGE.

*ARTIGO* — de PHILÉAS LEBESGUE.

*PORTUGAL E BRASIL* — por BETTENCOURT RODRIGUES.

*NOTAS SOBRE A MODERNA ARQUITECTURA PORTUGUESA* — por RAUL LINO.

*AS ARMADURAS DE NUNO GONÇALVES* — pelo prof. BASHFORD DEAN.

*A ARTE PORTUGUESA NO BRASIL* — por RICARDO SEVERO.

*A ARTE ITALIANA EM PORTUGAL* — pelo prof. A. VENTURI.

*ANTÓNIO GALVÃO E O CANAL DO PANAMÁ* — por FREDERICO OOM.

*AMATO LUSITANO* — por RICARDO JORGE.

*O RETRATO DE DAMIÃO DE GOIS*, por ALBERTO DURER — *ilustração com artigo de Joaquim de Vasconcelos.*

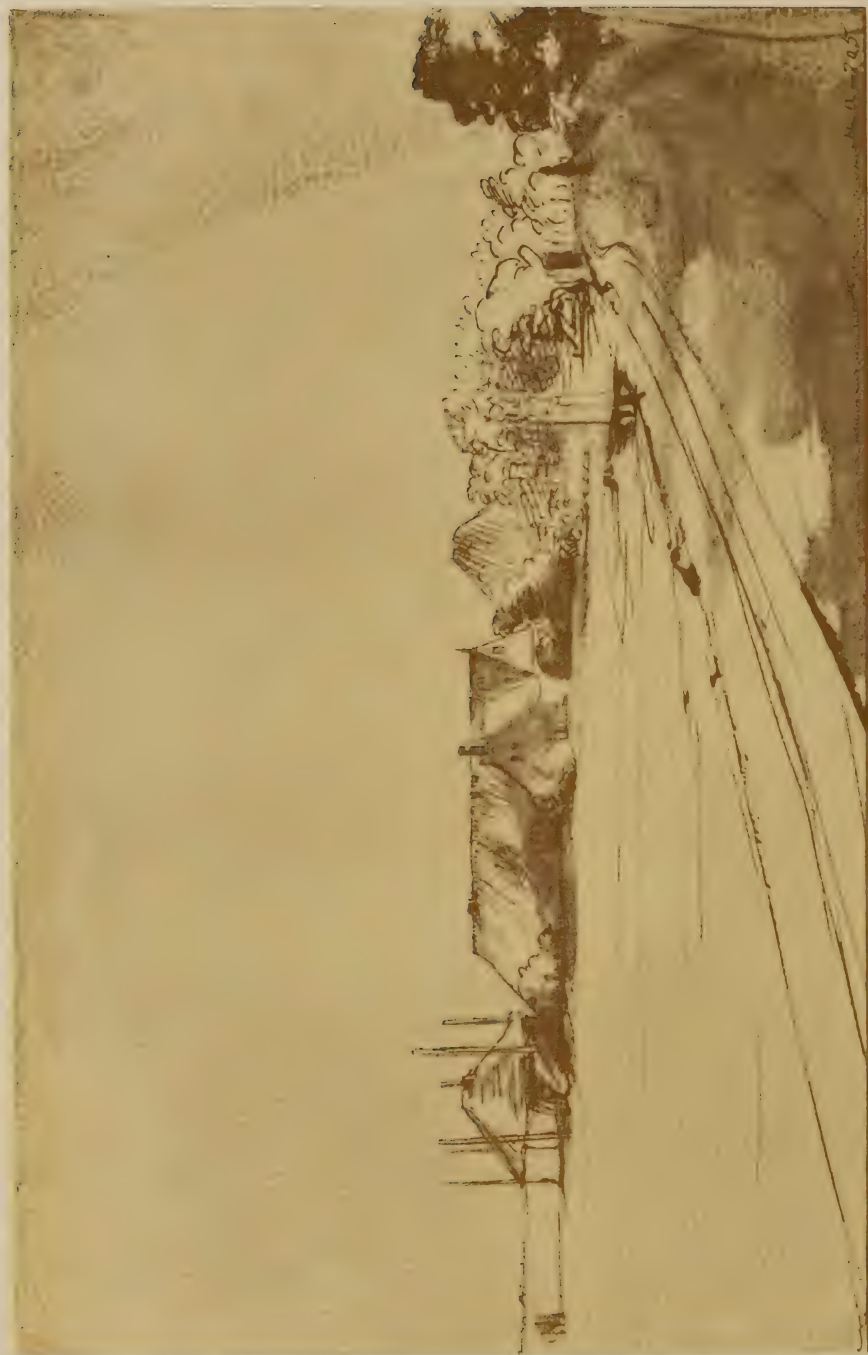
Igualmente publicaremos uma *entrevista com Wenceslau de Morais*, em português, original de Rokuro Abe, discípulo japonês do prof. Abranches Pinto, em Tokio.

Inseriremos colaboração de ilustres brasileiros, como Afrânio Peixoto, Elysio de Carvalho, Mário Barreto, Silva Ramos, Celso Vieira, Coelho Netto, Ronald de Carvalho, Tristão da Cunha, e outros;

e de eminentes espanhóis, que versarão assuntos por igual interessantes às duas Pátrias Peninsulares.

Daremos reproduções dos quadros dos *primitivos portugueses* e das nossas obras principais de *arquitectura* e *escultura;*

de desenhos *inéditos* doutros grandes mestres, como Ticiano, e de uma *pintura inédita* de Alberto Dürer.

*Tôda a colaboração é solicitada*

*PAISAGEM. DESENHO ORIGINAL E INÉDITO A PENA E SÉPIA.* por REMBRANDT

MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA

# *UM DESENHO INÉDITO DE REMBRANDT*

*Dos desenhos estrangeiros do Museu Nacional de Arte Antiga, todos por publicar, um dos poucos que tinha atribuïção exacta era êste de que damos agora aqui a reprodução. Figura, com mais dois, no respectivo catálogo de 1905, sob o número 313, representando, um dêles, «Abraham repudiando Agar», e, o outro, «S. Pedro», e todos como do grande mestre holandês. Infelizmente, só aquele é de Rembrandt. A rectificação destas atribuïções, ainda inédita, embora um ano anterior à minha entrada no Museu, é de Hofstede de Groot*[1], *penúltimo director do Museu Real da Haia (Mauritshius), e que, com Bode e Bredius, é uma das maiores autoridades sôbre a obra do famoso autor da «Ronda da noite».*

*O desenho, à pena e sépia, representa uma paisagem, vendo-se, à esquerda, um casal com um abrigo para o feno*[2], *e, à direita, para cá do arvoredo, uma ponte sôbre um ribeiro, e mede 0,131, de alto, por 0,208, de largo.*

*A sua data é difícil de precisar. Em geral, os desenhos do comêço da carreira do artista são, de facto, caracterizados, como êste, pela consciência e escrúpulo com que são feitos e pela sua precisão e elegância, diferentemente do que sucede com os do fim da sua vida, que são mais sintéticos, rudes e até brutais, mas talvez por isso mesmo, mais expressivos na sua audácia; Rembrandt*

*[1] Do dr. Hofstede de Groot é ùnicamente a rectificação das duas atribuïções inexactas. Tudo o mais é da exclusiva autoria do signatário dêste artigo.*

*[2] Êste abrigo, em forma de alpendre, aparece em duas aguas-fortes do artista, uma das quais: «La chaumiére et la grange à foin», é assinada e datada de 1641.*

*desenhou também contudo desta última maneira naquele período, dando-nos igualmente, nos seus últimos anos, desenhos feitos com o maior cuidado e correcção e com o mais completo e minciouso acabamento. Entretanto, consideramos esta página, cuja factura cuidadosa não exclui a síntese e não visa a nenhum efeito de pitoresco, de cêrca de 1640, tão próximo ela está de um desenho análogo da colecção do Duque de Devonshire, dêste período, e do lindíssimo desenho (à pena lavado de tinta de escrever), do Museu de Berlim: « Mulheres mujindo vacas em uma paisagem » e que, segundo o dr. Lippmann, deve ter sido feito entre 1635 e 1640. Na sua admirável e célebre composição: « Ruínas do edifício da Cámara Municipal de Amsterdam », datada de 1652, Rembrandt, ainda perto daquela fase, acusa já contudo uma maneira mais larga e ousada e o seu tracejado, feito de certo com* aparo *de cana de bambu, tem uma amplidão* e gordura *que o do desenho do nosso Museu, aliás muito belo, não acusa.*

*Além desta, há apenas, em Portugal, que eu saiba, uma outra obra do célebre pintor, uma água-forte: « O Filósofo ». Faz parte da importante colecção de gravuras instalada ainda provisóriamente na Escola de Belas Artes, e que passará para o Museu das Janelas Verdes, logo que ali haja salas que a comportem.*

*Por um documento extractado pelo Visconde de Juromenha, a cujo texto os nossos estudos vieram dar mais luz, sabe-se porém que, de 1725 a 1727, veio para Portugal, mandado por Pierre Jean Mariette a D. João V, com tôdas as gravuras, em todos os estados, daquele artista, « um painel de Rembrandt representando seu filho encostado a um balcão ». A qualidade e importância dessa obra, cujo paradeiro desconheço, garante-as o nome do ilustre crítico e historiador de arte francês que, na sua correspondência de então para o nosso monarca, diz ser ela « uma das suas mais bem acabadas e como tal julgada na Academia de Anvers ».*

J. de F.

# O ESCUDO NACIONAL PORTUGUÊS

## LENDA E HISTÓRIA

O ESCUDO nacional é o brasão que simboliza a Pátria. Não podemos fitá-lo com frieza e indiferença. Para nós, os portugueses, o escudo das quinas brilha esmaltado pelo fulgor das nossas glórias. Tôda a história de Portugal se encontra indissolùvelmente ligada a êste símbolo augusto e venerando.

Lendas poéticas foram surgindo no decorrer dos séculos, e envolveram carinhosamente a sua origem e o seu simbolismo místico. Veio depois a crítica histórica, fria e imparcial por natureza, e escalpelizou essas lendas; o sol da história, iluminando e esclarecendo o passado, mostra-nos qual a verdadeira origem do nosso brasão, qual a sua forma primitiva, e depois acompanha a sua evolução através dos tempos até ao presente. ¿E o que fica de tôda essa poesia prístina? A auréola de sobrenaturalidade e místico encanto, que o nimbava, esvai-se infelizmente; mas, posta a descoberto a verdade histórica, a nossa veneração, o nosso amor por êsse símbolo sacrossanto da Pátria, não são sacrificados, e mantêm-se ilesos.

Eis o assunto do presente estudo, objecto de duas lições, que fiz aos meus alunos num curso de história de Portugal, a 15 e 19 de Maio de 1919.

### I. *LENDA*

Ei-la na sua forma definitiva, tal como a encontramos nos fins do século XVI.

Achava-se o príncipe dos portugueses D. Afonso Henriques

com um pequeno exército, na tarde de 24 de Julho do ano do Senhor de 1139, no campo de Ourique, em face de infinita multidão de infiéis da África e da Espanha, comandados por Ismar e mais quatro reis mouros. A batalha travar-se-ia na manhã imediata: mas bem notavam os cristãos que humanamente era impossível resistir a tamanho poder.

Recolhido na sua tenda de campanha, o príncipe entregára-se à leitura da Bíblia, e acabara por adormecer sôbre o livro sagrado. Aparece-lhe em sonhos um velho, que lhe afiança a vitória sôbre os inimigos, e lhe diz que Jesus Cristo lhe aparecerá. Nesta altura é acordado por um seu camarista, para lhe anunciar a chegada de um ancião, que pretendia falar-lhe. Reconhece então na visita o mesmo velho que vira em sonho.

Era o ermitão de uma capela próxima, que da parte de Deus lhe fêz promessas de vitória e de protecção para êle e sua descendência, e lhe disse que na próxima noite, ao ouvir tocar o sino da sua ermida, saísse fora do arraial, pois o Senhor queria mostrar-lhe a sua misericórdia. O sino tocou, Afonso Henriques saíu, e então viu aproximar-se dêle, vindo da banda do Oriente, um enorme esplendor, cercando Jesus Cristo crucificado, o qual lhe prometeu grandes coisas, e acrescentou o seguinte: «*Eu sou o fundador e aniquilador dos Reinos e Impérios, e quero em ti e teus descendentes fundar para mim um Império, por meio do qual seja o meu nome prègado entre as nações mais afastadas. E, para que teus descendentes conheçam quem lhes dá o Reino, comporás o escudo de tuas armas do preço com que eu remi o género humano, e daquele por que fui comprado pelos judeus; e ser-me há Reino santificado, puro na fé, e amado pela piedade*».

Confortado com tal visão e promessas, D. Afonso, apenas amanheceu, deu sôbre os mouros, derrotando-os completamente. Ficou no campo, segundo o costume da cavalaria, durante três dias, e ali compôs então o seu escudo de armas, ordenando, sob pena de tremendas maldições, que fôsse usado por todos os seus descendentes: — sôbre o campo do escudo mandou pintar cinco escudetes em cruz, representando a cruz de Cristo e as suas cinco Chagas, e em cada um dêsses escudetes trinta dinheiros de prata, memorando o preço da traição de Judas.

É o que se lê em latim no diploma do juramento de D. Afonso Henriques, em que o monarca minuciosamente narra o sucedido;

diploma que ninguém jamais viu até ao fim do século XVI, e que Fr. Bernardo de Brito disse ter achado no cartório do mosteiro de Alcobaça no ano de 1596.

O campo do escudo, acrescentava a lenda, era branco, e os escudetes sôbre êle mandados pintar pelo rei eram azuis. As trinta moedas de prata de cada escudete reduziram-se mais tarde a cinco, dispostas em aspa: somando as moedas de todos os escudetes, mas contando duas vezes as do escudete do meio, acha-se ao todo o número dos trinta dinheiros. E assim ficou estabelecido para sempre, o escudo de armas de Portugal.

Esta lenda assumiu importância muito grande, por nela se encontrar a explicação, glorificação e santificação do escudo das quinas, símbolo da Pátria, o qual figurou sempre no pavilhão nacional, na bandeira portuguesa, que assim decorada e autorizada por êste *sêlo divino*, tremulou em tôdas as partes do antigo e do novo mundo, esclarecida pelo esplendor de muitas vitórias, coroada pelos louros de incomparáveis feitos heróicos, honrada pela glória de grandes descobertas e conquistas; mas... é lenda, pura e simples lenda.

¿ Será ao menos antiga?

Nenhuma referência a ela se nos depara, clara e certa, anterior ao meado do século XV; nem a esta lenda, nem sequer à da simples aparição de Cristo, que dela é fundamento. O esfôrço do sr. D. Tomás de Vilhena[1], para encontrar alusões ao milagre da aparição desde o próprio século XII, revela sim grande erudição, sagacidade e boa vontade, acompanhadas de brilho literário; mas não consegue demonstrar o que se propõe. Não é agora ocasião de nos ocuparmos dessa lenda: temos de nos circunscrever à da origem, composição e simbolismo do escudo português, que supõe a preexistência daquela.

Esta, na sua forma definitiva, completa e perfeita, como acabamos de a mencionar, data apenas do século XVI; encontrámo-la porém já esboçada em fontes históricas desde o meado do século XV em diante, como passamos a ver.

A primeira forma que a lenda do escudo português reveste, não

[1] *O Instituto*, vol. LXV, págs. 301 e segs.

consigna ainda nenhuma alusão directa às cinco Chagas; refere-se apenas, de um modo genérico, à paixão de Cristo, simbolizada no escudo, já pela cruz formada com os cinco escudetes, já pelos trinta dinheiros da traição de Judas, representados nos besantes ou moedas de prata.

Nada mais adiantam as fontes da segunda metade do século de *quatrocentos*.

Vejamo-las:

— *a)*. A mais antiga de tôdas é a segunda das *Chronicas breves e Memorias avulsas de S. Cruz de Coimbra*[1]. Data do início da referida segunda metade do século. Nela se lê: — «*E assy pellegou e uenceeo cinquo rex mouros no campo douryque omde lhe apareceeo noso Senhor ihesu christo posto em a cruz. Por cuiya e semelhança do diuinal misteryo pos em seu escudo as armas que ora trazem os Reys de portugal*».

Referência evidente à cruz formada pelos escudetes, e, talvez, aos besantes; nada visa em especial as Chagas.

— *b)*. Vem a seguir, na ordem cronológica, o cronista *Gomes Eanes de Zurara*, que, na terceira parte da *Chronica de D. João I*, atribui aos confessores do dito rei estas palavras: — «*Vede, Senhor, os sinaes que trazeis em vossas bandeiras, & perguntai & sabei, como & per que guiza foram ganhados, os quaes certamente de todalas partes mostram a Paixão de nosso Senhor Jesu Christo, por cuja reuerencia, & amor o bemauenturado Rey* (D. Afonso) *offereceo seu corpo em o Cãpo de Ourique, vencendo aquelles sinco Reys, como vossa merce sabe*»[2].

¿ Onde se descobre aqui referência directa às cinco Chagas?

— *c)* No ano de 1485 enviou D. João II uma embaixada ao papa Inocêncio VIII, em que ia como orador Vasco Fernández de

[1] In *Portugaliae Monumenta Historica*, vol. I *Scriptores*, pág. 25.

[2] Cap. X, pág. 29.

Lucena. Em consistório público foi pelo pontífice recebida com tôda a solenidade a embaixada, e então Lucena pronunciou um famoso discurso, em que, depois de descrever a batalha de Ourique, disse: — «*Ex qua singulari et inclita victoria, Lusitanorum Regum signa et arma scutis quinque, quinorum denariorum numero sparsis, distinxit, cum ad eam tempestatem unum tantum, et id totum nummis passim resparsum, fuisse satis constet. Quinque igitur scuta in Sanctissimae Crucis figuram locata, et quini denarii similiter ad modum Crucis aspersi; quid aliud nobis indicant, nisi triginta argenteos, pretium Sanguinis Christi Jesu, quibus ab immanissimo Juda Judaeis traditus fuit?*» [1]

É ainda a mesma forma da lenda, sem nada mais especializar.

Entrado o século xvi, os historiadores continuam a dizer que os cinco escudetes azuis representam os cinco reis vencidos. Esta anterior forma da lenda conserva-se e é repetida pelo século adiante.

Citemos alguns testemunhos:

— *d*). Logo no princípio da era de *quinhentos*, Duarte Galvão na sua *Chronica de D. Afonso Henriques* escreveu: — « *E estando assy no campo em lembrança da grande merçee que lhe deus em aquelle dia fezera, acreçentou em suas armas sinaaes que mostrassem o que lhe alli acomtecera. Primeyramente porque lhe nosso senhor aparecera no çeeo em cruz, pos sobre o campo bramco que de antes no escudo trazia por armas huuma cruz toda azull partida em çinquo escudos pellos çimquo Reis que vemcera. E meteo trimta dinheiros de prata em cada huum dos escudos em rrenembramça da morte e paixã de nosso senhor vemdido por trijmta dinheiros. E os Reis de portugall que depois veheram ueemdo como sse nom podiam meter tantos dinheiros em pequenos escudos*

[1] *Valasci Ferdinandi utrius juris consulti, Illustrissimi Regis Portugalliae Oratoris, ad Innocentium octavum, Pontificem Maximum, de Obedientia Oratio* — in *Jornal de Coimbra*, n.º XVI (Abril de 1813), pág. 314.

*darmas, Poseram em cada um dos çimquo escudos, çimquo dinheiros em aspa, E assi comtamdo per ssy cada huuma carreira da cruz de lomgo e atrauees, metemdo sempre no conto dambollas vezes o escudo da meetade fazem trimta dinheiros. E desta maneira se trazem aguora»* [1].

— *e)*. ANDRÉ DE RÈSENDE, escrevendo em 1573 o capítulo *De Orichensi agro*, no livro IV *De Antiquitatibus Lusitaniae*, consigna a mesma versão nas palavras seguintes : — *Alfonsus igitur nocus rex, consueto viutoribus more in castris triduo permansit, & concessa militibus praeda, Ipse qui eatenus niueo scuto vtebatur, insignia commentus est, quae rem ibi gestam designarent. Ac primum, quia Christum in aere cruci subfixum conspexerat, in argenteo scuto caeruleam crucem formavit. Deinde quod quinque reges vicisset, scuta quinque per ipsam crucem distinxit. In unoquoque triginta numos argenteos figurauit, quod totidem mundi seruator venditus exstitisset. Mutata a posteris regibus numorum figuratio est, commodiori ratione, & in singulis quibusque scutis, singuli quinque numi positi, decussatim, ad figuram literae X, bis numerato quod in medio est, & quum a summo deorsum, & quum a latere ad latus sit supputatio, ut numerus triginta expleatur. Haec tum ibi sumpta insignia»*.

Etc. etc. etc.

E não são apenas os historiadores ; também os poetas se reportam a esta mais antiga forma da lenda, em que não há referência directa às cinco Chagas.

— *f)*. Na *Fábula do Mondego*, dirigida a D. João III, FRANCISCO DE SÁ DE MIRANDA, ao descrever as riquezas e notabilidades de Coimbra, sua terra natal, faz referência a D. Afonso Henriques,

[1] De um códice membranáceo apógrafo, existente na Biblioteca da Universidade de Coimbra, fols. 16 v.º, 17.

nela sepultado, e ao escudo nacional. Depois de falar da aparição de Jesus no campo de Ourique, acrescenta:

> «..........................
> *Causa que em vuestro escudo*
> *Real se ven pinturas tan divinas*
> *De tales, tan católicos reis dinas* »[1]

— *g)*. Ainda adoptou a mesma forma da lenda, e assim a consignou nos *Lusíadas*, o nosso grande épico Luís de Camões, que, ao fechar a descrição da batalha, escreveu:

> « *Ia fica vencedor o Lusitano*
> *Recolhendo os trofeos & presa rica,*
> *Desbaratado & roto o Mauro Hispano,*
> *Tres dias o gram Rei no campo fica:*
> *Aqui pinta no branco escudo vfano,*
> *Que agora esta victoria certifica:*
> *Cinco escudos azues esclarecidos,*
> *Em sinal destes cinco Reis vencidos.*

> « *E nestes cinco escudos pinta os trinta*
> *Dinheiros, porque Deos fora vendido,*
> *Escreuendo a memoria em varia tinta,*
> *Daquelle de quem foy fauorecido,*
> *Em cada hum dos cinco, cinco pinta,*
> *Porque assi fica o numero comprido:*
> *Contando duas vezes o do meio,*
> *Dos cinco azues que em Cruz pintando veio*[2].»

E certo porém que, desde algum tempo já, se ia ampliando o simbolismo do escudo português, vendo-se nêle também representadas, além da cruz e dos dinheiros, as cinco Chagas de Cristo.

[1] *Poesias de Sá de Miranda*, edição de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, pág. 268.
[2] Canto III, ests. 53-54.

Se Camões, no último quartel do século xvi, preferiu a fase anterior da lenda, foi por se ter encostado a Duarte Galvão, fonte que êle adoptou em tudo o que se refere aos primórdios da monarquia. Entretanto o próprio Camões, noutro lugar dos *Lusíadas* [1], mostra não desconhecer esta nova interpretação, ao dirigir, logo no princípio do poema, uma invocação ao jovem monarca português. Depois de ter aludido à singular protecção dispensada por Jesus Cristo ao reino de Portugal, acrescenta:

> « *Vedeo no vosso escudo, que presente*
> *Vos amostra a victoria ja passada:*
> *Na qual vos deu por armas, & deixou*
> *As que elle pera si na Cruz tomou* ».

É uma alusão clara à nova decifração do escudo português; a lenda tinha atingido a sua mais recente fase.

¿ Desde quando principiara a ver-se no brasão das quinas o simbolismo das Chagas de Cristo? Conjecturo que foi logo desde o alvorecer do século xvi, embora os documentos escritos dessa época sejam mudos a tal respeito.

Tenho encontrado escudos esculpidos ou pintados nos princípios do século de *quinhentos*, onde aparecem as cinco Chagas bem expressas, naturais, gotejando sangue, dispostas em aspa ou santor, exactamente como os besantes nos escudetes do brasão nacional. Não é difícil descobrir na intenção do artista, que os esculpiu ou pintou, o propósito de dar nêles uma forma menos simbólica, mais realista e evidente, do escudo português, no qual já então principiava a ver-se o simbolismo das Chagas, por onde foi derramado o Sangue redentor. No escudo nacional estava o símbolo; nestes a expressão clara, natural, intuitiva do que aquele significava, a decifração do que ali se via *per speculum in aenigmate*.

Alguns exemplos:

No magnificente retábulo do altar-mor da Sé-Velha de Coimbra, que foi concluído em 1508, na parte superior, a rematar o baldaquino de talha que abriga o Crucifixo, vê-se uma bela imagem

[1] Canto I, est. 7.

do *Anjo Custódio do reino de Portugal*, sustentando no braço esquerdo um escudo heráldico, que devia ser o da nação portuguesa, tutelada pelo Anjo. Pois nesse escudo não aparecem os escudetes com os besantes, mas, dispostas em aspa como os besantes costumam aparecer em cada escudete, as cinco Chagas, donde brota o Sangue divino em gotas, que escorrem pelo campo do escudo. É a ampliação de um dos escudetes, isolado do brasão português, com as Chagas a substituir os besantes.

A cruz, que remata a porta manuelina da capela da Universidade de Coimbra, que é também dos princípios do século XVI, tem ao fundo, sobreposto ao meio da vêrga, o escudo nacional completo, rematado pela coroa real aberta; e mais acima, no lugar de intersecção dos braços com a haste, abre-se um lozango, no qual se encontra obrigado, qual relíquia preciosa no seu relicário, um escudo menor com as Chagas sangrentas. Parece que foi ali, no próprio coração da cruz, abrigar-se o que de mais santo, de mais piedoso e místico, de mais divino, havia no escudo nacional, não já encoberto pelo véu do simbolismo, mas na sua clara realidade.

Vê-se pois, em face dêstes e outros documentos semelhantes, segundo me parece, que a lenda das cinco Chagas, simbolizadas no escudo português, é anterior aos dopoïmentos que encontramos escritos, pois remonta ao princípio do século XVI; o que é naturalíssimo.

Note-se porém que então se viam as Chagas de Christo representadas, não pelos cinco escudetes azuis como sucedeu mais tarde, mas pelos cinco besantes, que em disposição quinconcial carregam cada escudete. Nos referidos escudos as Chagas encontram-se sempre dispostas em aspa como os besantes, nunca em cruz como os escudetes.

Passemos agora a indagar quando é que esta nova modalidade da lenda fêz o seu ingresso na literatura.

*h)*. O primeiro escritor que consignou o simbolismo das cinco Chagas no escudo nacional (de outro anterior me não lembro), foi o grande humanista DAMIÃO DE GÓIS, que na sua obra latina — *Urbis Ulyssiponis descriptio* refere a vitória de Ourique e a aparição de Cristo a Afonso Henriques, e acrescenta: — « *Ob quod miraculum Scuti basi, quod albi dumtaxat coloris tum temporis*

*Alfonsus ipse gestabat, quinque caeruleos Clypeos, pro devictis quinque Regibus, Clypeisque cunctis, in Christi Plagarum memoriam, quinque alia puncta quincunciali ordine Rex ipse subjunxit. Quibus Signis ab eo usque tempore Lusitaniae Reges summa cum reverentia utuntur, eaque continuo ob mysteriorum gloriam omni debito honore deosculantur, amplectunturque. In quibus illud etiam mysterii scitu dignum est, quod si quinque praefatis Clypeis numerum omnium adjungas, rationem triginta denariorum reperies. Quo quidem pretio Orbis Redemptor Christus a Juda Judaeis venundatus fuit. Igitur assequuti sunt Lisitaniae Reges ex tam insigni victoria ea Signorum tam gloriosa mysteria* ».

Damião de Góis esforça-se por harmonizar a lenda, na forma em que a encontra nos escritores que o procederam, com a ampliação mais recente do simbolismo das Chagas, que andava apenas na tradição oral, e que êle aproveita sem reservas. Os cinco escudetes representam os cinco reis vencidos; os cinco besantes de cada escudete significam as cinco Chagas do Redentor: êste o simbolismo fundamental do escudo. Mas, se somarmos todos os besantes, e à soma adicionarmos o número dos escudetes, temos o total de trinta, que à memória nos traz os trinta dinheiros por que Cristo foi vendido. Todos pois têm razão em suas interpretações, antigos e modernos. E o escudo nacional português é um honrosíssmo e eloqüente brasão, simultaneamente patriótico e religioso.

Mas em breve a lenda toma nova feição, embora menos feliz, transportando para os cinco escudetes azuis a significação das cinco Chagas, que anteriormente se atribuía aos besantes de cada escudete.

— *i*). São palavras de D. Jerónimo Osório, bispo de Silves: — « *Regum Portugalensium insignia... quinque Scutis in Crucis formam dispositis, continentur... Iis enim quinque Scutis Christi Opt. Max. vulnera designantur, quae in Cruce pro generis humani salute pertulit* » [1].

*De rebus Emmanuelis,* l. VIII, mihi t. III, pág. 81.

Não explica a razão porque os escudetes são azuis, devendo ser vermelhos, ou *de sanguinho*, como se diz em linguagem heráldica, se o simbolismo fôsse êste.

*j)*. O grande canonista, professor da Universidade de Coimbra em tempo de D. João III, MARTIM DE AZPILCUETA NAVARRO, falando dos reinos de Portugal, Espanha, França e Alemanha, diz que todos êles são reconhecidos pela Igreja, e acrescenta: — «*Immo, & eorum aliquod per Deum Optimum Maximum supernaturaliter, ut hoc florentissimum Lusitaniae per quinque Christi Stigmata Divo Alfonso hujus nominis, & omnium Regum Lusitanorum Primo divinitus (quae Divina Clementia fuit) ostensa, & in Insignia Regia insigni pietate in aeternum suscepta* »[1].

— *k)*. DUARTE NUNES DO LEÃO, na *Chronica de D. Affonso Henriques*, descreve a aparição e a batalha do campo de Ourique, e acrescenta: — « *El Rei Dom Affonso ficou no campo tres dias. E nelles, em lembrança dos cinquo Reis que vencera, & do que alli lhe acontecera, a Cruz azul em campo branco, que erão as armas de Portugal, que seu pai o Conde Dom Henrique trazia, partio em cinquo escudos, que ficassem em cruz, & semeados de dinheiros de prata, em lembrança daquelles dinheiros, porque nosso Redemptor foi vendido. Mas mais verosimil he, que o numero dos cinquo escudos, mais fosse por lembrança das cinquo chagas de nosso Senhor, que por o numero dos Reis vencidos, já que el Rei teue lembrança de sua paixão, & dos dinheiros per que foi vendido. E porque no aparecimento que nosso Senhor lhe fez de si na Cruz, as vio por seus olhos, abertas & sanguoentas. E assi foi sempre a tradição dos antigos, que ao chronista não lembrou. Estas são agora as insignias & quinas dos Reis de Portugal* »[2].

[1] *Relectio*, cap. *Novit. de Judiciis*, notab. III, num. 149, apud JOSEPHUM PINTO PEREIRA, *Apparatus historicus*, etc., pág. 13.

[2] *Primeira parte das Chronicas dos Reis de Portugal*, na ed. de 1774 t. I, pág. 96.

Duarte Nunes refere a lenda, tal como a encontrou em Galvão, cuja Crónica resume; e em seguida regista a variante, que no seu tempo estava divulgada, preferindo esta, à qual atribui gratuitamente maior antiguidade.

E aqui ponho ponto. Se quisesse registar todos os testemunhos dos séculos XVI e XVII, teria de ir muito longe.

Achava-se triunfante, nos fins do século XVI, a lenda nesta última fase, em que via as cinco Chagas de Cristo representadas nos cinco escudetes azuis do brasão nacional português.

Foi então aproveitada com grande satisfação pelo falsário, que forjou o diploma do suposto juramento de D. Afonso Henriques, que em 1596 o Doutor Fr. Bernardo de Brito apresentou, dizendo tê-lo descoberto no cartório do mosteiro de Alcobaça, e que em seguida publicou na sua *Cronica de Cister*[1].

¡Ninguém tinha visto êsse famoso pergaminho antes daquela data! Nêle se encontra exarado o texto do suposto juramento de D. Afonso Henriques, escrito *em letra antiga, e ja gastada, com sello de el Rei D. Affonso, e outros quatro de cera vermelha pendentes de fios de seda da mesma cor, confirmado por pessoas de autoridade*. Estava pois revestido de todos os requisitos de autenticidade no tempo usados.

Tão célebre e importante documento ainda hoje existe, arquivado na Tôrre do Tombo. ¡Não passa de uma falsificação grosseira! Qualquer pessoa, embora mediocremente versada em diplomática, o rejeita como apócrifo. Lá tem o sêlo pendente suposto de D. Afonso Henriques; mas o primeiro rei que em Portugal usou sêlo foi Sancho I. Seu pai jamais o empregou, quer pendente, quer de outra espécie; os seus diplomas eram autenticados, quando muito, com o seu *sinal rodado*. ¡O sêlo real, com que se pretendeu dar aparência de autenticidade ao diploma do juramento, tem o escudo das quinas bordado de castelos, que foram acrescentados ao brasão

[1] Fol. 125 e segs.

português, como adiante veremos, no reinado de D. Afonso III apenas!!![1]

Entretanto a lenda, cuja evolução temos acompanhado, ficou assim, aos olhos do grande público, documentada e definitivamente fixada nesta sua última forma. Os portugueses passaram a ver sempre, nas quinas do seu escudo nacional, o símbolo das cinco Chagas que redimiram o mundo; e tôdas as vezes que contemplavam a sagrada bandeira da Pátria a adejar, quer sôbre os mastros dos navios da sua armada, quer à frente do seu exército, sentiam-se protegidos, amparados, animados pelo lábaro sacrossanto da Redenção.

Várias vezes se tentou fazer canonizar D. Afonso Henriques. Eram especialmente os dois reais mosteiros por êle fundados, o de Alcobaça e o de Santa Cruz de Coimbra, que mais empenho mostravam nesta canonização.

E para fornecer elementos ao respectivo processo, não se esqueciam de em primeiro lugar exibir o diploma do juramento de D. Afonso Henriques, para documentar, como facto histórico incontroverso, a lenda da aparição com a sua conjunta do escudo das quinas.

Em tempo do papa Bento XIII, sendo rei de Portugal D. João V, fizeram-se grandes esforços em ordem a obter a canonização, e foi publicado em Roma pelo *Dr. José Pinto Pereira*, em 1728, um livro intitulado = *Apparatus historicus, decem continens argumenta, sive non obscura Sanctitatis indicia, religiosissimi Principis Domni Alfonsi Henrici, primi Portugaliae Regis* — para preparar meio favorável em Roma, a fim de se activar e impulsionar até ao fim o

[1] Todos os nossos diplomatistas do século XVIII e do XIX apontam, sem hesitação, como falso êsse diploma: Fr Joaquim de Santa Rosa de Viterbo no seu *Elucidario*, verb. *Cruz* faz-lhe uma execução em forma, e remata por dizer que neste documento se encontram notas insanáveis de falsidade, que se evidenciam *pela extravagancia da Era, do Pergaminho, da Letra, da tinta, e do sello, e pela confissão mesmo dos interessados* (Tômo I, pág. 329). Vid. também Fr. Joaquim de Santo Agostinho in *Memorias de Literatura Portugueza* publicadas pela Acad. R. das Sc. de Lisboa, t. V, págs. 338-343 nota; Dr. João Pedro Ribeiro, *Dissertações chronologicas*, t. III, parte I, pág. 63, n.º 187, etc.

processo de canonização. Logo à frente do *Apparatus* vem, como *primum argumentums sive indicium Sanctitatis*, êste: *Apparuisse illi Christum Dominum, Victoriam de infidelibus promittentem; et in eo, tamquam in firmissima petra, imperium sibi fundantem* — no qual a origem do escudo das Chagas é exposta com larguíssima erudição.

Sendo patriarca de Lisboa D. Tomás de Almeida, êste ilustre purpurado pediu ao papa Bento XIV que concedesse a Portugal uma festa em honra das cinco Chagas, com Ofício e Missa próprios: os mesmos que em data de 4 de Julho de 1733 a Santa-Sé concedera a um convento de freiras de Florença. Mais pediu que à sexta lição de Matinas, extraída do sermão de S. Bernardo *De passione Domini*, e que termina por uma referência às cinco Chagas, se acrescentasse o seguinte: — « *Quas Lusitanum Imperium in Regale Insigne mirabiliter assumpsit. Fertur enim, quod Dominus noster Jesus Cruci affixus Alfonso primo, cum quinque Arabum regibus praelium inituro, in agro Ouriquiense apparens, eique insperatam victoriam promittens, jusserit, ut ex pretio, quo humanum genus redemerat, Regale Insigne componeret: indeque sanctissimis Christi Vulneribus in toto Lusitano Imperio peculiaris devotio haberi coepit* »

Nos ofícios litúrgicos as lições do segundo nocturno, isto é, as lições 4.ª, 5.ª e 6.ª, costumam ser históricas; mas, quando a natureza do Ofício não comporta lições históricas, ou quando estas não existem adequadas à festa, são substituidas por um excerto de sermão ou tratado de qualquer padre da Igreja, que se harmonize com o objecto da solenidade. Também não é estranho ao estilo litúrgico adicionarem-se ao final dêsse excerto, na 6.ª lição, algumas linhas que precisem e expliquem o sentido da festa. Por isso o pedido do patriarca de Lisboa era conforme com as praxes estabelecidas, e foi deferido. E lá ficou portanto o Ofício das cinco Chagas, com o referido acrescentamento, inserido no caderno dos Ofícios próprios de Portugal, para ser anualmente recitado por todo o clero português: mas o *Fertur*, que inicia a narrativa da aparição, salva a responsabilidade de quem a redigiu.

Assim foi consagrada a lenda religioso-patriótica da origem divina do escudo nacional português, em uma solenidade festiva, inserta *in perpetuum* no calendário do reino.

Hoje ainda continua a celebrar-se a festa nacional das Chagas, com o mesmo Ofício e Missa; mas a referida adição pseudo-histórica foi reduzida a uma simples alusão ao simbolismo vulgarmente atribuido ao escudo português, bem como à devoção consagrada em todo Portugal às Chagas de Cristo.

E a respeito da lenda, da sua génese e evolução, suponho ter já dito bastante [1].

ANTÓNIO DE VASCONCELOS.

[1] O capítulo da *História* será ilustrado com dez gravuras do Escudo.

# A RENASCENÇA MEDICA EM PORTUGAL

## PIERRE BRISSOT E AMATO LUSITANO

É SABIDO que a renascença médica se assinalou pela produção de dois movimentos de sentido contrário — um, de regressão às fontes genuinas do saber médico da antiguidade clássica, às obras de Hipócrates e dos seus epígonos helenos — outro, de progressão autónoma nos conhecimentos adquiríveis directamente pela observação e pela experiência, progressão manifestada pela renovação da patologia, da anatomia e da matéria médica. Aquele, de restituïção dos textos magistrais dos gregos, é de fundo humanista; êste, de lição a colhêr da investigação independente, é de fundo scientífico. Ambos na sua divergência aparente visaram o mesmo alvo — a derruïção das doutrinas e praxes cristalizadas em dogmas infalíveis nas escolas pelo autoritarismo e pela rotina, e representadas pelos textos deturpados dos mestres árabes. O Avicena, versador infiel de Galeno, era o alcorão da medicina, moído e remoído num ensino e numa prática de pura pragmática.

A ressurreição do helenismo autêntico havia de contrabater fatalmente o arabismo derrancado; a reacção hipocrática triunfou, mas vão e efémero triunfo. Os textos, ao chocarem-se, esfarraparam-se; o descrédito do mestre de Buckara acabou por atingir o mestre de Pergamo e a própria cabeça augusta do patriarca de Cós, do qual só havia a aproveitar o seu naturismo, a observação singela da natureza, a única mestra a seguir. O saber transmitido pelos alfarrábios mais reverenciados estava sujeito a

Comunicação ao 3.º Congresso Internacional da História de Medicina em Londres — Julho de 1822.

cação, eivado de erros e crivado de lacunas. Urgia fazer obra nova, desde a anatomia até à terapêutica — tinha de suceder à restauração clássica a instauração moderna. E o século 16 deu o grande passo inaugural de avanço nessa senda fecunda e emancipadora do livre exame e da livre pesquisa.

Facto estranho, mas real, que nesse grande debate donde iam depender os destinos da medicina, tivesse Portugal um papel histórico assinalado. É de-veras neste país que se trava uma questão magna que apaixonou um século inteiro de infindáveis controvérsias. Referimo-nos à discussão intitulada — *De venae sectione in pleuritide*, isto é, do modo e sede da sangria na pleuresia, têrmo pelo qual a nosografia do tempo abrangia a pleurisia e a pneumonia. Os velhos arabistas ensinavam que se deve sangrar do lado oposto ao afectado; os novos hipocratistas recalcitram que deve ser do mesmo lado. Pois durante um século inteiro gastaram-se cerebrações e tinteiros nesta elocubração contenciosa. A contenda foi universal, e nela entraram franceses, espanhóis, italianos, flamengos, portugueses, germanos, *tutti quanti*. A bibliografia apurada por Moreau e por Sprenger é muito extensa, e fàcilmente a poderiamos alongar com alguns nomes esquecidos por êstes historiadores.

Quem se não há de rir hoje desta cómica testilha?! Saber se o sangrador há de pegar no braço esquerdo ou no direito, conforme a lesão é direita ou esquerda, parece mais uma ridicularia protocolar do que uma questão grave de prática. E era-o, sem dúvida, pois que decidia do tratamento duma das mais comuns doenças, a pneumonia. ¿ Pois não chegaram ainda até nós refertas azêdas sôbre o valor curativo e as indicações da sangria, dos antimoniais e do vesicatório da mesma pneumonia? A obcecação terapêutica é de todos os tempos, e apenas começamos a estar curados, se é que estamos, dêsse percalço da profissão, contra a qual a leitura histórica é um bom ensinamento.

Na faculdade de Paris apareceu um médico fogoso e inteligente que se fêz o campeão ardente da praxe hipocrática, Pedro Brissot. Parece ter concitado de tal maneira a animadversão dos colegas, que resolveu expatriar-se, dirigindo-se a Portugal, donde tencionava partir nas naus dos nossos navegadores para a Índia, cuja rota marítima havia sido há pouco descoberta, no louvável intuito de se consagrar ao estudo dos símplices indianos.

Aí por 1518 demorava em Évora, cidade do sul do país, freqüentada como côrte, e centro de relativa cultura. Grassando ali uma epidemia dita de pleurizes, Brissot aplicou e preconizou o seu sistema, que poderia chamar-se de *flebotomia homolateral*. Saíu-lhe à mão, ou antes ao braço, o doutor Dionísio, médico judeu, assistente do cardeal D. Afonso e da rainha D. Catarina. Arabista acérrimo, atirou um libelo furioso contra o rebelde colega, libelo que se perdeu, talvez por não ter sido impresso. Brissot desforçou-se com uma réplica notável — *Apologética disceptatio*, a que um português seu amigo, António Luceus[1], deu honras de publicidade em Paris em 1525, já pòstumamente, porque o revolucionário médico se finara duma disenteria em Évora três anos antes, em pleno vigor de idade e de talento.

Êste folheto de polémica foi a faísca que acendeu uma deflagração na medicina europeia; dividiu-se a classe médica em *brissotistas* e *anti-brissotistas*. Os historiadores que se têm ocupado desta batalha, embrenham-se em incidentes, recebidos e repetidos sem maior critério, uns inverosímeis, outros errados e falsos[2].

Afirmam, por exemplo, para mostrar até onde chegou a violência da briga, que os arabistas apelaram para a universidade de Salamanca, a qual se teria pronunciado em seu favor, muito embora, instada também em reconvenção pelos brissotistas, declarasse que a praxe genuina dos gregos era a que êles professavam. Da esfera profissional a demanda teria mesmo subido ao fôro legal. As reclamações dos partidários da *flebotomia hetero-lateral* tornaram-se tão agudas que o govêrno espanhol se moveu, e Carlos V emitiu, dizem uns, ou esteve para emitir, dizem outros, um decreto condenando como herética a sangria preconizada pelos brissotistas. Para nos convencermos de quanto são fantasiosas estas lendas, não há mais que folhear os autores conterrâneos, e não são poucos os que escreveram sôbre esta controvérsia, em que aliás não faltaram na península partidários de Brissot. Ora nenhum dêles alude nem ao julgamento da

[1] Ignora-se a sua identificação. Pelo alatinado chamar-se-ia talvez António da Luz.

[2] Vidè R. J. — *Comentários à vida, obra e época de Amato Lusitano.*

faculdade de Salamanca nem à jurisdição oficial do imperador hispano-germano. Tal facto tão significativamente estranho não podia ter passado despercebido nos escritos especiais de médicos da câmara de Carlos V, como Cristóvão da Veiga e Llobera de Avila.

O que os historiadores se esquecem de mencionar pelo ignorarem, é a intervenção da cúria pontifical, própria dos tempos em que nenhuma questão espiritual ou temporal era estranha a Roma. Foi o caso que o papa Clemente XIV celebrou e presidiu a uma assemblea em Bolonha para dirimir o pleito do sítio da sangria na pleurite — assemblea em que tomou parte o arquiatra Llobera de Avila, que nos dá conta dêsse singular conclave médico-eclesiástico; e tanto basta para nos mostrar até onde esta dissidência médica tinha agitado a opinião pública.

¿ A longa e aporfiada discussão não teria dado de si senão um empurrão mais para a queda do arabismo ? Não, trouxe consigo, como acontece tantas vezes a questões fúteis, um descobrimento de grande alcance, em que figura um médico judeu português do maior renome na medicina universal, Amato Lusitano.

Proferira Vesálio o seu voto na matéria, inspirado naturalmente nos seus estudos anatómicos; como os vasos pleurais estejam em relação com a azigos que se abre na cava a pequena distância da veia axilar direita, a sangria, em vez de fazer-se ora dum lado ora do outro, deve praticar-se sempre à direita, por ser a via mais directa de evacuação para os humores pleurais. Amato quis contra-provar esta asserção, a quando da sua estada em Ferrara, onde professava anatomia na Universidade, como assistente e colaborador de Baptista Cannani.

Dissecando cuidadosamente a azigos na sua embocadura na cava, encontrou-lhe no orifício terminal umas válvulas *(ostiola)* que se abrem para deixar passar o sangue e se fecham para impedir o seu retrocesso. O dado era absolutamente novo e de capital importância anátomo-fisiológica. Equivoca-se todavia na interpretação do achado, enganado pelas ideas do tempo, que faziam circular o sangue às avessas nas veias, e pelas experiências que intentou, insuflando ar na azigos.

Fôsse como fôsse, ¿ havia ou não uma válvula na azigos ? Os

anatómicos do tempo, a começar por Vesálio e Falopia, negaram-no, contraditando a pés juntos a observação do Amato. Dão-no em êrro por imperícia ou ignorância, de que homens como Eustáquio chegam a mofar com ruim espírito. Ora a válvula da azigos existe, bem que inconstante, e às vezes incompleta; abona-o o testemunho dos anatómicos modernos, desmentindo os que tão levianamente ridicularizaram o descobrimento do mestre de Ferrara. Trinta anos depois viam-se as veias povoadas de válvulas, graças aos trabalhos de Fabrício de Acquapendente. Tôdas as honras lhe foram conferidas, mas inegável que quem primeiro viu e descreveu uma válvula venosa, foi Amato, e, o que mais é, quem primeiro compreendeu a sua função hidro-mecânica — opor-se ao retrocesso do sangue.

O médico português ocupa de direito, hoje reconhecido, um lugar de honra dos mais elevados na história do descobrimento da circulação do sangue; ergue a cabeça entre os precursores de Harvey, o criador da fisiologia moderna, o orago profissional sob cuja imagem se consagrou reverentemente o nosso congresso. É pela trindade Vésalio, Amato e Harvey que Laboulbène simboliza a pléiade dos grandes anatómicos, atraídos pela Itália, a Atenas da renascença. Ninguém talvez melhor figure pela sua múltipla actividade e pelo teor das suas obras magistrais — *Dioscorides* e *Centurias* — a grande quadra da renascença médica. Max Salomon olha-o justamente como o *representative man* da medicina do século XVI, na sua quádrupla acção restauradora pela exegese erudita, pelo descobrimento anatómico, pela pesquisa botânica, e pela observação clínica. Só de longe influiu no aperfeiçoamento da instrução e da prática médica do seu país, onde não mais voltou, exilado pela intolerância anti-hebraica.

A restauração humanista dos mestres gregos teve em Portugal cultores desvelados; e como culminância, o helenista António Luís, comentador fervoroso de Hipócrates. Num relance de intuïção, inspirado, não por certo pela dedução scientífica e analítica, mas por mera elocubração de filosofia peripatética, como que adivinhou o princípio newtoniano da atracção universal — afirmando que « em tôda a natureza reina uma fôrça atractiva, prendendo todos os sêres com um nexo indissolúvel », « fôrça que liga com invisíveis laços o mundo, fazendo que tôdas as suas partes, embora situadas a grandíssimas distâncias, se contenham em seus lugares e dêles se não arredem ».

A anatomia vem ensiná-la em Coimbra e Lisboa Afonso de Guevara, que deixou marcado o seu saber numa obra a notar na bibliografia anatómica do século XVI. A matéria médica encontra cultores, sendo o maior, a altear-se entre as mais renomeadas personalidades do seu tempo, Garcia da Orta, o conhecido descritor da farmacognósia indiana, seguido por Cristóvão da Costa, um e outro vulgarizados na sciência europeia por Charles de l'Écluse. Orta não só dá a conhecer os símplices da Ásia, fundando a farmacologia exótica, mas descreve a moléstia reinante em Gôa, o *mordexi*, primeira nosografia do cólera e primeira contribuïção trazida à patologia tropical. Desprendido dos grilhões que prendiam os homens de estudo à autoridade dos mestres consagrados, exclamava — «não me contradigam textos de autores aquilo que eu vi com os meus olhos» — acto da fé no método experimental, que restaurou no grande século a sciência médica.

RICARDO JORGE

# RELAÇÕES LUSÒ-BRASILEIRAS

## QUIMERAS E REALIDADES

### COMENTÁRIOS Á MARGEM DO LIVRO DO SR. DR. BETTENCOURT-RODRIGUES: «UMA CONFEDERAÇÃO LUSO-BRASILEIRA»

DEPOIS que o sistema das grandes alianças fundadas em conveniências políticas e de competição, quer defensiva, quer agressiva, engendrou a longa e formidável procela de que a Europa saíu depauperada e dilacerada, um grande movimento se vem operando visìvelmente no sentido de substituir os interêsses do sentimento aos interêsses da rivalidade. O conflito latente e insuperável entre a concepção política da Inglaterra e a da França está revelando a necessidade de adaptar às ideas que dirigem a humanidade contemporânea os caducos sistemas que há muitos séculos conduziram periòdicamente os povos aos matadouros da guerra.

De regresso dos Estados Unidos, escrevia recentemente Lloyd George no *London Daily Chronicle* estas palavras, que parecem a transposição para a língua inglesa dos conceitos que alimentam a entusiástica propaganda do hispanismo:

«*Voltei para Inglaterra convencido de que a esperança da humanidade num futuro imediato depende da extensão que as duas maiores nações do mundo queiram dar a uma política de entendimento. Sei tudo quanto se possa dizer sôbre o facto da América não ser anglo-saxónia. Também o não são as Ilhas Britânicas, e o Império Britânico contém uma maior variedade de raças e línguas que os Estados-Unidos. O Império é governado pela mesma raça caldeada de celtas, teutões e normandos que governam na América. A identidade de língua deve trazer o domínio da mesma literatura*

*sôbre a grande massa do povo. E a mesma literatura significa o mesmo ideal. Os mais notáveis homens da América são de raça britânica e os seus ideais e vida têm sido orientados pela lição dos mesmos profetas e sacerdotes, cujo pensamento veio até à América conduzido pela mesma língua que falam os grandes chefes da Gran-Bretanha. A ligação entre as poderosas igrejas protestantes de ambas as margens do Atlântico, de ano para ano se vai tornando mais íntima e vigorosa e, pois que mais de dois têrços dos Estados-Unidos recebem a mesma preparação espiritual do povo britânico, não só os laços de fraternidade que ligam os dois países se vão estreitando, como também dessa aproximação deve resultar uma maior unidade de vistas para ambas as nações.*

*«A lembrança dos ultrajes praticados por um rei semi-louco conservou durante muito tempo separadas a América e a Gran-Bretanha. A opressão da Irlanda e a continuïdade numa péssima política deram vida a esta recordação. Ora, todos os motivos de injustiça estão hoje mortos. Não há, pois, razão para se manterem as paixões que então se criaram e que deixaram de ter qualquer significado político, valor ou justificação.*

*«A paz do mundo, como todos sabem, é coisa bem frágil. A questão está em saber, agora, qual dos dois caminhos a humanidade quere percorrer. Um leva à paz, prosperidade e progresso infinito. O outro à morte, desolação e ruina. A América e a Gran-Bretanha juntas podem guiar o mundo pelo caminho necessário e justo.»*

Assim fala hoje, como um pastor, o homem cuja inquebrantável energia organizou tôdas as fôrças morais da Inglaterra e as concentrou no anelo tenaz de vencer a Alemanha.

O mesmo pensamento de enfeixar numa aliança familiar as vinte e uma nações espanholas dos dois continentes alimenta a inflamada propaganda do hispanismo, a que o decreto do Presidente Hipólito Irigoyen, instituindo o *Dia da Raça*, impôs uma consagração oficial.

O grande movimento político do pan-hispanismo tem tido a seu serviço os símbolos tangíveis da Tradição. Quando, em 1910, a Infanta Dona Isabel foi à Argentina depor no altar da Virgem de Luján a bandeira espanhola bordada pelas damas saragosanas, em retribuïção das dezanove bandeiras hispânico-americanas enviadas da América à Virgem do Pilar, uma voz anónima gritou, domi-

nando o fragor dos aplausos, das aclamações e das músicas: «*¡Viva Isabel a Católica!*» Nessa hora, a aliança espiritual estava firmada entre a Espanha e as suas emancipadas filhas da América. As augustas mãos reais acabavam de reatar os irrompíveis vínculos eternos da raça espanhola. «*Asi lo comprendió el gran pueblo argentino, que, orgulloso de recibir sobre su intangible soberania la bendición de la venerable madre histórica, sentiase reintegrado en toda su herencia de heroismo, en toda la arrogante dignidad de su gloriosa ascendencia milenaria. Y este sentimiento de reintegración genealógica, de reanudación histórica, expresólo el pueblo argentino en una de esas frases ingenuas y proféticas que merecen la consagración y la perpetuidad de la Historia*».

Que êsse grito anónimo irrompia da alma argentina, ligando, à distância de cinco séculos, a protectora de Colombo e a Infanta, embaixatriz do Hispanismo, e correspondia na esfera política e intelectual a uma aspiração consciente e definida, provava-se, dez anos depois, com a instituïção oficial do *Dia da Raça* (12 de Outubro de 1920) e com a proposta do eminente professor Amuchástegui da criação da cadeira de História de Espanha na Universidade de Buenos-Aires.

Fundamentando perante o govêrno, no discurso eloqüente do teatro Colon, a sua proposta, proclamava o insigne professor a doutrina do tradicionalismo, que actualmente impera, sem excepção, na política nacionalista das vinte nações espanholas da América:

«*Yo he dicho alguna vez que la gloria nuestra y toda nuestra epopeya es gloria y epopeya española. Desgraciadamente, nuestra historia aun no está escrita y nos es muy dificil inculcar estas saludables ideas, que sen fundamentales, en el espiritu y en el corazón de los pueblos hispanoamericanos.*

«*La consciencia histórica está aún por formarse entre nosotros. Considero que estamos obrigados a formala. Sostengo, con la más profunda conviccion, que sin saber la historia de la madre patria no se puede saber historia argentina (que es lo mismo que afirmó Calixto Oyuela respecto al idioma: que sin ser íntegramente español no se puede ser íntegramente americano), y que jámás tendremos pleno dominio de nuestras instituciones si nos apartamos del origen y fuente de lo genuinamente nacional.*

«*En esto, como en otras muchas cosas, el extranjerismo ha sido un mal de grandes consecuencias en el país, al extremo de*

*que alguna vez nos hemos visto precisados, en plena función pública, a negar el derecho de interpretar nuestras leyes e instituciones a quienes no tienen el espiritu de la raza en sus venas y en su corazón el profundo amor a la madre España, que nos diera la existencia.* »

De um modo geral se podem resumir os pensamentos que dirigem a política do hispanismo no conceito de que, quanto mais se banham e impregnem os povos novos nas fontes baptismais, tanto mais fecunda e forte vida alcançarão como nações poderosas e criadoras, pois jamais as nações como os indivíduos realizaram obras dignas da eternidade divorciando-se das suas origens e renegando-as, mas pelo contrário abraçando-se a elas, porquanto só dêsse amplexo nascem, como de sublimes esponsais, a consciência e a fé no destino e o poder de realizá-lo [1]. Assim professado, o hispanismo é uma espécie de religião política, originada numa modalidade expansionista do patriotismo.

Para que uma tal política possa desenvolver-se é indispensável criar fontes geradoras e sincrónicas de simpatia. Não basta que uma das partes perfilhe a sua doutrina. É preciso que a outra a adopte. Os postulados do nacionalismo tradicionalista constituem artigos de fé. Pelo facto da América espanhola considerar que o culto da sua progenitora, a *Madre Pátria*, é um dever cívico e a melhor escola de fortaleza patriótica, não devemos extrair a ilação de que a América lusitana está preparada para cultivar uma política análoga. Se examinarmos atentamente as origens contemporâneas do hispanismo, de-pressa reconheceremos que êle foi fecundado por persistente e habilíssima obra de propaganda sentimental e, pelo confronto haveremos também de reconhecer que, excepção da arbitragem na pendência anglo-brasileira sôbre a ilha da Trindade, a projectada viagem do rei D. Carlos ao Brasil, malograda por um crime nefando, e os recentes actos políticos da viagem aérea, da visita presidencial ao Rio de Janeiro e da nossa megalomânica representação no certame internacional do centenário da independência brasileira, pouco temos feito para conservar a excepcionalíssima posição que tínhamos no coração do Brasil.

A Espanha, por uma série de circunstâncias que não merece a

[1] *Raza Española*, revista de España y América, Ano II, n.º 17, pág. 13.

pena especificar, deixara na América vivazes ressentimentos. Tôdas as suas filhas americanas se emanciparam com as armas na mão, como insurrectas. No Brasil, a insurreição, por mais que queira inculcar-se o contrário, não passou de uma formalidade. É o próprio filho do monarca de Portugal que cinge a coroa do Império, evitando o desmembramento. Até 1889, um imperador da dinastia de Bragança preside austeramente aos destinos do Brasil. A maioria dos generais do primeiro ciclo da Independência, como alguns dos seus estadistas, eram portugueses de nascimento. Antes de ascender a Império, o Brasil já era Reino e exercêra as funções de metrópole, como sede da côrte e residência do soberano de Portugal. É nesse passado que se origina o sempre afirmativo sentimento conservador do Brasil, êsse instinto de ordem e êsse respeito innato da autoridade que caracterizam o povo brasileiro e lhe imprimem uma individualidade própria.

Uma política de aproximação luso-brasileira será impraticável sem o prévio estudo e o íntimo conhecimento da história, das instituïções, dos costumes, do carácter, das aspirações brasileiras. Tudo o que tenda a diferenciar-nos no que haja de comum e de afim entre os dois povos outra cousa não será senão prejudicar aquela preconizada política.

A reforma da ortografia pode ser inatacável sob o ponto de vista filológico, mas constituiu um êrro político indefensável. Com ela se sacrificaram interêsses da nação em nome dos interêsses bizantinos da gramática... Perante as conveniências dessa política de aproximação, êrro foi também a substituïção, por escusada, do padrão tradicional da moeda, ainda hoje adoptado pelo Brasil. Êrro foi ainda o extremismo vindicativo e rapace de que os reformadores da República inquinaram a lei da separação da Igreja e do Estado, repetindo contra o clero as violências do Liberalismo contra as ordens religiosas, agindo sob o império dos equívocos que, desde o probo Herculano ao eloqüente Oliveira Martins, deformaram a visão real da nossa história, ao sabor do capricho ideólogo de sectários e de românticos.

Sem dúvida, uma política de aproximação não exige a abdicação da própria individualidade, nem muito menos o cerceamento da soberania ; mas quando a razão de Estado preconize essa política, será preciso praticá-la sistemàticamente, porque o contrário equivalerá a repudiá-la.

Para que se torne possível praticar nessa esfera uma política salutar e não fonte perene de decepções amargas, é pois necessário abandonar as abstracções em que nos perdemos e encararmos a realidade, assentando logo de princípio que o êxito dessa política reclama afinidades de sentimento e não pode vingar sem um acôrdo tácito sôbre pontos basilares de doutrina. Pretender que o Brasil seja tradicionalista, ficando nós iconoclastas; lembrar ao Brasil que fomos os implantadores da fé cristã em que se criou e degenerarmos nós em profanadores de templos; invocar a nossa irmandade e mostrarmo-nos incompatíveis; entremear as manifestações brilhantes da nossa cultura, da nossa actividade laboriosa e da nossa probidade com as detonações dos explosivos e os escarcéus das revoluções; não pode ser.

É certo que alguns clarividentes espíritos e êsse indefinível instinto político que ainda alumia a consciência experimentada da nação, há anos que se voltam para o Brasil como para um aliado natural do porvir. Os actos excepcionais com que Portugal se associou às festas do centenário da Independência brasileira, notabilizadas pela primeira viagem aérea efectuada por dois heróis portugueses, através da imensidade do oceano, e pela primeira visita que fêz um chefe de Estado de uma das três antigas metrópoles à Colónia emancipada, significaram a colectiva e desinteressada afeição e a cordialidade inquebrantável que professamos pelo Brasil. E, todavia, se êsses actos se podem filiar numa sábia política de expansão e afirmação dos nossos sentimentos pela grande nação que gerámos com o nosso sangue, outros actos revelam a ausência de um programa regulador e dirigente dessa política. Aos que já indicámos, recentemente se reüniu um outro, não menos sintomático. É difícil acreditar na existência de um programa oficial de aproximação luso-brasileira quando, ao envés da Espanha, que estendeu a tôdas as nações espanholas da América a taxa postal do continente, o govêrno português não exceptuasse o Brasil do agravamento das taxas agora decretadas para o estrangeiro, olvidando não só a defesa dos interêsses espirituais que essa medida vinha ferir, como desprezando a circunstância de residir no Brasil uma população portuguesa correspondente à da sétima parte da do continente.

As medidas de salvação pública por que todos anelamos, não são as que por aí vemos preconizadas e que se reduzem a sustentar

o nosso estado de crise pela criação imoderada dos tributos, encarecedores indirectos do preço da vida, quando o que imperiosamente se impõe é uma política de economistas e não de exactores de impostos: política de optimismo utilitário, estimuladora de novas fontes de riqueza e estancadora de desperdícios, demolidora inflexível do parasitismo comunista em que nos arruïnamos, e que principiasse por impedir inexoràvelmente que as nossas necessidades de aquisição pagas em ouro, muitas delas supérfluas, ultrapassem as nossas capacidades metálicas aquisitivas; por promover a utilização urgente e em vasta escala da nossa desaproveitada fôrça motriz hidráulica; por estimular a cultura cerealífera e libertá-la da competição do trigo exótico; por adaptar a culturas compensadoras extensos tratos de território pouco menos do que improdutivos por falta de iniciativa, de irrigação e de braços; por legislar sôbre os latifúndios das regiões meridionais e paralelamente procurar distribuïção mais homogénea da população, substituindo a ruïnosa emigração extra-territorial por um êxodo interno.

E se realmente queremos adoptar um programa de aproximação luso-brasileira, ¿porque não haveríamos de principiar por seguir o exemplo da grande nação da América, convidando a mesma missão de economistas e financeiros ingleses, actualmente no Brasil, a vir estudar o nosso problema económico, dando-lhe como acessores homens com a larga, instruida e clarividente visão de Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos[1]?

Uma aproximação... um entendimento... uma aliança luso-brasileira... ¿Quais são, porém, as nossas actuais condições para a prática dessa política?

Indubitàvelmente, será necessário que o tempo sazone a aspiração ainda balbuciante e crie os estímulos de recíproco interêsse que encaminhem a razão de Estado para o auspicioso desenlace. Equivocam-se os que imaginam a política diplomática dotada dos

[1] Aliás, os delineamentos gerais de um vasto plano de restauração encontram-se traçados na obra *A Criação Portuguesa*, dêstes dois notáveis economistas. O que nos falta é um govêrno com a autoridade prestigiosa para executá-lo.

recursos capazes de precipitar a sanção dêsse contrato e iludidos nos parecem os que supõem estarmos no fácil caminho que conduzirá a essa finalidade.

Examinemos as condições desfavoráveis em que, perante uma da outra, se encontram os dois ramos lusitanos da Europa e da América.

Desde o século XV, a única política portuguesa perseverante foi a da projecção ou dispersão ultramarina. Essa política gerou o Brasil. Hoje ainda, detentor do terceiro império colonial da terra, Portugal incessante e desorientadamente estravasa do seu pequeno âmbito continental. Obedecendo a incoercíveis hábitos ancestrais, continua a disseminar-se e a exaurir-se. Como no século XVI, há portugueses em tôdas as partes do mundo: no Brasil, na África, na Índia, na China, na Oceania. Novas correntes emigratórias criaram-se para os Estados-Unidos, para o Hawaï, para a Argentina, para a França, para Espanha, para Marrocos. Não só as populações do litoral, como as do campo, sentem-se atraídas para além-oceano. Tornamo-nos uma nação oceânica. Os mares intercalam-se entre as diversas províncias do império. Portugal não é apenas e cada vez parece ser menos a estreita fímbria litoranea da península. As vagas, pululantes de sereias, batem no limiar continental da nação. Algumas das partículas da metrópole demoram já no mar. Constituindo uma nacionalidade disbribuida por quatro continentes, os próprios factores geográficos da nossa formação impõem-nos uma política marítima, embora já desprovida do correspondente aparelhamento náutico. Somos uma nação marítima sem armadas, com uma frota mercante a enferrujar nas docas! E não obstante, nação marítima e consciente do papel que as suas províncias ultramarinas desempenharão no seu destino.

Inversamente, ao Brasil depara-se uma gigantesca tarefa a cumprir dentro do próprio território. Os factores da sua grandeza não estão no mar, mas na terra imensurável, que é preciso povoar e preparar para a civilização. Nós somos uma nação expansionista. O Brasil é uma nação receptiva. Nós somos compelidos a procurar fora de nós mesmos os elementos da nossa prosperidade e da nossa influência. Temos que nos dispersar, em conseqüência do êrro glorioso da dinastia de Aviz. O Brasil encontra em si próprio, na vastidão do seu território, tôdas as

reservas de poder e de opulência. A nossa civilização precisa do navio para se expandir. A civilização brasileira expande-se pelas estradas-de-ferro.

O maior problema do Brasil, que a todos precede, é o povoamento. A maior dádiva que se lhe pode oferecer é a de braços; e nós não podemos continuar por muito tempo a oferecer-lha sem prejuízo e ruína nossa. Durante quatro séculos, desde o início da colonização, que lhe fazemos a transfusão do nosso sangue. Ainda durante o último século, quando o Brasil já era independente e as epidemias afugentavam os outros emigrantes, continuou o pelicano a verter o sangue do seu peito nas veias da filha dilecta e emancipada. Actualmente, as necessidades do Brasil são imensamente superiores às nossas fôrças. A andorinha não pode mais alimentar o condor. As nossas reduzidas reservas de população não bastam à sofreguidão daqueles territórios imensos. Somos a gota de água para acudir à sêde voraz da planície. Gradualmente, e não já de agora, vamos perdendo na constituïção do povo brasileiro a preponderância como factor de multiplicação. De outros mananciais jorra a maior porção do fluxo humano que o Brasil absorve: gente loura da Europa central, eslavos, italianos e um remanescente da emigração espanhola. Dentro de um século, o Brasil poderá recensear 70 milhões de habitantes: população superior à da maioria das nações europeias. Nessa raça heterogénea, unificada pela língua, pela legislação e pelo sentimento de pátria, nunca, porém, se dissolverão os vínculos históricos, que desde o sacramento do baptismo, testemunhado pelos heróis da epopeia marítima, a ligam indestrutìvelmente a Portugal.

E todavia, êsse vínculo não bastará para justificar uma aliança.

Temos assim mostrado que as órbitas de expansão das duas nacionalidades são divergentes. Portugal tem que andar pelo mar ao encontro dos seus domínios, esforçando-se por fecundá-los. O Brasil terá que dilatar-se em direcção aos planaltos centrais, projectando-se para o interior, onde vai edificar-se a nova capital da federação.

Entretanto, a missão das duas nações é nìtidamente colonizadora. O Brasil exercerá no seu próprio território a acção tradicional da raça originária; Portugal, cumprindo o seu fado, terá de praticá-la nos seus domínios ultramarinos. À medida que fôr sendo possível, dada a exiguidade dos nossos recursos (anemizados por

uma política de expedientes, sem programa definido e sem ideal vitalizador) transformar em outros menores Brasis as províncias de Angola e Moçambique, mais concorrentes do que associados nos tornaremos da grande nação que fundámos na América. A cultura intensiva do algodão, do cacau, do café, do açúcar, das sementes oleaginosas, dos cereais e da borracha africanas; a expansão da indústria pecuária; a exploração das riquezas minerais dificultarão cada vez em maior escala os tratados de comércio de recíprocas e vantajosas concessões...

Não obstante, outros interêsses se haverão talvez desenvolvido, que aproximem as duas nações irmãs; e êsses serão os interêsses de influência mundial, que encaminharão possìvelmente os Estados-Unidos do Brasil para uma aliança com os Estados-Unidos de Portugal, colocando ao serviço da raça os pontos estratégicos de defesa, as escalas marítimas intercontinentais, dentro do triângulo cujos vértices seriam Lisboa, Rio de Janeiro e Loanda, incluindo os arquipélagos da Madeira e Cabo Verde e a ilha Fernão de Noronha, restaurando a perdida hegemonia atlântica lusitana do século XVI pela constituïção do grupo luso-brasileiro, cujo domínio efectivo abrangeria cêrca de doze milhões de quilómetros quadrados de territórios esparsos nos cinco continentes do planeta.

Haveria assim, pois, no momento actual, acentuada divergência, e, no futuro, provável convergência de interêsses nacionais.

Evidentemente, ao esboçarmos esta probabilidade, porventura quimérica, não consideramos Portugal como êle é presentemente, depauperado por graves lesões económicas e sociais. A existência de uma nação tem de ser considerada no seu conjunto. O momento miserável de agora é uma crise. Assim como o valor do indivíduo não pode ser julgado na doença, também as capacidades de um povo não devem ser computadas na hora da vicissitude. Portugal tem que ser considerado pelo que fêz, pelo que produziu na história da humanidade. Pelas suas possibilidades vindouras respondem os seus imensos recursos, momentâneamente desvalorizados por uma nefasta incompetência administrativa. Todos aqueles que encaram apenas o momento actual da vida da nação e clamam que tudo está perdido, não possuem o *sentido nacional*.

Não obstante, de qualquer modo que venha a produzir-se no futuro o entendimento preconizado em Portugal pelos srs. drs. Bettencourt Rodrigues e Coelho de Carvalho, e no Brasil pelos

srs. dr. Alberto Seabra e Medeiros Albuquerque, na rota dos interêsses atlânticos traçada pela vidência do poeta João de Barros e audazmente percorrida pelo avião de dois heróis, êsse acontecimento só encontrará condições de viabilidade quando recobrarmos a plenitude do nosso prestígio; tivermos valorizado os nossos recursos próprios; aplacarmos as nossas mesquinhas discórdias intestinas e atinjamos de novo a coesão.

Vanglorioso seria o homem que pretendesse falar em nome dos povos e traçar o destino das nações. Limitamo-nos a considerar como provável sucessão das alianças precárias que estão sucumbindo por defeito de antagonismos irreconciliáveis, a formação de poderosos agrupamentos de povos que procurarão acautelar os seus interêsses económicos e de defesa por convénios baseados mais no instinto de conservação que na rivalidade.

O Império Britânico é já hoje a nebulosa de onde resultará uma das futuras constelações de nacionalidades. Quando a Australia, o Canadá e a África do Sul se tornarem independentes de direito como já o são de facto, tudo leva a crer que a emancipação não quebrará os laços que entre elas e a mãe-pátria se estabeleceram; e admitimos, como Lloyd George, que os Estados-Unidos atraïrão ou serão atraídos para êsse grupo de nações anglo-saxónias por avassaladores e recíprocos interêsses. Do mesmo modo, a Espanha parece destinada a desempenhar um papel incorporador do grupo hispano-americano. Chegaria então a vez de Portugal e o Brasil selarem o acôrdo do qual resultasse a dilatação e consolidação da sua influência no mundo, com resguardo da soberania de ambas as consortes.

Tudo isto, porém, é a hipótese de um insondável futuro, e é o presente que devemos encarar e para a actualidade que precisamos de redigir o programa do estreitamento eficaz das nossas relações com o Brasil.

Convém antes de tudo não esquecer que o Brasil é uma nação adolescente, ciosa da sua autoridade e da sua amplíssima soberania. Como tôdas as juventudes, a juventude brasileira confia mais nas fôrças activas da vida que nas fôrças inertes do passado. O Brasil é o *Amanhã*. Não cuidemos poder seduzir a sua ufanosa juventude com as cinzas gloriosas de nossa História. O saüdosismo em que procuramos restaurar uma consciência de Pátria é inintelegível para o Brasil pletórico de esperanças. Naquêle mundo

novo não há um proletariado melodramático, terrorista e alucinado. As rivalidades políticas acabam sempre por se subordinarem à razão e não afectam a eficácia do govêrno. A continuidade governativa é acautelada por um regime em que o poder legislativo não exerce, como no nosso, uma acção estagnante ou anárquica. Lá não existe o receio, como aqui, da cooperação do estrangeiro nos empreendimentos da civilização. O Brasil é um país que caminha sem olhar para trás, orgulhoso da sua cultura, confiante na sua opulência, cioso do seu prestígio, inflexível na sua fé. Tendo aprendido a debelar epidemias, com a mesma energia tem debelado os germens das doutrinas dissolventes, que nos envenenam, sem se deixar atemorizar pelos amotinadores da ordem. E porque as livres democracias americanas nunca entenderam a liberdade senão garantida pela autoridade e pela disciplina, assim se explica que os golpes de Estado de Mussolini e de Primo de Rivera, um dissimulado em aparências legalistas, o outro francamente ditatorial, lá tenham sido aplaudidos e entre nós condenados.

Temos de dissipar perante o Brasil equívocos arraigados e aplicarmo-nos em restaurar perante a grande nação emancipada da América a respeitosa simpatia devida à nação progenitora ; de corrigir a nossa história de todos os erros que a desfiguram e poluem ; de observar uma conduta que nos dignifique e patentear com as provas na mão que não somos, como alguns economistas fizeram crer, os beneficiários e muito menos os parasitas da riqueza que ajudamos a criar no Brasil.

Urge demonstrar que, ao contrário do que geralmente se imagina, o interêsse económico de Portugal não é conciliável com o permanente desenvolvimento da nossa emigração para a América.

Os bens adquiridos pelos portugueses residentes no Brasil constituem riqueza brasileira, na sua grande parte transmitida a filhos brasileiros, integralmente aplicada no comércio, na indústria e na agricultura ou convertida em propriedade imobiliária e títulos da dívida pública. A nossa exportação para o Brasil diminuiu consideràvelmente em confronto com o incremento da importação, que já em 1921 apresentava um saldo a favor do Brasil de cêrca de 10.000 contos, ou sejam um valor superior a 30 milhões de escudos ao câmbio actual. Assim, parte do que ainda recebemos como pequena indemnização dos braços que entregamos ao Brasil

para expansão da sua prosperidade, é absorvida no pagamento das mercadorias que do Brasil importamos.

Aconteceu-nos o mesmo, outrora, com a Índia.

Lá gastámos para a manter, em homens e armadas, grandíssima parte do que adquiríamos e com que pagávamos à Flandres, à Italia, à Inglaterra e à França os alimentos e os artigos manufacturados que lhes compravamos. O ouro das minas do Brasil pagou exiguamente as despesas de três séculos, em que fizemos de uma selva uma nação. Quando em 1822 o Brasil se emancipou, Portugal era uma nação pobre e individada, como no tempo de D. João III, quando monopolizava o comércio do Oriente e pagava 25 % de juro aos prestamistas flamengos.

Será com a difusão destas verdades que desarmaremos hostilidades iníquas e encontraremos no coração do Brasil a afeição que lhe merecemos. E apenas essa estima e essa justiça pretendemos da sua fraternidade e da sua opulência, porque só em nós próprios haveremos de procurar os remédios salutares para os nossos males e porque a tarefa de salvação que nos incumbe reclamará as totais energias de que ainda dispomos, ao cabo de oito séculos de uma existência tempestuosa, iluminada pelos coriscos e os relâmpagos da glória e estremecida pelos retumbantes fragores da desventura.

Se a política internacional em seu mais amplo sentido não tivesse de contar para a viabilidade das suas concepções com múltiplos factores de ordem sentimental, que freqüentemente prejudicam a lógica e contrariam a razão, nenhum comentário restritivo e crítico haveria a formular contra a propaganda de uma Confederação luso-brasileira preconizada com a fé de um prosélito convicto pelo ilustre sr. dr. Bettencourt Rodrigues.

Porém, o seu livro empolgador e entusiasta só nos desvenda a face risonha e optimista do transcendente problema. Acena à consciência deprimida do país com a esperança radiosa de um novo destino, mas não o adverte de que o entendimento e consórcio dos valores geográficos e das influências políticas da raça nos cinco continentes só deverá constituir um ideal de finalidade — possìvelmente utópico, — e de modo nenhum poderá ser encarado pela nossa inércia colectiva, tão esperançada em milagres,

como o remédio vitalizador da nossa actual e aniqüilante decadência.

Se entendermos como *aspiração* o programa de fé que o sr. dr. Bettencourt Rodrigues nos entrega e com que actualiza a doutrina do Padre Vieira, de D. Luís da Cunha, de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e de José Bonifácio, lealmente haveriam de convir os seus numerosos antagonistas de além-Atlântico que êle se adapta às transformações que já se desenham na política internacional, em perspectiva de gerar novos sistemas de equilíbrio.

Mas torna-se necessário não ocultar que essa aspiração não é ainda compartilhada pelo Brasil e que, pelo contrário, ela lá encontra, a par de alguns raros defensores, uma oposição intransigente e legítima entre os susceptíveis e numerosos partidários de um nacionalismo anti-tradicionalista, que advogam ardentemente a conveniência de concentrar todos os ideais patrióticos na obra de robustecimento da consciência nacional.

Se reflectirmos que as três maiores crises de Portugal: a do século XVI, a do século XIX e esta em que nos debatemos, tôdas foram em grande parte originadas pelo êrro, nem sempre resgatado pela glória, de irmos procurar fora de nós próprios e dos nossos recursos patrimoniais a cubiçada prosperidade e o campo de aplicação para as nossas exuberantes energias, daremos razão aos que no Brasil entendem com sagrado egoismo que não deve distrair-se uma parcela sequer de actividade e de ideal da tarefa ingente de propagar a civilização pelos desertos ubérrimos do interior; de fundir uma raça homogénea, senão no aspecto étnico, sob o ponto de vista espiritual; de assegurar à nação gigante, pelo desenvolvimento da população e da riqueza, uma sólida emancipação económina comparável à sua emancipação política.

Conhecendo demasiado o movimento de hostilidade que se depararia na hora presente à propaganda militante de uma Confederação luso-brasileira numa nação juvenil, que há pouco mais de um ano festejou as bodas da sua Independência, não poderíamos animar e conceder a nossa adesão, aliás modesta, a um projecto que depara no seu curso tantos antagonistas e tantos motivos de conflito passional.

Entendemos que a solução instante do problema nacional reside dentro das nossas fronteiras, e que tem de ser para uma obra de

regeneração dos nossos costumes e dos nossos processos de administração que é mister mobilizar as nossas energias e congregar os nossos ideais patrióticos.

De parte a parte, o momento é adverso a um entendimento recíproco na base da grandiosa concepção do sr. dr. Bettencourt Rodrigues. Para sermos dignos do destino magnífico a que aspiramos e podermos entrelaçá-lo ao da prole vigorosa da América, temos que nos restaurar em nosso prestígio, reintegrar a autoridade e a competência nas suas sedes naturais, substituir os técnicos aos aprendizes, o patriotismo ao partidarismo, disciplinar e polir o povo desordenado, ressuscitar a confiança interna, pôr em ordem a nação, devolver à justiça a sua espada, reincorporar na nossa economia os recursos que o egoismo e o temor exilaram, preparando a hora em que Portugal, solar vetusto da raça, possa retribuir dignamente com a sua bandeira hasteada por tôdas as províncias florescentes do seu grande império, em Angola, em Moçambique, na Guiné, nos arquipélagos dos Açores, Madeira, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, em Goa, em Macau e em Timor, os acenos e convites fraternais das vinte bandeiras desfraldadas nos Estados-Unidos do Brasil.

Êstes prolixos comentários à margem do livro notável em que o sr. dr. Bettencourt Rodrigues desenvolveu e fundamentou a sua doutrina, não visam a empalidecer o mérito de uma obra de estrutura teórica nem amesquinhar a grandeza intelectual do seu arquitecto. Pretendemos apenas pôr de sobreaviso aqueles muitos portugueses que, animados pela sugestão vibrante do apóstolo, nêle encontrariam fácil justificação para a sua indolência e se deixariam embalar por uma miragem, substituindo aos «fumos da Índia» os fumos do Brasil.

O sr. dr. Bettencourt Rodrigues é mais um exemplo flagrante do desnível que se vem acentuando entre a cultura da classe intelectual, segregada de qualquer acção dirigente, e as classes que interferem presentemente no curso dos acontecimentos nacionais. Êle mereceria falar, não diremos em nome de outro povo, mas de outra época; e ainda por êsse motivo, como a um construtor de fé e a um contagiador de optimismo, lhe devemos a homenagem da nossa admiração e do nosso respeito.

CARLOS MALHEIRO DIAS

*CLAUSTRO DOS JERÓNIMOS* de BOYTAC (1502-1516)

Fot. do Dr. Felichenfeld

*CLAUSTRO DOS JERÓNIMOS* de JOÃO DE CASTILHO (1517-1519)

Fot. do Dr. Felichenfeld

# O CLAUSTRO DOS JERÓNIMOS

A HISTÓRIA do claustro dos Jerónimos pode resumir-se em poucas palavras. Fêz evidentemente logo parte da primitiva traça do mosteiro, cujas obras começaram em 1502 e cuja direcção pode atribuir-se a Boytac.

Nenhum dos documentos anteriores a 1514 dá indício da marcha da sua construção, e o famoso *rol das contas de Belém* apenas deixa entrever possíveis referências ao claustro no período 1514--1516, o último a que presidiu Boytac.

Mas, em Janeiro de 1517 tudo retomou nova actividade sob a direcção de João de Castilho, e a obra da *crasta primeira* foi repartida, não só pela empreitada geral de Castilho (que abrangia o *claustro*, o *portal sul*, a *sacristia* e a *casa do capítulo)* mas ainda por duas empreitadas especiais de Filipe Henriques e Pero de Trilho, o primeiro, português, filho de Mateus Fernandes da Batalha, o segundo espanhol, que já trabalhara com Diogo de Arruda no paço da Ribeira.

Para ver a importância predominante que o claustro tomara na obra de Belém, basta comparar as suas empreitadas, no número de oficiais, com os da restante construção do mosteiro.

A do portal principal, de mestre Nicolau, tinha 11 oficiais; a das seis capelas do côro, 20; a do refeitório, 15; as do capítulo e sacristia, juntas, quando muito, 40; a do portal sul, cêrca de 20 — emquanto as três empreitadas do claustro empregavam na mesma época (1517) : João de Castilho, 50 oficiais; Filipe Henriques 55, e Pero de Trilho, 38, isto é, um total superior a 140 oficiais, muito mais que as restantes empreitadas juntas.

A peste de 1518 teve a sua repercussão nas obras do mosteiro, afrouxando-as, mas no começo de 1519 novas empreitadas se iniciaram: a de Pontezilhas com 48 oficiais na igreja, a de Benavente com 33 lavrando nos pilares, e a de Fernando de la Formoza, que

era então o aparelhador da crasta, com 70 oficiais, marcando ainda o predomínio desta obra sôbre as outras.

Uma ementa não datada, mas cuja situação nos cadernos permite atribuí-la mais ao fim de 1518 que ao comêço de 1519, regista a medição e avaliação da obra do claustro, já completa nas quatro quadras de baixo e a que faltam apenas dois lanços do andar de cima.

Êsses dois lanços, por razões que não vale a pena desenrolar agora, só um quarto de século mais tarde foram acabados (cêrca de 1544, data num dos fechos da abóbada) quando Diogo de Torralva era já então *mestre das obras de Belém*, deixando indícios da época, e até das suas preferências decorativas, nos bocetes das abóbadas dos dois lanços, *N.* e *O.*, cujos baixos-relêvos, do Renascimento, finamente desenhados, contrastam com a obra manuelina das duas quadras adjacentes.

É evidente pois que, áparte êste remate de Torralva, a obra essencial do claustro foi erigida até 1519; e como uma obra desta grandeza e abundância decorativa nem se executava em pouco mais de ano e meio, nem podia deixar de pertencer ao plano inicial das obras, é pelos 2 mestres que sucessivamente as dirigiram que temos de repartir a glória da sua construção. Traçado o claustro, iniciado e em grande parte construido por Boytac nos 14 anos que (embora com interrupções) dirigiu as obras de Belém (1502-1516), continuado, certamente modificado e quási concluido por J. de Castilho no período activo da sua empreitada (1517-1519),—¿que parte cabe a cada um dêstes mestres na concepção e execução da jóia artística que hoje admiramos?

Para destrinçar a obra de Boytac, no claustro como no resto do mosteiro, o critério é a marcha lógica da construção, o carácter da decoração e os pontos de referência fornecidos pelos documentos.

Duma maneira geral, as empreitadas de João de Castilho são remates da obra de Boytac, que durava havia já 14 anos. A êste pois se deve a maior parte da obra que Castilho depois rematou cerrando as abóbadas, decorando os pilares, povoando os nichos dos portais, acabando as capelas, etc.

Mas tendo de se subordinar à execução avançada da traça de

Boytac, é na decoração que o carácter da sua arte mais fàcilmente se afirma e deixa surpreender [1], tanto mais que, iniciado agora, talvez por mestre Nicolau, nos temas do Renascimento, o contraste das duas formas — italiana e naturalista — corresponde aos dois períodos e reflecte os 2 mestres, Castilho e Boytac.

Emfim, as conclusões a que se chega, guiados por êste critério, são em parte confirmadas pelas referências dos documentos, desde que se procure nêles a sua verdadeira significação.

É assim que as empreitadas de 1517 se referem aos dois portais da igreja (e sobretudo à sua estatuária), às capelas do côro (do côro de baixo, bem entendido, isto é, da capela-mor), e mais tarde aos pilares, o que mostra que tudo o mais estava levantado, podendo emfim em 1522 cerrar-se a admirável abóbada do cruzeiro. É de facto nos pilares e na imaginária dos portais que aparece a infiltração do Renascimento, quere dizer, de Castilho, emquanto os arcos, botaréus e doceis, as grandes frestas da fachada Sul, têm o carácter manuelino de Boytac, certamente o mestre de mais prestígio nos dois primeiros têrços do reinado de D. Manuel, formado na tradição gótico-naturalista da Batalha. De lá veio, lá trabalhou e casou, para lá voltou e morreu após 1516.

Os temas da sua decoração são oriundos da Batalha, com cuja obra manuelina a parte de Boytac em Belém deve ser cotejada. Êsses temas geométricos ou vegetais, sòbriamente estilizados e em geral modelados em forte relêvo, gordo e túmido, repetem-se aqui mais uma vez e decoram precisamente as partes que o caderno das obras e a ordem lógica da construção permitem atribuir ao talento de Boytac.

A personalidade artística de Castilho era diferente; génio original e ardente, orgulhoso e violento, as formas que os cânones e o gôsto do tempo lhe impunham transfiguravam-se nas suas mãos, e nunca a arquitectura em Portugal se exprimiu de maneira mais original e transcendente que nas concepções dêste artista de génio.

Das janelas da casa do capítulo de Tomar, que o primitivo contrato com Diogo de Arruda (1510) apenas exigia que fôssem de *mui bons ferros*, João de Castilho fêz surgir a mais poderosa evoca-

[1] Como em Tomar em relação ao plano de Diogo de Arruda (R. dos Santos, *Tôrre de Belém*, pág. 73).

ção marítima que o seu génio de títan, grandíloquo e bárbaro, jamais havia de conceber.

Ao chegar a Belém, o convívio e o exemplo de Nicolau Chanterene, e a nobre e requintada elegância de gôsto em que êste estatuário nos iniciou, calmaram talvez um pouco a exuberância bravia do mestre da janela de Tomar. Mas adoptando as formas disciplinadas do renascimento italiano, a sua fantasia de decorador fêz logo irromper a seiva duma imaginação inexaurível — e a robustez construtiva do monumento que Boytac envolvera no naturalismo tradicional da Batalha, Castilho cobriu-a de temas lombardos, numa interpretação plástica peninsular, e com a exaltação do seu génio próprio, que via em grande, mais apto por isso a reflectir a glória e a magnificência da época.

Guiados sempre pelo critério, agora seguro, da cronologia da obra, do carácter da decoração e do génio dos mestres que a inspiraram, é fácil destrinçar, no claustro dos Jerónimos, o que pertence a Boytac e a João de Castilho.

Olhemos primeiro o claustro na perspectiva, tão rica, do interior dos lanços, com a silharia do muro apenas cortada por uma faixa decorativa e as arcadas abertas sôbre o terreiro, divididas e sub-divididas por colunelos, torcidos com mais fôrça do que elegância, e os espelhos ornados com as iniciais e emblemas régios (a cruz, a esfera, as 5 chagas, etc.). Em contraste com a nudez do muro fronteiro, não há uma pedra em que se não encrespe um lavor, nem fuste em que se não enrosquem fôlhas ou rosas estilizadas. Um dos temas mais freqüentes (como em Santa Cruz e na Batalha) são as fôlhas imbricadas — com um ritmo musical — hirtas à nascença das colunas, ondulando depois à medida que sobem, vibrantes emfim junto aos capitéis, como uma chama ardente.

Consideremos ainda a abóbada gótica com a cruzaria de ogivas, formaretes e terceretes, e os medalhões manuelinos em que alternam os emblemas régios com os motivos vegetais, ora entumescidos como uma planta aquática, ora enrolados como turbantes e por tôda a parte reminiscências da Batalha, cuja irradiação domina aqui.

É a arte de Boytac que da sobriedade um pouco rude da igreja de Jesus de Setúbal, evolucionou através da Batalha e de Santa Cruz de Coimbra até êste claustro, tradicional na ordenação dos tramos, separados por gigantes, visíveis no andar de cima, enrique-

cido pela decoração puramente manuelina e naturalista, que ainda não transigira com as novas formas de Renascimento.

Passemos agora ao terreiro, outrora tão pitorescamente ornado de tanques azulejados, e logo o aspecto é tão diverso que dir-se-ia outro claustro, já doutra época. O plano torna-se octogonal pelo corte oblíquo e abobadado dos ângulos e uma série de pilastras do Renascimento, largamente lavradas de temas lombardos, ligadas por arcos abatidos, sobrepujados por um balcão corrido como um friso, formam um novo corpo arquitectónico sobreposto aos lanços de baixo e saliente em relação aos de cima. Assim se gerou essa galeria original que nem estava na tradição anterior nem voltou a ser adoptada nos claustros joaninos que se lhe seguiram.

Tal é sem dúvida alguma a obra de Castilho e dos seus colaboradores — Pero de Trilho e Filipe Henriques, que já aqui trabalhara com Boytac. Obra bastante importante para não serem demais os escassos dois anos em que se lavrou e assentou, e deixar a Boytac a inteira glória de ter construído as quadras puramente manuelinas, que a perspetiva dos lanços descobre.

Êste enxêrto *exterior* de Castilho, é assim o primeiro e o mais belo claustro do Renascimento que entre nós se construiu e que pode ser datado exactamente do período 1517-1519.

¿ Como se ligaram estas duas participações de Boytac e de Castilho ?

É preciso não levar até aos últimos pormenores a exigência de fronteiras nítidas entre a arte e a obra de dois mestres, que os próprios colaboradores, por vezes comuns, aproximaram, tanto mais que Castilho teve de harmonizar o que encontrou delineado e feito, com as inovações de que o revestiu — preocupação mais freqüente na época do que se poderia pensar [1].

Mas é evidente que o claustro de Boytac, obedecendo ao plano tradicional dos nossos claustros, com dois andares de arcadas separadas por botaréus, levou Castilho, estimulado pelas exigências do

[1] Ao contratar com o francês *Francisco Lorete* 14 novas cadeiras para o côro de Santa Cruz (Coimbra), os padres exigiam que êste mestre da Renascença as fizesse — em 1531 — *da obra e maneira* das que já existiam, feitas cêrca dum quarto de século antes. Lorete, sem desistir dos temas do Renascimento, soube harmonizar o seu enxêrto, com o primitivo cadeiral gótico. (P. Garcia, *Documentos*, 2.ª série, pág. 24).

novo gôsto e por um entusiasmo de recêm-convertido, a, em face da construção *manuelina*, conceber uma couraça *moderna* do Renascimento, aplicada contra o arcabouço gótico do velho mestre da Batalha. Não foi a única vez que isto sucedeu; êle próprio foi vítima de uma sobreposição idêntica no convento de Cristo, quando Diogo de Torralva mascarou com o classicismo de Palladio e o primitivo claustro de Castilho (Claustro dos Filipes). Êste fêz pois em Belém a Boytac o que Torralva lhe havia de fazer mais tarde em Tomar. Simplesmente, nos Jerónimos, a adaptação foi mais perfeita porque as duas construções, filhas da mesma época, harmonizaram-se no mesmo espírito.

Tècnicamente, é admirável a forma como Castilho aplicou o seu enxêrto, mascarando a parte inferior dos gigantes com as pilastras, rematando-as em nichos e transpondo o afastamento dos dois segmentos do botaréu com pequenos arcos-botantes que deixam lívre a varanda corrida sôbre os arcos abobadados.

O ponto mais delicado de ligação entre as duas construções foi o da enxertia das pilastras.

Examinadas de perto, cortam abruptamente acima da base comum, os *encanudados* que as precedem e a coroa de ornatos que, na continuïdade dos capitéis manuelinos, os cingem. Também as cimalhas se ligam mal aos formaretes da pequena abóbada abatida, lançada entre as mesmas pilastras.

Êstes defeitos na articulação dos membros arquitectónicos, foram já notados por Watson [1], que suspeitou dum acrescento e alvitrou que a insuficiência dos botaréus fôsse talvez a razão técnica que determinara o refôrço. As razões documentais e estéticas que me levaram a separar e identificar a obra dos dois mestres, confirmam a impressão de Watson, embora a sua conjectura técnica, demasiado restrita para justificar a amplitude da nova obra, me pareça menos plausível que as razões de gôsto e magnificência da época.

Haupt escreveu, há já um têrço de século, que o claustro de Belém era «talvez o mais belo do mundo» — *vielleicht als der schönste des Welt bezeichnet werden könen.*

Se assim é — e de facto é — o papel da análise crítica está em

[1] W. C. Watson, *Portuguese Architecture*, pág. 193.

procurar na evolução artística que o gerou, no génio dos mestres que o conceberam, na originalidade das combinações orgânicas e decorativas que o caracterizam, e até na própria matéria em que se exprime — o segrêdo dessa magia tão excepcional, sentida pelos artistas e só não compreendida pelos copiadores de documentos que se improvizam em historiadores de arte.

A crítica reconhecerá então que o claustro dos Jerónimos representa na evolução da arte nacional o primeiro e mais belo reflexo da última fase do *manuelino*, no período de transição do naturalismo de Boytac para o renascimento de Castilho — da crise de 1516, após a embaixada de Tristão da Cunha e a vinda de Nicolau Chanterene. É o último fulgor da tradição da Batalha e o primeiro das novas formas e temas lombardos que, longe de se misturarem, apenas se justapõem aqui, como a influência e o gôsto sucessivos dos mestres que os inspiraram.

Já notámos as originalidades de planta e de alçado dêste claustro único e não acabaríamos se entrassemos na análise das invenções decorativas que revestem sobretudo os lanços inferiores, cujos medalhões e escudos são um possível aditamento à obra primitiva, porque nêles se sente a intumescência e a inexaurível fantasia do génio de Castilho.

A história da arquitectura não é uma sêca cronologia de soluções técnicas e afinidades decorativas; é acima de tudo a *história de uma arte*, isto é, da evolução duma linguagem plástica em que as civilizações se exprimem com um poder de síntese que a própria literatura não alcança.

Escrever, pintar ou esculpir é essencialmente *exprimir*. Exprimir o quê? Esta interrogação põe-se igualmente diante de tôda a obra arquitetural quando ela tem elevação e originalidade para exprimir alguma coisa.

Nos Jerónimos, a expressão é mais profana que religiosa e quanto aos temas decorativos, mais interessante que as origens é o carácter com que estão interpretados. Que importa o *renascimento* dos que envolvem os pilares da nave, se o espírito que os intumesce, rudemente modela e até deforma, é ainda o do naturalismo tradicional! A sua substituïção pelos ornatos de Boytac, em nada mudaria a expressão original destas colunas, que, de gesto de suporte, fragilizado

e corroido de alto a baixo pelos lavores, se transformou em cachos de corais suspensos dos artezonados cruzando a nave ou de estalactites como uma estranha gruta marinha.

Tantas vezes se tem falado na Índia a propósito dos Jerónimos e do seu claustro...

Na alucinação de sugestões literárias, tem-se visto representados palmeiras, animais exóticos, formas hindús, e até, ingènuamente, os nossos navegadores da Índia; todavia, não é na transplantação literal dos temas de uma arte — que os mestres manuelinos não conheceram — que a Índia transparece; a grande arte — poema ou monumento — é essencialmente simbólica e nunca estreitamente imitativa. O que sugere, porém, a Índia e obceca a nossa emoção é a evocação do sítio donde outrora as caravelas partiam, é a exuberância oriental da decoração e o carácter essencialmente profano da sua expressão arquitectural — gruta marinha na nave — palácio encantado no claustro — é ainda a matéria opulenta em que circula a seiva de ouro da magnificência manuelina, é emfim o orgulho e a riqueza que tôda esta arte respira, que as glórias da Índia inspiraram e as suas especiarias custearam.

É impossível abstrair, nesta colaboração do génio dos artistas e do momento histórico, excepcional, que interpretaram, do papel essencial que coube à matéria em que esta arte se exprimiu.

O mármore de Carrara seria demasiado fino e delicado e o alabastro, mole de mais, para exprimirem a audácia rude que rompeu a lenda do Mar Tenebroso, ao passo que a pedra de Ançã, branda e friável, não suportaria a longevidade que êste padrão de eterna glória exigia. O mármore lioz, era de facto, a matéria idealmente apta para perpetuar e exaltar os sentimentos que a percorrem. Na sua pôlpa — robusta, polida e dourada — como a época que nele se espelha, palpita a magnificência do *aquém* como reflexo das glórias do *além*...

REYNALDO DOS SANTOS

# PINTURA PRIMITIVA PORTUGUESA

## JORGE AFONSO

QUANDO, há anos, procurámos fazer os primeiros ensaios de agrupamento e identificação das obras dos onze pintores (Jorge Afonso, Francisco Henriques, Frei Carlos, Gregório Lopes, Cristóvão de Figueiredo, Garcia Fernandes, Vasco Fernandes, Gaspar Vaz, Christóvão Lopes, Sanches Coelho e Cristóvão de Morais), que parecem ter ilustrado mais a arte portuguesa do século XVI, apenas os trabalhos de um dêstes, Vasco Fernandes, estavam identificados com segurança; e isso mesmo tão sòmente pelo que dizia respeito aos paineis que constituiram os retábulos dos antigos altares laterais da Sé de Viseu. Sôbre a obra dos demais artistas nada havia de positivo, pois os próprios agrupamentos de Justi, os únicos feitos com consciência, eram restritos e em parte contraditórios. Depois, e pouco a pouco, os nossos agrupamentos e identificações dessa época foram recebendo confirmação e, com êles, a teoria da evolução da nossa pintura, que, em 1911, após o estudo dos paineis de S. Vicente, não tivemos dúvida em emitir.

Era esta então ousada? Assim a considerou, pelo menos, no seu prefácio para a 3.ª série dos *Pintores Portugueses*, o grande erudito Sousa Viterbo, cujo aplauso aos nossos trabalhos não podemos deixar nunca de recordar com gratidão. A sua ousadia era porém só aparente e para os que, não tendo podido estudar como nós, em um já relativo conjunto, a obra dos pintores portugueses do século de quinhentos e não dispondo dos elementos de comparação de que nós dispúnhamos, não podiam por isso também julgá-la com a relativa segurança com que nós a julgavamos.

Luciano Freire que, não sem dificuldade, pudéramos chamar para junto de nós em 1908, tão desgostoso estava com os ataques

que sofreram os três primeiros *restauros* que fizera anteriormente (Memling, Van der Neer e Van Laer), e que, acedendo por fim aos nossos instantes pedidos, iniciou nessa época, com o tratamento magistral dos paineis de Nuno Gonçalves, a obra admirável de restituïção que tem vindo desde então realizando, não deixou nunca, desde êsse ano, de colaborar connosco nesse campo; e tão constante tem sido sempre a sua colaboração que, em muitos casos, as conclusões a que cheguei só eram possíveis com a comunidade do nosso trabalho.

Ao recordar agora o caminho andado e ao constatar a obra já ultimada, não posso nem quero deixar de prestar-lhe aqui esta homenagem, evocando mais uma vez a fraternidade, nunca quebrada nem desmentida, dos nossos esforços.

¿Porque é que, ao agruparmos a obra do mestre de pintura dos antigos retábulos da igreja de S. Francisco de Évora, a pusemos sob o nome de Jorge Afonso? Por todos os motivos.

S. Francisco de Évora não era só uma igreja franciscana e, como tal, pobre e sob a protecção régia ou de determinada casa rica. Mais do que isso, essa igreja era por assim dizer a *capela* do Paço real da cidade, visto constituir, com o convento e o Paço, um conjunto, sendo ali que os monarcas iam ouvir a sua missa diária e assistir aos ofícios divinos quando isso lhes cumpria ou aprazia. Em comunicação directa com êste, pois entre o Paço e a igreja não havia interrupção, passando-se, no reinado de D. João II, de um para outro edifício por sete portas, os reis tinham na respectiva capela-mor a sua tribuna privativa. As que ainda ali se vêem, e que são dois belos trabalhos de Nicolau Chanterene, sobretudo a que fica mais perto do altar, datam de D. João III. Nestas condições, o que era natural e lógico é que as pinturas que D. Manuel, prosseguindo a obra de remodelação iniciada por D. João II, mandou fazer, fôssem de pintor régio ou que ao rei merecesse consideração especial; e se as que atribuimos a Jorge Afonso foram iniciadas antes de 1508, data da nomeação dêste por D. Manuel, o carácter especialíssimo dessa nomeação, junto a outras razões, indica, a nosso ver, que foi Jorge Afonso o seu autor.

Dos pintores régios de D. Manuel, nenhum dos anteriores a

Jorge Afonso teve aceitação especial no espírito do monarca, pois mesmo Afonso Gomes, que é o único, dos que residem em Lisboa, que recebe tença (5.000 reais por ano) tem-na por confirmação de carta anterior passada por D. João II; e, conjuntamente com as referências feitas na carta de nomeação dêste último artista, as circunstâncias em que se encontra sua viúva em 1513, provam que seu marido não logrou a valer a protecção real. Quanto a Álvaro Pires, êsse vê-se que a sua nomeação foi apenas honorária e talvez em conseqüência do facto do seu casamento com a filha de Luís Martins (?) (carta de 19 de Fevereiro de 1539); e os restantes, dos quais apenas um, Diogo Gomes, tinha a tença de 4.000 reais brancos, ou trabalhavam, como êle, em Sintra e lá residiam, ou viviam e trabalhavam em Santarém.

Conseqüentemente e tendo mesmo só em conta os termos da carta de nomeação de Jorge Afonso para pintor régio, a hipótese de ser êste artista o autor do retábulo da capela-mor de S. Francisco de Évora, impõe-se. Diferentemente das cartas análogas que, ou não tem preâmbulo ou se limitam a duas ou três palavras sôbre o mérito ou serviços prestados pelo pintor, nesta diz-se o seguinte: « a quãtos esta nosa carta virem fazemos saber que sabemdo nos qũa sofyciente oficiall he Jorge A° (Afonso) pymtor pera todas as cousas que a noso serviço cõprirem, e que em todas as cousas de que ho ẽcarregamos nos ha asy bem de servir e *como sempre o fez e allem dello avẽdo respeito aos serviços que delle temos recebidos* e ao diãte esperamos receber, por lhe fazermos graças e merce, temos por bem e o filhamos ora novamente por nosso *pymtor e queremos que elle seja examinador e veador* de todas as obras de pymtura, etc.»

Estas obras eram não sòmente as que fôssem feitas para D. Manuel, mas também tôdas as que o monarca pagasse, sendo ainda o *avaliador* por parte de D. Manuel de tôdas as que tivessem de ser avaliadas. E para isso passava Jorge Afonso a receber 10.000 reais brancos por ano e a ter todos os outros privilégios e liberdades que tinham ou tivessem tido os oficiais análogos de D. Manuel e os de todos os monarcas anteriores, tendo o pintor, sempre que fôsse chamado por mandado do monarca ou enviado por sua ordem a qualquer parte, além dos 10.000 reais, direito à mercê que fôsse justa e parecesse bem ao rei.

Tinha portanto Jorge Afonso, em 9 de Agosto de 1508, prestado

já serviços, e serviços tão extraordinários que não só a sua tença era o dôbro da tença de Afonso Gomes, mas, ao ser nomeado pintor régio, era elevado juntamente a um alto cargo sem precedentes conhecidos entre nós, como era o de examinador, veador e avaliador de tôdas as obras, ou régias ou simplesmente pagas pelo monarca, isto é, qualquer cousa como o chefe máximo da arte do país nessa época. E dizemos da arte e não da pintura porque a suzerania de Jorge Afonso não se limitava a esta modalidade artística. A sua intervenção estendia-se à esculptura e até mesmo à arquitectura. Ora êsses serviços, que não podiam ter sido realizados ùnicamente após a morte de Afonso Gomes, se é que êle faleceu anteriormente à nomeação de Jorge Afonso, pois em 10 de Abril de 1508 ainda aquele pintor existia, deviam ser os prestados por Jorge Afonso em S. Francisco de Évora, visto tôdas as grandes construções de D. Manuel, incluindo o Paço da Ribeira, terem tido um acabamento mais tardio e portanto incompatível com aquela hipótese. E é por isso que tôdas as obras de pintura conhecidas ou documentadas dessas edificações, ou são joaninas, como as da Batalha, Jerónimos, Misericórdia de Lisboa e Santa Cruz de Coimbra, ou, quando manuelinas, do segundo decénio do século de quinhentos, como as da Relação, Igreja da Conceição e Paço da Ribeira, ou de ambos êstes dois períodos, como Tomar.

A Igreja de S. Francisco de Évora, essa, como a do Espinheiro (mas aí a pintura é mais tardia e de artista conhecido: Frey Carlos) já estava quási construida quando D. João II faleceu. Com a capela-mor, todo o corpo da Igreja é tìpicamente gótico, e a esfera armilar que se vê na parede em que se abre o arco daquela é simplesmente, como os outros emblemas, a repetição do que se vê na fachada manuelina, e aparece portanto ali apenas para reivindicar a comunidade da intervenção dos dois monarcas na obra. E isto está comprovado documentalmente, pois em 1500 (Gabriel Pereira, doc. III), já se estava a ladrilhar e a trabalhar nos retábulos, obras a que só se procedia quando os edifícios estavam concluidos ou a caminho disso. De resto, a análise dos paineis que provêm dessa igreja não deixa sôbre o caso a menor dúvida. Anteriores aos que constituiam o retábulo da capela-mor da Sé de Viseu, como o mostra, entre outras coisas, o carácter rigorosamente gótico dos pormenores arquitectónicos que nêles se vèem e que apenas é desmentido em um minúsculo pormenor da tábua representando

«Christo a caminho do calvário», êsses paineis, de acôrdo com o que diz o documento, deviam ter sido iniciados cêrca de 1500, e embora a sua factura total levasse alguns anos, deviam estar já acabados quando, em 8 de Fevereiro de 1508, D. Manuel escreveu a Álvaro Velho sôbre a ida a Évora de Olivel de Gand.

E isto põe-nos em face da afirmação feita pelo erudito escritor sr. D. José Pessanha (*Arte Portuguesa*, pág. 85), de ser Francisco Henriques o autor das pinturas para que Olivel de Gand fêz, em S. Francisco de Évora, a obra de talha que, segundo Frei Jerónimo de Belém, as enquadrava ainda no meado do século XVIII.

Começadas a realizar, nesse caso, em 1509 ou 1510, o que já dissemos bastaria para tornar impossível esta hipótese. Se isso porém não bastasse e não houvesse ainda o argumento definitivo de, em um dos paineis que restam do poliptico (?), o que representa o encontro de Abraham e Melchisédec, se ver que a pintura foi em parte, e parte essencial ao efeito da composição, encoberta pelas ogivas da moldura que para ela lavrou Olivel de Gand, o que prova irrefutàvelmente que essa moldura é posterior à pintura, haveria ainda a análise dos próprios documentos que motivaram o artigo do sr. D. José Pessanha.

Publicando-os, prestou, sem dúvida, o sr. D. José Pessanha mais um bom serviço à história da arte em Portugal, embora seja de sentir que o erudito escritor ignorasse que parte do que trouxe a público (os n.os: 79, 80 e 81, maço 6, do corpo cronológico) já tinha sido publicado anos antes pelo ilustre polígrafo, sr. Gabriel Pereira, no seu importantíssimo trabalho: *Documentos históricos da cidade de Évora*. E pena foi que assim sucedesse, pois o conhecimento dos documentos publicados nesta obra, te-lo-ia levado certamente a conclusões diferentes daquelas a que chegou.

Se Francisco Henriques, vidreiro e pintor de vidramentos (doc. de 1508) é o mesmo que foi pintar o retábulo lavrado por Olivel de Gand (doc. de 1509 e 1510), não o podemos dizer; embora não vejamos inconveniente nisso, sobretudo tratando-se de um flamengo, pois o carácter especial da pintura que o levava, em 1509 ou 1510, a Évora era compatível com a das vidraças, em que parecia ser um excelente mestre. Quanto a não ser êsse artista o Francisco Henriques nomeado passavante «Santarém» em 1514, também nada ousamos dizer, pois a conclusão da sua nacionalidade portuguesa, a que chegou o Professor Luciano Freire,

na sua interessante e utilíssima genealogia artística de Jorge Afonso, é da mais lógica dedução e do mais absoluto rigor, a-pesar da dúvida que oferece o facto da identidade dos nomes das mulheres de Francisco Henriques e Pero Anes.

O que porém, e mesmo só à face dos documentos em questão, não pode oferecer já a menor dúvida é que a pintura que foi, com um companheiro, fazer a Évora, em 1509 ou 1510, Francisco Henriques, nada tem com a parte pròpriamente pictural do retábulo, não sendo essa pintura senão a pintura ou *encarnação* da imagem de S. Francisco esculpida por Olivel de Gand. A avaliação destas obras feita por «Gracya Leall e Joann Leall, carpinteiros de maçonaria», mostra que, em 28 de Maio de 1509 (G. P. doc. X), já Olivel de Gand tinha concluido o retábulo grande da capela-mor e «mays em madeira ho coçofycyo e nossa Sorã e Sam Francisco». E «pela avaliação de certas obras de mestre Olivel» (G. P. doc. XII), vê-se que, em 2 de Junho do mesmo ano, se estipula a quantia que aquêle artista deve «ora receber por desassentar o dito retabro moor donde ora esta assentado de o tirar e entregar ao pee delle s. as peças que sam de tirar pera dourar e pintar», estipulando-se ainda a soma a dar-lhe «per o tornar a assentar depois de pintado».

O que portanto Francisco Henriques vai fazer a Évora é pintar o *retábulo* esculpido por Olivel de Gand e não realizar a obra pròpriamente pictural que aquêle enquadrava, obra que já estava feita e que, de resto, pela sua própria natureza (na maior parte pintura de cavalete) e importância, não podia ser realizada *in loco*, devendo ter sido feita em Lisboa na oficina de Jorge Afonso. E assim esclarecem-se os períodos que tão obscuros pareciam ao sr. D. José Pessanha e que são como seguem: «Quanto á imagem de S. Francisco, havemos por bem que se *pinte rico*, como Francisco Henriques diz que ha de pintar o de Lisboa, e como os pintam em sua terra, pera corresponder com o retabulo; e quanto as imagens de vulto que era obrigado pintar e houverom por bem que se nom puzessem em cima do guarda-pó, — vereis o que se merecia d'ellas, e descontar-lho-heis no pagamento que houver d'haver...»

A pintura rica à maneira da sua terra e «pera corresponder com o retábulo», que era flamengo, era à maneira das Flandres, onde o realismo nesse campo era o mesmo que se traduzia em pintura na verdadeira ourivesaria com que eram *levantados* e lavrados alguns dos pormenores dos paineis dos seus melhores artistas,

sobretudo a partir dos Van Eicks. E isto é fácil de constatar mesmo entre nós nas esculpturas flamengas que nos restam dêsse período, como na da linda imagem do arcanjo S. Gabriel, que faz face ao altar de Nossa Senhora do Anjo, da Sé de Évora. A pintura portuguesa de então, sem a nítida influência da escola de Anvers, que, poucos anos depois, devia ser entre nós a grande orientadora, guardava ainda, com Jorge Afonso e os outros continuadores mais próximos de Nuno Gonçalves, a maior sobriedade decorativa. E a conjugação do primeiro dêsses períodos do documento acima transcrito com o que se lhe segue, e ainda com a referência da respectiva crónica seráfica (cap. V), pela qual se vê que, em 1750, a imagem de Nossa Senhora ainda existia com o primitivo retábulo da capela-mor, mostra que o têrmo « as imagens de vulto » do segundo dêsses períodos, não vinha ali por a de S. Francisco o não ser, mas sem outro sentido que não fôsse a de simples referência às imagens que se desistira de colocar sôbre o guarda-pó e que, deixando assim de fazer parte do retábulo, não necessitavam por isso de ser pintadas.

Que imagens eram essas? Fácil é supô-lo. Tratava-se de-certo das que constituiam o « Crucifixo » e que, devendo ser a de Cristo na cruz, S. João e a Virgem, mostram que esta última foi, pelo menos, esculpida duas vezes para S. Francisco de Évora, visto a que existia no século XVIII representar, segundo o cronista, Nossa Senhora da Porciúncula.

A identificação dos retábulos de S. Francisco de Évora com Jorge Afonso tem ainda outras razões e não menos importantes: as da sua técnica.

Ainda na tradição de Nuno Gonçalves, com os amplos panejamentos e a sobriedade de pormenorização do pintor de D. Afonso V, Jorge Afonso se, diferentemente dêste artista, *prepara* já as suas tábuas com cola e cré, fá-lo entretanto com uma parcimónia que, afastando-o do que era então corrente nas Flandres e Itália, mostra que à sua aprendizagem não foi estranha nesse ponto a influência do autor dos paineis de S. Vicente. E êsse processo, que podemos considerar de transição entre o particularíssimo do grande pintor português quatrocentista e o dos mestres portugueses em evidência a partir do segundo decénio do século de quinhentos,

é exactamente o que nos revelam os paineis de dois artistas, um dos quais, Gaspar Vaz, sabemos documentalmente ter aprendido com Jorge Afonso, e o outro, Vasco Fernandes, ter tido com êle relações tão especiais que tornam igualmente plausível essa aprendizagem.

E além disso, que é já alguma coisa, temos também, o que é fundamental, a maneira de pintar dêstes dois artistas, maneira que, sendo diversa da dos pintores nacionais contemporâneos e nada conforme com as influências estranhas que Portugal então sofria neste campo, é precisamente a de Jorge Afonso. Impressionistas todos três, tanto quanto o podiam ser pintores daquele tempo, embora os dois artistas de Viseu o sejam menos fortemente que Jorge Afonso, uns e outros visam sobretudo ao efeito da côr, sem se perderem na realização de pormenores em que se perdiam os artistas flamengos da época, essencialmente realistas, e, como tais, visando pelo menos tanto ao desenho como à mancha.

Em Vasco Fernandes e Gaspar Vaz, sobretudo neste último, é ainda manifesta a influência de um mestre flamengo, que é aquele cuja mão é dominante nos cinco paineis que restam do antigo retábulo da capela-mor da Sé de Lamego, e a que chamaremos «mestre de Salzedas» [1], pois aí êle aparece-nos isolado nos dois paineis que há anos encontrámos nesta igreja; mas essa influência limita-se quási só ao maneirismo dos cabelos, vistos sob uma forma especial e acentuadamente linear, sem esquecer que êsse maneirismo reveste já, nos dois pintores, um carácter *sui generis* e menos exótico, caldeado e transformado na sua visão essencialmente nacional.

No mais, a técnica de Jorge Afonso domina-os em absoluto, e o próprio particularismo das carnações, que é, em Jorge Afonso, diferente de tudo o que conhecemos da época nas Flandres e que o aproxima apenas, mas vagamente, de alguns dos mais célebres pintores milaneses do Renascimento, êsse mesmo e embora mal compreendido, como não podia deixar de ser, pois traduz uma visão pessoal e especialíssima, não deixa de ter o seu rasto em Vasco Fernandes e Gaspar Vaz. Influência esta nociva como tôdas as simi-

[1] Embora nada possamos dizer de definitivo por agora quanto à identificação dêste mestre, não podemos deixar de constatar desde já as suas afinidades com a obra averiguada de António de Holanda.

lares, e sem dúvida a causa do que há de mole e inconsistente em muitas das máscaras de Vasco Fernandes e, sobretudo, nas de Gaspar Vaz, sendo ainda a razão da simpatia de um e outro, especialmente do segundo, por certos tipos de mulher que, como no « Pentecostes » da sacristia de Santa Cruz de Coimbra, fazem pensar em visões deformadas de tipos do grande Perugino.

Por falta de documentos pictóricos, não se sabe bem ainda hoje o que foi a escola de Louvain, mas a idea em que sempre estive da influência que ela teve entre nós no começo do século de quinhentos, e que documentos, ainda desconhecidos dos nossos eruditos, vieram posteriormente comprovar, tem a sua confirmação no estudo da obra de Jorge Afonso. Influência felizmente restrita, é certo, pois êsse sentimento quási caricatural da arte, que teve o seu mais típico cultor em Albert Bouts, entrou já em Portugal quási simultâneamente com as influências de um mestre de outra envergadura como era Quentin Metsys, e tão grande que soube, sem se desnacionalizar, conjugar as influências italianas com as que constituiam a grande tradição dos maiores mestres do seu país.

Mas nem por isso essa influência deixa de ser evidente então entre nós, e não o é só iconogràficamente na escolha de assuntos que lhe são quási particulares, tão raros êles são na obra dos pintores primitivos de todos os países, como os do «Encontro de Abraham e Melquidèsec» e a «Apanha do maná» (retábulo da capela-mor de S. Francisco de Évora), mas ainda em certos tipos duros e angulosos como os que se vêem, entre outros paineis, nas «ceias» dos retábulos das capelas-mores de Viseu e Évora. Próximos parentes dos tipos figurados nos pequenos paineis procedentes desta última Sé, e que são talvez as predelas ou *pendentes* do antigo retábulo da capela-mor desta catedral, êstes paineis, na tradição de Albert Bouts, podem bem ser obra de um certo Roelof Van Velpen, natural de Louvain, que, com outros companheiros, veio, no comêço de 1501, a Portugal, onde se demorou cêrca de 10 meses.

Á mesma tradição pertence o tríptico da Igreja de Miragaia do Pôrto, que é, como técnica e carácter, próximo parente do painel do museu de Anvers: « S. Leonardo libertando os prisioneiros », obra esta de um imitador de Thierri Bouts. E do convento de

S. Francisco de Tôrres Vedras, trouxe, há anos, uma «Natividade», mas esta um pouco mais tardia e portuguesa, cujo autor não podia desconhecer a «Natividade» do mesmo museu flamengo, e obra do mais novo dos Bouts. Não tendo também escapado a esta última influência, Jorge Afonso, graças à sua preocupação de manchar largamente, salva-se assim, ainda nos seus quadros de pequenas dimensões, da rigidez em que caíram os mestres que, nesses painéis, seguiu mais de perto.

É que Jorge Afonso não é um simples realista. Diferentemente dos outros pintores portugueses do seu tempo, cujo naturalismo é sempre a idealização da visão directa, e excepção feita dos que procedem dêle, mas que lhe são neste campo inferiores, como Vasco Fernandes e Gaspar Vaz, e de um que lhe é menos próximo, mas que com êle tem contudo algumas afinidades: Cristovão de Figueiredo, Jorge Afonso possui o dom raríssimo entre nós da imaginação. E em tão alto grau dispõe dêsse dom, que tem assim um lugar aparte, não já só entre os pintores do seu país, mas mesmo entre a maioria dos pintores estrangeiros do seu tempo.

E, no campo da imaginação, Jorge Afonso não é apenas o escravo das suas ideas, mas, melhor do que isso, domina-o, conjuntamente com aquelas, o poder da sua sensibilidade. Assim e quando se não limita a plasticizar o *arranjo* de um milagre, como no painel do Museu de Arte Antiga: «Nossa Senhora das Neves» [1], cujo efeito de conjunto é prejudicado pela scena que se desenrola no último plano à direita, ou a representar-nos sintèticamente a vida de santos, como no «S. Cosme, S. Tomé e S. Damião», do mesmo museu, e nos dá um *passo* da Paixão de Cristo, o que afirma sobretudo aí é a sua emoção. E tudo o mais, ainda o que é plàsticamente fundamental, é, por vezes, como o desenho, relegado a um

[1] Há neste painel um arcaismo digno de nota para a história dos nossos costumes e que é ainda uma prova da nacionalidade portuguesa da pintura. Na scena figurada no 1.º plano, à direita, dentro de um compartimento, onde a Virgem aparece ao juiz íntegro, êste e a mulher são representados nus na cama em que descansam. Ora na época em que o quadro foi pintado, comêço do século XVI, já a moda corrente lá fora havia anos, entre gente desta categoria, era dormir vestido. Como em tudo, essa moda, que data do início da renascença, chegou a Portugal com alguns anos de atraso.

plano secundário pelo artista que, sem a serenidade necessária para subordinar o fim aos meios, cria uma obra que, com todos os defeitos técnicos, não deixa de ser grande porque vive intensamente pelo seu patético. É êste, entre outros, o caso do painel: «Lamentação sobre a morte de Cristo» (série do retábulo da capela-mor de S. Francisco de Évora).

Desenhador impecável quando o quere, como o prova, entre outras pinturas, a sua «Anunciação», da colecção José Relvas, e o evidenceia ainda mais de um pormenor de outros paineis seus, o desenho da «Lamentação sôbre a morte de Cristo» é entretanto, em mais de um ponto, duramente maltratado, o que não impede porém que, caldeada essa obra no fogo da alma que a concebeu, viva com uma intensidade que só assim gerada podia ter. E é curioso constatar como, nesse painel, na atitude da Madalena, o artista se afasta do processo dramático da pintura flamenga, não menos intensa, mas visando sobretudo ao jôgo fisionómico, e se aproxima da concepção italiana, mais gesticulante e mediterraneana, concepção de que é exemplo típico o quadro de Foppa, de Berlim, que versa o mesmo assunto.

Se o romantismo, cujo pontífice máximo foi Delacroix, pode ter precursores tão longínquos, Jorge Afonso é um dêles. E é-o como pouquíssimos do seu tempo, pela junção de características que, na época, se podem encontrar separadamente em um outro artista, mas que difìcilmente acharemos reünidas em um só. É desta forma romântico não só pelo *sfumato* das suas carnações e sobretudo das suas máscaras, como o é pelas grandes proporções que, sempre que a amplidão dos paineis lho permite, dá às suas figuras, como o é ainda igualmente pelo seu fito essencial da mancha, fito a que, como já dissemos, sacrifica fàcilmente outras qualidades técnicas. Por isso, não fraqueja nunca como colorista; afirmando-se como tal na harmonia dos conjuntos, qualidade esta que de resto se encontra sempre também nos dois pintores beirões que dêle procedem, um dos quais, Vasco Fernandes, tem, no Calvário, do museu de Viseu, uma das mais belas páginas decorativas que conhecemos do seu tempo. E assim e emquanto Gregório Lopes, por exemplo, a-pesar-de tôda a sua admirável técnica, deixa, por vezes, nas suas sombras, resvalar algumas das suas côres até

ao negro duro e opaco, Jorge Afonso não deixa nunca de manter a pureza e brilho dos seus tons, ou seja em plena luz, ou na meia--tinta, ou na sombra ainda a mais acentuada. E a sua paleta não é nem extensa nem complexa, mas antes sintética e simples como a de todos os verdadeiros coloristas, sendo precisamente graças a essa sobriedade da sua gama pictórica que os seus tons, não tendo estado sujeitos a grandes reacções químicas, se mantêm inalteráveis através do tempo, explendendo, ainda hoje, os seus carmins (e só êstes têm velaturas), verdes e amarelos com o brilho e justeza dos primeiros dias.

Todos os paineis existentes no Museu Nacional de Arte Antiga que damos a Jorge Afonso, procedem de S. Francisco de Évora. E êsses paineis, além dos cinco expostos («Virgem das Neves», «A Virgem Rainha entre Santa Jubita e S. Guerito», «O Propheta Daniel libertando a Casta Suzana», «Apparição de Christo a Santa Maria Magdalena» e «S. Cosme, S. Thomé e S. Damião»), dos quais os quatro últimos correspondem, como medida, à dos doze retábulos feitos por Olivel de Gand para os altares laterais daquela Igreja, são doze, representando, respectivamente, os seguintes assuntos: «Pentecostes», «Abraham e Melquidésec», «Apanha do maná», «Missa de S. Gregorio», «Ceia», «Jesus no Horto», «Christo a caminho do Calvario», «Descida da Cruz», «Lamentação sobre a morte de Christo», «Santos Martyres de Marrocos», «S. Bernardino de Siena e Santo Antonio (?)» e «S. Boaventura e S. Luiz».

O primeiro dêstes paineis (Pentecostes), análogo aos quatro de maiores proporções expostos no Museu, constitui, sem dúvida, a pintura do antigo retábulo de uma outra das capelas laterais. Quanto aos onze mais pequenos, têmo-los como o que resta do antigo retábulo da capela-mor, embora um dêles (Santos Martyres de Marrocos) represente um assunto que é a invocação de uma das actuais capelas laterais. E têmo-los como os paineis que provêm do antigo retábulo da capela-mor porque, devendo, pelo seu assunto, os quatro relativos à Paixão de Cristo ter feito parte daquele retábulo, os outros sete mostram ter tido molduras análogas e têm todos a mesma largura.

Pela sua altura, os quatro representando: «Abraham e Melqui-

*S. COSME, S. TOME E S. DAMIÃO* por JORGE AFONSO

MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA

*ANUNCIAÇÃO* por JORGE AFONSO

Colecção do Sr. José Relvas

dèsec», «Apanha do maná», «Missa de S. Gregorio» e a «Ceia», e todos com vestígios de molduras quadrilobadas, deviam constituir a série ou andar inferior; os quatro relativos à Paixão, com vestígios de molduras bilobadas, agrupar-se-iam ao centro; e os três restantes, acusando vestígios de molduras trilobadas e versando assuntos franciscanos, com outro que certamente falta, rematariam picturalmente o retábulo, se é que êle tinha só três andares de pintura, o que não era ainda nesse caso tudo, pois na sua composição, como já ficou dito, entravam também imagens de vulto.

Além dêstes paineis e da série do antigo retábulo da capela-mor de Viseu, agora expostos no museu regional Grão-Vasco, possui o sr. José Relvas quatro procedentes de uma igreja de Évora ou arredores, grupo de que faz parte a «Annunciação», cuja fotogravura acompanha êste artigo [1].

A cronologia destas obras é, a nosso ver, a seguinte: os paineis mais antigos são os de Évora, se bem que os de Viseu devem ter sido encomendados quando a factura daqueles não estava de-certo ainda acabada. Os da colecção José Relvas, acusando uma maior influência de Quentin Metsys, são os mais tardios.

Nos paineis de Évora, há a colaboração de dois artistas, tendo um dêles, que intervém sobretudo nos quatro *pendentes* do retábulo, afinidades, não de técnica, mas de carácter, com Frei Carlos. O outro lembra, em alguns dos pormenores dos panejamentos dêstes mesmos *pendentes*, a técnica de Gregório Lopes. Mas ¿ nessa época podia êste último artista ter auxiliado já Jorge Afonso?

Quanto aos paineis de Viseu, a colaboração do «mestre de Sal-

[1] Os dois retábulos para o cruzeiro a que se referem os documentos já citados de Gabriel Pereira, são apenas mencionados entre as obras encomendadas a Olivel de Gand, não figurando entre as que êle concluiu e os peritos examinaram e avaliaram. E, em nosso entender, não chegaram a ser feitos e isso de-certo por a pintura não ter sido executada por Jorge Afonso, pois os paineis que compõem os dois retábulos que existem ainda hoje em S. Francisco de Èvora, naquele lugar, são de data posterior (segundo ou terceiro decênio do século de quinhentos) e obra de Cristóvão de Figueiredo e Gregório Lopes. A intervenção de Garcia Fernandes, que se sabe documentalmente ter trabalhado para esta igreja, não é manifesta nestes retábulos e, se existiu, deve ter sido absolutamente secundária (fundos e panejamentos). Dêste artista é porém indiscutívelmente a «Pietá» que, com outros quadros muito secundários e de época posterior, se véem na capela do Senhor dos Passos da mesma igreja.

zedas» é indiscutível, e isso não só nos brocados típicos e de uma tonalidade fora da visão nacional, mas ainda em alguns dos pormenores arquitectónicos, que sendo, como visão, exóticos, indicam também o sentimento de miniaturista do artista.

Nos paineis da colecção José Relvas, a colaboração alheia, se a há, é mínima, e funde-se desaparecendo no efeito pessoalíssimo do conjunto.

Chefe de uma dinastia artística talvez sem precedentes, pois não se limitava, como sucedeu geralmente lá fora, ao agrupamento de um ou dois ramos de família que se dedicavam à mesma especialidade, e reünia antes artistas de géneros e procedências diferentíssimas, a individualidade de Jorge Afonso é já hoje, graças aos documentos que tem vindo sendo descobertos sucessivamente, bastante conhecida. Ignora-se, é certo, e isso é freqüente com os artistas dessa época, onde e quando nasceu; mas em compensação, pode seguir-se, com relativa certeza, a linha da sua vida desde um período anterior a 1508 até aos primeiros meses de 1540 em que faleceu. E o seu testamento, que é um documento da maior importância, mostra-nos o grande valor da sua fortuna, que era, de resto, já importante em 1504, e esclarece-nos ainda sôbre a sua descendência, em que avulta a figura de seu neto, Cristóvão Lopes, pintor de D. João III e D. Sebastião, e que era filho de sua filha Isabel Jorge, casada com o pintor régio de D. Manuel e de D. João III, Gregório Lopes.

De entre êsses documentos, e sem esquecer os que se referem às minas de Aljustrel, cumpre destacar os relativos ao retábulo da igreja da Conceição, que pintou entre 1519 e 1521. Presentemente de diminuto valor, visto ignorar-se o paradeiro dêsse retábulo, que é natural ter-se perdido, com a quási totalidade da Igreja, no grande terramoto de 1755, êsses documentos revestirão a mais alta importância se aqueles paineis um dia forem encontrados, pois êles mostrar-nos-iam a evolução por que o artista passou em cêrca de catorze anos e em época em que a pintura se tinha tão profundamente transformado aqui e lá fora.

Não são porém só êsses documentos que nos merecem menção especial. Outros recentemente descobertos exigem registo. Referimo-nos ao que nos indica a sua qualidade de arauto «Malaca», em 4

de Julho de 1515, e foi achado pelo sr. dr. Reynaldo dos Santos no arquivo da Tôrre do Tombo e subseqüentemente completado por outros, também ali encontrados, pelo seu ilustre director, o sr. dr. António Baião, e que são relativos ao pagamento de verbas que Jorge Afonso recebeu, naquela qualidade, em 1534 e 1535.

Cargo da mais alta importância e que até agora, que se saiba [1], só foi concedido entre nós a um outro artista, o imaginário régio Nicolau Chanterene, no quarto decênio do século de quinhentos, êle seria por si só a prova do crédito especial que Jorge Afonso gozou, pois a concessão do segundo grau de oficial da armaria representava uma honra que só a raríssimos era concedida.

O documento, que é a conta do traje destinado ao novo arauto, tendo de ser posterior à sua nomeação, leva-nos à conclusão de que esta, cuja minuta aliás se conhece, mas sem data, não podia ser muito anterior a 1515 [2], e como a nomeação de arauto só podia recaír em indivíduo que tivesse exercido o cargo de passavante pelo menos durante sete anos, temos assim Jorge Afonso nomeado para êste último ofício cêrca de 1508, ou seja não longe da sua nomeação de pintor régio. Depois do que está já dito, desnecessário é acentuar a importância desta conclusão pelo que respeita à atribuïção a Jorge Afonso das pinturas provenientes de S. Francisco de Évora cuja factura o Rei recompensou como D. João III havia de fazer a Nicolau Chanterene após a conclusão do retábulo de Sintra.

Não é porém só nisso que o documento em questão tem interêsse. Tem-no ainda nos pormenores que nos dá para a história da indumentária do tempo, permitindo-nos evocar o personagem com mais nitidez do que através do desenho que, no mesmo ano, nos dá de idêntica figura a «Marcha Triunfal do Imperador Maximiliano». E entretanto essa imagem reveste aí a maior minúcia, representada montando um cavalo ricamente ajaezado e gualdrapado e empunhando, apoiada no estribo, a haste do nosso estandarte real.

[1] Documento encontrado pelo sr. dr. Reynaldo dos Santos.

[2] Se a nomeação de arauto de Jorge Afonso é anterior à de Francisco Henriques para passavante « Santarém » em 2 de Junho de 1514, êste, nesse caso, foi, certamente, preencher a vaga que deixou aquele, como anos mais tarde, António de Holanda, a-pesar das reclamações de Garcia Fernandes, foi preencher a vaga de Francisco Henriques.

No perfil hierático do cavaleiro, só é, por assim dizer, visível, do vestuário, a ampla capa, e esta é bem do tipo da «capa à francesa de mangas curtas de feição de balandrau em veludo alionado» que mestre Anriques Machado talhou para o nosso pintor. A cota, saio ou jaqueta de damasco, que o mesmo mestre forneceu a Jorge Afonso e de que há um exemplar português característico no museu da armaria de Bruxelas, desaparece ali sob aquela. Quanto à bandeira, essa é arcaica e sem dúvida diferentíssima das que Jorge Afonso pintou, em 1515, para a recepção da embaixada do Preste Joham e para a expedição a Mamora[1] decoradas com as cinco chagas de Cristo e a divisa: « In hoc signo vinces », uma e outras tão caras a D. Manuel.

¿ E qual a razão daquêle arcaismo ? Não é fácil dizê-lo.

Não podemos porém deixar de constatar que essa bandeira, que nada tem com a época do cortejo e que tão sugestiva é pelo simbolismo particularíssimo com que a flor de lis aí aparece, faz pensar em um dos dois retratos guardados no museu dos velhos mestres de Viena e que representam a Imperatriz D. Leonor, irmã de D. Afonso V. E essa princesa, que é precisamente a mãe do Imperador em honra de quem o mestre de Nuremberg e Hans Burgkmair executaram a admirável « marcha triunfal », vê-se representada nesse painel, com uma estilização heráldica de emblemas que é idêntica àquela com que está figurada a Princesa que se vê no estandarte.

Imaginada como foi pelo próprio Maximiliano esta composição, essa bandeira deve ser assim, a nosso vêr, mais do que o símbolo do país, cujo escudo nela se vê entretanto em tão grande destaque, a afirmação de um sentimentalismo que, por ser intimo e pessoal, não deixa comtudo de nos interessar e de nos ser mesmo por isso especialmente caro.

JOSÉ DE FIGUEIREDO.

[1] Documentos encontrados pelo sr. dr. Reynaldo dos Santos.

# CONVERSÃO E MORTE DE JUNQUEIRO

AO contrário do seu mestre Vítor Hugo, que em vida publicou abundantíssima produção e morreu deixando ainda inéditos uns poucos de volumes, pois se mantivera sempre fiel à norma de *nulla dies sine linea*, Guerra Junqueiro é, para todos aqueles que pessoalmente o conheceram, muito maior que a sua própria obra. Pode afirmar-se que nunca se sentou à banca para trabalhar com regularidade, como quem cumpre um dever ou exerce uma profissão. Fazia quási todos os seus versos na rua, passeando, e apontava-os a lápis em quaisquer bocados de papel. E sendo hábil administrador das suas propriedades rurais e coleccionador espertíssimo de velhas preciosidades artísticas, com as quais pode dizer-se que constituiu e deixou ao morrer valiosa fortuna, Guerra Junqueiro prodigalizou durante tôda a vida, em conversas e devaneios orais que se evaporaram e perderam, a maior riqueza que Deus lhe deu: o génio da expressão verbal, o inexcedido poder de síntese fulgurante, que fazia da sua conversa uma maravilha de graça, de beleza e de vida.

Há muitos anos, em Paris, passeou Junqueiro durante mais de uma hora, pelas alamedas da grande cidade, com certo escritor francês contemporâneo, dos mais estimados e justamente célebres. Dois dias depois verificou o nosso Poeta com prazer e espanto que o artigo com que aquele famoso prosador francês colaborava essa semana no *Figaro* (ou no *Temps* ?), era, sem citar o seu nome, a reprodução textual de quanto êle próprio dissera na conversa com o... autor. E Junqueiro dizia com graça:

— Eu ditei — e êle embolsou os quinhentos francos...

O génio verbal de Junqueiro não o admirarão de-certo os que,

com Pascal, detestam Cícero, acham que a verdadeira eloqüência « se ri da eloqüência », condenam *les mots d'enflure*, comparam os escritores de antíteses aos arquitectos de janelas fingidas por causa da simetria, e a tudo preferem *o estilo natural* — sem se lembrarem de que todo o estilo é natural, desde que se prove espontâneo e sincero, e de que o estilo ascético de Pascal é tão natural a Pascal, como o estilo sonoro de Junqueiro é natural a Junqueiro.

Também não podem admirar Junqueiro incondicionalmente os espíritos lógicos, os críticos e sociólogos profundos, como êsse lucidíssimo pensador português António Sérgio, que nos seus *Ensaios* escalpeliza implacàvelmente tôda a produção do Poeta, à luz da coerência e do equilíbrio das ideias, para concluir não sem razão que o talento verbal de Junqueiro lhe serve muitas vezes, não para exprimir o que pensa, *mas para substituir o pensamento.*

E vem a dar na mesma conclusão o que observa outro conhecido publicista, o sr. Alfredo Pimenta, quando compara Guerra Junqueiro com Antero de Quental:

« A obra de Antero é para ser dissecada e discutida. Quanto mais íntima, mais minuciosa fôr a dissecção, mais essa obra ganha em grandeza. A obra de Junqueiro é para ser lida e ouvida: dissecada e discutida, perde. »

Tudo isto lembra naturalmente a definição que Paulo Bourget dava há quarenta anos, nos seus *Ensaios de Psicologia Contemporânea*, a propósito de Baudelaire, daquilo a que chamava *un style de décadence:* aquele em que a unidade do livro se decompõe, para ceder à independência da página, em que a página se decompõe para ceder à independência da frase, e a frase cede ainda por sua vez à independência do vocábulo. Resta-nos, porém, saber se, mais que estilo *de decadência*, não será isto antes estilo *de sensações*, perfeitamente compatível com algum alto grau de florescência literária ou social, embora, como aliás pode suceder com o verso, ao que há de sensorial na palavra, à simples beleza musical ou plástica do vocábulo, seja por vezes sacrificada pelo artista a função primordial, que àquele compete, de veículo do pensamento.

Do prestígio tirânico da palavra, do seu feitiço exercido nas almas desprevenidas (isto é: em quási tôdas as almas) foram vítimas muitos jovens leitores de Hugo, de Baudelaire, de Richepin,

de Junqueiro e de outros poetas geniais, que por assim dizer cloroformizam o raciocínio de quem os lê, levando a gente a admitir como correntes certas ideas já de si excepcionais e reforçando ainda o ludíbrio pela influência artística entontecedora do paradoxo brutal, da antítese violenta, da síntese temerária ou da desconcertante blasfêmia.

Três semanas antes de morrer foi Guerra Junqueiro visitado por um jornalista eminente, o dr. Augusto de Castro, director do *Diário de Notícias* de Lisboa, que preguntou ao Poeta quem era o seu candidato na próxima eleição presidencial. O autor da *Pátria*, que tanto contribuiu para o estabelecimento da república em Portugal, morreu quási reconvertido à monarquia e não poupava os seus sarcasmos lapidares ao sistema político vigente.

— ¿ O meu candidato ? *José Falcão, a inteligência e a honra !* — respondeu êle ao jornalista.

Ora o dr. José Falcão, professor de matemática na Universidade de Coimbra, homem sumamente venerado pelo seu valor intelectual e moral, foi um dos organizadores do partido republicano português, *mas morreu há perto de trinta anos.* E a resposta de Guerra Junqueiro equivale a afirmar que não existe hoje em Portugal um único homem bastante inteligente e bastante honrado para ser presidente da República. Expressa assim, nesta forma vulgar, a afirmação do Poeta patentea imediatamente a sua injustiça e falsidade; com o aspecto de síntese fulgurante que êle lhe deu, resumindo-a em três palavras, fazendo actuar estas como notas musicais e ao mesmo tempo como símbolos, a mesma idea desperta no espírito um mundo de sentimentos, vibra no cérebro como forte paulada, ou penetra-o como filtro irresistível. E por êste pequeno exemplo se pode explicar a influência enorme que tiveram em Portugal os seus livros de combate religioso ou político, que são quási todos os que escreveu.

A Igreja Católica tem sido perseguida há treze anos no nosso país ; as instituïções monárquicas seculares foram substituídas em 1910 pela forma republicana de govêrno ; a dinastia real de Bragança foi culpada e condenada como responsável das desgraças nacionais, e o seu representante, D. Carlos I, assassinado a tiro na praça pública em 1908.

Nenhum dêstes graves actos e crimes políticos se teria consumado sem o prévio impulso das ideas que os justificaram na consciência de um grupo ou de uma multidão. Ninguém contribuiu tanto como Guerra Junqueiro para transformar em fôrças de acção essas ideas impulsivas, porque ninguém como êle soube vestir-lhes as palavras mágicas por cujo condão elas precipitaram ràpidamente em sentimentos e energias. Não há, em língua portuguesa ou outra qualquer, sátiras contra o catolicismo de virulência comparável às da *Velhice do Padre Eterno*; e a *Patria* é libelo tão feroz contra a dinastia de Bragança e contra o seu último representante, D. Carlos I, que não será exagêro chamar-lhe um breviário de regicídio.

Graves são, pois, perante a História, as responsabilidades políticas e sociais de Guerra Junqueiro, ou dos seus versos vingativos e demolidores. Êle próprio o sentiu aliás como ninguém, tendo passado os últimos anos da sua vida, como é sabido, na contrição e no arrependimento. Já em 1919, em conversa comigo mesmo (Veja-se *Antologia Portuguesa*, *Junqueiro*, pág. LXXVI) o Poeta repudiou a *Velhice do Padre Eterno*, chamando-lhe *livro de mocidade*, acto de *cristianismo exacerbado*, panfleto *excessivo e injusto como todos os panfletos*. Posteriormente, em 1921, ao publicar as suas *Prosas dispersas*, acentuou aquela declaração em têrmos que são geralmente conhecidos.

Pelo que respeita à *Pátria*, não deixou Guerra Junqueiro declaração pública equivalente a esta. Mas sabe-se que entregou ao seu ilustre amigo Conselheiro Luís de Magalhães um exemplar do poema cheio de cortes feitos por sua própria mão e autenticados com a sua rubrica, assim como uma declaração escrita e assinada do seu punho, onde condena como falsas as novas edições da *Pátria* em que se conservem as páginas repudiadas. As supressões são muitas e por vezes longas. O livro definitivo ficará assim reduzido aproximadamente a dois terços do que era, e dêle desaparecerão os passos mais cruéis e injustos para Oliveira Martins, para a dinastia de Bragança e para o infeliz rei D. Carlos I.

Dissemos acima que eram graves perante a História as responsabilidades políticas e sociais de Guerra Junqueiro e dos seus

versos. Cumpre, para sermos justos, acrescentar algumas palavras de atenuação dessas responsabilidades.

Foi enorme e decisiva a influência do grande escritor no seu ambiente; mas a influência do ambiente no escritor não foi menor, e lembra a frase célebre do político francês: *Je suis leur chef, il faut donc bien que je les suive.*

Por muitas, senão por tôdas ou quási tôdas as facêtas do seu génio, Guerra Junqueiro é poeta épico. Faltou-lhe de-certo, para o ser totalmente, um conjunto de qualidades ou circunstâncias: a capacidade de construção poemática, a profundeza de pensamento, a oportunidade de uma visão construtiva e positiva dos factos ou destinos nacionais. Mas teve a eloqüência, o poder de amplificação e, qualidade épica entre tôdas, a simpatia com o ambiente — o permanente dom de vibrar com o comum e se interessar no colectivo, consubstanciando-se com êle. É ver como na sua produção avulta pouco ou nada o lirismo amoroso, forma que quási sempre assume, na poesia portuguesa, a inspiração individual. É ver como em *Os Simples*, o mais lírico dos seus livros, se tingem de côres épicas a própria mansidão e a própria humildade.

Outros poetas enclausuram-se na sua *tôrre de marfim* e aí, alheios às contendas do mundo, proferem os seus solilóquios, ou dialogam com o Infinito. Guerra Junqueiro, pelo contrário, foi o poeta da multidão e da praça pública, sempre atento ao rugido ou aos uivos da Cidade revoltada, sempre pronto a tomar partido na agitação do pretório ou do *forum*, sempre inclinado a dar o apoio da sua voz sonora e nítida às exigências ou protestos do bando inquieto e ululante que se intitula de *maioria* e usurpa os direitos desta.

Não são pois apenas de Junqueiro todos os versos de Junqueiro; não o são, pelo menos, os mais combativos e os mais políticos — aqueles que, carregados com o pêso prosaico da efeméride, manchados de ocasional, sujos de indelicadeza das turbas, poluídos pela inevitável grosseria revolucionária, aparecem nos seus livros como dedadas repulsivas e constituem por vezes a própria negação da Poesia.

E é assim — cremos nós — que deve ver-se a tragédia final da vida do Poeta, êsses transes de uma consciência em luta consigo mesma, dos quais só chegaram ao conhecimento do vulgo os três

actos de efeito exterior: repúdio da *Velhice do Padre Eterno*; mutilação da *Pátria*; pedido expresso do entêrro católico. Guerra Junqueiro quis separar das suas obras a colaboração grosseira e inferior de Todo-o-mundo. O pobre Poeta sentiu tarde de mais a ânsia de construir para si uma Tôrre de Marfim, e veio a edificá-la em-fim sôbre as ruínas da sua própria vida física e moral...

O caso de Guerra Junqueiro é afinal o de todos os quatro ou cinco grandes escritores portugueses que encheram com o seu génio a segunda metade do nosso século XIX e foram entre nós ao mesmo tempo heróis e vítimas do acre, tôrvo, misantrópico, negativo e destrutivo Naturalismo. Eça de Queirós, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, todos morreram arrependidos, de mal consigo próprios, desejosos de refazerem as suas vidas de outro modo, se isso lhes fôsse possível. Mas para nenhum dêsses foi tão brutal como para Guerra Junqueiro o equívoco entre a atitude literária e a realidade, entre as tendências avoengas do carácter e os efeitos ou repercussões da obra realizada. Eça de Queirós temperou de ironia as suas negações; em Ramalho o demolidor era quási compensado pelo pedagogo; Oliveira Martins, o mais complexo de todos, exagerava dramàticamente as doenças sociais, mas tinha ou julgava ter remédios para elas. Guerra Junqueiro foi o mais católico e o mais monárquico de todos quatro, como pode mostrar a leitura crítica inteligente e serêna das suas obras; mas foi, ao mesmo tempo, o que mais fortemente abalou os fundamentos da crença em que a Igreja se baseia e as tradições de respeito sôbre que se apoiava a Monarquia, porque a sua ferramenta era o sarcasmo, arma terrível, ervada dos venenos do ódio activo, venenosa até para aquele mesmo que a emprega. Grosseiramente percuciente, deformador truculento da realidade, o sarcasmo pode, quando radicado como hábito intelectual, corroer ou dominar o próprio cérebro onde nasce, contaminando a fonte do raciocínio e substituindo aí a lógica normal por uma visão cada vez mais falsa e mais injusta dos homens, da vida e do mundo. O caso bem conhecido da pessoa espirituosa que prefere cometer uma injustiça, uma maldade e até uma vilania, a calar e guardar um dito agudo, é suficientemente explicativo desta embriaguez espe-

cial que a sátira comunica as satírico, acabando por sufocar nêle a capacidade crítica e a própria estimação dos seus maiores afectos.

Encarado assim êste aspecto dominante do carácter literário de Junqueiro, a conversão do grande poeta aparece-nos como verdadeira libertação intelectual, isto é: como regresso àquelas predilecções espirituais e morais que êle recebera no sangue e que sempre guardou no íntimo do seu ser.

AGOSTINHO DE CAMPOS

# O POEMA DO CID

## VERSÃO E INTERPRETAÇÃO, EM PROSA, DA GESTA CASTELHANA DO SÉCULO XII « CANTAR DE MIO CID »

### *O DESTÊRRO DO CID*

*(CONTINUAÇÃO)*

### VI

NA abalada, e já quando o Cid, voltando a cabeça para a mulher e as filhas, as encomendava ao Pai espiritual, não sabendo quando tornariam a juntar-se, recomendando-as de novo ao abade dom Sancho, Álvaro Fáñez dissera a êste:

— Abade, se vier gente que queira acompanhar-nos, dizei-lhe que sigam o nosso rasto e cuidem de andar, pois em êrmo ou povoado nos acharão.

Foi o Cid pousar em Spinaz de Can, e nessa noite juntou-se-lhe muita gente. Na manhã seguinte caminhou à esquerda da boa cidade de Santo Estêvão, passou por Alcobiella, onde Castela acaba, atravessou a calçada de Quinea e, passando o Douro em Navas de Palos, parou em Figueruela.

Continuou a juntar-se-lhe muita gente.

Havendo adormecido, teve o Cid um sonho doce.

Apareceu-lhe o Anjo Gabriel, e disse-lhe assim a visão:

— Cavalga, Cid, bom Campeador, que nunca em tão boa sasão cavalgou homem! E, em-quanto viveres, bem irá ao teu.

Acordou o Cid e benzeu-se, consolado do sonho que tivera.

De manhã cavalgaram.

É o dia em que o prazo termina.

Acampam na serra de Miedes, à direita das tôrres mouras de Atiença.

Ainda não era sol-pôsto, reüniu o Cid as suas gentes e, fora

os peões e outros valentes, contou trezentas lanças com pendões:

—Assim o Criador nos salve, dai já ração às bêstas. Quem quiser comer, côma; quem não quiser, cavalgue. Passaremos a serra empinada e brava e poderemos deixar esta noite a terra de el-rei Afonso. Depois, quem nos buscar nos achará.

Passaram a serra de noite e desceram-lhe a lomba.

Em meio de um bosque cerrado fêz o Cid pousar e dar rações. Havendo dito a todos como queria caminhar de noite, todos como bons vassalos respondem que assim farão.

Á bôca da noite cavalgam, que o Cid deseja não fazer rumor.

Caminham tôda a noite, sem descanso.

Cêrca de Castejón, sôbre o Fenares, pôs-se o Cid com os seus a armar a cilada.

VII

Tôda a noite esteve o Cid emboscado, conforme lho aconselhara Álvaro Fáñez Minaya:

—Cid, que em boa-hora cingistes espada! vós, com cem dos nossos, convém que fiqueis atrás, e a mim me dareis duzentos para ir adiante. Com Deus e vossa ventura, grandes ganhos haveremos.

Tornou-lhe o Campeador:

—Dizeis bem, Minaya. Ide na dianteira com duzentos. Que vão convosco Álvaro Alvarez e Álvaro Salvadórez, ambos sem mancha, e Galin Garcíaz, rija lança, bons cavaleiros para acompanharem a Minaya. Correi ousados; não vos faça o temor largar presa. Por Fita abaixo e por Guadalfajara alongai-vos até Alcalá e não percais nenhum ganho por mêdo aos mouros. Eu ficarei aqui com cem, amparado no bom abrigo de Castejón. Se correrdes perigo na frente, mandai-me logo aviso. —Isto vai ser falado em tôda a Espanha!

Nomeiam os que hão-de ir e os que hão-de ficar com o Cid.

Já a alva esclarece, a manhã vem, e rompe o sol.

Oh! Deus, que formoso nascia! Os de Castejón levantavam-se e, abertas as portas, saíam a seus trabalhos para as herdades.

Tendo saído assim, deixando as portas abertas, pouca gente fica em Castejón, e os outros espalharam-se.

Sai então o Campeador da sua emboscada e acomete Castejón.

Adianta-se o Cid dom Rodrigo para as portas da cidade. Os que as guardam, ao darem pela surpresa, ganham mêdo e fogem.

O Cid Rui Dias entra as portas escancaradas e, com a espada nua na mão, mata quinze dos mouros que alcança.

— Ganhou a Castejón, a seu ouro e sua prata!

Entanto os duzentos e três da vanguarda vão correndo e saqueando as terras.

Chega até Alcalá o pendão de Minaya, e de ali se tornam com o despôjo pelo Fenares acima e por Guadalfajara. Trazem grandes ganhos, rebanhos de ovelhas e vacas, roubos e outras riquezas. Erguido vem o pendão; ninguém ousa assaltá-los pelas costas.

Com êstes haveres juntam-se à companha que em Castejón ficara com o Cid. O Campeador, senhor do castelo, cavalga e sai a recebê-los com a sua mesnada:

— Sois vós, Álvaro Fáñez, brava lança? Pois que vós lá ieis, minha esperança era certa. Juntemos os nossos ganhos e, se o quiserdes, Minaya, dou-vos o quinto dêles.

— Muito vos agradeço, ilustre Campeador. Com êste quinto que assim me ofereceis, até o castelhano Afonso se daria por bem pago. Porém eu vo-lo torno e aqui prometo a Deus, que no alto está, que em-quanto me não satisfaça de pelejar em campo com mouros no meu cavalo, empunhando a lança e a espada até que pelo sulco de esta o sangue escorra diante de Rui Dias, o grande lidador, não aceitarei de vós um dinheiro que seja. E em-quanto não ganhar para vós cousa que houvermos por grande, tudo o mais o deixo em vossas mãos.

Juntam ali seus grandes ganhos.

Conjecturou o Cid, o que em boa-hora cingira espada, que as mesnadas de el-rei dom Afonso lhe viriam atacar a companha. Mandou repartir os haveres pelos quinhoeiros e a êstes que passassem recibo dos quinhões. Aos cavaleiros cabe boa parte: a cada um cem marcos de prata; aos peões, a metade certa, e o Cid guarda o quinto.

Não pode o Cid vender nem dar de presente o que tem. Mouros e mouras cativos, não os quere levar na companha.

Falou então com os de Castejón e mandou saber a Fita e a Guadalfajara por quanto lhe comprariam o seu quinto, ainda que, comprando-lho, tivessem grandes lucros. Ofereceram os mouros

três mil marcos de prata; o Cid esteve pelo ajuste, e no terceiro dia sem falta recebeu o preço do quinto.

Pensou o Cid que não poderia albergar tôda a sua companha no castelo, onde, ainda que o guardasse, lhe faltaria água.

O Cid falou aos seus:

— Os mouros estão em paz; assinadas as cartas. Mas el-rei dom Afonso pode vir a buscar-nos com suas mesnadas. Mesnadas, e vós, Minaya, ouvide pois: quero deixar Castejón.

E continuou:

— Não leveis a mal o que vos digo. Não poderíamos ficar em Castejón: el-rei Afonso está perto e viria buscar-nos. Também não quero assolar o castelo. Libertemos a cem mouros e cem mouras, a fim de que não digam mal de mim. Vós estais todos pagos e nenhum por pagar. De manhãzinha abalamos, pois com el-rei dom Afonso, meu senhor, não quereria eu pelejar.

Aprouve a todos o que ouviram ao Cid.

Do castelo que tomaram saem todos ricos, e mouros e mouras os estão abençoando.

Vão-se Fenares acima quanto podem andar; passam além das Alcarrias e das Covas de Anquita, atravessam as águas, entram no campo de Taranz, e caminham quanto podem por essas terras além. Alberga-se o Cid entre Fariza e Cetina. Por onde passa, colhe grandes ganhos; e ainda não sabem os mouros o ardimento que àqueles leva.

No dia seguinte pôs-se a caminho o Cid de Bivar, e passou Alfama, desceu a Foz, passou a Bovierca e a Teca, que fica adiante, e foi pousar em Alcocer, num redondo outeiro elevado e forte onde lhe não podem cortar a água porque corre perto o Salón.

O Cid dom Rodrigo cuida em ganhar Alcocer.

## VIII

Bem povoado o outeiro, erguidas as tendas, umas contra a serra, outras contra o rio, o bom Campeador, que em boa-hora cingira espada, aos seus mandou que abrissem um fôsso ao redor, bem perto da água, a fim de não sofrer assalto, nem de dia nem de noite, e para se saber que era ali a pousada do Cid.

Por todos êsses lugares corria a nova de que o Campeador aí

viera habitar, deixando a cristãos, buscando a mouros; e êstes, na vizinhança do Cid, não se atreviam a trabalhar tanto nas terras.

Contente está o Cid, bem como os seus vassalos: já os de Alcocer lhe pagam tributos, e assim os de Teca, os de Terrer, e os de Calatayut, aos quais isto custava.

Ali demorou o Cid quinze semanas ao todo.

Quando viu que os de Alcocer se lhe não rendiam, logo concertou um ardil: deixou ficar uma tenda, mandou levantar tôdas as outras, e foi-se Salón abaixo, levando alçado o seu pendão, espadas cingidas, lorigas vestidas, a fim de, bem avisado, armar cilada que os perdesse.

Deus! como se alegravam os de Alcocer vendo-os partir:

— Já pão e cevada mingüaram ao Cid — diziam êles. — Deixou uma tenda e leva as outras como quem vai fugido de arrancada! Demos-lhe agora assalto e cobraremos grande ganho, antes que o colham os de Terrer, que êsses, se o colhem, nada nos dão. O tributo que lhe pagámos, agora no-lo dará dobrado!

Saíram de Alcocer com grande pressa.

O Cid, quando os viu fora, fêz que fugia pelo Salón abaixo, rodeado dos seus.

— Lá se nos vão nossos ganhos! — bradavam os de Alcocer.

E grandes e piquenos, ao sabor da cubiça, saíram da cidade, deixando as portas abertas e sem ninguém a guardá-las.

O bom Campeador, voltando a cabeça, viu que entre êles e o castelo mediava grande espaço.

Então mandou tornar o seu pendão e esporear os cavalos:

— A êles, cavaleiros! Feri os sem temor! Com a ajuda de Deus muito hemos de ganhar!

A meio do campo encontram-se com êles.

Deus! que alegria a desta manhã gostosa!

Cavalgavam à frente o Cid e Álvaro Fáñez, movendo os bons cavalos a seu bel-prazer, e logo entram no castelo.

Os vassalos do Cid dão sem piedade nos mouros, dos quais em breve jazem trezentos.

A vitória está ganha!

Sabei que por êste ardil ganhou o Cid a Alcocer.

Pero Vermúdoz, que empunha o pendão do Campeador, crava-o flutuante no mais alto.

O Cid Rui Dias, o que em boa-hora nascera, falou assim:

— Graças a Deus do céu e a todos os seus santos, melhores pousadas darei a cavaleiros e cavalos. Ouvi-me, Álvaro Fáñez e todos os cavaleiros! Com êste castelo tomámos grandes haveres. Jazem mortos os mouros; vivos poucos vejo. Não poderemos vender a mouros e mouras; em descabeçá-los nada ganhariamos. Recebamo-los cá dentro, pois é nosso o senhorio: pousaremos em suas casas e dêles nos serviremos.

## IX

Está o Cid em Alcocer, no meio do que ganhou.

Muito custa isto aos de Teca, não apraz aos de Terrer e aos de Calatayut vai pesando.

Então enviaram mensagem ao rei de Valência, dizendo que um que nomeiam o Cid Rui Dias de Bivar « o desterrara el-rei Afonso e viera pousar em um forte lugar de Alcocer; e que por ardil tomara o castelo. Se nos não dás ajuda — acrescentavam — perderás a Teca e a Terrer, perderás a Calatayut, que não poderá resistir; tudo irá de mal a pior por tôda esta ribeira do Salón, e o mesmo será em Siloca, que fica da outra-banda. »

Oprimiu-se o coração do rei Tamin quando isto ouviu:

— Vejo três emires à minha ilharga: que dois dêles abalem sem tardança, levando a três mil mouros bem armados. Com a ajuda dos da fronteira, colhei-mo vivo e trazei-mo. Há-de pagar-me direitos por haver entrado em terra minha!

Cavalgam três mil mouros, passam a noite em Segorve, avançam na manhã seguinte e pousam na outra noite em Celfa. Avisados os da fronteira, acodem êstes de tôdas as partes. Saíndo de Celfa, que chamam do Canal, caminham sem descanso todo o dia e transnoitam em Calatayut. Lançam pregões por tôdas essas terras, junta-se gente cada vez mais grossa aos dois emires chamados Fáriz e Galve — e vão todos cercar o bom Cid em Alcocer.

Alçadas as tendas e disposto o campo, cresce-lhes a sanha por serem muitos. As sentinelas avançadas dos mouros rondam de noite e dia, cobertas de armas. As sentinelas são bastas, numerosas as hostes.

Cortam a água ao Cid.

Queriam as mesnadas dêste saír a dar batalha, mas firme lho proïbia o que em boa-hora nascera.

Por três semanas apertaram o cêrco.

Ao cabo das três semanas, quando a quarta queria entrar, chamou o Cid os seus a conselho:

— Já nos cortaram a água; pode faltar-nos o pão. Se quisessemos saír de noite, não nos deixariam; e grandes são suas fôrças para pelejarmos com elas. Dizei-me, cavaleiros, o que vos apraz façamos.

Primeiro falou Minaya, o cavaleiro ilustre:

— Aqui viemos de Castela, a gentil, e se não pelejarmos com os mouros, não haveremos pão. Nós somos bem seiscentos, acaso mais. Em nome do Criador, não se decida outra coisa: pelejemos com êles àmanhã!

Respondeu o Campeador:

— A meu jeito falastes e honrastes-vos, Minaya, como era de esperar de vós.

Fêz o Cid saír a todos os mouros e mouras, para nenhum descobrir o segrêdo. Apercebem-se durante o resto daquêle dia e durante a noite, e ao raiar do sol estão armados.

E o Campeador falou como ides ouvir:

— Saiamos todos; não fique ninguém, se não dois peões que guardem a porta. Se morrermos no campo, entrarão no castelo; se vencermos a batalha, cresceremos em riqueza. Vós, Pero Vermúdoz, alçai o meu pendão: como sois muito bom, guardá-lo heis com lealdade; mas não vos adianteis em-quanto vo-lo não mandar.

Beijou aquêle a mão ao Cid e empunhou o pendão.

Abriram as portas e saltaram para fora.

Vendo-os, as avançadas correm a avisar as hostes. Com que pressa se armam os mouros! Ao som dos tambores parece abrir-se a terra. Cerram-se as filas armadas. Da parte dos mouros há dois pendões principais, e aos diversos quem poderia contá-los? Já se adiantam as filas dos mouros ao encontro do Cid e dos seus.

— Estai quêdas, mesnadas. Não avance ninguém em-quanto eu não disser.

Não o pôde sofrer aquêle Pero Vermúdoz que leva o pendão e começou a esporear o cavalo:

— O Criador vos valha, ó leal Campeador! Vou meter o vosso pendão na fila mais cerrada. E verei como acorrem os que devem defendê-lo!

Bradou-lhe o Campeador:

— Tende-vos, por caridade!

— Não faltava mais nada!... — respondeu Pero Vermúdoz.

E, esporeando o cavalo, meteu-se na fila mais densa.

Os mouros perseguem o pendão e dão grandes golpes que não rompem a loriga do cavaleiro.

Tornou a bradar o Campeador:

— Valei-lhe, por caridade!

Embraçando os escudos com que guardam os peitos, abaixam as lanças, envolvem os pendões, inclinam-se sôbre os arções e acometem com os corações em sanha.

Vai bradando a grandes vozes o que em boa-hora nascera:

— Por amor do Criador, a êles, cavaleiros! Eu sou Rui Dias de Bivar, o Cid Campeador!

Acorrem todos à fila em que Pero Vermúdoz peleja. São trezentas lanças com pendões: trezentos golpes que mataram a trezentos mouros; e, carregando de novo, matam outros tantos.

Verieis ali baixar e subir tantas lanças, trespassar e romper tanta adarga, tanta loriga rôta e desmanchada, tantos brancos pendões tingirem-se de sangue, tantos formosos cavalos errárem sem dono! Os mouros invocam a Mafoma e a Santiago os cristãos. Em breve tempo jazem no campo mil e trezentos mouros.

Que bem peleja, sôbre dourado arção, o Cid Rui Dias, o bom lidador! Que bem pelejam Álvaro Fáñez, o que mandou em Çorita; Martim Antolínez, o leal burgalês; Nuño Gustioz, que foi seu criado; Martim Muñoz, o que mandou em Montemór; Álvaro Álvarez e Álvaro Salvadórez; Galin Garcíaz, o bom aragonês; Féliz Muñoz, sobrinho do Cid! Quantos aí estão quantos acorrem a defender o pendão do Campeador.

A Álvaro Fáñez Minaya mataram-lhe o cavalo, e as mesnadas cristãs correm em seu auxílio.

Quebrou-se-lhe a lança e mete mão à espada, com a qual, ainda que apeado, vai dando bons golpes.

Viu-o o Cid Rui Dias, o Castelhano, e, acercando-se de um visir que montava um bom cavalo, tal golpe lhe deu que, o cortou pela cinta e, arrojou ao campo a outra metade.

Correndo a Álvaro Fañez, deu-lhe o cavalo:

— Montai, Minaya. Sois vós o meu braço direito e hoje bem preciso de vossa ajuda. Vede que os mouros estão firmes e não cuidam ainda em deixar o campo. É mister acometê-los até ao fim!

Montou Minaya sem largar a espada e continuou lidando com os inimigos. Despacha a quantos alcança.

O Cid Rui Dias, o que em boa-hora nascera, acomete entanto ao emir Fáriz e dá-lhe três golpes, dos quais erram dois; mas o terceiro ensangüenta a loriga do mouro, que volta o cavalo para fugir do campo.

Por aquêle golpe se desbarata o exército.

Por sua banda, Martim Antolínez atacou a Galve: o golpe que lhe jogou arrancou os rubis do elmo do emir e, cortando o elmo, chegou à carne. Sabei que o outro não ousou esperar mais.

Desbaratados estão pois os emires Fáriz e Galve.

Tão bom dia foi êsse para a Cristandade, que já de uma e outra parte fogem os mouros!

Ferindo-os os perseguem os do Cid: o emir Fáriz alcançou Terrer; e Galve, porque o não quiseram aí acolher, corre a bom correr para Calatayut, até onde o Cid o acossa.

Bom cavalo coube a Álvaro Fañez Minaya, que à sua parte matou a trinta e quatro mouros. Espada talhadora erguida no braço sangrento, pelo sulco do aço escorre o sangue.

## X

— Agora sim, estou contente! — disse Minaya. — Saber-se há em Castela que o Cid Rui Dias venceu em batalha campal.

Tantos são os mouros mortos, que poucos restam vivos.

Já tornam os de aquêle que em boa-hora nascera e haviam partido em perseguição dos emires.

Andava o Cid no seu bom cavalo, trazendo a coifa franzida sôbre a cara, e caído nos ombros o capuz da loriga. Que bela é a sua barba!

Vendo os seus que se iam chegando, o Cid exclamou:

— Graças a Deus, que está nos céus, vencemos a batalha!

Saqueiam os do Cid o acampamento, recolhendo escudos e armas e outros grandes haveres, juntando quinhentos e dez cavalos

mouriscos. Grande alegria sentem os cristãos vendo que dos seus não faltam mais de quinze.

Não sabem que fazer a tanto ouro e tanta prata!

Todos se vêem ricos com tal despôjo tomado.

Recebem de novo no castelo aos mouros que os serviam, e aos quais mandou também o Cid presentear.

Que alegria a do Cid e a de todos os seus vassalos!

Repartem os dinheiros e os haveres. Só ao quinto do Cid cabem cem cavalos.

Deus! que bem que paga aos seus, a peões como a cavaleiros, o que em boa-hora nascera! E todos estão contentes.

— Ouvi, Minaya, vós que sois o meu braço direito — disse o Cid. — Desta riqueza que o Criador nos há dado, tomai quanto vos aprouver. Quero que vades a Castela levar novas desta batalha. Quero ofertar a el-rei Afonso, que me desterrou, trinta cavalos, todos selados e bem enfreados, todos com espadas pendentes dos arções.

— De bom grado o farei — respondeu Álvaro Fáñez Minaya.

Continuou o Cid:

— Eis-aqui uma bota-alta cheia de ouro e prata fina: pagareis mil missas em Santa Maria de Burgos. O que sobrar será para minha mulher e minhas filhas, as quais rezem dia e noite por mim. Se Deus me der vida, serão donas abastadas. Pagareis aos judeus Raquel e Vidas, e dir-lhes heis que as arcas estavam cheias do ouro da minha palavra.

Álvaro Fáñez Minaya está contente. Escolhem-se os homens que hão-de acompanhá-lo e à noite dão ração às bêstas.

O Cid Rui Dias, no meio dos seus, falou:

— Ides então, Minaya, a Castela, a gentil? Bem podeis dizer a nossos amigos que Deus nos valeu e vencemos a batalha. Se aqui nos não achardes à vossa tornada, onde quer que estejamos nos ireis buscar. De lanças e espadas nos hemos de valer; se não, não poderiamos viver em terra tão escassa. Assim temo que hajamos de nos ir.

AFFONSO LOPES VIEIRA

A continuar.

# BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS

## EXPOSIÇÕES, CONCERTOS E CONFERÊNCIAS

### *LITERATURA*

#### *CANCIONEIRO DE COLOCCI-BRANCUTI*

A ENTRADA do precioso códice na Biblioteca Nacional de Lisboa, a 26 de Fevereiro, originou uma espiritual festa íntima de alguns eruditos e homens de letras. O Cancioneiro foi aguardado no átrio da Biblioteca pelos srs. António Sérgio, como ministro da Instrução, Leite de Vasconcelos, José Maria Rodrigues, José de Figueiredo, Afonso Lopes Vieira, Agostinho de Campos, Reynaldo dos Santos, Carlos Selvagem, Raúl Brandão, e pelo director da Biblioteca, sr. Jaime Cortesão, acompanhado do pessoal superior da mesma. No gabinete do director foi assinado um auto, sendo em seguida enviado um telegrama de homenagem e congratulação à sr.ª D. Carolina Michaëlis, em nome de todos os presentes.

O eminente professor Leite de Vasconcelos leu a alocução que a seguir estampamos, e à qual respondeu o director da Biblioteca Nacional:

«Povo de sonhadores, lírico por excelência, deixámos logo pedaços de alma nos mais antigos monumentos da nossa literatura poética, isto é, nos três Cancioneiros trovadorescos conhecidos pelos nomes de *Ajuda, Vaticana* e *Colocci-Brancuti*, que encerram composições que vão do século XII ao XIV, ou melhor, do tempo de D. Sancho I ao de D. Pedro I.

O Cancioneiro da Ajuda chama-se assim, porque o códice em que êle está exarado pertence hoje à Biblioteca da Ajuda; outrora pertenceu à do Colégio dos Nobres, e tem juntas 24 fôlhas que apareceram na Biblioteca de Évora.

O códice que contém o Cancioneiro da *Vaticana* existe na Biblioteca dos Papas, e daí o seu nome.

O códice de *Colocci-Brancuti* foi mandado copiar por Angelo Colocci, humanista italiano da época do Renascimento, que faleceu em 1549; depois, através dos séculos, passou à posse do Conde de Brancuti (séc. XIX), e por último, à do presentemente falecido Professor da Universidade de Roma, Dr. Ernesto Monaci, a cuja família o Govêrno Português o comprou para a Biblioteca Nacional, onde neste momento temos o prazer de o contemplar, e de lhe chamarmos *nosso*. O nome pelo qual é conhecido recebeu-o em homenagem àqueles dois antigos possuidores; daqui em diante poderá chamar-se «da Biblioteca Nacional de Lisboa.»

O códice da Ajuda foi executado, segundo assentou a sr.ª D. Carolina Michaëlis, entre 1280 e 1350; os outros dois são apógrafos feitos na Itália, nos fins do séc. XV ou começos do XVI, de um manuscrito português do séc. XIV.

A par de poesias pròpriamente líricas ou amorosas, abrangem êstes Cancioneiros poesias satíricas, aplicadas à vida social. As cantigas amorosas formam duas classes: *cantigas de amor*, em sentido restrito; e *cantigas de amigo*. Nas *de amor* os trovadores declaram os seus próprios sentimentos; as *de amigo* são postas por êles na bôca de donzelas apaixonadas. *Amigo* quere aqui dizer «namorado», e ainda hoje se usa nas províncias com o sentido pejorativo de «amante».

As cantigas satíricas constituem igualmente duas classes, como se lê num tratado de Poética do séc. XIII a XIV, que anda apenso ao Cancioneiro de Colocci-Brancuti: *cantigas de escarnio*, em que as sátiras estão um pouco veladas; *cantigas de mal dizer*, ou por «palavras descobertas».

Na poesia trovadoresca patenteam-se duas correntes de inspiração: provençal e popular. Se o conhecimento da primeira é muito importante, porque nos deixa ver a côrte de Portugal relacionada, em diversas épocas, com as de Leão, Castela e Catalunha, através das quais nos chegou em parte a poesia da Provença, o conhecimento da corrente popular, que se revela em muitas das *cantigas de amigo*, não o é menos, por causa do seu cunho local e nacional: como provei num artigo publicado em 1882 no *Annuario das tradições populares*, a mesma forma poética dessas cantigas de amigo conservou-se até hoje em cantares trasmontanos que se entoam nas segadas do centeio. Faz El-Rei D. Denis dizer a uma imaginária menina da sua côrte:

Não chegou, madre, o meu amigo,
e oj'est o prazo saído!
Ai, madre, moiro d'amor!

Não chegou, madre, o meu amado,
e oj'est o prazo passado!
Ai, madre, moiro d'amor!

E uma camponesa do distrito de Bragança replica-lhe ao presente com êstes versos, ainda inéditos, que lá ouvi:

E a minha saia de paninho fino
Num m'a deu cunhado nem primo...
Ora que m'a deu o meu lindo amigo!

E a minha saia de pano delgado
Num m'a deu primo nem cunhado...
Ora que m'a deu o meu lindo amado!

Entre as *cantigas de amigo* trovadorescas e as cantigas *retornadas* de Trás--os-Montes a tradição está representada no séc. XVI por Gil Vicente, grande observador da etnografia portuguesa; e a mesma tradição se estendeu a outras regiões do Noroeste da Ibéria: Galiza e Asturias.

No Cancioneiro da Ajuda só existem *cantigas de amor;* nos outros dois existem cantigas de todos os géneros. O códice de Colocci-Brancuti, ou da Biblioteca Nacional, compõe-se de dois grupos de poesias: umas que existem ao mesmo tempo no Cancioneiro da Vaticana; outras que existem só nêle ou no Cancioneiro da Ajuda.

Do Cancioneiro da Ajuda deu-nos a sr.ª D. Carolina Michaëlis uma edição magnífica em 1904, acrescentada no mesmo ano com um grosso volume de comentários, e em 1920, no vol. XXII da *Revista Lusitana*, com o glossário completo. O Cancioneiro da Vaticana foi publicado diplomàticamente em 1875 pelo já mencionado filólogo italiano Ernesto Monaci. Do Cancioneiro Colocci--Brancuti apareceu a lume em 1880 a parte inédita, preparada também diplomàticamente para a impressão por Molteni, e levada a cabo pelo mesmo Monaci, pois Molteni falecera entretanto; a parte comum ao Cancioneiro da Vaticana não foi ainda publicada.

Como o Cancioneiro Colocci-Brancuti, ou da Biblioteca Nacional, é o maior dos três, compreende-se com que alvorôço o recebemos hoje nesta casa, e quantos louvores se devem tributar a todos os que directamente concorreram para a aquisição.

Embora, como disse, a parte especial esteja publicada, e a outra parte a conheçamos pelo Cancioneiro da Vaticana, não pode fazer-se uma edição

crítica dêste sem se examinarem as variantes que existem naquele. As pessoas que tratam das literaturas perfuntòriamente, ou apenas consideram nelas o lado estético, sintético, social, psicológico, dão geralmente pouca atenção ao lado filológico, isto é, ao da exactidão formal do texto; mas é evidente que sem o texto apurado, ou crítico, em sentido filológico, mal podem construir-se teorias, e as que assim se se construem, ficam às vezes muito temerárias, para não dizer que se tornam inúteis. Um exemplo justificará o que assevero. O verso do Crisfal:

Cantar cantou *d'elle dino*,

isto é, «digno d'elle», lê-se em algumas edições assim:

Cantar cantou de ledino,

o que bastou para o sr. Teófilo Braga arquitectar um género de *Cantos de ledino*, de lhe descobrir relações étnicas, de lhe dar uma explicação etimológica, o que tudo, porém, não passava de fantasia. Se ao tempo existisse uma edição boa ou crítica daquela écloga, já o finado historiador da nossa Literatura não incorreria no êrro em que incorreu. De falta de método filológico apresenta-nos outra prova o mesmo, a muitos respeitos, insigne escritor, no próprio campo que neste instante estamos percorrendo: refiro-me à reedição que fêz do Cancioneiro da Vaticana em 1878, que ninguém consultará com inteira segurança.

Um dos caracteres que distinguem o método da moderna Filologia românica é exactamente o da crítica ou apurada restituïção dos textos; não se empreende na actualidade uma edição séria, em parte alguma do mundo, que não obedeça àquele princípio; ela requer habitualmente muito saber e muito acume de espírito.

Á facilidade que os estudiosos têm agora de consultar numa biblioteca pública o notabilíssimo códice e de cotejarem as suas lições com as do Cancioneiro da Vaticana, para melhor apuramento do texto dêste, e assim se publicar criticamente um conjunto de poesias que tanta luz derramam na apreciação da nossa literatura medieval, do nosso carácter, e da nossa vida e história antigas, acresce o ser único êsse códice, e representar o original português perdido. Por tôdas as razões é uma riqueza bibliográfica; e assim se explica que fôsse tão cobiçado por outras bibliotecas antes de chegar à nossa. No que deixo exposto falei sòmente do Cancioneiro em si, e não do tratado de Poética

que lhe anda anexo. Êste, na sua especialidade, tem significação quási igual à daquele; digo «quási», porque já foi publicado criticamente. Contudo, qualquer manuscrito, além do valor sentimental, moral, histórico, que o possuidor lhe atribui, conserva sempre, posto-que vindo a lume, algum valor literário, intrínseco, pois a todo o tempo se necessita verificar nêle uma lição duvidosa, confirmar uma conjectura, colhêr, em suma, um fruto scientífico.

Parece-me ter correspondido ao convite do meu preclaro amigo dr. Jaime Cortesão, a quem, como director que é da Biblioteca Nacional, felicito mais uma vez pelo tesouro que de hoje para o futuro fica à sua guarda para utilidade dos estudiosos.»

J. LEITE DE VASCONCELLOS

RAUL BRANDÃO: *OS PESCADORES*. Lisboa, AILLAUD & BERTRAND, 1924, 323 p.

APETECE às vezes comparar os espíritos a massas astrais nos céus infindos. Espíritos há (digamos assim) em que predomina a nebulosa: são turbilhões abismais de sentimentos e de visões — vertigem, dor, unção, deslumbramento, — sonhos que acordam sonhos, gritos que despertam gritos, cânticos que levantam cânticos, e que ficam ressoando indefinidamente nas abóbadas fundas da reminiscência, nos labirintos turvos do viver longínquo, do viver abscôndito, do viver fantásmico... Outros há, porém, onde na nebulosa turbilhonante, férvida e lúgubre, descomunal e trágica, se destaca o núcleo do pensar concreto, do encadeamento lógico, das ideas nítidas... Chamemos aos primeiros, espíritos musicais, e aos segundos, — ideológicos.

Pois bem. Os musicais, por via de regra, cuidam que nos ideólogos não há música, que não há turbilhão nos apolíneos; e, chamando ao sonho idealismo, e à nebulosa profundidade, negam o dom de idealismo, e apodam de superficiais, a todos os sacerdotes da idea clara. É transformar, como vêem, um caso psicológico num caso moral, e uma questão de factos numa questão de valores. Não chamemos, pois, à ressonância sentimental profundidade de pensamento, nem idea à emoção. Costuma discutir-se freqüentemente onde há maior dose de «filosofia»: se em certas páginas de um profundo poeta, como Goethe, se em certas páginas de filósofos críticos; e cremos que a resposta poderia ser esta: a obra do profundo poeta desperta maior número de *emoções* filosóficas, de atitudes sentimentais profundas; a obra do filósofo crítico desperta maior número de *ideas* filosóficas, de noções sistemáticas sôbre

a vida. Nunca se suponha, porém, que o homem de ideas e de espírito crítico não percebe o de sentimento: porque tôdas as ideas, quaisquer que sejam, tiveram uma fase sentimental. O pensar é um extracto do sentir.

Digo isto para me anteparar, desde início, contra os que me negaram simpatia para falar de Raúl Brandão. O ter um espírito (como direi?) diferentemente doseado do dêste artista tão impressivo, não me impede necessàriamente de entrar em unísono com o seu sentir através das frases dos seus escritos: não me impõe falta de consonância ou ausência de compreensão, invalidando liminarmente qualquer observação que me ocorrer. Também o crítico poderá exclamar, como Terêncio: *Homo sum!* — porque tem entranhas receptivas à musicalidade dos musicais.

A musicalidade, porém, ergue imediatamente êste problema: se não transcende a natureza das coisas o teimar em exprimí-la *extensivamente* pela arte da literatura, e se não é susceptível tal teimosia de levantar por si um mal-entendido entre o autor e o leitor, porque avoquem as frases em quem as escreve um vasto mundo de reminiscências que não sugerem a quem as lê. ¿Não o deverá exprimir cada escritor, a êsse mundo da musicalidade, em rápidas manchas e transeuntes acordes, e longamente só o músico? ¿Não é certo, digo, que um piano e uma orquestra constituem para êsse mundo um transmissor apropriado de muito pequena resistência, por onde transita quási inteiro para o espírito de cada ouvinte, ao passo que a palavra (resistindo, concretizando) só o deixa passar desfalcadíssimo? Por outros termos: ¿não será a escrita, a literatura, o natural meio de expressão dos sentimentos *intelectualizados*; a pintura, o do que é visível; e a música, emfim, o verdadeiro meio de transmissão dos turbilhões sentimentais, dos sentimentos associados a *pequenas* doses de intelecção?

Se nos preguntarem, agora, se pode uma arte substituir outra, se se compreende música pitoresca, pintura simbólica e ideológica, literatura de musicalidade, — responderemos que pode e deve: sempre, porém, subsidiária e acessòriamente, sem nenhum prejuízo da arte própria, porque se corre risco, em caso contrário, de se não conseguir um resultado pleno, mas uma obra frusta e heterogénea, série de pedaços mas não um todo, falha de unidade e de traça geral.

É o elemento ideativo, com efeito, que dá continuidade, variedade e unidade a qualquer lavor, no domínio da literatura. O travejamento intelectual é o esqueleto da obra escrita. Quando êle é débil, podem obter-se sem dúvida alguma esboços vívidos e eloquentíssimos, fragmentos líricos inexcedíveis, soberbos lances de semi-deus: a obra, porém, não se nos impõe como *uma obra*, em todo o rigor desta expressão.

# BIBLIOGRAFIA

Uma série de desenhos, muitos dos quais inacabados, em atraentes colecções mais ou menos fantasistas, donde se destacam de quando em quando águas-fortes alucinadas, impressivíssimas e goyescas, as quais se nos cravam na sensibilidade — na medula do nosso ser — como estudos de mão de mestre para um grande quadro que nos não quis dar; um longo monólogo interior, donde se elevam de espaço a espaço uns trechos hamléticos de humanidade: assim nos aparece por via de regra um livro típico de Raúl Brandão.

A primeira impressão agradecidíssima, ao abrir-se o volume dos *Pescadores*, é a nobre atitude que tomou o artista. Nada artificioso nas suas frases: eis um sincero e excelente obreiro, a comunicar-nos em linguagem simples, transparente, clara, — muito expressiva — sem falsos brilhantes nem preciosismos, aquilo que viu e que sentiu. A um têrço do livro, passámos já por um grande quadro, obra-prima impressionante de literatura descritiva: a «ida ao mar», na noite «húmida e cerrada» (24-30); por muitas manchas de paisagem que são aguarelas primorosíssimas; e começamos agora a ter suspeita de que esta obra desdiz do título: ¿não serão mais praias e panoramas, que pescadores? ¿mais pescadores vistos por fora, e desde a praia, que na sua pesca e na sua alma? Ocorre-nos o *Peuple*, de Michelet: uma análise filosófica do viver do povo: do que são, do que pensam, do que fazem, do que esperam, do que dizem, — as várias classes da gente francesa... E êste livro? ¿Estará aqui, na verdade, «a vida humilde» do nosso povo? ¿Ou só um album com aguarelas (mas que frescura e que euritmia!) dos mil recantos da beira-mar?

Para lá de meio do volume, esboça-se com efeito êsse livro dos pescadores: mas esboça-se só; e a obra fica, essencialmente, uma série de marinhas em aguarela, cheias de frescura, de luz, de graça, de originalidade. O processo característico, neste livro, é descrever a paisagem como se fôsse já uma pintura, pintada pelo Criador. Busquemos à-toa alguns exemplos: «Imensa tela a tons violentos, com uma agitação frenética no primeiro plano: só pinceladas grossas que não admitem minúcias, tinta atirada num gesto nervoso e a intervenção do próprio dedo para dar o movimento frenético emquanto a tela fresca escorre, poderiam exprimir a ebulição da vida sob êste sol claro que rebrilha e ofusca» (p. 312). «Um pouco de tinta e frescura. A própria luz, molhada, estremece. O doirado tem muita água e desbota. Uma gota de azul basta para o mar e o céu» (p. 71). «O traço do cabedêlo separa o azul do rio do pó verde do mar. O hálito salgado que respiro renova tôdas as tintas, e a outra banda, como um biombo verde, emerge no fundo do quadro» (p. 25).

«Um grande lanço de água vem até mim em pequenas ondulações azuis e por camadas sucessivas, como estas manchas que os pintores acumulam nos quadros com a ajuda da espátula» (p. 95).

A descrição da ria de Aveiro é constituida tôda ela por pequeninos quadros dêste género, — aguadas de tal frescura, simplicidade, e poder de sugestão, que parecem insuperáveis.

Os quadros são, na verdade, uma maravilha. Para nós, porém, a pintura por palavra é fatigante. Magnífica como pano de fundo, magnífica para acompanhar; mas se fica no primeiro plano, passadas uma ou duas horas o nosso espírito, asfixiado, pede ideas e pede acção. Para nós, dos longos trechos descritivos dêste livro dos *Pescadores*, são preferíveis a «ida ao mar», por exemplo (24-30) e a pesca da sardinha (290 e seg.), — nesse género, do melhor que há. Fàcilmente se verifica, porém, que o descritivo é aí *dinâmico*, que é o da série de sensações que acompanham uma *acção*, conjunto variado de movimentos dirigidos a um fim comum; donde nos permitimos deduzir uma regra de Retórica: deve entrançar-se o descritivo a um fio de actos concatenados, que se dirigem a um objectivo conhecido pelo leitor. Fora disto, a pintura literária corre o perigo de fatigar.

Nas Letras, a descrição material é um acessório, é um acidente o gesto exterior. Por isso ousamos discordes quando se eleva à primeira grandeza, entre os maiores, um crítico cujas obras primas são meras páginas de descrição, como Fialho de Almeida, ou um romancista de pouca agudeza na pintura dos caracteres, como Camilo. É preciso que nos nossos autores se vá entranhando pouco a pouco o gôsto da análise psicológica, do homem interior em movimento: erguer uma personagem, compor um livro. Não há *páginas* de génio: o génio pressupõe a *obra*, quere dizer, um todo, um mundo, um sistema, uma concepção. Análise psicológica e espírito crítico: sem isto, cremos nós, teremos de-certo literatura, mas imperfeita; interessante, mas selvagem; muito curiosa, mas não adulta; literatura bárbara e de primitivos, literatura de adolescentes, que não atinge os altos cumes da maturidade espiritual. Começámos a tê-la no século XIX, com Herculano e com Garrett, e depois com os de 70: com Antero, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Moniz Barreto... Ao pé de Eça de Queirós, o próprio Camilo é um tanto bárbaro; ao pé de Oliveira Martins, é João de Barros uma criança; ao pé de Antero de Quental, Bernardim Ribeiro é quási anão. A camada seguinte, a de 90, em vez de seguir o impulso dado (procurando ser, por exemplo, mais profunda do que um Eça e mais exacta do que um Martins) resolveu regressar ao veio antigo, não só no castiço da elocução mas no próprio carácter da obra de arte; e

não curou de perceber isto: que sem ideas, sem espírito crítico, sem o culto eficaz da inteligência, fazem-se coisas muito curiosas, mas fazem-se coisas sempre iguais. Tombámos em suma no monocórdio, na estepa infinda, no ervaçal. Á superfície das suas águas é o oceano majestoso e belo, — mas não é rico. Cumpre mergulharmos na alma humana com todo o coração mas também com o cérebro, para irmos arrancar ao seu fundo abismo a exuberância de formas que ali contém. *L'intelletto nutrica l'affetto:* nutre-se o sentir na intelecção. ¿Foi acaso um sábio quem escreveu tal coisa? — Não foi um sábio, mas uma mulher. E que mulher? — Uma mística: Catarina de Siena o escreveu.

Basta a Raúl Brandão o convencer-se desta verdade, para nos dar agora os grandes *livros* (e não sòmente as intensas *páginas*) que dos seus dotes excepcionais devemos todos esperar. Pedimos em suma que os seus *Pastores*, e os *Operários*, e os *Lavradores*, sejam com efeito a história humilde do nosso povo português (e não a paisagem em que vive o povo), isto é, que sejam estudados e realizados, não só com os olhos e o colorido de um grande artista que nenhum supera, mas também com aquilo que o assunto exige: a alma de um apóstolo e a sciência de um reformador.

Edição boa, com uma linda capa de Alberto de Sousa.

ANTÓNIO SÉRGIO.

JOSÉ-MARIA BELLO: *A MARGEM DOS LIVROS*. ANUÁRIO DO BRASIL, Rio de Janeiro, 1923.

O AUTOR, inteligente e erudito amador das Letras, aparece-nos agora com o seu quarto volume. Os três anteriores chamam-se *Estudos Criticos*, *Novos Estudos Criticos* (Machado de Assis e Joaquim Nabuco) e *Ensaios Politicos e Litterarios* (Rui Barbosa e escritos diversos). Mostram êstes títulos, conferidos com o da obra actual, que a actividade do sr. José Maria-Bello tem convergido prìncipalmente para a crítica literária; mas o escritor desculpa-se, no prefácio, de «incorrer mais uma vez no velho pecado de livros de fragmentos, de ensaios esparsos, feitos, não raramente, para a pressa dos jornais». Em Portugal será o sr. José-Maria Bello fàcilmente desculpado: os jornais de cá têm ainda mais pressa que os brasileiros. Tanta pressa, que nenhum dos que conhecemos se demoraria a publicar qualquer dos capítulos de *A Margem dos Livros*, pois todos êsses papéis nacionais têm mais que fazer do

que amassarem nas suas colunas o pão do espírito. Interessa-os apenas o do corpo, sobretudo desde que se arvoraram em Northcliffes os nossos monopolistas da panificação e da moagem.

Para nós, Portugueses, os capítulos mais significativos do livro do sr. Bello são os que se intitulam *A correspondência de Antero*, *Contra os clássicos*, *A influência francesa* e *Iniciação literária.*

Antero de Quental é, segundo o Autor, um dos espíritos mais originais e mais profundos que têm surgido na literatura da língua portuguesa, mas está fora da linha evolutiva desta. «Os problemas metafísicos não têm nem podem ter sentido para a nossa indolência de sensuais. A primeira impressão que a nós-outros, portugueses ou brasileiros, causa a poesia de Antero, é a de um fruto estranho, de perfume e sabor insólitos.» A técnica dos *Sonetos* não agrada naturalmente ao sr. Bello, educado no exigente parnasianismo brasileiro: «Precisamos relê-los algumas vezes para descobrirmos que nos seus catorze versos, de rimas exdrúxulas ou agudas, e defeituosa prosódia, se cristalizam espontâneamente alguns dos pensamentos mais dolorosamente sentidos e vividos que os problemas metafísicos ou, vale dizer, das origens e do fim das coisas, têm inspirado a qualquer filósofo...» Através das suas obscuridades, das suas durezas, das suas incorrecções que nos ferem o ouvido, o que a nossa sensibilidade vulgar encontra, sobretudo, é o homem, é a alma sofredora dum místico ou de um nevropata de génio. Para a leveza das nossas ideas «e a superficialidade dos nossos sentimentos, o filósofo dos *Sonetos* continuará, talvez, tão alto e tão longe hoje como ontem. O homem, entretanto, que os versos entremostravam e que as *Cartas* agora nos desvendam, êsse ficará para todos que ainda se comovam com a superioridade do carácter e do coração, como um orgulho da nossa raça e da própria Espécie.»

Sôbre Eça de Queirós diz o Autor: «Nos seus livros colhemos (todos nós) os primeiros ensinamentos da vida, as primeiras noções do ridículo, as primeiras vibrações da beleza literária. A sua língua, de admirável plasticidade, nos encanta ao mais ligeiro contacto. As suas personagens nós as conhecemos, porque as encontramos todos os dias nas ruas... Mais tarde outras leituras temperarão, naturalmente, a influência de Eça, tão poderosa nos primeiros tempos. Começamos a achar que nos seus livros há muita *blague*, que as suas figuras se parecem demasiadamente entre si, e que poderia ser mais correcta a sua língua, tão admirável de graça e precisão. Mas foi extraordinário o bem que êle nos fêz».

As ideas e sentimentos do sr. Bello sôbre a influência francesa no Brasil podem considerar-se resumidos nos seguintes períodos: «O francesismo tem raízes seculares e eternas no Brasil, como em tôdas as outras repúblicas do

Continente. Nenhuma influência de ordem política, nenhuma influência de ordem económica equilibrarão jamais a influência diária da cultura francesa. De mim, creio que nos devemos considerar satisfeitos e felizes com a excelência dos mestres... A Itália ou a Espanha é que poderiam, talvez, contrabalançar o predomínio mental de Paris, pelas afinidades latentes que guardam connosco. Mas ¿ haverá, acaso, uma *cultura* italiana ou uma *cultura* espanhola?... »

Satisfeito e feliz na sua vassalagem espiritual, como êle próprio declara, considera o Autor o maior dos absurdos que a própria língua de trinta milhões de brasileiros « possa prender-se aos cânones de alguns escritores mais ou menos vãos e insulsos que vegetaram em Portugal há dois ou três séculos. » Os clássicos portugueses, na sua esmagadora maioria, são « fazedores banais de livros, sem elevação e sem ideas, e nos quais o espírito grosso de rua e o jôgo de palavras substituem tantas vezes a ironia alada, a maledicência elegante, a justa medida dos seus coevos de França. »

Por tudo isto se vê que, se o sr. José-Maria Bello fôsse encarregado de nascer outra vez, e de escolher sítio onde praticasse êsse acto considerável, sem hesitação preferiria a tôrre de Eiffel ao Corcovado. Mas se a maioria dos dirigentes intelectuais do Brasil se compusesse de franceses falhados, a futura pátria brasileira não viria a diferençar-se muito de uma vasta Martinica. Como portugueses teríamos de protestar então contra tão vil emprêgo do que no Brasil ainda porventura reste do nosso passado, do nosso esfôrço e do nosso sangue.

AGOSTINHO DE CAMPOS.

MÁRIO BARRETO : *COLECÇÃO CLÁSSICA : MONTESQUIEU, CARTAS PERSAS*, versão portuguesa e anotações. GARNIER, Rio-Paris, 1923.

PERFEITAMENTE recomendável a leitores portugueses, esta excelente tradução revela-nos no prof. Mário Barreto, além do seguro gramático e filólogo eruditíssimo que já conhecíamos e venerávamos, um escritor maleável, fácil e espontâneo, dotado, portanto, de três qualidades difíceis de encontrar naqueles que freqüentam a língua, por função ou devoção, menos como poetas ou artistas que na qualidade de anatomistas ou biólogos. Na tradução das *Cartas Persas* denuncia-se forte e vivo o sentimento da expressão, e, em qualquer das páginas que lêmos, nenhum vocábulo ou boleio descobrimos que não seja corrente na prosa de Portugal, o que mostra como se mantém resistente e vivaz nos dois países, a-pesar-de tantas circunstâncias desfavoráveis, a preciosa unidade da língua comum escrita, ou literária.

O exemplo da livraria de Garnier, a sua iniciativa de publicar uma colecção de obras-primas estrangeiras, incumbindo a tradução delas a bons cultores do vernáculo, convinha que fôsse seguida por alguns dos nossos editores mais inteligentes e activos. Mil factos estão demonstrando o agrado seguro e crescente que o público português reserva a publicações de estudo e defesa da linguagem. Contar com êle, aproveitando-o, será obra de patriotismo, além de bom negócio.

AGOSTINHO DE CAMPOS.

MANUEL RIBEIRO: *RESSURREIÇÃO*. Lisboa, GUIMARÃES & C.ª, 1923.

NÃO há negar a Manuel Ribeiro uma virtude: emquanto a geração de 1890, opondo-se à anterior, bloqueava as nossas letras nos gelos polares do nacionalismo, da etnografia, da arqueologia, da erudição, do regionalismo, do pitoresco, do bricabraque, — êle, e quási que só, aproava em cheio e aventurosamente aos vivos temas da actualidade, aos mares ciclónicos e tropicais. Todavia...

Passa Manuel Ribeiro por uma crise interessantíssima: crise, porém, que não elabora intelectualmente até ao ponto de tirar dela, como convinha, uma boa obra de publicista, ou uma obra de boa arte. O que o caso exigia, cremos nós, era análise psicológica; mas deixa-se ficar Manuel Ribeiro na vaguidade e no exterior do tema. Para da crise e da luta de ideas extrair um romance verdadeiro, seria necessário meditá-la, profundá-la, e dá-la depois aos seus leitores, — não abstractamente, na forma inerte de um longo artigo com personagens e descrições (como fêz) — mas sim encarnando cada idea em pessoa viva e combativa, e entrechocando as personagens numa concreta e viva acção. Em um romance *que é um romance*, o *Curé de Village*, desenvolveu Balzac uma bela idea religiosa e social, correspondente à atitude de espírito que Manuel Ribeiro nos quis prègar. Talvez por pressa (natural em quem está animado de tão nobre ardor de proselitismo) o autor português adoptou êste método: fazer «romances» sem romance, e, para isso, pôs a viajar o seu herói e deu-lhe o gôsto das obras de arte: compõe assim os seus volumes com aspirações de reformador, com descrições de paisagens e monumentos, com curiosas teses de arqueologia, — introduzindo, digamos, dentro de um livro de viagens algumas páginas dos Evangelhos.

No tômo que precedeu êste, — *O Deserto* — Luciano, em crise de consciência, vai refugiar-se numa Cartuxa. Uma vez lá, espera o leitor a intensificação e desenvolvimento da sua crise, e a análise da evolução íntima de um problema de

ordem moral. Mas não; têm-se discussões arqueológicas, a nosso juízo inverosímeis, que levam a duvidar da profundidade da própria crise que o autor passou. Uma consciência em tal estado revolve problemas de consciência, e só problemas de consciência: não se preocupa de arquitectura, nem de estatuária, nem de pintores. Neste volume, que continua *O Deserto*, as primeiras páginas entusiasmam, e dão-nos a esperança de uma novela, de uma obra de arte e de meditação. Nem uma, nem outra coisa: só há, se nos não enganamos, uma dissertação de pouca monta sôbre problemas sociais, com descrições da cidade de Roma e parábolas do Evangelho... Ora visto que não há novela, não falemos de novelística, — e consideremos as ideas (em nótulas, aliás, muito fugazes e superficiais).

Um segundo mérito de Manuel Ribeiro foi pôr o problema da *Ressurreição* no seu plano básico e essencial: o imoralismo e negativismo (ou seja a falta de espiritualidade) dos apóstolos revolucionários, — que (efectivamente) pretendem fazer uma grei moral com indivíduos imorais. A solução de Manuel Ribeiro, porém, resume-se em insistir num êrro velho: o de que existe uma atitude única que permita chegar à Luz (para empregar a sua expressão) convencendo-se pois os apóstolos crentes da indispensabilidade de acreditar em Deus, — e sendo impossível, portanto, colaborarem êles com os infiéis, e necessário suprimir o ateu, subjugando-o, matando-o, ou convertendo-o (êste último, claro está, é o processo de Manuel Ribeiro); e teimando os apóstolos hereges em que é indispensável não crer em Deus, sendo impossível, portanto, colaborarem êles com o homem de fé, e indispensável suprimir o crente, — pela palavra, pelo voto, pela submissão ou pela bomba.

Êrro que se insinua em todos os homens é êsse de supor que somos iguais na constituïção do nosso espírito. Luciano (ou Manuel Ribeiro) evolucionou no sentido da fé; e logo diz o nosso autor: «a expressão plena do idealismo arredondava-se *sempre* na umbela inflorescente da fé, seu coroamento e cúpula» (p. 307). «Sempre»: eis aí a excessivíssima, a apressadíssima generalização. Decreta Ribeiro que todos os homens têm a alma de Manuel Ribeiro: e se algum há que a não tenha, — êsse é um monstro: «A incredulidade era uma degenerescência monstruosa do espírito, filha do orgulho e da soberba, da autolatria estulta. Não crer era furtar-se à confraternização dos sêres, recuar à vida bruta irracional... O ateïsmo... é a decadência última... O ateu é um abôrto espiritual» (p. 305, 289). Ora vejamos: orgulhoso, soberbo, autolatra, — ¿não será o homem que proclama: «quem não fôr como eu é monstruoso»? Almas há, certamente, que só respiram bem no mar da fé; outras, fora dêle; ¿que dirieis de um peixe que decretasse: «os que vivem na terra são abôrtos»? A igualdade é um ideal jurídico: não é, não pode ser, uma realidade psicológica.

A solução, ao que supomos, não está em persuadir a uns e outros a que variem de convicções, nesses problemas de Fé e Deus; estaria sim, a nosso ver, em persuadir a uns e a outros de que é possível imaginar, sustentar (e até realizar conjuntamente) ideais idênticos de sociabilidade, conservando aí cada um de nós a sua religião ou o seu descrer. Dissipar um antagonismo (que é histórico e fortuito, e de maneira alguma substancial) entre a Religião e a Revolução; destruir desconfianças e malentendidos, preconceitos e ideas erróneas, que uns dos outros continuam a ter; substituir ideas de *construção* social à idea negativa da luta de classes: eis aí, em nosso juízo, o papel a recomendar às elites do século XX. Tolerância antes de tudo, como prèga Manuel Ribeiro, — *mas não faz:* porque a quem não pensa como sua ex.ª, não o mata, verdade é: mas chama-lhe bruto, degenerado, autolatra e irracional. Convencer um ouvinte de que sou um monstro, noventa vezes sôbre cem é incitá-lo a dar cabo de mim. Só será tolerante e fará tolerantes quem pensar e quem disser: «os homens não são iguais, não é possível torná-los iguais, *e não é desejável que se tornem iguais;* o místico e o não-místico são duas raças de indivíduos, igualmente naturalíssimas, igualmente legitimíssimas, e com o mesmo direito de viver bem». Nós, que somos da raça dos não-místicos, aqui declaramos com sinceridade: consideramos os homens místicos tão normais como nós-outros, tão pouco degenerados como nós-outros, tão pouco brutos, como nós-outros, e muito desejamos que haja místicos, — para enriquecimento do espírito e para variedade do Universo!

Desejamos sim que existam místicos; mas a ética cristã não nos condiz, pois manda tratar a vida de hoje como instrumento da «vida eterna», e nós amamos o amor do bem (e a virtude, e a sciência, e a justiça, e a razão) como instrumento do esplendor vital, para beleza, harmonia e magnificência desta mesma vida: ad majorem Vitæ gloriam. Queremos sentir dentro da Vida tôdas as nobrezas que ela contém, queremos fugir conseqüentemente a todos os dogmas e limitações, evitando assim por nossa parte a atitude equívoca de Santo Agostinho, quando escrevia: «Virtudes ethicorum splendida vitia»: as virtudes dos pagãos são vícios *esplêndidos*... Nós, nada místicos, desejamos pois que existam místicos, — se concorrem para a opulência, para o prestígio, para o esplendor da Vida de hoje...

Entendamo-nos. Ao estabelecimento do comunismo sim, será talvez necessária a fé, — a crença segura numa outra vida, onde se goze um bem maior do que nesta vida se desapropriou. Resta saber, todavia, se será o ideal o comunismo. Por outro lado, não há reforma social que seja possível mecanicamente, sem reforma moral de cada um de nós: tem nisso razão Manuel Ribeiro; mas, ou nos enganamos de todo em todo, ou vê o problema unilateralmente, como os revolucionários a que se quis opor. Crêem os revolucionários das várias côres

que é a sociedade que forma o homem; crê Manuel Ribeiro, por seu lado, que é o indivíduo que forma a grei; crêmos nós, por nossa vez, que erram todos por unilaterais, porque indivíduo e sociedade constituem sempre uma consciência única, são os dois aspectos correlativos de uma só realidade; o indivíduo só existe como consciência *social;* a sociedade só existe na consciência *do indivíduo. Os processos de transformação têm pois de se apresentar, ao mesmo tempo, como individuais e sociais.* Desenvolvemos esta idea num dos capítulos dos nossos *Ensaios* (Educação e Filosofia) que não podemos reproduzir agora.

Tudo espera Manuel Ribeiro das virtudes da fé moral. Ora, a própria história nos pode mostrar a ineficácia dêsse processo, quando desacompanhado de uma acção paralela na estrutura da sociedade. Está feita a prova, e não há mais do que repetí-la.

Edmundo Demolins, por exemplo, faz-nos lembrar em oportunas páginas que a fonte fecunda da fé moral — e aquela semeadura da boa palavra, em que tanto insiste Manuel Ribeiro, — golfou com férvida impetuosidade, e podemos dizer que transbordou, nos primeiros tempos da Igreja cristã; e não era só a doutrina moral que fluia então com caudal imenso, era (como se alega na *Ressurreição)* o próprio sangue de milhares de mártires. Nunca a apojadura da santidade foi tão copiosa e tão magnífica; nunca, talvez, se exalçou tão alto o arrebato humano pelo que toca ao viver moral; e no entanto, nunca talvez se tombou mais fundo pelo que respeita à sociedade; raras vezes o indecoro abjecto, a violência e a procacidade do vício público e privado, chegaram a extremos de tal miséria. Contra essas pústulas da sociedade se levantaram afoitos milhares de médicos, — bispos, monges, cenobitas, santos; prègou-se o lustre da santidade, e deu-se o exemplo da santidade. Pois bem: a decadência social agravou-se célere, sem que todos os santos protestários, sem que todos os exemplos e discursos áureos, a desviassem um só momento da trajectória para a decomposição final.

Mas surgem os Bárbaros: e o milagre de regeneração, — que não lograram levar a efeito tantíssimos homens de fé pulquérrima — obram-no os Bárbaros com facilidade, sem o terem em mente e sem dar por isso: e eis a ordem a aflorar do cáos, e eis que se estabiliza o viver comum, com êsses infiéis e êsses brutos. Porquê? — Porque outra atitude no viver social, outro conceito da sociedade, assenta então em alicerces novos a estrutura da sociedade.

Mais um exemplo característico da insuficiência da fé moral nos é subministrado pela verde Irlanda, — a mística Erin que se cognominou, no século 6.º, a «ilha dos santos». Enxameava ela de mosteiros célebres, com seus monges imaculadíssimos; e dela abalou, como se sabe, a maioria dos missionários que converteram a Germânia. Era um viveiro inexaurível da mais pura acção moral, da mais estreme das santidades; e não teve essa fé sublime a volubilidade duma

fumarada: a nórdica ilha esmeraldina prosseguiu sendo até agora a terra clássica da fé cristã. Piedade religiosa tão intensa, tão plenária, parece que deveria transfundir no povo uma beatitude relevante e longa; e no entanto, o que foi longo e relevante foi a desordem e a tribulação; abriu-se o calvário para os Irlandeses no maior auge da fé cristã, e protelou-se sem descontinuar. Porquê? Porque faltou ali a estrutura sólida; faltou o lastro, o senso prático, a forma social conveniente.

A Itália foi também, no século 13 e no século 14, um seio túrgido de emoção piedosa. É o tempo de S. Francisco de Assis, de Santa Clara, de Santo António, de Fra Salimbue, de Jacoponi de Todi, de S. Celestino, de Catarina de Siena, de João de Parma, de tantos santos e de tantas santas, de tantas prègações e de tantas obras, de tantos afans do amor cristão. Brotaram por essa época algumas ordens religiosas que iriam em breve espantar o mundo pelo exemplo das virtudes máximas. Sabem todos com que entusiasmo, com que ardor, os místicos discípulos de S. Francisco lhe foram acorrendo em grande chusma, — tão grande que, dobados sòmente nove anos sôbre a fundação da sua ordem, enviou não menos de 5.000 deputados ao capítulo geral que se reüniu em Assis; os seus virtuosíssimos religiosos atingiram o número de 115.000, distribuídos por 7.000 conventos, — já não falando nas casas de monjas, nem na inúmera multidão de leigos que se filiaram na Ordem Terceira. E depois? Se o livro de Manuel Ribeiro fôsse seguido por tanta gente como a que seguiu S. Francisco de Assis — parece (pois não é verdade?) que tôda a humanidade estaria salva. Pois bem: essa avalancha de fé cristã não teve efeito de nenhuma espécie para a regeneração da sociedade: mais e mais se decompôs a Itália, com tal anarquia na vida política, tal corrupção nos seus costumes, tal desbarato na sociedade, que fariam quási cair na sombra as da antiga Roma no pior do Império. Porquê? Porque a fé moral, o exemplo moral, a prègação moral, são coisas muitíssimo boas, mas de si mesmas insuficientes, se não caírem num bom terreno de individualidades particularistas, se se não enquadrarem em certos hábitos, certas ideas e atitudes, espontaneamente produtoras da prosperidade social. ¿Que hábitos, que ideas, que atitudes? Não há aqui porque o digamos; só sublinharemos uma coisa: a argumentação que aí deixámos, os exemplos aí aduzidos, — não são nossos: acham-se na obra de um fideísta, de um homem de crença, de um bom católico.

¿Que concluir de tudo isto?

> Willst du im Unendlichen schreiten,
> Geh' nur ins Endliche nach allen Seiten:

«se queres caminhar para o infinito» — disse Goethe — «percorre o finito *em*

*tôdas* as direcções»; por outras palavras: cumpre não ser unilateral; cumpre desconfiar do que é simplista; convençamo-nos pois de que as questões sociais são problemas complexíssimos, que por isso demandam para ser resolvidos o concurso aturado de muitas técnicas, muitas ideas, muitas sciências, muitos factores (individuais e sociais, indistintamente e ao mesmo tempo, pois o individual e o social, o sujeito e o objecto, o particular e o geral, são dois aspectos correlativos de uma só realidade humana), numa atitude construtiva, filha do amor e não do ódio, da colaboração e não da guerra, do concurso de credos diferentes, da amizade e do respeito mútuo dos ateus e dos fideistas (ninguém é «abôrto», ninguém é «monstro») — porque os problemas são de saber, de paciência, de ajustamento e de sensatez, e exigem no espírito daqueles que os tratam a maior largueza de compreensão.

O que pensa dos filósofos e da filosofia o herói de Manuel Ribeiro não excede a craveira intelectual das pessoas beatas mais vulgares, pois os apodou de «crôsta sórdida» (p. 299), e de «bárbaros, selvagens, criminosos de lesa-humanidade» (p. 20); pois atribuiu-lhes opiniões de um ateismo de boticário; pois diz de Guyan, por exemplo, que «não podendo negar, porque era poeta e sentia, substitui apenas, dá outro nome às coisas, deixando afinal de pé *o que queria derrubar*» (254). É isto, evidentemente, confundir os filósofos com Monsieur Homais, com a gente ignara e pretenciosíssima que deturpa os filósofos supondo entendê-los. Guyau, como é sabido, não *quis* derrubar nenhuma coisa; *achou as coisas já derrubadas* em grandíssimo número dos melhores espíritos, e pensou por isso em substituí-las, em algo pôr onde nada achara. Deixemos nós, uma vez por tôdas, de procurar bodes expiatórios, — no Cristo ou no Anti-Cristo, nos filósofos ou nos não-filósofos, nos homens católicos ou nos homens ateus. *Não há culpados*, não há «monstros», não há «abôrtos»: convençamo-nos de que não há culpados, ou que o somos todos e a própria vida, e busquemos todos concordemente o difícil remédio da miséria comum. A humildade, que êste livro prèga, não a usa de-certo o homem de fé que se julga superior ao ateïsta. A humildade mais perfeita não a tenho encontrado nos homens de fé, que se crêem senhores do Absoluto, — ainda quando, a-pesar disso, são inteligências de quinta ordem; a humildade mais perfeita tenho-a encontrado nos bons filósofos, tão modestos e relativistas no vigor e finura do seu intelecto, a-pesar do «orgulho» de que todos os dias, em todos os púlpitos, os acusam os crentes orgulhosíssimos, — orgulhosíssimos, sim, com muito menos razão de o ser...

Diz o prègador da *Ressurreição:* «E é porque vos peço que sejais apóstolos que vos não dou fórmulas nem soluções... Desprezai a orgulhosa e vã sciência dos reformadores sem Deus. Um século de sciência e de filosofia não mudou em nada o curso do mal... Que a santa palavra jorre de vossos lábios» (p. 142-7). É cómodo falar assim; mas são necessárias as soluções; não as dê o senhor

prègador; mas deixe-as então procurar aos outros. As soluções revolucionárias são insuficientes porque são simplistas: *porque são de fé*, como essas que se prègam na *Ressurreição*. Repitamos isto: *porque são de fé;* porque são prègadas por gente fanática, que crê na Revolução como quem crê na Virgem. As ideas não empolgam as turbas, argumenta ainda Manuel Ribeiro (p. 21); ¿mas quem nos diz que se resolve o problema pelo processo do «empolgamento»? «*Um* século de sciência e de filosofia não mudou em nada o curso do mal»: mudou talvez um pouco mais que *vinte* séculos de religião cristã. Demos agora vinte séculos à sciência e à filosofia. Teve a Igreja ao seu dispor a maior fôrça que jamais houve, — a que nunca teve, nem por sombras, qualquer filósofo: e eis aí o que conseguiu. ¿Conseguirá melhor para o futuro? — Não digo que não; conseguirá... usando as armas que lhe fornecer a sciência e a filosofia. Ao beatério religioso e ao beatério revolucionário, deseja opor o espírito crítico (equilibrado, plurilateral, anti-romântico e finitista) — o *pensamento* revolucionário, que é moral e construtor. Para êle, a modéstia e o bom-senso são as virtudes salubérrimas.

Não sejamos unilaterais. «*Só* uma base sentimental, e não ideológica ou política» — diz Luciano — «como erradamente admitiam muitos, seria capaz de criar uma sociedade humana bem organizada» (p. 242). Quanto a nós, é necessária com efeito uma base sentimental, mas não *só:* haja uma base sentimental que seja *também* uma base política; que seja *também* ideológica; que inclua também *tôdas* as faces do nosso espírito e da sociedade. Algo que saia ao mesmo tempo do coração e da inteligência, para mais pujante vitalidade: *amor intellectualis*. Se pretendemos o infinito, abarquemos o que é finito em tôdas as fases que nos apresentar. O espírito do nosso tempo deve estar acima das antinomias, ser, digo, um racionalismo evolucionista, para além do racionalismo clássico e do moderno subjectivismo, além da direita e além da esquerda, do jacobino e do conservador. A verdadeira inteligência é a simpatia universal, posta ao serviço da vida nobre: tudo compreender e tudo ver; e não só aos homens, — mas às ideas, às sciências, às convicções, aos pontos de vista, — cumpre aplicar com generoso ânimo os formosos versos de Vigny:

> Et selon celui-là que vient après Jésus
> *Tous* seront appelés et *tous* seront élus.

Em resumo, parece-nos a nós muito simpática, — e muito verdadeira, também, na sua básica afirmativa, — a tese inicial de Manuel Ribeiro: a de que o êrro dos revolucionários é não ver que a Revolução, a reforma da sociedade, deverá ser, antes de tudo, uma prática moral, a reforma íntima de cada um de nós, afirmativa e

não negativa (o amor dos pobres uns aos outros, por exemplo, em lugar do ódio ao senhor burguês): peca, porém, por ser infiel ao seu programa, volvendo-se também em negativa,—pelo ataque aos bons filósofos, aos herejes, aos descrentes, às sciências, à ideologia. Quanto à forma, sofre êste livro da pecha grave de ser um romance sem novela: são as personagens abstracções,—sem acção, sem psicologia, sem desenvolvimento, sem profundidade; abusa o livro das descrições, das dissertações de história da arte. A linguagem é agrádavel, com menor dose de galicismos que a que se encontra comummente, mas maculada aqui e além por alguns lapsos de maior vulto («não vêde», «não receai», «não temei», etc.: p. 143, 149, 285, 295...). A-pesar disso, repetimos, por via de regra é elegante, correntia, nobre, e em certos momentos original, mas de forma alguma empapoilada de refulgências vocabulares.

Edição apresentável, com excesso de tipos na portada. Disse-se que o editor, vendo-a prestes a exaurir-se, aumentou o preço dos volumes. Esperamos que não seja assim e que a indústria do livro, ao menos, se não empantane também em processos de tal jaez.

ANTÓNIO SÉRGIO.

LUÍS DA CAMARA REYS: *VERA VERGANI*, folheto com ilustrações de TAGARRO. Lisboa, SEARA NOVA, 1924.

QUANDO o não fôsse pela prosa justa, límpida e elegante de Camara Reys, e pelas airosas ilustrações de Tagarro, só pelo mimo da sua arte tipográfica merecia ser citado êste folheto. Enleva o espírito em meia hora de evocação de grandes actores e actrizes que passaram nos nossos palcos nos últimos vinte ou vinte e cinco anos, e concorre, também, para o encanto da mesa duma sala «confortável», entre livros, ilustrações e flores, sob a cúpula de um «abat-jour». Sabe compor Camara Reys, com arte penetrante e apropriada, o ramalhete viçoso de uma «crónica» moderna, e Tagarro é um ilustrador. Pareceram-nos especialmente interessantes as considerações sôbre a arte profunda e tão inteligente de Zaccone, e as ilustrações das páginas 10, 11, 15, 17, 18 e 21.

*NOTA.*—A falta de espaço obriga-nos a deixar para o número seguinte as notícias relativas a duas interessantíssimas revistas publicadas no Rio de Janeiro: a *Terra de Sol* (de que já recebemos o 3.º fascículo) e a *America Brasileira.*

## ARTE E ARQUEOLOGIA

P.^e MANUEL DE AGUIAR BARREIROS: *A CATEDRAL DE SANTA MARIA DE BRAGA*. Estudos críticos arqueológico-artísticos. Edição Marques Abreu, Pôrto, 1922.

AO iniciar estas notas críticas sôbre as mais recentes monografias editadas e ilustradas por Marques Abreu, é justo acentuar o que a Arte e a inventariação fotográfica dos monumentos nacionais, devem já a êste escrupuloso artista e excelente técnico. O lugar que a revista do Pôrto, *Arte* (1905-1912), lhe preparára, alcançou-o definitivamente com a *Arte Romanica* (1918), monumento sem par que a sua dedicação e competência elevaram em honra do ciclo mais importante e característico da arquitectura religiosa do Norte. Obra excepcional a que a colaboração do ilustre mestre sr. Joaquim de Vasconcelos deu, pela autoridade do texto, um valor duplamente precioso e que, esgotada e já hoje rara, desejariamos ver reimpressa. Recentemente, surgiram as sucessivas monografias do sr. P.^e Barreiros sôbre *Vilar de Frades* e *S. Fructuoso* (1919), a *Catedral de Braga* e a *Capela dos Coimbras* (1922) e emfim, a de Monsenhor Ferreira, *Vila do Conde e seu alfoz* (1923). Se de tôdas, a documentação gráfica é primorosa, os textos são porém de valor desigual, mais escrupuloso como contribuïção histórica, despretencioso no estilo, o de Monsenhor Ferreira, mais fracos e deficientes como crítica artística — que precisamente ambicionam fazer — os do sr. P.^e Barreiros. Todos merecem porém simpatia pelo esfôrço sincero que representam e parcela de contribuïção que para a divulgação da história e da beleza dêsses monumentos encerram. Esperamos que as restrições que a análise crítica nos impõe, não sejam tomadas como injustiça à intenção meritória dos autores.

E pôsto isto, analisemos a *Catedral de Santa Maria de Braga* do sr. P.^e Barreiros. O seu A. conquistara já certa notoriedade por anteriores estudos sôbre o românico da região minhota; parecia por isso lógico que acabasse por consagrar ao centro essencial dessa irradiação artística, tão admiràvelmente estudada pelo sr. dr. Manuel Monteiro, a monografia que até hoje nos faltava.

Simplesmente — e nisto está talvez a explicação do equívoco capital dêste estudo — a catedral mutilada e deturpada através dos tempos, perdeu em importância arqueológica como monumento românico, o que ganhou em riqueza escultural e decorativa nos novos períodos de esplendor com que os séc. XIV e XVI a renovaram e ennobreceram.

# BIBLIOGRAFIA

O sr. Padre Barreiros, mais arqueólogo do que historiador da Arte, melhor preparado para reconhecer os últimos vestígios da arte arcaica do que as mais belas obras da estatuaria do séc. XIV, mais impressionado pelas tradições extintas do que pela beleza e *importáncia excepcional* das jóias sôbre viventes, não foi o comentador que estas exigiam e deu-nos em vez do estudo crítico que no título prometera — incaracterísticas impressões literárias.

Exemplifiquemos : as duas obras primas da escultura da catedral são o *Tumulo de D. Gonçalo Pereira* e a *Virgem Nossa Senhora de Braga*. Ao falar desta última imagem, a pág. 34, o A. parece atribuí-la ao séc. XVI «*imagem que D. Diogo de Sousa* [ 1503-1532 ] *fez suceder à da fundação da catedral*» e mais não diz. Mas é uma Virgem do séc. XIV, obra admirável e absolutamente excepcional em Portugal, cuja composição, atitude e estilo, traduzem a influência francesa, emquanto certa expressão altiva da cabeça e a policromia do manto, estofado e cravejado de joias, denotam um sentimento peninsular. Pertence, como os túmulos de Alcobaça, ao ciclo de influência que dominou a península no séc. XIV, e não sei de imagem de mais nobre estilo ou compáravel sequer, entre nós, a esta obra prima da estatuária gótica, cuja importância, época, filiação e carácter, o sr. Padre Barreiros substituiu por algumas linhas de pura expansão sentimental, tão aplicável a esta como a qualquer outra escultura.

Quanto ao túmulo de D. Gonçalo Pereira, atribuído a 1336, rodeado duma grade, em parte do séc. XVIII, que seria do melhor gôsto remover, encerrado no trecho mais saboroso da arquitectura ogival da Sé — a capela de Nossa Senhora da Glória — capela que o A. descreve bem e cujos caracteres tardios explica, com razão, pela persistência das tradições românicas e resistência do granito à prolixidade decorativa — êsse sarcófago historiado com a admirável estátua jacente do bispo, merecem ao sr. Padre Barreiros uma mera descrição iconográfica. Depois de se referir ao Prelado «revestido de pontifical, de mãos cruzadas sôbre o peito», comenta (pág. 79) : «Que expressão a daquele rosto ! É a propria energia, com a firmeza das grandes resoluções decididas, a adivinhar-se atravez a placidez daquele somno prolongado da morte. O rosto tambem não desdiz», etc., e mais adiante : «um primor. E assim tudo o mais». E sôbre a arca com os apóstolos, profetas, Jesus crucificado num tôpo e a Virgem no outro, escreve ainda ( pág. 50) como *critica artistica:* «Não há duvidál-o. Êste belo tumulo é digno do grande vulto que lá dentro repousa, o patriotico guerreiro e respeitado progenitor do pai do Beato D. Nuno Alvares Pereira. E já que aludimos ao Santo Condestavel », etc., etc.

E é tudo ! É justo reconhecer que a intenção do A. era boa quando prometia no prefácio « *visar de preferência a análise descurando a minucia descriptiva* », tanto mais que as admiráveis ilustrações de Marques Abreu, dispensavam essa

minúcia... Mas o A. afinal não resistiu às tentações da descrição, esquecendo-se precisamente da análise crítica que prometera e que a importância e significação das obras absolutamente exigiam.

Porque o túmulo do nobre arcebispo, em pedra de Ançã, é não só uma das mais belas irradiações da Arte coimbrã do séc. xiv, mas a obra prima da escultura gótica nacional, cuja evolução já caracterizámos noutro lugar, através dos túmulos da Sé de Coimbra, Santa Clara, Odivelas, Grijó, Sés do Pôrto e de Lisboa, do meado do séc. xiii ao meado do séc. xiv, e contrapusémos à arte importada dos túmulos de D. Pedro e D. Fernando da 2.ª metade do século de trezentos. O túmulo de Braga, é o apogeu, como técnica e estilo, da escultura tumular medieval entre nós, em que o naturalismo idealizado da tradição da nossa arte atinge a expressão máxima de nobreza, na atitude calma, na sobriedade dos panejamentos, na singeleza iconográfica, que noutro lugar já notámos. Tem na evolução da nossa escultura, cujo período brilhante é o séc. xiv, e cuja obra prima nacional é êste túmulo, como o de D. Pedro é o da arte importada, uma significação paraléla à que as tábuas de Nuno Gonçalves haviam de ter um século depois, mas então com uma importância estética e histórica muito superiores, como obra máxima, não já apenas da pintura, mas da arte portuguesa de todos os tempos. Mais uma vez na história das artes, a evolução da escultura precedeu a da pintura.

Não insistiremos no belo exemplar de arte flamenga que é o túmulo de bronze do infantezinho D. Afonso (1400). Sabe-se que veio de Flandres, enviado pela duquesa de Borgonha, sua irmã, e é obra dos meados do séc. xv; mas o A. esqueceu-se mais uma vez, não só de citar as fontes da sua informação, mas de notar que o docel é muito posterior, já da renascença, como a simples análise da obra denuncia mandado cinzelar e dourar por D. Diogo de Sousa em 1527, como o sr. Joaquim de Vasconcelos nos revelou (*Arte Religiosa*, Vol. I).

É a êste período do comêço do séc. xvi, capital na história de Braga e da sua catedral, então sob a égide magnificente de D. Diogo de Sousa, que pertencem outras obras cuja beleza o A. admira, mas cuja significação, na história da nossa arte, nem sempre tem a felicidade nem mesmo a preocupação de caracterizar.

A arte do Renascimento deve, entre nós como em Espanha, à pléiade dos seus prelados, o florescimento excepcional que teve. D. Diogo Ortiz em Viseu, D. Afonso de Portugal em Évora, D. Jorge de Almeida em Coimbra, D. Diogo de Sousa em Braga, foram, depois do Rei, os grandes Mecenas do 1.º têrço do séc. xvi. D. Diogo de Sousa porém, não tem, neste trabalho sôbre a primaz, o estudo que a sua generosidade e o seu gôsto mereciam, que a arquitectura, a escultura, a ourivesaria, as artes do ferro e do bronze, a riqueza eucarística e a

indumentária sacerdotal lhe devem, cujo inventário é conhecido, mas cuja arte nas suas filiações e originalidades estão ainda em parte por definir.

Basta considerar a arquitectura, para exemplo. ¿ O que é o *manuelino* de Braga ? Atribuindo a artistas *biscainhos*, o A. vai talvez caracterizar o aspecto especial que êle aqui nos oferece. Ouçámo-lo a propósito da capela-mor (pág. 27) :

« É vêr, no interior, a majestade, a nobreza e a discreta harmonia de tôdas as linhas construtivas, dispensadas num certo ar de atraente severidade e de paz comunicativa, a sugerir-nos o sentimento do belo adivinhado em Deus, a elevação da alma anciosa de perder-se no seio amoroso da grandeza infinita do Senhor » etc., etc.

E continua sempre no mesmo gôsto, para passar depois à descrição puramente técnica da construção, sem nunca a integrar na sua significação histórico-artística.

Na realidade a arquitectura *manuelina* antes da infiltração do Renascimento teve três aspectos essenciais correspondentes a três fontes de inspiração. No centro, o naturalismo da Batalha, cujos mestres, ali educados, fizeram irradiar as tradições do gótico nacionalizado para Coimbra e Guarda, Tomar, Golegã e Belém, etc.; no *Sul*, o mourisco-hispano-marroquino, de Sintra, Tôrre de Belém e Alentejo; no *Norte*, a arte importada pelos biscainhos para Caminha, Vila do Conde e sobretudo para Braga, seu principal foco de irradiação.

Esta última arte, cujas afinidades de sentimento e pormenores decorativos a ligam à de Valladolid e de Castela, está tìpicamente representada na capela-mor da primaz. Pode dizer-se que é de tôdas as modalidades do *manuelino*, a menos original e embora o granito lhe dê um carácter que em Castela não tem, é ainda essencialmente uma forma importada, sem as tradições e assimilações nacionais que os aspectos àquem-Douro representam.

Na escultura desta época, o A. também não é mais feliz que na gótica. Ao antigo retábulo, hoje frontal de altar, chama *gótico-mudejar* — ¿ porquê mudejar ? — em vez de o cotejar, camo a pia baptismal, com a escultura nacional e peninsular da época — e emfim em face dessa encantadora *Virgem do Leite*, chama-lhe incaracteristicamente « primor de escultura em pedra d'Ançã, cinzelada como se fôra matéria apropriada a um trabalho de ourivesaria ». Que excelente ocasião para caracterizar a arte *tão portuguesa* desta obra prima de ternura ingénua e graça, uma das mais belas da escultura manuelina, em que se mantém a tradição do nosso doce naturalismo, e contrapô-la à obra de grande estilo já citada, que é a Virgem peninsular do séc. XIV, paredes meias com esta !

Não vale a pena insistir nas referências a outras obras menos importantes,

tão pouco caracterizadas na sua mediocridade como as primeiras na sua superioridade excepcional.

Por tudo isto, o seu livro, com uma bela planta da catedral cujo levantamento só merece elogio, interessante por vezes como descrição, embora insuficientemente documentado como história, escrito com preocupações louváveis, nem sempre aceitáveis, de vocabulário técnico, não pode ser considerado como o A. aliás o intitula — estudo *crítico-artístico* — porque a sua deficiência capital é precisamente de *crítica* e de *gôsto.*

O A. não alcançou as sínteses capitais que o monumento sugere e que desta vez lhe escaparam, certamente porque se não impuseram à sua análise crítica. Esperamos que numa 2.ª edição, que só por si as ilustrações merecem, o A. corrija estas lacunas, não no sentido, é claro, das nossas livres opiniões pessoais, mas no da orientação crítica que uma monografia desta natureza impõe.

A história dum monumento artístico como a Sé de Braga, é a história do monumento e a *história da sua arte.* A primeira será ainda aceitável nas linhas gerais dêste livro, mas a segunda carece duma revisão profunda.

REYNALDO DOS SANTOS.

P.e M. A. BARREIROS: *A CAPELA DOS «COIMBRAS»*. Pôrto, 1922, 15 p., fotogravuras de Marques Abreu.

AARÃO DE LACERDA: *A CAPELA DE N.ª S.ª DA CONCEIÇÃO* (Braga). Pôrto, 1923, 42 p., fot. do autor.

DAS duas *plaquettes* sôbre o pequeno monumento da Renascença, de Braga, a do sr. P.e Barreiros só se salva pelas fotogravuras. O texto que merece leitura é apenas o do sr. Dr. Aarão de Lacerda, senão pela novidade e importância dos documentos, pelo menos pelo espírito crítico do seu A., um dos raros escritores de arte em Portugal de cujo gôsto e cultura se possa confiar e esperar. Espírito nobre, superior à mesquinha inveja do meio, dotado de sensibilidade plástica e musical que lhe abrem horizontes mais largos à compreensão da obra de arte, o sr. A L. escreveu sôbre esta pequena capela o pouco que há a dizer. Fundada cêrca de 1525, elegante e inspirada na arte dos biscainhos da capela-mor da Sé, com grades de ferro na galilé, aliás menos belas que as de Lamego, Évora e as da própria primaz, é sobretudo curiosa pela estatuária da Renascença, em parte já do meado do séc. XVI, e irradiação das oficinas

de Coimbra. A do exterior é a meu ver, a melhor como proporções e estilo, em que se reflete por vezes o galbo de mestre Nicolau.

No interior e da escultura do altar, o sr. A. L. destaca S.ta Ana, que com razão aproxima da admirável obra prima do Museu Machado de Castro, imagem superior do naturalismo português. A *deposição*, que o sr. P.e Barreiros classifica de *inegualável* e *sem rival* (!) é o pior de tudo. Um pouco brutal nas proporções, grosseira na modelação, agravada pela pintura, o sr. A. L. integrou-a na evolução dêste tema do *passionário* que entre nós se esculpe já num dos capiteis de Celas e vem até aos enterramentos do Museu de Coimbra. A. L. acentua com justiça a filiação e inferioridade da de Braga.

Cheia de gôsto no estilo e na crítica, a *plaquette* do sr. A. L. merecia a ilustração que o sr. P.e Barreiros alcançou.

REYNALDO DOS SANTOS.

## *EXPOSIÇÃO RETROSPECTIVA DE PINTURA E DESENHOS DO ARTISTA MANUEL DE MACEDO*

As exposições de arte individuais sucedem-se entre nós, e tantas são elas que quem julgasse pelo seu número chegaria à conclusão de um largo e fecundo movimento artístico em Portugal. Infelizmente, e na maior parte dos casos, não representam senão o que as pessoas que as fazem supõem que elas representam; e isso pouquíssimo ou nada é. Balbuciando apenas a modalidade artística a que se votaram, mas julgando-se já na posse dos seus segredos mais difíceis, a quási totalidade dos expositores trazem geralmente a público, com a falta de temperamento e vocação, a afirmação de um desconhecimento completo da técnica, que é evidentemente só um meio e não um fim, mas que nem por isso deixa de ser condição essencial à realização dêste.

E isso embora pareça sem conseqüências, não o é. O público, na sua maior parte, sem cultura estética, atraído pelos reclames de tôda a ordem que êsses expositores se fazem, visita essas exposições e sai dessas visitas desnorteado e prevertido, o que é um perigo e grande para a verdadeira arte, com A grande; e o desnorteamento é tanto maior quanto a crítica de arte pode dizer-se que não existe em Portugal e o que, em geral, se lê sôbre as exposições são palavras mais ou menos rebuscadas, mas sem sentido e que só servem para tornar a confusão ainda maior.

Nestas condições, o nosso programa será êste: falar só do que entendamos merecer interêsse, deixando no esquecimento aquilo que julguemos não o ter.

Pode, é certo, suceder que as nossas ocupações não nos permitam visitar exposições que tenham realmente valor e de que por isso não possamos falar. Mas nesse caso não deixaremos de indicar a causa da omissão. E o que tenhamos de comentar, comentá-lo-hemos com a maior sobriedade, pois o tempo não nos sobra e a vida presente exige cada vez menos palavras, e essas nítidas e concretas.

Merece-nos todo o respeito a piedade filial do sr. Vasco de Macedo, e foi com enternecimento que lêmos as palavras nobres e justas com que o ilustre professor da Escola de Belas Artes de Lisboa, sr. Arnaldo Ressano, abre o pequeno catálogo da exposição das obras de Manuel de Macedo, ùltimamente realizada no edifício da Sociedade Nacional de Belas Artes. Não podemos porém deixar de lamentar a maneira como foi organizada essa exposição. O trabalho que sobretudo competia ao organizador era um trabalho de escolha, não trazendo a público senão o que fôsse digno do talento excepcional do grande desenhador. Artista nato e por assim dizer autodidacta, Manuel de Macedo desenhava como escrevia, com a maior facilidade, sendo o desenho para êle, na maior parte dos casos, uma forma como qualquer outra de exteriorizar rápida e sintèticamente o seu pensamento.

Já conhecidos há muitos anos, fomos seu companheiro, no Museu de Arte Antiga, desde que para lá entrámos, em 1911, até à sua morte, em 1915; e ligados sempre pela maior amizade passámos ali grande parte do tempo juntos, alojados em gabinetes contíguos. E Manuel de Macedo, cuja cultura era enorme e que juntava, à lição dos livros, a de uma intensa vida intelectual, pode dizer-se que não se calava um momento, comprazendo-se sobretudo em recordar episódios do seu passado. E emquanto falava, Manuel de Macedo não deixava de desenhar, fazendo no papel e em alguns traços o comentário ou demonstração do que ia dizendo. Assim, muitos dos desenhos que dêle ficaram nada significam sob o ponto de vista artístico, embora o seu génio, porque na verdade o tinha, se revele, para os que o sabem ver, ou no espírito do conjunto ou em um ou outro pormenor dêsses apontamentos.

Por tudo isso, a escolha rigorosa e inteligente da sua obra impunha-se; e impunha-se tanto mais quanto, Manuel de Macedo morto e quási desconhecido para o grande público como artista, a apresentação de uma coisa sua, ou má ou sem valor, podia ser profundamente nociva ao seu nome, mostrando-o sob um aspecto que não era aquele a que tinha direito pelas suas excepcionalíssimas qualidades. Conjuntamente com isso, cumpria estudar também cuidadosamente o que se resolvesse expor, de forma a estabelecer, tanto quanto possível, a sua cronologia, pois só dessa maneira se poderiam descriminar as influências que o artista foi sofrendo e o que elas representam na evolução dos seus trabalhos.

Nada disso porém se fêz. Dependuraram-se nas paredes os trabalhos que dêle

encontraram, misturando-os com os que foram cedidos pelos seus possuidores em um *péle-mele* que não tinha a menor justificação, nem sob o ponto de vista artístico nem sob o ponto de vista crítico. E tudo serviu para encher as salas da Sociedade Nacional de Belas Artes, ou fôsse bom, ou fôsse mau, ou fôsse mesmo péssimo, pois coisas havia ali que até êste epíteto mereciam! Pobre Manuel de Macedo! Como a esta sua desgraçada exposição cabiam bem as palavras severas escritas, há um ano, por um dos maiores críticos de arte francês, a propósito das vendas póstumas da obra de Dégas, e como o seu caso, semelhantemente ao daquêle grande pintor, deve fazer meditar os artistas vivos, impondo-lhes a conveniência de, por testamento, encarregarem alguém competente da escolha do seu espólio artístico, visto oferecer também perigo o inutilizarem êles mesmos, em vida, o que julgarem mau da sua obra.

Escrito isto que, como admiradores e amigos de Manuel de Macedo, não podiamos calar, cumpre-nos dizer que a parte boa da sua obra exposta, e que não excedia certamente um têrço do que figurava na Sociedade Nacional de Belas Artes, chegava largamente para impor o seu nome como o de um dos nossos maiores artistas da segunda metade do século XIX. Na verdade e quando se não servia das côres, pois aí o seu daltonismo desnorteava-o, poucos como êle terão tido, nesse período, em que houve entretanto valores de primeira grandeza, o sentimento da forma e da modelação, com a côr e todos os seus valores; e nenhum talvez, nem mesmo Sequeira, que foi excepcionalíssimo nesse campo, possuiu, como Manuel de Macedo, o poder de combinar e agrupar coisas e figuras, fazendo-as valer tão completamente a dentro do espaço a encher.

Ainda há pouco vimos, em Paris, uma exposição de conjunto da obra de Moreau le Jeune. Era magnífica e os elogios da crítica foram unânimes. Mas essa exposição, organizada aliás com o maior carinho e competência, não poderia porém resistir ao confronto, aproximada que fôsse das páginas similares de Manuel de Macedo. E se da reconstituïção da vida íntima do século de oitocentos, em que sobretudo se afirmou o mestre francês, passarmos para a de episódios guerreiros de épocas mais longínquas, de que conhecemos alguns exemplares magníficos e em que o dramático da acção nada tem a comprimí-lo, sendo evocado em todo o tumultuar do seu movimento, só um nome, e êsse alheio, nos ocorre: o do grande Gustavo Doré.

Em um outro meio, mais culto do que o nosso, em que os editores tivessem podido compreender o talento admirável de Manuel de Macedo como era justo que fôsse compreendido, êle teria certamente deixado ficar, para os nossos escritores da Idade-média e da Renascença, uma obra ilustrada que não poderia nunca ser inferior, nem em qualidade nem em extensão, à do genial ilustrador francês. Como tem sucedido porém a tantos outros portugueses no seu respe-

ctivo campo de acção, Manuel de Macedo não se teria sequer revelado como se revelou neste ponto se Roque Gameiro, ao iniciar, em 1899, a sua carreira de ilustrador, não se tivesse lembrado de solicitar a sua colaboração. Os desenhos que Manuel de Macedo então fêz para a *Sereia*, de Camilo, são verdadeiras obras primas do género, e ao artista que é seu possuïdor e que carinhosamente os guarda cumpre o dever de os editar e trazer a público. A reprodução dessas páginas, feita com o cuidado que o seu alto valor exige, será uma das maiores homenagens que se poderá prestar à memória do seu autor.

A obra exposta marca, em Manuel de Macedo, três períodos distintos : o primeiro, de início, à volta de 1859, acusa sobretudo a influência de João Augusto Correia. Os desenhos de então, tracejados segundo a maneira típica daquêle ilustre professor portuense, mostram já a grande facilidade de *indicar* de Manuel de Macedo e o seu poder invulgar de movimentar e agrupar. O segundo, e um dos mais belos, é aquêle em que o artista sofreu a influência de Lupi, com quem trabalhou no atelier do Conde de Almedina. Todos os seus desenhos desta época, acabados cuidadosamente mas sem preciosismos, são primorosos, nada perdendo no confronto com os do daquele ilustre professor que, de entre os mortos, foi, sem dúvida, o nosso maior pintor da segunda metade do século XIX. No terceiro e último período, que começa em 1899, o desenho de Manuel de Macedo continua, é certo, a sofrer, em um ou outro ponto, a má influência da sua primeira fase de ilustrador, demasiado improvisada e inteiramente circunscrita aos moldes da gravura em madeira, para que essas suas composições eram especialmente feitas. A-pesar porém dos pequenos defeitos em que êsses trabalhos acabaram por o fazer caír no periodo final dessa sua fase, e que não deixaram de manifestar-se de quando em quando até ao fim da sua vida, o artista afirma-se contudo então no conjunto das suas composições, realizadas já nessa época em condições de maior liberdade, como um ilustrador que marca não já só no seu país, mas mesmo lá fora entre os melhores do seu tempo. Realizadas paralelamente ao texto, e sendo por assim dizer meras transposições dêste nos períodos que elas comentam, as suas composições atingem contudo, na sua forma sintética e expressiva, um poder de sugestão que é a melhor pedra-de-toque da verdadeira ilustração. E isto é capital, porque se a ilustração exige sacrifícios ao artista, quando êle é um desenhador no sentido absoluto da palavra, êsses sacrifícios em nada prejudicarão a construção da forma se êle souber, como soube Manuel de Macedo, sem se restringir à rigidez desta, mantê-la através da exclusiva gradação do claro-escuro, no fito mais livre e evocativo da côr.

José de Figueiredo

# *BIBLIOGRAFIA*

## *HISTÓRIA E FILOLOGIA*

FIDELINO DE FIGUEIREDO: *HISTÓRIA DA LITERATURA CLASSICA.* 2.ª época: 1580-1756 (continuação); 3.ª época: 1756-1825. Lisboa, PORTUGALIA, 1924.

TEÓFILO Braga, poderia dizer-se, concebeu a história da literatura como série de biografias dos escritores; o sr. Fidelino de Figueiredo dir-se hia que a concebe por seu turno como floresta ou silva de vários extractos, de resumos, de notícias, de dados estatísticos, de relances ténues, sem o traçado de quadros gerais, de quaisquer linhas de evolução, de quaisquer rumos orientadores.

Não se alcança com facilidade porque fêz o indefesso escritor uma história geral da literatura nossa, quando êle próprio afirma e repete que é cêdo ainda para empresas tais; porque adoptou a profissão de crítico um espírito opulento na elaboração fantasista, mas pouco dotado para a análise crítica; porque se empenha, finalmente, em avaliar os méritos dos homens de letras sendo insensível aos valores estilísticos e à beleza específica da arte do verbo. Parece além disso matéria assente, para quem manuseia os autores portugueses, que o sr. Fidelino de Figueiredo leu uma parte muito restrita das obras literárias de que nos vem falando, e que os seus dons de expressão verbal são descritivos ou narrativos, e de maneira alguma ideativos, donde resulta que o ilustre académico é freqüentes vezes incompreensível.

Supômo-lo senhor duma noção exacta do que deverá ser a história das letras; mas julgamo-lo decidido, também, a não pô-la em prática. No capítulo da eloqüência, ao referir-se às obras sôbre a parenética (de Cenáculo, Ramiz Galvão e Luís Cabral) diz o seguinte: «as notícias proporcionadas pelos dois últimos autores são principalmente de carácter externo, biografia e bibliografia, testemunhos dos contemporâneos e sumárias apreciações, quando para o nosso ponto de vista histórico-literário interessava principalmente conhecer a evolução da estrutura intrínseca dos sermões e assinalar o que cada orador de novo trouxera, como sofrera a influência das metamorfoses do gôsto ou como sôbre elas reagira e ainda como adaptára os seus métodos oratórios às necessidades do tempo, visto que a eloqüência não é um género de pura ficção, tem um escopo prático» (p. 56). Ora, nem para o género parenético, nem para nenhum dos outros géneros, se lembrou o sr. Figueiredo de empreender êsse programa. Na sua *História* não há história; — e não há também literatura.

No fim dêste seu volume, declara o ilustrado crítico e historiador que não é possível fazer ainda uma história geral da literatura, — o que, aliás, dissera

já a meio do livro: «Uma vez mais repetimos que é prematuro o empreendimento ousado de um estudo sintético, como êste a que nos afoitámos, em virtude de não haver ainda os alicerces indispensáveis» (p. 85). Mas nesse caso, ¿porque o faz? ¿Porque insiste, diremos nós, em dar a entender ao observador incauto das montras aliciantes das livrarias — que realizou o irrealizável? Que nem pôs ao menos a palavra «bosquejo», «contribuïção», «impressões», «tentativa», ou coisa que o valha, no título pomposo da sua *História*; impôs-lhe o rótulo monumental: *História da literatura clássica; História da literatura romântica; História da literatura realista.* Herculano, à *Origem da Inquisição*, baptisou-a de «tentativa histórica»...

Para serem história, falta aos livros do sr. Figueiredo o estudo das causas e dos desenvolvimentos, das influências e das repercussões; falta-lhes, depois, a perspectiva e ordenação dos valores. Todos os indivíduos que apararam uma pena se encontram ali sôbre o mesmo plano, gastando-se páginas e páginas a falar das obras e dos seus autores, que o sr. Fidelino de Figueiredo apoda de nulos e de sensaborões. Ao indeglutível poema sôbre os *Novissimos do Homem*, de Rolim de Moura, consagrou no livro umas *quatro* páginas, e metade disso (só *duas!*) a tôda a obra de António Vieira (o resto do capítulo em que Vieira se inclui é constituido pelo resumo das *Memórias históricas*, do bispo Cenáculo, e por um longo extracto do sermão da sexagésima, prègado por Vieira em 55). Dar a Vieira só duas páginas, numa prolixa história das letras pátrias que consta de uns cinco ou seis volumes; metade do que se deu a um Rolim de Moura; um quinto, cremos nós, do que a António Denis da Cruz e Silva; menos do que se diz de Jacinto Freire, de Brás Garcia, de Manuel de Figueiredo, de Xavier de Matos, da Marquesa de Alorna, — é já elidir de todo em todo o sentimento das proporções. Cinco escritores, entre tanto escriba que ali campea, exigiam do autor demorada análise: Vieira, Bernardes, Bocage, Filinto Elísio, José Agostinho; não obstante, o que diz dêles o sr. Figueiredo, na quantidade e na qualidade, parece-nos tenuíssimo e de nenhum valor. Falando demasiado de gentinha nula — e de influência nula, — passa em silêncio Luís Verney, que revolucionou a época.

Todavia, não é só a falta de qualquer plano, de relacionações, de proporções, de perspectiva, — de concepção geral, em poucas palavras, — que torna difícil o orientar o espírito na selva enredada desta folhuda *História*: é também o indistinto do pensamento nas suas partes e pormenores, e a linguagem do historiador. Os juízos obscuros, no presente tômo, podem repartir-se por três espécies: os obscuros por antitéticos; os obscuros por enigmáticos; os obscuros por vicioso círculo. Exemplifiquemos rapidìssimamente.

Eis um exemplo da primeira espécie: «O seu raciocínio (de Vieira) era

dedutivo, *severamente lógico*, mas (?) sempre em marcha da periferia para o centro... A série dos sermões sôbre o advento é um exemplo flagrante dessa *concentração das fôrças lógicas*, dêsse assalto afoito até que a conclusão seja uma conquista laboriosa, mas *legítima*... *Confundiu a imagem com a razão*, e abusou das homonímias. Conduzido por elas, saltou do mundo natural para o moral, levando consigo, aturdidos *e enganados*, os leitores» (p. 67). Ou isto: «a *calma* dulcíssima e *profundamente vibrátil* de Luís de Sousa» (p. 13). E ainda: «As suas obras (de Tolentino), como são enganosas como peças biográficas, assim serão suspeitas para quem, sem crítica, as tomar como documento para a história da sociedade lisboeta no último quarto do século XVIII... Para a história da sociedade lisboeta no fim do século XVIII, história íntima de suas modas e predilecções, jogos e passa-tempos, preconceitos e juízos, principalmente da pequena burguesia e da plebe, contém a obra de Nicolau Tolentino muitos elementos de valor» (p. 182 e 185). São possíveis naturalmente quaisquer legítimas distinções pelas quais se combinem êstes juízos, um pouco difíceis de coincidir: mas... para tornar explícitas as distinções, para destrinçar, sistematizar, aclarar e desfiar, é que nos parece que existe a crítica: o papel da crítica não é fazer enigmas, é desfazê-los, — supomos nós. O sr. Figueiredo esquece-o de-mais. Ou não?...

Vejamos exemplos da segunda espécie (juízos obscuros por enigmáticos): «Fr. Manuel da Esperança deve ser apontado neste livro porque *harmonizou* com inteligência o *maravilhoso*, em que cria e de que narrou várias intromissões no curso das coisas humanas, com um escrupuloso *manusear das fontes*...» (p. 22). «Homem de rija têmpera, sentindo a fôrça de querer e *a voluptuosidade de uma constituïção pessoal*...» (p. 53). «A historiografia funda-a Fr. Vicente do Salvador, cuja *História do Brasil*, concluida em 1627 e só divulgada pela imprensa em 1888, ainda hoje não é uma obra caduca, antes ostenta títulos que a recomendam, não tanto os que derivam de sólidas bases documentais como os que produz *a reacção contra os sentimentos da época e a curiosidade do ambiente*» (121). Há talvez nestes períodos quaisquer ideas, mas a linguagem é tão imprecisa (tão anti-crítica) que se torna difícil encontrá-las, e, se alguma se acha, — fica-se sempre na incerteza, se será isso o que pensa o autor. A impropriedade da elocução pode considerar-se característica na prosa crítica do sr. Figueiredo: «Conseguiu uma bem alegada demonstração das altas capacidades do sexo feminino, que antes dêle em Portugal só tivera apologistas nessa *forma* de pleitear em Fr. João Maldonado», etc. (p. 31). «Apagára-se o espírito épico na mente dos poetas, o poder *verbalista* de traduzir grandiloquamente os altos feitos» (p. 36). «Adão e Eva só tinham uma limitação ao pleno exercício da sua felicidade» (41). «Por se manter

fiel a uma recomendação *ligeira*, não provar aquele fruto proïbido» (42). «O tema dantesco já o encontrámos no Cancioneiro Geral, mas é preciso chegar a Rolim de Moura para o vermos constituir a idea central de um poema. Infelizmente a inspiração poética nunca esteve *à altura dessa outra preeminência cronológica*» (p. 46). «Essa espécie de introdução histórica, com que abre o poema, sôbre a geografia e as grandezas de Portugal, que na metodologia estética do tempo formava uma parte voluntária, o epílogo» (p. 46; aqui não há só uma, mas várias impropriedades e exdruxularias, que o leitor esmiuçará: introdução histórica sôbre a geografia; metodologia estética; parte voluntária; introdução que é epílogo, etc., etc.). «As perturbações da consciência, o delírio do *associacionismo* das ideas e das imagens, as obsessões, o sonambulismo, a dupla personalidade, etc.» (p. 71). Na indecisão mental que tudo isto inculca, não move espanto que a própria gramática padeça tratos inquisitoriais: «A *Elegiada*, de Luís Pereira Brandão, está no limiar desta época literária. Passou à África com Diogo Bernardes no exército de D. Sebastião, para imortalizar num poema os feitos que ali se iam perpetrar, mas as circunstâncias reduziram-no a cronista métrico de uma derrota. Provém do ambiente épico, que inspirou Camões, e deriva também do desejo de imitá-lo, mas é êle o primeiro poeta», etc. (p. 38). Como vê o leitor, o sujeito dêste discurso é primeiro o poema; depois («passou à África», etc.) é o poeta; depois («provém do desejo», etc.) é outra vez o poema; depois («mas é êle o primeiro poeta», etc.) outra vez o poeta.

O identificado de coisas diferentes vem rematar esta confusão: «Garrett ainda no meado do século XIX se permitia fazer *exotismo americano* no romance incompleto *Helena*, em segunda mão e como novidade, sob forma caricatural, já ensaiada por êle no folhetim *O Brasileiro em Lisboa*, de 1837, e *depois largameute explorado por Camilo Castelo Branco nos seus romances minhotos*» (149). Na fabulação da *Helena*, que decorre na América, existe com efeito exotismo da América; mas não se percebe como é que Camilo, nos romances *minhotos*, faz exotismo americano. Vamos adiante. Depois de afirmar, a p. 196, que a Marquesa de Alorna iniciou Herculano na literatura do romantismo (o que é verdade), diz dela o seguinte: «Mas êsse aprêço convicto pelo chefe da última plêiade de arcades (Filinto) não a inibiu de justamente apreciar o talento nascente dum moço romântico, sofrendo de incoerentes aspirações, do mal-estar do século novo, o futuro reformador romântico, Alexandre Herculano» (é arbitrário, cremos, supor o mal estar do século novo no Herculano daquela época; mas o que importa nêste momento é vermos a Marquesa não inibida de compreender as atitudes... de que ela própria se constituira a iniciadora em Portugal). Um último enigma:

«Isso não impediu que um autor de atilado critério *e aproveitada economia* pudesse reconstituir uma seqüente tradição da jovialidade lusitana» (p. 214)...

Já vai longo o arrazoado, e limitar-me hei a um só exemplo, por isso, de obscuridade por vicioso círculo: «Portanto se Andrade é susceptível de êrros... teremos de ser indulgentes porque sob êsse aspecto, mesmo sem tais desacordos dos outros cronistas, analistas e biógrafos, estava a sua obra caduca» (p. 18). E logo depois, continuando a defesa do mesmo autor: «Certo é que o biógrafo de D. João de Castro é dos autores mais mordidos pelo culteranismo, mas o influxo que essa moda estilística nêle teve é confirmação da nossa tese que o gongorismo raro atingiu os grandes escritores»... (p. 18).

O sr. Fidelino de Figueiredo não é milionário de espírito crítico, e numerosos passos dêste seu volume implìcitamente o estão confessando. De Vieira, por exemplo, diz o seguinte: «É um modêlo de expressão, de relêvo enérgico e impressivo, de eloqüência, maravilhando que conseguisse tais efeitos com um lexico tão reduzido e uma sintaxe tão comum. Conseguiu-o com aquela scentelha divina que se não adquire, em lampejos geniais, pela repetição e profusão nuns casos, pela necessidade, pelo equilíbrio, pela medida noutros. É inimitável nesse particular, e é nêle que reside a peça mais pessoal, mais original e mais poderosa do seu espírito. Nasceu com êle, morreu com êle. E essa eloqüência expressiva, que não chega a descortinar-se como êle a atinge, tão comuns os materiais e tão disfarçada a maquinaria interna, derramou-a pròdigamente, como dom espontâneo, não só nos seus sermões, mas até nas cartas e noutros escritos» (p. 68).

Não insistamos no que há inexacto e enigmático neste breve trecho, como em quási todos do sapiente autor (não se percebe, por exemplo, que possa ser aquela eloqüência que se obtém *pela necessidade*, que necessidade é essa, afinal, que insufla relêvos à expressão): e vejamos, sim, as confissões de incapacidade crítica. Em primeiro lugar, maravilha que se maravilhe de que se consiga ser eloqüente «com um lexico tão reduzido e uma sintaxe tão comum» (haveria ainda a esmiuçar esta «sintaxe tão comum», e o que significa êsse «comum» aplicado à de Vieira). Parece supor o sr. Figueiredo que os grandes oradores de todos os tempos foram abundantes de têrmos raros, — mais abundantes do que Vieira o foi, — e que o têrmo raro, de si, é um produtor de efeito oratório, — pois o maravilha que se seja eloqüente sem mais vocabulário que o do nosso orador. Uns laivos de espírito crítico lhe diriam logo que não é assim, — que não poderia ser assim, — e que um lexico pouco acessível será suportável

na linguagem *lida*, onde há tempo de o compreender, mas que na *ouvida*, na do orador, seria de-certo prejudicial. Além disso, confessar que não descortina como obtém Vieira a expressão eloqüente, — é demitir a responsabilidade de crítico. Para «descortinar» é que existe o crítico; e se não descortina no padre Vieira, não descortinará em escritor algum, — pois, muito ao contrário do que nos diz, raros artistas literários disfarçam tão pouco a «maquinaria interna». Experimente descortinar o sr. Figueiredo, — e verá que é coisa fácil (entreluz-se-nos, pelo menos, que é coisa fácil).

Abundam no erudito crítico as mais disformes concepções sôbre a arte das belas letras (a não ser, claro está, que erremos nós, o que é possível e talvez provável), revelando nos seus escritos uma quási absoluta insensibilidade para os valores especiais da arte do verbo. Assim sucede, por exemplo, nos seus juízos sôbre Tolentino, — êsse artista maravilhoso na difícil arte de bem dizer (o sr. Figueiredo, que escreve coriáceo, devia admirar os que escrevem bem). Rompe o crítico, como de costume, por desenroscar uma estatística: «105 sonetos, 78 décimas, 8 odes, 6 liras, 40 cartas, 7 sátiras». E logo a seguir: «Estas obras reflectem a sociedade do seu tempo, *e quási só por isso valem*» (p. 182). Passa o autor a dizer que também por isso não valem, para voltar a dizer que valem; e depois: «É puramente descritiva e caricatural a sátira de Tolentino; altera as proporções, exagera o aspecto risível, fazendo assim um cómico inteiramente formal, desenho, reportagem de quem passa as ruas tomando notas superficiais sôbre os aspectos externos, sôbre o que é restritamente local e ocasional, sem entrar na intimidade do viver e do carácter. O seu mérito principal é de metrificador, em que chegou a adquirir automática facilidade, mas que não excluiu prosaísmos, têrmos chãos que denunciam uma tendência para o burlesco e para o grosseiro. Ironia delicada não a teve, antes deu relêvo com a expressão única que ostenta a quanto escreveu. Não se lhe busquem sentidos ocultos ou profundos. Os seus contemporâneos estimaram-no vivamente. Sempre a sátira sôbre vivos que conhecemos foi bem acolhida; é uma espécie de vingança social. Mas a estima, que até nós conservou, é uma repercussão dessa que em vida gozou, que não resiste ao exame aturado, porque áparte a facilidade métrica e o significado documental, a sua obra não contém belezas poéticas que resistam ao atrito do tempo... O seu cómico consistia, como dissémos atrás, no agravamento das proporções, hipertrofiando o exagêro que encontrava» (p. 182-3).

O sr. Figueiredo, como se vê, não descortinou também em Tolentino — que supômos que leu — a escolha vívida do traço, o recorte límpido da

frase, o perfeito do modelado, o palpitante do descritivo, a justeza do epíteto, o gracioso da sátira, a verdade das situações. Se fôsse tão subtil e exacto crítico como Tolentino subtil artista, outros seriam, sem dúvida alguma, o seu juízo e a sua análise sôbre o autor do *Velho* e da *Função*. Confunde aí a falsidade artística com a amplificação sentimental. O nosso satírico nunca é falso: sublinha, sim, amplifica, aviva, porque é isso da essência da sátira, como da comédia, como da epopeia:

> Deu sinal a trombeta castelhana,
> horrendo, fero, ingente e temeroso;
> ouviu-o o monte Artabro; e Guadiana
> atrás tornou as ondas de medroso;
> ouviu-o o Douro e a terra transtagana,
> correu ao mar o Tejo duvidoso...

Tudo isto, evidentemente, é exagêro; mas um traço carregado é uma coisa; um traço falso é coisa diferente: noções são estas do *abc* da crítica. Increpar um artista porque fêz caricatura, *quando quis fazer caricatura*, porque dá sátira como sátira e entrou no cómico ao escrever comédia — parece-nos vaguear sem sextante e bússola sôbre as águas extensas dêste mar das letras. É de género idêntico, afinal, o ataque a Castilho, fundado em que êste, ao traduzir Molière, «arbitràriamente nacionalizava» (p. 200). ¿Porque não haverá direito de nacionalizar, *quando se confessa que se nacionalizou?* ¿Que fizeram tantíssimos escritores, do Renascimento ao Romantismo, senão o crime de nacionalizar, com mais ou menos consciência disso, numerosos temas da literatura antiga? Que fêz Racine? Que fêz Alfieri? E não nos aleguem mais uma vez o parasitismo de Nicolau: arte é arte; moral é moral; filologia é filologia.

Custa admitir que o sr. Figueiredo tivesse lido *de verdad* mais que uma parte muito restrita das obras dos autores de quem falou; quando não, mais nos diria, certamente, de um Vieira, de um Bernardes, de um Bocage, de um Filinto (êsse autor interessantíssimo para quem faz *história* da literatura, por estar no ponto de inflexão do classicismo para o romantismo) e finalmente de José Agostinho. «Desta época literária» (diz o sr. Fidelino de Figueiredo) «Filinto e José Agostinho são os autores mais mortos, e não haverá probabilidade próxima de encontrar nas suas obras algum interêsse que as avivente» (p. 206-7). De José Agostinho só viu as poesias, — o que mostra, por um lado, que segue na esteira de Teófilo Braga, sòmente atentando nas obras em verso; e por outro, que

ainda aqui, como sempre, deixou de exercer a função de crítico, a qual consistia no presente caso em fazer a revisão do processo todo, relegando o poeta ou o metrificador, e trazendo ao contrário para o primeiro plano, a tôda a luz da gambiarra crítica, o grande jornalista que realmente foi. Ousamos aconselhar ao sr. Figueiredo, adepto fulgente do reaccionarismo político, que, se quere deliciar o seu espírito com as mais vivas das actualidades, empreenda a leitura dêsse morto autor, onde não vê probabilidade próxima de encontrar interêsse que o avivente. Que teria dito o sr. Figueiredo se tivesse lido José Agostinho! Sabia-lhe a pouco; punha-o na lua; e fazia dêle uma antologia política, para a Junta Central do Integralismo Luso. Leia-o sua ex.ª, e verá que gosta; e espero, pelo conselho, que todos os integralistas lusitanos me mandem um peru pelo Natal.

Em resumo, se nos não enganamos, o sr. Fidelino de Figueiredo é um escritor de faculdades, mas que anda errado na vocação. Estreou-se há anos com pequenos contos, e acaso por aí é que devesse seguir. A novela, por um lado, e por outro a pura erudição, — eis talvez o adequado emprêgo das faculdades que Deus lhe deu. Sem espírito crítico e sem ler as obras, isso de história da literatura é coisa áspera de se executar. A insistir, porém, nesta vereda que já tomou, permita-nos que enfiemos uma toga ampla, que colguemos na fronte uma perruca alva, e que sentenciemos pedantescamente: abandone a idea dos temas gerais, das mantas de extractos, de catálogos, de estatísticas, de erudições; leia um autor com cuidado e pausa; procure extrair dessa leitura quaisquer ideas ou relances críticos; proceda à faina de olhar para dentro, de analisar; depois, enfeixe os produtos de tais análises em quaisquer sínteses ou ideas gerais; e escreva um ensaio sôbre o dito autor, — em tom modesto, claro está, que essas coisas (sabe-o sua ex.ª melhor do que nós) são menos difíceis do que se faz crer. O seu engano, supomos, é procurar em extensão, e jamais em profundidade; ora, sòmente em profundidade se podem achar os valores reais. Sonha demasiado com os rodeios infindos, em vez de cavar no terreno em que está. Diz sua ex.ª: «para responder à legítima curiosidade de saber o grau de influência que pode caber a esta literatura com tais caracteres tão inactuais no adextramento das gerações modernas para a conquista de horizontes novos e para a reorganização e estímulo da sua vida interior, necessário seria que possuíssemos integralmente o génio literário português, e isso está longe de suceder na fase presente dos estudos históricos e críticos...» (aqui, suprimimos períodos desnecessários, onde há uma referência intempestiva ao problema dos universais, a qual demonstra que o erudito autor não percebe bem êsse problema antigo; e a seguir): «Para possuir completamente o génio literário português, não bastará fazer um se-

qüente excurso pelos monumentos da arte literária, seleccionados e ordenados com certo senso histórico e estético. Êste trabalho, ainda muito incompleto porque em alguns pontos ainda não encontrou pioneiros, será apenas o delineamento do matiz principal e também mais acessível da vida literária da nação na sua longa vida histórica. Mas Portugal, literàriamente, exprimiu-se também em castelhano, em latim e em hebraico; ortodoxamente fiel à religião católica e à escolástica, como as fêz a frágua lenta e poderosa da Idade Média, o seu pensamento e a sua imaginação foram por séculos inseparáveis da teologia e da filosofia da Igreja. Daqui provém que há que inventariar e considerar a literatura luso-latina, luso-castelhana e luso-hebraica, e que estudar os teólogos e os filósofos portugueses, no aspecto da sua determinação literária» (p. 204-15).

Parece, pois, que imagina o sr. Figueiredo que gente incapaz de tirar conclusões da «determinação literária» dos grandes autores poderá extrair maravilhas críticas da «determinação literária» dos teólogos medíocres, e do paciente «inventário» dos cartapácios luso-latinos, luso-castelhanos e luso-hebraicos. Não; propomos ao sr. Figueiredo que não espere tanto dos inventários, e mais do estudo dos grandes autores, *quando seja feito com inteligência crítica*. E é esta que nos tem faltado, em nossa humilíssima opinião.

Encerraríamos a noticiazinha (a termos para isso autoridade) pedindo ao operoso, aplaudido crítico, que fizesse, antes, inventário dos seus próprios dotes (do seu engenho, dos seus processos e do seu saber) para os vir a empregar de maneira tal que désse aos que pensam como nós-outros (e alguns serão) o desejado gôsto de o aplaudir também.

ANTÓNIO SÉRGIO.

EDGAR PRESTAGE: *PORTUGAL, BRAZIL AND GREAT BRITAIN.* Londres, 1923.

O SR. Edgardo Prestage, o carinhoso e eruditíssimo biógrafo por quem tanto tempo esperou o nosso D. Francisco Manuel de Melo, não precisa de ser apresentado aos bons espíritos que se exprimem em língua portuguesa: é o discípulo do apaixonado camonista Ricardo Burton; é o professor da cadeira portuguesa «de Camões», na universidade de Londres; é o sábio historiador da diplomacia da restauração da independência de Portugal na Península; é o iniciador da publicação dos registos paroquiais portugueses, fonte importantíssima de informação e documentação histórica.

Como professor de língua, literatura e história portuguesa na universidade

de Londres, deu ali o sr. Edgardo Prestage a sua lição inaugural no dia 8 de Outubro último, e acaba de publicá-la em elegante folheto, com o título de *Portugal, Brazil and Great Britain.* Constitui esta lição um prólogo das quatro conferências que ali devia ter feito o ilustre professor e crítico literário dr. Fidelino de Figueiredo, subordinadas aos seguintes tópicos: *Camões como poeta épico; Camões como poeta lírico; e Modernas ideias acêrca da direcção scientífica dos descobrimentos geográficos dos Portugueses.* Impedido o prof. Fidelino de Figueiredo de fazer em Londres a leitura dêstes seus trabalhos, foi ela incumbida ao prof. Prestage; e, segundo lemos no *Diário de Notícias* de Lisboa, aquelas quatro conferências estão a ser editadas pelo Instituto Varnhagen, do Rio de Janeiro.

*Portugal, Brazil & Great Britain* é, sumàriamente caracterizado, um bosquejo das relações históricas, geográficas, políticas, literárias e comerciais dos três indicados países. «Portugal e Brasil (começa o sr. Prestage) podem ser comparados à Gram-Bretanha com os Estados-Unidos. Possuem a mesma fé, linguagem e tradições, tendo-se a sua literatura e história mantido estreitamente unidas até recentes tempos, de modo que as realizações de um dos dois países pertencem ao outro em certo modo. Uma parte da corrente de poesia popular portuguesa derivou para o Brasil; a João de Barros, autor da *Ásia,* com o seu esplêndido sub-título de *Feitos dos Portugueses no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente,* foi dada a capitania do Maranhão; as obras de Camões, que nunca foi ao Brasil, se bem que tenha visitado a maior parte das Conquistas portuguesas, são hoje consideradas pelos Brasileiros como parte da sua herança; António Vieira, o eminente prègador jesuita do século XVII, trabalhou nos dois países: D. Francisco Manuel de Melo escreveu em Lisboa a sua *Carta de guia de casados,* mas compôs no Brasil parte das *Epanaphoras* e dos *Apologos Dialogaes;* e posto-que os Brasileiros tenham começado a desenvolver por essa época a sua literatura própria, com a qual a da América do Norte não tem comparação *(with which that of North America cannot compare),* as Letras do Brasil correram paralelas com as de Portugal até o século XIX, de modo que autores portugueses como Herculano, Garrett, Camilo e Eça de Queirós são tão familiares em Lisboa como no Rio.»

A raça lusitana não se confina, porém, aos habitantes das duas repúblicas irmãs: «Encontra-se em África e por todo o Oriente, em regiões outrora sujeitas à bandeira das Quinas, e agora pela maior parte à britânica, especialmente na Índia, Ceilão e nos Estreitos. Há nessas regiões homens de ascendência portuguesa, que, não obstante serem leais súbditos da Gram-Bretanha, se orgulham dos seus antepassados; há outros com nomes portugueses, mas de raça indígena,

que, como o sr. P. E. Pieris (Peres?), ocupam os seus ócios em estudar e descrever o período em que os Portugueses dominavam no Oriente.»

Portugal, segundo o sr. Prestage, deve aos seus descobrimentos, às suas conquistas orientais, à forma como colonizou o Brasil e às suas emprêsas missionárias, a posição que ocupa na história universal. E, depois de haver historiado sumàriamente todos êsses feitos, o professor inglês conclui o seu resumo fazendo suas as palavras de Leroy-Beaulieu: «Já se disse com razão que nenhum país no mundo inteiro fêz tão grandes cousas como Portugal, relativamente ao seu tamanho e à sua população.»

Rememora-se em seguida, nesta interessante conferência, que das três viagens que mais profundamente afectaram o curso da história moderna, a de Vasco da Gama foi empreendimento puramente português, a de Colombo recebeu inspiração de Portugal, e era português Magalhães, o homem que dirigiu a primeira viagem de circum-navegação do globo; e admira-se como as conquistas no Oriente não bastaram para dar vazão a tôda a energia dos Portugueses no século XVI, e como êles tiveram ainda fôrças para explorar e cartografar as costas do Lavrador e da Terra Nova, do Brasil e da África, e as de muitas ilhas menores, perdidas no Oceano, além de terem talvez sido os primeiros que viram a Austrália.

Merece registo e reconhecimento especial o passo em que o prof. Prestage defende Portugal da acusação de escravatura: «O Infante D. Henrique foi incriminado pelo patrocínio que deu à Companhia de Lagos, iniciadora do transporte de negros de África para a Metrópole; mas esqueceu-se que êle pôs ponto nas correrias de negreiros e curou da conversão dos cativos. A verdade é ter a escravatura existido sempre e sido até há pouco julgada indispensável por tôdas as nações. Só o Cristianismo, ao proclamar a igualdade dos homens, tentou abolí-la, não o conseguindo senão após séculos de esfôrço. Por necessidade do povoamento e cultura do Brasil foram para lá transportados escravos; mas já no tempo de D. João III (século XVI) a legislação portuguesa se esforçou por manter o mau tráfico dentro de certos limites. Ingleses e Franceses usaram da escratura tanto como os Portugueses; a proposta de abolição foi várias vezes rejeitada pelo Parlamento Britânico e só em 1807 se converteu em lei; ao passo que a alforria dos escravos precipitou a América do Norte na grande Guerra da Secessão. A crédito de Portugal está o facto de que, escravos e Judeus àparte, êste país não estabeleceu distinções legais de raça ou côr; e que todos os seus súbditos, uma vez tornados católicos, eram elegíveis para os cargos públicos.»

Termina com a seguinte observação a sumária revista que o sr. Prestage apresenta, das relações luso-britânicas no decorrer da história comum: «Mas os Portugueses e os Bretões estão unidos por laços mais fortes que os tratados e

mais nobres do que o negócio: juntos, verteram seu sangue em mais de um campo de batalha, como Aljubarrota, Ameixial, Montes-Claros e Almanza. Foram vitórias as três primeiras e reforçaram em 1385, 1663 e 1665 a independência de Portugal. A última foi uma derrota; mas é provável que, se o gabinete de St. James tivesse colocado as suas tropas sob o comando de um general tão experiente como o Marquês das Minas, em vez de associar a êste na direcção suprema o incompetente conde de Galway, o resultado da guerra da sucessão de Espanha houvesse sido diferente, e tão glorioso para os Aliados, como quando o exército português foi conduzido por Wellington, nas guerras peninsulares.»

O discurso do benemérito professor inglês merece ser integralmente vertido na nossa língua, e de-certo o será por algum dos muitos distintos professores, ou alunos do grupo de línguas germânicas, que honram os nossos liceus e faculdades, e sabem que a opulenta literatura portuguesa constitui documento indelével do nosso direito à vida como nação e deve, portanto, ser tratada por nós com respeito e carinho especialíssimos. Isto é o que a nós, Portugueses, compete fazer, com deleite e benefício próprios, e como homenagem mínima a um ilustre escritor britânico a quem tanto devemos. Mas também não seria mau que a lição do sr. Prestage, assim como as monografias do sr. Aubrey Bell, fôsse distribuída tal qual entre os súbditos ingleses residentes no nosso país. Estes são muitos, alguns dêles netos e bisnetos de Ingleses já nascidos aqui, e têm tido portanto tempo de sobra para avaliar os nossos grandes defeitos nacionais, entre os quais avulta o de os fazer milionários, abandonando-lhes boa parte das nossas melhores fontes de riqueza material. Das nossas riquezas intelectuais conhecem pouco ou nada, porque só falam português com os criados: se o Diabo Coxo lhes destapasse as casas, estou certo de que não seria capaz de encontrar nas suas bibliotecas um único livro português.

O Inglês é assim mesmo, mais ou menos por tôda a parte, e se não fôsse assim não seria, ou não ficaria inglês. Os que nascem, vivem e morrem em Portugal são tão ingleses no orgulho patriótico, como se nunca tivessem saído da sua ilha; mas se nós os devolvêssemos à Inglaterra, sentir-se-iam exilados. São como os gatos, que adoram a casa onde comem e dormem, sem nunca se prenderem à gente que lhes dá cama e mesa.

Quando se compara em conjunto a postura moral e intelectual da França com a da Inglaterra para connosco, logo se nota por parte desta mais carinho, mais curiosidade e mais simpatia, ao passo que aquela (exceptuado o esfôrço dos Le Gentil e Lebesgue, que seria injustiça esquecer) nos despreza e ignora totalmente, a-pesar da adoração subserviente que lhe consagra o nosso iludido

escol. O número de Ingleses que se têm ocupado no estudo da nossa história e da nossa literatura não admite confronto com a raridade dos Franceses que uma volta por outra dão indícios ténues de suspeitar que talvez existamos. Mas a iniciativa de tantos espíritos cultos ingleses não é auxiliada, no sentido do estreitamento das relações intelectuais, morais e nobremente políticas das nossas duas nações, nem pelo Govêrno britânico, nem pela diplomacia britânica, nem pela inteligência ou pelo coração de tantos súbditos britânicos que formam, com excepção da espanhola ou galega, a maior colónia estrangeira residente em Portugal. Não se trata senão de negócios, não se pensa senão em negócios, donde resulta que entre nós a Inglaterra só é conhecida pelas libras esterlinas, que estão longe de ser, em face de Deus, a sua melhor moeda.

AGOSTINHO DE CAMPOS.

## LENDO GIL VICENTE.

LENDO Gil Vicente, não deixo nunca, naturalmente, de recorrer aos seus comentadores — entre êstes à ilustre romanista Ex.^ma^ Senhora D. Carolina Michaëlis, cujas *Notas Vicentinas* constituirão um verdadeiro tesouro de interpretações críticas e de preciosas informações com respeito à Obra e à personalidade do genial criador do teatro português.

Não me limitei, porém, a ler e a meditar quando recebi, generosamente oferecida pela Autora, a III das *Notas Vicentinas*.

Escrevi e comuniquei a Sua Ex.ª as minhas impressões, ao agradecer-lhe o valioso trabalho; e como estas representam um modesto original inédito, lembrei-me de, com o consentimento da insigne intérprete de Mestre Gil, lhes dar agora publicidade, atendendo ao interêsse do assunto, conservando-lhes a primitiva forma epistolar.

Ser-me-ia grato que a *LVSITANIA* as acolhêsse.

«Minha Senhora

Venho agradecer a V. Ex.ª, com vivo reconhecimento, a valiosa dádiva da III Nota Vicentina.

Como sempre que V. Ex.ª me honra com o oferecimento de livros seus, li esta Nota verdadeiramente interessado, e muito aproveitei.

Da demonstração da *unidade* da Obra, bipartida, à informação sôbre as *fôlhas volantes* e à explanação histórica dos dois *romances*; da referência à *melodia* com que podiam ser cantados os versos do *Pranto* ao estudo e rectifi-

cação das duas composições — mais uma vez V. Ex.ª nos dá uma proveitosa lição, graças ao seu raro poder de crítica e exegese, em todos os pontos de que trata; mais uma vez se nos torna credora de sincera gratidão pelo que nos comunica e ensina.

Mas, lida e relida esta Nota, fui reler a II, que constitui, mediante o recurso às *didascálias* do Poeta e mercê da sua aguda interpretação e completação, uma verdadeira emprêsa de justiça histórica a favor da Rainha D. Leonor — emprêsa tão inteligentemente conduzida e realizada como comunicativamente insinuada ao nosso espírito.

Não resisti, era natural, a reler também a I; e de novo me penetrou, talvez ainda mais profundamente, a convicção de que V. Ex.ª liquidára dum modo definitivo a questão relativa à escolha da peça vicentina representada em Bruxelas, bem como as referentes a datas e a tôdas as circunstâncias da representação.

A V. Ex.ª confesso que também me convence, como correspondendo à verdade — entre as afirmações extremas de Teófilo Braga e as de certos ortodoxos — o que V. Ex.ª escreve a páginas 66 dessa Nota I, com relação à feição de consciência e quanto à atitude de Gil Vicente em matéria de religião e em frente da Igreja, da Cúria.

Já porém — quanto à idea de que ao Poeta teriam sido na Côrte permitidas tantas irreverências e ousadias devido à circunstância de o considerarem um histrião, um bobo de espírito (pag. 64 da mesma Nota I) — me permitirei preguntar, a mêdo embora, se na verdade será preciso admitir tal hipótese para explicar o facto?

Durante grande parte do tempo em que Gil Vicente viveu activo na Côrte portuguesa, haveria certa independência no cogitar e no dizer, mesmo pelo que respeitava à essência das coisas — a par as licenças e cruezas de forma, correntes na época e inadmissíveis mais tarde.

Não fôra coarctado o pensamento nas suas liberdades, porque não se espalhara ainda na Europa, como pouco depois sucederia, o movimento da Reforma; não veriam, pois, os zeladores da *Fé una* perigo de maior nas manifestações de rara *vis* crítica e sarcástica, qual era a do nosso Poeta.

O primeiro alarme de verdadeiro perigo, assim considerado (a-pesar do que Gil Vicente já escrevêra até aí), seria para êles representado talvez pela indignada carta de Aleandro.

¿ E não deveremos também supor que o autor das *Barcas* beneficiasse da admiração simpática pelos cultores da Poesia, que foi sempre de tradição na sociedade e na Côrte de Portugal, pelo menos nos períodos vivos?

Não se leria muito; nem tôda a gente da alta classe lhes conheceria a fundo e directamente as produções. Mas admiravam-nos indirectamente ainda, de

nome. Cercava-os uma atmosfera de prestígio, pôsto os considerassem de espécie à parte. Para mais, não obstante a prosápia e orgulho dos nobres, pelo que dizia respeito às suas *árvores* e situação social, raros ergueriam fortes barreiras de vedação em frente dêsses que por qualquer título literário valessem.

Nunca o fidalgo português, na maioria, haveria sido, sob êste ponto de vista, difícil e intransigente. E quando o exemplo da familiaridade oferecida aos homens de letras partisse dos grandes que, ao mesmo tempo, se impusessem pela sua superioridade intelectual — êsse exemplo não deixaria de ser seguido e o *admirado* ganharia fóros de pessoa digna de certa estima. A própria circunstância de considerarem o escritor como um objecto decorativo, quando acaso assim o considerassem, não invalidaria tal sentimento de admiração. Seria o bastante para lhe perdoarem certos atrevimentos de idea e de linguagem. Ora, ¿não se teria dado isto com Gil Vicente?

¿Teria êle sido aos olhos do nobre Conde do Vimioso (para citar uma das maiores personagens da Côrte) um simples chocarreiro de génio a quem se tornasse necessária, como pavilhão protector, a bandeira farpada da truanice a fim de fazer passar, de introduzir a sua riquíssima mercadoria de poesia e pensamento?

Perdôe-me V. Ex.ª o atrevimento destas preguntas, feitas a correr e desalinhavadamente.

É propondo dúvidas, e expondo, até, pontos de vista erróneos, que lograremos esclarecer-nos junto dos Mestres.

Arriscar-me hei ainda — acêrca da I Nota, cujos assuntos todos são do maior interêsse — a oferecer ao alto critério de V. Ex.ª uma hipótese minha sôbre a matéria da nótula n.º 152.

«O que não se percebe — escreve V. Ex.ª — é porque o Poeta (no *Triunfo do Inverno)* daria, quer a uma, quer à outra (das duas Infantazinhas D. Isabel e D. Brites) o nome de *nossa Júlia modesta*. Que não se trata de Lisboa *(Felicitas Julia)*, como foi asseverado por Teófilo Braga e outros, infere-se do verso imediato, que diz *nacida por mão de Deus*».

Porém co'a ajuda dos ceos
Imaginei hũa festa
Á nossa julia modesta,
Nacida per mão de Deos...

(ed. de 1852, tômo II, pág. 444).

¿ Não teria o Poeta ligado ao nome *julia* a significação de oriunda, proveniente, descendente de Júlio — tomado êste nome, por sua vez, como generalizado sinónimo de César, de Imperante ?

¿ Não se tratará realmente, em vez dum nome próprio, do adjectivo *Julius, a um*, substantivado ?

¿ Não autorizarão esta interpretação os dicionários latinos ?

¿ Não será, pois, aceitável supor que Gil Vicente tenha adoptado esta designação para a filha do Rei, do Imperante português ?...

E o qualificativo *modesta ?*

¿ Como admití-lo com relação a uma criança de berço, que ainda não podia recomendar-se pelas qualidades correspondentes a essa qualificação ?

Será porventura de admitir à vista de duas acepções em que, de preferência a outras, poderemos tomar aqui a palavra *modesta :*

*a)* como significando boa, doce, pura ;

*b)* como significando pequenina em tamanho e fôrças.

Porque será de aceitar que o Poeta se antecipasse a celebrar, encomiástico, simpáticas qualidades e apreciáveis virtudes a esperar da recêm-nascida — sendo ela de tão alta origem e vindo daquêles pais — compreende-se que tivesse dado ao têrmo *modesta* o significado da alínea *a),* juntamente com o da segunda alínea.

V. Ex.ª dirá se alguns visos de admissibilidade encontra a esta hipótese.

Rogando de novo a V. Ex.ª me perdôe a minha ousadia e quaisquer imperfeições desta carta, respeitosamente me subscrevo

Atento discípulo de V. Ex.ª e seu gratíssimo admirador

Coimbra.

MANUEL DA SILVA GAIO.

## *ESTUDOS PORTUGUESES EM INGLATERRA.*

COMEÇAM já a renascer os Estudos portugueses em Inglaterra, lentamente, como luz de vela abrigada do vento. É um renascimento, porque no princípio do século XIX floresceram consideràvelmente, com Robert Southey, erudito e poeta, John Adamson, Lord Stuart, Lord Strangford Veio depois *Sir* Richard Burton, entusiasta admirador de Camões, e em 1896 publicou o sr. Edgar Prestage o seu magnífico estudo sôbre o cronista historiador Zurara. Há já estudos ingleses acêrca de Camões, Gil Vicente, Fernam Lopez, Francisco de Morais, *Amadis de Gaula,* D. Francisco Manuel, Maria Alcoforado, Quental, Almeida Garrett, e outros autores. Não há dúvida que pouco a pouco o

interêsse aumenta, o que de-certo não passou desapercebido do escritor distintíssimo que representou Portugal em Londres durante o segundo decénio dêste século. Um poeta inglês já célebre, o sr. John Masefield, inseriu nas suas *Obras Completas* (Londres, 1923) uma versão inglesa do soneto de António Ferreira sôbre a morte de sua mulher. Chama-o *From the Portuguese of Antonio di Ferreiro* (p. 388), o que não é mais de que justiça poética, porque Ferreira traduziu aquêle soneto do italiano. Outro distinto escritor inglês, o sr. Charles Marriott, tem publicado numa edição esmerada (Londres, 1923) *Perfection. From the Portuguese of Eça de Queiroz*. Traduzidos pelo sr. Prestage publicaram-se *Pacheco* de Eça de Queirós (Oxford, 1922) e *The Packet-Boat* de D. João da Câmara, edição de cem exemplares (Oxford, 1923). No ano de 1922 foram publicadas em inglês uma história da literatura portuguesa (*Clarendon Press*, Oxford) e *Brazilian Literature* do dr. Isaac Goldberg (Alfred Knopf, Nova-York). Êste último livro é o primeiro escrito em inglês que se dedica completamente à literatura brasileira. Trata desenvolvidamente de Castro Alves, Machado de Assis, José Veríssimo, Olavo Bilac, Euclides da Cunha, Oliveira Lima, Graça Aranha, Coelho Neto, Francisca Júlia da Silva, e tem algumas palavras acêrca de Gonçalves Crespo e do infeliz dramaturgo António José da Silva.

Outros dois escritores ingleses que se interessaram pela literatura e história portuguesa foram o sr. George Young, que foi durante alguns meses secretário da Legação Britânica em Lisboa e escreveu *Portugal, An anthology* (Oxford, 1916) e *Portugal, An historical study* (Oxford, 1917) e *Sir* Clements Markham, que pouco antes do fim da sua larga e activíssima vida verteu para inglês os *Coloquios* de Orta (1913). De 1904 é o estudo do sr. W. E, Purser sôbre *Palmeirim de Inglaterra*, bem conhecido de todos os que estudam as literaturas portuguesa e espanhola; de 1910 o livro do sr. K. G. Jayne, *Vasco da Gama and his successors*, que tem interêsse especial, e de 1920 *Spanish and Portuguese Romances of Chivalry*, fruto dos largos trabalhos do eminente hispanófilo dr. Henry Thomas, bibliotecário do Museu Britânico. Em 1914 foi traduzido *Os Filhos de D. João I*, de Oliveira Martins: *The Golden Age of Prince Henry the Navigator, By J. J. Abriaham and W-E. Reynolds*, e em 1918-1921 o *Livro* de Duarte Barbosa, já traduzido em parte em 1866, por Lord Stanley of Alderney. Para êste ano de 1924 se anunciam pequenos estudos (últimos da colecção de *Hispanic Monographs*) sôbre Diogo do Couto e Gaspar Correia, e fala-se numa tradução inglesa das crónicas de Fernam Lopez. Como se vê, o sono da Inglaterra a respeito das cousas de Portugal tem tido lúcidos intervalos. Em 1917 fundou-se a cadeira de Camões na Universidade de Londres, e ali estão trabalhando activamente a favor de Portugal o sr. William Bentley, como *Portuguese Reader*, e o sr. professor Edgar Prestage, insigne

*doyen* dos *Portuguese scholars* em Inglaterra, eleito para aquela cadeira em 1923. No mesmo ano publicou-se em Oxford a sua interessantíssima *Inaugural Lecture: Portugal, Brazil and Great Britain; an Inaugural Lecture delivered at King's College, London, the 8th of October 1923 by Edgar Prestage, Professor of the Portuguese Language, Literature and History in the University of London.* O mesmo professor leu em inglês na Universidade de Londres quatro conferências do sr. dr. Fidelino de Figueiredo, cuja publicação em forma de livro mais de um leitor inglês aguarda com o maior interêsse.

AUBREY F. G. BELL.

## *CAMÕES NA ARGENTINA*

BOM índice da alta cultura intelectual argentina são os grandes cotidianos que se publicam em Buenos-Aires e especialmente *La Nación*, o ilustre jornal fundado por Mitre e que há pouco celebrou o seu primeiro centenário. Seria muito útil que a nossa Biblioteca Nacional assinasse ao menos êste magnífico diário sul-americano, e assim pusesse debaixo dos olhos dos portugueses curiosos do movimento geral das cousas do espírito um documento altamente instrutivo, sob vários aspectos. Aí veríamos antes de mais nada, ainda que por desconsoladora comparação, a grande miséria espiritual dos nossos pobres jornais ricos. Aprenderíamos também que não existe na velha Europa nenhum diário como êste, onde colaboram regularmente, entre outros, os ingleses Wells e Newman, os franceses Paul Souday e Francis de Miomandre, os italianos Ferrero e Pirandello, os espanhóis Araquistain e Henrique de Mesa, os portugueses Eugénio de Castro e Júlio Dantas, além dos escritores sul-americanos de mais nomeada, como Ricardo Rojas, Leopoldo Lugones e outros. Por último, teríamos também o grande prazer de ver apreciada nas colunas desta modelar imprensa argentina a nossa literatura, em belos artigos sobretudo de escritores e críticos espanhóis, que aí tratam de Camões, de Camilo, de Guerra Junqueiro, de Eça de Queirós, etc., com freqüência, admiração e sólida base documental.

Ainda há pouco — 10 de Fevereiro último — *La Nación* consagrou as duas grandes primeiras páginas da sua secção literária dos domingos ao centenário do nascimento de Luís de Camões, publicando em tradução castelhana o episódio de Adamastor, anotado e ilustrado por uma grande e vigorosa estampa de Juan Carlos Huergo, e ainda as endechas a Bárbara, os sonetos da *Alma minha* e da constância de Jacob, as redondilhas ao *Desconsêrto do mundo* — tudo

isto acompanhado de um artigo comemorativo escrito pelo ilustre diplomata e escritor dr. Alberto d'Oliveira, ministro de Portugal na Argentina, e de um longo e magistral estudo do sr. Leopoldo Lugones, erudito e arguto crítico argentino.

Como Portugueses, agradecemos a *La Nación* a homenagem assim prestada ao nosso grande poeta nacional, glória da Península e de tôda a civilização íbero-americana, aproveitando a ocasião para felicitar o excelente periódico pela elevada idea que nos dá da cultura do povo argentino. Aos Portugueses oferecemos, devidamente autorizados para tanto, a transcrição do artigo do sr. Alberto d'Oliveira, artigo que sabemos ter sido originalmente escrito em castelhano e que exactamente por isso entendemos não dever traduzir, como documento que é das grandes e variadas capacidades do seu autor. Tendo criado desde muito novo, nas letras portuguesas, justo renome de poeta e prosador dos melhores que possuímos, Alberto d'Oliveira domina e pratica com igual brilho literário o francês e o espanhol, raro dom que não pouco lhe tem servido, no decurso da sua já longa e sempre excepcionalmente benemérita carreira diplomática, para honrar o nosso país lá fora, impondo-o à admiração e ao respeito dos estranhos.

Segue-se a transcrição do seu belo artigo, que nos honramos de fixar nestas páginas de registo da cultura nacional, aliás com sincera pena de não arquivar a par dêle, por nos faltar para isso a necessária permissão, o ensaio elevado e profundo do sr. Leopoldo Lugones, cujo nome laureado enfileira agora com os dos mais probos, instrutivos e lúcidos comentadores de Camões:

## EL VATE NACIONAL PORTUGUÉS

Todo se ha dicho sobre el genio de Camoens y sobre el rango de sus obras en la literatura universal. Al poeta lírico, hijo de una Nación y de una raza famosas por la pureza y la religiosidad de su lirismo, se le coloca al lado de Petrarca. El poeta épico, penúltimo de la gran dinastía en que lo acompañan Homero, Virgilio, Dante, Ariosto, Tasso, Milton, no disminuye entre sus compañeros. Quizás se podría caracterizar la epopeya camoenana haciendo notar que todas las que le precedieron tenían por marco geográfico las orillas del Mediterráneo y poco supieron de la Tierra, aunque algunas, como la de Dante, mucho se ocuparon del Cielo. Al contrario, los «Lusiadas» son un poema transoceánico. Camoens, a ejemplo de Magallanes, abarcó por primera vez el globo en sus versos. Le cabría ben la divisa «Primus circumdedisti me», que Carlos V otorgó al venturoso Elcano. Las cinco partes del mundo, poco antes cruzadas por los navegantes ibéricos, pero todavia inéditas en su mayor extensión para los artistas

y los poetas, se encuentran descriptas, evocadas, verdaderamente reveladas en el poema de Camoens. Nadie antes de el habia conocido y cantado los Océanos en sus bellezas maravillosas y ocultas. Así para nosotros, hombres de la Edad Moderna, los «Lusiadas» son un libro que no envejeció, que nos habla de todo lo que aun hoy nos interesa y absorbe, de la navegación, de la geografía, de la ciencia (el poeta supo todo lo que se sabía en su tiempo), del comercio, de la colonización y, además, del amor, del dolor, de la Naturaleza, del culto a la Patria, temas eternos. Comprendo que un inglés imperialista busque inspiración en los «Lusiadas» y comprendo que un americano los tome como muy útil libro de historia de sus abuelos y aun como buen compañero de viajes. Todo el poema está iluminado por esa luz diáfana del Renaciminto, la cual, con el ensanchamiento del globo, hizo el de la inteligencia humana. Muchos versoa de Camoens parecen escritos de hoy, casi diría de mañana, y los podrían firmar poetas tan refinados como Rubén Dario o Heredia. Cada vez que releo el hermoso episodio de la Isla de los Amores, de tan clara armonia helénica, no dejo de deplorar que Puvis de Chavannes no lo haya conocido para ilustrarlo condignamente.

Pero sería imperdonable pretensión mia querer agregar algo nuevo a todo lo que se ha escrito sobre el gran épico lusitano. Lo que sí me cabe señalar, como portugués escribiendo para lectores extranjeros, es la inmensa, la inagotable significación e importancia que asumen los «Lusiadas», no ya en la literatura, sino en la historia de Portugal. Con frecuencia veo traducido el título del poema en habla española de este modo incorrecto: «Las Luisiadas». No será entonces superfluo recordar que «Os Lusiadas» son, sencillamente, los hijos de Luso, es decir, los lusitanos; pero no cualesquiera lusitanos, sino los que por su patriotismo, heroísmo, genio y virtudes, merecieron la consagración del poema. Ya se comprende que este título es un programa nacional y cívico por sí solo. El ideal de cada portugués es, desde el tiempo de Camoens, llegar a ser un lusiada. Todo portugués ilustre, todo portugués «integral», es candidato a tan gloriosa designación. Y, además, los «Lusiadas» son, tomados en conjunto, la Nación portuguesa en su historia admirable, en sus héroes inmortales. El poema es, antes de todo, para nosotros, nuestra historia puesta en verso, nuestro manual de patriotismo. Se podría muy bien dictar una cátedra de historia patria tomando como único texto el poema camoneano. Y a la verdad no hay hombre culto de Portugal o del Brasil que no tenga los «Lusiadas» como libro de cabecera, que no lo estudie, medite y consulte como a su Evangelio nacional. Es un libro que a todo contesta, que nos da consejo y remedio para todos los momentos graves de la vida ciudadana. «Por mares nunca de antes navegados» no es sólo un verso que resume la época más glo-

riosa de Portugal; es, en realidad, la síntesis de una epoca de la historia universal, todavía no terminada. Y nos bastó cambiar «mares» por «ares» (aires) para hacer de ese verso la divisa de nuestros grandes voladores, Coutinho y Cabral, cuando hace dos años, como las carabelas de antaño, cruzaron por primera vez el Atlántico Sur. En las banderas de nuestros regimientos se lee un verso de Camoens: «Esta é a ditosa Patria minha amada». No puede haber mal soldado con tan grandes palabras ante los ojos.

Los «Lusiadas» fueron dados a la publicidad en 1572, ocho años antes del dominio de los Filipes en Portugal y de la muerte del poeta. Camoens, al morir, gemió que «moría con la patria». Puede figurarse lo que habrá sido el dolor trágico de sus últimos días de vida, al ver perderse la independencia de su pueblo amado e inmortalizado en su poema. Y de hecho, durante los sesenta años en que el rey de España lo fué también de Portugal, se reimprimieron catorce veces los «Lusiadas». Ese libro fué el filtro mágico que nos restituyó el alma extraviada, que nos restauró las fuerzas perdidas. La revolución victoriosa de 1640 no hubiera quizás sido posible sin Camoens. El fué, sin la menor duda, por la acción de su poema, inconsumible como la del radio, el mayor propulsor de nuestra segunda independencia.

Joaquim Nabuco pudo escribir, con exactitud, que los «Lusiadas» son un verdadero monumento nacional, cubierto de epitafios lapidarios para nuestros héroes. Y es curioso notar que las mayores obras portuguesas de cualquier arte tienen preponderante carácter patriótico, de tal modo ese es el trazo maestro de la personalidad lusitana. El monasterio de Batalha, una de las maravillas europeas de la arquitectura gótica, fué mandado construir en el siglo XIV por nuestro gran rey D. Juan I, para conmemorar la batalla de Aljubarrota, ganada en 1385 contra los castellanos por el genio militar y el misticismo heroico de Nunalvares, equivalente lusitano de Juana de Arco. Las naves de la soberbia iglesia contienen casi más símbolos nacionales e históricos que religiosos. El convento de los Jeronymos, en Belem, arquetipo de la arquitectura manuelina, lo hizo erigir el rey don Manuel I como recuerdo del descubrimiento del camino de las Indias por Vasco da Gama, en las mismas playas en que se embarcó el gran navegante. Uno y otro templo son páginas de historia en piedra, son verdaderos panteones nacionales, y como tales se utilizan actualmente. Los paineles de Nuno Gonçalves, magníficas tablas del siglo XV hace poco descubiertas y que son la más preciosa joya del Museo de Arte Antiguo de Lisboa, están constituidos por grupos de príncipes, caballeros y marinos de la época, pintados del natural, teniendo a su frente el infante don Enrique, el inspirador y organizador genial de los descubrimientos. Lo rodean hombres del mar, «sus hombres», pescadores, «envueltos en sus redes (dijo un poeta nuestro) como en mantos

reales». Son, en algunos metros de tablas, un resumen de la Nación de entonces, en el momento de su embarco a los mares desconocidos. Guerra Junqueiro llamó a esos paineles unos nuevos Lusiadas. Y Lusiadas llamaríamos, con igual motivo, a las naves de Batalha y de los Jeronymos.

Así es que la epopeya de Camoens, en su eternidad, asegura la eternidad de la Nación que le sirvió de tema y de inspiración constante. ¿Cómo podrán los portugueses perder la fe en sus destinos y en los destinos de los pueblos sus descendientes, mientras puedan leer en los «Lusiadas» el certificado auténtico de su valor, de su virtud, de su genio? Camoens no pone límites a su exaltación y manda a todos los héroes de la antigüedad que se callen y se retiren ante el «valor más alto» de su tierra. Dice no saber «cuál es más excelente, sí ser del mundo rey, si de tal gente». Asegura que el Cielo mismo ha decidido «hacer de Lisboa la nueva Roma». Nos muestra cómo «la pequeña casa lusitana» se expandió hasta los más remotos rincones del mundo, y, «si más mundo hubiera, allá llegara». Nos llama «gente tan fuerte y de altos pensamientos» que hasta los elementos nos temen, y el Océano nos obedece. Y hay un instante en que los mismos dioses creen que vamos a reemplazarlos en sus funciones divinas, dejándoles a ellos las humanas. Y adviértase, finalmente, que, si a la luz de hoy nos parecen excesivas y hiperbólicas tales alabanzas, ellas eran, cuando fueron escritas, el reflejo de la admiración causada en el mundo por nuestras hazañas y que tales hazañas son de hace cuatro o cinco siglos, cinco minutos en el calendario cósmico, y siempre de ellas quedará semilla y vestigio en el pueblo que las llevó a cabo y quiere mantenerse digno de ellas.

Para terminar diré que Camoens fijó y eternizó nuestro idioma como nuestra historia. Sus versos están escritos en el más puro y más «moderno» lenguaje portugués. ¿Quién siendo portugués o brasilero, no querrá con toda su alma a ese idioma que el poeta, con autoridad y experiencia inexcedidas, equipara al de Roma, y del cual y de nosotros dice que somos nuevos romanos, hasta

> ... na língua, na qual, quando imagina,
> Com pouca corrupção, crê que é a latina?

Buenos-Aires, Febrero 1924.

ALBERTO D'OLIVEIRA

# MARGINALIA

## TEÓFILO BRAGA

No III fascículo da *LVSITANIA*, e em nome da Revista, Agostinho de Campos dedicará ao Dr. Teófilo Braga um estudo crítico. Neste momento entendêmos prestar à memória do falecido professor a condigna homenagem, transcrevendo as palavras, tão nobremente inspiradas no equilíbrio scientífico, que no *Cancioneiro da Ajuda* lhe consagrou a nossa eminente Directora, senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos:

«Todos os que se ocupam de Portugal conhecem as qualidades e defeitos do historiador da Literatura pátria: a rapidez com que Teófilo Braga trabalha, como verdadeiro repentista, combinando com facilidade extrema noções de história, filosofia, literatura, etnografia e lingüística, sem as joeirar; o modo como transforma pálidos indícios em provas inconcussas; o seu patriótico empenho de revelar manifestações características do génio nacional; o *quid divinatorium* de poeta, que o inspira e torna às vezes singularmente perspicaz nesta emprêsa; a sua ânsia impulsiva de afirmar, mesmo à falta completa de dados seguros; o costume de sintetizar e tirar corolários de preposições não demonstradas; a sua desordenada exposição, cheia de repetições e contradições, mal dissimuladas sob um simulacro de plano; a sua indiferença contra a arte de compor e limar; o costume de entremear observações justas e plausíveis com hipóteses surpreendentes pela sua ousadia; a desarmonia curiosa que lavra, não raro, entre a tese geral e os exemplos elucidativos; e ainda a franqueza com que rejeita opiniões menos justificadas, substituindo-as por outras logo que conhece o êrro.»

«Como não posso deixar de fazer oposição a miúdo às doutrinas e ao método do sábio professor, que me honra com a sua amizade e confiança, seja-me lícito fazer uma vez a sua apologia, aplicando-lhe as palavras que Scherer dedicou um dia a Jakob Grimm: *Quem não ousou não ganhou nem perdeu. É preciso que tenha a coragem de errar quem cultiva terrenos virgens. Trabalhos esmerados e circunspectos, acabados em tôdas as minúcias até aos últimos pontinhos sôbre os i i, tão perfeitos que seja preciso medí-los pela bitola mais alta, mostram as culminâncias a que se pode e deve elevar o trabalho do investigador. Mas, ao mesmo tempo, obras assim feitas têm um carácter severo de intangibilidade que repele, descoroçôa, humilha e abate. Outras há, pelo contrário, e das*

*mais belas que existem, cheias de imperfeições, lacunas e temeridades, porque deixam livre a escolha entre vários pareceres sôbre o mesmo assunto, mas que irradiam um fluido sugestivo e estimulante, provocando-nos a continuar na exploração, convencidos de que a abundância dos veios nem de longe ficou exaurida.*

Os trabalhos de Teófilo Braga (embora não atinjam o vasto alcance dos de Jakob Grimm) são dêstes *germinais* fecundos e evocam o poder crítico e criador doutros, diversamente dotados. »

## ELYSIO DE CARVALHO

ELYSIO de Carvalho, o escritor insigne ao mesmo tempo que o patriota admirável dos *Bastiões da Nacionalidade* — essa espécie de modernas Horas do Nacionalismo da sua pátria — tem na *América Brasileira* um forte, vivo e cultíssimo órgão em que se adextra, apura e semeia o melhor pensamento da grande e querida Nação fraterna.

A brilhante Revista que Elysio de Carvalho dirige, ao passo que insere correspondências especiais de Paris e comunica com a mentalidade universal, acompanha com superior interêsse e vibrante simpatia o movimento nacional português.

A *LVSITANIA* saúda com amizade e honra a *América Brasileira* e o nosso eminente camarada Elysio de Carvalho.

## EM HONRA DE CAMÕES

O EMINENTE historiador brasileiro Dr. Oliveira Lima, que nas suas obras rectificou superstições introduzidas na História portuguesa e deixou da sua recente estada entre nós, e das suas lições na Faculdade de Letras, de Lisboa, uma recordação primorosa, comemorou de maneira altíssima a Data Camoniana. O ilustre professor e sua Espôsa ofereceram à Universidade Católica de Washington uma biblioteca ibero-americana composta de 40:000 volumes, contando-se espécies raras. A *LVSITANIA* apresenta ao benemérito doador os seus cumprimentos de alta admiração e as homenagens da sua simpatia.

## D. CAROLINA MICHAËLIS

A SENHORA, de universal renome, cuja direcção veio consagrar esta Revista, conferindo-lhe o lustre do seu nome, de todos nós respeitado e querido, foi últimamente nomeada professora honorária da Universidade de Hamburgo. A redacção da *LVSITANIA* apresenta à sua querida Directora e Mestra os cumprimentos mais afectuosos, e recorda com prazer as palavras em que Menéndez y Pelayo definiu a sua acção entre nós — que « ela foi a fada que a Alemanha enviou a Portugal para nos ensinar a amar melhor as cousas portuguesas. »

## JOAQUIM DE VASCONCELOS

É COM especial prazer que a *LVSITANIA* anuncia para um dos seus próximos fascículos a colaboração do sr. Joaquim de Vasconcelos. Fundador da História de Arte em Portugal, tendo atravessado sem desfalecimento durante cinqüenta anos a grande charneca que era a vida portuguesa, incuriosa ou scéptica, na época da sua maior actividade de arqueólogo e historiador — a *LVSITANIA* honra-se inscrevendo em letras de ouro o nome de Joaquim de Vasconcelos.

## UNIÃO INTELECTUAL PORTUGUESA

SUSCITADA por um convite do príncipe Carlos de Rohan, que para êsse fim veio especialmente a Lisboa, criou-se a *União Intelectual Portuguesa*, que visa a organizar, fora de qualquer consideração de opiniões, partidos, nacionalidades, classe ou raça, o escol intelectual, para estabelecer relações entre os intelectuais portugueses das mais diversas tendências e opiniões, e para fomentar a sua colaboração com os intelectuais estrangeiros, por meio da federação com as Uniões Intelectuais dos outros países.

Estão já fundadas as Uniões francesa, inglesa, austriaca, italiana, suiça e espanhola.

As várias Uniões têm organizações idênticas. Um Directório, composto pelos membros fundadores (uns 15 a 25) elege cada ano a Comissão executiva. Aquele é permanente, e a substituïção de um dos seus membros, que se demita ou que faleça, faz-se por cooptação do Directório, o qual deverá assegurar sempre, quanto possível, um justo equilíbrio entre os representantes das diversas tendências, bem como a continuidade de procedimento num sentido conforme ao objectivo da União.

A União Intelectual Portuguesa compõe-se, além dos Fundadores:

*a)* de membros *titulares*, indivíduos que se consagrem a actividades puramente intelectuais, cuja apresentação deverá ser feita por dois padrinhos, e cuja admissão está dependente da aprovação do Directório;

*b)* de membros *associados*, cuja apresentação deverá ser feita por um padrinho, e cuja admissão depende também da aprovação do Directório.

Estão já redigidos os projectos dos Estatutos que serão discutidos dentro de poucos dias.

Nos fascículos seguintes da *LVSITANIA* daremos notícia do andamento dos trabalhos da associação, dos fins particulares que se propõe e das vantagens que aos seus membros ela oferece. O secretário geral da União Intelectual Portuguesa é António Sérgio, para quem deverá ser enviada tôda a correspondência (Biblioteca Nacional, Lisboa).

## GORAN BJORKMAN

COM o falecimento dêste dedicado lusófilo que da Suécia seguia carinhosamente as nossas Letras, perdemos um amigo certo e prestimoso. Tradutor de bastantes poetas portugueses, introdutor da medida poética latina na literatura da sua língua, o Dr. Goran Bjorkman bem-mereceu do nosso país, e a *LVSITANIA* apresenta à família do extinto escritor as suas condolências.

## CONFIRMAÇÃO

ERA evidente, para quem interpretasse com sinceridade e lógica, que o final dum artigo publicado em o nosso fascículo I em nada atingia colectivamente a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Temos, porém, o maior gôsto em afirmar a essa colectividade o nosso aprêço e consideração, — por de mais demonstrados em actos nossos, particulares e públicos, patenteados nesta própria Revista.

Essas linhas eram antes a confirmação do respeito que a Faculdade nos merece.

## AMEMOS O BUÇACO

CONSTA-NOS que no Buçaco — de-certo um dos mais belos, tocantes e profundos claustros vegetais do mundo — a administração florestal prepara obras de «embelezamento», as quais se podem já verificar na *varanda de Pilatos*, essa adorável e dir-se hia que maliciosa evocação do paganismo toscano do Renascimento em meio do oratório místico das capelas — os Passos da Paixão.

Senhores da Burocracia: daqui lhes rogamos que se limitem a guardar e amparar os Cedros venerandos, carmelitas do Eterno. Só por isso lhes ficaremos infinitamente gratos! Após os crimes cometidos no regime passado e que em parte destroçaram sem remédio a piedosa solidão e o encanto sem par de tais lugares encantadores, fique-nos ao menos o que ainda se conserva: — restos de Paraíso dum Angélico rugoso, e em cujas alfombras as fontes louvam a Deus.

A. L. V.

## ÀCÊRCA DO «AMADIS»

NO *A B C* de Madrid (26 de Janeiro passado) pretendeu o sr. Gomez Carrillo, a propósito da versão francesa do *Amadis*, levantar de novo uma questão de-veras intempestiva e pretérita — a da nacionalidade espanhola do Romance. É curioso que seja um escritor tão afrancesado, e até internacionalizado como o sr. Gomez Carillo, quem regresse ao estado arcaico da mentalidade do seu país, num ponto em que os mais ilustres filólogos espanhóis, e à sua frente o eminente professor sr. Menéndez Pidal, se não sentiram achacados ao conhecerem o texto português e a reivindi-

cação nacionalista que êle comportava, da sua total intenção ao seu admirável prefácio. O sr. Gomez Carrillo, porém, achou mais próprio reeditar velhos e tão gastos argumentos que receberam tantas vezes resposta, que no próprio prefácio da reconstituïção portuguesa se acham reduzidos à sua proporção exacta, e aos quais nenhum espanhol sabedor voltara a dar importância, sobretudo depois que o grande mestre Menéndez y Pelayo tão nobre, competente e decisivamente depusera que o *Amadis* apenas podia ser obra do *espírito português*, por tal modo ficava hóspede e forasteiro no ambiente castelhano das gestas.

Não felicitamos o sr. Gomez Carrillo pela desenvoltura com que se permitiu penetrar numa questão que mostra desconhecer, a ponto de não hesitar em dizer que Philéas Lebesgue, ao traduzir o *Romance de Amadis*, « cometeu um crime de lesa hispanismo ao despojar duma das suas jóias o parnaso castelhano. »

Dest'arte, o sr. Gomez Carrillo nem sequer hesita na questão da nacionalidade, e resolve que o *Amadis* é castelhano sem atender um momento às opiniões de Pelayo, de Gaston Paris, de D. Carolina Michaëlis...

Quem sabe? Talvez um dia o sr. Gomez Carillo venha a determinar que a *Castro* foi escrita por Bermudez e o *Palmeirim* por Luis Hurtado!

É com efeito uma desenvoltura de *music-hall* a do cronista parisiense do *A B C.*

E como ela contrasta e se divorcia do alto espírito scientífico da Espanha de Menéndez Pidal, de Bonilla, de Gomez Moreno, de Tormo, de Cossio, de Sanchez Canton, de Domenech, de Maeztu e de tantos outros homens ilustres. Êsses, ao passo que têm erguido o soberbo monumento dos Estudos espanhóis, têm reconhecido todo o valor da acção de Portugal, do campo dos Descobrimentos iniciadores ao das Letras e das Artes caracterizadas pelo *ethos* português — a acção de Portugal na obra civilizadora da Península, cujas duas nações já não acham razões de se disputarem glórias, tanta glória lhes cabe na obra da Civilização universal.

Diligencie o sr. Gomez Carrillo por ser recto e prudente como os mestres do pensamento da sua pátria. Aprenda, por exemplo, com D. Elias Tormo, o eminente professor de história de Arte da Universidade de Madrid, a ver nos fidalgos de Velasquez, « não *hidalgos* à espanhola, mas *fidalgos* à portuguesa ». O *Amadis* é um fidalgo à portuguesa. E quem melhor o reconheceu foi o grande espanhol Menéndez y Pelayo, glória da cultura peninsular.

Quanto à opinião que o sr. Gomez Carillo apresenta acêrca da superioridade do texto de Montalvo sôbre o « relato breve, sêco e descarnado » que Philéas Lebergue verteu do português, temos a dizer que deixamos sem o disputar ao sr. Gomez Carrillo quanto no texto castelhano

lhe apetecer de copioso, ancho e reflorido. Tem o sr. Gomez Carrillo tudo para se contentar, pois nada tomámos disso. A edição espanhola do *Amadis* de 1847, (última aí publicada e sôbre a qual trabalhámos) contém, até ao terceiro Livro, 822 cheias páginas. As mingüadas duzentas do *Amadis* português não contam vinte linhas *traduzidas* daquelas. ¿ Que mais quere o sr. Gomez Carrillo? Guarde, pois, o texto de Montalvo, — esquecido em Espanha há 77 anos — e deixe-nos o *espírito* do que êle ampliou e enfeitou, de guisa que Oriana escreve neste estilo ao que vai ser Beltenebros:

« *Mi rabiosa queja acompañada de sobrada razón, dá lugar a que la flaca mano declare lo que el triste corazón encubrir no pude contra vos, el falso y desleal caballero Amadis de Gaula, pues ya es conocida la deslealtad y poca firmeza que para mi, la mas desdichada y menguada de ventura sobre todas las del mundo...* »

O sr. Gomes Carrillo escreveu, em suma, uma *boutade* de espanhol da Guatemala no *boulevard* de Paris, a fazer de campião de Castela, a gentil.

A. L. V.

## FRANCISCO DE LACERDA

O EMINENTE maestro acaba de obter êxitos excepcionais nos concêrtos que dirigiu em diversas cidades de França — e êstes êxitos alegram-nos e orgulham-nos.

Em Nantes, centro musical ilustre, dirigiu a *Paixão segundo São João*, de Bach, com orquestra e córos, e voltou a repetí-lo a pedido do público.

No próximo fascículo a *LVSITANIA* dará os extractos principais da crítica francesa, que acolheu e saüdou em Lacerda um grande regente e professor.

## LVSITANIA

O ACOLHIMENTO dispensado à nossa Revista demonstra que, ao contrário do que pensam os pessimistas profissionais, o nosso público, por mais que intentem pervertê-lo, responde carinhosa e inteligentemente às tentativas sinceras. Entre as referências feitas ao fascículo I destacaremos o artigo do sr. René Jean, na *Comœdia*, de Paris, que reproduziu o *Bom Pastor* de Frey Carlos, e o do sr. Manuel Casás na *Voz da Galiza*, da Corunha, que transcreveu as linhas principais da nossa apresentação e sugere a propósito a idea dum congresso luso-galaico de intelectuais.

## FASCÍCULO III

SOMOS forçados, para equilíbrio da nossa Revista, a passar para o próximo fascículo algumas matérias prometidas para êste, entre elas o artigo acêrca de Eça de Queirós, escrito pelo nosso ilustre colaborador sr. Jaime de Magalhães Lima.

# SOMMAIRE DU NUMÉRO 2

*UN DESSIN INÉDIT DE REMBRANDT* conservé au Musée d'art ancien de Lisbonne, publié avec quelques notes par le Dr. JOSÉ DE FIGUEIREDO, qui le date aproximativement de 1640, par comparaison avec deux dessins analogues de la collection du Duc de Devonshire et du Musée de Berlin (ce dernier daté par le Dr. Lippmann entre 1635 et 1640). Incidemment le Directeur du musée de Lisbonne signale un tableau de Rembrandt représentant le fils de l'artiste appuyé à un balcon : œuvre envoyée par Mariette au roi de Portugal entre 1723 et 1727, et dont on ignore ce qu'elle est devenue.

*L'ÉCU DE PORTUGAL*, par ANTONIO DE VASCONCELOS, Professeur à l'Université de Coimbra.

DANS cette première partie de son étude (la seconde sera consacrée à l'*histoire*) l'auteur traite de la *légende* à laquelle a donné naissance l'Écu de Portugal, et qu'il prend telle qu'elle se présente au XVI^e^ siècle, définitivement constituée. L'apparition du Christ crucifié au roi D. Afonso Henriques, pendant la bataille d'Ourique (contre les arabes, 1139) est l'origine légendaire des armes de Portugal : cinq écussons en croix représentant la croix du Christ et ses cinq plaies, chacun portant les deniers d'argent en mémoire de la trahison de Judas. Tradition religieuse et patriotique plus tard consacrée par l'Eglise dans une fête qui avait son office et sa messe propres.

*LA MÉDECINE DE LA RENAISSANCE AU PORTUGAL:* PIERRE BRISSOT et AMATO LUSITANO par le Prof. RICARDO JORGE, de la Faculté de Médecine de Lisbonne.

L'AUTEUR marque les deux courants qui caractérisent la médecine de la Renaissance : l'un, de ferveur humaniste, qui restitue les textes grecs, l'autre, d'inspiration scientifique, orienté vers la recherche et l'observation expérimentale.

Pierre Brissot est un représentant du premier, et établi à Evora, il provoqua, en ressuscitant un précepte hippocratique contre la tradition des arabisants, une polémique pour laquelle toute l'Europe médicale se passionna et où la cour de Rome elle-même intervint. Amato Lusitano, professeur portugais de l'Université de Ferrare, partant de la base anatomique sur laquelle Vésale avait tenté de résoudre la question controversée, découvrit les valvules de la veine azygos' devançant les travaux de Fabricio de Acquapendente, et se classant parmi les précurseurs de Harvey.

Amato, l'auteur du *Dioscoride* et des *Centurias*, apparait à Max Salomon comme le *representative man* de la médecine du XVI[e] siècle en sa quadruple action restauratrice: par l'exégèse érudite, par la découverte anatomique, par la recherche botanique et par l'observation clinique.

*RELATIONS LUSO-BRÉSILIENNES*, par CARLOS MALHEIRO DIAS, des Académies de Lisbonne et de Rio de Janeiro.

CARLOS MALHEIRO DIAS, inspirateur et directeur de la monumentale *Historia da Colonização Portuguêsa do Brasil*, examine, non sans y apporter quelques restrictions, l'idée d'une confédération luso-brésilienne, nettement préconisée dans un livre récent par le Dr. Bettencourt Rodrigues.

*LE CLOITRE DES JERONIMOS*, par REYNALDO DOS SANTOS, President des Amis du Musée d'Art Ancien.

DANS le fameux cloître manuelin (dont Haupt disait qu'il était «peut être le plus beau du monde»), l'auteur discerne deux parties construites par deux maîtres successifs. La première, purement manueline, suit la tradition naturaliste de l'art de Batalha, et correspond à l'aspect intérieur des galeries, construites par Boytac (1502-1516).

Le reste, ce qu'on voit de la cour, pilastres, arcs et balcons, appartient déjà à la Renaissance: c'est l'œuvre de João de Castilho (1517-1519). Reynaldo dos Santos fait ressortir le caractère plus profane que religieux du monument, et l'exubérance décorative qui donne à ce cloître, taillé dans une pierre dorée, l'air d'un palais enchanté.

# SOMMAIRE

*LA PEINTURE PRIMITIVE PORTUGAISE: Jorge Afonso,* par le DR. JOSÉ DE FIGUEIREDO, Directeur du Musée d'Art Ancien.

JORGE Afonso conduit le Dr. José de Figueiredo à faire l'histoire d'une des périodes les plus obscures de la peinture portugaise du XVI<sup>e</sup> siècle.

Que le maître de l'ancien retable du maître-autel de S. Francisco d'Évora ne fasse qu'un avec le peintre le plus en vue de la cour de D. Manoel, c'est ce qui est pour lui hors de doute. Sa conviction se fonde non seulement sur des documents qu'il analyse avec la plus grande minutie mais aussi sur les conclusions décisives que lui fournit l'examen critique de plusieurs œuvres d'art de l'époque, et aussi le rapprochement de l'œuvre du Maître de S. Francisco de Évora avec celle de deux artistes qu'on sait avoir été en rapports étroits avec Jorge Afonso, Vasco Fernandes et Gaspar Vaz. Ce dernier apparaît dans des documents de 1515 comme l'élève de Jorge Afonso, dans l'atelier duquel il travaillait.

Pour le Dr. José de Figueiredo, Jorge Afonso fait la transition entre la grande époque de Nuno Gonçalves et celle (vers la deuxième décade du *Cinquecento)* où l'école d'Anvers exerça une grande influence sur l'Ecole portugaise. Le critique fait l'histoire de l'expansion de l'Ecole de Louvain en Portugal dans les premières années du XVI<sup>e</sup> siècle. Et la lumière qu'il jette ainsi sur ce mouvement artistique qui reste encore partout obscur faute de documents picturaux, est de la plus haute importance pour l'histoire générale de la peinture.

Jorge Afonso est défini ici comme l'un des plus grands peintres primitifs portugais: sa forte individualité lui assure même une place à part parmi ses contemporains des écoles étrangères. Il annonce aussi les grands romantiques du commencement du XIX<sup>e</sup> siècle, par cette manière large où tout est sacrifié à la couleur, par son amour des figures de grandes dimensions, et le *sfumato* des chairs, qui rappelle, sans se confondre avec elle le moins du monde, la touche de quelques peintres de la Renaissance milanaise.

Etablissant la chronologie de l'œuvre, le Dr. José de Figueiredo place entre 1500 et 1508 l'exécution des retables du maître autel de la Cathédrale de Viseu et de l'Eglise S. Francisco d'Evora : la commande de ce dernier retable serait antérieure à celle du premier. Quant aux panneaux de la collection José Relvas, ils seraient de quelques années postérieurs aux deux retables.

Pour finir, divers documents viennent éclairer la vie d'artiste de Jorge Afonso; certains se rapportent à sa nomination de héraut du roi, vers 1514. A ce propos M. de Figueiredo étudie le personnage qui, dans la fameuse « Marche triomphale de l'Empereur Maximilien » de Durer et Burgkmair (vers 1515), porte le drapeau

aux armes de Portugal. Considérant le caractère archaïque de l'écusson qu'il rapproche, pour son symbolisme tout particulier, de celui qui figure sur un portrait de D. Leonor de Portugal, au musée des vieux maîtres de Vienne, il voit dans la présence de ce chevalier plus qu'un simple hommage au pays que l'empereur aimait comme étant celui de sa mère : une véritable affirmation de piété filiale.

*LA CONVERSION ET LA MORT DE JUNQUEIRO*, par AGOSTINHO DE CAMPOS, Professeur, directeur de l'*Antologia Portuguesa*.

ON sait que le poète Guerra Junqueiro, dont les prédications révolutionnaires et la violente satire du catholicisme ont eu tant d'influence, est mort repentant et converti. Cette conversion et cette mort ont invité M. Agostinho de Campos à scruter le fond de l'homme, qui fut « bien plus grand que son œuvre », et il arrive à discerner dans son évolution finale une « véritable libération intellectuelle », « un retour aux prédilections spirituelles et morales qu'il tenait de son sang et qu'il garda toujours au plus intime de son être ».

*LE POÈME DU CID* (Suite du Chant 1er). Adaptation portugaise par AFONSO LOPES VIEIRA.

L'ADAPTATION portugaise rétablit, comme suite à l'épisode des coffres pleins de sable, le paiement des intérêts aux juifs, que le copiste du XIVe siècle omit sans doute par inadvertance, puisqu'il figure dans le Romancero du Cid.

*BIBLIOGRAPHIE.* Notons un discours lu par l'éminent prof. Leite de Vasconcellos pour saluer l'entrée à la Bibliothèque Nationale de Lisbonne du précieux *Cancioneiro* Colocci-Brancutti, acheté récemment en Italie.

# LVSITANIA

## REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

LISBOA

Fasciculo III Junho de 1924

# LVSITANIA

## REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

*SECRETÁRIOS DA REDACÇÃO*

AFFONSO LOPES VIEIRA — REYNALDO DOS SANTOS

COSTA DO CASTELO, 45 — PRAÇA DOS RESTAURADORES, 47

EDITOR E REDACTOR GERENTE

CAMARA REYS

a quem será enviada tôda a correspondência relativa à Administração

PROPRIEDADE DA «REVISTA DE ESTUDOS PORTUGUESES, L.da»

*ADMINISTRAÇÃO*

PRAÇA DE LUÍS DE CAMÕES, 46, 2.º — (Telefone: Central 4322)

ASSINATURAS por séries de 6 números

| | |
|---|---|
| Portugal ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 60$00 |
| Províncias Ultramarinas ... ... ... ... ... ... | 70$00 |
| Brasil .. ... ... ... ... ... ... ... ... ... | 80$00 |
| Países estrangeiros. ... ... ... ... ... ... ... | £ 0.12 |

NÚMERO AVULSO: 10$00 Esc.

*COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS*
*GRÁFICAS DA BIBLIOTECA*
*NACIONAL DE LISBOA*

# LVSITANIA

## REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

SUMARIO

FASCICULO III — JUNHO DE 1924


Pág.

JOAQUIM DE VASCONCELOS — *O RETRATO DE DAMIÃO DE GÓIS POR ALBERTO DÜRER* ... ... ... ... ... ... ... 315

ANTÓNIO DE VASCONCELOS — *O ESCUDO NACIONAL PORTUGUÊS (II HISTÓRIA)* ... ... ... ... ... ... ... ... 321

JAIME DE MAGALHÃES LIMA — *EÇA DE QUEIRÓS E O RENASCIMENTO DA LÍNGUA PORTUGUESA*... ... ... ... 339

AGOSTINHO DE CAMPOS — *VIDA E MORTE DE TEÓFILO BRAGA*... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... 357

LUCIANO PEREIRA DA SILVA — *KAMAL, TÁBUAS DA ÍNDIA E TAVOLETAS NÁUTICAS* ... ... ... ... ... ... ... 363

AFFONSO LOPES VIEIRA — *O POEMA DO CID*... ... ... ... 373

BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS ... ... ... ... 383

Bettencourt Rodrigues: *Portugal-Brasil.* — Sousa Costa: *A Obra de Padre António de Oliveira.* — Luís de Almeida Braga: *O significado nacional da obra de Camilo.* — Vitorino Nemésio: *Paço de Milhafre.* — Luciano Freire: *Museu Nacional dos Coches.* — Matos Sequeira: *Tempo passado.* — Vergílio Correia: *Vasco Fernandes.* — Celestino David: *Évora encantadora.* — *Uma carta do Professor Luciano Freire.* — *Exposição comemorativa do 1.º Centenário da Fábrica da Vista Alegre.* — Suess: *A face da terra.* — Elísio de Carvalho: *Lauréis insignes.* — Victor Klarwill: *Függer-Zeitungen.* — J. B. de Almeida Pessanha: *Os almirantes Pessanhas e sua descendência.* — *Anuário da Associação dos Estudantes do Curso de Português.* — *Escola de línguas estrangeiras.* — *A língua portuguesa no Japão.* — M. Múrias: *O seiscentismo em Portugal.* — António Baião: *Episódios dramáticos da inquisição portuguesa.* — *Revista de filologia portuguesa.* — Asdrúbal A. de Aguiar: *O «Rei formoso» e a «Flor de altura».* — *Portugal e o historiador Oliveira Lima.* — *LVSITANIA e os políticos.* — *Nuestra civilización y la península ibérica.* — *Eça de Queirós na Rússia.* — *Musica.*

MARGINÁLIA ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... 479

SOMMAIRE... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... 486

# *LVSITANIA* PUBLICARÁ:

*URIEL DA COSTA, novas notas*, por D. CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS.

*EMENDAS AO «DICIONÁRIO DOS* LUSIADAS», por AFRANIO PEIXOTO e PEDRO PINTO.

*UMA FILHA DE D. FRANCISCO MANUEL NO BRASIL*, por ELYSIO DE CARVALHO.

*O SONHO DA ÍNDIA E A VIAGEM DE COLOMBO*, por JOAQUIM BENSAUDE.

*O SÉCULO XVII*, por ANTÓNIO SARDINHA.

*FOLK-LORE MUSICAL*, por FRANCISCO DE LACERDA.

*MANUEL DE LIRA, (impressor dos LUSIADAS)*, por ANTÓNIO BAIÃO.

*PINTURA PRIMITIVA PORTUGUESA, (Gregório Lopes, Cristóvão de Figueiredo, Gaspar Vaz, Vasco Fernandes, Cristóvão de Morais, etc.)*, por JOSÉ DE FIGUEIREDO.

*ESTUDOS SOBRE A ESCULTURA EM PORTUGAL*, por REYNALDO DOS SANTOS.

*A FINALIDADE POLÍTICA NA REFORMA DOS ESTUDOS*, por ANTÓNIO SÉRGIO.

*NOTÍCIAS DE PORTUGAL de 1578 a 1580 por uma casa de comércio holandesa*, por J. LÚCIO DE AZEVEDO.

*COLOMBO E OS DESCOBRIMENTOS DURANTE A RENASCENÇA*, por JAIME CORTESÃO.

*ARTIGO* de ALBERTO D'OLIVEIRA.

*ARTIGO* do prof. EDGARDO PRESTAGE.

*ARTIGOS* de PHILÉAS LEBESGUE, e prof. LE GENTIL.

*ESTUDOS CAMONIANOS*, por JOSÉ MARIA RODRIGUES.

*NOTAS SOBRE A MODERNA ARQUITECTURA PORTUGUESA*, por RAUL LINO.

*PRECIOSIDADES QUE SE PERDEM e obras que não se acabam*, por J. LEITE DE VASCONCELLOS.

*AS ARMADURAS DE NUNO GONÇALVES*, pelo prof. BASHFORD DEAN.

*O PROBLEMA DO PÃO EM PORTUGAL*, por PEQUITO REBELO.

*O PINTOR AFONSO SANCHES COELHO*, por SAN-ROMAN.

*A ARTE PORTUGUESA NO BRASIL*, por RICARDO SEVERO.

*A ARTE ITALIANA EM PORTUGAL*, pelo prof. A. VENTURI.

*ANTÓNIO GALVÃO E O CANAL DO PANAMÁ*, por FREDERICO OOM.

*AMATO LUSITANO*, por RICARDO JORGE.

*A CONCEPÇÃO COSMOLÓGICA NOS* LUSIADAS, por LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

*UM RETRATO DE JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO*, por EDUARDO BURNAY.

*UMA VISITA A WENCESLAU DE MORAIS*, por ROKURO ABE.

Inseriremos colaboração de ilustres brasileiros, e de eminentes espanhóis, que versarão assuntos por igual interessantes às duas Pátrias Peninsulares.

Daremos reproduções dos quadros dos *primitivos portugueses*, das nossas obras principais de *arquitectura* e *escultura*;
e de uma *pintura inédita* de Alberto Dürer.

*Tôda a colaboração é solicitada*

*DAMIÃO DE GÓIS*, RETRATO DO NATURAL,
de ALBERTO DÜRER

COLECÇÃO «ALBERTINA», DE VIENA DE AUSTRIA

# O RETRATO DE DAMIÃO DE GÓIS POR ALBERTO DÜRER

*O RETRATO de Damião de Góis, que hoje publicamos, reproduz um desenho, a carvão, dos mais belos de Alberto Dürer, pertencente à colecção* Albertina *de Viena de Austria.*

*A descoberta dêste retrato, que figurava no estrangeiro como «de personagem desconhecido», deve-se ao ilustre mestre Sr. Joaquim de Vasconcelos. Identificou-o em 1877, baseando-se nas gravuras dos séc.* XVI *e* XVII *que, quási tôdas inspiradas neste desenho original, divulgaram, por vezes com o monograma apócrifo de Dürer, o vulto do grande humanista português.*

*A-pesar-de revelado há quási meio século, o cronista continua a ser mais conhecido através das falsas gravuras de Dürer que do admirável desenho original do mestre. Por isso a* LVSITANIA *o reproduz, acompanhando-o, com a devida autorização do autor, de um excerto da* Goesiana, *hoje rara, em que o ilustre identificador do desenho se ocupa de Dürer e da iconografia de Góis.*

*N. da R.*

«Em 1516 tinham as feitorias dos estados europeus passado para o novo empório comercial; a de Portugal saíu de Bruges ainda em fins do século XV. Durante os primeiros vinte anos do século XVI Antuérpia assistiu às esplêndidas festas dos palácios de *Schermere* e *Ymmerseele*, onde os feitores de Portugal haviam estabelecido a sua residência. Em outro lugar esboçámos a curta, mas brilhantíssima história dos feitores, dos amigos de Albrecht Dürer, amigos

convictos, sinceros, e admiradores inteligentes. O personagem de cujo retrato nos vamos ocupar, também viveu nas salas de *Schermere* e *Ymmerseele* e ali ouviria os primeiros louvores do grande pintor alemão, ali veria nas mãos dos velhos feitores, os primeiros trabalhos autênticos do grande artista. Damião de Góis entrava em Flandres em 1523, como *escrivão de Fazenda* da Feitoria de Portugal. Ainda hoje não é possível fixar com certeza o lugar da entrevista entre Damião de Góis e Dürer, a-pesar-de um estudo profundo da sua biografia; é todavia incontestável que ela teve lugar. O retrato que temos presente fala claro; êle é tido, desde há muito, como obra autêntica da mão de Dürer; foi classificado como tal pelos especialistas alemães, não tendo nenhum dêles motivo algum patriótico que pudesse tornar suspeita a classificação, como sucederia se algum de nós a fizesse. Êles não sabiam, nem sabem ainda hoje quem seja o personagem representado; os catálogos oficiais dão-o como retrato de um *desconhecido*. O confronto com as diferentes gravuras anexas decide a questão.

As outras circunstâncias relativas ao retrato estão porém elucidadas, graças a uma série de descobertas que vamos apontar.

A data provável do desenho, as relações de amizade entre Góis e Dürer, a via pela qual elas se estabeleceram, a reputação de Dürer em Portugal — tudo isto se pode documentar.

É impossível dar ao retratado uma idade inferior a 25, e superior a 26 ou a 27 anos, máximo; portanto, a data do desenho será 1526 ou 1527. Dürer morreu a 6 de Abril de 1528, de repente; em 1526 ainda estava na plenitude da sua fôrça criadora; atestam-no os *Quatro Apostolos* ou *Quatro temperamentos*, em Munich e, na série dos retratos, os de Hieronymus Holzschuher no *Germanisches Museum* de Nürnberg, de Johann Kleberger e Jakob Muffel. Dürer não saíu nos últimos anos da sua cidade natal; é provável, portanto, que o encontro tivesse lugar em Nürnberg. Retratos de Dürer, posteriores a 1526 não os há, e o quadro dos *Quatros temperamentos*, do mesmo ano, entregue ao conselho municipal da cidade a 6 de Outubro dêsse mesmo ano, é considerado como a última profissão de fé do grande artista. O encontro em Flandres não só é impossível pelas datas da viagem de Dürer a essas províncias (1520-1521) e pela data da entrada de Góis em Antuérpia (1523), mas ainda

pela idade que o retratado representa, porque tendo Góis nascido em 1501, deveria o desenho acusar 20 a 21 anos, o que é contra tôda a evidência.

Subsiste, pois, a hipótese acima indicada do retrato ter sido executado em Nürnberg.

As relações de amizade entre Góis e Dürer, foram já por nós explicadas pela existência do círculo ou cenáculo: Erasmo, Peutinger, Jakob Fugger, Amerbach, Glareanus, etc., e a íntima amizade dos feitores de Portugal com Dürer em 1520 e 1521.

Ainda longos anos depois vinha a Góis, no meio do doce sossêgo da sua livraria, a memória do grande talento de Dürer. É o que atesta a seguinte passagem de uma preciosa carta, de Góis ao célebre latinista Jerónimo Cardoso, carta por nós descoberta na Biblioteca de Évora:

«Eodem ipso puncto, quo juvenis ille, cui epistolam tuam mihi reddendam commisisti, ingressus est cubiculum nostrum effigiem magni illi Erasmi Roterodami per Albertum Direnum (sic) suæ ætatis, inter germanos, eximium exculptorem, in manibus habebam. Eamque cum contemplari cœpissem, et tanti viri hospitisque quondam felicissimi mei recordatio me in sublime sensum meorum arripuisset: Ecce de repente tu quasi ex insidiis, huic nostro solatio, tua epistola novum gaudium adjicere voluisti», etc.

Dêste modo, numa única fôlha de papel, Góis fazia reviver juntos: o grande pintor e o grande humanista, que ligara o seu nome ao de Dürer, num eloqüente elogio feito a êsse mesmo retrato que Góis tinha na mão.

Para caracterizar a reputação internacional de Dürer, e terminar o quadro, antes de passarmos a um rápido exame dos retratos, basta transcrever o seguinte testemunho do célebre Cochlæus (1479-1552):

«Opera Düreri longissime mittuntur, quippe extant figuræ passionis Domini, quas ipse depinxit, in æs incidit atque impressit, adeo subtiles sane, atque ex vera perspectiva efformatæ, ut mercatores ex tota Europa emant suis exemplaria pictoribus.»

Depois do que escrevemos em 1877 é escusado repetir os obséquios que êsses *mercatores*, e especialmente os portugueses fizeram a Dürer em Antuérpia em 1520 e 1521, e explicar miudamente a influência que as 221 gravuras, desenhos e pinturas, dados por êle aos feitores, exerceram sôbre a arte nacional.

Resta-nos, finalmente, averiguar a procedência do desenho a carvão da *Albertina*, e explicar a nossa descoberta.

Ninguém poderá negar que o achado do desenho a carvão, ou ántes: a descoberta da personalidade, que êle representa, é o facto capital para a apreciação do problema; é a única base segura para a justa avaliação de todos os mais retratos.

Não foi ao acaso que nos dirigimos sobretudo aos desenhos fac-similes da *Albertina*, que tem perto de 150 debuxos originais de Dürer. Já em 1877 notámos a circunstância de haverem passado no fim do século XVI uns 200 desenhos de Albrecht Dürer de Madrid para Viena, comprados em 1587 pelo conde de Khevenhiller, embaixador e agente de Rodolfo II de Austria, imperador de Alemanha. Êste monarca foi um coleccionador entusiástico e inteligente das obras de Dürer; foi êle também que comprou a colecção *düreriana* da casa Imhof de Nürnberg em 30 de Dezembro de 1588. Os mercadores desta casa, uma das primeiras de Nürnberg, negociavam em grande escala para Portugal; a firma tinha uma agência em Lisboa e nessa agência trabalhavam filhos da própria família. Em Portugal morreu p. ex. Ulrich Imhof *(Im-Curia)*, membro dessa célebre casa e chefe da agência de Lisboa; foi enterrado na igreja de Nossa Senhora da Conceição, segundo Roth, ao lado de Wolfgang Behaim, irmão do célebre Martin Behaim. Guilhany cita em 1519 um Michael Imhof em Lisboa que deu a M. Behaim um crédito para a compra de *brincos* e *gentilezas* do Oriente com que pudesse presentear os seus parentes e amigos de Nürnberg. Isto bastará ao nosso propósito para a demonstração das íntimas relações dos dois grandes focos da Renascença alemã — Augsburg e Nürnberg — com Portugal.

Em presença dêstes factos não seria inverosímil supor que algum agente dessa casa, cujo chefe, Wilibald Imhof *der Aeltere*, revolvia a Europa à procura de obras originais para a sua colecção *düreriana*, que algum agente ou parente dessa casa, em Lisboa, comprasse no leilão que se seguiu, sem dúvida, ao confisco da fortuna de Góis, os numerosos objectos de arte que enriqueciam a habitação do cronista, e que ali atraíam freqüentes vezes El-Rei D. João III, a Rainha D. Catarina, o Cardeal D. Henrique, Francisco de Holanda e outros. Tudo isto parecerá natural,

se nos recordarmos do seguinte facto eloqüente, que prova a atenção com que a colónia alemã seguia em Portugal os factos menos notáveis. Em 1513 chegava a Lisboa um *Rinoceronte*, mandado da Índia a D. Manuel; como fôsse uma novidade scientífica houve logo um alemão que o desenhou e o mandou — a quem? — a Dürer, directamente ou por um amigo comum, porque o *Rinoceronte* lá aparece na Alemanha entre as obras de Dürer. Êste gravou-o logo em ponto grande (Veja-se Bartsch, 136; Heller, n.º 1904) juntando-lhe — método de alemão — como texto explicativo, a relação da testemunha de Lisboa.

É crível, em vista dêsses factos, que a colónia estrangeira ignorasse a riqueza de uma colecção particular, reünida por um homem de reputação europeia, por um sábio que tinha corrido tôda a Europa em missões oficiais da mais alta importância, hóspede de Erasmo, amigo de Melanchton, de Bembo, de Sadoleto, de Beatus Rhenanus, e de muitos outros não menos ilustres? Entendemos que a colónia estrangeira não o podia ignorar e que a melhor parte do *Museu Goësiano* voltou para o país de onde viera.

Eis, em resumo, a série de considerações que fizemos antes de mandar vir os retratos *anónimos* (permita-se-nos o têrmo) da *Albertina*. Sabiamos que o fundo da *Albertina* era a antiga *Rudolfina*; que o fundo desta era a colecção *Imhof*; que a casa comercial dêste nome, cujo chefe reünia tudo o que aparecia de Dürer, tinha agência em Portugal, e que essa agência existia quando o fisco lançou mão das colecções de Góis e as vendeu, provàvelmente em leilão. O resultado de nossos estudos foi feliz, as combinações eram acertadas. O retrato, o desenho (que já em 1877 classificavamos, instintivamente, como devendo ser *desenho a carvão)* aí está; isto é certo, como é certo que nós o perdemos.

JOAQUIM DE VASCONCELLOS.

# O ESCUDO NACIONAL PORTUGUÊS

*(CONCLUSÃO)*

## II. *HISTÓRIA*

VEJAMOS agora o que pode averiguar-se no campo histórico a respeito da origem e das modificações sucessivas do escudo de Portugal, desde os primórdios da nacionalidade até ao presente. A lenda, por mais bela e sugestiva que seja, é simples lenda, e tem de ceder lugar à realidade histórica.

Encontramos várias notícias do brasão nacional português dispersas pelos autores; há até desenhos e gravuras publicados, reproduzindo-o tal como era em diversas épocas: mas, nem a fidelidade dessas representações merece inteira confiança, nem o que sôbre elas se tem escrito corresponde sempre à verdade. Há muita fantasia insubsistente, no que se tem dito e publicado a êste respeito.

Temos de entrar nos domínios da heráldica, sciência moderna e muito interessante, entre nós geralmente repudiada com desdém, pela simples razão de ser desconhecida. Está bem longe dos sonhos inventivos, das fantasias românticas, que pejavam os antigos tratados de armaria; ela é hoje indispensável para o estudo dos três últimos séculos da idade média.

Precisamos de recorrer ainda a outras sciências afins, igualmente subsidiárias da história, as quais nos prestam elementos preciosos: — a esfragística, a numismática e a diplomática.

¿ Será possível, com todos os elementos que viermos a colhêr, chegarmos a descobrir qual a verdadeira origem do escudo nacional português? ¿ Poderemos acompanhar, através dos séculos, a série das modificações por que foi passando até à actualidade? Eis o duplo objecto do presente estudo.

A origem do brasão português deve ser análoga à dos escudos

das outras nações medievas; à dos brasões das várias e numerosas famílias senhoriais dêsses tempos, que os tiveram e usaram. Principiemos pois por interrogar a heráldica sôbre a origem dos brasões.

O escudo era a princípio uma peça importante e indispensável da armadura do cavaleiro. Servia para proteger o corpo, aparando os golpes, especialmente os perfurantes das lanças, dardos e flechas. Evitava que, incidindo êsses golpes directamente na túnica de peles ou de estofo grosso, reforçada com pequenas chapas metálicas, penetrassem nesta e ferissem o cavaleiro.

Constava o escudo de uma armação de madeira, coberta de couro; era cercado de orla ou debrum de metal, e tinha ao meio uma saliência chamada *umbo* ou *umbigo*, assente sôbre uma chapa circular de raios mais ou menos ornamentados, tudo isto metálico; era alto, largo e redondo em cima, estreitando para baixo, e protegia o corpo todo.

Depois veio a cota, fabricada de malhas de aço, a princípio muito imperfeita e curta, protegendo pouco mais do que o tronco; não dispensava pois ainda o grande escudo de defesa. Mas, de aperfeiçoamento em aperfeiçoamento, as cotas vão-se tornando mais eficazes e completas. As malhas de aço cerram-se cada vez mais, e já não deixam penetrar a ponta da lança ou da arma de arremêsso; a cota amplia-se com o gorjal, a cervilheira e os guantes, tudo reünido numa única peça de malhas metálicas, que protege a cabeça, pescoço, mãos e o corpo todo até aos joelhos, abaixo dos quais outra peça da mesma natureza, fixada à cinta sob a aba da cota, veste as pernas e os pés.

Á medida que se introduzem estas modificações, o escudo vai perdendo em grande parte a sua importância, e abrevia-se, porque o corpo do cavaleiro já se encontra mais bem defendido.

Pelo seu lado a armadura continua a aperfeiçoar-se numa evolução constante, resguardando cada vez melhor o cavaleiro. Ao bacinete metálico adiciona-se o nasal, que em seguida se amplia numa espécie de máscara, protegendo a parte anterior do rosto. Agora o escudo deforma-se, rectifica-se na sua parte superior, por não ter já a função de proteger a cabeça; reduz-se mais em dimensões, e toma a configuração de um triângulo com o vértice para baixo e os lados levemente curvos.

Nesta série de transformações desapareceu a chapa metálica sôbre a qual se salientava o *umbo*, e que ocupava a região média do campo, constituindo um importante refôrço do próprio escudo; era escusada agora que a função defensiva desta peça da armadura havia perdido a sua importância, tornando-se mais um objecto de ornato tradicional, uma insígnia dos cavaleiros, do que uma arma de defesa. Por fim o próprio *umbo* desaparece, e o campo do escudo fica livre.

Com estas transformações sofridas pela armadura, surgiram novas necessidades. O nasal desfigurara o cavaleiro, e, quando aquele se ampliou tomando as proporções de máscara, êste ficou inteiramente irreconhecível. Vêem-se claramente os inconvenientes daqui resultantes: no campo de batalha não podia ser reconhecido qualquer cavaleiro, confundiam-se os amigos com os inimigos, o comandante não se distinguia dos seus homens. Era preciso que os cavaleiros, que formavam o corpo de cada comando, se reconhecessem por um sinal bem evidente, e que o comandante se não confundisse com os soldados. Para ocorrer a esta necessidade, surgiu então a armaria.

Cada senhor, que era o comandante da sua tropa, escolheu uma ou mais figuras simbólicas ou emblemas, que mandou *esmaltar* sôbre o seu escudo, cujo campo, já desembaraçado da chapa metálica, era adequado a receber essa nova ornamentação. Entram então em jôgo os esmaltes, isto é, os metais e as côres heráldicas; metais só dois, os mais nobres, ouro e prata; côres as mais vivas e brilhantes, a vermelha, a azul, a verde e talvez também a púrpura (a púrpura violácea), às quais se adicionava, como nota lúgubre, a preta. Se o campo do escudo fôsse de alguma das referidas côres, as figuras ou peças seriam de ouro ou prata; sendo o campo de um dêstes metais, as figuras ou peças seriam de alguma das côres mencionadas. Em vez do esmalte, também em certos escudos se usou, ou no campo ou nas peças, o fôrro, quer de arminho, quer de veiros.

Assim não haveria lugar a confusões. Embora todo coberto de aço, o senhor seria fàcilmente reconhecido pelo seu escudo heráldico, e a sua gente pela côr escolhida para os distintivos. E esta ficou sendo agora a principal função do escudo. Para êle se adornar com as figuras heráldicas, nem mesmo se esperou que o *umbo* desaparecesse; retirada apenas a chapa metálica, lá se foram aco-

modando em volta do *umbo* as peças heráldicas, até que êste desapareceu em breve, e todo o campo ficou livre para as receber.

Pouco tempo decorrido, as representações heráldicas, sem deixarem de figurar no escudo, como lugar especialmente consagrado à armaria, passaram a invadir também a cota de armas, a chapa umeral que defendia os ombros e a cerviz, e bem assim a ampla gualdrapa que vestia o cavalo montado pelo senhor.

Uma vez composto o escudo heráldico, sempre simbólico, êle ficava designando e representando o cavaleiro; era transmitido à descendência, de geração em geração, *in perpetuum*, e tornou-se no brasão de armas, sinal distintivo e título honorífico da respectiva família. E, quando o cavaleiro tinha estados, êstes honravam-se com as armas do senhor; e assim o escudo do conde era o brasão que nobilitava o condado, o escudo do rei era *ipso facto* o escudo do reino, o brasão de armas da nação.

Eis a origem dos escudos nacionais medievos. A génese do escudo português não foi nem podia ser diferente.

Referem os nossos escritores que o conde D. Henrique, ao passar os Pireneus para tentar fortuna na península hispânica, trazia o escudo prateado liso, tendo repudiado os nobilíssimos brasões da sua casa de Burgonha, à espera de que, pelos seus feitos, por actos de bravura e heroicidade em pelejas com os mouros, viesse a ganhar por direito de conquista um novo brasão pessoal; e acrescentam que efectivamente, depois de lutas e proezas em que se bateu como soldado da cruz, ornou então o campo de prata do seu escudo, pintando nêle um símbolo bem significativo — uma cruz azul. A escolha desta côr, dizem ainda, resulta da reminiscência das bandas azuis, que figuravam no escudo da casa de Burgonha. A rainha D. Teresa continuou a usar o escudo de seu marido, e D. Afonso Henriques, para cumprir a ordem verbal que recebera de Jesus Cristo em Ourique, nada mais teve a fazer senão estrangular em quatro pontos a cruz azul do escudo herdado, fazendo-lhe assim tomar a forma de cinco escudetes, e semear sôbre êles trinta besantes, representando os trinta dinheiros de Judas.

Uma fábula insubsistente, como outras muitas que se lêem nos livros de cavalaria. A heráldica é, como deixamos dito, uma sciência moderna, que nada tem que ver com êsses romances e

fantasias; as conclusões a que chega são seguras, porque parte de elementos certos, e procede com método scientífico.

O conde D. Henrique não trouxe no seu escudo o brasão da casa de Burgonha, pela simples razão de que a êsse tempo ainda esta o não tinha; êle nunca adoptou um escudo blasonado, porque, quando morreu, ainda não havia nascido a armaria.

É na segunda metade do século XII que aparecem os primeiros brasões; a princípio são muito raros, mas pouco depois multiplicam-se ràpidamente, e surgem ao mesmo tempo em regiões afastadas.

O estudo dêste assunto acha-se hoje feito; é a uma outra sciência, afim da heráldica e como ela subsidiária da história, que se devem os mais abundantes e preciosos elementos, que tornaram possíveis êsses tão interessantes estudos. Refiro-me à esfragística. Nas colecções de sêlos eqüestres *de autoridade*, em que aparecem representados os grandes e pequenos senhores, a-cavalo, armados para entrar em combate, de espada nua erguida e escudo embraçado, a esfragística nos mostra, com dados autênticos e irrecusáveis, a génese dos escudos blasonados, e acompanha depois, nos sêlos do referido tipo e nos de tipo heráldico, que aparecem pouco depois, a evolução que a armaria foi seguindo através dos séculos. Basta folhear as monumentais obras de G. DEMAY — *Le blason d'après les sceaux du moyen âge*. Paris, 1867, e *Le costume au moyen âge d'après les sceaux*, Paris, 1880, para ficarmos conhecendo o assunto.

O brasão surgiu em primeiro lugar na França. Na casa dos condes de Flandres é que nos aparece o mais antigo escudo armoriado, com o leão rompente, escolhido pelo conde Felipe de Alsácia, que o mandou gravar na matriz esfragística de que fêz uso desde 1170 em diante: a matriz, com que êste conde de Flandres selava os documentos ainda em 1164, não tinha atributo algum heráldico. Os senhores de Montmorency começam a usar no seu escudo figuras heráldicas, a cruz cantonada de quatro merletas, desde Mateus II em 1177; e neste mesmo ano principiam a figurar os três crescentes no escudo de Eudes de Ham. Não se encontram indícios de brasão no escudo de Conon, conde Soison, senão desde 1178 em diante, em que nêle figura o leão passante, que fica sendo o distintivo da sua casa.

Êstes os mais antigos escudos blasonados que se conhecem; e note-se que existem sêlos iconográficos de todos êstes senhores ou

de predecessores seus, de anos antecedentes aos que acabo de indicar, em cujos escudos não aparece ainda nem o mais leve vestígio de brasão.

Em face dêstes e outros muitos factos se conclui que o brasão, como distintivo de família, era inteiramente desconhecido antes de principiar o último têrço do século XII, e que por 1180 era ainda raro; mas vulgarizou-se logo em seguida ràpidamente.

Nos últimos anos do reinado de D. Afonso Henriques, falecido em Dezembro de 1185, é que pode ter-se originado o seu escudo heráldico, e não antes. Propagava-se com rapidez o uso dêstes escudos entre os grandes senhores feudais, e é naturalíssimo que esta novidade houvesse chegado a Portugal; note-se que em 1184 casou-se uma filha de D. Afonso Henriques com o conde de Flandres. As modificações introduzidas nas armaduras, a simplificação dos escudos, e conseqüentemente as suas ornamentações heráldicas, que se tornavam necessárias, certamente haviam de calar no espírito dos cavaleiros portugueses e do seu rei, que não deixariam de imitar a moda, que tantas vantagens introduzia na arte de combater.

¿Adoptaria realmente D. Afonso Henriques êsse uso, vindo da França? E, se o adoptou, ¿qual a primitiva forma do seu escudo real? ¿Que emblemas heráldicos escolheria o primeiro monarca português?

Interroguemos as sciências subsidiárias respectivas, e registemos as suas respostas.

A numismática pouco nos diz, mas não fica inteiramente silenciosa. Entre as pouquíssimas moedas autênticas de D. Afonso Henriques, há uma pequena de bilhão [1], em cuja face vemos uma cruz grega cantonada de quatro pontos, ou talvez besantes, e a inscrição na orla: —REX AFOSV—; no reverso distingue-se um escudo, com a forma de amêndoa, em uso naquela época, acostado por dois triângulos, cantonado ao pé por dois pontos ou besantes, e no campo dêste escudo uma singela cruz latina, lendo-se na orla da pequena moeda a palavra PORTVGAL, que conclui a inscrição principiada na outra face.

[1] Vid. A. C. Teixeira de Aragão, *Descripção geral e historica das moedas*, t. I, pag. 143, e est. II, D. Aff. I, n.º 3.

Se a moeda é, como creio, autêntica, nela temos representada a mais antiga forma do escudo heráldico português; suponho ser êste o primitivo brasão do fundador de Portugal. Vê-se que os nossos escritores André de Rèsende e Duarte Nunes do Leão afirmaram a verdade, quando disseram que o escudo branco de D. Afonso Henriques fôra primeiro sinalado por uma simples cruz.

Ouçamos agora o depoïmento da diplomática. Existe no arquivo nacional da Tôrre do Tombo [1] um documento, saído da chancelaria real portuguesa em Fevereiro de 1183, autenticado com quatro sinais rodados de tipo heráldico, do rei Afonso Henriques, de seu filho o príncipe D. Sancho, de sua nora a futura rainha D. Dulce ou Aldonça, e finalmente de sua filha a infanta D. Teresa, que ano e meio depois, em Agosto de 1184, casou com o conde de Flandres Felipe I, assumindo então o nome de Matilde. Em todos êsses quatro sinais rodados aparece desenhada a mesma cruz heráldica, que vimos no escudo da moeda, com uma diferença porém: tanto a pala como a faixa são ambas formadas de escudetes, carregados de cinco besantes cada um, achando-se também êstes dispostos em cruz. Os escudetes são doze, desenhados com a forma de amêndoa, os seis da pala apontados para baixo, os seis da faixa apontados para o centro.

D. Afonso Henriques tinha portanto modificado o seu escudo heráldico, substituindo a cruz simples por uma cruz de escudetes carregados de besantes.

É precisamente nesta época que o rei de Leão Fernando II principia a usar nos diplomas o seu sinal rodado, e nêle introduz também, como o nosso primeiro monarca, uma peça heráldica que adoptara, o leão rompente, umas vezes acompanhado de legenda, outras vezes só, dentro do círculo, sem letras algumas; o mesmo sinal heráldico continuou em uso durante o reinado de D. Afonso IX.

[1] Colecç. esp., caixa 28.

Passemos finalmente a ouvir o que nos refere a esfragística. Quanto à composição do escudo heráldico de D. Afonso Henriques, nada nos diz directamente, porque o fundador da monarquia portuguesa não usou autenticar os documentos com a aposição de sêlo, nem, certamente, chegou a ter matriz sigilar; mas indirectamente alguma cousa refere, e o seu depoïmento é precioso. Para o recolher, temos de ir a Flandres, e buscá-lo no meio da grande riqueza esfrangística daquele condado. A filha de D. Afonso Henriques, a que fiz há pouco referência, foi condessa de Flandres, mudado o nome de Teresa para Matilde, e mandou, logo depois do casamento, gravar uma bela matriz esfragística. Encontra-se o seu sêlo pendente de um documento de 1189; a êle se refere G. DEMAY no já citado livro — *Le costume au moyen âge d'après les sceaux* [1], e aparece reproduzido em gravura na obra de OLIVIER DE WRÉE — *Genealogia comitum Flandriae a Balduino Ferreo usque ad Philippum Regem variis sigillorum figuris representata* [2], e na do nosso D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA — *Historia genealogica da Casa Real Portugueza* [3]. O sêlo, em forma amigdaloide, tem uma face de tipo iconográfico pedestre, a outra de tipo heráldico. Nesta o escudo abrange todo o campo do sêlo, deixando livre apenas a orla para a inscrição; ostenta cinco escudetes de forma triangular, sendo três dispostos em pala todos apontados para baixo, dois em faixa apontados para o centro, sendo cada um dos escudetes carregado de cinco besantes em cruz. São evidentemente as peças heráldicas do escudo de seu pai. Na inscrição, que em uma e outra face orla o sêlo, declara-se ela *regina* por ser filha legítima do rei de Portugal, o que justifica o uso das armas reais portuguesas, e *comitissa* por ser mulher do conde de Flandres [4]. Encontramos pois esta personagem a usar o escudo real de D. Afonso Henriques, primeiro com doze escudetes em 1183, depois com cinco em 1189. É a

[1] Pág. 200.

[2] Bruges, 1642; pág. 25.

[3] Tômo IV, est. B, n.º VII.

[4] A legenda da face diz — ✠ SIGILLVM: REGINE: MATHILDIS: e a do reverso completa — COMITISSE: FLANDRENSIS:

mesma cruz de escudetes com besantes, que aparecia nos sinais rodados de seus pai, irmão e cunhada, e no seu, a que agora se vê no sêlo da condessa de Flandres : os mesmos escudetes, embora em número diferente, a mesma disposição, e os mesmos besantes em cada escudete em idêntico número e posição.

¿ Porque se reduziria o número de escudetes de doze a cinco ? Creio que para isso não houve razão alguma simbólica, mas de simples conveniência. O campo do sêlo comportava um reduzido número de escudetes, a não ser que êstes fôssem demasiadamente pequenos, o que prejudicaria a feição da gravura e o efeito estético ; por isso o ourives encarregado de gravar a matriz, sem alterar o que era fundamental, reduziu o número de escudetes, que era acidental, ao mínimo possível, sem deixar de guardar as proporções : três a formar a pala, que era maior, dois a faixa, que era menor.

Resumindo e concluindo:

O primitivo escudo heráldico de D. Afonso Henriques não pode remontar além da última década do seu reinado. Tinha apenas uma cruz latina simples a meio do campo e sem tocar com as extremidades na periferia, o que em linguagem heráldica se diz: *posta em abismo*. Talvez já nessa cruz (¿quem sabe?) houvesse alguns besantes, que não pudessem ser figurados no único documento numismático que nos mostra tal escudo, pela extrema exigüidade em que a cruz ali se apresenta.

Depois modificou-se a cruz latina simples primitiva, dividindo-se em escudetes em número indeterminado, que ia de doze a cinco ; e em cada um dêsses escudetes havia cinco besantes, dispostos em forma crucial. Aparece-nos pela primeira vez o escudo assim modificado, em 1183.

¿ Quais eram os esmaltes do escudo heráldico do primeiro rei de Portugal ?

Não constam directamente, porque nem os sinais rodados, nem o sêlo da condessa Matilde dizem cousa alguma a tal respeito ; mas indirectamente o sabemos.

As mais antigas referências apresentam-nos a cruz, quer simples, quer de escudetes, de côr azul ; o campo do escudo, assim como os besantes, de prata. São êstes os esmaltes que sempre

encontramos no escudo através dos tempos, e nós sabemos a fixidez admirável com que se conservavam tradicionalmente nas famílias, de geração em geração, êstes elementos que convencionalmente as distinguiam e caracterizavam. Uma vez escolhidos e adoptados, ficavam nas tradições da família, até que esta se extinguisse. Há excepções, bem o sei, mas têm sempre uma explicação, e são tão raras que, longe de destruirem, antes confirmam a lei. Já no princípio do século XVI afirmavam os escritores, que o escudo português tinha êstes esmaltes desde a sua origem em tempo de D. Afonso Henriques; esta afirmação deve corresponder à verdade pela razão exposta.

Na igreja do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra era guardado pelos cónegos regrantes com a maior veneração um escudo, que se dizia ser o próprio usado por D. Afonso na batalha de Ourique. Depois da extinção dos conventos desapareceu, sem se saber como nem quando [1]: mas ficou a descrição que dêle nos deixou D. NICOLAU DE SANTA MARIA na *Chronica dos Conegos Regrantes do Patriarca Santo Agostinho* [2]. Diz assim: — «É de pau de figueira, forrado de coiro de boi cru oleado e pintado, e tem de comprimento cinco palmos e meio, e de largo, no mais largo, três palmos».

Faço aqui referência a êsse tão falado escudo, apenas a título de curiosidade, sem lhe reconhecer valor documental, porque a sua autenticidade se me afigura nula. Deve corresponder a uma dessas *pias fraudes*, de que tantos exemplos temos nas Crónicas.

¿ Poderá determinar-se o verdadeiro simbolismo do brasão escolhido por D. Afonso Henriques? Creio que sim.

A cruz simboliza a Redenção da humanidade pela morte de Jesus Cristo, e é o sinal da fé cristã, pela qual o fundador da monarquia portuguesa tanto lidou tôda a vida, conquistando aos muçulmanos, palmo a palmo, as terras por onde dilatou os domínios da cruz. Mas, como essas conquistas se fizeram pelas armas, bem eloqüente era o simbolismo da cruz formada de escudos.

Na armaria os besantes simbolizam dinheiro: dinheiro dispen-

(1) *O Instituto*, vol. V, pág. 175.
(2) Liv. XI, cap. XXXII, pág. 513.

dido em obras meritórias, tais como fundação de mosteiros e igrejas, expedições contra os moiros, redenção de cativos, etc. Os cavaleiros, que se nobilitassem com dispêndios generosos desta natureza, perpetuavam a memória do facto nobilitante colocando no seu escudo alguns besantes, quer de oiro, quer de prata, como título de nobreza e benemerência. Ora D. Afonso Henriques podia legìtimamente gloriar-se de semelhantes acções com bem fundamentados títulos.

A côr azul da cruz deve ter sido preferida a qualquer outra pelo seu simbolismo: ela representa a divindade, a origem divina; faz lembrar o céu, onde reside Deus com os seus Anjos e com os seus Santos; *lá de cima vem tôda a graça óptima, todo o dom perfeito, que desce do Pai das luzes* [1]. Quem escolheu esta devisa tetralógica — PAX - LVX - REX - LEX — e a fêz inscrever nos cantões do seu sinal rodado, bem foi que tivesse preferido a qualquer outro esmalte o azul, a côr do céu límpido em noites estreladas.

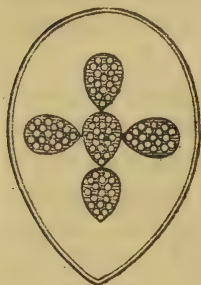
No campo e nos besantes foi empregada a prata de preferência ao oiro: isto pode ter a sua explicação na modéstia cristã do rei, e nos sentimentos e tendências naturais que o caracterizavam. A cavalaria simbolizava no oiro a riqueza, o esplendor, a magnanimidade, o amor; na prata a lealdade, a franqueza, a generosidade, a ingenuidade: não é de estranhar que o monarca preferisse êste metal àquêle.

D. Sancho I, ao herdar de seu pai o reino, herdou também o escudo régio, mantendo a sua forma essencial. Temos a atestá-lo documentos numismáticos e esfragísticos do seu reinado.

Entre os primeiros, comecemos pelo morabitino de oiro, com os cinco escudetes em cruz, como no sêlo de sua irmã a condessa de Flandres. Assumiram porém êles a forma de amêndoa em vez da triangular, e em cada um a cruz é formada por quatro besantes apenas, faltando o central, por mal caberem cinco no escudete gravado toscamente. Vêem depois o dinheiro e a mea-

[1] Ep. de S. Tiago, cap. I, vers. 17.

lha, de bilhão, os quais não apresentam as peças do escudo nítidas, pelo seu reduzido tamanho, mas apenas indicadas, bastante confusamente.

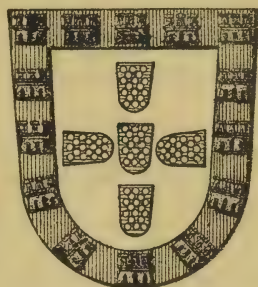
Ao lado dos documentos numismáticos, temos um esfragístico muito importante pela sua nitidez: o sêlo pendente usado por êste monarca. É de tipo heráldico, igual em uma e outra face, em cuja matriz o gravador pôde bem à sua vontade figurar o escudo real. A disposição dos cinco escudetes é a mesma que se observa no sêlo de sua irmã, com a diferença acidental da forma amigdaloide que êles apresentam, em substituição da triangular; mas regista-se aqui uma modificação importante, o desaparecimento da cruz formada pelos cinco besantes, achando-se em seu lugar muitos besantes semeados por tôda a superfície de cada escudete, tantos quantos o gravador lá pôde introduzir.

É também conhecido o sêlo pendente de Santa Sancha, filha de D. Sancho primeiro; sêlo iconográfico em uma face, heráldico na outra. O escudo é igual ao de seu pai: o mesmo número de escudetes, igualmente dispostos, e cheios de besantes.

Vê-se pois que o número de escudetes se reduziu definitivamente a cinco, conservando-se na disposição já descrita; era o menor número com que podia formar-se a cruz latina, cuja haste é um pouco maior do que os braços, como pedia a forma do escudo: o número de besantes porém, primitivamente cinco por escudo dispostos em cruz, aumentou, sem se fixar, ficando semeados por tôda a superfície dos escudetes, segundo as conveniências do gravador da matriz.

Nos reinados seguintes, até D. Afonso III, aparece sempre o mesmo tipo de escudo: nos sêlos com muitos besantes em número indeterminado, nas moedas com poucos, mais geralmente 4, raras vezes 5, algumas 3, 2 ou 1, e até, quando os escudetes eram muito pequenos, nenhum. O que não tornou a transparecer, foi a preocupação de agrupar os besantes em forma de cruz, pois, para a representar, bastava a disposição dos escudetes.

D. Afonso III porém introduziu uma grande inovação no escudo

real. Conservando-lhe o campo com os respectivos escudetes e besantes, tal como viera dos anteriores reinados, cercou-o de uma bordadura carregada de castelos, em número indeterminado. Esta adjunção não se faz sentir nas moedas, que, sendo pequenas, não a comportavam; mas observa-se nos sêlos, onde aparecem os castelos em número maior ou menor.

¿ Qual a razão dêste acrescentamento? Diz-se que se fêz para simbolizar no escudo a encorporação no reino de Portugal dos castelos e território do reino do Algarve, conquistados aos mouros.

Sim. Nos castelos com que foi bordado o escudo português, certamente se recorda a conquista dos castelos algarvios. E note-se que essa bordadura foi acrescentada, logo depois que se ultimou a conquista do Algarve, não se esperando pela liquidação da pendência que houve com o príncipe herdeiro de Castela, depois Afonso X o sábio; fez-se êste acrescentamento muito antes de Afonso III juntar ao título de *Rex Portugaliae* o outro genitivo *et Algarbii*. A conquista do que ainda restava aos mouros no Algarve concluiu-se em 1249, e foi logo adornado o escudo real com os simbólicos castelos. Surgiram contestações àcêrca do senhorio do Algarve, o monarca português viu-se temporàriamente privado do que lhe pertencia por direito de conquista, mas jàmais retirou a bordadura do seu escudo, até que finalmente em 1267 entrou na posse definitiva, incontestada e perfeita dessa soberania.

Duas matrizes esfragísticas, completamente diferentes, teve D. Afonso III logo na primeira década do seu reinado, quando ainda usava o título de conde de Bolonha, que abandonou em princípios de 1259. Uma dessas matrizes era de sêlo em forma de amêndoa, de tipo heráldico; a outra de sêlo redondo, de autoridade na face e heráldico no reverso. O sêlo da primeira destas matrizes tem a bordadura do escudo carregada de 8 castelos; o da segunda traz na face iconográfica a figura equestre do rei, de espada erguida e escudo embraçado, e neste 9 castelos, emquanto no reverso heráldico o grande escudo tem 12 castelos na bordadura.

Nos sêlos do mesmo monarca posteriores a 1259 vê-se o escudo bordado também de castelos em número variado.

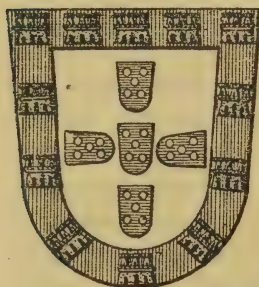
Segundo a tradição, a orla acrescentada ao escudo por D. Afonso III era vermelha, e os castelos de ouro. Essa tradição, como já dissemos em relação ao campo do escudo e suas peças, corresponde seguramente à realidade. Os mais antigos brasões reais portugueses coloridos, que se conhecem, apresentam êstes esmaltes, que ainda hoje se mantêm no escudo nacional.

Assim herdaram o escudo português os descendentes de Afonso III; assim o conservaram e transmitiram.

Quanto porém ao número dos castelos, que continuou indeterminado, aparece por vezes elevado ao máximo de 14. É o que sucede, por exemplo, no reverso heráldico do sêlo de autoridade de D. Denis, embora o escudo embraçado pela figura equestre do rei tenha apenas 8. Depois dêste monarca, vê-se freqüentes vezes aquele número máximo de castelos.

Nota-se nas moedas de D. Denis uma importante modificação. O número dos besantes fixa-se em 5 por cada escudete, como sucedia no escudo de D. Afonso Henriques, mas em disposição muito diversa: emquanto lá era crucial, aqui é quinconcial ou em aspa. Acaso? Propósito? Não sei.

Isto sucedia nas moedas, onde os besantes fôram sempre em muito pequeno númeno; nos sêlos porém continuavam a carregar-se os es-

cudetes de maior quantidade de besantes.

Os primeiros sêlos em que os vemos reduzidos a 5 em aspa, como nas moedas, são os de D. Fernando. Logo no princípio do seu reinado usou o sêlo pendente de cera, tendo ainda cada escudete 10 besantes; mas depois passou a usar sêlo pendente de chumbo, onde já aparecem os cinco besantes em aspa, número e disposição que daí em diante se fixaram para sempre no sêlo real.

Entretanto a rainha D. Leonor Teles teve duas matrizes esfragísticas, ambas redondas, uma ostentando ainda 12 besantes em cada escudete, a outra já os 5 em aspa.

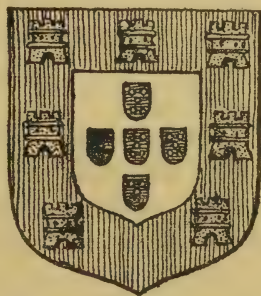
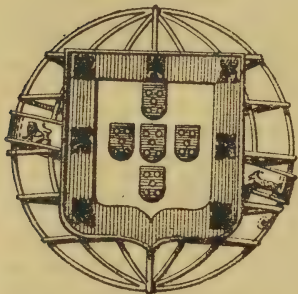
E daí em diante assim ficou inalteràvelmente.

O mestre de Avis D. João, aclamado rei de Portugal, não querendo olvidar a sua profissão religiosa, adicionou ao escudo régio a cruz flordelisada verde, distintivo da ordem militar de S. Bento. Colocou-a sob o campo de prata do escudo, por forma que só apareciam sôbre a bordadura vermelha, a interromperem a série dos castelos, as flores de lis que a rematavam.

E dêste modo se conservou através dos três reinados de D. João I, D. Duarte, e D. Afonso V. Êste, quando pretendente ao reino de Castela e Leão, mandou gravar nova matriz esfragística, na qual juntou as respectivas armas às de Portugal, em quartéis alternados; nas moedas colocou em uma face o escudo por tuguês, na outra o castelhano-leonês. Em nada porém modificou o tipo heráldico português.

Foi D. João II quem introduziu novas modificações no escudo real, que vinha inalterado desde o mestre de Avis, e estabeleceu o tipo definitivo, tal como ainda hoje se conserva.

O número de castelos continuava a ser variável; êste monarca fixou-o em sete. Eliminou a cruz de Avis, que não tinha razão de existir no escudo depois da morte de D. João I. Até agora, desde a forma primitiva, os dois escudetes laterais sempre se mantiveram apontados para o do centro, e portanto deitados, a formarem os braços da cruz; o príncipe perfeito ergueu-os, colocando-os a par do central.

Eis como ficou desde então em diante o escudo nacional português, mantendo-se uniforme em sua constituïção heráldica, em tôda a parte e em todos os reinados, durante mais de três séculos. Há uma excepção apenas: nos sêlos de cera continua ainda, até ao reinado de D. Sebastião inclusivè, a ser variável o número de castelos da bordadura, desde os 7 típicos até 14.

Temos por último de registar um adicionamento efémero, que se fêz ao escudo nacional, depois que o Brasil foi erguido à categoria de reino unido, por carta de lei de 16 de Dezembro de 1815, formando um corpo político com o de Portugal e dos Algarves. A 20 de Março de 1816 morreu D. Maria I, e o filho D. João VI assumiu o título de rei do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves. Com êste título saíam os diplomas da chancelaria régia, com êle se mandaram gravar as matrizes dos sêlos do Estado e os cunhos das moedas; e ao escudo nacional do reino acrescentou-se uma esfera armilar a formar-lhe fundo, simbolizando o novo reino unido do Brasil, em virtude da lei de 13 de Maio de 1816.

Esta a forma que o brasão português teve desde 1816 até que, pelo tratado de 29 de Agosto de 1825, foi reconhecida em Portugal a independência do Brasil, que havia sido proclamada em Setembro de 1822. Em seguida a êste reconhecimento, foi retirada do escudo nacional português a esfera brasileira, por lá não ter já cabimento.

Não temos que falar da ornamentação extrínseca e acidental do escudo português, simples ou complexa, mais ou menos artística, por vezes exagerada e pretenciosa, segundo o estilo e gôsto de cada época. Isto não afecta em nada a forma essencial do brasão, as suas figuras ou peças simbólicas; por isso não tem interêsse algum heráldico.

Por esta razão não fazemos referência à forma que foi oficialmente adoptada pelas côrtes constituintes da República portuguesa, porque o escudo heráldico ficou precisamente o mesmo que vinha desde D. João II; as côrtes republicanas reconheceram e receberam o antigo escudo português, em nada o modificando quanto às suas peças heráldicas. É precisamente o mesmo escudo representante da Pátria, que transitou das instituïções monárquicas para as republicanas: «*Em campo de prata cinco escudetes de azul, postos em cruz, e carregados de cinco besantes de prata em aspa cada um; bordadura de sanguinho, carregada de sete castelos de ouro*».

É verdade que, segundo a determinação das côrtes, o escudo nacional deve assentar sôbre uma esfera armilar, como sucedeu durante nove anos em tempo de D. João VI; mas esta esfera, que então era heráldica, porque simbolizava o reino do Brasil unido aos de Portugal e Algarves, e por isso fazia parte integrante do brasão, hoje não é nada disso. O Brasil é uma grande nação, independente e próspera, nossa irmã, amiga e aliada. No escudo português a esfera não passa de acidental fundo de adôrno, de melhor ou pior gôsto, como em tempos idos se usaram outros vários, segundo as épocas, mas que nunca se consideraram partes integrantes do glorioso brasão nacional. Hoje o escudo português assenta sôbre uma esfera armilar, como em alguns reinados se lhe deu por fundo uma cruz da ordem de Cristo, ou um manto forrado de arminhos, etc.; e por vezes se circundou de ramos de louro e carvalho, ou de uma filactéria graciosamente disposta com os títulos honoríficos do rei, ou de duas cornucópias simbolizando abundância e riqueza, etc., etc. Não eram pròpriamente peças do brasão, mas simples ornamentação extrínseca, acidental, sem significação heráldica, que o decorava.

E aqui damos por terminado êste nosso estudo modestíssimo do glorioso brasão de armas da Nação portuguesa.

Coimbra, 2 de Fevereiro de 1924.

ANTÓNIO DE VASCONCELOS

# EÇA DE QUEIRÓS E O RENASCIMENTO DA LÍNGUA PORTUGUESA

CRÍTICOS de tôda a autoridade me asseguram que Eça de Queirós foi superficial. A sua arte teria apenas deslizado sôbre a epiderme das coisas e dos homens, dela fazendo, àvidamente, o seu único cabedal, sem jàmais a romper para nos cevar da medula dos ossos, protegidos pelos frágeis invólucros que os adornam de mil reflexos. Por temperamento ou por sistema, Eça de Queirós teria sido radicalmente avêsso a penetrar *causas*, arquitectar sistemas, descobrir raízes, escavar alicerces, como refractário se mostraria a erguer-se a alturas para lá dos astros, onde habitam os absolutos dogmatizantes e a sua côrte de terríveis e despóticos fantasmas.

Se assim foi, honra lhe seja! A meu ver, essa superficialidade lhe acrescentará a estima e admiração que lhe devemos e copiosamente lhe tributamos, em-quanto, muito provàvelmente, teria sido mãe da prodigiosa renovação da língua pátria com que o seu génio literário nos deslumbrou.

Em primeiro lugar, nunca me inclinaria muito a crer que a superficialidade fôsse inimiga da arte. « Profundo » é necessàriamente, em nossa imaginação, afim, pelo menos, de « tenebroso ». Porventura, confundem-se. Nunca ninguém sonhou em luminosidade diamantina as profundezas do mar, as profundezas das florestas, as profundezas da alma, e até mesmo as profundezas do céu, embora seja no céu que o sol habita; e também, note-se, o que na conjuntura é valioso, que ninguém se alegrou na obscuridade e na treva, e habitualmente todos sucumbimos onde por qualquer modo na treva nos abismamos. Deus nos livre de profundezas, particularmente na arte! São sepulturas donde tôda a vida emigrou. Não poderá amá-las a arte cuja condição primária é a alegria na beleza das criações. Paladares enfastiados exigirão que

em vez de frutos còrados, com a abundância de côr e perfume superficial que a luz do sol lhes prodigalizou, a arte nos dê os caroços secos dêsses mesmos frutos, insidiosamente empapelados em véus espessos de profundeza. Há disso, realmente. Mas são enfermidades.

Independentemente, porém, da necessidade psicológica de alegria na arte e da irreductível aversão das «profundezas» que essa necessidade importa, talvez não seja indispensável peregrino engenho para suspeitar que tôda a arte e revelação consiste sobretudo em desenvolvimento da superfície.

Assim, por exemplo, se reflectirmos, não nos será difícil perceber que uma sonata de Beethoven não é mais, a-final, do que a tradução em milhares de sons daquilo que a míngua de aptidões estéticas condensava em duas ou três sílabas; onde a indigência das nossas faculdades de expressão disse: — *Louvo*, *creio*, *amo*, e mais não pôde articular para significar a comoção, o génio repete-o em milhares de sons que nos arrebatam os sentidos, porque ali achamos alargado por encanto o que as palavras comprimiam por miséria de modulação. Foi pelo desenvolvimento da superfície, pela extensão e não pela condensação, que Beethoven tanto consumou o êxtase a que nos ergueu.

Aquêle retrato do desconhecido que está ali na galeria, e nos fala, e nos sorri, e nos cativa, é a tradução de uma alma, — um princípio, uma profundeza; na amplitude das linhas e das côres, é, em última análise, o desenvolvimento em superfície de uma fôrça que jazia oprimida e inerte na cerração de uma profundeza, é o dizer por extenso de um sentir que podendo representar-se em estado rudimentar, a que se chamou profundo, por uma palavra, um ponto no espaço, só foi criação e arte e realmente começou a viver quando se abriu em linhas e côres e divagações e cambiantes, isto é, quando, e à medida que se mostrou, se dilatou em superfície. Se Whistler, para dar liberdade ao fluxo de tonalidade apagou linhas que eram estreiteza, limite, acanhamento da superfície, se por essa iniciativa, que tanto nos custou a compreender, acabou por nos exaltar em simpatia, é que de facto realizava na arte uma nova e incomensurável expansão da superfície; é que dilatava o movimento das coisas e das almas numa vastidão a que os nossos olhos não estavam habituados e só a custo e lentamente poderiam afeiçoar-se.

# EÇA DE QUEIRÓS

Se bem consideramos as fontes do enlêvo que nos arrebata na contemplação das Vénus e dos Apolos que a antiguidade helénico-romana nos legou, acharemos que elas brotam de coisas mínimas, superficialíssimas, vago mover de linhas cuja ondulação se cifraria em números infinitesimais. Se as pregas das vestes da Vitória de Samotrácia tão levemente e com espanto e delícia nossa flutuam ao vento, é que não cessa de as agitar certa e constante aspiração activa que lhes prolonga infinitamente a superfície, qualquer coisa que passa, nos toca, não pára e é a negação da profundeza. Talvez não andasse longe da verdade quem se convencesse de que na arte a profundeza está na razão directa da extensão da superficialidade. O mais profundo seria o imensamente superficial. Aos mistérios da arte será necessário acrescentar o mistério da superficialidade e o seu poder. O génio estético viria a ser a intuïção e a expressão de beleza e harmonia da superficialidade.

Isto se poderia conceber sem escândalo há muito tempo, e sempre se mostraria imperativo em tôda a conjuntura na qual procurassemos penetrar sumàriamente os meios por que a arte nos oferece os seus milagres. Agora, porém, que a sciência e a filosofia nos induzem, não direi em novas vias — ouvi algures que são antigas, já Heraclito as calcou, e pelo feito é chamado hoje a receber seu prémio de iniciador — agora que a sciência e a filosofia nos induzem no prolongamento de antigas vias e mais extensa jornada no trilho, o que poderia ser tido como indisciplina, ignorância e até heresia em crítica de arte, poderá passar a simples corolário de doutrinas que abrangem tôda a forma de actividade do espírito humano e suas conseqüências práticas. Novos reinos se fundam e em suas leis muda a escala dos valores e os pontos de referência por que havemos de a graduar.

Eis que a concepção de vida vai a mudar, e onde a obtusidade renitente do entendimento nos assegurava estabilidade, divisão, pausa, limite, heterogeneidade, uma nova interpretação das fôrças cósmicas apenas deixa subsistir o movimento e a homogeneidade ininterruptas. Para H. D. Thoreau « a verdadeira colheita da sua vida foi qualquer coisa intangível e indescritível como as côres da manhã e da tarde.» O índio de *Sun Dogs Trail*, de Jack London, em cada quadro das suas narrativas, em cada acontecimento de que se lem-

brava, em cada viagem e cada gesto que os seus olhos houvessem contemplado, apenas descobria «um retalho da vida», «sem começo nem fim», um clarão passageiro que tinha antecedentes e conseqüentes, qualquer coisa que a precedera e qualquer coisa que lhe sucedia, mas que nós jàmais alcançavamos ; viamos a vida como por uma janela, circunscrita em quatro linhas artificialmente traçadas e cruzadas, nada nos deixando perceber do infinito, « do começo e do fim » do facto que presenceavamos, começo e fim se perdendo na obscuridade do infinito. A vida não seria mais que a consciência desta sucessão de fenómenos sem começo nem fim susceptível de ser penetrado pelo nosso espírito ; e a vida mais profunda seria então, diremos nós, a vida mais extensa, e que maior superfície percorrêsse. O que os poetas e os filósofos imaginaram constituir ùnicamente o resultado da experiência do seu espírito será a condição comum da humanidade, do conhecimento da vida não logrando apreender mais que uma poeira opalina, um transmudar ininterrompido de estado que na visão derradeira da memória é a negação da subsistência de tôda a forma e estado, um fazer e desfazer de formas contínuo, a redução da vida a uma ondulação. « Uma névoa luminosa se derrama por tôda a parte, atenuando distâncias, ampliando perspectivas, transfigurando os objectos familiares, revestindo de magia as coisas belas e tornando pinturescas as coisas feias... Os nevoeiros prolongam a mais sentimental e suave das horas, o crepúsculo... Naquelas terras tão abastadas de casais e naquelas cidades tão abastadas de verdura, cruzam-se os raios da luz da alâmpada com a luz do crepúsculo, e a gente passa, misericordiosamente agasalhada de um modo semelhante em um manto crepuscular, confunde-se na harmonia e simplicidade... Aqui o conflito entre a luz e a treva, como todos os outros conflitos, termina por compromisso; raros são os cataclismos, mas a revolução é perpétua. Tôdas as coisas desfalecem e se modificam; tudo é luminoso e tudo é côr de cinza. » Esta é a atmosfera da Inglaterra no conceito de Jorge Santayana; foi ela que lhe formou a carácter da gente e lhe determinou as propensões da vida. Sòmente essa païsagem da Inglaterra, tal qual poèticamente o filósofo a contempla, será a um tempo o acidente das fôrças da terra localizado em uma ilha e a imagem mais elevada da vida, a paisagem da filosofia e da estética moderna, a lição suprema da sapiência e a conclusão senão última pelo menos

a derradeira, a mais próxima, de tôda a concepção do mundo desde Pitágoras até aos nossos dias. A vida, interpretada pela experiência ingénua, será, em tôda a extensão, desde a mais terrena economia até à mais sublimada religião, um feixe de ignorâncias conjugadas e regidas pela fé—neste sentido, obediência ao mistério. A mitologia significará talvez o extremo mais alto das sciências.

Quando foi da morte de Lord Morley, um panegirista dos seus talentos, procurando descortinar-lhes os impulsos mais remotos, ligava-os a origens que serão as essenciais e comuns da crítica moderna e suas afirmações, ou melhor, suas hesitações e reservas. Pois escreveu : « Lord Morley, segundo se assevera, disse, quando já velho, que « talvez » era uma grande palavra e ainda agora líamos Montaigne pelo seu amor a palavras de aviso, como « talvez », « provàvelmente », « pode ser ». Depois, considerando a significação que deviamos atribuir a êsses « talvez » que Morley admirava, o crítico acrescentava que essas palavras podem ser um mau hábito, nascido da timidez, um refúgio para que alguém não nos venha provar a ignorância, uma sangria em saúde, uma defesa antecipada de arguïções certeiras, « um estratagema que faz mal ao estilo sem melhorar o pensamento. Mas podemos estar certos de que Lord Morley não pensava em louvar esta espécie de « talvez » nem êsse era o que em Montaigne achava. Há um « talvez » que provém não do vago, mas do desejo de maior precisão, como há um scepticismo que provém não da descrença, mas da fé. Há pessoas para as quais todo o assunto, e de facto todo o universo, é tão vazio que fàcilmente chegam a conclusões sôbre tôdas as coisas ; e outras há para as quais tudo isso é de tal modo rico que tôda a afirmação genérica lhes parece imprópria ou, na melhor hipótese, apenas útil para fins práticos ».

É ao império dêsse « talvez » que o nosso tempo se rendeu ; e, por o pressentir, Eça de Queirós nos pareceu superficial, na linguagem o reflectiu, como ao diante veremos menos passageiramente.

Partamos entretanto do princípio de que agora entramos a convencer-nos de que Alexandre Dumas, Filho, leu no futuro quando espirituosamente, glosando um velho adágio, acreditou que *tout est bien qui ne finit pas.* Em nossos tempos de mobilidade e relatividade, o profundo, como o universal, mudou de face e abdicou de antigos direitos. Não há profundezas estáveis como não haverá universalidades subsistentes. O profundo perdeu-se na imensidade

vibrante em que, corpo e alma, nos sentimos arrastados, infinitamente condicionados no infinito do passado como no infinito do futuro; e, paralelamente, o universal dissolve-se no singular e momentâneo, e perderá a universalidade, já pela variável disposição do espírito para o reconhecer, que muda de indivíduo para indivíduo e mudando lhe imprime diferente carácter, já pela incerteza do mesmo indivíduo cuja atitude se altera da manhã para a tarde, senão de minuto a minuto, já finalmente pela relatividade ininterrompida dos fenómenos cósmicos que não lhes consentirá coincidência perfeita, constante, ou simplesmente aturada, prolongando-se em termos de imperfeição irredutível.

A arte, a das letras como tôdas as demais, na crítica como nas criações, para se afeiçoar à nova condição filosófica do espírito humano, tem de sofrer mudanças que constituem uma verdadeira revolução. Porque, não se esqueça, o mito da arte pela arte, o absurdo da expressão pela expressão e da beleza no vácuo, tem contados seus tristes dias. Não há arte pela arte, como não há moral pela moral, ou economia pela economia, ou religião pela religião: há, sim, e inevitàvelmente, arte pela religião, pela moral, pela economia e por tôda a ordem de influência a que sejamos ou possamos ser sensíveis, como há moral pela economia, e pela religião e pela arte, e economia pela moral, e pela religião, e pela arte, e religião, pela economia, e pela arte, e pela moral. As actividades do homem, tais quais as actividades cósmicas, são invariável e indissolùvelmente conjugadas; tôdas mùtuamente se movem e são movidas, e nesta subordinação e harmonia, consciente ou inconsciente, terão de se exercer, e desfalecem à medida que promovemos a vacuïdade do ambiente de cada uma, e avigoram-se em proporção da plenitude de fôrças concomitantes que êsse ambiente atinge.

Hoje, estèticamente, a extensão sobreleva à concentração; a concentração induz em sciência e nas suas mutiladas estreitezas, não pode conduzir à expansão suave da vida, que é a condição e a ansiedade da arte. Desconfiemos das artes demasiado aferradas à estabilidade enraïzada em profundezas; terão entrado por êsse facto em certo estado de congelação mortal, pois a fluïdez é o sinal supremo da vitalidade. Onde a arte se quedou e lhe fenece o alento

da fluïdez, aí deixou de ser arte para se precipitar em sedimentos scientíficos, aí entrou no reino do *conhecimento* e cortou as àsas que a erguiam aos céus, aí cristalizou na categoria de problemáticos, insustentáveis *estados*, para isso abdicando da vitalidade essencial do movimento. A arte será tanto mais subida, e completa, e fecunda, e absorvente, quanto mais perfeitamente traduzir as vagas e a indeterminação do movimento, quanto mais amplamente se expandir, removendo e reproduzindo a tremulina que nos envolve, criando à sua imagem a nossa alma e à sua imagem fabricando a nossa existência, passageiro átomo da sua energia, confundido em seu ser de incerteza. O movimento terá limites, evidentemente, mais ou menos bambos, mais ou menos retesados, de ordinário mais bambos que retesados; mas dentro dêsses limites é incessante.

A revisão de valores que esta nova atitude mental importa, orça por um cataclismo. Aqui se desmantelam reputações literárias laboriosamente edificadas e consagradas e vêm à luz outras que jaziam apoucadas na obscuridade. La Bruyère será na conjuntura um exemplo magnífico, eloqüentíssimo.

¿Que nos diziam de La Bruyère os censores pontifícios?

Taine pretendeu que La Bruyère « só descobre verdades pequeninas *(de detail)*; mostra o ridículo de uma moda, o odioso de um vício, a injustiça da uma opinião, e, como êle mesmo diz, a vaidade de tôdas as ligações do homem. Mas êstes aspectos dispersos não conduzem a uma idea única; tenta mil atalhos e não abre caminho, de tantas observações verdadeiras não forma um conjunto. » « Não diz senão verdades ordinárias, mas uma vez ditas por êle não as esquecemos mais. » Tem « a arte de atrair a atenção. » « Amplia os objectos, acentua traços, acumula côres, e a figura que êle pinta torna-se tão expressiva que não podemos tirar dali os olhos.» «Dispendendo profusamente imaginação e espírito, e adornando-os profusamente pelo trabalho mais assíduo e árduo», deixaria que «os traços gerais fôssem vagos, e, para ser senhor da atenção do leitor, La Bruyère vê-se obrigado a picá-lo por traços particulares tirados da vida real e das circunstâncias vulgares.»

Modernamente, há muito poucos anos, sentiremos mudadas para mais brandas as brizas, e um crítico contemporâneo eminente, G. L. Strachey, sem fugir para longe da severidade de Taine, atenua o lamento de falta de profundeza em La Bruyère; sem todavia a negar, compensa-a por dotes literários valiosos. Então, teremos

como sentença que « o estilo de La Bruyère é extremamente flácido; funde-lhe os pensamentos em uma variedade infinita de moldes; empregando um vocabulário largo e colorido, é uma mestria completa da arte de efeitos retóricos. Entre reflexões breves disseminou grande número de retratos ou estudos de caracteres mais extensos, alguns inteiramente imaginários, outros fundados, no todo ou em parte, em pessoas contemporâneas bem conhecidas. É aqui que as grandes qualidades do seu estilo se mostram mais claramente. Pelo lado psicológico èstes estudos têm talvez menos valor do que algumas vezes se lhes supôs; são mais caricaturas que retratos, mais a lembrança de idiossincrasias da humanidade do que da própria humanidade. Do que nem por um momento pode duvidar-se é da arte suprema com que êles são compostos. A virtuosidade da linguagem, tão sólida e todavia tão brilhante, tão variada e todavia tão pura, lembra a firme subtileza de uma gema grega. O ritmo é absolutamente perfeito, e em as suas suspensões, os seus lavores, os seus crescendos graduais, as suas conclusões seguras, parece erguer a pura beleza da expressão ao mais alto ponto possível.»

O La Bruyère de algum dia, em face de semelhantes depoïmentos, seria o portador maravilhoso e cativante de esplendores copiosos de uma retórica sublimadamente ática, pela qual nos deslumbrava, em quanto ela nos dissimulava a míngua de profundezas psicológicas ou a abundância de psicologias medíocres ou vulgares. Mas o La Bruyère desta nossa era de cotação alta das superficialidades será muito diferente. Lucidíssimo e iriado espêlho da vida na sua plenitude palpitante, em contacto directo e íntimo com a vida nos põe e intensamente no-la transmite e faz sentir o poder estupendo com que nos prende e absorve e exalta. Foi a intuïção do valor das coisas mínimas que lhe criou a arte e lhe adestrou a linguagem e lhe inflamou a refulgência; não foi a arte que deu valor às coisas mínimas por ignorar as coisas máximas. E outra não será a relação da superficialidade de Eça de Queirós com o engenho assombroso que pela sua pena renovou a língua pátria.

Porque o encontrámos alado, esvoaçando sôbre o tumulto lúgubre das coisas pesadas, sòmente cativado da ironia, do romance, do

acidente e do individual e fugidio, retirámos a Eça de Queirós todo o crédito de profundeza, levianamente o agravando por desconhecermos aquela profundeza de precursor que lhe assistiu e hoje fàcilmente se nos mostra, por diuturnidade da experiência e reflexão, essa profundeza na qual a arte será tanto maior quanto mais amplamente sente e revela a amplitude infinita do movimento das coisas e da alma.

Romancista, contemplando a vida e servindo a arte em termos de suma liberdade, Eça de Queirós teria adoptado, por mera insinuação do gôsto, a maior das artes literárias, a única em que o seu génio folgadamente cabia, aquela que exige mais afiada penetração e mais audaciosa agilidade.

A medida actual da grandeza da arte literária despojou de velhos privilégios e honrarias muitos géneros consagrados, e à proporção que os foi empobrecendo de glória promoveu o romance da humildade à grandeza. Hoje a epopeia enclausurada na admiração e louvor do heróico será mais pequena que a história, abrangendo esta em igual latitude o nobre e o sórdido, a coragem e a cobardia, a opulência e a desgraça, a arrogância e o desfalecimento ; e o romance será superior à história porque a história se contenta com a revelação do feito, que é limitado, e o romance junta à presença do feito a imensidade da perspectiva das possibilidades, que são infinitas. Não errou o instinto popular, como habitualmente não erra, quando fêz sua a arte do romance e a preferiu, sentindo-lhe o valor comunicativo da mais alta forma da vitalidade. O *ensaio* será mais fecundo e vasto, mais romântico que o *tratado*. *Memórias*, *cartas*, *diários*, formas afins do romance, romances vividos e por haverem sido vividos não raro atingindo uma eloqüência de afirmação que no romance apenas sonhado é mais esquiva, sobem agora a primazias de aprêço que as erguem do reino da curiosidade às eminências da arte. Para a ressurreição de Roma, as cartas de Cícero aos amigos e o seu característico vogar à tona de água preteriram os discursos consulares de Tito Lívio ; os Petrarcas, os Dantes e os Racines, com a sua solenidade compassada e grave, podem facilmente, se se descuidam ou onde se descuidam, passar à esquerda dos Saint-Simon, dos Balzac e dos Queirós com a sua descuidada garrulice. Tudo dependerá da agilidade com que se alongarem na superfície, ou da estreiteza em que se encerrarem e entisicarem nas profundezas ; tudo depende da predilecção mortal

em que se limitarem a martelar fragmentos da vida. A superficialidade, onde o génio e a arte conseguiram apreendê-la e traduzi-la, é a imagem menos incompleta da vida. Aí nos fascina ; alguma coisa nos assegurará que não podemos ir além dessa névoa perpètuamente transiente, e possuí-la e ser possuidos por ela significará a máxima exaltação possível do espírito nos seus arrojos de glória.

A. Chevrillon, louvando Galsworthy, o romancista, julga que a idea que lhe rege a arte é que a vida interior de um homem só por clarões se vê — nenhuma descrição directa dessa vida pode, por conseguinte, ser verdadeira — e, mais, que um carácter é parte de um grupo em movimento constante, no qual no primeiro plano nenhuma figura singular aparece por um momento que não seja eclipsada por outra. Em termos mais gerais, a idea seria que a vida, particularmente a vida do espírito, não é susceptível de se transpor em termos de linguagem, e a associação lógica das palavras e das frases não corresponde ao que é ao mesmo tempo fragmentário e completo, fluido e sólido, simples e complexo em cada momento do pensamento e do sentimento.

De natureza semelhante, determinada pelo poder imperativo e sugestivo de causas idênticas, rematada em efeitos estéticos absolutamente congéneres, a superficialidade de Eça de Queirós induziu-lhe o génio e, por necessidade de expressão, o obrigou a consumar a mais bela renovação da língua portuguesa que, entre estos de pasmo, modernamente nos iluminou com peregrinas fulgurações a depauperada fortuna literária.

Sensibilidades tórpidas, que só à custa de flagelação de látegos possantes acordam e vibram, poriam Junqueiro adiante de Eça de Queirós no vasto arroteamento da língua pátria que o século XIX corajosamente levou a cabo ; e é possível que nessa época o génio do vocábulo encontrasse a sua personificação mais nítida em Guerra Junqueiro. Mas o génio da língua, êsse foi em Eça de Queirós que incontestàvelmente se sublimou. Porque são diferentes, o génio do vocábulo e o génio da língua. O génio do vocábulo tira scentelhas da palavra, como o fuzil de aço fino faz coriscar a pederneira ; é, muito caracterìsticamente, acto de violência. O génio da língua, sem excluir lampejos resplendentes, e antes com êles adornando de esmaltes a brandura, não se

exprime em relâmpagos, exige e significa esfôrço mais aturado e infinitamente mais complexo: é acto de abundância, tonalidade e presteza, em que a suavidade e a viveza se alternam, e confundem, e mùtuamente se moderam ou fortificam, sem pausa nem limite. O génio da língua seguirá para a traduzir em seus coros tôda a ondulação do movimento da vida; a todo o estado, ao mais impetuoso e brilhante como ao mais doce e apagado se adapta, incessantemente flexível e mudável; é uma actividade contínua, ligada e constante, e constantemente incerta pela inconstância das palpitações que reflecte, sendo sempre a mesma, a si mesma idêntica, na fidelidade e segurança da interpretação que serve e na eficácia da inflamação que comunica.

Êsse génio, na língua portuguesa moderna, encarnou em Eça de Queirós. Foi êle o mais alto e afortunado profeta de uma libertação que, preparada de longe, durante mais de meio século, esperava inspiração suficientemente poderosa para inocular na língua a perfeita docilidade que não conhece modalidade inacessível nem segrêdo, íntimo ou externo, da alma ou do mundo, que não cristalize e se torne translúcido no murmúrio dos nossos lábios.

Três grandes épocas se distinguem na vida da língua portuguesa: — criação, cativeiro, e libertação. Nascida à lei da natureza, no mistério de tôdas as leis da natureza, teve sua infância, balbuciante, trémula, inscientemente esforçada, como é próprio da debilidade infantil, até que entrou na pujança de uma juventude da qual os cronistas e as canções e narrativas populares estavam destinados a ser o repositório e a lembrança que se tornaria monumento inabalável, de uma beleza suprema, na obra de Fernão Lopes — Parténon a que a divindade majestosamente se recolheu, para lá a adorarmos no culto piedoso e salutar que ainda não findou nem se concebe como findar possa. Depois, a flor da aspereza que sem desmerecer afrontara os tempos agrestes, foi colhida por uma severidade despótica e por ela encerrada no cárcere que se chamou Renascença. Na esperança de a tornar melhor por propósito e cultura, para a educar, polir e ser o retrato de matronas de fama, um sombrio rigor a castigou, oprimiu e mutilou, fechada entre muros lustrosos de verniz clássico, que sem estigma de desdouro ou infâmia não se lhe permitiria galgar. Até que um dia, volvidos séculos de constrangimentos e proïbições, se verifica que a moça, não obstante, havia crescido e, escan-

dalosamente desprendida de tôda a velha compostura, rebentava o espartilho para deixar corar e palpitar e medrar ao sol a carne ávida de luz, e para fortificar os músculos e soltar àsas por campos e vales, na fascinação do bravio. Na biblioteca do Jacinto, em Paris, havia uma janela rasgada sôbre os Campos Elísios, atulhada com « uma portentosa rima de volumes, todos de História Religiosa, de Exegese Religiosa, que trepavam montanhosamente até aos últimos vidros, vedando nas manhãs mais cândidas o ar e a luz do Senhor » ; e outra coisa não fêz a Renascença e a obsessão clássica, encarcerando a língua na biblioteca e vedando-lhe as frestas e janelas enchumaçadas de livros e pergaminhos.

Tanto, porém, apertou que a rima dos alfarrábios quebrou as vidraças e veio parar ao meio da praça, de repente inundando da luz do Senhor a sala. Então, o vento e a chuva, e o orvalho e o luar varreram poeiras, alumiaram minas ignoradas, descobriram múmias e carcassas, humedeceram e fecundaram securas estéreis e desencantaram vidas humildes de divina formosura. Isso se baptizou com o nome de romantismo, grande e incomparável arrôjo no qual a língua houve seu justo quinhão das regalias outorgadas à humanidade, reintegrada na consciência da liberdade pelo desengano das convenções e pelos ímpetos da natureza revoltada, simbolizados nos errores agressivos de Rousseau e tràgicamente combatentes na Revolução Francesa. E êsse movimento de libertação em que foram apóstolos os Byron, os Chateaubriand, os Garrett e os Herculano, herejes por um instante e a breve trecho canonizados, êsse movimento do qual os realismos, e os naturalismos e os simbolismos, e as mais seitas e dialectos derivados foram meras capelas e ermidas marcando a estrada da nova Jerusalém — êsse movimento teve em Eça de Queirós, estèticamente, o representante feliz e glorioso que dotou a língua da sua terra e da sua gente com maravilhas de arte subtilíssimas, dilatando-lhe as possibilidades de expressão em uma extensão sem precedentes, nunca sequer sonhada. Sob a magia do génio, a desenvoltura diabólica da emancipação se converteu em graça infinita e infinita harmonia, em-quanto e de vez nos desquitava do enfado do sêco e peado estilo pedantesco a que andavamos aviltadamente jungidos. Aqui termina em desgraça o soturno govêrno de certo estilo «não entornes», acautelado contra todos os sobressaltos e demasias, constipadiço, tremendo de cair

em embriaguez, todo êle balança e metro, não pondo um pé adiante do outro que não fôsse em cadência, não estremecendo nem por lapso vergando na armadura, sem uma aspereza, sem um grito, sem a confissão sequer das penas da jornada. Por indigência de fôlego para acompanhar as correrias loucas da imaginação moderna, êsse estilo deu a alma a Deus, e Eça de Queirós foi o mais gentil dos seus carrascos, ministrando-lhe a morte entre perfumados anestésicos. Se, note-se, a morte não foi tão completa como o ardor dos inimigos proclamou e a êsse estilo restam partículas de vida irreductíveis, se tem de viver algures, e é natural e é bem que viva porque em justiça forçoso será atribuir-lhe fôrças de coesão insubstituíveis, será como instrumento e intérprete da mera sciência e pura lógica, e o mais seguro dos servos da vida prática e concreta, missionário exemplar de todo o comércio estritamente raciociniativo. Como portador de emoções, ai dêle! Perde-as tôdas pelo caminho, e pelo caminho tenta debalde remendar-lhes as perdas com convenções, apenas conseguindo chegar ao fim de ofegantes caminhadas coberto com um manto de postiços mal cerzidos.

Porque o que a êsse classicismo obstinado na imposição do definitivo escapava, o que êle não via quando arripiado como um ouriço na toca se negava à rendição, era onde terminava a ponderação da forma comedida e onde começa a estagnação psicológica. Não sabia o classicismo decrépito, mas por intuïção Eça de Queirós pressentiu e nos mostrou, que, dilatado o espírito e o pensamento, e ramificada, senão pulverizada, a sensibilidade em complexidades outrora ignoradas, a língua carecia de se adestrar correspondentemente na flexibilidade e extensão que tinha de cobrir e exprimir uma maior e mais intensa e variada palpitação e seu tumulto e riqueza.

Hoje, quando um homem eminentemente instruído e de consciência assás robusta para romper com todo o enleio da desonesta e estúpida lisonja da impostura convencional, vem e me confessa que «Camões diz muito pouco ao seu espírito», procuro sem pavor a razão de tão desusada indiferença e convenço-me de que ela não é aberração mórbida ou obtusidade singular idossincrásica. Muito mais, e mais simplesmente, êsse afastamento me parece a condição natural e lógica de duas épocas do desenvolvimento e carácter do nosso espírito, e a diversa mentalidade e arte que a essas duas épocas tem de corresponder, necessàriamente.

Camões viu

> Alegres campos, verdes arvoredos,
> Claras e frescas águas de cristal,
> Silvestres montes, ásperos penedos,
> Compostos de concêrto desigual.

Com o que nos parece, pouco se contentando, imaginaria ter visto e estampado tôda a paisagem que o enternecia, forma, côr, palpitação, tudo quanto nela se continha e nos tocava. Nós, porém, que lemos Loti, e Eça e Ramalho, mal divisamos no painel do estro quinhentista a nomenclatura sumaríssima de qualquer explorador naturalista moderno, colhendo as suas notas de memorandum, à pressa enfardadas no bornal para em casa e tranqüilamente as traduzir em devida e dilatada descrição. O que em tal conjuntura o nosso espírito e a arte que lhe compete não dispensam, é bem mais complexo. Para acudir às interrogações e cobiças da nossa sensibilidade e da nossa reflexão, não pode a linguagem endurecida e breve quedar-se a tão grande distância da aspiração interior que a chama a servir-lhe banquetes; terá de se desdobrar e lapidar em mil faces o que era liso e uno. Não pagará por menos a glória e a generosidade de nos ressuscitar diante dos olhos as *verduras* e as *alegrias* dos campos e das árvores, que muitas são e tôdas nós queremos contemplar, e as *claridades* e as *frescuras* e os *cristais* das águas, que inumeráveis se propagam e sempre mudam, como mudam as *selvas*, de palmo a palmo, da des-semelhança fazendo seus mais caprichosos atractivos, e como a cada passo muda *a aspereza dos penedos* e a *desigualdade* do concêrto em que se compõem, dando largas a uma fantasia incansável. Tudo isso será extensìssimamente matizado, e terrìvelmente vasto e rebelde à condensação e resumo em que o mais polido petrarquismo o poderia fundir, à falta de maleabilidade se socorrendo de generalizações e preceitos que matariam à fome o espírito moderno, ávido do individual e concreto, e das realidades plurais, não compreendendo nem tolerando a vida sem êsse sustento.

Não é que Camões tivesse visto pouco, e por óculos de menos alcance que as nossas cangalhas. Pelo contrário, há boas razões para crer que viu tudo o que o seu tempo podia ver, e admiràvelmente o definiu. Foi completo, sem dúvida. O nosso tempo é que

viu coisas que o seu tempo não podia ver, porque êste não tinha caminhado o bastante para que o horizonte as abrangêsse; então, a nossa alma não preguntava ainda a ninguém, nem podia preguntar, por coisas cuja existência desconhecia.

Foram desta natureza os problemas de arte que o destino e a sua época impuseram ao génio de Eça de Queirós; e a solução que lhes encontrou no renascimento da língua usada à lei da liberdade, é tão simples como maravilhosa. Onde confrontarmos a magnitude do feito com a singeleza dos meios que empregou, deixam-nos atónitos os termos de parcimónia em que Eça de Queirós se serviu da liberdade de uma língua nova que nos deslumbrava com a sua irradiação fulminante, tão pouco atreita à magreza da generalização que abrevia e é na vocalização o espelho da espessura sólida da abstracção, como opulenta de murmúrios, ininterrompidamente, que nas suas flexões nos transpõem as ondulações da vida. Porque para consumar as maravilhas da sua arte, Eça de Queirós não acrescentou consideràvelmente o vocabulário, — foi parco em neologismos; e não necessitou de alterar fundamente o jôgo da composição, que mais prima por mansamente corrente do que surpreende por acidentadamente estranha.

Nem em acrescentamento de volume nem em singularidades de disposição empenhou a nova cultura da língua; os seus talentos e faculdades inventivas e criadoras guardou-os, quási exclusivamente, para uma maior latitude de exercício e aplicação do que criado estava, de longa data. De facto, não tentou alterações de substância; o génio inovava sòmente pela descoberta e revelação de afinidades e oposições ignoradas, pelo marejar de suspeitas de relações que anteriormente nem de longe e obscuramente se pressentiam e agora se patenteavam sem carecerem de outro intérprete que não fôsse um vocabulário e uma gramática comuns. Não havia antes de Eça de Queirós um cão «natural», ou garfos com feitios «astuciosos»; e o chapéu quaresmal de M.me d'Oriol, e o insondável «atolado atraso de Guiães» perdiam-se ainda no cáos do não-ser. O classicismo, habituado a imobilizar as palavras no dicionário, com sua significação e referências definidas e invioláveis, ali cravadas tal qual o entomologista crava na tábua com alfinetes as borboletas trespassadas, hirtas as àsas que adejaram e não mais

se agitarão, o classicismo surpreendido pelos arrojos do iconoclasta tinha de revoltar-se. Riscaria por *pleonástica* a «naturalidade» do cão — todos os cães só por o serem se lhe apresentariam naturalíssimos; e rejeitaria por agravo da *propriedade*, senão pelo despropósito do absurdo, a «astúcia» dos garfos e o «respeito» do chapéu de M.me d'Oriol, visto que sem êrro e mau gôsto, quando blasfêmia não seja, não nos autorizava a atribuir qualidades morais às coisas, embora coisas e homens igualmente de Deus venham. Porventura repassado da aversão da gente fidalga a bastardias, o classicismo não poderia consentí-las na linguagem, e ordenaria, sem excepção possível, que não confundíssemos, nem por palavras, os filhos de Deus e a sua alma com as criaturas de Deus e os seus instintos. Nós é que, menos opostos à tolerância da paternidade ilegítima, ou mais scépticos, viemos a animar com o alento do mesmo Deus os homens e as coisas, irmanando-os por nascimento e intenções e acções. Por isso tivemos de lhes dar voz na linguagem moral e abrir-lhes casa nova no rol dos qualificativos.

As conseqüências éticas e estéticas desta nova atitude são incalculávéis; o que no mundo sentimos e lá habita multiplicou-se para nós em uma latitude infinita, e a-par dilatou a alegria de o contemplar. Se agora podemos conceber o atraso de Guiães em estado «insondável», será porque prèviamente Eça de Queirós o descobriu precipitado no atoleiro. De forma que a mesma intuïção do valor da interminável superficialidade das coisas que obrigou a nossa língua a uma agilidade verdadeiramente alada, essa mesma por suaves filtros se nos vai instilando no sangue, simultâneamente prolongando e variando o espectáculo das superficialidades, instruindo nas profundezas que as superficialidades significam e exaltando as delícias de revelação das belezas da vida.

Daqui imediatamente poderá inferir-se que há Queirós e não poderá haver uma língua queirosina, embora Eça de Queirós houvesse sido um educador assombroso. O que por seu engenho renasceu, não foi uma língua; da que achou criada se serviu, demonstrando-lhe a abundância de bens e as aptidões, e só com moderação a retocando, sem que em passagem alguma os retoques avultem; muito provàvelmente, por descuidada inclinação ou por aviso reflectido, sempre teria tido em lembrança que a mais apurada e delicada arti-

ficialidade jàmais supre em rendimento de beleza os mananciais da natureza intacta. O que por vezes daria a essa língua o aspecto de novidade e nos convenceria de que nova era, seria a celeridade com que foi movida e o desembaraço com que andou remexida, celeridade e desembaraço muito privilegiada e caracterìsticamente próprios de quem a moveu, sinais e instrumentos privativos de sua fôrça, dons divinos que não se herdam nem transmitem, não se ensinam. Surgem onde Deus os manda; não assistem onde a vontade os invoca, ou a vaidade os apetece ou a cogitação os procura, e fàcilmente se transmudam em caricatura onde a imitação sonhou repetí-los. Sendo a liberdade do uso a sua essência, essa mesma liberdade será a exclusão de tôda a escolástica, à qual o quisesse amarrar uma errada aspiração de beleza domesticada, de estufa, sem raízes na inspiração e na espontaneidade. Essa renovação da língua deriva de certo estado psicológico prévio que lhe governa o uso, e não é a alfaia e o estudado ensino do seu manejo que poderá determinar a condição anímica. Ruskin pretendia que onde se tentasse formar uma escola destinada a instruir nos seus preceitos, aí se negariam êsses mesmos preceitos. Outro tanto sucederia onde se abrisse a escola queirosina; aí se atraiçoaria a fé e a arte de Eça de Queirós. Pelo exemplo e êxito autorizou liberdades nunca vistas; mas apertar em regras essas liberdades, encadear-lhes em sistema os casos inumeráveis, o mesmo seria que destituí-las de tôda a sua energia vital. O uso dessa língua renascida das apagadas cinzas clássicas ficará atributo de inspiração e responsabilidade individual; a sua glória ou a sua desgraça dependerá da visão de cada qual, particularmente da extensão do horizonte de superficialidades que a sensibilidade de cada um abranger. Não há mecânica que a fabrique; ou vem dos céus ou não se alcança. É concebida por gestação natural; e a gestação não se humilha à férula.

Uma criança, esforçando-se em vão por tirar uma nódoa da roupa, exclamava: — « Não sai, não sai! É uma nódoa *absoluta* ».

Então, falou a língua queirosina; e logo, por um único exemplo, lhe demonstrou a impossibilidade de *ser ensinada*.

JAIME DE MAGALHÃES LIMA.

# VIDA E MORTE DE TEÓFILO BRAGA

REFERINDO-SE à morte do dr. Teófilo Braga, disseram alguns jornais de Lisboa que era cedo ainda para assentar juízo definitivo sôbre essa alta figura política e literária. Outros periódicos, aliás dos mais nacionalistas, protestaram contra a resolução governativa que mandou guardar no Panteão Nacional os despojos mortais do grande sábio e patriota. A meu ver, nem a uns nem a outros assiste razão plena.

É cristalina a personalidade de Teófilo Braga, que nada tem de misterioso, nem de incompreensível; e se os espíritos religiosos se sentem melindrados por se dar sepultura num templo católico ao filósofo positivista, ateu e anti-clerical, a culpa da ofensa, que é grave, não pertence ao govêrno português de hoje, mas aos que noutro tempo fizeram de Santa Maria de Belém cemitério cívico de grandes glórias nacionais. Ali repousa Junqueiro; Teófilo Braga não fica muito mal ao lado dêste. Se o sentimento religioso se ofende com o acto, o sentimento patriótico seria ofendido pela omissão; e o conflito só pode sanar-se, restituindo a igreja dos Jerónimos ao fim exclusivo para que foi construída, e edificando fora dela o panteão dos grandes Portugueses.

Santa Maria de Belém, em Lisboa, à beira do Tejo, é o mais famoso dos edifícios de «estilo manoelino», forma de arte singular, característica e nacional. Marcelo Dieulafoy, do Instituto de França, considera-o como hipertrofia do gótico e do «mudéjar» e «plateresco», e atribui o seu aparecimento, nos princípios do século XVI, ao curso vertiginoso dos descobrimentos e navegações, à efervescência e riqueza que êstes desenvolveram em Portugal. Certo é que a igreja e o claustro de Belém, duas maravilhosas rendas de pedra, foram construídas, por ordem de el-rei D. Manuel I, junto da praia onde Vasco da Gama embarcou para ir descobrir o caminho marítimo da Índia; e entre os motivos decorativos dêsses dois edifícios abundam estilizações de cordagens e outros emblemas da vida e

arte naval, o que fêz ver a alguns críticos, no estilo manoelino, uma demonstração de reconhecimento para com os cavaleiros da Ordem de Cristo, que tanto colaboraram, com dinheiro e esfôrço, na epopeia das Navegações.

Assim intimamente ligada a igreja de Belém às nossas glórias marítimas, não admira que para lá houvessem sido trasladadas, no último quartel do século XIX, as ossadas de Vasco da Gama e de Camões. Atrás destas, por sucessiva e natural generalização de critério, outras veneráveis relíquias pátrias ali foram guardadas, com o andar dos tempos; e agora coube a vez aos despojos mortais de Teófilo Braga, historiador entusiástico da literatura, e sobretudo da poesia portuguesa. Não será difícil demonstrar que Teófilo Braga está com muito mais indiscutível direito no Panteão de Portugal, do que Zola, por exemplo, no de França. A perspectiva dos tempos já tem feito recuar bastante êste escritor ciclópico e fácil, quantitativo e pesado, para diminuir consideràvelmente o seu vulto literário: a França deve ter já descoberto a esta hora que não caberiam no sarcófago dos seus imortais todos os grandes escritores franceses que ali poderiam dormir o sono da glória com mais justiça do que o autor da *Naná*. Muito pelo contrário disto é única, na história das letras portuguesas, a figura de Teófilo Braga, e tôdas as suas sombras, que são muitas, compensa-as amplamente esta luminosa feição: gastou quási inteira a sua longa vida no entusiasmo de exaltar a excelência literária de Portugal; foi o tesoureiro combativo e sôfrego, infatigável e feroz, da maior riqueza moral que possuímos, da única riqueza que ainda não perdemos nem podemos perder, no nosso descalabro e desbarato, mas que, no nosso desleixo, quási ignorávamos que tínhamos. É êle, em magna parte, o pai do nosso nacionalismo actual, prelúdio e penhor de futuras redenções; e, tendo surgido entre a geração dos negadores, dos pessimistas, dos cosmopolitas, dos scépticos e dos irónicos, ingènuamente procurou e afirmativamente encontrou nos livros o grande Portugal que se perdera nos mares. O que o genial Garrett adivinhava em relâmpagos, com instintiva clarividência e bom-gôsto infalível, veio estudá-lo, verificá-lo e contraprová-lo Teófilo Braga, no lento e longo labor microscópico da rebusca, da erudição, da história e da crítica. Foi mau político, mau professor e, por vezes, até mau homem, tendo maltratado com ferina crueldade, nas suas polémicas, entre outros, o pobre Castilho cego e o venerado Antero de Quental.

Acusam-no de rancoroso, e êle deu razão aos que o acusam, parecendo não ter nunca podido tragar a superioridade de Herculano e envejando a Quental, até pouco antes de morrer, o ter o seu nome afixado na fachada do liceu de Ponta Delgada (Açores), a terra insulana onde ambos nasceram. Tudo isto é certo e lamentável, sendo-o também que haja graves falhas na sua própria excelência. Era sectário, além de azêdo, e levava o espírito de seita ao exagêro retrospectivo inconcebível de desdenhar e ignorar quási os velhos prosadores portugueses, porque eram em geral cronistas e panegeristas da monarquia execrada por Teófilo, ou padres e monges, servidores da religião que êle odiava. Assim se conjurou neste crítico o veneno da política obcecante com a falta de sentimento estético (um dos maiores defeitos que perturbaram o regular exercício da missão que se impôs) para lhe diminuirem ou daltonizarem juntos a visão crítica, impossibilitada por tal modo de ser justa, comunicativa, serena e completa. Fora do âmbito da sua estimação e do seu afecto ficaram, pois, as grandes riquezas da nossa prosa clássica; os raros prosadores portugueses de que tratou, em tantos livros que fêz, figuram nêles (diz o lusólogo inglês sr. Prestage) por terem também escrito versos; e assim contribuiu Teófilo Braga, com o seu desprêzo da produção magnífica dos cronistas, biógrafos, místicos, prègadores, novelistas, moralistas e viajantes lusitanos de Quatrocentos a Setecentos, para autorizar a atoarda, falsa e pouco educativa, de que somos *um povo de poetas*. O que nós somos, hoje pelo menos, é uma pobre nação cheia de sólidas virtudes positivas e práticas, mas que se deixa estragar por um falso escol de ignorantes, de preguiçosos e de cábulas, que, por não saberem nem poderem mais, postos a escrever se estendem em intragáveis sensaborias líricas de prosa ou verso; e encarrapitados na direcção escabujam sem remédio na incompetência administrativa e na asneira política.

«A Literatura portuguesa é essencialmente pessoal. Não se esqueça que só há em Portugal duas grandes cidades, e que ainda hoje em dia se dá como de cêrca de três quartos da população total o número dos iletrados, ficando apenas milhão e meio de indivíduos capazes de ler e escrever. Daqui resulta que esta literatura padece de falta de ar livre, o que tem permitido a florescência de estranhas

plantas de estufa, que uma crítica mais sã e impessoal não deixaria vingar. A conselhos críticos normativos e moderadores substitui-se o ataque pessoal, ou um vácuo em que a lírica de penugens variegadas, ou a pesada epopeia de chumbo, caem ambas com a mesma velocidade no mesmo esquecimento. Em Portugal é a crítica que tem de ser criticada: ninguém pode calcular até onde teria chegado, com a sua persistência e o seu talento, o sr. Teófilo Braga, se os primeiros trabalhos que publicou houvessem sido criticados como deviam.»

Assim diz o crítico inglês sr. Aubrey Bell, e as suas palavras convidam à meditação e à penitência. O personalismo da nossa literatura manifesta-se no próprio ilustre literato de que estamos tratando: no homem que misturou até na crítica literária do passado o seu proselitismo político, e excluía da sua história os padres, só por serem padres. Mas temos por duvidoso que a existência em Portugal de uma crítica literária suficiente pudesse ter corrigido em Teófilo Braga o principal dos seus defeitos: a incapacidade orgânica de escrever agradàvelmente. Foi grande pena e grande prejuízo, para a educação de Portugal desde 1870, que ao único grande escritor em parte, ao menos, construtivo da geração dos Naturalistas faltasse a virtude fecunda da expressão atraente e metódica. Eça de Queirós, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro eram lidos por tôda a gente com encanto, e assim espalharam largamente as suas demolições do presente e do passado nacional. Teófilo, em cuja montanha de livros jazia escondido, como oiro em mina, o único *sursum corda* animador e consolador, quási ninguém o lia, quási ninguém o conhecia, entre aqueles que mais ùtilmente poderiam lê-lo e conhecê-lo. Já muito tarde, quando a reacção do nacionalismo começava a vencer pela conversão crepuscular dos próprios demolidores naturalistas Martins, Ramalho e Queirós, e quando a disciplina scientífica e literária dos filólogos e historiógrafos, da mesma geração e da imediata, ensinou a um círculo mais largo de literatos o caminho da erudição e do estudo das riquezas intelectuais do nosso povo e do nosso passado — só então se foi procurar nos livros de Teófilo Braga, por detrás daquela afugentadora sebe de má prosa, de mal arrumada exposição e mal firme ensinamento, os bons frutos de entusiasmo, de fé e de amor pátrio ali guardados.

Nacionalista na história literária, Teófilo foi cosmopolita, demo-

lidor e revolucionário em política. Começou assim em rapaz, como os outros da sua ilustre geração, mas, ao contrário dêles, assim se manteve até velho. E morreu fiel aos princípios, renegando porém, e fustigando com chicotadas de sarcasmo, os homens em que a sua idea política encarnou, sem poupar os que haviam sido seus próprios colegas no govêrno provisório. Mau político, não compreendeu que o nosso povo, cìvicamente atrasado, não podia constituir nada parecido com uma democracia habitável. Os próprios factos não o converteram, e acabou deitando aos homens, pobres diabos, a culpa que pertence às ideologias, divindades fraudulentas. Aliás tenho para mim que Teófilo Braga persistiu no seu jacobinismo por azedume de sábio incompreendido. Abandonado pelos primeiros da sua própria geração, ilegível para as seguintes, a sós com o seu orgulho de trabalhador em plena multidão que não apreciava o seu trabalho, aceitou a popularidade e o aplauso oferecidos pelo bando que o incensava por facciosismo, orgulhando-se de contar entre os seus um grande sábio que nunca pudera nem podia entender. A vaidade ferida aceitou, na falta de melhor compensação, êste triste papel de manipanso adorado por pretos, e Teófilo conservou-se jacobino para ter ao menos essa prova exterior da sua própria existência.

Aparte esta e as outras pequenezes do seu carácter de homem, devemos afirmar e venerar a grandeza do seu exemplo cívico. Ensinou independência aos tíbios, trabalho aos ociosos, entusiasmo aos descrentes, desinterêsse aos sôfregos. Viveu dentro do seu sonho como Diógenes na pipa, sem nunca ter envejado o poder de Alexandre ou a riqueza de Creso. Pobríssimo, teve de trabalhar em Coimbra, aos dezoito anos, como operário tipógrafo, para poder estudar na Universidade. Doutorado em Direito, foi jornalista no Pôrto até obter, por concurso público, a cátedra de Literatura Portuguesa em Lisboa. E durante mais de meio século viveu a escrever dezenas e dezenas de livros que nenhum editor podia pagar-lhe, porque a maior parte dêles não tinham público que compensasse a despesa da impressão e do papel. Pouco antes de morrer, com mais de oitenta anos de idade, quási cego, trabalhava ainda, ditando a amigos conferências e discursos sôbre o quarto centenário do nascimento de Camões. Vivia sòzinho, no meio da pequenina fortuna de livros, de moedas de oiro e de notas do Banco de Portugal, que fôra juntando com as suas pobres economias de professor

público mal pago. E foi encontrado morto, meio vestido já, sôbre o leito de onde pouco antes se levantara para continuar a trabalhar...

Viúvo desde cêrca de dois lustros, teve dois filhos, um rapaz e uma menina, que há mais de trinta anos lhe morreram na flor da idade, vitimados pela tísica — e talvez também pela absorpção do pai no seu trabalho cívico. Ocorreram com intervalo de poucos dias as duas mortes, e o trágico sucesso foi pôsto em verso por Camilo Castelo Branco, num soneto que tem grandes belezas e para nós, Portugueses, ficou célebre.

Muitos dos assuntos versados por Teófilo Braga interessam à literatura castelhana, que êle conhecia largamente. O seu nome era citado e respeitado na Europa e na América, mas muito especialmente em Espanha, onde Menéndez y Pelayo e outros divergiram por vezes das suas opiniões, que não raro se baseavam em conjecturas de difícil ou impossível verificação. É enormíssima a mole de factos, de documentos e de conclusões que êste infatigável obreiro da história literária acumulou em mais de meio século de investigação e estudo assíduo. Mas a maior parte dêsse imenso material encontra-se resumido em cinco grossos volumes de recapitulação, elaborados e editados em épocas recentes: *Idade Média* (1901); *Renascença* (1914); *Os Seiscentistas* (1916); *Os Árcades* (1918). Foram todos publicados por Lelo & Irmão, Pôrto, e encontram-se nas bibliotecas de todo aquele que ama e estuda a literatura peninsular; mas não devem ler-se sem que se tenha em vista o exactíssimo *character sketch* que D. Carolina M. de Vasconcelos traçou de Teófilo no *Cancioneiro da Ajuda*, e que *LVSITANIA* transcreveu a pág. 301 do seu segundo fascículo. Nessas poucas linhas, sim, que está condensado um magistral «estudo crítico». As que aqui ficam, pobres delas, não querem ser mais que um mal-alinhavado *memorandum*.

AGOSTINHO DE CAMPOS.

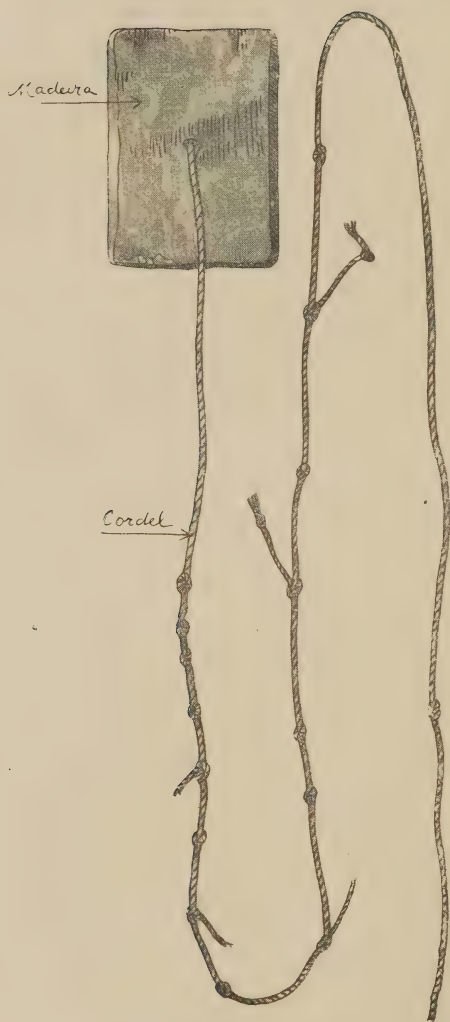



FIG. 1

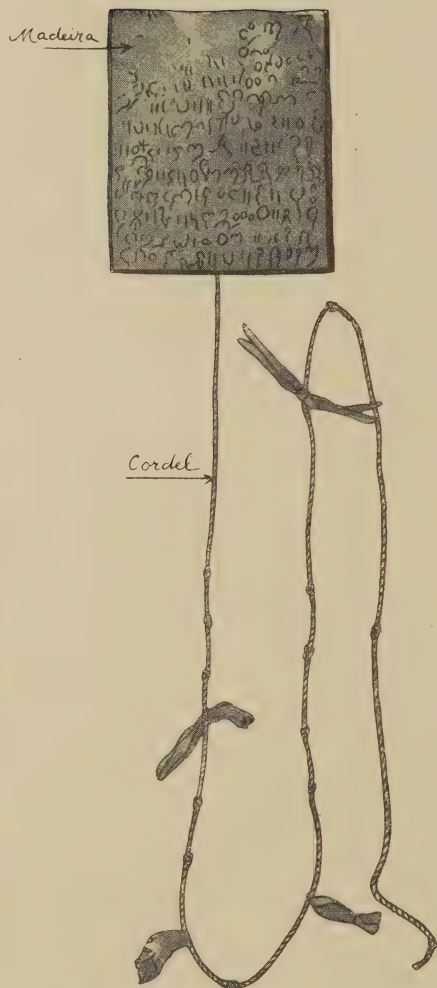



FIG. 2

*EXEMPLARES DE «KAMAL»*

Existentes no Museu Etnográfico de Hamburgo

# KAMAL, TÁBUAS DA ÍNDIA E TAVOLETAS NÁUTICAS

NARRANDO a estada em Melinde de Vasco da Gama, descreve João de Barros o contentamento com que êle recebeu o piloto que o rei da terra lhe deu para o levar à Índia, o qual logo manifestou provas do seu saber. Mostrando-lhe Vasco da Gama o grande astrolábio de pau e outros de metal com que tomava a altura do sol, não se espantou o Mouro disso, dizendo que alguns pilotos do mar Roxo usavam de instrumentos de latão de figura triangular e quadrantes com que tomavam a altura do sol e principalmente da estrêla de que mais se serviam para a navegação, mas que êle e os mareantes de Cambaia, e de tôda a Índia, navegavam por certas estrêlas, tanto do Norte como do Sul, e outras notáveis que cursavam pelo meio do céu, não tomando, porém, as suas distâncias por instrumentos semelhantes àqueles. E logo lhe trouxe o instrumento de que se servia, *que era de três tábuas.* A isto Barros apenas acrescenta: « E porque da figura e uso delas tratamos em a nossa Geografia, em o Capítulo dos instrumentos da navegação, baste aqui saber que servem a êles naquela operação, que ora acérca de nós serve o instrumento, a que os mareantes chamam balhestilha, de que tambem no Capitulo que dissemos se dará razão dele e dos seus inventores » *(Década* I, Liv. IV, Cap. VI).

Como a Geografia de João de Barros se perdeu, ficamos apenas sabendo que o instrumento do piloto Mouro era de três tábuas e que o seu uso era semelhante ao da balestilha.

Na armada de Cabral levavam os portugueses as « tábuas da Índia » com que mediam a altura das estrêlas em polegadas, como resulta do passo da carta de Mestre João a D. Manuel: « E quasi outro tanto digo das táboas da India que se não podem tomar [alturas das estrêlas] com elas senão com muitissimo trabalho

que, se Vossa Alteza soubesse como desconcertavam uns dos outros nas polegadas, riria disto mais que do astrolábio ».

Como eram as tábuas usadas pelo piloto que conduziu Vasco da Gama de Melinde a Calicut, e as que os portugueses levavam na viagem de Cabral, têm vários investigadores estrangeiros tratado de averiguar. Lendo um excelente artigo de A. Schück, capitão de navios das carreiras de Hamburgo e escritor de assuntos náuticos, a respeito da balestilha (Der Jakobsstab), no anuário (Jahresbericht) da Sociedade de Geografia de Munich para 1894 e 1895, ficamos sabendo da existência, no Museu etnográfico (Museum für Völkerkunde) de Hamburgo, de dois exemplares do velho instrumento, chamado *kamal*, usado pelos pilotos do Oceano Índico, que o autor do artigo cita a propósito do trecho de João de Barros, acima mencionado. No mês de Setembro passado tivemos o prazer de conhecer pessoalmente o ilustre professor de Filologia românica da Universidade de Hamburgo e Director do Instituto Ibero-americano, Sr. Dr. Bernhard Schädel, na sua visita a Portugal. Á sua amável intervenção devemos dois belos desenhos, reproduzidos em estampa separada (figs. 1 e 2), que então lhe pedimos e nos foram logo enviados de Hamburgo, os quais dão idea clara dos exemplares do *kamal*, conservados no Museu hamburguês. Também à sua amabilidade devemos cópias dactilografadas de artigos de revistas que em Portugal não encontramos, relativos ao mesmo assunto, o que tudo muito lhe agradecemos.

Como João de Barros se refere à balestilha, comecemos por lembrar sucintamente o seu uso e princípio fundamental. A balestilha é formada de duas peças: o *virote*, vara de madeira de secção quadrada, com 3 a 4 palmos de comprimento, e a *soalha*, vara menor, com um buraco ou agulheiro quadrado no meio, pelo qual se enfia no virote sôbre que corre perpendicularmente (fig. 3). Para observar a altura de um astro sôbre o horizonte, dirige-se o virote, de que um dos extremos se põe junto do ôlho do observador, na direcção aproximada de metade da altura a tomar. Vai-se fazendo deslizar a soalha sôbre o virote até que, pela extremidade inferior dela, se enfie o horizonte H, e pela extremidade superior se enfie o astro E. O traço da graduação do virote, em que ficar a soalha, marcará o ângulo assim observado. A balestilha acabou por ter quatro soalhas, a que correspondiam graduações diferentes nas quatro faces do virote.

As figs. 1 e 2 mostram que o *kamal* é um pequeno rectângulo de madeira com um orifício no centro, pelo qual passa um cordel em que estão dados vários nós. Para tomar a altura de uma estrêla por êste instrumento, segura-se a tabuinha com uma das mãos

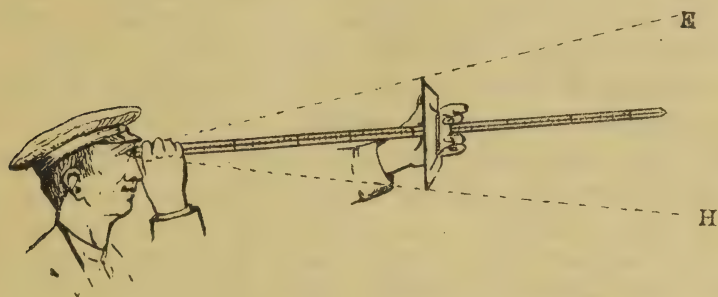



Fig. 3. Balestilha

e o cordel na outra. A tabuinha pode colocar-se com o lado menor, ou o maior, vertical, conforme a grandeza do ângulo a medir, e aproxima-se ou afasta-se do ôlho do observador até que o horizonte H se veja pelo lado inferior, e a estrêla E pelo lado superior,

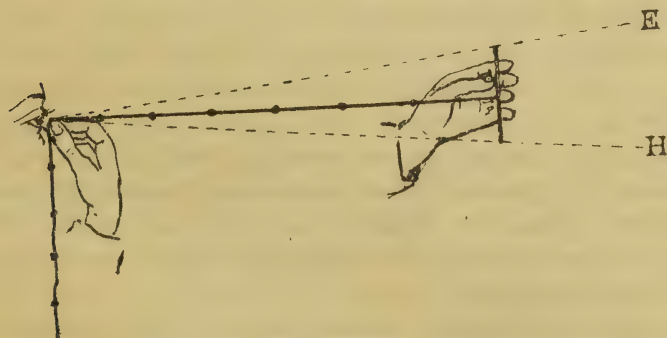



Fig. 4. Kamal

do rectângulo de madeira (fig. 4). Os nós do cordel irão passando na outra mão que conservará o cordel retesado. A grandeza do ângulo observado dependerá do nó que ficar seguro nesta mão. Assim, o kamal é uma balestilha em que o virote é substituido pelo cordel, e os traços de graduação do virote pelos nós. A tabuinha serve de soalha e fornece até duas soalhas, conforme o lado que se

poser ao alto. O kamal é pois uma espécie de balestilha, menos rigorosa, mas de mais cómodo transporte.

O exemplar reproduzido na fig. 1, trazido em 1892 para o Museu hamburguês pelo capitão Doher, da Linha de Vapores de Hamburgo a Calcutá, pertencia a um mestre de navio, indu, que navegava na costa de Coromandel, e é descrito por A. Schück na revista *Das Ausland*, 1892, num comunicado com o título: «Um velho instrumento árabe e indu para determinação da altura de certos lugares». A placa de madeira tem $6^{cm},65 \times 4^{cm},8$, com espessura de 4 milímetros. No cordão estão dados 16 nós, que correspondem à altura do polo em 16 portos situados desde a ponta de Cale, na ilha de Ceilão, e pela costa de Coromandel acima até às bôcas do Ganges. Com o lado menor do rectângulo de madeira pôsto ao alto medem-se 6 alturas da Polar (entre $22^{0}$ e $16^{0}$) correspondentes a 6 daqueles portos, e com o lado maior, pôsto verticalmente, medem-se as 10 alturas (entre $6^{0}$ e $15^{0}$) correspondentes aos outros 10 portos. Quando na navegação se observava a altura do pôrto procurado, tomava-se o rumo de oeste. Nalguns dos nós estão ainda pequenos laços de cordel que marcam naturalmente os principais portos freqüentados.

O exemplar reproduzido na fig. 2 é semelhante. A tábua contém uma lista de lugares da Índia do sul, em escritura tamil.

James Prinsep, que foi secretário da *Asiatic Society* de Calcutá, obteve, em 1835, oferecido por um marinheiro das ilhas Maldivas, um kamal que consistia numa placa córnea, de 5 centímetros por dois e meio, com um orifício no centro por onde passava um cordel com 9 nós. Servindo-se dêste instrumento, media êle alturas da Polar, desde o meio das Maldivas ou ponta sul da ilha Ceilão até Calcutá. Prinsep diz que há exemplos de kamal com dois cordões, enfiados na mesma placa.

Com estas informações, compreende-se bem o trecho de uma carta do missionário jesuita P.e Papin, escrita de Bengala em Dezembro de 1709 ao P.e La Gobien, com observações sôbre as «Artes mecânicas e Física dos Indianos», publicada, em tradução inglesa, nas *Philosophical Transactions* (Royal Society of London), vol. XXVIII, 1713, pág. 227: «Os pilotos tomam a altura ou latitude dos lugares com um cordel em que estão dados vários nós. Põem um extremo do cordel entre os dentes e por meio de uma peça de madeira fixa nêle, a qual tem um buraco no meio, fàcilmente

observam a [ altura da ] cauda da Ursa menor, que commumente se chama estrêla polar ou polo norte. » Trata-se da descrição do modo como os pilotos do golfo de Bengala usavam o kamal para medir a altura da Polar. A placa de madeira, segura na mão, era colocada ao alto diante dos olhos e afastada até se ver o horizonte por baixo, e a Polar por cima, da tábua. O cordel ficava distendido entre a tábua e os dentes, que prendiam um dos nós, o correspondente ao ângulo medido. O resto dos nós, até ao cabo do cordel, pendia abaixo dos dentes. Assim, quanto maior fôsse o ângulo, mais se aproximava a placa de madeira, menor seria a porção de cordel entre ela e os dentes do observador, e maior a parte do cordão que sobrava, caída para baixo.

A nota do missionário jesuita deu-nos a explicação de um trecho do *Livro de Marinharia*, intitulado *Das tavoletas*, que antes nos parecia enigma indecifrável, mas que, agora compreendido, consideramos como documento comprovativo do uso do kamal pelos navegadores portugueses do século XVI com o nome de *tavoleta*, de que havia dois tipos: a tavoleta grande, e a pequena. O *Livro de Marinharia*, coordenado por Brito Rebêlo, Lisboa, 1903, é, como se sabe, reprodução de um códice do meado do século XVI, pertencente à livraria dos Duques de Palmela. Lê-se na pág. 37:

### *DAS TAVOLETAS*

« It. Deves saber que quando quer que tomares altura da estrêla pela *tavoleta pequena* tereis aviso que ao fazer da conta heis de meter cinco e com êles, e com os nós que estiverem dos dentes para baixo, tirando ou metendo os que a estrêla está abaixo.

« It. Tomando pela *tavoleta grande*, tereis aviso que na conta heis de meter — 15 — e com êles, e com os da estrêla que hei de tirar ou meter, farei a conta, dos dentes para baixo, e tantos quantos achar, tantos estarei da equinocial para a parte donde estiver. »

A tavoleta pequena era um kamal que servia para ângulos desde 5 a 14 graus. A tábua, de pequena altura, era atravessada no centro por um cordão que devia ter 10 nós. Quando, preso nos

dentes o último nó, o mais afastado da placa de madeira, e retesado o cordão com o braço estendido, se via a estrêla por cima, e o horizonte por baixo, da tábua, o ângulo era de 5 graus. Se o ângulo era maior, segurava-se o penúltimo nó entre os dentes, pen-

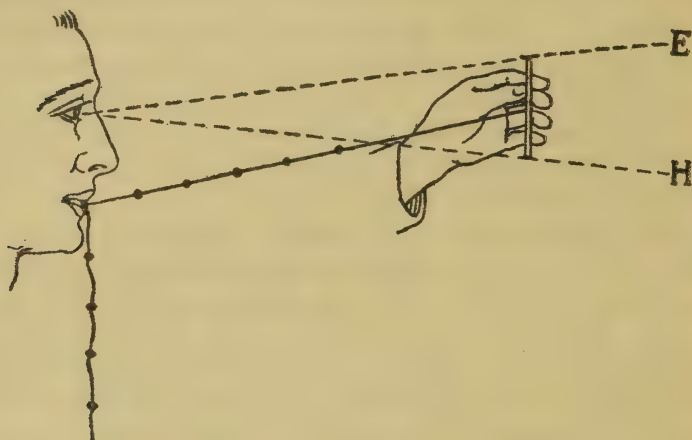



Fig. 5. Observação com a tavoleta

dia um nó abaixo dêles, e o ângulo era de 6 graus (5 + 1), e assim sucessivamente. Vê-se que, tendo preso nos dentes o nó correspondente ao ângulo a medir, se contava o número de nós caídos para baixo dêles, e êste número, junto a 5, dava os graus de altura da estrêla. Se o astro estivesse no polo, a sua altura seria a do polo e portanto a latitude do lugar. Medida a altura da estrêla, tem ela de combinar-se com a sua distância polar, para se ter a latitude.

A tavoleta *grande* era de maiores dimensões e tal que, preso entre os dentes o último nó, o da ponta do cordel, o ângulo medido era de 15 graus. Para ângulos maiores, prendia-se nos dentes outro nó, e o número dos que pendiam abaixo dos dentes, junto a 15, dava os graus de altura. Desta altura, combinada com os graus de distância polar da estrêla resultava a latitude, boreal ou austral, conforme a situação do observador ao norte ou ao sul do equador (equinocial).

Tal é a interpretação dos dois *Itens* do *Livro de Marinharia* que mostram o uso do kamal pelos nossos navegadores do sé-

culo XVI, com o nome de « tavoleta pequena » para ângulos de 5 a 14 graus, e de « tavoleta grande » para os de 15 e mais graus.

O mesmo instrumento se encontra descrito no *Mohit*, tratado de náutica e roteiro do Oceano Índico, obra hoje bastante citada, escrita em 1554 por Sidi Ali bin Hussein, almirante do Egipto do imperador Soleimão I, que reinou de 1519 a 1566. Êste é o capitão Alecheluby de quem fala Diogo do Couto na *Década* VI, Liv. X, Cap. XX, que foi encarregado pelo Turco de levar para Suez as 15 galés refugiadas em Bassorá, o que tentou fazer em Agosto de 1554. Mas junto de Mascate os portugueses tomaram-lhe 6 galés, e seguindo êle o caminho da Índia, perdeu ainda duas, uma em Damão e outra em Danu, acabando por se refugiar em Surrate, no golfo de Cambaia, com as 7 restantes, em Setembro. Vencido, foi então que acabou de compilar em língua turca, na cidade de Ahmedabad, para onde se retirou neste final do ano de 1554, o seu *Mohit*, para o qual declara ter aproveitado tratados náuticos de autores árabes, *antigos e modernos*, cujos nomes cita, mencionando entre os últimos Ahmad Ibn Majid. Êste Ibn Majid, autor de vários livros de navegação nos mares orientais e de astronomia marítima, em prosa e verso, conservados na Biblioteca Nacional de Paris, era, segundo Gabriel Ferrand, o próprio piloto que conduziu a esquadra de Vasco da Gama, desde Melinde a Calicut. Um exemplar do *Mohit* foi visto em 1825 no Museu Borbónico de Nápoles pelo professor de línguas orientais na universidade de Viena, Joseph von Hammer, barão Purgstall, que alguns anos depois adquiriu em Constantinopla uma cópia da mesma obra, terminada em 1558. Extractos do importante manuscrito, por êle traduzidos para inglês, foram publicados no *Journal of the Asiatic Society*, Calcutá, 1834-1837, com valiosos comentários do Secretário da Sociedade, James Prinsep. Quando se celebrou o quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo da Índia, a Sociedade de Geografia de Viena de Austria publicou os capítulos topográficos do *Mohit*, traduzidos por M. Bittner, com introdução e mapas de W. Tomaschek, *Die topographischen Capitel des indischen Seespiegels Mohit*, Wien, 1897.

Sidi Ali, que escrevia em 1554, ocupando-se dos instrumentos náuticos para observação dos astros, descreve a balestilha, não apenas com a forma simples da nossa fig. 3, mas também com a disposição, depois adoptada, para se poder tomar a altura solar, de

costas voltadas ao sol, pela sombra produzida por uma haste sôbre o virote. Mas o que mais nos interessa agora é o instrumento que êle diz ter sido o primeiro usado *pelos antigos* e que é a forma primitiva do kamal. Consistia em 9 tábuas, tôdas enfiadas pelo seu orifício central num mesmo cordão, mas êste sem nós. As 9 tábuas tinham alturas diferentes desde 4 *isbas*, 5, 6, etc., até 12 *isbas*. A *isba*, que se pode traduzir por *dedo* ou *polegada*, era unidade de medida de comprimento, mas também se usava na medição de ângulos, equivalendo uma isba a um grau e $^{5}/_{7}$ de grau, portanto a $1^{\circ}43'$ (esta equivalência não é mantida em todo o *Mohit*, mas não entramos aqui em pormenores). O processo de observação de uma estrêla era o seguinte. Estendia-se para a frente um braço com as tábuas na mão, retesando-se o cordel, seguro pelo extremo na outra mão ou entre os dentes, e escolhia-se a tábua que, pela sua altura, permitia ver-se o horizonte por baixo, e o astro por cima dela. Assim se mediam ângulos desde 4 a 12 isbas. Interrogado um marinheiro indu por J. Prinsep sôbre esta espécie de unidade, respondeu êle por um simples gesto, estendendo um braço para diante, com a mão atravessada e os dedos colocados horizontalmente. Com efeito as alturas dos astros começaram a observar-se com êste instrumento natural, braço e dedos, e a ser por isso expressas em dedos ou polegadas. O cordão do velho instrumento, descrito no *Mohit*, veio substituir o braço, e as tábuas com suas dimensões fixas obviaram ao inconveniente da mão, de tamanho variável de observador para observador.

Preferiu-se depois, em vez das 9 tábuas enfiadas num mesmo cordão, usar uma tábua única com um comprimento duplo da sua largura, enfiando-lhe pelo centro um cordel com 7 nós, cujas distâncias o *Mohit* ensina a determinar. O observador, prendendo nos dentes o nó mais próximo da tábua, e colocando esta com o seu comprimento ao alto, media um ângulo de 12 *isbas* ou polegadas. Com o segundo nó media-se uma unidade a menos e assim sucessivamente, com cada nó a mais de afastamento, até ao sétimo e último, em que o ângulo atingia 6 isbas. Colocando a largura da tábua ao alto, o ângulo observado desde o primeiro nó era de 6 isbas, diminuindo meia isba com cada nó a mais de afastamento, até que no último se tinha o menor ângulo mensurável, com três apenas destas unidades. Usando pois êste kamal, cuja tábua tinha o comprimento duplo da largura e o cordel sete nós devidamente

colocados ao longo dêle, podiam medir-se alturas desde 3 a 12 de tais polegadas. Pelo fim do século XV, a Polar distava 2 isbas do polo e pela observação das suas alturas meridianas podiam determinar-se bem, com êste kamal, latitudes desde 14 a 5 isbas, isto é, entre 24 graus e 8 graus e $^4/_7$. Assim com êle se podia navegar, pela estrêla do norte, entre Mascate ou as bôcas do Indo e o Canal do nono grau (Maldivas), ou entre Calcutá e as ilhas Nicobar.

Não queremos alongar esta exposição. O que fica dito é suficiente para se fazer idea do instrumento usado pelo piloto mouro da esquadra de Vasco da Gama entre Melinde e Calicut. Era um jôgo de três tábuas com seu cordão. As tábuas da Índia com que se observavam as estrêlas na armada de Cabral eram graduadas em isbas ou polegadas, sabendo os marinheiros portugueses a equivalência de polegadas e graus. Estas tábuas ficaram em uso entre os nossos navegadores com o nome de *tavoletas*, mas os nós eram já situados no cordel de modo a darem imediatamente a medição em graus, havendo dois tipos: a tavoleta *pequena* para ângulos de 5 a 14 graus, e a *grande* para alturas maiores. Se êste instrumento sobreviveu séculos, sendo ainda utilizado nos mares da Índia em fins do século passado, é porque os homens da prática menos instruídos preferem sempre êstes meios simples, cujos defeitos sabem compensar pela habilidade e agudeza das suas observações.

Concluindo, aos instrumentos de altura já conhecidos como do uso dos descobridores portugueses, quadrante, astrolábio e balestilha, tem de acrescentar-se mais um: as tavoletas náuticas, de que nos conserva memória o *Livro de Marinharia*.

Coimbra, Fevereiro de 1924.

LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

# O POEMA DO CID

## VERSÃO E INTERPRETAÇÃO, EM PROSA, DA GESTA CASTELHANA DO SÉCULO XII « CANTAR DE MIO CID »

### *O DESTÊRRO DO CID*

*(CONTINUAÇÃO)*

### XI

CONFORME o determinado, partiu Minaya de madrugada e o Campeador ficou-se com a sua companha.

Escassa e má terra, sobeja de sequidão, era aquela.

Todos os dias espiavam ao Cid os mouros da fronteira e outras gentes estranhas, as quais se concertavam com o emir Fáriz, já curado das feridas.

Com os de Teca, os de Terrer e os de Calatayut, que é cidade mais rica, entra o Cid em ajustes; fazem tratado por carta, e vendem-lhes Alcocer por três mil marcos de prata.

Vendido Alcocer, pagou o Cid a seus vassalos.

Cavaleiros e peões, ei-los ricos todos; não acharieis entre êles um mesquinho.

« Quem serve a bom senhor, bom galardão alcança ».

Entanto, vendo que o Cid se dispunha a deixar o castelo, mouros e mouras começam a carpir-se:

— Cid, assim te vais? Nossas orações te acompanham. E agradecidos te ficamos!

O Cid de Bivar deixou Alcocer entre os prantos de mouros e mouras.

Alçado o pendão, encaminha-se o Campeador para o Salón.

Ao passar o rio, as aves deram-lhe bons agouros.

Contentes estão os de Terrer, mais ainda os de Calatayut, mas tristes os de Alcocer, aos quais o Cid fazia bem.

Caminha o Cid e vai pousar em Poyo, sôbre Monte Real. É

um lugar tão alto e tão formoso à vista que não teme assaltos de nenhuma parte.

Então tributou a Daroca, depois a Molina, mais adiante a Ternel, e em-fim pôs a mão em Celfa, a do Canal.

## XII

Haja o Cid Rui Dias a graça de Deus!

Chegado que foi a Castela, Álvaro Fáñez Minaya ofertou a el-rei os trinta cavalos.

Vendo-os, el-rei sorria de agradado:

— Assim Deus vos valha, Minaya: quem mos mandou?

— Foi o Cid Rui Dias, que em boa-hora cingiu espada! Depois que o desterrastes, ganhou Alcocer por ardil. Sabendo-o por mensagem, el-rei de Valência mandou cercá-lo e cortaram-lhe a água. O Cid saíu do castelo, lidou em campo, e venceu a dois emires em batalha. Sobeja é, senhor, sua riqueza. A vós, rei honrado, envia o Cid êste presente. Beija-vos os pés e as mãos, pedindo-vos mercê, assim Deus vos ajude.

— É cedo — tornou el-rei — para acolher ao cabo de tão pouco tempo a homem que perdeu a graça do seu senhor. Mas pois que de mouros era, a êste presente o aceito, e mais vos direi que me aprazem os grandes ganhos do Cid. E a vós, Minaya, perdôo e vos restituo honras e terras, podendo vós entrar e saír do reino a vosso talante. Mas, a respeito do Cid, não tenho mais que dizer-vos.

Continuou el-rei:

— Inda vos direi, Álvaro Fáñez, que não confiscarei os bens dos homens bons e valentes que queiram ir ajudar ao Cid, e dou-lhes licença que vão.

Álvaro Fáñez Minaya beijou as mãos a el-rei:

— Graças, graças, meu rei e senhor natural! Isto fazeis agora, e mais fareis ao depois. Deus nos aconselhará e a vós, senhor, também.

— Não falemos mais disto, Minaya. Ide por Castela a vosso grado e buscai ao Cid.

Entretanto quero dizer-vos do que em boa-hora cingiu espada e do Poyo onde foi pousar, o qual, em-quanto houver no mundo mouros e cristãos, será chamado o *Poyo do Cid*.

Estando ali, ia tomando terras.

Tributou a todo o vale do rio Martin; e quando isto se soube em Saragoça, descoroçoaram-se os mouros.

Manteve-se ali o Cid quinze semanas.

Quando o avisado chefe viu que Minaya tardava, fêz uma correria nocturna com tôdas as suas gentes, deixou o Poyo, passou além de Ternel e pousou no pinhal de Tévar, depois de saquear a terra e de lançar tributo a Saragoça.

Feito isto, eis que ao cabo de três semanas torna Minaya de Castela, acompanhado de duzentos cavaleiros de espadas cingidas e de mui numerosa peonagem.

Quando o Cid viu assomar Minaya, galopou ao seu encontro e foi abraçá-lo, beijando-o na bôca e nos olhos. Contou-lhe Minaya tudo que sucedera e o Campeador, sorrindo contente:

— Graças a Deus e às suas santas virtudes! Em-quanto viverdes, Minaya, tudo me há de correr bem!

Deus! como se alegra o exército com a vinda de Minaya, que lhes dá recados de irmãos e de primos, e das companheiras que haviam deixado!

Deus! como se alegra o da formosa barba ao saber que Álvaro Fáñez pagou a promessa das mil missas, e ao ouvir as novas de sua mulher e suas filhas!

Deus! como o Cid se sente bem pago e que alegre está:

— Deus vos dê muitos anos, Álvaro Fáñez! Valeis mais do que nós por tão bons mandados que nos trazeis!

## XIII

Não tardou o que em boa-hora nascera em escolher duzentos dos seus melhores cavaleiros e em fazer com êles uma correria nocturna. Deixa as terras negras de Alcañiz e saqueia os arredores. Ao terceiro dia voltou ao lugar donde partira.

Já a notícia corre por essas terras tôdas, e pesa aos de Monçon e aos de Huesca, mas aos de Saragoça agrada, porque os tributos que pagam os livram de temor.

Com êstes ganhos se tornaram à sua pousada, todos alegres, o que muito apraz ao Cid e a Álvaro Fáñez.

O avisado capitão não se pôde ter que não dissesse, sorrindo:

— Cavaleiros, em verdade vos digo que a quem não muda de

poiso, virá a mingüar o que é seu. Cavalguemos de manhãzinha, deixemos êstes lugares, e àvante!

Então foi acampar no pôrto de Alucat, donde se alargou até Huesca e a Monte Alvan numa correria que durou dez dias.

A tôdas as partes iam chegando mandados e diziam que o desterrado de Castela a todos andava fazendo mal.

Chegou uma vez tal notícia ao conde de Barcelona, que a ouviu com grande pesar e todo se afrontou de o Cid lhe correr as terras que êle protegia.

Era o conde mui fanfarrão, e como vaidoso disse:

— Graves danos me faz o Cid de Bivar. Já na minha côrte me fêz dano quando feriu a meu sobrinho e não reparou a falta. Agora corre as terras que eu protejo. Nunca o desafiei nem lhe retirei a amizade. Mas visto que êle me busca, eu o irei procurar!

Grandes são suas fôrças, que partem apressadas. Reünem-se-lhes muitas gentes mouras e cristãs; marcham três dias e duas noites em busca do bom Cid de Bivar, e no pinhal de Tévar o alcançam. Vêm tão esforçados que cuidam em colhê-lo às mãos. O Cid dom Rodrigo descia duma serra e chegava a um vale, trazendo as suas riquezas.

Quando o mensageiro do conde dom Remont falou e o Cid o ouviu, respondeu êste:

— Dizei da minha parte ao conde que não leve as cousas a mal. Nada trago do que é seu; deixe-me ir em paz.

Retorquiu-lhe o conde:

— Não há de isto ficar assim! Há de pagar-mas tôdas juntas, as que me fêz e está fazendo. Agora vai saber o desterrado a quem veio ofender!

Tornou-se o mensageiro e então entendeu o Cid que, a menos de dar batalha, não passaria dali.

— Eia, cavaleiros! Ponde a salvo o que é nosso, vesti de-pressa as armas, que o conde dom Remont quere dar-nos batalha. Traz grossas gentes mouras e cristãs; e a menos de pelejarmos, por nada nos deixará. Se nos adiantassemos, buscar-nos hiam. Seja pois aqui a batalha! Apertai as cilhas, vesti os ferros. Êles descem a encosta, e todos vestem calças e usam selas rasas com as cilhas largas. Nós montamos em selas galegas e usamos botas por cima das calças. Cem dos nossos devem vencer aquelas mesnadas. Antes que apeiem, apontemos-lhes as lanças. Por cada um que

enfiardes, ficarão vazias três selas. Verá Remont Verenguel a quem quis alcançar neste pinhal de Tévar para lhe tirar quanto ganhou!

Quando o Cid acabou de falar, todos são prestes, de armas vestidas e montados. Viram descer a encosta as fôrças dos francos, e quando estas haviam chegado ao rés da planície, o Cid, o que em boa-hora nascera, mandou atacar. De alma e coração, os do Cid atacam — e tão bem empregam as lanças, que a uns vão ferindo e a outros derribando.

Assim venceu a batalha o que nasceu em boa-hora, e assim honrou suas barbas.

Prendeu o conde dom Remont e ganhou a espada *Colada*, que valia mais de mil marcos.

## XIV

Preso o conde, levou-o o Cid para a sua tenda, mandou que o guardassem, e saíu logo. Iam chegando os seus, e alegra-se o Cid ao ver que trazem ganhos tão bons. Então preparam ao Cid fartos manjares, mas o conde dom Remont não fazia caso dêles.

Punham-lhos diante, porém o conde não lhes tocava e desdenhava de todos:

— Nem por quanto há em tôda a Espanha comerei um bocado sequer: antes perderei o corpo e deixarei a alma, pois que tais mal-calçados me venceram a mim!

Disse-lhe o Cid Rui Dias o que ides ouvir:

— Conde, comei dêste pão e bebei dêste vinho. Se isto fizerdes, sereis livre; se não, não tornareis a ver cristãos em dias de vossa vida.

— Comei vós, dom Rodrigo, e folgai! Por mim, quero morrer e nada comerei.

Até ao terceiro dia ninguém conseguiu que êle comesse; como todos se ocupam em repartir o despôjo, não podem fazer com que o conde engula um bocado.

Tornou a dizer-lhe o Cid:

— Comei, conde, comei alguma cousa, pois doutro modo não tornareis a ver cristãos; e se comerdes a meu rogo, a vós e a dois dos vossos fidalgos deixarei em liberdade e darei a mão.

Quando tal ouviu, o conde foi-se alegrando:

— Cid, se fizesseis o que me dizeis, teria eu visto a maior maravilha da minha vida!

— Pois comei, conde, e quando houverdes jantado, a vós e a dois dos vossos darei a mão. Mas sabei que de quanto haveis perdido e eu ganhei em campo, não vos darei sequer um dinheiro falso, pois que tudo me é necessário para êstes que andam passando misérias comigo. Assim vamos vivendo, tomando o vosso e o doutros, e levaremos esta vida em-quanto aprouver a Deus, como convém a quem padece da ira de el-rei e teve de deixar a sua terra.

Alegre está o conde e pede água às mãos, sendo logo servido. E, com os dois cavaleiros a quem o Cid havia dado a liberdade, o conde começa a comer, Deus! com que apetite!

A seu lado, diz o que nasceu em boa-hora:

— Conde, se não comerdes o bastante para me satisfazer, aqui ficaremos morando e nunca mais nos deixaremos...

Tornou-lhe o conde:

— Por gôsto e de vontade!

E, com-efeito, tanto êle como os seus dois cavaleiros comiam bem e de-pressa, do que o Cid se contentava, vendo que o conde tão bem empregava as mãos.

— Cid, se vos aprouver, poderemos ir-nos já. Mandai dar-nos cavalos. Sabei que desde que sou conde nunca jantei com tanto gôsto! E nunca esquecerei êste prazer.

Dão-lhes três palafréns ricamente selados e boas vestimentas de mantos e peles. Ao conde dom Remont, ladeado dos seus dois fidalgos, acompanha o Castelhano até fora da pousada:

— Conde, podeis partir à guisa de mui *franco*, e eu vos agradeço quanto nos deixais. Se um dia vos vier vontade de vos vingardes e me quiserdes buscar, enviai-me antes aviso: e então me deixareis do mais que trouxerdes ou levareis do que fôr meu.

— Folgai, Cid, que estais bem livre disso! Paguei-vos tributo por todo êste ano. E quanto a vir buscar-vos, não penso em tal.

Caminhava com pressa o conde, voltando para trás a cabeça, no temor de que o Cid se arrependesse.

Não o faria contudo o avisado capitão por quanto houvesse no mundo, pois jàmais em sua vida cometeu deslealdade.

Partido o conde, tornou o de Bivar às suas mesnadas e alegrou-se com elas dos maravilhosos ganhos havidos.

Tão ricos estão os seus que não sabem o que têm!

# O POEMA DO CID

## AS BODAS DAS FILHAS DO CID

### I

Povoou o Cid o pôrto de Alucat, deixou a Saragoça e a suas terras, deixou a Huesca e às terras de Monte Alvan. E começou a guerrear até ao mar salgado. Do Oriente sai o sol: a essas partes se vai. Ganha a Xérica, a Onda e a Almenar. E conquistadas tem tôdas as terras de Borriana.

Ajudou-o o Criador, o Senhor que está no céu.

Depois daquelas terras, tomou a de Murviedro. Continua o Cid a ver que Deus lhe vai valendo.

E dentro de Valência não é pouco o mêdo.

Decidiram, pois, os de Valência, após conselho que fizeram, virem cercar o Cid. Saíram de noite e ao amanhecer plantaram as tendas cêrca de Murviedro.

Vendo-os, o Cid exclamou:

— Louvado sejas tu, Pai espiritual! Em suas terras estamos e todo o mal lhes fazemos; bebemos do seu vinho e comemos do seu pão: se pois nos vêm cercar, com direito o fazem. A menos de peleja, isto não se decide. Enviemos mandados aos que devem ajudar-nos: uns, em Xérica; outros, em Alucat; êstes, em Onda, aquêles em Almenar; e acudam também os de Borriana. Pelejemos em lide campal, e eu me fio em Deus que havemos de vencer!

Ao terceiro dia acham-se juntos todos, e começou a falar o que em boa-hora nasceu:

— Ouvide, mesnadas, assim o Criador vos salve! Depois que nos partimos da limpa cristandade — e não o fizemos por gôsto, mas porque teve de ser, — as nossas cousas foram sempre por diante, graças a Deus. Agora nos cercam os de Valência: se quisermos demorar nestas terras, forçoso é escarmentá-los. Passe a noite, venha a manhã, e prestes sêde montados e armados, a-fim de irmos ver aquêle exército. Ali se saberá quem merece o sôldo entre os lançados em terra estranha!

Ouvide o que disse Álvaro Fánez Minaya:

— Campeador, façamos o que vos apraz. Dai-me a mim cem cavaleiros, mais não peço. Com os outros, atacai vós na frente. Não há dúvida que haveis de bravamente ferí-los. Com os meus

cem atacá-los hei doutra parte, e fio em Deus que o campo será nosso.

Aprouve ao Campeador quanto ouviu. Quando amanhece, armam-se, e cada um sabe o que lhe respeita. Com os alvores da manhã cai sôbre os mouros o Cid:

— Em nome de Deus e do apóstolo São Tiago: atacai-os, cavaleiros, de alma e coração! Que eu sou Rui Dias, o Cid de Bivar!

Estalam as cordas das tendas, as estacas arrancam-se, derrubam-se os postes.

Porém os mouros são muitos e parecem recobrar-se.

Acomete-os Álvaro Fáñez por outra parte e, ainda que lhes custe, já têm de recuar e muitos de fugir a unhas de cavalo. Matam a dois emires em-quanto os vão perseguindo, e acossam os mouros até Valência.

Recolhe mais belos ganhos o Cid e, saqueado o campo, entraram em Murviedro com o rico despôjo.

Em todo o lugar reina alegria. Conquistada está Puig com seus arredores.

Em Valência o mêdo é tanto que não sabem que fazer.

Sabei que a fama do Cid vai dando que falar!

E sua fama atravessa o mar, e cresce sempre. Contentes, o Cid e sua companha dão graças a Deus, que tanto os ajudára na guerra.

Montados em bons corredores, faziam sortidas de noite. Chegam a Gugera e a Xátiva e, mais abaixo, ao povo de Denia. Assolam as terras dos mouros até às praias do mar, e ganham a Penha Cadiella, com suas saídas e entradas.

Então em Valência já não escondem a dor!

## II

Em terra de mouros, conquistando e saqueando, dormindo de dia e velando as noites, tomando a uma vila e depois a outra, passou o Cid três anos.

Tão escarmentados estão os de Valência que não ousam saír nem se atrevem a buscá-lo.

Quando êle lhes talava os campos e lhes tirava ano após ano o pão, os de Valência queixavam-se, mas não sabiam

que fazer. De nenhuma parte o pão lhes vinha. Não podia o pai socorrer ao filho, nem consolar o amigo a seu amigo.

Que dura mágoa, senhores, é a míngua de pão, e ver morrer à fome mulheres e filhos! Assim vêem êles sua miséria e não lhe acham remédio.

Enviaram recado ao rei de Marrocos; mas êste, que havia brava guerra com o de Montes Claros, não lhes deu conselho nem ajuda.

Soube-o o Cid e o coração alegrou-se-lhe!

Saíu de Murviedro uma noite e amanheceu-lhe em terras de Monte Real. Mandou deitar pregões por Aragão e Navarra e enviou mensageiros a Castela, dizendo que quem quisesse deixar cuidados e chegar a ser rico, viesse ao Cid, amigo de batalhas, que queria ganhar a Valência para a dar a cristãos.

« Quem quiser vir comigo para cercar a Valência, — e venham todos de grado, nenhum por fôrça — eu o esperarei três dias no Canal de Celfa. »

Isto mandou pregoar o leal Campeador, e tornou-se a Murviedro, que já tinha por seu.

Correram por tôda a parte os pregões e, ao cheiro dos ganhos, sem tardança muitas gentes da boa cristandade acudiam.

Ao passo que tais novas correm, vai aumentando a companha e das mesnadas do Cid ninguém deserta. Cresce em riqueza o Cid de Bivar. E alegra-se de ver ali tanta soma de gente junta.

Não quis então dom Rodrigo esperar mais — e para Valência se adianta. Dá sôbre ela; cerca-a tão bem que lhe não deixa escape. Marca-lhe um prazo a ver se alguém a socorre. Por nove meses inteiros a teve cercada, e ao último mês tiveram de lha entregar.

Que alegria quando o Cid ganhou a Valência e entrou na cidade! Os que foram a pé já andam a-cavalo. Ao ouro e à prata, quem poderia contá-los? Estão todos ricos! O Cid tomou o quinto: trinta mil marcos em moeda, fora os haveres sem conta.

Quanto se alegra o Campeador com todos os seus quando vê plantada a sua insígnia no alto do alcáçar!

III

Descansava o Cid com a sua companha. Entrementes chegou ao rei de Sevilha a nova da tomada de Valência. E logo êle marchou para ali com trinta mil homens armados. Feriu-se a batalha ao fundo dum campo, e o Cid das longas barbas deixou-os destroçados. A peleja chegou até Xátiva; quando atravessaram o Xácar iam desbaratados, e aí tiveram de beber água ao lutarem contra a corrente.

Aquêle rei de Sevilha pôde escapar, com três golpes; o Cid recolheu mais êste despôjo, e mui proveitosa lhe foi esta vitória depois da outra, a maior, que lhe dera a cidade. Até aos ínfimos da companha couberam cem marcos de prata.

Já vedes como medrava o cavaleiro!

Assim reina a alegria entre todos êsses cristãos que estão com o Cid Rui Dias, o que nasceu em boa-hora. Entretanto crescera muito a êste a barba, que se alongava. Tinha êle dito um dia que, «por amor do rei Afonso, que me desterrou», não entraria tesoura nela, nem lhe cortaria um cabelo — e que mouros e cristãos dissessem o que quisessem.

AFFONSO LOPES VIEIRA

A continuar.

# BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS

## EXPOSIÇÕES, CONCERTOS E CONFERÊNCIAS

### *POLÍTICA, PEDAGOGIA E SOCIOLOGIA*

#### *PORTUGAL-BRASIL*

COM o título — *Relações luso-brasileiras; quimeras e realidades; comentários à margem do livro do dr. Bettencourt Rodrigues: «Uma Confederação Luso-Brasileira»* — publicou o eminente escritor Malheiro Dias, no 2.º n.º desta Revista, um extenso artigo que li e reli com o maior interêsse, e — escusado seria dizê-lo — com aquele mesmo prazer com que sempre leio a sua belíssima prosa, tão elegante e fluente. E devo também confessar que foi com a mais íntima satisfação que, terminada a leitura, eu fiquei na certeza de que entre mim e o meu ilustre comentador não existem afinal quaisquer fundamentais divergências.

O que há e, à primeira vista, poderá a alguns afigurar-se como um desencontro de opiniões é muito simplesmente o seguinte: é que, embora orientados por uma mesma idea e seguindo um mesmo rumo, nem sempre os nossos passos acertam nalgumas pequenas curvas da estrada, que junto percorremos. Mas não impede que, mais devagar ou mais depressa, acabe cada um de nós por chegar a idênticas conclusões, que, de resto, muito necessàriamente resultam de um certo número de factos, que de igual modo nos impressionaram, e sôbre cuja importância não me parece que haja entre nós o menor desacôrdo.

E, se não, vejamos:

Logo nos primeiros capítulos do meu livro procurei demonstrar que uma das principais conseqüências da última guerra é a actual tendência à formação de

grandes blocos e agrupamentos de nações, tendo êste moderno federalismo, na vida política internacional, o mesmo lato significado que, na vida social e económica, tem o actual sindicalismo. Sistemas de cooperação destinados à mútua defesa de interêsses e aspirações comuns, quer se trate de classes, quer se trate de nações. E lembrei o que, sôbre êste mesmo tema, já em tempos dissera Guglielmo Ferrero, e é « que a História nos ensina que semelhantes uniões podem existir sem lesarem a independência material e moral dos povos *confederados*, e sem os forçarem a renunciar às principais particularidades da sua vida social », o que, tratando-se de Portugal e Brasil, não devemos por forma alguma esquecer, assim evitando o equívoco dos que ainda consideram como sendo uma só e mesma coisa *federação* e *confederação*.

Mas vejamos o que sôbre a actual tendência ao agrupamento de nações nos diz Malheiro Dias. Muito textualmente o seguinte :

« Considero como provável sucessão das alianças precárias, que estão sucumbindo por efeito de antagonismos irreconciliáveis, a formação de poderosos agrupamentos de povos que procurarão acautelar os seus interêsses económicos e de defesa por convénios baseados mais no instinto de conservação que na rivalidade. »

E, já no comêço do seu artigo, e nesta mesma ordem de ideas, cita o ilustre escritor o que Lloyd George ( autoridade também por mim invocada ) recentemente escreveu no *London Daily Cronicle* sôbre a necessidade de um entendimento entre a Inglaterra e os Estados-Unidos, e « cujas palavras ( diz Malheiro Dias ) parecem a transposição para a língua inglesa de conceitos que alimentam a entusiástica propaganda do hispanismo », isto é, « que o mesmo pensamento de enfeixar numa aliança familiar as vinte e uma nações espanholas dos dois continentes alimenta a inflamada propaganda do hispanismo. »

E, insistindo sôbre esta tendência à formação de grandes blocos de nações, diz mais adiante o eminente escritor :

« Os Estados-Unidos atraïrão ou serão atraídos para êsse grupo de nações anglo-saxónias por avassaladores e recíprocos interêsses. Do mesmo modo a Espanha parece destinada a desempenhar um papel incorporador do grupo hispano-americano. »

E, partindo, como eu parti, de semelhantes premissas, chega, como eu cheguei, à seguinte conclusão :

« Chegaria então a vez de Portugal e Brasil selarem o acôrdo do qual resultasse a dilatação e consolidação da sua influência no mundo, com resguardo da soberania de ambos os consortes ».

É, em suma ( e quanto folgo em o poder dizer ), em pouquíssimas, mas bem

expressivas palavras, exactissimamente o mesmo que eu pretendi demonstrar, com a inevitável prolixidade de uma justificativa documentação, nas duzentas e cinqüenta e tantas páginas do meu livro.

Mas, se assim estamos de pleno acôrdo sôbre os principais dados do problema e até (o que mais importa) sôbre a solução final a quel êles muito lògicamente conduzem, ¿ quais são, em questões de detalhe, as dificuldades que o ilustre escritor supõe existirem para que a idea de uma *Confederação Luso-Brasileira* deixe de ser uma nebulosa e vaga concepção, ou simples devaneio de sonhadores òptimistas, para se objectivar numa fecunda realidade ?

¿ E porque é que Malheiro Dias, reconhecendo que « a Espanha deixara na América vivazes ressentimentos (são estas as suas próprias palavras) emquanto que no Brasil a insurreição (pela independência), por mais que queira inculcar-se, não passou de uma simples formalidade », nos dá todavia a entender ser bem mais fácil uma aliança da Espanha com as vinte diferentes repúblicas espanholas da América (e não só diferentes, mas ainda por vezes rivais) onde êsses ressentimentos perduram, do que a de Portugal com o Brasil que, sem grandes e sangrentos sobressaltos, foi gradativamente evoluindo de colónia a Reino-Unido (e, o que é mais, por alguns anos metrópole) e de reino unido a Império, que teve como soberano um príncipe português, assim « reafirmando o Brasil, na sua continuïdade dinástica, a sua continuïdade histórica », como já o disse, e muito bem, o ilustre escritor, num outro seu artigo, *O património histórico do Brasil ?*

«E' que o grande movimento político do pan-hispanismo (assim o explica) tem tido a seu serviço os símbolos tangíveis da tradição, e que, pelo facto da América espanhola considerar que o culto da sua progenitora, a *Mãe Pátria*, é um dever cívico, não devemos extrair a ilação de que a América Lusitana está preparada para cultivar uma política análoga.» O que equivale a dizer que é menos vivo e menos eficiente no Brasil, do que na América espanhola, o culto da tradição e o sentimento da raça [1]. E, como prévia justificação desta sua afirmativa, invoca Malheiro Dias, logo numa das primeiras páginas do seu artigo, a recente criação de uma cadeira de História da Espanha, na Universidade de Buenos Aires, e a *festa da raça*, anualmente celebrada, num mesmo dia, por todos ou quási todos os povos de língua espanhola. Não há dúvida. Mas se assim testemunha a Argentina (digamos a América espanhola) o seu amor à *Mãe Pátria*, não o revela menos o Brasil, onde ainda há poucos meses foi votada, no Congresso federal, por proposta de um ilustre deputado e eminente catedrático o dr. Austregesilo, a verba de 50 contos para a fundação, no Rio de Janeiro, de um centro de cultura luso-brasileira. ¿ E o *Instituto Varnhagen ?*

Fundado por um grupo de intelectuais brasileiros do mais notório mérito, como sejam, entre outros, Celso Vieira, Oliveira Viana, Gustavo Barroso, Ronald de Carvalho, Genserico de Vasconcelos, o eminente historiador Rocha Pombo, seu actual presidente, e Elísio de Carvalho que, no seu cargo de secretário geral, muito tem contribuido, com a sua bem orientada actividade e com o seu brilhante e culto espírito, para o crescente prestígio dêsse notável centro de cultura brasileira, o *Instituto Varnhagen* (não o ignora Malheiro Dias) tem, como um dos artigos do seu programa, o seguinte, que muito me apraz tornar conhecido dos leitores desta Revista:

«Promover por todos os meios ao seu alcance a *fraternidade política, moral, intelectual e económica* entre o Brasil e Portugal, necessária à grande expressão internacional e à defesa da raça, criando desde logo um curso público de história e de literatura portuguesa.» ¿E com que fundamento? Com o fundamento de que «sendo o Brasil uma sobrevivência do passado e da mesma raça, não se compreende possa êle viver divorciado de Portugal, quando tudo nos impele a estabelecer mais poderosos vínculos afectivos, económicos e intelectuais entre as duas Repúblicas, sendo sête o momento oportuno para tal realização.»

Quanto à *festa da raça* que Malheiro Dias nos aponta como significativa manifestação de um pan-hispanismo latente, eu direi que a idea que a essa *festa* preside tem o seu exacto equivalente na belíssima iniciativa de alguns ilustres brasileiros para que seja erguido em S. Paulo, e portanto não longe da colina histórica do Ypiranga, de onde, ha um século, D. Pedro I lançou aos quatro ventos do Brasil o famoso brado da Independência, um monumento que (dizem os brasileiros promotores da idea), « tomando por motivo o memorável feito dos dois gloriosos aviadores, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, ao mesmo tempo sintetise, no mármore ou no bronze, o espírito de tôda a raça lusitana, que é o que deve caracterizar os brasileiros como um povo entre os demais povos. » E acrescentam que « celebrar a raça lusitana é celebrar ao mesmo tempo, e com o mesmo espírito entusiástico, tanto os guerreiros a cujo esfôrço se deve a formação da heróica nação lusitana, ou os navegadores que levaram as quinas portuguesas aos mares e terras da África, da Asia e da América como os bandeirantes, seus descendentes, que prolongaram pelo interior do continente sul-americano o ímpeto arrojado dos que se aventuraram em as naus navegadoras. »

Todos êstes factos, não menos eloqüentes que os indicados por Malheiro Dias como servindo de fundamento à propaganda do hispanismo, são bem de natureza (creio) a demonstrarem que, se o amor da Mãe Patria e o

culto da Tradição são na América espanhola, com respeito à Espanha, fôrças agindo no sentido de uma estreita aproximação, não o são menos no Brasil com respeito a Portugal.

« O hispanismo ( diz Malheiro Dias ) foi fecundado por uma persistente e habilíssima obra de propaganda sentimental... emquanto que nós pouco temos feito para conservar a excepcionalíssima posição que tínhamos no Brasil. » E, todavia, é Malheiro Dias que, depois de nos ter dito que a « ufanosa juventude do Brasil se não deixa seduzir pelas gloriosas cinzas da nossa História », acaba afinal por se nos mostrar convencido de que « dentro de um século o Brasil poderá recensear setenta milhões de habitantes, população superior à da maioria das nações europeias ; e nessa raça heterogénea, unificada pela língua, pela legislação e pelo sentimento de Pátria, *nunca porém se dissolverão os vínculos históricos que, desde o sacramento do baptismo, testemunhado por heróis da epopeia marítima, o ligam indestrutivelmente a Portugal.* »

É verdade que logo em seguida se apressa em dizer que « êsses vínculos não bastam a justificar uma aliança de Portugal com o Brasil ». E certamente não bastam, e não serei eu quem o conteste. Mas o que de-veras sinto é que Malheiro Dias, contra o que eu supunha e desejava, nos venha depois dizer que « não pode animar nem conceder a sua adesão » a êsse meu projecto de uma aliança ou união das duas nações irmãs. E porquê ? Porque « êsse projecto depara no seu curso muitos antagonismos e outros tantos motivos de conflito passional ».

Mas será assim mesmo ? Será isso possível ?... Para o sabermos o que, primeiro que tudo, nos cumpre é indagar se, na verdade, êsses antagonismos existem, e no caso de existirem, se êles são de facto irredutíveis e de natureza a suscitarem quaisquer conflitos passionais. Passemos portanto a averiguar em que consistem e em que se originam êsses tais supostos antagonismos. Diz-nos Malheiro Dias que êles resultam do facto de « ser Portugal uma nação expansionista e o Brasil uma nação receptiva. Que os factores de grandeza do Brasil estão no mar ; a sua gigantesca tarefa a cumprir é dentro do seu próprio território. Que a nossa civilização precisa de navios para se expandir, emquanto que a civilização brasileira se espande por estradas de ferro».

Abstendo-me, neste momento, de enumerar os vários factores que inibitòriamente incidem sôbre êsse nosso *expansionismo*, ao qual, para lhe encurtarem o vôo, avassaladores imperialismos lhe vão indo aos poucos aparando as àsas, consinta Malheiro Dias que à sua afirmativa de que « a grandeza do Brasil não está no mar » eu contraponha a opinião, não

de um português, como eu, partidário de uma *Confederação,* mas de um ilustre brasileiro, Elísio de Carvalho, de especialíssima competência na matéria e que em três interessantíssimos livros — *Os bastiões da nacionalidade; Brasil, potência mundial;* e *Realidade brasileira* — muito brilhantemente tem afirmado o seu inteligente nacionalismo. Diz êsse ilustre brasileiro:

« *O nosso futuro económico e politico está intimamente associado ao domínio do mar,* mediante a posse dos meios de exercermos o nosso intercâmbio comercial livremente, conforme os nossos interêsses e necessidades. »

E, insistindo:

« O Brasil tem que ser uma nação marítima, ao mesmo passo que deve ser um país agrícola, porque o mar, qualquer que seja o aspecto em que o encararmos, *é uma condição vital da nossa grandeza económica e do nosso poder marítimo.* »

É o mesmo que muito concisamente, numa fórmula lapidar, enunciou, como principal artigo do seu programa, quando ministro da marinha, um dos mais prestigiosos oficiais da Armada brasileira, o almirante Alexandrino de Alencar: *rumo ao mar!*

E é também esta a opinião de um outro oficial da marinha brasileira, o comandante Vilar, que, sendo (note-se bem) um dos mais truculentos chefes nativistas, o que de-certo o não recomenda muito à nossa simpatia, mas que não é motivo para que lhe neguemos as qualidades de patriotismo e competência técnica, que os seus camaradas e compatriotas lhe reconhecem, e que o levaram a dizer num artigo publicado no panfleto nacionalista — *O Gil Blas* —, de 22 de Novembro de 1922, que nenhum país pode, melhor que o Brasil, exclamar: *o nosso futuro está no mar.*

Gaston Gaillard, autor de um interessante livro — *L'Amérique Latine et l'Europe Occidentale* — e que aos problemas económicos do Brasil tem dedicado uma especial atenção, diz exactamente a mesma coisa ao declarar que, *de todos os povos da América do Sul,* o mais interessado em possuir um poder marítimo e em adquirir uma influência transatlântica é, sem dúvida alguma, o Brasil. E o que os factos nos ensinam é que o Brasil já não é hoje, como pretende Malheiro Dias, uma nação simplesmente *receptiva.* A sua prosperidade económica e financeira estão e estarão sempre em relação directa com a sua expansão comercial. E, dada a situação geográfica do Brasil, quem diz expansão comercial, diz concomitante poder marítimo. E, como já o disse no meu livro, e agora repito para os que, não o tendo lido, leram, nesta Revista, o artigo de Malheiro Dias — « o Brasil, com a sua população em rápido aumento; com a sua crescente produção industrial e agrícola; com as suas quedas de água que representam um potencial de energia, como nenhuma

outra nação possui ; com as inexauriveis riquezas do seu solo [2] a que não tarda que se juntem as que as suas vias férreas de penetração hão de necessàriamente drenar de algumas nações vizinhas, é um país com tão certos e prodigiosos elementos de prosperidade material que se pode já prever que daqui a algumas dezenas de anos, êle esteja em condições de abastecer, com os seus variadíssimos produtos e matérias primas, todos os mercados do mundo. Mas, para lhes dar escoamento e levá-los a todos êsses mercados, não basta ao Brasil possuir alguns excelentes portos da sua extensíssima costa marítima, e, nestes, sob o pavilhão brasileiro, uma excelente frota mercante. Seriam como portas trancadas sobre o mar, desde que lhe não esteja garantido, para a sua expansão comercial, a mais plena liberdade de movimentos. »

Ora, para garantir o seu livre tráfico sôbre o mar precisa o Brasil exercer com Portugal de Angola um verdadeiro condomínio sôbre o Atlântico-Sul e ter, escalonadas ao longo das suas linhas de navegação, que, a meio caminho, *são as mesmas que as portuguesas*, excelentes bases navais e seguros pontos de apoio, como são Cabo-Verde, Açores e Madeira. *E êstes só Portugal e nenhuma outra nação lhos poderá fornecer.* De onde já se pode concluir que não só as órbitas de expansão das duas nações não são tão divergentes, como Malheiro Dias nos dá a supor, mas que os seus interêsses, bem longe de se contrariarem, ainda neste ponto perfeitamente se harmonizam e conjugam. É o que, no comêço do século XVIII, já dizia o clarividente diplomata português, D. Luís da Cunha — « que os interêsses do comércio fariam a união de Portugal e Brasil, ainda que separados por tão vastos mares. »

Mas outros factos prevê Malheiro Dias que poderão de futuro contribuir para que entre as duas nações novos antagonismos se manifestem. « É (diz) que à medida que fôr sendo possível, dada a exigüidade dos nossos recursos, transformar em outros menores Brasís as províncias de Angola e Moçambique, mais concorrentes do que associados nos tornaremos da grande nação que fundámos na América. »

Mas, meu Deus ! ¿ não é da mais clara evidência que só uma *Confederação* que abranja o Brasil, Portugal e colónias e que a estas, quando em condições de por si mesmas se dirigirem e administrarem, oportunamente outorgue, como a Estados comparticipantes, a sua desejada autonomia, conseguirá evitar que elas por completo se dissociem e desenraïzem da mãe-pátria, e venham por fim a constituir — como receia Malheiro Dias — outros menores Brasis ? Claríssimo ; porque já então, em vez de concorrentes e rivais, Brasil, Portugal e colónias acabariam por formar uma só e única frente, perante os mercados estrangeiros para defesa dos produtos similares dos seus diferentes territórios. O mesmo (uma aliança económica) que Veiga Simões já propusera [3] para a borracha e o

cacau, e que Freire de Andrade desejaria tornar extensivo a outros nossos produtos coloniais.

É lembrarmo-nos, como demonstra Gabriel Tarde, no seu livro — *L'Opposition universelle* — que, tanto no ponto de vista militar, como no ponto de vista económico, « é pela associação, pela federação que os contrários passam a ser complementares e os concorrentes colaboradores, coadaptados a um mesmo fim, como os vários elementos de uma mesma máquina. »

Mas há ainda um outro receio manifestado por Malheiro Dias e que eu procurarei dissipar. É quando o ilustre escritor alude ao «movimento de hostilidade que se depararia na hora presente à propaganda militante de uma *Confederação luso-brasileira*, numa nação juvenil que ainda há pouco mais de um ano festejou as bodas da sua independência. »

Mas não menos juvenis do que o Brasil, nem menos ciosas da sua independência são as Repúblicas espanholas da América, onde todavia vai alastrando (ao que nos diz Malheiro Dias, sem nos falar em hostilidades) « a inflamada propaganda do hispanismo » ¿ E será então no Brasil, onde não deixámos, como os deixou a Espanha na América espanhola, quaisquer « vivazes ressentimentos » e onde a insurreição pela independência não foi mais — como assim o entende o eminente escritor — do que uma simples formalidade, que essas hostilidades se hão de contra nós manifestar?

Não creio. E não o creio porque sendo inúmeros os artigos que, de há muito, venho publicando na imprensa brasileira, em defesa de uma união de Portugal e Brasil, nunca êsses artigos provocaram quaisquer reparos ou objecções que não fôssem em termos os mais cortezes e isentos de suspeita quanto aos meus sentimentos de lealdade e estima para com o Brasil. E quando — não há ainda dois anos e em plenas festas do centenário — realizei em S. Paulo, a convite da *Federação Académica Paulista*, uma conferência em que procurei mostrar como a *Confederação luso-brasileira* poderia ser o primeiro passo para a constituïção de um grande bloco luso-hispano-americano [1], depois de outras conferências sôbre o mesmo tema pelos ilustres brasileiros drs. Alberto Seabra, Spencer Vampré, e Noé de Azevedo, nenhuma manifestação de intolerância ou hostilidade, quer na imprensa, quer no público, a destoar do amigável e benévolo acolhimento que, nessa e noutras ocasiões, me tem sido muito generosamente dispensado. E dias depois, num banquete que lhe foi oferecido pelos alunos da Faculdade de Direito, o ilustre catedrático e muito estimado presidente da Liga Nacionalista de S. Paulo, dr. Vergueiro Steidel, discursando sôbre o importante problema, não deixou de o recomendar à atenção dos seus discípulos. Creio serem êstes factos bastante significativos.

E' no entanto possível que, mal interpetrada, como por alguns está sendo, não só em Portugal, como também no Brasil, a idea de *Confederação*, dela tirando erróneas deduções, ela seja por êsses considerada, se não como absurda e quimérica, pelo menos como inviável. E não é também para estranhar que outros, sem estudarem o problema, para só o encararem através de um fogoso e contumaz *nativismo*, nela encontrem pretexto para mais uma vez contra nós desencadearem as suas habituais diatribes. Mas não impede que já no Brasil se vá formando uma corrente de opinião, de que foi precursor o altíssimo e nobre espírito de Sylvio Romero, e que tem hoje a orientá-la, no sentido de uma união de Portugal e Brasil, não apenas Medeiros e Albuquerque e Alberto Seabra (como Malheiro Dias faz supor), mas outros eminentes brasileiros, como sejam Graça Aranha, Pinto da Rocha, Spencer Vampré, Elysio de Carvalho, Noé de Azevedo e alguns mais. É Malheiro Dias um erudito e primoroso escritor, um observador atento e sagaz, e certamente bastante psicólogo para saber que as razões, com que pretende justificar os seus alarmantes receios de hostilidades, é que poderão afinal agir, como sugestões, para que essas hostilidades venham de facto a desencandear-se.

Que a idea de uma *Confederação* encontre, em Portugal e no Brasil, oposições e resistências, nada nos deverá surpreender. O triunfo de uma idea pressupõe sempre o embate de duas opiniões contrárias. Razão de mais, quando da sua utilidade estamos convencidos, para que não afrouxemos numa propaganda destinada a demonstrar — como eu o tenho pretendido fazer — que entre as duas nações irmãs não existem quaisquer insanáveis ou irredutíveis antagonismos que ponham obstáculo a que venham um dia a unir-se, cada uma ressalvando (bem entendido), no que respeita à sua política e administração interna, a mais absoluta autonomia e todos os seus foros e regalias de nação livre e independente. E, mesmo quando Malheiro Dias nos fala de *interêsses divergentes*, que, no momento actual, se oporiam a essa aliança ou união, não afasta o eminente escritor a hipótese de que *outros interêsses*, de influência mundial, venham talvez a desenvolver-se que aproximem as duas nações e que « *encaminharão possìvelmente os Estados-Unidos do Brasil para uma aliança com os Estados-Unidos de Portugal, colocando ao serviço da raça os pontos estratégicos de defesa, as escalas marítimas intercontinentais, dentro do triângulo cujos vértices seriam Lisboa, Rio de Janeiro, os arquipélagos da Madeira e Cabo-Verde e a ilha de Fernão de Noronha, restaurando a perdida hegemonia atlântica lusitânica do século XVI pela constituïção do grupo luso-brasileiro, cujo domínio efectivo abrangeria cêrca de doze milhões*

*de quilómetros quadrados de território esparsos nos cinco continentes do planeta.* »

Ora, é esta *precisamente* a conclusão a que chego, nas últimas páginas do meu livro. Mas adverte Malheiro Dias que essa aliança ou união «só encontrará, em Portugal, condições de viabilidade quando recobrarmos a plenitude do nosso prestígio; tivermos valorizado os nossos recursos próprios; aplacarmos as nossas mesquinhas descórdias intestinas, e atinjamos de novo a coesão.» Perfeitamente de acôrdo! E espero que não será acossados pela infortúnio e de fronte abatida por uma apagada e vil tristeza, mas como irmãos em cujas veias ainda latejam tôdas as virtudes ancestrais da raça que procuraremos aproximar-nos do Brasil, na esperança de juntos cooperarmos para o nosso progresso e mútuo engrandecimento, seguindo o caminho que nos é traçado pela nossa História, por tradições comuns e (o que na época presente a tudo sobreleva), pelos interêsses das duas nações.

Mas aguardarmos o radioso dia em que, por um supremo esfôrço colectivo, consigamos tornar realizáveis tôdas as condições de viabilidade que Malheiro Dias julga necessáriás para uma união com o Brasil, não implica o abandono de uma propaganda para que, do outro lado do Atlântico, a idea dessa união se torne, no momento oportuno, igualmente aceitável. Propaganda não apenas sentimental, que insensatamente nos leve a aproximar-nos do Brasil para ao ouvido lhe segredarmos baixinho: *E se nós agora nos confederássemos?*...

Propaganda, mas propaganda de intuitos práticos, baseada em dados concretos e que, em termos claros e precisos, consiga pôr em equação os interêsses dos dois países. Não para que, a prazo fixo, sùbitamente e sem prévia preparação, Portugal e Brasil passem a ser dois Estados confederados, mas para que gradativamente, por meio de acôrdos, tratados, convénios e entendimentos, as duas nações se vão aos poucos aproximando até que, cingidas por múltiplos e estreitos laços, o definitivo contacto se estabeleça. E, dada a situação geográfica das duas nações, um dêsses primeiros laços, reforçado por uma possível aliança económica, seria o que resultasse de uma inequívoca afirmação de solidariedade no que respeita aos seus interêsses comuns, nas águas do Atlântico-Sul, o que por sua vez permitiria ao Brasil chegar, com o Uruguay e a Argentina, banhados pelas mesmas águas, a um entendimento que muito contribuiria para se dissiparem quaisquer motivos de desconfiança que, entre essas três Repúblicas, ainda possam por acaso existir.

Diplomacia utópica e devaneadora! (dirão), quando não tenha a apoiá-la

um forte poder naval... E' possível; mas não há dúvida que essa primeira afirmação de solidariedade já nos colocaria, perante o Brasil, numa situação privilegiada que nenhuma outra nação nos poderia, com bom direito, disputar. E seria já meio caminho andado.

E o resto?

*Un jour viendra...*

BETTENCOURT-RODRIGUES.

*NOTAS*

[1] Eu estou mais de acôrdo com o que Malheiro Dias nos diz nesse outro artigo, a que já me referi — *O património histórico do Brasil* — publicado em 1919, na revista a *Atlantida* e do qual destaco o seguinte trecho:

«Basta lançar um olhar desprevenido para a história das nações americanas, em suas relações com as metrópoles, para abranger de relance a disparidade flagrante da sua evolução e processo emancipador. Obra da iniciativa de colonos, essas nacionalidades reagiram contra a suserania europeia, *despedaçando*, com mãos sôfregas de independência, *os elos da tradição histórica. O Brasil emancipara-se dentro da tradição* e continua-a. Nos seus memoráveis discursos de Lisboa, Bilac reivindicava — ou antes proclamava — êste prolongamento de tradição, esta continuïdade de História, tão sagazmente concatenada por Afrânio Peixoto no seu livro, *Nova terra, nossa gente.*»

[2] Só o ferro que possui (dizem os seus mais autorizados técnicos) daria para alimentar, durante séculos, tôdas a usinas metalúrgicas do mundo.

[3] Veiga Simões. — *Programa de política comercial com o Brasil*, in-*Atlantida*, n.º 44.

[4] Esta idea de um grande bloco luso-hispano-americano não é afinal uma idea nova e original. Concebeu-a, há um século, o notável economista e estadista português, Silvestre Pinheiro Ferreira, como o atesta o seu *Projecto de um Tratado de Confederação e mutua garantia da Independencia dos Estados n'elle mencionados* e que eram, com Portugal e Espanha, todos os povos americanos. Êste projecto é datado de 24 de Agosto de 1822. Consultar, nos Arquivos do Ministério dos Estrangeiros, as instruções a êste respeito enviadas pelo govêrno português aos seus representantes junto das nações do Prata e dos governos de Madrid e dos Estados-Unidos. Êsses importantes documentos, quási completamente esquecidos, creio mesmo que da nossa diplomacia, mas que hoje, ao lê-los, se me apre-

sentam como sendo da mais palpitante actualidade, foram em grande parte reproduzidos e comentados, dando-lhe o devido valor, pelo eminente internacionalista e ilustre ministro plenipotenciário da República de Venezuela, em Lisboa, s. ex.ª o Conde de Planas-Suarez, no seu interessante livro — « *Notas Historicas y Diplomáticas*; *Portugal y la Independencia Americana* ».

A OBRA DE PADRE ANTÓNIO DE OLIVEIRA: *EM PORTUGAL E FORA DE PORTUGAL.*

HÁ quem sustente que raras vezes, ou só excepcionalmente, a obra da criação nasce de espíritos ocupados por copioso saber. Como exemplos típicos desta doutrina, entre outros, citam-se vários Messias que no Oriente fizeram sementeira de evangelhos. Apontam-se, além dêsses, os guias do povo hebreu, Moisés e David. Job, um dos maiores trágicos da humanidade, foi um inspirado da desgraça. Nas *Pedras de Veneza* diz Mestre Ruskin, a propósito do patriomónio pictural da Renascença italiana, que as obras primas dos grandes pintores são geralmente as que foram executadas com rapidez, no calor da primeira inspiração. E acrescenta, com segurança: — Rafael pintava melhor quando sabia menos; Miguel Angelo caíu com freqüência numa vã e desagradável demonstração dos seus conhecimentos anatómicos; Leonardo de Vinci prejudicou a sua obra de artista com a sua sciência de engenheiro. Do nosso lírico e pedagogo João de Deus, dos maiores líricos e dos maiores pedagogos, afirma-se que em sciência ía pouco além da Bíblia — o que até certo ponto corrobora aquela sentença de Platão, que chama aos poetas inspirados de Deus, pois fora da inspiração criadora não passam de sêres mortais e vulgares.

Padre António de Oliveira, o criador da obra prima de Caxias, o autor da lei milagrosa das *Tutorias da Infância*, sem ser um poeta, na acepção vulgar da palavra, embora fôsse um lírico no sentimento artístico da Beleza, era na verdade um inspirado de Deus.

Padre provinciano, durante anos cura sertanejo na Beira, a certa altura caíu em Lisboa, e por acaso na fétida montureira das Mónicas, como uma fôlha, sob a alçada do vento, pode cair num jardim ou num pântano. E eu estou mesmo em jurar que ao caír ali, na *Correcção das Mónicas*, a-pesar-de padre, embora cura de almas, nem de nome conhecia aquela câsa, muito menos o problema da regeneração dos menores delinqüentes — de resto, fôra colocado na casa de Correcção, não para transformar cisco em almas, mas para ganhar a vida.

Padre António instala-se nas Mónicas, quási sem que dêem por êle, pequenino, encolhido, tímido, mixto curioso de bicho-de-conta e de abelha laboriosa — bicho-de-conta diante dos profanos e dos desconhecidos, abelha infatigável no fabrico do mel do seu labor. Não dão por êle, mas êle, abrindo os olhos de súbito, a sensibilidade e o instinto innatos de súbito acordados ao contacto do negativo da corrente, é que dá conta de tudo. Só êsse choque, só êsse contacto o seu temperamento excepcional aguardava para despertar e vibrar, para ver e sentir.

É horrível o que passa a ver, é intraduzível o que começa a sentir. Não vê rapazes, não tem crianças diante de si. Vê sujos vermes, animais repugnantes, entre humanos e reptilíneos, que causam náuseas. Tem na sua presença, sob o seu olhar assombrado, criaturas imundas por dentro e por fora, tão sórdidas na linguagem como no trajo. E não estão ali para se lavar, para se purificar, de modo a acreditarem a obra do Senhor ao sexto dia da criação e a entrarem valorizadas no quadro das actividades sociais. Estão ali, como reclusos, como presidiários, cumprindo uma pena fixa, obedecendo à fôrça da lei e às exigências da sociedade ofendida, os mais sujos a contaminarem os mais limpos, os leprosos em promiscuïdade com os sãos.

O futuro reformador da *Ordem dos Desamparados*, vendo e sentindo de relance, de relance compreendeu o que os outros, legisladores e directores, em anos dilatados não tinham compreendido nunca: — que não era aquêle o processo de corrigir, de dignificar, de moralizar. Que não era carimbando-os de reclusos que se dignificavam menores. Que não se moralizavam criaturas humanas pelo recurso simplista do castigo corporal. E decide transformar a prisão em escola, a montureira volvida em sanatório, e passa a chamar ao recluso aluno, a tirar do estêrco a flor.

É nessa orientação, é sob êste credo, que êle realiza, no velho casarão da Cartuxa, o lindo milagre de Caxias, essa obra de fecunda ternura e de maravilhosa intuïção genial que deixa encantado Samuel Barrows, calmo criminalista norte-americano de passagem em Lisboa no regresso da Alemanha e da Áustria, onde visitara oficialmente os mais falados reformatórios de delinqüentes infantis. Mas, organizada a obra excelente de Caxias, pela graça redentora dos seus recursos individuais, êle sente e vê que não pode fazê-la corresponder ao seu sonho e às necessidades do momento emquanto não tiver cá fora certos instrumentos auxiliares.

Tem montado o *sanatório* — falta-lhe o pôsto clínico de consulta, observação e diagnóstico. Precisa do organismo auxiliar que, desviando o menor da escola complementar das enxovias do Limoeiro, furtando-o ao

vinho perturbante do julgamento público na Boa-Hora, emancipando-o da palmatória romana da pena fixa pelo Código Penal, aparte o trigo do joio, e dê ao joio um destino consciente.

Êsse organismo, porém, não podia ser arquitectado e realizado por um jurista amadurecido no conceito clássico da pena determinada, com a alma e o coração encardidos pelo sarro dos velhos padrões do direito romano, do castigo correspondendo ao delito, do delito sob o critério da reparação social, conhecendo só o crime, ignorando o criminoso. Êsse organismo tinha de ser concebido e realizado por um pedagogo que fôsse ao mesmo tempo um jurista, por um sacerdote que fôsse um médico — por um reformador que abrangesse, com a mesma transparência e a mesma certeza, todos os factores do crime e correspondente terapêutica, pondo a sociedade como causa, o delinqüente como efeito, e combinasse os elementos tónicos a fornecer ao delinqüente para o fortificar contra o ambiente deletério da sociedade.

¿Quem poderia, entre nós, realizar essa obra? Padre António pensou neste, consultou aquêle. Bateu à porta de Salomão, e subiu a escada do samaritano. Mas como nem sábios, nem piedosos tomassem o encargo da obra, resolveu fazê-la êle.

Eu juro aos quatro ventos, sôbre os santos evangelhos da minha palavra, que P.e António de Oliveira, nessa época, embora na posse das ordens sacras recebidas dum douto bispo, na catedral de Lamego, não sabia os verbos, não conhecia a gramática. E se não conhecia os verbos e a gramática, pessoas de casa, pois os próprios rapazes de Caxias, nas suas aulas, jogavam e conversaram com êles diàriamente, muito menos conhecia os padre-mestres do direito moderno, os doutores da filosofia jurídica que no sinédrio ditam a lei.

Ignorava Salelles, o patriarca da individualização da pena — foi o dr. João Pinto dos Santos quem lho revelou depois da obra feita. Não suspeitava Tarde, nem Cimbali, evangelistas dos maiores do Novo Testamento penal, os que proclamam que o fim da pena não é ferir por um facto passado, como se vingasse um indivíduo ou a sociedade, mas para atingir um resultado futuro... Nunca ouvira falar de Carton de Wiart, o jurista belga que proclama que a legislação penal infantil se deve ocupar menos do delito praticado pela criança, do que da própria criança — e que o direito penal praticou até aqui o êrro de ignorar a infância. Nunca lêra Juillet, o admirável pedagogo legista que afirma estarem em germen, os crimes duma época, na infância delinqüente da época precedente. Não folheara Maschini, nem Fauillé, aqueles que vieram a terreiro para sustentar que as acções da criança são o reflexo do meio em que vivem, que o vício dos pais, o deboche, o roubo, o alcoolismo, se torna o crime dos filhos.

Pois bem. Padre António senta-se à banca com a sua ignorância e a sua fé. E eu não exagero se vos assegurar que nem a Rainha Isabel, e era santa, praticou milagre de mais visível relêvo fazendo de pão e maravedis cheirosas e frescas flores. Da pena e do papel começa a florescer a doutrina nova. É certo que não ouvira os Mestres. Mas escutara e sentira a Vida. Tinha-a ali, a seu lado, na eloqüência de todos os seus ensinamentos, na sugestão de tôdas as suas fôrças. ¿O que era preciso para que o menor, no abandono ou na civícia, ficasse abrigado na sua fraqueza? Era isto. E êle punha-o no papel. ¿O que era necessário para que o pequeno delinqüente, filho de alcoólicos ou tutelado de inferiores, se adaptasse à moral e ao trabalho? Era aquilo. E êle lá o ditava no catecismo. Assim, aquêle papel, êste catecismo, produto do instinto, da fé e da convivência amorável com o problema, — convivência e amor a que dava o corpo e a alma com todos os transportes da paixão — é de tal maneira o fruto amadurecido na árvore, o ser nascido do seu ser, que ainda não veio à luz corpo vivo de forma mais natural, de linha mais harmoniosa, corpo em que o sangue e o sentimento pulsem e vibrem mais homogéneos sob a argamassa celular. E tem os verbos certos. E não falta numa regra gramatical. E obedece aos melhores preceitos de Saleilles, de Tarde e de Juillet, que êle nunca lera.

Nunca os lêra nas bibliotecas. Lêra-os todos, um por um, nos livros animados que instruiram os Mestres.

Estava criada a lei fundamental de protecção aos menores delinqüentes, conhecida na legislação portuguesa por *Decreto de 27 de Maio de 1911* — lei recebida paternalmente pelo sr. dr. Afonso Costa, referendada durante uma doença do ministro da Justiça do Govêrno Provisório pelo sr. dr. Bernardino Machado, e que eu comunguei, sofrendo e amando, durante os nove anos mais sentidos da minha vida.

E com esta lei, criadas as *Tutorias da Infância*, os tribunais de menores — desviados os menores da putrefacção das enxovias, do espectáculo dos julgamentos públicos e da cegueira da pena fixa — estava criado o tal pôsto clínico, o que prescreve a terapêutica médica a seguir para a cura do menor, na *Escola de Reforma* ou no seio da família, nunca sob pena fixa, prescrevendo a terapêutica social da *Federação dos Amigos e Defensores das Crianças* para amparo dos delinqüentes na convalescença, no regresso à sociedade que os perverteu.

Quando se publicou esta lei — lei eminentemente nacional, medida, cortada e acabada ao jeito da nossa índole e pelo figurino das nossas necessidades — a França, directora espiritual de tantos dos nossos passos, ainda não tinha a sua. Pois deve dizer-se, para ao menos uma vez nos

não envergonharmos de ter realizado obra original, sempre interessados em imitar os outros, que a França, na sua lei, seguiu de perto as linhas mestras da nossa. Por sua vez, a Itália, a pátria consagrada do Direito escrito, não possuia igualmente lei objectiva a favor de menores delinqüentes. Fui eu, a pedido do sr. dr. Eusébio Leão, pedido endereçado ao Presidente da *Tutoria*, que mandei para Roma alguns exemplares da nossa lei. E a lei italiana, publicada meses volvidos — podemos afirmá-lo com orgulho — à parte ligeiros traços de pormenor, é essencialmente a lei portuguesa. A Espanha, por seu lado, está ainda na fase preparatória do lançamento das bases para os seus tribunais de menores. E foi Caiël, a nossa ilustre compatriota residente em Madrid, quem lançou a semente da doutrina renovadora no solo espanhol em seguida a uma visita à *Tutoria* de Lisboa. Por último, o Brasil, o grande e sôfrego Brasil — maior na aspiração do que no território, todo sedento das luzes do progresso moral — tem no Parlamento a sua lei de protecção à infância delinqüente. ¿E quem impôs o problema, nesse país onde João Chaves escrevera o livro eminente dos *Penitenciários*, com alguns capítulos lapidares sôbre o assunto? Foi Melo Matos, o dr. Melo Matos, catedrático da Faculdade de Direito na Universidade do Rio, depois de ter sido aqui durante meses, em Lisboa, como o ilustre jurista nobremente confessa, o mais devotado discípulo do Mestre.

Pelo que, a obra de Padre António de Oliveira, o verbo do nosso Pestalozzi, o evangelho do nosso Froebel — obra tão pouco conhecida em Portugal que ainda há tempos, ali em S. Bento, se disse que a não temos — transpõe as fronteiras da língua e torna-se uma obra internacional. Fruto do seu instinto, da sua fé e da sua experiência — fruto sumarento de previdência, de purificação e de humanidade — abre à luz e ao sol, deixa cair no solo a semente amorável, aqui, ali, além, e germina, e alastra, e multiplica-se em novos frutos de benção.

Padre António de Oliveira, escrita a lei de 27 de Maio, procurou a familiaridade das sciências e das letras. Instruiu-se, documentou-se. E na insatisfação da obra criada, ainda afastada do seu sonho, escreveu a série monumental de volumes, agora posta à venda pela *Portugália*, que são o desdobramento teórico daquela lei e a lapidar cristalização dêsse sonho.

Lx. — Março, 1924.

SOUSA COSTA.

*P. S.* — Os volumes da obra do P.e António de Oliveira, à venda na *Portugália*, são os seguintes: *Criminalidade e Educação; Deixemos os pais,*

*cuidemos dos filhos; Via Infamante; Panaceias, Doentes e Clínicos; Intimidação; Loucos sem juizo, doidos com juizo; Geração, Educação e Arte.*

Depois de escrito aquêle artigo, recebi do Brasil o *Decr. de 27 de Fev. de 1924* criando os Tribunais de Menores na grande nação irmã, «mais ou menos moldados pelo critério da lei portuguesa». É isto o que me diz o autor dêsse decreto, o eminente jurisconsulto sr. dr. Melo Matos, actual Juiz dos Menores no Rio de Janeiro.

S. C.

## *LITERATURA*

LUÍS DE ALMEIDA BRAGA: *O SIGNIFICADO NACIONAL DA OBRA DE CAMILO*. PORTUGALIA, EDITORA, Lisboa, 1923.

DIZIA M. de Talleyrand que tudo o que é excessivo é insignificante. Ao pronunciar estas palavras, que encerram aliás uma preciosa lição de bom gôsto, o subtil diplomata parece ter esquecido o que se chamava um panegírico, na solene linguagem de outrora. Os panegíricos, por natureza, foram sempre excessivos. E que nem todos são insignificantes, prova-lo-ia mais uma vez, se fôsse preciso, a conferência sôbre o significado nacional da obra de Camilo, que o sr. Luís de Almeida Braga fêz ha três anos no Rio e agora editou em volume.

O sr. Luís Braga teve a felicidade de nascer poeta, e o melhor do livrinho é precisamente o reflexo da sua fina sensibilidade, um tanto ou quanto elegíaca e sonhadora. A discreta beleza das coisas familiares não o deixa indiferente. No seu estilo respira-se a amargura salubre da bruma marinha em manhãs de sol. E é ainda de poeta o seu amor ao passado, porque no passado, como êle o vê, há tôda aquela eterna ilusão dos tempos que apenas parecem melhores do que o nosso, por não poderem voltar. As suas ideas políticas inclinavam-no, aliás, para a mesma atitude, que a própria História, a mais recente, lhe sugeria também. Só originais de mau génio persistem em pedir contas de crueldades que os não ameaçam e de injustiças que já os não podem ferir. É o que chamam não possuir espírito histórico; e os eruditos olham-nos, por isso, com justificado desdém.

Eu, apenas sinto que o sr. Luís Braga não fôsse mais severo com a eloqüência e que um certo tom declamatório teime em mostrar-se nas páginas do seu opúsculo. A frase empolada, que talvez tenha emprêgo na tribuna e no púlpito, no livro fica tão deslocada como obesa matrona

no côro das Musas. E perdoe-me o sr. Luís Braga, que com esta fácil alusão mitológica não quis de modo algum qualificar-lhe a eloqüência. Eloqüência e poesia, as mais das vezes, são porém na verdade inimigas, e poucos discursos, daqueles a quem chamam grandes oradores, resistem sequer à calma leitura.

O trabalho do sr. Luís Braga, pelo contrário, lê-se com prazer, e a breve revista que nêle se passa à obra de Camilo sugere amiudadas reflexões. Para a acompanhar ùtilmente é, todavia, necessário já conhecer uma boa parte do que Camilo deixou. Como os devotos, que, quási sempre, sofrem duma compreensível tendência para exagerarem a popularidade dos seus protectores, o sr. Luís Braga imagina que convivemos todos com os personagens dêsses romances, que êle sem dúvida sabe de cór. Custa-me desiludí-lo, mas receio bem que se engane : Marta, Isabel, Corina, Clementina, Liberata, Maria da Glória, Angélica, Mecia, Maria dos Prazeres, Hermenegilda Clara, fora da confraria camiliana, são nomes que não suscitam reminiscências e, muito menos, saudades. Das incontáveis mulheres que Camilo pintou, só Mariana é popular ; a sua doce e resignada figura ofuscou, com justiça, as de tantas outras heroinas *horrìvelmente bem falantes*, a quem o tempo não quis permitir que com êle voassem e viessem para sempre gravar-se-nos no coração.

Camilo não é, efectivamente, *o único escritor* (português) *que, verdadeiramente, ainda tem devotos mantendo vivo o culto do seu nome.* Eu não quereria agora estabelecer confrontos, nem abrir nestas breves linhas uma daquelas escaramuças literárias em que dois escritores e duas escolas se batem a belprazer de quem escreve. Mas, se manter vivo o culto de um escritor consiste, não em esmiuçar com afan os episódios, nem sempre nobilitantes, da sua vida, ou em disputar nos leilões e alfarrabistas as migalhas da sua obra, mas na leitura assídua dos livros que nos deixou e na admiração consciente, se não das ideas que defendeu, pelo menos da arte que no-las transmite, nesse caso — e, repito, não tomo partido por um nem por outro, limitando-me imparcialmente a registar a verdade — o escritor português que mais devotos conta *mantendo vivo o culto do seu nome* é indiscutìvelmente Eça de Queirós. Um superficial inquérito às predilecções literárias da sociedade portuguesa conduz logo a esta conclusão. E tivesse-nos o sr. Luís Braga falado, não em Teodora, Clementina e Liberata, mas em Basílio, Acácio, Pacheco, Dâmaso, Gouvarinho, Juliana, Maria Eduarda, Gracinha Ramires, e veria que ninguém, de mediana cultura, se sentiria embaraçado para seguí-lo.

O que, na obra de Camilo, resistirá a tôdas as transformações da literatura e para sempre será admirado, é a sua viva e fiel pintura dos costumes portu-

gueses no período que vai dos fins do Antigo Regime ao último têrço do século XIX. E, mais ainda, é a sua veia satírica, o seu sarcasmo mordaz, o riso amargo e pungente do homem a quem magoaram uma a uma as fibras do coração e ajeita a bôca num sorriso, para que os lábios não tremam e traiam as lágrimas.

Nunca ninguém foi menos filósofo, nunca ninguém viu menos o mundo com o plácido desdém que inspira a comédia humana a quem tem inteligência para compreendê-la, e não só coração e nervos para a sentir. Não era na volúpia do saber que êle podia encontrar refúgio para as misérias de uma vida atormentada pela ânsia de voluptuosidades mais enganosas ainda; tudo em Camilo era sentimento. E se, como quere o sr. Luís Braga, *a beleza de uma obra de arte está, mais do que em si mesma, na alma que deixa ver*, se a veemência das paixões e a sensibilidade exasperada constituem as qualidades fundamentais do escritor — opinião discutível — fàcilmente se explica a sedução que sobre êle exercem os romances camilianos, alguns dos quais, diga-se a verdade, já hoje não são legíveis.

Mesmo nos outros, quantos trechos acusam demasiado as rugas do tempo! O seu romantismo, de frases fatais e lances patéticos, é bem feliz quando apenas provoca um irónico sorriso.

Perdoem-me os adoradores de Camilo: eu creio que já houve *quem arrancasse mais lágrimas e soubesse rir com mais contentamento.* Camilo ocupa um grande e merecido lugar na história das nossas letras; não necessita, portanto, que lhe exageremos os méritos reais e, muito menos ainda, que lhe atribuamos aqueles que nunca teve. Não. Poucos riram com menos contentamento, porque a gargalhada de Camilo nunca foi alegre e boa. E se não faltam na sua obra scenas dolorosas e comoventes, a emoção que despertam parece-me provir mais do que há de dramático nas situações, do que da transcrição que delas fêz o artista. Seria preciso maior espaço do que o contido dentro dos limites usuais nestas curtas análises críticas para esclarecer e justificar convenientemente esta asserção. É mesmo possível que eu generalize um simples modo de ser pessoal. Há contudo — creio — qualquer coisa de espectaculoso no mais genuino romance camiliano, algo de teatral e semi-heróico na ordem passional, que não comove tanto como as tragédias obscuras da vida corrente, aquelas que não se enfeitam com episódios românticos, nem exigem tiradas eloqüentes para se fazerem valer, e que os grandes romancistas do naturalismo trouxeram para o primeiro plano da literatura.

Viria agora a propósito preguntar o que foi finalmente Camilo: clássico, romântico ou realista? O sr. Luís Braga, já se vê, ficava desolado, se não pudesse marcar-lhe nas três escolas um bom lugar. *Clássico por educação,*

*Camilo é romântico pelo tempo, e, como por lei fatal das coisas, realista. E tôdas estas feições somadas formaram sua personalidade literária, apenas assemelhável à beleza do diamante, com as suas mil luzes cruzadas numa só claridade.*

Talvez esta solução do problema, por certo a mais elegante, também seja a mais justa. Para o apurar seria, contudo, preciso definir primeiro classicismo, romantismo e realismo, vagas palavras que cada qual interpreta a seu modo; e isso excederia a competência e os intuitos de quem escreve êste ligeiro estudo, sôbre um livro que tem manifestamente objectivo mais limitado. Convém, todavia, recordar que ao têrmo *clássico* corresponde entre nós uma acepção de certo modo gramatical. O classicismo é um estilo, não é um sistema. Clássico, em Portugal, é aquele que usa determinado vocabulário e construções sintácticas imitadas, com maior ou menor arte, dos nossos antigos escritores. As piores extravagâncias na idea e o mais acentuado mau gôsto no estilo, um fraseado bárbaro, em que neologismos gratuitos se misturassem a arcaismos postiços, para uns e outros, de concêrto, disfarçarem o vazio do pensamento e a observação deficiente das coisas, ¿ impediriam acaso um contemporâneo de tomar desde já assento entre os clássicos, se o conjunto oferecesse um falso ar século XVII? Os títulos de Camilo são indubitàvelmente de outro valor; foi, todavia, com evidente menosprêzo da significação espiritual e estética do classicismo que se lhe inscreveu entre os dos clássicos o nome.

O seu génio, violento, amargo, apaixonado, observador implacável do grotesco, desequilibrado e impulsivo, sem elegância nem boas maneiras, inteiramente pessoal e muito mais sensível do que inteligente, nunca foi o de um clássico.

Ao quadro que nos deixou da vida portuguesa faltam, do mesmo modo, algumas das tintas com que sempre têm pintado os fiéis observadores do nosso carácter. Aquela doçura lusitana, que os espanhóis satirizaram, e que teve a sua mais bela expressão literária na melodia do verso de Camões, — o Portugal de Bernardim e de Garrett, da *Menina e Moça* e de Joaninha — o suave lirismo, sem convulsões de tragédia nem angústias filósoficas, que sempre foi uma das características feições morais da nossa raça, pode dizer-se que não encontra na galeria de Camilo retratos que a representem. O seu génio duro recusava-se às brandas inflexões do idílio. E nem a sua áspera linguagem — a que o sr. Luís Braga ousou chamar *melopeia luarenta* e *prosa elegíaca* — podia traduzir a poesia das almas delicadas e das paìsagens serenas, nem a sua vida, ritmada pela paixão e pela desgraça, o auxiliavam a compreendê-las.

Dentro de Portugal, Camilo é, contudo, acentuadamente regionalista. Na sua obra há autêntica côr local, a das nossas províncias do Norte.

Só a aprecia devidamente quem subiu as íngremes ladeiras de altas casas tristes que cortam o Pôrto e percorreu os velhos bairros, que conservam mais ou menos intacta a fisionomia histórica da cidade; ou, melhor ainda, quem nasceu nas terras dêsse Minho, populoso, abundante e sem fasto, rústico nas maneiras e na linguagem, na sobriedade da expressão, no tradicionalismo acanhado, na desconfiança aldeã, nos sentimentos e nos costumes, que êle descreveu com fidelidade em tantos dos seus romances.

Quando, na dobra do caminho, surge a carrancuda fachada dum solar, o telhado coberto de musgo, as cantarias de granito escurecidas pela invernia, as espaçadas janelas abertas para o negrume das salas de teto alto, a um lado a tôsca habitação do caseiro, e do outro o jardim, onde as couves crescem sem pejo à sombra das roseiras em flor — o sr. Luís Braga mais duma vez se deve ter sentido como que em face dum palco vazio; e já por certo lhe aconteceu afrouxar o passo, com a vaga esperança de ver entrar para casa o velho fidalgo, o moço morgado ou a romântica donzela que, como nos livros de Camilo, aí vivem em desventuradas paixões. Sem dúvida, não o surpreenderia, então, ouvir aproximar-se pelo caminho velho, de largas lages polidas, a guisalhada alegre dos machos duma liteira. E poucas figuras camilianas estranharia com razão naquele ambiente, a que quási tôdas estão de tal modo ligadas que não se imaginam, amando e sofrendo, em qualquer outro lugar.

O sr. Luís Braga, que é minhoto, dirá se tôda a alma da sua província — da nossa, porque sou do Minho também — lhe parece suficientemente descrita nos romances do seu autor predilecto. Por mim, creio bem que não. Isso, contudo, são contos largos, que podem ficar para outra vez. Para quando o sr. Luís Braga nos der um novo estudo sôbre Camilo, onde às qualidades que neste revela se junte um mais exigente espírito crítico; como é natural que suceda, se na fria análise da maturidade se convertem os entusiasmos da juventude.

LUÍS VIEIRA DE CAMPOS.

VITORINO NEMÉSIO: *PAÇO DO MILHAFRE*. Coimbra, 1924. IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.

O SR. VITORINO Nemésio revela com êste seu volume de contos — *Paço do Milhafre* — qualidades de prosador e artista que, embora em estado embrionário, não deixam de ser consoladoramente prometedoras, uma vez depuradas de certa ganga romântica e dos abundantes exagêros da escola em que o sr. Nemésio pretende e consegue filiar o seu livro.

Ser-nos hia bastante grato, a nós, que também agora começamos, embora em mais árido campo, tributar ao autor dêste livro de contos o aplauso entusiástico com que os jornalistas o saüdaram. Não podemos fazê-lo, pelo que devemos à verdade em si, e pela verdade que devemos ao sr. Nemésio, dada a consideração que nos ficou merecendo após a leitura da sua estreia.

*Paço do Milhafre* tem quási todos os defeitos e quási tôdas as qualidades (que são sempre em muito menor número) da escola chamada *regionalista*, rebento do frondoso nacionalismo que domina o momento actual. Consideramos, porém, êsse *regionalismo* como um perigoso atentado à unidade e desenvolvimento espiritual de uma nação. Uma obra, ou um conjunto de obras literárias, não pode prescindir, sob pena de arriscar a sua própria existência, de um espírito de universalidade que, sem lhe fazer perder o seu cunho nacional, a possa tornar compreendida e de geral interêsse, para além de qualquer fronteira. Ora, para isto, três condições se requerem: ideas ou ideais humanos, expressão clara, composição equilibrada. Poema ou poesia, conto ou romance, que não estejam em condições tais, não têm probabilidades de se impor, além do curto tempo que dura uma moda. Ora êste inconveniente agrava-se, como é intuitivo, quando a obra de arte, além de morrer ao transpor as fronteiras da nação, dificilmente é percebida fora da província cuja gente põe em scena, ou, em condições especiais, fora do lugarejo cuja vida se limitou a descrever pitorescamente. Cuido que quem publica um livro não tem como ideal que êle seja lido sòmente, por exemplo, pelos habitantes de Sinfães, de Aljustrel ou de Vila Real de Santo António. O natural, o legítimo interêsse, é que o leiam em Lisboa, em Madrid, no Rio de Janeiro, etc. Ora, para conseguir isso não se recomenda o encher o volume com os palavrões, palavras ou palavrinhas, que a gente rude desta ou daquela província, em casos trivialíssimos, emprega, bem ou mal, decente ou indecentemente. Dirigindo-se à humanidade, tem que referir os interêsses humanos ou as humanas paixões; e há de fazê-lo por forma bem compreensível e sedutora. O caso literário de Camões, de Antero, de Eça, àparte muitas outras esplêndidas lições, contém ainda esta.

Ora, ¿ oferece o regionalismo, com o seu «canon» tacanho, tais condições de êxito em seus prosélitos? Afigura-se-nos que não, e o livro do sr. Nemésio veio-nos arraigar essa suspeita.

Sendo um livro de contos, é natural (assim diria o amigo Banana) que os tivesse. Não os encontrámos, porém. Só o que se intitula *Reis Magos* tem condições literárias para como conto ser considerado. O resto são episódios, crónicas, trechos de maior e mais ampla composição,

mas contos não. Porque (desgraçadamente os artistas portugueses ainda se não convenceram desta verdade) ninguém pode escrever um conto, ou um romance, sem primeiro ter aprendido a *técnica* do conto, ou do romance. Todos os géneros literários têm a sua técnica, e dela depende em grande parte a perfeição da obra. O talento é muito, mas não basta, e nada de perdurável pode realizar sem o estudo e a disciplina a guiá-lo. Assim, a primeira coisa que nos parece dever pedir-se ao sr. Nemésio é que medite na técnica do conto, para que nos não torne a dar um livro de contos sem contos. Na literatura portuguesa contemporânea tem (e cito-lhos como exemplo) dois magníficos documentos da técnica do conto: o *José Matias* de Eça, e *A Mulher e o Cão* do sr. Júlio Dantas.

Êste defeito, ou, antes, esta falta de técnica, ocasiona imediatamente outro defeito: a falta de acção, sem a qual as condições literárias de uma obra ficam sèriamente comprometidas. Os contos do sr. Nemésio não têm acção psicológica, o que em parte se explica, porque se passam entre gente rude e humilde, nem acção dramática, pois que, partindo de um episódio (e muito bem) nêle se fixa e dêle não sai (o que é péssimo). São exemplos evidentíssimos do que afirmo *Terra do Bravo*, *Alma de Deus*, *Misericórdia! Mau Agouro*. Acção dramática sub-entende uma serie de episódios que, postos numa hierarquia de intensidade, conduzam a um efeito decisivo, que encerre uma conclusão que por sua vez contenha uma idea. Isto não existe nos contos (passe a designação do autor) que atrás deixo citados. Igualmente, embora de maneira mais atenuada, se não verifica em *Enganada* e *Malhados*.

Ideas ou ideais humanos parece-me (e só aí) tê-los o sr. Nemésio pretendido abordar em *Ante-Manhã* e *Célia*, e por isso lhe dissemos a princípio que tinha de se libertar de muita ganga romântica. *Ante-Manhã* é uma repetição de certas páginas de Fialho na *Vida Irónica*. Nada de novo; e, em boa verdade, aquilo já fêz época, e hoje enfastia. *Célia* é uma pequena dissertação sentimental, onde o vazio do sentimento e da vida são evidentes. Aquela preocupação de verdade e de justiça que dominou a geração de Eça e Antero não a possui o sr. Nemésio (e muito poucos a possuem hoje) em qualquer das suas composições. Em nenhuma delas há mais que episódios — mas êsses, apraz-me muitíssimo dizê-lo, magistralmente traçados. Não basta, infelizmente...

Quanto ao estilo, que aliás se apresenta muito enriquecido e, às vezes, fascinantemente enriquecido, achamos que lhe falta a clareza necessária, — pletórico, como está, de provincianismos. Afonso Lopes Vieira, que tão bem prefaciou o volume, aconselha muito acertadamente o seu prefaciado a pôr os olhos em certo trecho da *Ilustre Casa de Ramires*. É com felicidade escolhido o exemplo, e nêle muito terá que aprender, se o meditar, o autor do *Paço de*

*Milhafre.* Analisar êsse exemplo seria impertinentemente querer dar lição a quem, sendo tão rico de faculdades (as quais tão transviadas nos parecem andar) melhor a poderá tomar por si do que ouví-la de outrem.

E, concluindo, diremos ao sr. Nemésio que estamos convictos de que o seu temperamento literário muito conseguirá de futuro, sob a acção de uma orientadora disciplina e por efeito do *self-control*, que todo o escritor tem obrigação de exercer sôbre si próprio, para que se aperfeiçoe, e assim, conscientemente, consiga fazer mais belo e melhor.

CASTELO BRANCO CHAVES.

## ARTE E ARQUEOLOGIA

LUCIANO FREIRE: *MUSEU NACIONAL DOS COCHES (E INDUMENTARIA DOS SÉCULOS XVII, XVIII E XIX).* Catálogo descritivo e ilustrado pelo autor. EDIÇÃO OFICIAL, Lisboa, 1923.

O ESTUDO da individualidade de Luciano Freire, ainda por fazer, levar-nos hia longe; e por isso e embora a ocasião fôsse oportuna, deixaremos êsse gratíssimo trabalho para mais tarde. Figura complexa e completa a dentro da sua modalidade, o seu perfíl exige já hoje comentários amplos que excederiam o âmbito que esta secção nos traça. Limitar-nos hemos portanto a analisar ràpidamente o catálogo que Luciano Freire agora trás a público e que, no desenvolvimento das suas 108 páginas, é a síntese de estudos e trabalhos que datam de longos anos.

O catálogo de um museu com a importância que tem o Museu Nacional dos Côches, quando êle é, como êste, o primeiro dessa admirável e riquíssima colecção, pois a monografia elaborada por monsenhor Botto teve de ser rejeitada por completo, é um trabalho que só por si bastaria para impor o seu autor à consagração dos estudiosos, se outros, e importantíssimos, não se devessem já ao pintor que, depois de ser ter afirmado superiormente na sua arte, a sacrificou voluntàriamente, durante anos, pela tarefa monumental que tem sido a sua reintegração de pinturas notáveis de tôdas as escolas e, em especial, da nossa escola primitiva.

A organização do Museu dos côches era, até certo ponto, já um facto quando Luciano Freire foi nomeado para a sua direcção, em 1911. E dizemos *até certo ponto*, pois embora o que estava feito fôsse imenso e honre altamente a Rainha,

a Senhora D. Amélia, a quem a sua fundação e instalação se deve, e os colaboradores que a ajudaram nessa nobilíssima tarefa e entre os quais cumpre destacar o seu primeiro director, sr. Alfredo de Albuquerque, Luciano Freire ampliou-o posteriormente, criando-lhe novas secções e enriquecendo-o com outros côches e obras de arte. E essa tarefa, que era já da maior importância, completou-a ainda o erudito artista com o melhor tratamento de parte dos côches já expostos e com a reintegração de alguns dos que encontrou postos de parte e arrecadados em virtude do seu péssimo estado.

Com a nova orientação que Luciano Freire deu ao museu, os côches continuaram, é claro, a ser o fundo essencial dessa colecção; mas a êsse fundo, o artista, reduzindo o mais que pôde o guarda-roupa ali existente e que a nova ordem de coisas tornou desnecessário, juntou-lhe uma colecção de indumentária importante dos séculos XVII-XVIII e XIX (trajes e acessórios). E na mesma idea, a de completar o significado dos côches e tornar mais fácil ao visitante a sua compreensão e a evocação do meio a que êles pertenceram, acrescentou ainda, a esta última colecção, pinturas e desenhos referentes aos carros e uma galeria de retratos da época dêstes e em grande parte dos personagens que dêles se serviram. É esta a concepção inteligente e moderna dos museus, que deixam assim de ser simples e frias arrecadações de objectos para serem elementos de estudo e sugestão, dando, tanto quanto possível, a reconstituïção das épocas em que os objectos expostos foram criados e utilizados.

E o catálogo de Luciano Freire, como era de esperar, é o complemento lógico e superior dessa excelente orientação. O objecto não é só descrito com tôda a minúcia indispensável e no vocabulário próprio, o que entre nós, onde êsse vocabulário não está devidamente fixado, oferece por vezes dificuldades; mas, e conjuntamente com o juízo crítico dos objectos, são citados os factos conhecidos e importantes da sua história, tornando assim uns e outros mais inteligíveis e dando-lhes maior valor.

Museu como é o dos côches com interêsse, não só para os *turistes* que, nêle, procuram sobretudo o prazer fácil e rápido da visão admirável que a magnificência excepcional do seu conjunto lhes oferece, mas ainda para os estudiosos, que aí têm sempre que aprender, Luciano Freire não esqueceu no seu catálogo êsse aspecto múltiplo da colecção que lhe foi confiada. E o seu trabalho é, portanto, mais do que uma síntese descritiva, um verdadeiro guia, na ampla acepção da palavra e proveitoso a eruditos e artistas.

Superior como é êste catálogo, ¿ pode êle ser ainda melhorado? Certamente que sim; e Luciano Freire sabe isso melhor do que ninguém, pois, uma vez o seu trabalho impresso, viu logo as suas deficiências, das quais duas apenas são importantes: a falta de bibliografia e a de um índice alfabético remissivo.

Brevemente, porém, na segunda edição, que o ilustre artista está já a preparar, essas lacunas serão preenchidas com a competência e a probidade que são fundamentais na obra do ilustre professor.

JOSÉ DE FIGUEIREDO.

MATOS SEQUEIRA: *TEMPO PASSADO.* (Crónicas alfacinhas). ED. PORTUGALIA, 1924, ilustrado, 204 pág.

MATOS Sequeira é hoje o nosso mais bem informado e mais vivo cronista da velha Lisboa, continuador da benemérita linhagem de V. Barbosa, Rib.º Guimarães, Gomes de Brito e Visconde de Castilho. A linguagem de Matos Sequeira tem porém mais vivacidade e graça que a dos seus ilustres antecessores, com um sabor popular que a enriquece de pitoresco, e uma ponta de emoção que não raro envolve as mais sentidas evocações da vida alfacinha. Esta série de crónicas a que a Lisboa seiscentista serve sobretudo de fundo, abre com um estudo, talvez o melhor de todos, sôbre as *Freiras Francesinhas*, quadro de vida monástica em que se reflecte um pouco da intriga política, conventual e até diplomática da época, escrito com uma graça que não é isenta de ternura. O *Regicídio* tem um duplo interêsse: camiliano pela exegese do romance famoso, e histórico por reconstituir, um pouco à Lenôtre, a tentativa grotesca de que D. João 4.º ia sendo vítima, e de que escapou graças a uma pusilanimidade que a crendice da época transfigurou em milagre. É impossível passar aqui em revista os vários capítulos dêste *cinema* da crónica citadina em que perpassam os episódios da vida anedótica das ruas, na exacta reconstituïção topográfica e com a velha nomenclatura, tão expressiva, algumas famosas como o *Chiado* e a *R. Nova dos Ferros*, onde todos os grandes acontecimentos da *Ulissipo* gravaram uma recordação. Emfim, é a história pitoresca dos frades e galegos, de famílias ilustres como a dos *Bernardes*, do brasão da cidade, das pompas piedosas, paços e cortejos, etc., etc.

Mas prestada esta justa homenagem ao brilhante evocador, temos que esmiuçar agora dois pontos de interêsse histórico-artístico, que mais particularmente interessam a esta secção.

O primeiro é um acto de justiça, que um homem com a escrupulosa lealdade de Matos Sequeira não recusa. Ao descrever as tapeçarias do Paço da Ribeira, aliás num belo artigo de divulgação, Matos Sequeira guia-se pela *Pirâmide* de Vilhegas, descreve-a como se a tivesse descoberto e esquece-se

que Sousa Viterbo, num notável capítulo «*Tapeçarias*» *(As Artes e os Artistas em Portugal*, 1892, reimpresso em 1920), extractara largamente essa descrição (como a do *Obelisco*), em que de resto o Sr. Joaquim de Vasconcelos se fundara também para o inventário dos *panos de Raz* (1900) numa síntese ainda hoje fundamental como visão crítica.

Matos Sequeira poderia assim, depois de ter dito com ironia que as novidades que descobriu «se acham escritas, impressas e publicadas há 253 anos», acrescentar com justiça: e ressurgidas, extractadas, comentadas e inventariadas desde 1892 por Sousa Viterbo e Joaquim de Vasconcelos. Um homem com o valor de Matos Sequeira, dando a César o que é de César, nem fica pobre, nem de modo algum... João Fernandes.

Vamos agora à *Rua Nova dos Ferros*, que o autor evoca através dos escrupulosos estudos do Sr. Vieira da Silva e de duas iluminuras de um *Livro de Horas* do Museu de Arte Antiga, reproduzidas sôbre fotografias e ampliações mandadas fazer pelo seu director, Dr. José de Figueiredo e que aqui reeditamos.

Que uma representa a *solenidade do pranto* pela morte do Rei e a *quebra dos escudos* na Rua Nova dos Mercadores, não há a menor dúvida e a exactidão da ilustração é maior do que Matos Sequeira supõe, desde que se guie, não pelos cronistas do século XVII, mas pelos textos coevos que as descrevem.

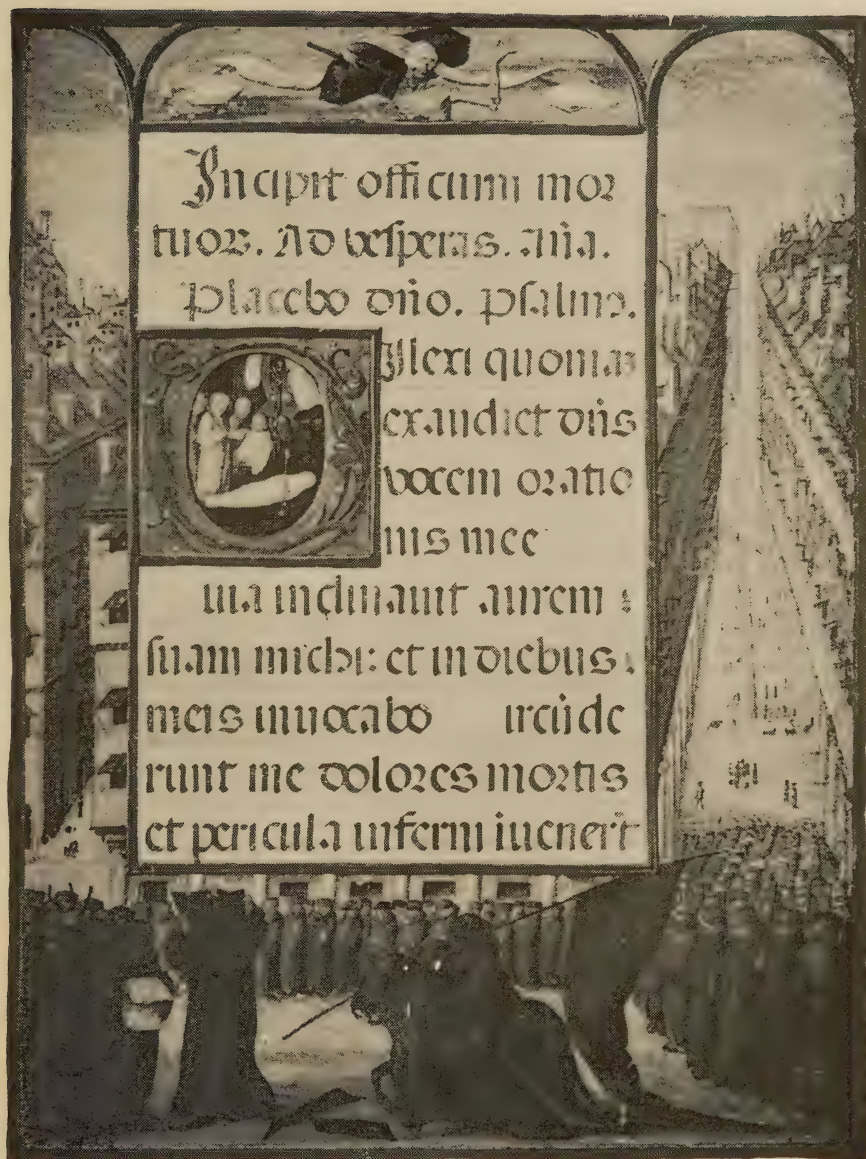
Não é «uma dessas solenidades reais com carácter indeterminado» (pág. 171), é a scena descrita na *Memoria*, que mais adiante transcreverei.

Mas a nossa discordância essencial é a interpretação da 2.ª iluminura. Matos Sequeira começa por aceitar que «figura os funerais do Rei Venturoso, possivelmente no templo dos Jerónimos» (já Ramalho Ortigão pensara o mesmo) mas logo a seguir acrescenta: «Quando isto foi ainda se não achava concluido o corpo da igreja que lá se representa no quadro central» e pensa então que «poderia corresponder às exéquias de D. João III» ou emfim à trasladação de D. Manuel em 1551. A sua hesitação é ainda maior acêrca dos edifícios que rodeiam a estampa central e depois de se meter «em complicados becos sem saída» pregunta: «¿Qual será o edifício que à direita se vê, gargulado sôbre o friso, coroado de ameias, e no qual se rasga uma janela geminada, em estilo manuelino? ¿Seria a fachada sul dos Jerónimos feita de cór? A escadaria por onde vai descendo o caixão, cercado de fogaréus, podia levar-nos a essa conjectura»... Mas as perplexidades não acabaram: o pedaço de rio, através da galeria, fá-lo hesitar acêrca dos Jerónimos, embora o arco brasonado podesse ser «o que se abria sob a Sala dos Reis» do mosteiro. Por fim, decidido: «Não nos iludamos, porém. Aquela inexplicável cruz de Avis, a eça altíssima, a armação de negro no corpo da igreja (que ao tempo não existia), a dispara-

tada colocação da fachada, a misteriosa galeria de dois andares, são tudo efeitos decorativos sôbre elementos verdadeiros, como sucedeu exactamente na composição da outra iluminura. Êste é o meu parecer sôbre as duas famosas páginas do *Livro de Horas del Rei D. Manuel*». Não nos iludamos... mas creio que se iludiu. Existiu a igreja ali representada, a fachada do tal edifício não é disparatada e a galeria não é misteriosa. O mistério é Matos Sequeira ter passado ao lado dum edifício que tantas vezes tem descrito e dum documento que tudo esclarece e não ter reconhecido um nem lido o outro. Mas é o paço da Ribeira, com as suas ameias tipicamente manuelinas e os *ajimeces* como nos paços de Sintra e Évora; e a dupla galeria através da qual se entrevê o Tejo, a poente, a lua no alto e o arco *dos paços*, com o escudo e a esfera de D. Manuel, sob o qual passa o cortejo que, horas depois da morte do Rei, o conduziu, logo às 3 da madrugada, para os Jerónimos. E no meio, é a missa de defuntos, *cantada não nos Jerónimos, mas na Sé*, três dias depois, seguida da quebra dos escudos, figurada emfim na outra iluminura.

Que é o paço da Ribeira, não há dúvida. A sua iconografia é já hoje rica e baseia-se não em gravuras fantasiadas como as de Braunio, mas em iluminuras da 1.ª metade do século XVI. Podemos ir contando: 1) A da crónica de D. João 1.º da Tôrre do Tombo; 2) a da crónica de Duarte Galvão, hoje na posse do sr. Conde de Castro Guimarães; 3) a da *Genealogia* de Simão Bening, desenhada por António de Holanda; 4 e 5) *as duas iluminuras* do Livro de Horas de D. Manuel, começado em 1517, mas só acabado depois da morte do Rei, por isso que nêle se representa o seu entêrro.

A que agora discutimos é uma destas duas e dá pormenores preciosos cuja importância não é ocasião de discutir, mas que Matos Sequeira poderia aproximar e cotejar com os da crónica de Fernão Lopes e até com o antigo quadro da colecção Ameal, que reproduz a pág. 46-A do seu livro. A escadaria exterior por onde desce o caixão, o patamar que o recebe, o arco por onde enfia o cortejo, a galeria de 2 andares enxertada no edifício ameado e de janelas geminadas, ¿ tem alguma dúvida que seja o *Paço da Ribeira ?*

Quanto à nave figurada a meio, representa a Sé. É uma nave gótica de grossos pilares, com deambulatório na capela-mor, em cujo altar se distingue um importante retábulo com caracteres que não são de invenção. Esta nave, áparte as incorrecções duma composição feita de cór, tem todo o valor dum documento da época, fixado por um excelente iluminador. ¿ Mas só se convence com a prova documental? Deixe então as descrições de Damião de Góis, que são escassas, e as dos escritores do século XVII,

*A QUEBRA DOS ESCUDOS NA RUA DOS MERCADORES*

Iluminura de um Livro de Horas do Museu de Arte Antiga

*ENTÊRRO DE D. MANUEL SAÍNDO DO PAÇO DA RIBEIRA, VENDO-SE, AO CENTRO, A NAVE DA SÉ*

ILUMINURA DE UM LIVRO DE HORAS, DO MUSEU DE ARTE ANTIGA

dos *Anaes* e da *Crónica de D. João 3.º*, em que entrevejo que o meu amigo sobretudo se apoiou, e venha ler agora esta descrição, coeva dos acontecimentos, tal é a precisão de todos os pormenores e a exacta comprovação de alguns. É a *Memoria da doença e enterro del Rey D. Manoel*, publicada nas *Provas da História Geneal.*, Vol. II, pág. 307. O rei morreu no Paço da Ribeira entre as 10 e as 11 da noite de 13 de Dezembro (1521) e foi logo nessa mesma madrugada levado para Belém. Leamos a memória e olhemos a iluminura:

*«E ás tres horas depois da meya noite ho levaram a nosa senhora de belem metido em huu ataude em cima de huã azemala com toda a corte que seriam bem dous mil de cavalo e mais de seiscentas tochas com todolos clerigos e capelães e o marques, duque de bragança, mestre de samtiago, mordomo moor, muitos moços da camara e todos seus criados, levandoo estes grandes senhores, tirandoo eles dazemela á porta da Igreja, e dahy o levarão atee a cova os frades, levandoo com grandes lamentações, etc., etc.»*

Damião de Góis diz que o lançaram na igreja velha (a antiga capela do Restelo, do infante D. Henrique) «em uma sepultura rasa» e que o entêrro foi às 2 da madrugada, hora que Matos Sequeira aceita. Mas, a *Memoria* diz que foi às 3 e Gil Vicente, cujo testemunho tem, no caso mais importância que o de Góis, confirma-a quando diz:

> Já passada a meia noite,
> *trez horas* antes do dia,
> metido em um ataúde
> o que inda ha pouco regia,
> o gran senhor do Oriente,
> de seus paços se partia.

Concordância de pormenor que depõe em favor da exactidão da *Memoria*.

¿Quere agora o texto da scena central? Continuemos:

*«E loguo a terça feira seguinte dezoito dias do mes de dezembro da dita era, todolos cidadãos e homẽs principaes da cidade de lixboa mandarom dizer huã missa com a maior devoção que dizer se pode na capela mayor da see da dita cidade a qual capela estava toda armada e paramentada de panos negros, e bem asi os bancos em que se havia dasentar outrosi estavam cubertos dos ditos panos negros.»*

Parece que não há dúvida; é a Sé, com o que a própria arquitectura da nave concorda. Já agora vejamos a descrição da outra iluminura, que é afinal menos fantasiada do que Matos Sequeira supõe:

«*E depois de todos ouvirem asi a dita missa se vieram todos á porta principal da See saindo todos da casa da camara da cidade e asi cavalgou o alferes com huã bandeira que era a modo destandarte de pano de linho tinto em negro em huã aste grosa asi negra e o cavalo em que asi cavalgou era negro sem nenhũ sinal branco e a coma dele era tão grande que lhe dava pelos joelhos muito comprido e o cabo era tão comprido e reveremdo que lhe dava pelo chão, e levava o dito cavalo hũ paramento de pano asi negro que tomava do arção dianteiro até o cabo e dava pelo chão, e asi as cabeçadas erão muito largas e redeas tudo euberto de pano de doo, que cousa nenhuã do cavalo não parecia senão os olhos e orelhas... e o alferez chamavase Nuno Alvez Pereira filho de Rui Diaz Pereira que levava a dita bandeira nam alta mas derribada com a ponta casi no chão arrastandoa, e ele levava vestida huã mui grande loba de pano negro, e hua mea peça do dito pano negro ao redor do pescoso que casi os olhos lhe não vião, e ahy com ele tres cidadãos, os dous erão Juizes do crime e ho outro Diogo Vaz, Juiz do civel, e loguo em queremdo mover da porta da see lhe puserão huũ banco cuberto de doo e o dito Diogo Vaz se pôs em pee em cima dele com um escudo negro nas mãos e prepôs esta fala ante todo ho povo dizendo asy*», etc.

Não vale a pena transcrever o resto. Basta lembrar que se partiram três escudos — um à porta da Sé, outro a meio da rua Nova dos Mercadores (é o que se representa na iluminura), o terceiro no Rossio. O pregoeiro, se não está em cima do banco, está pelo menos a pé e não a cavalo, como Matos Sequeira exigia, fiado em descrições de menos exactidão que a ilustração de que duvida, e que de facto, embora desdobrada nas duas acções — leitura do pregão e quebra do escudo — segue a descrição da *Memoria*.

Matos Sequeira, que é um homem de bom senso crítico e sem mesquinhez de pensamento, cujos livros tenho mais prazer em ler do que contraditar, compreende a razão dêste esmiuçar de textos e iluminuras. É que estas, assim interpretadas, passam a ter um valor documental muito superior ao que teriam se, em vez de representarem scenas históricas e monumentos tão importantes como o Paço da Ribeira e a nave da Sé, apenas figurassem « solenidades reais de carácter indeterminado » e um vago e fantasioso aspecto do mosteiro dos Jerónimos, de facto e ao tempo, ainda não acabado.

REYNALDO DOS SANTOS.

# BIBLIOGRAFIA

VERGÍLIO CORREIA: *VASCO FERNANDES.* Mestre do Retábulo da Sé de Lamego. Coimbra, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE, 1924, 154 p.

NESTE seu livro, o sr. dr. Vergilio Correia reincide no êrro do seu « Sequeira em Roma » (*LVSITANIA*, fasc. I, pág. 128). Como naquele, o que tem interêsse neste são apenas os documentos. O resto, com pretenções a crítica e para mais recheado de verrina, revela a mesma falha absoluta de visão e de preparação para o assunto, acrescendo a estas uma outra falha ainda maior, a falha moral, que é, de resto, a principal, senão a única causa do *gâchis* em que o sr. Vergílio Correia se debate.

Com preparação para trabalhos de etnografia e de prehistória, nos quais não era prejudicado pela sua ausência de visão e sensibilidade, o sr. Vergílio Correia não devia nunca tê-los abandonado pelos estudos de arte em que, trabalhe o que trabalhar, não poderá nunca fazer nada. Isso não o ignora o sr. Vergílio Correia, que o declarava sempre que a confissão vinha a propósito e o escreveu mesmo ainda há pouco quando, no 1.º número do *Boletim de Arte e Arqueologia de Lisboa,* que dirigi, publicou os documentos sôbre pintores quatrocentistas e quinhentistas que procurara e coligira por meu encargo. Referindo-se precisamente a Vasco Fernandes e Gaspar Vaz, dizia: « A destrinça das obras dos dois pintores compete aos técnicos e aos críticos de arte. O *investigador* (o grifado é nosso) pouco mais poderá, infelizmente, fazer com a exígua documentação que perdura do tempo em que viveram os dois grandes artistas. »

Mas nessa época o sr. Vergílio Correia, aliás com tôdas as minhas *contradições* já coleccionadas, estava ainda no Museu de Arte Antiga. Tendo depois obtido convite para a cadeira de História de Arte da Universidade de Coimbra, o sr. Vergílio Correia inverteu os factores, e, em vez de ter pensado, antes de ser nomeado, se tinha competência para ela, julgou-se com tôdas as qualidades desde que entrou para lá. Infelizmente, o hábito não faz o monge, e, no seu caso, o aforismo, nem sempre felizmente certo, tem inteira aplicação: « Quem sabe executa, quem não sabe ensina. »

Mas vamos àquilo de que o sr. Vergílio Correia parece querer fazer o fundo do seu livro, complicado e difuso: a escolha do método para a identificação das obras de arte.

Contra o que o sr. Vergílio Correia pretende, não ha vários métodos. O método é um só, ou seja a análise da obra a estudar. O que há é

vários processos e todos necessários, recorrendo-se a uns e outros ou mesmo a todos, conforme o problema a resolver. E com isto não faço jôgo de palavras, porque qualquer que seja a significação que se dê à palavra método ou ao vocábulo processo, o que o sr. Vergílio Correia chama o método *directo*, e objectivo, ou seja o documento, não é método nenhum, mas sim um simples elemento de trabalho.

Quando portanto se pretende identificar uma obra de arte, há uma só cousa a fazer: analisá-la. E só assim se pode saber se ela é autêntica, pois o documento pode existir e a obra, análoga à primitiva, não passar de uma réplica ou cópia daquela [1]. E é essa também a única maneira de determinar qual a sua escola e caracteres e, conseqüentemente, qual a sua importância e valor.

O documento, embora por vezes fundamental, é assim e sempre ùnicamente um subsídio. E é-o verdadeiramente e a valer apenas para aquêles que souberem servir-se dêle, isto é, para os que, tendo as qualidades naturais para isso, disponham também da respectiva educação e cultura, uma e outra coisa indispensáveis a um bom critério artístico. Aliás, suceder-lhes há o que sucede agora ao sr. Vergílio Correia, cujo livro, cheio de enormidades, só era possível ser publicado, nas condições em que o foi, em um país como o nosso [2].

Se o descobrir um documento transformasse o *encontrador* em crítico e historiador de arte, os historiadores e críticos eram abundantes no nosso país e não havia classe nenhuma, por mais modesta que fôsse, que não tivesse o seu Herculano e Joaquim de Vasconcelos. E teriamos assim não a democratização que o sr. Vergílio Correia reclama para êstes assuntos, mas a sua comunização! A pesquisa de documentos, possível a todos os que, sabendo ler, tenham os olhos habituados às antigas grafias, é obra sobretudo de tempo e paciência. E é por isso que nos grandes centros, como Paris, a sua rebusca é um dos recursos dos pobre-diabos, vagamente letrados, que, sem outras qualidades, ganham assim modesta mas honradamente o seu pão nesse labor pouco intelectual e, por isso mesmo, fastidioso e duro.

E dizendo isto, em vez de amesquinhar a obra admirável de Sousa Viterbo e Anselmo Braamcamp Freire e de outros investigadores nossos de valor, ainda mais a nobilitamos, porque, com qualidades para tarefas mais difíceis e subjectivas e devendo ser apenas os ordenadores e comentadores dos materiais que outros deviam procurar-lhes sob indicação sua, não hesitaram em sacrificar-se, sendo êles próprios, por falta de ajudantes, quem procurou e encontrou a maior parte do que nos legaram nesse campo.

Tal não é porém o caso do sr. Vergílio Correia que, não podendo ser nunca em matéria de arte senão um rebuscador (*rat de bibliothèque*, dizem os franceses) por falta de visão e sensibilidade e cultura especializada do assunto, procura desta maneira fazer-se passar pelo que não é e nunca poderá ser: crítico e historiador de arte. E assim escreve já agora no seu livro (*Vasco Fernandes*, pág. 141): «*Admito e aprecio e emprego o método comparativo* (que nos aparece mascarado sob o rótulo de visão superior). Havendo começado a minha vida de publicista como prehistoriador e etnógrafo, compreendo também a utilidade dêsse processo quando aplicado às artes»! O ponto de admiração e o grifado são nossos, pois é preciso audácia e grande para escrever isto quem, tendo de as dar aliás constantemente, ainda há pouco deu mais uma prova da sua absoluta cegueira em matéria de arte, atribuindo a Sequeira o horrível *mamarracho* representando D. João VI, que o sr. Vergílio Correia foi a Roma arrancar ao esquecimento de que nunca devia ter saído.

Vejamos agora a autoria do retábulo da Sé de Lamego:

Se o sr. Vergílio Correia fôsse, ainda que pouquíssimo, um visual, e dispusesse duma, embora relativíssima, cultura do assunto, não estando para a pintura como estão para a música os que confundem, não direi já Wagner com Rossini, mas o grande mestre alemão com Lecocq ou outro vaudevilista, bastaria mostrar-se-lhe a diferença fundamental que há entre o processo de Vasco Fernandes, nos seus quadros indiscutíveis, e o do artista que interveio na parte primacial do retábulo da Sé de Lamego, para compreender logo o abismo que separa os dois pintores. O desenho admirável do mestre de Salzedas (é assim que chamamos a êste artista) e que só falha uma ou outra vez nos escorços, mal de que de resto enfermam muitos dos bons artistas da época, está infelizmente bem longe do desenho do mestre português. E como a intervenção dêste último nos painéis que restam do retábulo é também evidente, sendo sem dúvida dêle a Virgem da «Anunciação», o contraste é mais flagrante e não pode sequer assim argumentar-se com evolução e mudança de processo, por isso que temos, no mesmo quadro, a documentação pictórica dos dois.

Também a visão da luz é, não só diferente, mas oposta em cada um dêles. E para quem, mesmo superficialmente, conhece os pintores que, na esteira de Gerard David, fecharam o ciclo da escola de Bruges, a entoação vinosa e difusa, que é característica do mestre de Salzedas (Anjo da «Anunciação» e paìsagem do mesmo quadro), é ainda mais uma prova da sua nacionalidade.

E a diferença dá-se nisso como em tudo. Nas extremidades, por exemplo, pedra de toque na obra dos artistas plásticos, emquanto Vasco Fernandes as deforma no sentido do comprimento (vejam-se, na «Anunciação», as mãos da Virgem, que são tipicas), o mestre de Salzedas, se erra, e só, como fica dito, quando escorça, é sempre no sentido contrário, isto é, reduzindo e encurtando. Mantém porém uma finura e delicadeza, que aquêle ignora, e que coloca o mestre de Salzedas entre os melhores artistas do seu tempo. Também o seu sentimento perfeito de miniaturista (vejam-se as pequenas figuras que enriquecem o fundo de alguns dos seus quadros), sentimento que é bem do seu país e da sua raça, nada tem que ver com o que revela a obra de Vasco Fernandes. Êste realiza em pequeno pela mesma maneira sumária e larga (e por isso chega por vezes a ser brutal), com que realiza em grande.

Mas ¿para que continuar, se o sr. Vergílio Correia, embora irònicamente, diz no seu livro que não pode seguir-nos neste campo? Seria tempo perdido. O mesmo que, sem a graça divina, falar em língua europeia a gente do sertão.

A-pesar porém de tôdas estas suas falhas, o sr. Vergílio Correia, se estivesse de boa fé, teria sido contudo menos afirmativo quanto à autoria do retábulo. Bastava para isso lembrar-se dos documentos que encontrou relativos ao retábulo da Igreja de Ferreirim, constatando que se tivesse só encontrado o da encomenda (27 de Nov. de 1533) daria essa obra a Cristóvão de Figueiredo e, quando muito, a êste artista e a Garcia Fernandes, quando, pelo outro documento também a êle relativo (o de 1534), se vê que êsse retábulo foi feito por aqueles dois artistas e por Gregório Lopes e Cristóvão de Utrèque.

Ora o exame directo para alguma coisa serve, pois antes do sr. Vergílio Correia ter encontrado êsses documentos, já eu sabia, e os meus amigos tinham conhecimento do facto, que, no retábulo de Ferreirim, havia a intervenção de Cristóvão de Figueiredo, Garcia Fernandes e Gregório Lopes, sendo êste o que nêle tinha papel mais notável. Constatara também a colaboração de um quarto artista, mais grosseiro e inferior, que eu identificara com o mestre do retábulo da Igreja de Nossa Senhora do Castelo, de Tôrres Vedras, e cujo nome ignorava. Sei agora, pelo segundo documento do sr. Vergílio Correia, que êsse pintor é Cristóvão de Utrèque.

¿Como fizera eu essas identificações? Muito fàcilmente, desde que, estando identificada a obra de Cristóvão de Figueiredo, Gregório Lopes e Garcia Fernandes, eu podia, por comparação, separar no retábulo a obra dêsses três pintores, cada um com as suas características próprias.

Parece de-certo isto ao sr. Vergílio Correia trabalho de natureza sobrenatural, e como tal não crê nêle, exactamente como sucede aos que não sabem ler e escrever e que, com pasmo, vêem os que o sabem, traçar e vozear linhas com a maior facilidade.

E já agora e porque isso vem a propósito, dir-lhe hemos que mal avisado andou citando Eugéne Muntz. Muntz foi um escritor ilustre e um historiador de arte notável, pois, tendo lido tudo o que se conhecia na sua época sôbre o renascimento em Itália, soube condensá-lo por uma forma brilhante e perfeita. Mas não foi um crítico de arte, porque não tinha o dom da visão, e por isso mesmo os seus livros, passados de moda, com as correcções que lhes trouxeram os trabalhos de Venturi, Berenson, Bertaux, etc., têm actualmente um interêsse muito relativo, porque nada acrescentaram ao que se sabia no seu tempo. Emile Male, no artigo que, por encargo do govêrno francês, escreveu em 1915, sôbre os estudos da história de arte em França, artigo que tinha um fim patriótico e exaltativo, pois era destinado à exposição universal de S. Francisco, teve de reconhecer isso.

E sob êste ponto rematarei com Damião de Góis que, com razão, diz que «o estylo dellas (das crónicas) he muito diferente do de Ruy de pinna e *facilmente dirá ser isto assi*, quem *per o estudo das boas letras e artes, alcançou o dom de poder julgar entre estylo e estylo.*» Conseqüentemente, Góis comprou, nas Flandres, excelentes quadros, e, entre êles, o admirável Bosch, do Museu de Lisboa. Esquecendo mesmo o que sei da visão do sr. Vergílio Correia, o que êste senhor tem escrito basta para ter um arrepio ao pensar o que êle compraria, se a ocasião se lhe oferecesse para isso.

É claro que tudo isto é, para o sr. Vergílio Correia, grego, e, como tal, e muito lògicamente, o considerará. Quis porém o acaso que tenhamos encontrado um argumento acessível à sua compreensão dêstes assuntos. E êsse argumento, que ciosamente lhe reservávamos, é a existência, no Museu Municipal do Pôrto, onde aliás existem mais duas pinturas quinhentistas de Viseu, de dois painéis do mestre de Salzedas, representando, um, Santa Catarina, o outro, Santa Luzia, e aquele com a respectiva legenda em flamengo. Ora como, para o sr. Vergílio Correia, o mestre de Salzedas é Vasco Fernandes, isto é, de facto, desagradável para as suas *identificações*, a não ser que o sr. Vergílio Correia decida agora que Vasco Fernandes não é português.

Sendo menos fundamentais os pontos de que vamos ocupar-nos, re-

ferir-nos hemos a êles ràpidamente e apenas para precisar coisas que importa arrancar à baralhada em que o livro do sr. Vergílio Correia e outros escritos seus, igualmente anárquicos, as mergulharam.

1.º *O artigo de Sanchez Canton, publicado na revista «Raza Española»* (Julho de 1921) e reproduzido, com o maior aplauso, pelo sr. Vergílio Correia na *Terra Portuguesa* (n.º 37).

Escrito sôbre impressões rápidas colhidas de relance quando, por sugestão minha, êste e outros ilustres catedráticos espanhóis vieram, há anos, a Lisboa, êsse artigo ressente-se das condições em que foi feito. Para mais, Sanchez Canton precedeu-o carinhosamente das seguintes palavras, que o sr. Vergílio Correia, é claro, eliminou, ao transcrevê-lo: «En ellas (nas páginas do artigo) se aventuran ciertas ideas, no del todo maduras, y que requieren mayor meditación»... «Cumple declarar en el comienzo la admiración y el respeto que merece el Sr. Dr. José de Figueiredo; lo que en estos apuntes haya de util y apreciable es mero extracto de su obra; las hipótesis que contrarien las suyas son atrevimientos de discipulo mal hallado con la quietud de la cosa juzgada; al exponerlas, se busca la replica, y se pide perdon de la audacia». Por isso e pela grande amizade e admiração que temos pelo ilustre sub-director do Museu do Prado, deixámo-lo sem resposta.

2.º *A assinatura do «Pentecostes», da sacristia de Santa Cruz de Coimbra.*

Na opinião autorizada dos senhores drs. José Maria Rodrigues e José Leite de Vasconcelos, Velascus é a forma latina de Vaz e não de Vasco. Embora portanto possa encontrar-se Velascus por Vasco, não é natural que em um quadro pintado para a igreja de um convento com a cultura de Santa Cruz, de Coimbra, a forma latina adoptada não fôsse a correcta.

Depois, tôdas as assinaturas escritas de Vasco Fernandes, reproduzidas pelo sr. Vergílio Correia, são uniformemente a mesma, ou seja Vasco Frz, e a única que se conhece pintada, a do tríptico da Colecção Cook, é ainda idêntica [3]. Não me parece pois que isto sirva em alguma coisa a tese do sr. Vergílio Correia.

Quanto ao sinal que o sr. Vergílio Correia quere que seja a marca de Vasco Fernandes, êle não aparece na assinatura de Velascus pela mesma forma que aparece na assinatura escrita de Gão Vasco. E isto tem importância, porque o mesmo sinal e ainda entrando na composição de outra maneira, aparece igualmente na assinatura do pintor Fernando Eanes, reproduzida pelo sr. Vergílio Correia a página 83 do seu livro. E como esta assinatura, precisamente a que êste artista fêz em Lamego, é diversa

da que tinha em Tomar, pode até certo ponto concluir-se que se trata duma rubrica em moda na região e portanto possível em Gaspar Vaz.

3.º *O Retrato do Bispo D. João Camelo Madureira.*

¿Porque é que o sr. Vergílio Correia transforma o Simeão da «Circumcisão» no Bispo de Lamego? Mistério êsse impenetrável, pois, além do tipo que se vê no painel não oferecer nenhuma característica de retrato e ser tradicional na escola de Bruges da época, nada permite ainda, a dentro do que se conhece da iconografia flamenga e portuguesa de então, a hipótese de tal *travesti*.

Onde isso se fêz foi na Itália; mas por motivos que seria longo enumerar e que um professor de História de Arte não devia desconhecer, houve, neste ponto, uma diferença fundamental entre o que se praticava nas Flandres e Portugal e o que se fazia naquele país.

E a propósito, ¿quais serão os pintores flamengos do conhecimento do sr. Vergílio Correia, em cuja obra aparece o tipo de Cristo igual ao de Frei Carlos? Áparte o bigode ralo, freqüente naquela escola, eu por mim não sei de tábua onde se encontre êsse modêlo.

4.º *Os brocados que se vêem nos painéis de Lamego*, e que o sr. Vergílio Correia quere que sejam típicos na obra de Vasco Fernandes, são rarissimos em primitivos portugueses, aparecendo só, quando da mão de artista nacional, e com muito pior realização, em alguns, poucos, painéis tardios no estilo das oficinas de Viseu e especialmente de Gaspar Vaz. Êsse tom escuro, um pouco arroxeado, e que, de longe, parece negro, marcante no mestre de Salzedas, é característico mas nos pintores estrangeiros do norte, onde a atmosfera não tem a transparência e a luminosidade da nossa.

6.º *As minhas contradições.*

Não necessitava o sr. Vergílio Correia de se ter dado à canseira de as coleccionar e à tarefa, mais dura, embora para si mais grata, de as cozinhar e preparar, inventando até, como faz, quando diz que eu dou Vasco Fernandes como discípulo de Jorge Afonso, quando eu nunca fiz essa afirmativa, emitindo simplesmente a hipótese, o que é diferente, de ser isso possível. De facto, êste seu trabalho era desnecessário, desde que, em 1921, no Boletim de arte e arqueologia que dirigi e em que por convite meu o sr. Vergílio Correia colaborou, eu próprio reconheço e justifico essas contradições.

É que me sinto muito honrado com elas, considerando-as como inevitáveis na longa jornada que, há cêrca de 20 annos, Luciano Freire e eu vimos fazendo e que deu ao país, perante as grandes autoridades de todos os países, o reconhecimento de uma escola portuguesa de pintura caracterizada.

O sr. Vergílio Correia que, sem ideas próprias, tem o sestro de se

atravessar no caminho dos outros que as têm, para conseguir obra à custa do esfôrço alheio, e que assim fêz com Leite de Vasconcelos, Joaquim de Vasconcelos, Reinaldo dos Santos, Xavier da Costa, não tendo querido sequer deixar a José Queirós os restritos estudos que foram tôda a paixão da sua vida, ainda quando não fôsse o incompetente que é em matéria de arte, vinha tarde de mais como iniciador do verdadeiro!! estudo dos nossos primitivos. É que o importante da tarefa está feito. E a cadeia que vai desde Nuno Gonçalves até Fernão Gomes está já finalmente esclarecida, nas suas linhas fundamentais.

É com satisfação que o dizemos e com prazer que damos os nomes dos artistas já identificados. Êsses artistas são: Nuno Gonçalves, Jorge Afonso, Gregório Lopes, Cristóvão de Figueiredo, Garcia Fernandes, Cristóvão de Utreque, Vasco Fernandes, Gaspar Vaz, Frei Carlos, Cristóvão Lopes, Sanches Coelho (êste como português), Cristóvão de Morais e Fernão Gomes.

Tudo o que atrás fica dito se dirige, não ao sr. Vergílio Correia, mas aos leitores da *LVSITANIA*.

É que, para nos dirigirmos ao sr. Vergílio Correia, teriamos de esquecer o respeito que devemos a nós mesmos, respeito que levou o eminente homem de Sciência, Dr. José Leite de Vasconcelos, a considerá-lo como indesejável no Museu de que é director.

Sentimento idêntico acaba de ditar a atitude de outro grande homem de bem, o benemérito professor Luciano Freire.

JOSÉ DE FIGUEIREDO.

*NOTAS*

[1] Nunca esqueceremos a excursão que fizemos, há anos, de Lamego a Tarouca, ùnicamente para ver um *primitivo* que o sr. Vergílio Correia dizia ter descoberto na matriz desta vila.

Afinal, essa pintura não passava, como logo dissemos, ao olhá-la de longe, de uma péssima cópia do século XVII e precisamente do quadro «Anunciação», de Lamego. O êrro, a-pesar-de palmar, pouco nos surpreendeu, porque já tinhamos constatado a incapacidade absoluta do sr. Vergílio Correia em matéria de artes plásticas.

[2] Não podemos deixar de dizer, aqui, isto ao sr. dr. Joaquim de Carvalho, embora tenhamos a maior consideração pelas suas qualidades

pessoais e pelos seus méritos scientíficos e reconheçamos os serviços que sua ex.ª tem já prestado à Universidade de Coimbra e à sua Imprensa.

[3] É lamentável que se escreva, como se escreve no livro do sr. Vergílio Correia, que, vandalizado como foi êste tríptico, com a lavagem que lhe fizeram a potassa, a assinatura ficasse intacta. Era a primeira coisa a sofrer. Continuamos porém a acreditar que essa assinatura não é falsa, tendo sido escrupulosamente reconstituida conforme a original e sôbre os seus vestígios.

CELESTINO DAVID: *ÉVORA ENCANTADORA*, 198 pág. Évora, Outubro de 1923.

PORQUE é que Évora, uma das nossas mais ricas cidades de arte e de história, raro tem inspirado os poetas e os romancistas? Não há cidade do Norte que não servisse de fundo a algum episódio camiliano, e o Pôrto palpita ainda em Camilo e Júlio Denis, como Leiria em Eça de Queirós e Santarém em Garrett. De Coimbra seria ocioso falar: tem sido o mais fecundo veio da inspiração poética e do lirismo nacionais, e a arte e a história envolvem-se naturalmente aí nas brumas da païsagem e da lenda. Talvez porque a transparência viva da luz alentejana seja mais própria para revelar os contornos nítidos da história, Évora inspirou, desde André de Rèsende a Armando Filipe Simões e Gabriel Pereira, mais os humanistas e arqueólogos do que os poetas. Uma antologia *eborense*, onde Ramalho e Fialho de Almeida teriam aliás páginas de eleição, sendo pobre de romancistas e de poetas, seria talvez a mais rica de arqueologia e de história. O livro do dr. Celestino David, que sôbre *Évora encantadora* escreveu as suas impressões de poeta, é mais um reflexo curioso do ambiente da velha cidade de Sertório, pois que, escrito sem pretenções de erudição ou de crítica de arte, é ainda na arte e na história que as suas evocações essencialmente se inspiram.

REYNALDO DOS SANTOS.

*UMA CARTA DO PROFESSOR LUCIANO FREIRE.*

DO eminente prof. Luciano Freire, o benemérito reintegrador de tantos quadros da nossa pintura primitiva, recebemos a carta que, com muita honra, a seguir publicamos.

Refere-se o nosso ilustre amigo, com a discreção e a sinceridade que

a sua consciência lhe impôs, a um assunto cujos aspectos pessoais não podem ser tratados nesta Revista, onde havemos de manter uma linha de conduta que a própria missão da *LVSITANIA* reclama de quantos trabalham em suas páginas. Ás palavras do prof. Luciano Freire arquivámo-las como mais um nobre documento do seu carácter, que tão bem se conjuga com os seus notabilíssimos méritos.

N. DA R.

Ex.mos Sr.es

Tendo sido o meu nome envolvido em *sueltos* do pior gôsto, publicados no último número da revista «Terra Portuguesa», e especialmente desagradáveis ao meu querido amigo e eminente crítico de arte, Dr. José de Figueiredo, porque o articulista, não sabendo como defender-se, vai embrulhando as questões, sem se importar com o que isso pode perturbar o espírito público, já de si avêsso aos assuntos de arte, tudo com o fim de semear intrigas, sem respeito pelos sentimentos de honorabilidade dos outros: venho declarar que sempre tive e mantenho a maior consideração pelos trabalhos de primacial importância para o país realizados pelo director do Museu Nacional de Arte Antiga. Uma velha e nunca desmentida solidariedade tem ligado a nossa colaboração no campo dos trabalhos de arqueologia artística, facto que muito me orgulha e sensibiliza.

Se de há muito não soubesse que as satisfações da consciência são o melhor, e talvez único, prémio de quem em Portugal se ocupa de qualquer assunto elevado, ter-me hia surpreendido o que li. Assim não; pelo que regresso à paz e ao trabalho do meu *atelier*, onde pouco mais aufiro do que prazer espiritual, e onde, ao menos, poderei fazer a selecção que fôr grata aos meus sentimentos, tendo sòmente contacto com as pessoas que prezo, estimo e admiro, o que, entre outras vantagens óbvias, me livrará de inconfidências, como aquela referente à cópia dos painéis de Nuno Gonçalves, publicada no «Vasco Fernandes mestre do retábulo da Sé de Lamego», a qual, a-pesar do exagêro dos serviços atribuidos ao meu cooperador, apenas me contrariou pelo que essa inconfidência significa.

De VV. Ex.as com tôda a consideração amigo e obrigado

LUCIANO FREIRE.

# BIBLIOGRAFIA

## *EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO 1.º CENTENÁRIO DA FÁBRICA DA VISTA ALEGRE*

SE à chamada arte pura não pode ser indiferente o ambiente físico, as artes decorativas ou aplicadas essas estão em inteira conexão com êle, ou melhor, na sua mais absoluta dependência.

Na península, por exemplo, a arte do ferro é uma arte das regiões do sul, emquanto que a dos entalhadores o é das regiões do norte. Onde a madeira abunda aquele minério só é utilizado nas coisas em que esta o não pode substituir, e conseqüentemente o seu aproveitamento artístico e decorativo é muito secundário. Por isso as *rejas*, para só falar desta modalidade artística, são mais abundantes no sul da península do que no norte e quando as encontramos, por exemplo, na Galiza, onde são aliás raríssimas, são produtos de importação e não filhas da iudústria local.

Com barros finíssimos, Portugal é, por essas e outras razões, como a das qualidades pictoricas da nossa raça, um país de ceramistas. A-pesar, porém, disso e de ter sido devido a nós que a porcelana teve a sua maior difusão na Europa, é só depois de 1832 que a porcelana começou a ser verdadeiramente manufacturada no país. É que tendo as tentativas de Bartolomeu da Costa, Vandeli e Manso Pereira (êste no Brasil), revestido sempre um carácter um pouco especulativo, sem verdadeiro seguimento prático, pode dizer-se que data realmente de então a descoberta de caolino entre nós. Achada nesse ano, pelo operário Capote (?), essa matéria preciosíssima em Vale Rico, a que ùltimamente veio juntar-se um novo fundo encontrado junto de Leixões, o fabrico da porcelana generalizou-se e hoje a sua indústria, senão a sua arte, é corrente em Portugal. E isto é capital, porque o nosso operário tem assim ocasião de fazer com facilidade a sua aprendizagem técnica, sendo, sob êsse ponto de vista, cada manufactura, pelo menos, uma escola de preparação para êsse fabrico.

É êste um dos grandes serviços que se deve à fábrica da Vista Alegre, pois é provável que, sem a sua fundação, em 1824, a descoberta dos jazigos de caolino fôsse muito mais tardia. A existência da manufactura na região e a procura de aperfeiçoamento do seu fabrico, limitado de começo ao vidro e à faiança, constituem factores que não podem esquecer-se na eventualidade do facto.

Se não fomos nós que introduzimos a porcelana na Europa com a descoberta do caminho marítimo para a Índia, pois já anteriormente a porcelana era conhecida no Ocidente, pelos menos desde 1447 (ver os traba-

lhos de Valet de Viriville e de Davillier), foi contudo essa descoberta que, tornando mais fácil o seu transporte, a vulgarizou em Portugal e nos demais países europeus. E nesse ponto tem de rectificar-se a afirmação de escritores estrangeiros, aliás documentados, como Cordier, que, negando-nos qualidades de comerciantes, dizem que a verdadeira difusão da porcelana se deve aos holandeses, que nesse, como em outros campos, teriam sabido, melhor do que nós, utilizar as vantagens das nossas descobertas. A verdade é inteiramente outra, como o mostra, por exemplo, Havard, quando regista o grande comércio que os portugueses fizeram, em França, das porcelanas, lacas e outros produtos, no fim do séc. XVI, comércio que se mantém em pleno séc. XVII, como se conclui dos versos do Sieur de la Boissère, em 1646, e dos mais famosos que, sôbre o assunto, escreveu, no *Paris Burlesque*, Scarron:

> Menez-moi chez les Portugais
> Nous y verrons, à peu de frais
> Des marchandises de la Chine
> Nous y verrons de l'ambre gris
> De beaux ouvrages en vernis
> Et de la porcelaine fine
> De cette contrée divine
> Ou plutot de ce paradis.

Na península, Davillier regista um facto que deve ser ainda um eco dessa nossa actividade comercial: o da compra, em hasta pública, pelo português João Fernandes, em 1569, de duas grandes palanganas de porcelanas que faziam parte do espólio da Rainha Isabel de Valois, 3.ª mulher de Filippe 2.º E muito antes do presente do Cardeal-Rei ao Xerife, transcrito nas *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, e em que essas peças aparecem várias vezes, também já a Rainha de Portugal D. Maria, segunda mulher de D. Manuel, mandava, em 1504, à sua mãe a Rainha Isabel, a Católica, uma grande bacia de porcelana azul e branca (Davillier).

¿ Quem foram os primeiros mestres das faianças e porcelanas da Vista Alegre? A verdadeira resposta não foi, a nosso ver, ainda dada e tem um grande interêsse porque só ela pode, em nosso entender, explicar coisas que, sem essa resposta, se não poderão compreender.

Há, é certo, uma peça de porcelana do início da laboração da fábrica

*FÁBRICA DA VISTA ALEGRE*

COMPOTEIRA, GARRAFAS E COPOS DE CRISTAL LAPIDADO, FACETADO E GRAVADO, SENDO ALGUNS DECORADOS COM MEDALHÕES DE CAOLINO (1836-1849)

*FÁBRICA DA VISTA ALEGRE*

PAR DE JARRAS NO ESTILO ETRUSCO (1865-1866) E «BISCUIT» (1858-1860), CÓPIA DO GRUPO DA MANUFACTURA DE SÈVRES:
« LE LARCIN DE LA ROSE »

(o sr. João Teodoro Ferreira Pinto Basto considera-a, e a meu ver com razão, anterior a 1835) que está assinada e é obra de um português, Fabre, e a mesma origem julgo que devem ter os frascos com pinturas inspirados no renascimento italiano, e, como tais, *abundantemente* pintados, no princípio falso e condenável que faz, das *faenzas*, tudo menos puças de cerâmica, em que a matéria não deve nunca deixar de ter lugar primacial. Essas peças não contrariam porém a solução que julgamos dever ter o problema, porque a pasta dessas peças e até o carácter da sua decoração não briga e antes se coaduna com a nossa conclusão.

Fundada a fábrica em 1824, a sua exploração de início foi sobretudo a dos cristais, o que não surpreende, dada a grande moda dêstes na época e as ligações de família do fundador com a Inglaterra, pois sua espôsa era filha de um cônsul dessa nação no norte de Portugal. A-pesar das tentativas anteriores feitas em outros países, como a Itália e a França, o cristal artificial é uma invenção inglesa do século XVIII, e embora o seu fabrico não revestisse aí nunca um alto carácter artístico, o tipo criado então na Inglaterra, o cristal talhado em facêtas, foi o modêlo seguido por tôda a parte, sendo imitado até muito tarde em todos os outros países.

Se a fábrica da Vista Alegre se entregou portanto em especial a essa produção, como se vê pelas peças expostas, que ombream com o que de melhor então se fazia, a nova manufactura não pôs porém de parte o fabrico que tão grandes e nobres tradições tinha no país: a cerâmica. E, conjuntamente com os cristais, surgem as primeiras peças daquela indústria. Ora essas peças, como as primeiras em que o caolino foi utilizado (vitrine II), têm um carácter tão tìpicamente inglês, tanto pela sua forma como pela sua pasta, que a conclusão a que eu sou levado é esta: tôda a faiança fabricada na Vista Alegre e o seu primeiro período de porcelana é de origem inglesa, ou antes realizado sob a direcção de mestres dêsse país. Basta examinar com atenção a totalidade do que contém o armário II para se ver que é essa a conclusão que se impõe. E digo tôda a totalidade porque as próprias peças de Fabre lusitano, vindo para a fábrica da Casa Pia de Lisboa, e de-certo descendente do arquitecto do Palácio da Ajuda, estão ainda, e pelo menos quanto à pasta, a dentro desta conclusão.

E isto é racional. A arte do vidro é ainda uma arte da terra e, como tal, irmã gémea da cerâmica, não sendo assim o esmalte que cobre esta última senão uma modalidade da vidraria. Ceramistas notáveis, como o francês François-Eugene Rousseau (1827-1891), e lembro especialmente êste por ser da época de que nos ocupamos, tendo um lugar de

destaque na história da faiança francesa, ocupou também um alto lugar na arte do vidro, que renovou, criando, antes de Gallé, um novo tipo sob a dupla influência do oriente e do ocidente medieval. Nada mais lógico portanto que os mestres ilustres que presidiram ao fabrico das peças de vidro, e em que não podemos deixar de destacar os cristais quási opacos de tons arroxeados e azulados, obtidos com a adição de manganés e cobalto à pasta em grande quantidade, tenham sido igualmente os dirigentes das primeiras tentativas de cerâmica da Vista Alegre.

E, a nosso ver, essa intervenção ou não acaba com a vinda de Rousseau, em 1835, ou peças, como a admirável caneca policroma n.º 76 e a caneca n.º 71, bem como o serviço de chá que tem o n.º 54 e a coluna para candieiro n.º 78, têm de ser recuadas em data. O carácter da decoração dessas peças, aliás das melhores da exposição, e a sua pasta e vidrado, próximos parentes dos de Chelsea e dos de outras manufacturas inglesas, mostram bem que elas são alheias à influência de Rousseau, cuja maneira se afirma fundamentalmente diferente nas peças em que a sua intervenção é indiscutível, como no prato n.º 68, em que o seu desenho brutal e atarracado e os seus empastamentos excessivos são bem conformes com o que dêle nos revela a sua aguarela-guachada representando a chegada de José Ferreira Pinto Basto à Vista Alegre, em 1835. Quanto à decoração da coluna para candieiro, não nos repugna que seja obra de Primavera. Está bem a dentro da maneira dêste miniaturista, cujos desenhos e litografias do fundador e sua família, expostos no Museu, não podem deixar de ser considerados.

¿Foi vantajosa, ou não, a vinda de Rousseau e a nova orientação que êle trouxe ao fabrico da Vista Alegre? Difícil é dizê-lo. Rousseau, com grandes e indiscutíveis qualidades de pintor da especialidade, foi infelizmente e também o importador entre nós das diversas correntes que são evidentes na evolução artística da manufactura, e que, em parte alguma, frutificaram como no seu país. Da Restauração até ao segundo Império, os astistas franceses, esquecidos dos princípios construtivos que são a base das manifestações artísticas ainda as mais acessórias, criaram uma espécie de segundo *barroco* que nem tem sequer a atenuá-lo o que salva, até certo ponto, o primeiro: a harmonia dos seus elementos. Nesse período, os estilos de tôdas as épocas, mal compreendidos e interpretados, misturam-se sem lógica numa idea de falsa pompa, em que é milagre ver ainda assim resistir por vezes o sentimento artístico, como sucede em muitas das peças da Vista Alegre.

Dito isto, que é fundamental, e que é tanto aplicável aqui como lá fora,

pois o mal foi quási geral e o que se deu entre nós não foi senão o reflexo do que se deu na quási totalidade dos outros países, a exposição da Vista Alegre é uma afirmação de altíssimo valor. Tècnicamente, há peças que igualam o que de melhor se produziu na época, tal o caso dos seus *biscuits* que, sem a existência dos moldes que para êles foram feitos, passariam por excelentes produtos de Sèvres. Referimo-nos, é claro, aos dois grupos maiores: « Le larcin de la rose » e « Couvée d'amours » (?). E, artisticamente, muitas das peças nada têm também a invejar ao que nos deixaram as mais celebradas manufacturas.

A concorrência às salas em que os cristais e porcelanas estão expostos tem sido extraordinária, e a maioria não faz a visita por simples recreio, mas na idea de colhêr o ensinamento que a exposição oferece.

Como director do Museu, não posso deixar de registar o facto, pois é êle um dos sintomas, e excelente, de que a educação artística do nosso público se vai fazendo. O que é preciso é saber ir até êle, interessando-o e atraíndo-o; e para isso há só um processo: tornar a lição o mais grata possível. Problema êste de solução segura, desde que haja uma boa escolha de objectos a expor e a sua condigna apresentação. O que corresponde, no dizer do clássico, « a fazer amar o que se quere fazer compreender».

JOSÉ DE FIGUEIREDO.

## *SCIÊNCIAS MATEMÁTICAS E FÍSICO NATURAIS*

SUESS: *A FACE DA TERRA*, tradução espanhola de PEDRO DE NOVO y F. CHICARRO. Madrid, 1923.

A MONUMENTAL obra de Suess *Das Antlitz der Erde*, acaba de ter mais uma tradução: tomou o pesado encargo de a verter para castelhano o ilustre geólogo, D. Pedro de Novo y Chicarro.

Em 1897, doze anos depois de ter começado na Austria a publicação do autor, iniciou-se a tradução francesa sob a direcção de Emmanuel de Margerie e a colaboração de dezoito dos mais notáveis geólogos e geógrafos franceses, entre êles Haug, Kilian, os dois Michel Leny, Gallois, etc. O último fascículo do quarto tômo, com um epílogo de Pierre Termier, apareceu passados 20 anos, em 1918, quatro anos depois da morte de Eduard Suess (25 de Abril de 1914).

De 1904 a 1909, fez-se a publicação da versão inglesa, editada pela Uni-

versidade de Oxford. Foi dirigida por W. Sollas, tendo por colaboradores notáveis geólogos dos quatro cantos do Império e dos Estados Unidos, como Archibield Geika, Bonney, Teall, Oldham, Chamberlin, etc.

Fica assim patente a grandeza do trabalho realizado por D. Pedro de Novo, fazendo, desajudado, a tradução das duas mil e oitocentas páginas de maior síntese geológica até agora produzida. No discurso preliminar explica-nos a origem da sua emprêsa: «Cuando empecé la lectara de su famosa obra, con progressivo assombro, comprendi que solo traduciéndola podria estudiarla al detalle y sin tropiezos. Esta labor me ha sido muy grata y fructifera, descubríendome nuevos horizontes para las investigaciones geológicas, como a todos los que han efectuado igual tarea.»

Com justificado orgulho pôde responder que já havia uma tradução espanhola, quando, no úitimo congresso geológico de Bruxelas, Em. de Margerie lhe preguntou se à «Face da Terra» não seria traduzida no seu país.

Mas esta resposta obrigou D. Pedro Novo, numa nobre decisão, como «el unico medio posible para desvanecer incredulidades» — a um pesadíssimo sacrifício de ordem material: a, inteiramente à sua custa, fazer a edição do primeiro volume. Não quis esperar o auxílio oficial para a impressão, o qual, embora concedido pelo Ministério de Instrução Pública, sob o parecer da Real Academia de Sciências e da Real Academia espanhola, não se efectivaria antes de cinco anos.

Nesta tradução, destinada naturalmente a tôdas as nações que falam o espanhol, D. Pedro de Novo procura reproduzir fielmente as ideas do original alemão sem acrescentar novas notas às do autor, como fizeram os tradutores franceses, no intuito de as corroborar ou rectificar. Adoptou o critério dos tradutores ingleses que, respeitando até a divisão em parágrafos do original, traduziram com a maior liberdade cada período.

A R. Academia Espanhola encontra no tradutor castelhano tôdas as delicadezas dum cultor das belas letras. A linguagem é muito clara, furtando-se ao emprêgo de construções de forma acentuadamente alemã que se encontram na tradução francesa, a qual, por isso, perde, para os leitores espanhóis e portugueses, alguma coisa em clareza e agrado.

A dificuldade da versão de têrmos técnicos exuberantemente usados na obra original, em virtude das matérias expostas e da facilidade em compô-los na língua alemã, foi vencida com brilho, quer aproveitando os têrmos já empregados pelos geólogos espanhóis que, na sua opinião, mais se têm preocupado com o rigor e precisão da linguagem scientífica, entre os quais cito D. Ramón Adán de Jarza e D. Daniel de Cortazar, quer, na sua falta, recorrendo às palavras castelhanas que julgou melhor interpretaram o pensamento do autor e a natureza do

objecto que denominam ou do facto a que se referem. O êxito desta tentativa é afirmado no parecer da Real Academia Espanhola: «en las novedades de la tecnologia a veces nuestro parlar tropiza con dificultades invencibles. Novo y Chicarro ha sabido dar a esta dudas resoluciones inesperadas. El tiene, por herencia de uno de nuestros más insignes colegas, el culto de lo castizo, e ha acreditado ese culto con maravilla de diccion.»

Já por esta circunstância a tradução espanhola tem para nós um altíssimo interêsse. Não temos fixada a nossa nomenclatura dos acidentes tectónicos, lutando para isso muitas vezes com a riqueza da nossa língua.

A-pesar dessa riqueza fazemos freqüentemente adaptações inadmissíveis, que chegam a invadir os programas de instrução secundária, onde aparecem as « atmosferologias » e não faltarão os « afundimentos ».

Na tradução de Novo y Chicarro muito temos que aprender. O Museu Geológico de Coimbra, quando as circunstâncias o permitirem, publicará a tradução do catálogo alemão descritivo duma colecção de modêlos geotectónicos. Êste trabalho do ilustre e saüdoso professor Gonçalves Guimarães, cuja autoridade em assuntos lingüísticos sempre foi justamente acatada, também merece ser divulgado, representando um valioso auxílio para os nossos estudos geológicos.

Mas, além do seu valor como tradução precisa, clara e elegante, da obra verdadeiramente grandiosa da qual Pierre Termier escreve eloqüentemente no epílogo da versão francesa, — «livre où chaque geologue vient, quand il est désorienti, retrouveté sa route, et, quand il est fastigué, ranimer son énergie; livre donneur de clartés, excitateur d'enthusiasmes... grenier d'idées et trésor de résultats aquis; école, tout à la fois, de hardiesse et de prudence, livre qui fait, à nos yeux, le monde plus vaste, la Terre plus éclairée et mieux comprise »..., o trabalho de D. Pedro Novo tem ainda a vantagem, para o leitor espanhol, de lhe facilitar a compreensão de cada capítulo, oferecendo-lhe resumos luminosos, concisos, mas completos. Devem realmente os «extractos» considerar-se como guias familiarizando o leitor com as doutrinas que vão expor-se, embora o seu autor tivesse apenas a intenção de abreviar o trabalho de quem compulse a obra como obra de consulta, sem a ler inteiramente.

*A Face da Terra* é dos livros que não morrem, que só muito lentamente. envelhecem e que constantemente devem figurar na banca de trabalho de quem com amor se dedique aos estudos geológicos ou geográficos. Agora têm os leitores portugueses uma tradução preciosa numa língua irmã da sua e publicada com a forma b ela, luxuosa e cuidada que é devida a uma obra de tal magnitude

A. FERRAZ DE CARVALHO.

## HISTÓRIA E FILOLOGIA

ELÍSIO DE CARVALHO: *LAURÉIS INSIGNES*. ED. DO «ANUÁRIO DO BRASIL», Rio de Janeiro, 1924.

O DR. Elísio de Carvalho, ilustre director da *América Brasileira*, é porta-bandeira e porta-voz de um nacionalismo brasileiro que se funda na tradição e, portanto, se recusa a erigir o edifício do Brasil futuro sôbre alicerces de lôdo. Para êle e muitos outros como êle, um filho não se honra, desprezando ou descompondo o pai. E numa obra anterior (que todo o homem culto português, especulativo ou militante, tem obrigação e necessidade de conhecer) no seu livro *Os Bastiões da Nacionalidade*, o dr. Elísio de Carvalho explica pela sua própria origem étnica a feição do nacionalismo que professa e apostoliza: «Descendente da raça pernambucana, idealista e destemerosa, em que era tão profunda a ideia de pundonor nacional e *prezava os seus brasões de nobreza*...» Por isso considera os Brasileiros oriundos de *um povo de guerreiros, de santos, de heróis e de poetas*; por isso exclama: «Amemos, adoremos, veneremos Portugal, porque, antes de tudo, somos os felizes e muitas vezes ingratos herdeiros da sua secular espiritualidade, e os continuadores despreocupados do seu esplêndido destino no mundo americano»; por isso espera e promete que os Brasileiros hão de fazer da sua pátria «um dos maiores Estados «políticos do mundo, cuja grandeza há de assentar *na unidade da língua, da «religião, das tradições*».

No capítulo segundo de *Os Bastiões da Nacionalidade* tinha o ilustre escritor e alto político explicado também as raízes literárias do seu nacionalismo. Vem-lhe de Graça Aranha, que disse: «A originalidade do Brasil é ser o continuador de Portugal, o herdeiro da espiritualidade latina no mundo americano; o previlégio do Brasil é o de fundir duas fôrças: a que vem do passado no sangue português, e a que recebe do ardente meio físico em que desenvolve essa transplantação da alma latina». Vem-lhe de H. S. Chamberlain, autor da célebre obra *Génese do século XIX*, que atribuiu à influência do elemento português não ser o Brasil um caos étnico, como ocorre com certos povos sul-americanos. Vem-lhe de Alberto Tôrres, que afirmava ser a ascendência portuguesa «uma honra para o Brasil», acrescentando: «Nenhuma raça deu jamais melhores provas de energia, de inteligência e de coragem nos mais arrojados empreendimentos; poucas se lhe avantajaram na cultura e na produção literária, e muito raras possuem, ainda hoje, povo mais sóbrio, mais trabalhador, mais honesto,

de mais cândida alma e sensibilidade moral mais delicada». Vem-lhe de Joaquim Nabuco, e destas preguntas suas: «¿Não foi o Brasil descoberto, colonizado, povoado por portugueses? ¿Não foi uma colónia portuguesa durante três séculos, que se manteve portuguesa pela fôrça das suas armas?... Depois (da independência), a-pesar dos preconceitos hoje extintos, ¿não tem sido o Brasil a segunda pátria dos portugueses? ¿Não vivem êles connosco em tal comunhão de bens e entrelaçamento de família, que se tornaria a separação quási impossível? ¿Não é a língua portuguesa a que falam 25 milhões de Brasileiros?»

Nos primeiros três admiráveis capítulos do livro *Lauréis Insignes*, falando das origens da família brasileira, da gloriosa «Jornada dos Vassalos», que em 1625 reconquistou a Baía aos holandeses, e da obra pombalina no Brasil, mostra o sr. Elísio de Carvalho exuberantemente a acção profunda e dominante que teve na colonização e povoamento do Brasil a melhor nobreza de Portugal. Alguns trechos da sua *Jornada dos Vassalos* poderiam figurar em selectas cívicas portuguesas e mostrariam o valor histórico enorme que tem êsse cometimento, como prova da vitalidade do nosso sangue: quarenta e cinco anos depois de Alcácer-Quibir, a fidalguia ali quási exterminada deu um exemplo de fôrça que muitos em Portugal ignoram, e uma lição de patriotismo que servirá sempre e a iliba dos desfalecimentos de 1580.

Aliás não são só escritores brasileiros que acusam e envergonham a sua própria pátria, dizendo-a colonizada de princípio por criminosos e mulheres perdidas. Vários historiadores ou poetas portugueses, e dos maiores, cometeram contra Portugal a mesma injustiça, depreciando alguns a sua melhor obra e insultando, por apressada generalização poética ou romanesca, o nobre sangue que principalmente a cimentou.

O nativismo brasileiro, que o sr. Elísio de Carvalho combate com inteligência e coragem, tem pois alguns papiros na própria literatura de Portugal, além de meter as suas raízes pelo mais fundo da própria natureza humana, individual ou colectiva. É natural que, como o escritor verifica e regista, tal sentimento se manifeste, «quási exclusivamente» contra os portugueses. Em certo sentido o próprio sr. Elísio de Carvalho terá de ser alguma vez nativista, ainda que lhe custe, como nós aqui o seríamos contra romanos, visigodos ou moiros, se êstes nossos avoengos vivessem ainda lado a lado connosco.

Desapareceram os Romanos nos abismos da História, e a-pesar disso temos de os tratar mal, de vez em quando, para emmoldurarmos e realçarmos dignamente os nossos Viriatos. São os ossos-do-ofício dos povos fundadores de povos, e nenhum português de olhos abertos deixará de ver nesse fenómeno, superficialmente irritante, outra coisa que não seja uma lisonjeira certidão de vida, saúde

e fôrça do seu sangue nacional. O instinto brasileiro de nacionalidade, vivaz e incorruptível, manifesta-se assim, como é justo e necessário, contra a nação que o criou. Pecado? Ingratidão? Parricídio? Nada disso: pura e natural defesa cívica de uma colectividade nova contra a que mais se lhe assemelha e que ainda não envelheceu tanto que já pareça inofensiva. O nativismo lusófobo só pode morrer no Brasil, quando Portugal já fôr morto.

Mas convém travar-lhe, desde agora e sempre, evidentemente, os excessos delirantes e obscenos, que vexam os brasileiros sãos, porque desonram o Brasil perante o mundo culto. Compreenda-se e explique-se a função nacional do nativismo; mas não se lhe permita que êle mostre de mais as suas humildes origens zoológicas, meramente bestiais, porque o manifesto predomínio destas denunciaria o troglodita e o selvagem primitivo por debaixo do homem culto ou do que ascende à cultura comprometendo a justa aspiração dos que desejam pôr a sua pátria num lugar de honra entre as nações de estirpe ocidental. Isto, porém, não se fará só com livros, discursos e programas: há de ser, sobretudo, obra da escola generalizada, inteligentemente concebida, e posta em prática com religiosa devoção cívica. « ¿ Porque é que só na capital da República « (pregunta o sr. Elísio de Carvalho) principalmente, tem o português a preemi- « nência que tanto irrita os que o combatem? É fácil de ver. É porque aqui « se encontra a nossa *aristocracia* oficial e ociosa, composta de todos os frutos « da burguesia... Essa burguesia florescente (?) procura os títulos académicos, « os empregos públicos, o *dolce far niente* da política. Ninguém quere saber de « trabalho, nem de mester *desnobilitante*... »

O Brasil não chegará a ser o Brasil que quere ser, em-quanto não organizar a educação dos seus filhos por forma e sistema que todos aprendam não só a respeitar a preciosa língua comum e as gloriosas tradições nacionais, senão também a construir o futuro da nação sôbre as virtudes activas de cada um. A boa escola combaterá o herdado pendor para o comunismo burocrático, vício que se agrava pela acção debilitante do clima; e, se o souber fazer como é preciso, o nativismo perderá a sua principal razão de ser, que é a superioridade económico-social do europeu recèm-chegado. Só assim se lavará aquela nódoa a que o sr. Elísio de Carvalho chama com razão (Pág. 80 de *Os Bastiões da Nacionalidade*) « a vilania dos falsos nacionalistas ».

*Lauréis insignes* é dedicado a Afonso Lopes Vieira, « o renovador do lirismo português ». Dedicatória justa e honrosa, que por si confirma a consciência de duas correntes cívicas paralelas, em Portugal e Brasil. As paralelas só se encontram no infinito, segundo bisbilhoteia a matemática. Esperemos, para maior glória do velho nome lusitano, que a acção brasileira de Elísio de Carvalho, e o portuguesismo militante do poeta das *Ilhas de Bruma* e do *Amadis*,

vão encontrar-se mais cedo ou mais perto, num futuro digno das duas nações irmãs, cujo padroeiro cívico se chama Luís de Camões.

Falta-nos competência para consagrar ao novo livro do educador do nacionalismo brasileiro o juízo crítico minucioso que êle merece. Ás notas insignificantes que aí ficam acrescentaremos apenas que, numa próxima segunda edição de *Lauréis Insignes*, fácil de prever, êste belo livro tem de ser sujeito a revisão mais cuidadosa do que a que teve agora. De alguns erros e saltos tipográficos resultaram defeitos gramaticais e até incongruências históricas. Nada disto pode ser imputável ao escritor, cuja cultura é manifestamente vasta e sólida, e cuja linguagem, se bem que nem sempre castigada — a acção prejudica naturalmente a perfeição formal — nos aparece, em quási tôdas as páginas, eloqüente, fácil e correcta.

AGOSTINHO DE CAMPOS.

FUGGER-ZEITUNGEN. *UNGEDRUCKTE BRIEFE AN DAS HAUS FUGGER AUS DEN IAHREN 1568-1605. HERAUSGEGEBEN VON VICTOR KLARWILL. MIT 24 BILDTAFELN. ERSCHIENEN IN WIKOLA VERLAG. MCMXXIII. WIEN.* Leipzig. München. XXVII, 292 [1 p].

O ANO passado publicou Victor Klarwill um curioso livro intitulado *Függer-Zeitungen*, o qual contém as cartas enviadas à casa dos Függers nos anos de 1568 a 1605. A obra, feita com luxo, é enriquecida com 24 estampas, numerosas notas e respectiva bibliografia, sem falar numa substanciosa introdução onde se corrigem as fantásticas afirmações de que a casa dos Függers fazia circular já no séc. XVI uma gazeta, que seria portanto a primeira do género. Todos nós sabemos quem eram êsses capitalistas residentes em Augsburgo, na Baviera, com filiais em tôda a Europa, e que foram arruinados pelos soberanos espanhóis, que não satisfizeram os empréstimos que com a casa tinham contraído.

Dos seus correspondentes recebia a casa numerosas notícias; e, como isto não bastasse, procuravam alcançar também, tirando de publicações avulsas, sensacionais informações. É o que se deu com a perda do nosso rei D. Sebastião, a qual é contada em uma fôlha volante ornada de uma ingénua vinheta a representar a batalha de Alcácer-Kibir e que figura quási *ipsis verbis* nas notícias dos Függers. O rosto dêsse folheto vai reproduzido neste trabalho. A primeira notícia de assuntos portugueses que figura na compilação é justamente a relativa à perda do moço soberano, a que se seguem notícias da

coroação do Cardeal-Rei, da conquista de Lisboa pelos castelhanos, da Índia portuguesa em data de 1581, da descrição de uma procissão em Lisboa, do aparecimento do falso D. Sebastião, da freira da Anunciada, do desenvolvimento do comércio holandês na Índia à custa dos portugueses em data de 1599, de outro falso D. Sebastião e do desembarque dos holandeses no Brasil em 1604.

Ainda que não traga pormenores dignos de menção, aqui traduzirei o comêço da notícia a respeito da perda de D. Sebastião datada de 22 e 25 de Agosto de 1578:

«Não lhe posso ocultar o caso triste e inaudito sucedido com o nosso Rei e todo o seu exército em África. A 3 de corrente partiu o nosso Rei ao encontro do inimigo, na opinião que no mesmo dia chegaria a *Alcassar*. Porém Mome-Molucho esperava o exército do nosso Rei diante de Alcassar com 40.000 homens de pé e de cavalo e mandou ao seu encontro 4.000 cavaleiros para escaramuçar com êle. Isto causou ao nosso Rei muita alegria e fêz marchar tôdas as tropas. Os coronéis dos alemães e dos italianos não acharam isto bom, e foram ao Rei para lhe mostrar que a gente estava em desordem e cansada, porque havia muito tempo que não tinham nada de comer», etc.

A notícia da tomada de Lisboa é datada de 1 de Setembro de 1580 e escrita por testemunha ocular:

«A culpa de lhe não escrever há mais tempo é devido à guerra e intranqüilidade que aqui temos. Em 25 de Agosto o Duque de Alba tomou à espada Lisboa. Corre o boato que do lado dos portugueses morreram três mil homens, que ao outro dia vi no arrabalde em parte. A gente morta está posta uma sôbre a outra como os porcos. Eu fui ao acampamento com a guarda do Conde Lodron que está connosco na casa. Tôdas as ruas estão cheias de homens e cavalos mortos, sôbre os quais nós tivemos de passar como por uma ponte. Alguns ainda viviam, um levantava um pé, outro uma mão, o terceiro a cabeça. Em suma, era um espectáculo lastimoso. Também o arrabalde, que é muito maior que a verdadeira cidade, foi saqueado durante três dias. Tudo foi tirado. Nem um prego ficou na parede. Não entrou, porém, na cidade nenhuma tropa, porque o Duque de Alba proíbiu isso com grandes penas. Está ainda diante da cidade. Graças a Deus não nos aconteceu nenhum mal.»

Muito bem se pode escrever aqui o que diz Klarwill na introdução: que a raça branca é o fruto mais perigoso e pior da Criação.

Tirada do livro de Lintschotten, datado de 1600, vem reproduzida uma estampa que representa a viagem da armada da Índia, povoados céus e mares

de *garaios, rabos de junco, rabos forcados* e de *peixes voadores, bonitos* e *albacoras*.

Aqui fica pois registada uma breve nota sôbre as informações recebidas pelos Függers, a quem os portugueses do século XVI chamavam *Fucros* ou *Fúcoros*.

PEDRO DE AZEVEDO.

JOSÉ BENEDITO DE ALMEIDA PESSANHA: *OS ALMIRANTES PESSANHAS E SUA DESCENDÊNCIA*. Pôrto, 1923, IMP. PORTUGUESA, 192 p.

O APELIDO Pessanha é notável em Portugal não só pelo desenvolvimento que tomou, como por ser tronco dessa família um almirante que deu grande progresso à marinha entre nós e que se encontra desde 1317 ao nosso serviço.

Dos resultados a que chega o sr. Almeida Pessanha depreende-se que ainda se ignora presentemente de qual de duas famílias italianas provêm os nossos Pessanhas, a-pesar-de haver notícias documentadas da existência em 1303 em Génova de Manuel Pessanha. A mesma indecisão reina a respeito da verdadeira ortografia, e nada, segundo julgo, conhecemos da etimologia do apelido.

Em 1448 o cargo de almirante de Portugal deixa de pertencer à varonia dos Pessanhas.

De um neto de Manuel Pessanha, chamado Anão, provêm a geração de todos os Pessanhas portugueses, estabelecidos primeiramente em Elvas, donde irradiaram para todo o Alentejo e para Viseu e daqui para Trás-os-Montes, a cujo ramo portence o autor do livro. No Algarve, em Marrocos e Brasil tiveram e têm os Pessanhas larga representação. Não deve ser esquecido o ramo dos Silvas Pessanhas depositários do título de *dom* por via da varonia dos Silvas dos marqueses de Vagos.

Na crónica da *Conquista de Ceuta* por Gomes Eanes de Azurara aparece-nos o almirante Lançarote e seu filho micar Carlos, bem como um mice Itam, que o sr. Esteves Pereira, benemérito editor da crónica, traduz por *Ettore*, mas que deverá ser Antam Pessanha.

Ao sr. Almeida Pessanha entrego a solução da entrada dos seus antepassados na conquista de D. João I.

A acentuação de Génebra, em lugar de Genebra, que acho por vezes neste trabalho, não me parece autorizada, tanto mais que deriva do francês *Genièvre*, que segundo as gestas era mulher do rei Artur.

A forma Passanha encontra-se já no séc. XVI em Castanheda e a ela é que

devem reportar-se os Pessanhas que hoje a usam. Junto aqui formas divergentes de apelidos portugueses, quer ainda em uso, quer desenterrados:

Beça e Bessa, da Mesquita e Dá Mesquita, Castel Branco e Castelo Branco, Fonseca e Afonseca, Sa e saa, Sampaio e São Payo, Noronha e Loronha, Ornelas e Dornelas, Sequeira e Siqueira.

Notarei que em francês e alemão, etc., há um cuidado meticuloso na observância das formas regionais dos apelidos, que muitas vezes ferem a ortografia oficial, mas entre nós tal não sucedeu com a adopção dum padrão, em virtude do qual êles também foram alterados. Para um francês não são indiferentes as grafias *Cardoso* ou *Cardozo*, porque no critério dêle indicam indivíduos diversos.

Em suma: o belo livro do sr. Almeida Pessanha é escrito com rigor histórico, com indicação de fontes e sem menção dos Fruelas e Bermudos, como é usual nos livros de genealogias.

PEDRO DE AZEVEDO.

*ANUARIO DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE PORTUGUÊS.* ESCOLA DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS, Toquio, 1924.

O PROF. Abranches Pinto, contratado pelo Govêrno imperial japonês para ensinar a nossa língua na Escola de Línguas Estrangeiras, de Toquio, é um dêsses admiráveis exemplos de devoção e inteligência patriótica, as quais longe da terra natal se depuram e afervoram. A Escola, que prepara comercialistas, diplomatas e colonialistas, conta-o desde 1916 entre os seus professores; e a criação da cadeira de Português, para que concorreu a boa-vontade do nosso representante nessa época, sr. César de Sousa Mendes, justifica-a sobejamente a vasta emigração de japoneses para o Brasil.

Enviou-nos o sr. Abranches Pinto o *Anuário da Associação dos Estudantes do Curso de Português* (Fevereiro, 1924, vol. II). Escrevemos uma vez e continuamos a pensar que a Nação portuguesa vive por obra e graça da Linguagem. Com-efeito, é ela que no território nacional mantém o elo da espiritual coesão, unindo-nos na desordem, soldando-nos através de tantas dissociações. É também a glória e a tradição do Verbo que nos traz desde o passado ao mais vivo presente o motivo do honroso orgulho, da esperança redentora. E da ilustre *Revista de Filologia Portuguesa*, de São Paulo, onde um grupo de eruditos cultiva com o mais probo espírito a sciência da linguagem, preparando ao porvir da língua no Brasil o rejuvenescimento vital das formas puras, até ao curso de português na escola de Toquio, onde as certas maravilhas da nossa história florescem do passado, adorna-se e vibra o *gesto* do idioma, evocando e mantendo a razão da existência nacional dum povo que foi, entre todos, criador.

# BIBLIOGRAFIA

Das páginas desta brochura que uma caravela lusíada decora, estilizada ao modo inconfundível dêsse país mestre de bom-gôsto, temos o prazer de extraír o antelóquio que Wenceslau de Morais escreveu e em que nos conta, como último enlêvo com que o Japão o premiou, a visita de dois estudantes do curso de português, de Toquio, os quais lhe falaram correntemente na língua bem-amada e há quantos anos não ouvida. Eis uma das mais fundas comoções que um homem pode sentir trespassar-lhe a alma, esta de ouvir o ritmo da sua fala na extraviada solidão eremítica duma remota cidade do Extremo-Oriente!

Aqui acode à memória dum aturado e sempre encantado leitor de Fernão Mendes, aquêle passo em que o grande viajante e artista recorda de como ouviu, quando ia preso, com seus companheiros de miséria, através da China: — *Padre nosso que estás nos céus* a uma mulher chamada Inês de Leiria e que não sabia mais do português que estas palavras. Comoções da linguagem pátria, amores dos mais fundos do sangue, estremeções os mais subtís do coração, se em praça de Londres ou em alameda de Paris, ali ao-pé da porta, nos tocam já tanto, ¿ que será então entre outras raças, outros costumes, outras saüdades, nos reinos do Longe e do Levante?

Wenceslau de Morais aparece-nos, num retrato muito recente, representado em um formoso velho de grandes barbas brancas, vestido de queimão, sentado numa esteira ao lado dum aparelho de chá, e sorrindo, com a longa melancolia das lembranças, a uma querida sombra. No lendário escritor saüdamos nós-outros, os mais do que nunca inquietos ocidentais da Europa devastada, um misterioso neto de Fernão Mendes Pinto, ou, como êste diz algures que lhe chamavam, um «chenchicogim do cabo do mundo». De-certo o é êle e mais absoluto até nas incantações do Exotismo, pois que o próprio extraordinário avoengo, após a *Peregrinação* que espantou o orbe, regressou à sua pátria, onde casou e teve filhos, aos quais deixou o seu livro «por carta de A B C, para aprenderem a ler por seus trabalhos». Ao passo que Wenceslau de Morais deseja ser enterrado em terra nipónica e dormir sem fim no cemitério familiar de Tokushima. Eis um traço característico do *ethos*, que logo diferencia um Wenceslau de Morais, apegado por sentimento à terra onde amou, dum Loti, por exemplo, diletante curioso de todos os virtuosismos através das vitórias sentimentais ganhas em tantos climas...

Chegou-nos, pois, êste *Anuário* como encantadora surpresa, remoto eco mas quanto intenso também de vozes de outrora, redivivas no perene sortilégio da Linguagem, que se dilata e cresce longe de nós, evocatriz e madre. No castelo interior da Nação portuguesa, inacessível a injúrias duns, a desvairos doutros, a cubiças de estranhos, a misérias de naturais, está na realidade um Idioma vinculado a uma Literatura e a uma História. Saibamos estimar os que en-

sinam dilatando-o, os que o propagam evocando-lhe o sentido, e façamos por honrar os que o amam, porque êsses são dos melhores criadores de futuro num período de decadência inegável, mas também de reconstrução segura.

Ao prof. Abranches Pinto, que sabe incutir em seus discípulos, com o perfeito conhecimento desta língua o respeito e o amor da imensa fôrça que ela representa, apresentamos cumprimentos de respeito e consideração, enviando-lhe para Toquio os agradecimentos nacionais.

AFFONSO LOPES VIEIRA.

## *A LÍNGUA PORTUGUESA NO JAPÃO.*

Quais foram os portugueses que descobriram o Japão? A História não pode dar presentemente uma resposta categórica a esta pregunta. Se admitirmos uma das opiniões mais correntes, de que Fernão Mendes Pinto e os seus dois companheiros de aventuras tenham sido os primeiros europeus que alcançaram a terra japonesa, descobrindo assim o Japão ao mundo ocidental; se admitirmos igualmente que a data de tal acontecimento foi o ano de 1542, quere isto então dizer que, há justamente 382 anos, os filhos de O-Yamato ouviram pela primeira vez falar no solo pátrio, em Tanega-shima, uma língua europeia — a portuguesa. — Ouviram-na pela primeira vez; mas logo a praticaram e cedo dela tiraram amplo proveito, como o provam as quási inúmeras palavras japonesas, derivadas da língua portuguesa, ainda hoje em uso. A língua portuguesa atingiu pouco após, como é sabido, uma grande importância, tornando-se a linguagem oficial entre japoneses e estrangeiros. O Taikō e Iyeyasu tinham ao seu serviço intérpretes portugueses.

Duraram poucas dezenas de anos as coisas neste pé. Em menos de um século, a língua portuguesa caía em esquecimento no Japão, sendo substituída, para as suas práticas, primeiro pelo holandês, depois pelo francês e pelo inglês. Actualmente no Japão, entre gente pouco culta — aldeões e outras, — o nome de Portugal é mesmo desconhecido por completo.

Mas, há pouco tempo, acudiu a idea ao govêrno imperial de favorecer uma corrente de emigração de gente japonesa para o Brasil; a idea frutificou; dizem-me haver presentemente no Brasil cêrca de 30.000 japoneses, e muitos mais seguirão, provàvelmente. Como era natural, criou-se um curso de língua portuguesa na Escola de Línguas Estrangeiras, em Toquio. Muito bem; renasceu para o Japão a língua de Camões. Dentro de pouco tempo, graças aos estudantes japoneses da instituïção que acabo de citar, graças aos japoneses que regressem à pátria após alguns anos em terras brasileiras, muita gente falará no Japão a língua portuguesa.

O assunto, claramente, é de interêsse directo para o Japão e para o Brasil; para mais ninguém. Mas, indirectamente, pode ser de alta importância também para Portugal. Os japoneses, que vão para aquele grande centro de actividades sul-americanas, em breve aprenderão, quando a não saibam já, a língua portuguesa; ali, entrarão em relações com muitos portugueses, recolherão várias noções sôbre coisas do pequenino Portugal e das suas vastas colónias africanas; e não parece inverosímil que de tudo isso nasçam, ou antes, renasçam, convívios de estima e de negócio entre japoneses e portugueses. Lembremo-nos de que o pequenino Portugal pouco poderá dar ao Japão, — vinho, cortiças; — mas as suas importantes colónias poderão dar-lhe muito, em produtos naturais, utilizáveis na sua indústria.

Será assim, ou não será; o futuro se encarregará de nos instruir sôbre êste caso interessante. O que eu desejo consignar aqui é a minha grande surpresa, cheia de encanto, quando há poucos meses fui procurado por um jovem japonês, estudante do curso de língua portuguesa na *Escola de Linguas Estrangeiras*, de Toquio, e, pouco depois, por outro nas mesmas circunstâncias, dirigindo-se-me ambos em correcta linguagem da minha própria língua. Gentis eram os dois, como são em regra os estudantes japoneses — dizia-o já Lafcadio Hearn; — corteses, palpitantes de vida e de entusiasmo; e, ainda por cima, falando-me com interêsse, direi mesmo com amor, de coisas da minha terra... É conhecido que o falar a língua de um país estranho é já motivo para se ter estima por êle. Bravo!... Eu estava muito longe de supor que o Japão ainda me reservava um último enlêvo, êste de ouvir falar a minha língua portuguesa por lábios risonhos de estudantes japoneses... Mas foi exactamente o que aconteceu.

Tokushima, Janeiro de 1924.

WENCESLAU DE MORAIS.

## *DISCURSO EM TOQUIO*

O discurso que segue foi proferido pelo seu autor em 30 de Maio de 1923, dia do encerramento das aulas na Escola de Línguas Estrangeiras, de Toquio. Publicámo-lo na sua perfeita autenticidade, e conservando a ortografia. Os insignificantes êrros nêle contidos não fazem senão avultar a correcção e até a elegância dêste documento, notável pela linguagem e grandioso pela evocação histórica:

« Ex.mos Senhores e caros professores:

Cumpre-me em primeiro lugar agradecer a todos os dignos representantes das diferentes nações a subida honra que dão a esta escola com a sua presença á esta cerimonia de concluções de curso.

Sou um estudante de curso de portugues, e acabando o estudo de 3 anos vou sair esta escola. E hoje em cerimonia tão imponente como esta, fazer a saudação em portugues em frente de V.as Exs, é uma grande honra para mim.

Agora no Japão ainda ha pouca gente que aprenda esta lingua — ou melhor dizendo ha ainda pouca gente que saiba que o portugues foi não só a primeira lingua europea que se falou na nossa patria, mas tambem é de grande importância para o Japão de hoje. Alguns amigos e parentes meus ás vezes perguntam-me para que estudo tal lingua e em que pais ela se fala. A lingua portuguesa agora está em tal esquecimento que são feitos por gente comparativamente culta taes perguntas pueris. Eu sinto muito este facto, e por isso nesta ocasião quero falar um pouco sobre as relações entre Portugal e o Japão em eras passadas.

Em 1543, XII ano de Temmon, 3 portugueses que seguiram do Siam para Cantão — e segundo a historia estes 3 portugueses foram Antonio da Motta, Francisco Zeimoto e Antonio Behoto [1] — chegaram, corrido pelo temporal, á ilha de Tanegashima [2]. Tokitaka, daimyo desta ilha, obteve um mosquete destes portugueses e ao mesmo tempo aprendeu a meneira de o manejar e fabricar [3]. Eles foram os primeiros europeus que vieram ao Japão, e por isso a liugua portuguesa foi a primeira lingua europea que se falou na terra de Oyamato.

Desde então os portugueses vieram continuadamente, alguns deles esforçaram-se por propagar o christianismo e alguns dedicaram-se ao comercio. Nobunaga Oda gostava tanto do catolicismo, que edificou uma igreja em Kyoto, onde os padres de Portugal exerciam culto e ensinavam a sua religião. Foi neste tempo que inumeraveis palavras portuguesas foram introduzidas na lingua japonesa, e ainda hoje a maioria destas palavras está em uso.

Não podemos deixar de ver outro facto historico muito interessante. O país europeu em que o japones saltou primeiramente foi Portugal. O Daimyo Otomo, que se converteu ao catolicismo, em 1582, mandou seu neto Yoshikata Ito como enviado ao Vaticano. E este Yoshikata Ito partiu de Nagasaki num navio portugues, e dobrando o Cabo da Boa Esperança chegou a Lisboa.

[1] Peixoto. (N. da R.).

[2] Simultaneamente, ou antes dêstes, entraram no Japão Fernão Mendes Pinto, Diogo Zeimoto e Cristóvão Borralho, sem que um dos grupos soubesse do outro. (N. da R.).

[3] Fernão Mendes atribui o episódio da espingarda a Diogo Zeimoto: « Os Japões, vendo aquêle novo modo de tiros que nunca até então tinham visto, deram rebate disso ao Nautaquim..., o qual, espantado desta novidade, mandou logo chamar o Zeimoto... (*Peregrinação*, cap. CXXXIV.) (N. da R.).

Por ésta ocasião as relações entre o Japão e Portugal tornaram-se cada vez mais intimas.

Mas durante o Shogunato de Iyeyasu, por ter odio ao christianismo, começou a expulsar os portugueses e finalmente em 1612 fechou inteiramente as portas aos extrangeiros.

Desta epoca em diante a lingua portuguesa nunca mais se estudou, mas passados 300 anos, na era de Taisho, o estudo da lingua de Camões renaceu. Ha poucos anos criou-se um curso de portugues nesta escola, e este ano nós, 13 estudantes, somos diplomados. Como já disse, agora no Japão ainda ha pouca gente que estude esta lingua, por isso o papel que nós vamos desempenhar na sociedade tem significação muito importante.

Eu creio que por nosso esforço se podem tornar as relações entre Portugal e o Japão mais intimas — tão intimas como as de ha 300 anos.

Isso é um sonho — dirão — mas nós vamos sair da escola para realizar-lo.

Antes de terminar não quero deixar de agradecer a todos os senhores professores desta escola o carinho que mostraram ter para connosco e os infatigaveis esforços que fizeram para que nós hoje possamos sair daqui conhecendo os diferentes idiomas falados em todo o orbe. Tenho dito.»

TADAO UENO.

MANUEL MÚRIAS: *O SEISCENTISMO EM PORTUGAL;* ANTÓNIO BAIÃO: *EPISÓDIOS DRAMÁTICOS DA INQUISIÇÃO PORTUGUESA*, 2.º volume. Rio de Janeiro, ANUÁRIO DO BRASIL, 1924.

LÊ-SE com agrado o opúsculo do sr. Manuel Múrias, O *Seiscentismo em Portugal*, que participa da corrente de salutar reacção contra os êrros acumulados pela historiografia jacobina. Dois reparos, no entanto, se lhe podem opor logo de início: 1.º, ser uma colecção de generalidades, e não a análise sistemática de um problema bem definido, como nos parece que a uma tese convém; 2.º caír no próprio êrro que pretende combater, pois à paixão jacobina substituiu a reaccionária — a um fanatismo, a uma barbárie, novo fanatismo e barbárie nova! ¿ Quando chegará, finalmente, a época da inteligência crítica?

Se foram injustos os jacobinos com a literatura seiscentista, pondo-a abaixo do que merecia (mas pô-la hiam?) e exagerando acaso ao mesmo tempo os malefícios do jesuitismo, da Inquisição, dos índices, da censura prévia, o sr. Múrias, por seu turno, põe-na muito acima do que ela vale, e faz das referidas instituïções apologias de apaixonado.

É deplorável enormidade o afirmar, como afirma, que «nenhum país possuiu jamais, nem a França no século áureo de Luís XIV, uma constelação mais nítida de prosadores de primeira grandeza, que elevaram a língua à máxima perfeição, que o culteranismo não consegue empanar» (p. 68). Si no fuera por impedir la navegación, yo te beberia de un trago! A verdade é que exceptuado Vieira, nenhum dos prosadores do seiscentismo se pode classificar de primeira grandeza. E ainda êsse... São indispensáveis as graças *da língua* para se ser considerado um *prosador;* para ser colocado na primeira grandeza, porém, é factor essencialíssimo a qualidade *da substância:* a originalidade do pensamento, a agudeza psicológica, o penetrante da observação. Prosadores de primeira grandeza são, creio, os que fazem pensar os seus leitores, os cujas *ideas* se ruminam sem fim, os que nos prendem e nos esmagam, ainda através das traduções. Tal sucede com os de Luís XIV: Descartes, Pascal, La Bruyère, La Rochefoucauld, Bossuet, Malebranche, valem e valerão sempre pelo labor mental com que enriqueceram o mundo.

¿Qual dos portugueses seiscentistas pode fornecer matéria prima, traduzido, à máquina cerebral de um homem culto? Nenhum. Luís de Sousa não alimenta um homem: grácil narrador de histórias várias, mas de maneira alguma um *historiador;* Maquiavelo sim; Bossuet (o Bossuet da *História das Variações)* pode ambicionar a êsse título: Luís de Sousa, porém, como historiador é coisa nenhuma. Manuel Bernardes conta histórias; como moralista (comparar com Gracian, com os de Port Royal) diremos outro-sim que não existe. D. Francisco Manuel, moralista, não é também um coronal do género. ¿Que é o romance de Rodrigues Lobo? Nada; o de Cervantes, tudo: medita-se êsse uma vida inteira, na pior tradução que dar se possa, para gentes da Arménia, do Tibet, da Indo-China ou do Japão. Grandes prosadores, em suma, são os que desceram ao coração das coisas, arrancando de aí uma visão do mundo; nenhum dos seiscentistas andou por lá.

Até no que respeita à forma pura nos parece que exagera êste livrinho o mérito real dos seiscentistas. Só um preconceito sôbre o que seja a língua (se não erramos) poderá levar a concluir que «nunca, em período algum da História Literária Portuguesa, a língua subiu a tamanhas alturas» (p. 69). Considere-se bem na linguagem dêstes: Herculano, Castilho, Garrett, Camilo, Latino, Eça de Queirós, Antero, e talvez não fique de todo intrémula a rígida afirmação do autor do opúsculo. Luís de Sousa, creio, não vence em gracilidade as *Viagens na minha terra;* a língua de Vieira não é mais rica, afinal, que a de Castilho ou de Camilo; a elocução de Jacinto Freire sotopõe-se de-certo à de Herculano, a de Francisco Manuel à de Queirós.

Os estrangeirismos do léxico romântico (p. 68) dariam margem a discussão: porque a abundância de estrangeirismos é acaso também uma virtude (quién sabe?) do vocabulário dos seiscentistas... Não exagerar, portanto... Não exagerar; cumpre, como dizia o outro, «se tenir ferme dans les courants».

Cremos também que se força a corda na apologia dos jesuitas, da censura prévia e da Inquisição. Insuspeitos, somos porque há muitos anos nos metemos nós, sòzinhos, a protestar contra os exageros da paixão monarcófoba e jacobina, em matérias de história pátria: procurámos, todavia, não desmarcar das balisas críticas. Escreve o autor: «Desceu da Alemanha um protestante, Boehmer, que pulverizou as acusações apaixonadas dirigidas contra a grande associação» (os jesuitas)... «A verdade é que a explicação da decadência da literatura portuguesa do século XVII pelos Jesuitas, pela Inquisição e pelos Índices, sendo cómoda e fácil, era ingénua e nada explicava, porque se não podia provar que os Jesuitas, a Inquisição e os Índices fôssem incompatíveis com o florescimento intelectual» (p. 19-20). Boehmer pulverizou, com efeito, as acusações apaixonadas; mas deixou de pé as que o não eram, e que o sr. Múrias resolveu calar, não imitando a grande virtude que no protestante lhe pareceu bem. Pelo que respeita ao seiscentismo, foi eclipsado pelo sr. Múrias o verdadeiro problema que lhe diz respeito, porque identificou tàcitamente duas questões que são diferentes: a do estilo e a da substância. Nem os jesuitas, nem a Inquisição, nem os índices, se mostraram «incompatíveis com o florescimento intelectual», se chamarmos «florescimento intelectual», como o sr. Múrias, àquilo mesmo que nós tivemos: elocução formosa. Mas não é disso que nos queixamos; o problema está noutra parte; queixamo-nos, sim, de não havermos participado no progresso do que mais importa, na renovação fecundíssima das sciências e da filosofia. O sr. Múrias reconhece o facto, quando escreve: «A filosofia do seiscentismo confina-se na escolástica, acarinhada nas universidades de Coimbra e Évora, e nos colégios e seminários dos jesuitas, *quando já em tôda a Europa a impugnavam os discípulos de Bacon e de Descartes*. Não há dúvida, portanto, que o pensamento filosófico do século XVII esteve apartado das correntes modernas que na França e na Inglaterra levavam de vencida o tomismo» (p. 59). Confessado o caso, o sr. Múrias passa adiante, fugindo à questão. A lealdade intelectual ordenava que o não fizesse, — senão que, visto o fenómeno, entrasse no estudo das hipóteses que o poderiam explicar. No Renascimento, Portugal caminha com a melhor Europa, com o pensar europeu; na época do seiscentismo, caminha atrás. Eis o facto, para que podemos não aceitar as explicações dos jacobinos, mas que é preciso reconhecer. Nós propu-

semos, em tempos, além da incontestável compressão que exerceu a Autoridade, explicações de natureza económico-social; o sr. Múrias, porém, evade o facto. No entanto, pomo-nos às vezes a pensar, nós, que se a Inquisição comprimiu, é que não seria muito forte, em Portugal, aquilo que tinha a comprimir: e de aí partiram as explicações que tivemos ensejo de apresentar...

Pelo que respeita às instituïções, não diremos por nossa parte que pudessem ter feito os nossos monarcas, ou ainda o alto clero, muito ao envés do que fizeram. Para o proceder de um homem ser ideal, deveriam as circunstâncias ser ideais. Foi culpada do mal a maioria da população, — mais fanática, ao que parece, que todos os sacerdotes e todos os reis. Deve-se também não esquecer a dependência de Portugal em relação ao seu vizinho, o poderoso império de Carlos V, que exerceu pressão sôbre nós no problema dos judeus. Isso não impede, porém, que o afastamento do país com respeito ao pensar moderno constituisse uma desgraça — uma desgraça bem pesadinha — que será honesto não pôr na sombra, e para que cumpre procurar sempre qualquer hipótese explicativa, — discutindo de raiz, e sem subterfúgios, as que até hoje nos apresentaram.

Tratando da existência da censura prévia, diz o autor: «é evidente que uma acção prévia contra os desmandos dos escrevinhadores que, faltos de talento, recorrem a abjecções repelentes na mira de cativarem, deve ser activamente exercida, hoje mais do que nunca, por quem quer que sustente o mando da nação. ¿Em que poderia ressentir-se a arte literária de semelhante prevenção? Não são as secreções pútridas de cérebros desnorteados, ou de exploradores de vícios abomináveis, o que levanta e imortaliza uma época, e a Censura Prévia, agora como no século XVII, não poderia de forma alguma motivar ou justificar a decadência intelectual que porventura existisse» (p. 52). Também isto está, ao que se nos antolha, para além dos limites da verdadeira questão. Não consiste esta em preguntar se a censura prévia procedeu mal, reprimindo o pornográfico: mas se ela opôs qualquer obstáculo às fecundas inovações na sciência e na filosofia. Levando ao máximo a largueza de espírito, não afirmemos que o houvesse feito, e que fôsse possível à autoridade o dispensar êsse instrumento: pode um acto ser necessário e ter (não obstante) indesejáveis repercussões; o que afirmamos, sim, é que cumpre não deslocar, confundir, ou evitar os problemas reais.

Desloca o sr. Múrias, além dêsse, o problema do sebastianismo. «Sebastianismo» (assela o autor) «não quere dizer crença na volta de D. Sebastião; mas, afastando-nos do conceito vulgar e inferior, significa a esperança tenaz,

inquebrantável, na ressurreição ou no engrandecimento do país» (p. 57). Definido assim o sebastianismo, a discussão finaliza logo, porque o problema desaparece: seremos sebastianistas os Portugueses; mas também os Ingleses, os Franceses, os Italianos, etc. Modificar o sentido de um têrmo é a maneira certa, infalivel, de tornar axiomáticas ou plausíveis as mais absurdas proposições.

Tudo será sebastianismo quando «sebastianismo» designar tudo. Mas é tempo, talvez, de acabarmos com o quiproquó.

Na defesa, que faz, dos historiadores daquela época, também entraram ao que nos parece uns certos laivos de sofistaria. Custa-nos admitir que o espírito dêles estivesse «no ritmo natural do século», segundo a expressão do autor da tese. Em primeiro lugar, o século era o de Descartes, Pascal, Malebranche, Bacon, Campanella, Hobbes, Locke, Grócio, Galileu, Spinoza; em segundo, o argumento é vicioso: porque de primeira grandeza, exactamente, são os que se elevam acima do século; e em terceiro, ninguém lhes exige as ideas de hoje, e nada importa para o nosso caso que Gama Barros e Paulo Mereia tenham contestado triunfalmente algumas das afirmações de Alexandre Herculano, como alega o sr. Múrias. O ponto não está na conformidade, ou desconformidade, com as ideas do nosso tempo, nem ainda no definitivo, que não existe em coisa alguma. O que se discute, sim, é a forma de *mentalidade*, a capacidade intelectual, a seriedade de concepção, o poder de análise e de síntese que revelaram nas suas obras. Quem lê uma página de Herculano (e de vários autores estrangeiros contemporâneos dos seiscentistas) recebe a impressão de um espírito forte, ainda mesmo que lhe pareça erróneа aquela afirmação que estão fazendo; quem lê uma página de Bernardo de Brito recebe a impressão de um pobre escriba (nada mais), que lá vai penteando as suas frases, — ainda mesmo se o que diz é certo: eis a diferença. Alexandre Herculano infunde respeito: sentimos-lhe um cérebro superior ao nosso, até nos momentos em que falha e erra; Bernardo de Brito, quando muito, pode despertar em qualquer de nós uma indulgente curiosidade. Bernardo de Brito e os da sua laia. Na suave complacência com que se recebe o seu candor — há um benévolo desdém. Sentimo-nos superiores a êles. É o que é.

Perdôe o talentoso e simpático autor estas objecções que lhe opusémos, filhas (acredite) do interêsse que nos inspira e do vivo desejo de o bem servir, — ousamos dizê-lo com sinceridade, com o risco embora de nos julgar pedante. O presente opúsculo revela méritos, e é de agradecer o seu empenho de reagir ao denegrimento, assim simplista como apaixonado, que teve de sofrer na geração de Teófilo a literatura do seiscentismo; mas

enferma o autor (o que é natural, pois o cremos ainda no frescor da vida) do mesmo vício de paixão simplista, empregada agora no sentido oposto. É livro o seu de propaganda política, sob o simulacro de um trabalho histórico; continua a balda de volver a história, tanto política como literária, em arsenal de guerra das dissenções civis. Não teime o sr. Múrias em seguir por êsse rumo: porque topará no final da jornada com o mesmo combate e o mesmo destrôço que encontrou a obra de Teófilo Braga; só a serenidade e a justiça, a inteligência e o senso crítico, resistem aos embates sucessivos das várias correntes que se entrechocam. Se tenir ferme dans les courants! Não desejo dos nossos jovens que sigam as minhas opiniões: desejo sim que tenham as *suas*, formadas sempre pelo próprio espírito na plena posse do seu eu consciente, pela análise directa de cada caso, sem obedecerem às sugestões políticas de quaisquer mestres ou de quaisquer facções. Digo aos rapazes da minha terra: sêde vós próprios e pensai por vós; para fazer crítica, — literária ou histórica, — posponde sincera e criticamente o catecismo da parcialidade, para que sintam todos na vossa obra a inocência da pupila que trabalha à luz. Não é para entrardes no meu próprio ninho que vos eu convido a abandonar o alheio: — é sim para voardes pelas àsas próprias, sob o sol claríssimo da justiça estreme, na livre atmosfera da consciência crítica, — na luz, no céu...

Para nos restituir de um golpe à saúde intelectual, tirando-nos, como convém, do facciosismo asfixiante em que nos mergulhou o sr. Múrias, — eis o livro do sr. Baião: *Episódios dramáticos da Inquisição Portuguesa*, 2.º volume, Rio de Janeiro. Por êsses relatos de tanta infâmia é-se impelido a concluir, ao primeiro ímpeto, que a humanidade só será «humana» na medida em que o espírito crítico, relativista, substituir nas consciências o espírito de fé. Sente-se pendor para detestar — quási diriamos para odiar — quem quer que tenha no seu espírito, como uma úlcera, a repulsiva ilusão de uma verdade absoluta. Compreende-se, ao ler uma história do Santo Ofício, que um filósofo tenha escrito: «Dieu, c'est le mal»... Depois, — reapossamo-nos, ponderamos, distinguimos; fazemos um esfôrço de simpatia para poder «sentir» o homem de fé; reflectimos que a nós outros, espíritos críticos, cabe a missão de fazer a paz, — de abraçar as oposições, de transcender as antinomias; de ser largos, magnânimos, desapaixonados, observadores; de ver na fé do homem fanático uma manifestação da natureza que se deve tratar de claro ânimo, como o tufão ou como o raio, e compreender e estudar, para depois persuadir, — à fôrça de paciência, à fôrça de espírito crítico. Tolerância e serenidade. «Nada há

vil na casa de Júpiter». Busque-se, pois, o remédio universal na universal compreensão.

> Race qui frappes et lapides,
> Je te plains! Hommes, je vous plains!
> Hélas! Je plains vos poings stupides
> D'affreux clous et de marteaux pleins.
> Vous persécutez pêle-mêle
> Le mal, le bien, la griffe et l'aile.
> Chasseurs sans but, bourreaux sans yeux!
> Vous clouez de vos mains mal sûres,
> Les hiboux au seuil des masures,
> Le Christ sur la porte des cieux!

(V. Hugo, *La Chouette*).

Para mim, nesta disputa do Santo Ofício há um argumento decisório: os representantes do pensamento, os homens da inteligência, eram-lhe todos adversários. Entre os perseguidos, condenados ou suspeitos ao Tribunal, fala-se aqui de Ribeiro Sanches, de Filinto Elísio, de Brotero; de Bocage, de Anastácio da Cunha, do Cavaleiro de Oliveira, de Curvo Semedo; de Serrão de Castro, de Moura Portugal, de Morais e Silva; de Silvestre Pinheiro e do Judeu. Quando outras razões não existissem, essa única me bastaria. A qualidade dos faccionários creio que define uma facção. O Tribunal do Santo Ofício, naquela época, só tinha por êle os imbecis.

Aqui vemos Serrão de Castro, horrivelmente torturado para que denuncie o seu próprio filho, que veio a morrer nas labaredas; aqui vemos queimado António José, porque uns biltres espiões, que ocultamente vigiavam o que êle fazia na prisão, o viram praticar certos jejuns que eram do rito dos judeus; queimado outro-sim o «Forra-gaitas», porque outros biltres, fâmulos também do Santo Ofício, postos no cárcere do desgraçado para fingirem de prisioneiros, sócios na dor e no interêsse comum, lhe arrancaram com falsa amizade algumas palavras mal soantes aos ouvidos inquisitoriais... Que culpas tinha? Transcrevamos:

«Por isso, em 19 de Junho de 1653, os inquisidores da primeira instância foram de parecer que deviam ser-lhe sequestrados os bens; mas o Conselho Geral, em 28 de Agosto, prudentemente emendou a mão, dizendo que *era conveniente dissimular por ora*. Lá está no processo, com tôdas as letras, esta prova da extraordinária ganância inquisitorial!» (p. 226).

As virtudes que a Inquisição desenvolvia no nosso povo, isso é fenómeno que se vê bem no processo de Brites Henriques, denunciada ao Santo Ofício por uma torpíssima alcoviteira, Luísa Barroca. Diz o sr. Baião: «Vivendo de expedientes, Luísa Barroca chegou a organizar um rol ou lista de cristãos novos, aos quais extorquia dinheiro sob ameaça de denúncia ao Santo Ofício... Tentara desencaminhar as filhas de Brites Henriques, e não faltou quem dissesse que o conseguiu com Francisca da Silva. Como a mãe naturalmente levasse isso a mal, aí vem ela aos Estaus descarregar a sua consciência» (p. 270).

Pensar que se torturou tanto — a pretexto de que vários loucos (talvez, por desgraça, a maioria!) divergiam de outros homens nuns certos pormenores do adorar a Deus, por êles concebido como um monstro, cujo deleite supremo era ver sofrer as criaturas! Diz-se agora que a Inquisição era absolutamente necessária à «unidade nacional». Não contestamos. O que não compreendemos, até hoje, é a vantagem da «unidade». Os judeus que perseguimos foram acolher-se à livre Holanda, à sensata Inglaterra, com prejuízo da «unidade» delas: e não parece que aqueles Estados (pois não é isto?) tivessem caido posteriormente muito abaixo de Portugal.

ANTÓNIO SÉRGIO.

*REVISTA DE FILOLOGIA PORTUGUESA.* N.os 1 a 4: Director, SILVIO DE ALMEIDA: São Paulo, Janeiro a Abril de 1924.

VAI já em quatro números esta bela Revista mensal, que começou a publicar-se em São Paulo, no princípio dêste ano. Do seu artigo de apresentação transcrevemos os seguintes períodos, onde se revela o justo orgulho e a fé no seu esfôrço e progresso, característicos da grande cidade brasileira — a segunda, em população, das capitais de língua portuguesa: «...¿não havia de ter, S. Paulo também, uma revista filológica, em que se enfeixassem esforços, em que se estimulassem emulações, em que porfiassem mestres e discípulos, para o melhor conhecimento do nosso malprezado idioma? Pois quando, a tôda a hora, a uberdade do solo, a expansão da indústria, o desenvolvimento do comércio, a afluência dos capitais, a multiplicação e rapidez das comunicações, a paz de que gozamos, a segurança da justiça, as boas normas do govêrno e da administração, nos atraem levas de gente estranha, e fazem bater às nossas praias ondas humanas de todos os pontos do globo, como se isto aqui fôsse

um Seio de Abraão na própria terra, e de par com êsses benefícios que daí nos provém, estamos no vocabulário e na sintaxe, sob o permanente ameaço de um caos de falas exóticas, de uma Creta multilingue ou confusa Babel — ¿ não será o momento de opor embargo às influências corruptoras e de entrar de guarda ao património da língua, que é o sacrário que encerra a alma imortal da nossa raça ? »

Dirigida até agora pelo ilustre poeta e eminente professor do Ginásio do Estado, dr. Sílvio de Almeida, autor de vários trabalhos filológicos valiosos, dois dos quais no prelo ainda (*Estudos Camonianos* e *O Antigo Vernáculo*), a R. F. P. está de luto pelo falecimento recente e quási súbito dêste sábio mestre e infatigável cultor e defensor da língua portuguesa. Nesse luto, que também é nosso, a acompanhamos com sinceridade, confortados pela idea de que a batalha em prol da linguagem não parará com a queda de um combatente da primeira linha, pois não faltam felizmente no Brasil paladinos dignos de tomarem o lugar do que a morte prostrou em plena refrega.

É gerente da R. F. P. o sr. Paulino Vieira, que ainda há pouco organizou e publicou uma oportuna edição dos autos camonianos (*Comédias de Luís de Camões*, ed. da Nova Era, São Paulo, 1924) e são seus colaboradores individualidades conhecidas, no Brasil e também entre nós, como mestres e apóstolos da língua comum : Mário Barreto, Amadeu Amaral, Jacques Raimundo, João Ribeiro, Jorge Guimarães Daupiás, Liberato Bitencourt, Lindolfo Gomes, Heráclito Viotti, etc.

Ao passo que a sua irmã mais velha, a excelente *Revista de Lingua Portuguesa* do Rio de Janeiro, adoptou uma grafia mista, baseada no nosso código ortográfico actual, mas dêle divergente em conservar as consoantes geminadas, os *hh* intermédios e os símbolos greco-latinos (*y*, *ph*, *ch*, etc.) — entendeu a R. F. P. seguir à risca a ortografia oficial portuguesa, de-certo por supor que assim contribui mais eficazmente para libertar o idioma comum do caos gráfico em que inglòriamente se debate, e talvez na fé, que compartilhamos, de que a simplificação da escrita convém mais ainda ao Brasil, extenso país novo e de imigração incessante e variada, do que ao próprio Portugal, onde a unidade política não corre perigo de abalar-se pela diferenciação e desagregação lingüística, que as incoerências, hesitações e complicações gráficas fatalmente acirrariam no imenso Brasil, se não fôssem combatidas e travadas a tempo.

Eis os títulos de alguns excelentes estudos publicados nestes quatro primeiros fascículos da R. F. P.: *Acusativo sujeito*, *Ortografia dos nomes bíblicos*, *O Adamastor*, *As trovas de Crisfal*, *As Cantigas de Jean de Guilhade*, *Através do Dicionário e da gramática*, *Ortografia portuguesa*, *A comédia ortográfica*, *Notas*

*lexicográficas, Mário Barreto.* Por aqui se vê que os nossos institutos literários e os nossos «estudantes crónicos» da língua portuguesa (cujo número, felizmente, cresce) procederiam bem, se o não fizeram já, assinando e consultando esta publicação valiosíssima, que honra a progressiva e culta cidade de São Paulo e é novo padrão da glória e do valor da nossa querida e veneranda língua.

No 2.º número da *Revista de Filologia Portuguesa* vem publicada a carta que o prof. Mário Barreto dirigiu ao ministro da Justiça e Negócios Interiores da República Brasileira, sr. dr. João Luís Alves, desligando-se da comissão por êste nomeada para estudar a reforma ortográfica. Transcrevemos em seguida êsse importante documento:

«Rio, 21 de Janeiro de 1924.

«Ex.$^{mo}$ Sr. Ministro Dr. João Luís Alves.

«Partidário da reforma ortográfica oficial portuguesa, pela qual, com o «desinterêsse e sinceridade que inspira a verdadeira convicção, me tenho batido «na imprensa e nos modestos volumes que tenho publicado sôbre coisas da língua «que é património comum de Portugal e do Brasil; ligado a essa reforma pela «resposta que, juntamente com o prof. Silva Ramos, dei à consulta com que «nos honrou a ambos um dos membros eminentes da Comissão portuguesa, o «sr. dr. Cândido de Figueiredo, e que o então ministro da Instrução Pública de «Portugal, o sr. Dr. Júlio Dantas, mandou anexar à portaria que autorizou quatro «leves modificações na reforma ortográfica do primeiro de Setembro de 1911; «intimamente persuadido de que é preciosa a obra dos lingüistas portugueses e «de que a reforma que propuseram, levaram a cabo e que está hoje adoptada «oficialmente no seu país, bem como na prática de muitos escritores e periódicos, «é prudente e sábia; crente, como estou, de que não há razão alguma de sciência «que se oponha a que a dita reforma seja admitida onde quer que se fale a nossa «opulenta e formosa língua; tendo eu compreendido claramente, logo na primeira «vez que ela se reüniu, que a comissão por V. Ex.ª nomeada, à excepção do «prof. Silva Ramos, não aceita de modo algum a reforma portuguesa, e não «podendo eu, por coerência e fidelidade aos princípios da escola filológica em que «me matriculei e que tem por mestres Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, «D. Carolina Michaëlis, J. J. Nunes e outros notáveis investigadores da filologia «românica que, em 1911, uniformizaram e regularizaram a ortografia portuguesa, «entrar em transigências e concessões senão depois de ouvidos os reformistas «portugueses, para que o sistema de escrever seja um e o mesmo nos dois países

«unidos pela língua e pela história; venho, nestas linhas, resignar o pôsto para «que V. Ex.ª teve a bondade de me chamar, de membro da comissão nomeada «por V. Ex.ª a fim de tratar da questão ortográfica.

«Cordialmente penhorado, agradeço a V. Ex.ª, sr. Ministro, a honra insigne «que me deu ao designar-me para fazer parte da dita comissão, e afirmo a «V. Ex.ª que me causa verdadeiro pesar o retirar-me dela.

«De V. Ex.ª admirador sincero e muito obrigado.

«MÁRIO BARRETO»

O ilustre académico e professor dr. J. J. da Silva Ramos, citado nesta carta, separou-se também, e por idênticos motivos, da Comissão brasileira. Desta faz parte, desde o princípio, o eminente escritor sr. João Ribeiro, membro da Academia Brasileira de Letras, e que, em carta com que recentemente nos honrou, diz o seguinte:

« Bato-me pela graphia tradicional contra a simplificação portuguesa, « que me parece um *isolamento pouco esplendido* na cultura mundial, sendo « como é uma graphia anti-francesa, anti-inglesa e anti-alemã com a es- « cassa vantagem de parecer espanhola ».

Esta opinião parece-nos digna de respeito, como já várias vezes temos dito. Mas no sr. João Ribeiro podemos respeitá-la muito menos, e isso fazemos, porque não temos elementos para calcular o tempo que ela lhe durará. Há anos pensava êle às avessas, defendendo e usando uma grafia quási sónica assaz horrível, e entendendo, como nós, que a simplificação da escrita é « benefício inestimável feito à educação popular » (*O Fabordão*, pág. 104). E mais grave ainda, ou mais engraçado, é que em 1921, bem recentemente, portanto, publicava o sr. João Ribeiro a interessantíssima colectânea a que chamou *A Língua Nacional* e na qual defende os direitos sagrados, biológicos ou zoológicos, do americanismo lingüístico e do « idioma brasileiro », dizendo-nos redondamente, na memorável página 22 daquele tômo: « *No dia em que não nos compreenderem, façam glossários e, se o quiserem, traduzam os escritores americanos.* ». Donde podemos concluir que, escrevendo *tísica* em vez de *phthysica*, o brasileiro médio ficará num « isolamento pouco esplêndido » da cultura mundial, e que muito esplêndidamente se peninsulará à dita cultura, no dia em que a tísica se chame, no Brasil, *jiquitinhonha*, ou *tamanduàguassu!*

AGOSTINHO DE CAMPOS

DR. ASDRÚBAL ANTÓNIO DE AGUIAR: *O «REI FORMOSO» E A «FLOR DA ALTURA»*. Estudo médico-psicológico.

NÓS já conhecíamos do sr. dr. Asdrúbal de Aguiar, professor do Curso Superior de Medicina Legal, a sua delirante fantasia sôbre o «*masoquismo psiquico de Soror Mariana Alcoforado*». Mas o seu último trabalho, — trabalho de paciente esmiuçamento genealógico —, acabou por definí-lo como cultivador duma especialidade que, apenas enunciada no pequeno delito acêrca de Soror Mariana, se revela agora resolutamente acreditada no espírito do dr. Asdrúbal de Aguiar como um género seguro e de inabalável base scientífica.

Na volumosa locubração do sr. dr. Asdrúbal de Aguiar, a que, ingènuamente, chamou «estudo médico-psicológico», acusa-se uma mentalidade dominada em absoluto pelos preconceitos, hoje em completo crepúsculo, da escola de Charcot, por um lado; e por outro lado, pelo baixo criticismo racionalista do século findo, com tipo nas insignes enfatuações dum Lombroso ou dum Max-Nordau. Na verdade, a formação intelectual do autor do «*Rei Formoso*» *e a* «*Flor da Altura*» é velha de bastantes anos, confiando ainda nos ídolos e demais superstições que os complicados romances desenvolvidos à roda dos problemas fundamentais da responsabilidade e da hereditariedade inculcaram presunçosamente como sendo a palavra última da Sciência, — da Sciência com a indispensável letra maiúscula da praxe!

A análise do livro do sr. dr. Asdrúbal de Aguiar, tão festejado na imprensa diária por pensadores analfabetos, importava talvez a condenação dos critérios imperantes nos meios em que êle professa, inteiramente fechados à renovação cultural que se estende por tôda a parte. Não conheço, efectivamente, nada tão novelesco e tão insubsistente como o estudo «médico-psicológico» sôbre D. Fernando e D. Leonor Teles, a que se aventurou, numa diversão deplorável, o sr. dr. Asdrúbal de Agũiar! Històricamente falso e mèdicamente errado, não aproveita da história senão os conceitos, sentimentais ou facciosos, do nosso ultra-romantismo, emquanto que, dentro do ângulo clínico, por que o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar pretende encarar a questão, usa de processos, senão pouco probos, pelo menos pouco recomendáveis. Expliquemo-nos, porém.

Discorrendo da psicologia de Santa Joana d'Arc e da natureza das suas «visões», o célebre professor e eminente nevropatologista, dr. Georges Dumas, ainda que apresentasse para o caso a sua interpretação, recusou-se terminantemente a formular o que êle intitulava de «diagnóstico retrospectivo». Pois é um «diagnóstico retrospectivo» o que, antes de tudo,

o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar formula, — e formula-o, tomando por taras e estigmas, tanto pessoais como ancestrais, circunstâncias que são mais do «meio» de que do «indivíduo», e que, de modo nenhum, é lícito consignar como indicação de desequilíbrio ou de degenerescência. Assim, o «religiosismo» de certos ascendentes do Rei Fernando, — assim a «bravura guerreira» de outros, etiquetada pelo sr. dr. Asdrúbal de Aguiar de «ferocidade». Exemplo : «*Pelágio... Mostrou-se sempre valoroso nos combates, enérgico, ambicioso, cruel e em extremo religioso.*» Ou então : «*D. Afonso I. Foi um dos mais nobres guerreiros das Asturias... D. Afonso I caracterizava-se, como a espôsa, pelo muito elevado amor à religião.*» Manifesta aqui o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar, com o grave pecado do seu «diagnóstico retrospectivo», a debilidade da sua documentação, em que transparecem tôdas as nódoas do falso objectivismo, de que, por via de regra, a psicologia dos médicos é vítima.

Cheio de escusadas prevenções contra a floração religiosa ou mística da alma antiga, o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar reflecte, como já apontámos, o influxo de Charcot e da Salpêtrière, sem se lembrar que os ensinamentes dêsse notável especialista tombaram pela raiz, desde que o dr. Babinscki, fiel, no entanto, à memória de Charcot, abrangeu na designação geral de «pithiaticos» (ou seja o desenvolvimento mórbido pela persuasão) os vários fenómenos funcionais, agrupados anteriormente dentro da designação geral de «histeria». Por sua vez, o professor Choffard, num artigo sensacional da *Presse Médicale* (17 de Janeiro de 1912), depois de confessar que, em tempos de Charcot, se verificara «*une grande époque de l'hystérie*», observa : «*Et maintenant? Par un singulier changement à vue, il n'y a presque plus d'hystérie dans nos services, pas plus chez les femmes que chez les hommes; et, pour une part, je crois bien qu'il y a plus de dix ans que je n'en ai observé un cas serieux dans mes salles.*»

Porque? «*C'est que depuis Charcot nos idées se sont profondement modifiées en grande partie par le fait de la critique objective, à laquelle M. Babinscki a soumis la doctrine de l'hystérie. Ces hystériques si nombreux, si demonstratifs, si typiques, c'est nous médecins qui par nos méthodes imprudentes d'examen, en faisions la culture artificielle et intensive. Aujourd'hui que nous sommes avertis*», — remata o prof. Choffard —, «*l'hystérie a à peu prés disparu de notre clinique hospitaliére, pour se réduire à un substractum mental, sur le lequel l'avis de plus compétents que moi est encore trés partagée.*» Em face disto, que concluir? Além do evidente desastre em que ruïdosamente desabaram as teorias de Charcot, o cuidado que é preciso pôr em tudo quanto envolva a aplicação exagerada duma

doutrina ou dum determinado princípio, sobretudo, no terreno das hipóteses reputadas de « scientíficas ». Ora o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar, submetido com exagerada passividade às reminiscências da Salpêtrière, não cultivando nem produzindo « histéricos » nos seus serviços do Instituto de Medicina Legal, meteu-se a descobrí-los, ou, talvez melhor, a inventá-los nos domínios da história. De resto, a intervenção do critério clínico na história é apreciado nestes termos por um dos amadores do género, o dr. G. J. Witkowski, no seu *Comme moururrent les rois de France:* —« *A l'aide des renseignements fournis par les médecins du temps; à l'aide des autopsies incomplétes, telles qu'on les pratiquait alors, à l'aide des traitements plus au moins fantaisistes auxquels les malades étaient soumis, vouloir établir un diagnostic precis est une prétention outre-cuidante* ».

Claro que no caso encarado por Witkowski se pondera ùnicamente o « óbito », contando-se, para juízo póstumo, com os elementos fornecidos pelos relatos oficiais do tempo: autópsias, tratamento médico, etc. Mesmo assim, Witkowski considera a medicina histórica uma sciência conjectural. ¿Como a consideraremos nós, na gorda monografia do sr. dr. Asdrúbal de Aguiar, que, para se autenticar de estudo sério, se acolhe à seguinte epígrafe, extractada de Pinheiro Chagas: — « ... *D. Fernando punha nos lábios a taça das torpezas que essa risonha Circe lhe mostra e obedecia ébrio de amor e de voluptuosidade aos seus mínimos caprichos* » ?

Sem nos acastelarmos numa exigência pedantesca, a « medicina histórica », como a entende e justifica o sr. Asdrúbal de Aguiar, não passa, — insistimos —, duma dupla e conjunta desnaturação da história e da medicina. Começa logo que o A., em vez de refundir por completo os lugares-comuns correntes acêrca de D. Fernando e D. Leonor Teles, na sua sistemática preocupação do « mórbido », do « patológico », só se empenha em aproveitá-los e autenticá-los, porque êste doutor, dispendendo pròdigamente a linguagem baroca dos doutores (já o helenista Emile Egger se queixava da ênfase com que a medicina inventa e distribúi vocábulos da variada origem grega, criando, com isso, verdadeiros barbarismos), no fundo, o que se afirma é um ultra-romântico, seduzido pelas piores e mais enredadas situações folhetinescas. Mas testemunhemos, para que não nos julguem difamando por gôsto ou tecendo gracejos inadmissíveis!

Para abonar as suas constatações, recorre o dr. Asdrúbal de Aguiar a Alexandre Herculano na narrativa *Arrhas por foro de Espanha.* Quem está no potro dos réus é D. Leonor Teles. Escreve o A.: — « Alexandre Herculano viu claramente o grau de ferocidade desta mulher. Definiu-a bem nas seguintes palavras que põe na sua própria bôca a dirigí-las ao rei:

— « Fernando... o povo, ou se rege com a espada de cavaleiro, ou êle vem colocar a azevan do peão sobre o trono real. *As febres populares curam-se com banhos de sangue* ».

O sublinhado é do sr. Asdrúbal de Aguiar. Com êle procura justificar o seu veredicto acêrca da « ferocidade » de Leonor Teles, sem lhe ocorrer sequer que « literatura » não é « sciência » e que Alexandre Herculano compunha uma novela, com tôdas as licenças do convencionalismo romântico, — e não redigia um capítulo de história, por certo discutível. A maneira como duma frase de evidente composição literária o A. extrái conclusões positivas faz-me recordar o que sucedeu, a propósito de Verlaine, com Max-Nordau, de quem Huysmans satirizava : «*Ce médicastre allemand c'est un monomane de la folie*».

Jules Lemaitre discreteava de Verlaine e da alta impressionabilidade lírica do poeta com a leveza da sua prosa alada. « *Cet enfant a une musique dans l'âme, et à certains jours, il entend des voix que nul avant lui avait entendu...* » Pois Max-Nordau toma à letra a expressão figurada de Lemaitre e assegura do autor da *Sagesse* que êle tinha alucinações místicas como Santa Joana d'Arc ! Corremos quási o perigo da anedota se reproduzir com o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar, pela facilidade que denuncia na utilização de dados, à primeira vista refutáveis, se não totalmente desprezíveis.

Sucede, demais a mais, que o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar se inclina a qualificar a « consangüinidade » como causa bastante de degenerescência. Mas desde André Sanson, na sua *Hérédité normale et pathologique*, ao dr. Apert, na sua recente *Hérédité morbide*, tratadistas autorizadíssimos demonstram-nos que a « consangüinidade » só é geradora de degenerescência, quando se verifica e repete em famílias já tocadas de taras graves. O dr. Apert invoca até as alianças freqüentes dos Darwin e dos Galton, — alianças que, durante cinco gerações, se ilustraram com produtos ennobrecidos por predicados invulgares. Outro tanto acontece, dum modo geral e segundo os trabalhos do heredologista Frederic Adams Woods *(Mental and Moral Heredity in Royalty)*, com as estirpes reais europeias.

Abandona-se o A. igualmente aos piores excessos das doutrinas sôbre a hereditariedade. Evidentemente que ela actua, — e actua com incalculável poder. Mas Léon Daudet repara agudamente que a hereditariedade é sempre modificada pela parte não *hereditária* da nossa personalidade. Admitindo mesmo que é mínima ou nula essa parte, não há, num indivíduo ou numa família, apenas uma ancestralidade, — inclusivé nas linhagens

consangüineas. Sabe-se lá, portanto, que influência genealógica se realiza?! Perante a fatalidade cerrada do determinismo atávico, com tanto olimpismo professado das cátedras aos compêndios, como calha bem um outro reparo, não menos agudo, da pena de Daudet. Ei-lo: — « *L'homme asservi dans sa lignée, l'humanité libre et indefiniment ascendent, telle etait l'antinomie sur lequelle vécurent les deux générations de 1870 et 1900.* »

Padecendo de tão patentes bastardias scientíficas, o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar deforma com elas o campo da história, — e é natural que reincida. Sejamos inexoráveis, pois! Na destrinça dos temperamentos de D. Fernando e de D. Leonor Teles, desliga-os arbitràriamente da época em que viveram, — época agitada de transição, agitado final do século XIV, que marca nas sociedades ocidentais uma profunda e desorganizadora crise. Então se inicia a decomposição de que sofremos hoje as derradeiras conseqüências. Nem D. Fernando, nas suas hesitações, nem D. Leonor Teles, na sua ambição desenvolta, são florações pessoais e esporádicas, de forma a catalogarem-se de « patológicas ». O sr. dr. Asdrúbal de Aguiar esquece-se do « meio ». E porque se esquece do « meio », a-pesar-de no-lo pintar em estilo luarento e peganhoso, comete, embora sinceramente, uma falsificação de personagens e de caracteres, de efeito seguro em públicos gulosos de sensações fortes ou imprevistas.

Se o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar olhasse para a Castela contemporânea, veria fratricídios e felonias, como no Portugal fernandino. Se transpusesse os Perineus, depararia com espectáculos semelhantes. E, no entanto, D. Fernando não é só o « fraco », o « volúvel », que nos descreve! Muitas das suas volubilidades foram actos propositados de política. O que êle procurava era evitar a consolidação do bloco castelhano. No seu *Doutor Minerva*, o dr. Manuel Bento de Sousa (um médico que não praticava diagnósticos retrospectivos!) coloca D. Fernando no seu perfeito significado. Não se trata dum irresponsável! As suas medidas de fomento estabilizaram econòmicamente a pátria. Sem êle, a expansão marítima não se inauguraria com tanta felicidade no reinado seguinte. E, sinal de que D. Fernando possuia uma *consciência*, é a sua nobre confissão à hora da morte: — « *Tudo isso creio* (os dogmas da fé) *como fiel christão, e creio mais que Ele* (Deus) *me deu estes reinos para os manter em direito e justiça, e eu, por meus pecados, o fiz de tal guisa que lhe darei d'elles mui mau conto.* »

Quanto a D. Leonor Teles, é conveniente considerar que só a conhecemos através do partido que a venceu e envolta numa lenda que sentimentalmente a ennegrece. Não lhe chama Pinheiro Chagas « Circe »?

¿E não se compraz o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar em lhe perfilhar a designação? Registemos, porém, que, pedindo-lhe a mão o mestre de Avis, Leonor Teles rejeitou-lhe com energia a proposta, não sendo, afinal, tão odiada como se quere, pois o mestre de Avis aventurou-se a êsse passo por conselho dos seus partidários. Avivemos também na nossa memória o episódio narrado por Fernão Lopes, quando, vencida a nossa frota pela armada de Castela, a triste nova se espalhou na côrte. Amachucado o rei com o desastre, eis como a rainha lhe falou: — «*Por que vos anojaes assi, senhor, por a perda da vossa frota, e como outras novas esperavees vos della, se nom estas que vos veherom? Digo-vos, senhor, que nunca eu outras novas esperei della em minha voomtade, salvo estas que agora ouço; porque como eu vj que vos mandavees trazer os baraços cheos de lavradores e de mesteiraes, e os mandavees meter em ellas, com outros agravos que fazees ao poboo, sempre eu cuidei em minha vomtade, que tal mamdado vos avija de vijnir della como vos veo.*» ¿Onde está então, sr. dr. Asdrúbal de Aguiar, o vampiro que curava «com banhos de sangue as febres populares»?

Não contente com o que a sua imaginação houve de interpretar como estigmas morais, o A. socorre-se da prova iconográfica, para chamar a juízo as características somáticas de D. Fernando. Utiliza o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar as moedas fernandinas. Conquanto reconheça a debilidade do documento, não se esquiva o autor em questão a proclamar a importância que uma melhor prova iconográfica traduziria para a determinação dos caracteres físicos, normais e anormais, do rei D. Fernando I. Ainda aqui o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar sacrifica demasiadamente a uma miragem da sua especialização profissional. E para lho certificarmos, basta lançarmos mão do famigerado prognatismo dos Habsburgos. No seu abundante volume *L'hérédité des stigmates de dégénerescence et les familles souveraines*, o dr. V. Galippe classifica o prognatismo da casa de Áustria como um sinal evidente e insofismável de degenerescência. Prefaciando-lhe o livro, Henri Bouchot restringe um pouco a generalização do dr. V. Galippe: — «*Le prognathe peut être idiot comme il peut être égalment Laurent de Médicis, Charles Quint ou Louis XIV*». Já se não conforma com a lição do dr. Galippe o dr. Apert. Na citada *Hérédité morbide*, assim se pronuncia: — «... *je veux parler du prognathisme du maxillaire inferieur, conformation vicieuse qui à fait l'object d'un très interessant livre de M. Galippe. M. Galippe a etudié sa transmission dans les familles souveraines; il montre qu'elle apparait dans la maison de Bourgogne des Charles le Téméraire, qu'elle se trans-*

*met dans la maison d'Austriche et dans la maison de France, et que, entretenus par les mariages consanguins répétés, elle se fixe dans toutes les maisons souveraines catholiques. Voici donc une conformation qui se transmet depuis six cents ans, dans un groupe de familles de même souche et s'unissant constatement entre elles. Eh bien! je dis que c'est lá un caractère de race et non un stigmat de dégénérescence, le stigmat de dégénérescence c'est ce qui écarte le sujet du type normal dans son éspece, dans sa race, dans sa famille; telles sont les modifications que provoquent dans le type familial l'heredosyphilis, l'heredoalcoolisme, et toutes les souffrances des parents; ici c'est le contraire; ce qui caractérise cette conformation spéciale, c'est sa grande tendance à se reproduire identique à elle-même para l'herédité.*»

Para uns, estigma de degenerescência, para outros, característica morfológica, transmitindo-se hereditàriamente como um sêlo de raça, o prognatismo dos Habsburgos oferece-nos motivo de sobejo para nos sorrirmos da imponência catedrática com que um dr. Galippe se arroga o direito de intervir clìnicamente na apreciação de determinadas figuras históricas. E já agora não deixaremos de nos referir a outra questão ligada a um dos Áustrias mais representativos, Carlos V, a fim de que se meça bem o insubsistente e o oscilante de tais divagações. Fundando-se em que todos os retratos de Carlos V o mostram de bôca entreaberta, um médico dinamarquês, dr. Wilhelm Meyer, autor ilustre dos primeiros trabalhos sôbre vegetações adenóides, sustenta que a abertura permanente da bôca do Imperador e a pouca nitidez da sua articulação, pois Carlos V exprimia-se defeituosamente, eram independentes do seu prognatismo inferior e tinham por causa a existência de vegetações adenóides. O dr. Potiquet, sem discordar inteiramente do dr. Wilhelm Meyer, objecta que a abertura permanente da bôca em Carlos V pode ser devida ainda à estreiteza anormal das fossas nasais e da faringe superior, ou a um desvio excessivo da membrana nasal, ou a polipos, ou mesmo a uma coriza hipertrófica. E etc., etc., etc. Em que assentamos, afinal?

Do exposto resulta transparente a fragilidade congénita de estudos como o do sr. dr. Asdrúbal de Aguiar. Sujeitos incondicionalmente a teorias de passageiro domínio, tomam o «relativo» por «absoluto», dando lugar àquelas hipóteses de «tipo scientífico», mas não «scientíficas», de que nos fala Paul Bourget no seu prefácio aos *Limites de la biologie*, do dr. Grasset. Com os seus *Rougon-Macquart*, pensou Emile Zola em criar o «romance scientífico», transpondo para o terreno da literatura as ideas do dr. Prosper Lucas na sua *Psychologie de l'hérédité naturelle.* O que é êsse romance scientífico, o dr. Henri Martineau no-lo conta no seu *Le roman scientifique*

*de Émile Zola.* Os personagens, enfabulados à mercê do puro determinismo atávico, em lugar de servirem a realidade, servem os preconceitos do escritor. Se isto acontece no campo literário, em que a imaginação dispõe de extensas disponibilidades, nós calculamos o que acontecerá na história, com a invasão do critério clínico! Augusto Comte já nos prevenia contra « a disposição constante dos biólogos para conceberem a sciência social como um corolário ou apêndice da sua ». E apontando a desordem que daí derivaria, anunciava-nos a inevitável desorganização dos estudos superiores. O perigo que, indubitàvelmente, a alta cultura corre com tais incursões não « scientíficas », mas de « tipo scientífico », descobre-se-nos com tôda a amplitude no « estudo médico-psicológico » do sr. dr. Asdrúbal de Aguiar.

Fazemos votos para que o abalisado professor não se desrespeitabilize em novos cometimentos. E lamentando de-veras que nos obrigasse a ser tão duros com a sua refolhuda monografia, o nosso intuito foi apenas salientar o abuso sofrido pela história em nome da medicina e a entorse imposta à medicina em nome da história.

ANTÓNIO SARDINHA.

*P. S.* — Nos próximos números, além da conclusão do nosso estudo sôbre *La musica de las Cantigas*, ocupar-nos-emos dos *Estudos históricos e económicos*, de Alberto Sampaio.

A. S.

## *PORTUGAL E O HISTORIADOR OLIVEIRA LIMA.*

O SR. dr. Manuel de Oliveira Lima, eminente académico e diplomata brasileiro, antigo aluno do nosso Curso Superior de Letras, antigo professor da cadeira de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Lisboa, sócio-correspondente da nossa Academia das Sciências, conhecedor da actual situação de Portugal, cujo hóspede foi, ainda há pouco, durante meses — publicou em *La Prensa*, importantíssimo diário de Buenos Aires, com data de Janeiro último, um artigo muito interessante, escrito em Washington, e intitulado *Alianza luso-brasileña.*

Nesse artigo diz o sr. Oliveira Lima que « Portugal, desde el punto de vista internacional, no pasa de una *quantité négligeable* »; acha que « Portugal no podria vivir sin depender de Inglaterra »; considera que « el entendimiento

angloamericano puede llegar un dia a ser tan íntimo que Inglaterra (!) ceda a los Estados Unidos el archipiélago de las Azores»; afirma que nós os Portugueses desejaríamos ver estender-se à América do Sul, por parte do Brasil, «la antigua antipatia portuguesa por España»; pregunta se o Brasil será ainda «português» dentro de um século e responde que êle já «aspira a tener lengua propia como tiene individualidad propia»; ás nossas instituições actuais chama «una república tan desgobernada como la portuguesa»; depreciando o valor que poderia ter para o Brasil uma aliança connosco, entende que «el pobre Portugal no podria oferecer apoyo alguno eficaz. Dinero no tiene. ¿Una expedición militar y naval? ¿Con qué elementos?»; acha louvável que as repúblicas hispano-americanas procurem aproximar-se da mãe pátria, porque elas receiam sempre a absorpção saxónica e tiveram sempre carinho pela cultura espanhola; mas entende que «el Brasil nunca mostró un cariño igual por Portugal», etc., etc.

Portugueses esquentados e ingénuos levarão muito a mal ao sr. Oliveira Lima êste desprêzo que o nosso país lhe merece e que, para mais ainda, se mistura com alguma injustiça e alguma calúnia. Portugueses serenos preferirão continuar a trabalhar serenamente para serem bons portugueses, indiferentes à opinião desprimorosa que de Portugal forme um estrangeiro como êste, que o não seria tanto se se tivesse mantido brasileiro, mas que está no seu pleno direito de olhar para nós através de um microscópio ou telescópio norte-americano.

Escrevendo de Washington, onde reside e a cuja universidade católica doou tôda a sua esplêndida biblioteca de quarenta mil volumes, baseou o sr. Oliveira Lima as suas considerações de alta política internacional sôbre um artigo de ocasião, publicado num jornal partidário de Lisboa e escrito por um chefe político. Fraca base para assentar estudos sôbre assunto tão elevado e geral, tanto mais que algumas opiniões ou expressões infelizes, puramente individuais, do jornalista e político lisbonense, serviram para deturpar e amesquinhar um pensamento que tem grandeza e amplitude, e não pode ser encarado com vantagem à efémera luz da actualidade.

«Música do futuro» pode até chamar-se a essa idea da confederação luso-brasileira, que aliás tem um passado mais longo do que parece supor o sr. Oliveira Lima e possui até tratadistas mais dignos de consulta, pela serenidade com que versaram o assunto e pelo tempo que têm gasto a estudá-lo, do que pode ser o jornal monarquista lisbonense *Correio da Manhã* e o seu inspirador conselheiro Aires de Ornelas, única «autoridade» que o historiador brasileiro segue e transcreve no seu ensaio de Janeiro último. Um dêsses tratadistas é o português dr. Bettencourt Rodrigues, da

Academia das Sciências de Lisboa e do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, Brasil, autor de um livro recente, intitulado «*Prováveis alianças e agrupamentos de nações: Uma confederação Luso-Brasileira*». Nesse livro, e não no rápido e curto artigo de fundo do sr. Aires de Ornelas, podia o sr. Oliveira Lima ter estudado a história de semelhante idea e os seus fundamentos e directrizes. E como tem vivido muito tempo fora do Brasil, aí aprenderia também, adquirindo êsse livro para dêle fazer o 40.001.º da biblioteca dada a Washington, que o plano de tal confederação tem sido e está sendo defendido no Brasil por brasileiros de alguma consideração, como Sílvio Romero, Graça Aranha, Domício da Gama, Medeiros e Albuquerque, Pinto da Rocha, Spencer Vampré, Alberto Seabra, Noé de Azevedo, Elísio de Carvalho — não esquecendo que o próprio «patriarca da independência brasileira», José Bonifácio, não queria a princípio a separação completa da Metrópole, e, pelo contrário, ardentemente desejava e defendia um dualismo luso-brasileiro.

Mas a história desta concepção política vai mais longe ainda, como nos mostra o sr. Bettencourt Rodrigues. Um grande diplomata português, D. Luís da Cunha (1662-1749) adivinhou, com mais de meio século de antecedência, o estabelecimento da côrte portuguesa no Brasil, hipótese que posteriormente havia de realizar-se, quando Napoleão invadiu Portugal. Um século antes da independência do Brasil já D. Luís da Cunha considerava Portugal e Brasil *como duas nações*, já no seu espírito germinara a idea de uma grande Federação, a que chamou «Sociedade da República Universal», cujo núcleo seriam Portugal e Brasil, e que era uma espécie de Sociedade das Nações *avant la lettre*. O rei português iria para o Brasil com parte da nobreza, deixando em Portugal um vice-rei; e (diz D. Luís da Cunha na sua «Carta de Guia do estadista português») «a parte da nobreza que se estabelecesse no Brasil seria caução da fidelidade da que ficasse em Portugal; além de que, quando bem não subsistisse a simpatia entre *as duas nações*, sempre os interêsses do comércio fariam a união dos dois domínios portugueses, ainda que separados por tão vastos mares». É claro que os interêsses do comércio, num tempo em que Portugal nem sequer começara ainda a exploração agrícola dos seus domínios africanos, tinham aspecto muito diverso do actual.

Mas já antes de D. Luís da Cunha, o nosso rei D. João IV (1604-1656) formulara claramente a mesma idea, dizendo que, se possuísse só o Brasil, com o Reino de Angola, as praças de África, os Açores e Cabo Verde, juntos êstes Estados com Portugal, «não trocaria a sua condição pela de nenhum outro príncipe da Europa.»

É, pois, bem antigo êsse pensamento de uma confederação luso-brasileira, e baseia-se na história, na geografia, no sangue e na língua. As bases são sólidas, portanto. Vejamos agora se são plausíveis, ou loucos, ou agressivos, ou defensivos, os seus intuitos e tendências. Para vermos isso, vamos mostrar que a idea, além de antiga, é actual; que os reis e estadistas portugueses de outros tempos são meros precursores, embora parciais, de reis e estadistas de hoje, como Afonso XIII e Mussolini.

Quando as repúblicas hispânicas de além-Atlântico pensam em «reforzar su hispanismo» (como diz o sr. Oliveira Lima) ¿são loucas e agressivas? Quando a Espanha procura aproximar-se das nações americanas suas descendentes, ¿é louca e agressiva? ¿Foi louco e agressivo Mussolini, quando nos recentes discursos de Roma preconizou a «união fraterna dos povos que descendem da Roma imortal» e aludiu às vantagens da «cordialidade italo-hispânica na América»? ¿Foi louco e agressivo Afonso XIII, falando ao Papa como se fôsse, não apenas rei de Espanha, mas uma espécie de Califa da América do Sul e formulando o desejo de que, «unidos los españoles todos, los de allende y los de aquende el Océano, la raza hispano-americana llegue al cenit de la grandeza que en el mundo le corresponde»?

Se o sr. Oliveira Lima não considera loucas nem agressivas estas ideas de união latina ou ibero-italo-americana, ¿que dúvida pode opor a que Portugal e Brasil entrem nela? ¿e que vantagens vê em que fiquem de fora? Êle próprio diz que um dos princípios cardiais da política externa de Portugal é a «suspicácia com respecto a España», sentimento histórico proveniente da desigualdade perigosa e estéril em que sempre Portugal se encontrou na Península. Para evitar que essa desigualdade perdure e se transfira para a América é que exactamente convém que o Brasil e Portugal entrem aliados na mais larga aliança hispano-americana. E é nesse sentido que falam os propugnadores da confederação luso-brasileira, como pode lêr-se, por exemplo, a pág. 213 do livro do sr. Bettencourt Rodrigues: «E uma vez realizada a confederação luso-brasileira, e entre esta, a Espanha e as repúblicas espanholas da América, estabelecida depois uma aliança, como a que já se pressente entre essas mesmas repúblicas e a sua antiga metrópole, assim acabaria por se constituir um novo e grande bloco — o bloco luso-hispano-americano, destinado a ser talvez o centro de aglutinação de tôda a latinidade».

A esta luz dos prováveis agrupamentos futuros, latinos e não latinos, hispânicos ou não hispânicos, é que é preciso ver e discutir o problema, *que só para isso está pôsto*. O sr. Oliveira Lima, residente em Washington, só vê o Portugal de hoje e o Brasil de hoje; mas prevê que «el

entendimiento anglo americano puede llegar un dia a ser tan intimo que Inglaterra ceda (!) a los Estados Unidos el archipiélago de las Azores, que los norteamericanos consideran esencial para su defensa, como consideraban Cuba y Panamá ». Seria talvez menos interessante para nós que o lêmos, mas com certeza mais lógico para êle que escreve — que o sr. Oliveira Lima previsse não só o que convém à América do Norte, mas também e sobretudo o que convém à do Sul. ¿ Convém a esta que os Estados-Unidos se aliem intimamente com a Gran-Bretanha ? ¿ E que juntos os dois colossos, repartam entre si as colónias insulares e continentais, portuguesas, do Atlântico ? ¿ E que a Espanha, e Portugal, e o Brasil, e as repúblicas hispânicas da América assistam paradas, inertes e divididas a êsse total açambarcamento do Atlântico, transformado assim num grande lago saxão ?

Eu creio que não, e como eu pensa muito boa gente, em Portugal, no Brasil, na Espanha, na Argentina e em tôda a América do Sul. E é tão lícito, e tão natural a êsses latinos e íbero-americanos pensarem em unir-se pela comunidade da origem e do sangue, e pela semelhança da civilização e da língua, como é lícito e natural aos Bretões formarem o grande império que já têm, espalhado pelas terras e mares do mundo, e procurarem ainda ampliá-lo e reforçá-lo pelo entendimento íntimo da Gram-Bretanha com os Estados-Unidos.

Tendo vivido recentemente alguns meses em Portugal, viu o sr. Oliveira Lima de-certo como é freqüente e amigável, nos últimos tempos, e cada vez mais, o intercâmbio intelectual entre as duas nações peninsulares. Visitas e trocas de professores, congressos, excursões mútuas de estudantes e desportistas, são hoje factos quási cotidianos e que mostram como a tal « suspicácia » de Portugal perante a Espanha vai diminuindo sucessivamente. Portugal aspira a manter relações tranqüilas e confiantes com a Espanha, e sabe que conta com as simpatias dos povos hispânicos da América, os quais admiram nêle, sobretudo, o seu amor da independência. Tudo indica, aliás, que a hegemonia de Castela, herança do passado, será a pouco e pouco substituída pelo equilíbrio das diversas regiões ibéricas, fase nova de igualdade, paz e confiança recíproca, com que a intimidade luso-espanhola só poderá lucrar, germinando em grandes benefícios comuns. Igual equilíbrio para igual confiança convém que exista no grande e sonhado agrupamento íbero-americano, se êste vier algum dia a realizar-se. E, sendo assim, não se pode estranhar que os homens que acreditam na possibilidade dessa grande aliança inter-continental de nações, e a desejam ou com ela sonham, pretendam que o

Brasil e Portugal entrem nela, e entrem juntos e unidos. ¿ Que inconveniente haveria, se assim fôsse, ou, invertendo os termos, que vantagem colheriam Portugal ou Brasil, de ficarem ambos fora dessa enorme constelação íbero-americana, ou de aceitá-la um só, e outro não?

É evidente que só o interêsse comum une os homens e as nações; mas o sr. Oliveira Lima contradiz-se inocentemente, quando afirma que Portugal não poderia oferecer ao Brasil apoio algum eficaz, tendo confessado pouco antes que a primeira destas nações « possui colónias cobiçadas e pontos estratégicos atlânticos, com os quais cortaria, se pudesse, tôdas as linhas de comunicação com as Américas do Norte e do Sul ». Tal disparate ou ilogismo resulta do êrro fundamental de ver com as côres de hoje um assunto que só interessa ao Brasil de amanhã. Um Brasil de duzentos ou trezentos milhões de habitantes, com um comércio intenso e espalhado, não poderá existir, nem pode conceber-se, sem a plena liberdade e a inteira segurança dos mares. E a êsse Brasil futuro não será de-certo indiferente, como é hoje ao brasileiro sr. Oliveira Lima, residente em Washington, que Portugal possa ou não possa cortar-lhe as linhas de comunicação atlântica, e que os pontos estratégicos, por nós possuídos agora, pertençam amanhã a inimigos ou a aliados. O mundo dá muita volta; o sonho de um dia é a realidade do seguinte; a poesia do presente transforma-se no futuro em vida, acção e energia. E a visão dos diplomatas verdadeiros, dos bons sociólogos e dos filósofos de candeia bem acesa rompe as trevas da noite de hoje e através delas descortina as auroras ou crepúsculos de amanhã. Simples jornalistas, polemistas fugazes ou cronistas da efeméride, podem rir-se daqueles; mas nem com isso se curam da sua pobre miopia.

Fora do seu assunto mais importante, as observações que estamos comentando encerram alguns desprimores para Portugal. Diz-se aí que o meu país é internacionalmente uma «quantité négligeable» e uma nação «dependente», «que não poderia viver sem a Inglaterra». A esta soberbia de imperador de Áustria póde responder-se que os imperadores de Áustria morreram todos; que um dêles considerou a Sérvia «quantité» imensamente «négligeable», e com isso deitou fogo ao mundo imenso, queimando no incêndio a sua própria e grande Casa de Áustria; que a Áustria é agora mais pequena do que a Sérvia de há dez anos; e que os reis da Sérvia ainda duram e governam hoje um território que tem quási três tantos do tamanho da Sérvia antiga e da Áustria actual (248.000 km$^2$ contra 87.000 ou 84.000 km$^2$). O ideal dos maus diplomatas seria que tôdas as nações do mundo, incluindo a sua, pudessem reduzir-se a quan-

tidades desprezíveis, deixando-lhes tempo e tranqüilidade para fazerem com cuidado as importantes contas do *bridge*. Nisto, principalmente, se distingue a diplomacia da matemática. E são sempre as «quantidades desprezíveis» quem se encarrega de desmascarar os maus diplomatas, pondo em relêvo (demasiado tarde) a desprezível qualidade dêles.

Comentadores azedos e hostis encontrarão fàcilmente, na complicada relatividade de circunstâncias e factos, maneira de chamar «dependentes» a 99 por cento dos Estados que compõem o orbe. Quási todos são aliados de outros, e portanto dependentes mútuos. Alguns, dos maiores e mais orgulhosos, como a Inglaterra e a França, não puderam, ainda há pouco, libertar-se sòzinhos do assalto alemão. A independência da Bélgica, que era ontem uma esmola da Europa, aniquilar-se-ia amanhã, sem remédio, por um simples contrato entre a França e a Inglaterra. E, no caso de Portugal, é certo que êste país depende da Inglaterra para se precaver do perigo espanhol, aliás cada vez mais hipotético; mas tal dependência basea-se no poderio naval britânico, e êsse, por sua vez, depende de Lisboa, de Lagos, da Madeira, dos Açores, de Cabo Verde, que são portuguesas e que Portugal podia, se lhe desse na gana, vender ou dar amanhã ao Japão, à Rússia, aos Estados-Unidos, à Alemanha ou à Argentina. Dirá talvez um comentador azêdo e hostil que a Inglaterra não consentiria em tal doação ou venda; e então replicarei que, nesse caso, é o mundo inteiro que está na dependência britânica e que Portugal não tem que envergonhar-se de ser «escravo» em tão ilustre e numerosa companhia.

Aliás o que há de admirável, no passado e no presente de Portugal, é o saldo positivo enorme de independência com que êle fecha as suas contas históricas, fenómeno que não pode deixar de comover qualquer historiador serêno e de alma bem formada. Passaram quási oito séculos desde que o pequeno condado portucalense arvorou a sua soberania e, salvo poucos infinitésimos de oscilação fronteiriça, o território continental português é hoje exactamente o mesmo que Afonso III acabou de conquistar aos Mouros do Algarve. ¿ Que outra nação da Europa, grande ou pequena, pode gabar-se de maior coesão e fixidez ? Incorporados em 1580, por enredos cortesãos e dinásticos, à Espanha, absorvente vizinho quatro vezes maior e mais poderoso que nós, readquirimos pelas armas, meio século depois, conservando-a até hoje, a nossa liberdade e, com ela, as colónias que não perdêramos como dependência da Espanha, incluso o Brasil, que foi preciso arrancar aos Holandeses. ¿ Que outro exemplo pode citar-se na História, de maior êxito com tão pequenos recursos ? ¿ Que explicação melhor para tal êxito do que um entranhado amor da independência ? ¿ Que

outra nação, nas nossas circunstâncias geográficas e na relatividade das mútuas dependências internacionais, poderia aspirar a maior independência que a que temos ?...

Portugal, em oito séculos de existência, salvo o hiato de 1580 a 1640, tem sido sempre governado por portugueses, embora pèssimamente, de vez em quando. « Portugal (disse eu algures) tem sido mau patrão de si próprio, mas péssimo criado dos outros. Portugal tem sete fôlegos, como os gatos, e cai, como êles, sempre em pé. Portugal aprendeu a reconstruir-se na escola prática do Terremoto. Portugal fala português, que é uma das três únicas línguas europeias que conseguiram reboar ao longe, e que nenhuma fôrça humana já pode fazer calar. Portugal sabe sofrer, mas não sabe morrer. »

Por tudo isto se orgulha da sua origem lusitana o verdadeiro Brasil, que não é o falso Brasil de quem o sr. Oliveira Lima afirma que « nunca mostrou por Portugal carinho igual ao que as repúblicas espanholas consagram à mãe-pátria ». Se isto fôsse verdade, se êste falso Brasil existisse, fora e além da leviana afirmação transcrita, a vergonha seria para êle, e não para nós. A verdade porém — verdade muito mais honrosa para o verdadeiro Brasil — é que Portugal *vive* muito mais no espírito dos Brasileiros do que a Espanha no dos países seus descendentes.

Outra verdade, que todo o cidadão argentino pode confirmar ao sr. Oliveira Lima, é que Portugal tende, auxiliado por diplomatas inteligentes e prestimosos, a estreitar cada vez mais as suas amistosas relações com a culta e progressiva República do Prata e as outras florescentes nações suas irmãs. Fantasia inofensiva, embora algo estupefaciente, é pois essa de dizer que «los portugueses desearían ver extenderse por parte de su vástago americano a las naciones de raza española del continente la antigua antipatía portuguesa por España.» Se a algum país conviesse ver a América do Sul dilacerar-se em lutas continentais, não seria de-certo a Portugal, que nada lucraria com isso, como poderiam lucrar, por exemplo, os Estados-Unidos. Fantasia inofensiva, pela sua própria enormidade, sem embargo da escolha quási feroz de um jornal argentino para se ir dizer que os Portugueses desejam atirar o Brasil contra a Argentina.

Não faltarão de-certo bons Portugueses para concordar com o sr. Oliveira Lima que a nossa república é «tan desgobernada» como êle afirma. Êsses mesmos sabem, porém, que o Portugal de hoje não é a única república desgovernada dêste vasto e triste mundo; sabem que os anos são, em história, menos do que minutos, e que «de hora em hora, Deus melhora»; sabem que o desgovêrno de meia dúzia não é bastante virulento para destruir as qualidades intrínsecas de um povo de milhões de criaturas, que deu em oito séculos e continua a dar, hoje em dia, provas seguras da sua vitalidade e excelência individual, social e humana.

Também não faltarão com certeza bons Brasileiros para sorrir da afirmação que faz o sr. Oliveira Lima, de que «o Brasil aspira a ter língua própria». ¿Qual Brasil? O de Bilac e Euclides da Cunha? O de Machado de Assis e Coelho Neto? O de Alberto de Oliveira e Mário Barreto? O Brasil de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa? ¿Ou um outro que o sr. Oliveira Lima inventou à pressa e não pode povoar senão com duas dúzias de doidos lúcidos e de imbecis irresponsáveis?

Esteja certo o eminente escritor brasileiro de que o Brasil «será, dentro de un siglo, portugués como lo es todavia hoy». Para isso tem contribuído o próprio sr. Oliveira Lima, com o seu grande talento, o seu trabalho glorioso e o seu irremediável lusitanismo; para isso, e muito mais para além de um século, continuarão a contribuir as qualidades, directas ou herdadas, do povo que fêz e conservou o Brasil «português» contra Índios, Negros, Holandeses, Franceses, Ingleses, Espanhóis, Italianos, Alemães, Polacos, Sírios, e *tutti quanti*. Pelo sistema ou pelo caos, por vontade ou sem ela, aos trambolhões ou firmemente, com a inteligência ou com o instinto — o velho milagre continua, e não há volta a dar-lhe.

AGOSTINHO DE CAMPOS.

## *LVSITANIA* E OS POLÍTICOS

Verificamos que nos acolhem as nossas críticas com exageros de nervosismo. Nunca nos passou pela idea que os nossos autores se agoniassem tanto com as conseqüências naturais da sua decisão de publicar: serem apreciados pelo leitor. Não se é forçado a assoalhar a prosa, e quem vende aos outros, em forma de livro, o fino mel do seu pensar, *ipso facto* submete a obra à degustação de quem a lê. Quem não quere ver crítica, — fique inédito.

Leiam, por favor, as revistas francesas actuais, e verão ali os *próprios autores* a suplicar críticas *severas*, que peneirem o bom do que não presta, e sejam auxílio a quem escreve para aperfeiçoar a sua obra. O inimigo do autor não é o crítico: é o triunfo muito fácil.

Leia-se, a pág. 359-60 dêste fascículo, o que diz Aubrey Bell sôbre a falta de crítica em Portugal e a má influência que tal falta exerce na literatura portuguesa. *LUSITANIA* quereria que a lacuna se preenchesse, e nesse sentido trabalha pela sua parte o melhor que pode, por sincera devoção cívica e com serêna coragem cívica. Que a vaidade dos autores criticados rabie e estrebuche ridiculamente, nem nos aflige, nem

nos fará cair em tentação de polémica com descompostura à antiga portuguesa, ou piada à moderna. Não estamos aqui para ganhar dinheiro com espectáculos e escândalos, mas antes para gastar esfôrço e trabalho em benefício da cultura e da educação nacional.

Compreendemos perfeitamente que os jornais políticos nos não compreendam a nós. Os jornais políticos, em geral, só se entendem uns aos outros — coisa fácil. Por isso respondemos ao *Mundo* de 8 de Maio último com o *Dia* de 8 e o *Correio da Manhã* de 2 de Junho um a acusar-nos de anti-republicanismo e os outros de anti-monarquismo.

Quanto ao sr. Fidelino de Figueiredo, disse um daqueles jornais que nós o atacámos aqui por ser monárquico. Nada temos com a sua política, porque não fazemos aqui política. Temos, sim, obrigação de apreciá-lo como escritor e publicista que é, e isso fizemos no segundo fascículo de *LVSITANIA*. Temos de dar-lhe bons conselhos, sempre que isso venha a propósito. E agora vem a propósito aconselhar-lhe uma pequenina emenda, para quando fizer nova impressão das suas interessantes *Características da literatura Portuguesa*. É a pág. 16, da terceira edição revista, onde se chama ao Brasil quinhentista: FLORESTA VIRGEM POVOADA DE SELVAGENS — definição que se não coaduna bem com o conceito scientífico, já definitivamente admitido, de que a floresta virgem é aquela *onde a mão do homem nunca pôs o pé*.

Isto corrige-se fàcilmente, e afinal não tem importância de maior. O que tem importância é que, havendo muitíssimo que emendar nos livros dêsse mesmo escritor, ninguém se haja atrevido, ou a lê-los com atenção, ou a denunciar os desfalecimentos críticos que abundam na sua crítica. Um homem novo, estudioso, trabalhador como êle é, está muito a tempo de ter mais cuidado com o que publica, e merece o guiem nesse sentido. É o que fizemos, é o que continuaremos fazendo, com êle e com outros, o melhor que pudermos, e POR BEM, sem nos afligirmos com que no-lo tomem a mal.

ANTÓNIO SÉRGIO.

## *NUESTRA CIVILIZACIÓN Y LA PENÍNSULA IBÉRICA*

LA *Historia de la colonización portuguesa del Brasil*, a la que nos hemos referido en trabajo anterior, es el esfuerzo editorial y de colaboración histórica más grande realizado hasta ahora en el vecino pueblo de Portugal para poner a la vista de los actuales brasileros los

altos ejemplos de los portugueses, sus antecesores, que descubrieron — después que los españoles — y civilizaron su país, y le defendieron más tarde de los ataques de ingleses, holandeses y franceses.

La Historia ha evolucionado conforme ha evolucionado el criterio com que hoy se estiman los valores que podemos llamar positivos para la civilización, para distinguirlos de aquellos otros que pueden denominarse negativos, nulos o destructivos. Y la evolución se ha efectuado por el cambio habido en la apreciación de los sobredichos valores, dando a cada uno de ellos más o menos importancia, conforme al influjo ejercido en la creación de los actuales valores sociales, a cuyo conjunto podemos llamar civilización. ¿Qué valor representa, por ejemplo, la última gran guerra, el sacrificio humano mayor conocido en la Historia, como elemento de civilización? Creemos que la cuestión queda aún en el terreno de las interrogaciones.

Pero si preguntamos: ¿qué valor representam los descubrimientos marítimos de españoles y portugueses en los siglos XV y XVI? La contestación es clara y evidente. La humanidad hízose dueña de los océanos y de la tierra merced a los dos pueblos ibéricos; entró el hombre, merced a aquellos hechos, en la posesión y disfrute total de su patrimonio, y puédese decir que data desde entonces la verdadera Historia universal.

Mas para que estos hechos pudiesen tener realidad fué preciso una larga preparación científica y práctica. Europa conoció la ciencia de la cosmografia merced a España. En el siglo XII, en la ciudad de Toledo, se tradujeron del árabe al latín algunas obras antiguas que trataban de la materia, como la *Gran Sintaxis,* de Ptolomeo, llamada desde entonces *Almagesto,* y las obras de Alfragano y Albategnio, y otras muchísimas.

En Europa, hasta bien entrado el siglo XVI, no se conocieron otros libros que éstos; es decir, los traducidos en Toledo, especialmente por Juan de Sevilla y Gerardo de Cremona. Se ha afirmado por altas autoridades que estos textos sólo se utilizaron hasta el siglo XV; no es cierto. En todo el siglo XV imperan Alfragano y Sacroboso. Pero el tratado de este último fué un compendio o resumen hecho, mejor que muchos del día, de las enseñanzas de Ptolomeo y Alfragano, conforme a los textos dados a conocer por la llamada escuela de traductores de Toledo. Todavía, en toda la mitad del siglo XVI, aparecen en las prensas de Alemania e Italia libros debidos a dichos traductores, así como algunos originales del gran Juan Hispalense.

Toda esta preparación precedió a los descubrimientos marítimos.

De esa preparación científica, unida a la invención de la aguja, pudieron crearse los regimientos de navegación, y de esta manera los nautas portugueses e hispanos pudieron confiadamente lanzarse a las exploraciones oceánicas, muy insuficientemente estudiadas aún...

¿ No hay en todo esto, grandes valores positivos de civilización ? ¿ No debe la Europa moderna su creación a los dos pueblos que se asientam en el extremo suoccidental del continente ? ¿ No tenemos la obligación de estudiar, y aquilatar, y presentar al mundo esos valores, olvidados y no atendidos en todas las historias escritas con ínfulas de presentar el cuadro de la actual civilización ? ¡ Y qué influencia tan grande la que ejercería en la conciencia colectiva hispana el conocimiento de todos aquellos valores, ya para la propia satisfacción y estímulo, ya como enseñanza al mundo y en especial para sus hijos de América, de lo que ha laborado por crear lo que se llama la actual civilización !

Portugal, el pequeño Portugal, lleva muchos años consagrado a esos estudios. Sería injusticia no colocar a la cabeza de los investigadores portugueses al ilustre Joaquin Bensaude, quien lleva largos años dedicado, con éxitos muy halagüeños, a rebuscar los orígenes de la ciencia cosmográfico-náutica en toda nuestra Península. El resultado de sus investigaciones puede condensarse en dos conclusiones : Portugal verificó sus descubrimientos marítimos con recursos científicos propios ; Portugal estaba en los siglos XV y XVI a la cabeza de Europa en la ciencia de navegar, conclusiones perfectamente aplicables a España.

La misma labor, aunque algo más restringida por el tema, se han impuesto los colaboradores de la *Historia de la Colonización Portuguesa del Brasil.* Presentamos el brillante cuadro de sus colaboradores y el índice de materias tratadas, bajo la denominación de capítulos, que son extensos estudios. Preceden al libro unas palabras, vibrantes y llenas de unción del malogrado poeta Guerra Junqueiro, a modo de oración patriótica. Viene luego.

« Introducción », por Carlos Malheiro Dias, síntesis o estudio de conjunto de los descubrimientos oceánicos. Interésan-nos muchas de las materias de que se ocupa, como la relativa a los presentimientos de existencia de tierras ultramarinas, el radio a que alcanzaban las exploraciones oceánicas hacia el lejano Oeste, la carta de Toscanelli, el primer descubrimiento de tierras americanas y los errados conceptos de Colón sobre el alcance de su gran descubrimiento.

Capítulo primero : « La era manuelina », por Julio Dantas. Bello

y animado cuadro de la vida en Lisboa en las épocas de sus descubrimientos, de su poder y riqueza.

Capítulo II: « El arte de navegar de los portugueses desde el infante a D. Juan de Castro », por el doctor Luciano Pereira da Silva, profesor de matemáticas y mecánica celeste en la Universidad de Coimbra. Es la mejor exposición científica de los aparatos astronómicos (astrolabios y cuadrante), cuya construcción y uso se explica en los « Libros del saber de Astronomía », de nuestro Rey Sabio (Alfonso X), el monumento científico más grande de su época y de las posteriores.

Capítulo III: « Los falsos precursores de Cabral », por el profesor Duarte Leite. Niega que fuese descubierto el Brasil con anterioridad al viaje del marino portugués. Declaramos sinceramente que en nuestra opinión su tesis es falsa. Los marinos españoles visitaron antes las costas de dicho país.

Capítulo IV: « Duarte Pacheco, precursor de Cabral », por el doctor Luciano Pereira da Silva. Expone que el ilustre marino, autor del *Esmeraldo de situ orbis*, llegó en 1498 al Brasil. Y aquí termina el tomo primero.

Tomo segundo, en publicación, por entregas:

Capítulo V: « La expedición de Cabral » (1500), por el doctor Jaime Cortezo.

Capítulo VI: « De Restelo a Vera Cruz », por Henrique Lopes de Mendoça.

Capítulo VII: « La semana de Vera Cruz », por Carlos Malheiro Dias.

Entendemos que en el capítulo VIII, en prensa, se tratará de los viajes de Amérigo Vespucci, y se hará uso en él de un documento dado a conocer por una erudita e ilustre dama española, la duquesa de Berwick y de Alba, por el cual se prueba, sin lugar a dudas, la falsedad de las dos primeras de las « Cuatro navegaciones » del famoso navegante florentino.

(A. B. C. de Madrid, 22 Nov. 1923). SEGUNDO DE ISPIZUA.

## *EÇA DE QUEIRÓS NA RÚSSIA.*

A DIRECTORA da *LVSITANIA* recebeu do sr. Gregório Lozinski, ex-lente de filologia românica na antiga Universidade de S. Petersburgo, a carta que segue, escrita em português e cuja grafia respeitamos para maior interêsse dêste documento precioso ainda pelo que nos revela do prestígio e expansão da obra de Eça de Queirós no estrangeiro:

Ex.ma Senhora:

Tomo a liberdade de enviar a V. Ex.a dois números avulsos do período russo *Zweno*, editado em Paris. O primeiro contém a p. 3.a uma breve nota sôbre o fascículo I da *LVSITANIA*, e o segundo uma tradução quási integral do folhetim de Eça de Queirós «A Inglaterra e a França julgadas por um inglês» das *Notas Contemporâneas.*

Desde alguns anos procuro revelar aos meus patricios o génio de Eça de Queiroz e em 1919 empecei em São Petersburgo a publicação de uma colecção comentada das melhores obras do grande escritor português. Deixei a Rússia em 1921 e só depois de minha partida, em 1922 e 1923, saíram do prelo três volumes. Fôram preparados sob minha direcção, mas não pude relêr as provas antes da impressão.

O tomo I contém um estudo crítico sôbre Eça de Queirós, escrito por mim, e quatro contos: *A Ladainha de dor* (como especimen das *Prosas Bárbaras)*, *As singularidades de uma rapariga loura*, *O Mandarim* e *Civilização* (traduzidos pela Snra. E. Lavrova e os srs. M. Ryndin e M. Jizmunski, lentes à Universidade de S. Petersburgo). — Tomo II, *A Reliquia* (tr. pelo sr. A. Briussov); III, *A Correspondencia de Fradique Mendes*, (traduzida pela Snra. E. Lavrova e por mim, com um estudo crítico meu) — Um quarto volume, com o *Primo Basilio* ainda não foi publicado.

Não obstante as numerosas imperfeições daquela edição, devidas não só à minha pouca competência, mas também à falta das principais obras críticas e de quási todos os opúsculos do Eça, que era impossível achar na Rússia, creio que os três volumes publicados, contendo traduções ainda inéditas no meu país, revelarão ao público russo um dos maiores e mais brilhantes escritores modernos.

É sobremaneira difícil obter em Paris livros publicados na Rússia. Mas se por considerações bibliográficas a *LVSITANIA* quisesse possuir aqueles volumes, mandá-los hei desde que receber outro exemplar de cada obra.

Desculpe o meu português barbaro e creia na profunda veneração do seu sincero admirador

GREGÓRIO LOZINSKI.

# *BIBLIOGRAFIA*

## *MÚSICA*

### FRANCISCO DE LACERDA

As transcrições que a seguir fazemos acêrca do maestro Francisco de Lacerda a propósito da sua recente estada em França, dispensam-nos de quaisquer comentários a factos que estão bem vivos na memória dos que amam e aspiram à nossa cultura musical e recordam o grande êxito e a dissolução da *Filarmonia de Lisboa* — a orquestra magistral que é necessário reconstituir.

Lacerda honrou mais uma vez excepcionalmente o nome de Portugal. E por amor de Portugal regressa ao seu país, sem ter acedido aos convites instantes que recebeu para de novo permanecer em França. O testemunho das transcrições que a *LVSITANIA* arquiva com grande gôsto, no-lo demonstra; tanto mais que as homenagens da crítica se dirigem — o que é assaz raro — aos talentos do artista e às qualidades do homem.

(De «LÉCHO DE LA LOIRE», 10-IV-24):

«...Competia ao sr. F. de Lacerda presidir a êste triunfo, depois de ter sido, há vinte anos já, o animador artístico da nossa cidade.

Ninguém entre nós esqueceu os concertos históricos de 1904 de que a *Schola* é hoje a magnífica irradiação.

Graças sejam dadas pois a êsse iniciador incomparável. Desejemos mesmo que êle torne a ser completamente nosso, como recentemente se discutiu no almôço oferecido em sua honra pelos seus antigos colaboradores e discípulos.

Nenhum teria mais predicados do que êle para ser o regente único — tão desejado para a *Schola* — porque nenhum é maior nem mais estimado.»

(«LE SÉMAPHORE», 19-II-24):

«O sr. Francisco de Lacerda possui dois méritos essenciais. Muito culto e conhecendo várias línguas, pôde fazer proveitosas temporadas nos grandes centros musicais estrangeiros e alargar assim o horizonte em que se imobilizam muitas vezes os mais reputados directores de orquestra parisienses. Além disto, o sr. Lacerda é um artista de temperamento vibrante e intuitivo. Sabe

tirar duma obra tôda a comoção que ela contém. O mestre F. de Lacerda profunda essa obra com uma admirável e penetrante justeza e a tradução que dela nos dá, conservando-a fiel e respeitosa ao texto, é cheia de calor e de vida. Pôde julgar-se da sua mestria profissional, pela segurança com que êle dirigiu o programa extremamente sobrecarregado e difícil.»

(«L'OUEIT-ÉCLAIR», 17-III-24):

«... quando o mestre F. de Lacerda subiu para a estante de director, saüdaram-no aplausos cordiais e depois da *Abertura de Egmont* e da *Serenata* de Mozart, acentuou-se um sucesso pessoal que foi *crescendo* para, depois do psalmo de Ropartz, tomar o carácter de uma ovação formidável que se dirigia muito claramente ao homem e não à obra. Foi mesmo extremamente curioso o intervalo entre o tributo de homenagem dedicado ao compositor e o dedicado ao *Kapellmeister*. Não havia engano possível sôbre a significação e o destino dêsse frenesi final.

É preciso não deixarmos de dizer que êste movimento admirativo teve um pouco o aspecto duma reparação. Nantes sentiu que devia ao fundador dos concertos históricos nesta cidade, ao homem que primeiro «galvanizou» as boas-vontades adormecidas e que iniciou uma era musical que não parece dever terminar tão cedo, — esta manifestação de reconhecimento. A êste respeito bem mais característica foi a atitude da orquestra. Não sòmente trabalhou com docilidade nos ensaios, sob a batuta do mestre F. de Lacerda, mas, acabado o trabalho, assinou como um só homem, um manifesto de respeitosa admiração por êsse director — que, contudo, tinha exigido muito.

É que a maioria dos nossos músicos municipais conhecem a história da música em Nantes e estavam conscientes do que Nantes tinha perdido, perdendo o sr. Francisco de Lacerda.

O público também o sentiu. «Até que emfim!» diziam, ouvindo a orquestra nas obras arqui-conhecidas como a *Abertura de Egmont* ou em composições dum outro estilo como a *Serenata de Mozart*, «até que emfim! aqui temos uma orquestra que não está sempre a tocar *mezzo-forte!*»

Quanto aos còros, também foram duma perfeição mais graduada, duma maleabilidade de interpretação mais inteligente do que nunca, passando com facilidade do estilo «oratório» para o estilo dum Borodine.

Não sejamos ingratos para com os grandes regentes que, pela mais sensata das Direcções, tiveram a honra de ser convidados a dirigir a *Schola* de Nantes, mas prestemos homenagem à verdade: o sr. F. de Lacerda ultrapassou os seus

eminentes predecessores. Procurou e obteve uma diversidade de efeitos que, até aqui, foi talvez procurada, mas ainda nunca atingida. O sr. Lacerda compreendeu o quanto se podia esperar de cantores que, além da cultura musical, possuem uma cultura pròpriamente vocal.

Resumindo: O sr. Lacerda encontrou em Nantes um núcleo verdadeiramente digno de ser chamado um escol.

Com um legítimo orgulho o mestre Francisco de Lacerda pode pensar: «É de mim que provém a *Schola Cantorum* de Nantes.»

(«NANTES LE SOIR», 15-IV-24):

«A audição da *Paixão segundo S. João* de J. S. Bach dada pela *Schola* de Nantes é a vitória mais brilhante obtida por êste grupo tão justificadamente envejado. Foi essa vitória alcançada sob a direcção, — ia dizer sob o comando, — de Francisco de Lacerda, cuja grande arte compreende a um tempo convicção, pensamento e saber.

Tenho ouvido várias vezes a *Paixão segundo S. João* e nunca me tinha produzido a impressão profunda que senti no teatro Graslin. Faltava-lhe, mesmo sob a batuta dos mestres mais reputados, aquilo a que eu chamaria a fôrça de propulsão. O texto, ou se adornava com intenções fantasistas que lhe alteravam o sóbrio carácter majestoso, ou ficava imobilizado num ambiente sem côr. O sr. Francisco de Lacerda deu-lhe a expressão da sua significação total, sem recorrer aos processos fáceis de interpretações enganadoras, servindo-se dos únicos meios que a sua bela cultura e a sua alta probidade musical podiam admitir.

Para muitos, que se sentiram transportados, foi uma revelação. — A nossa homenagem ao director de orquestra que deu a esta audição o esplêndido relêvo, e que foi aplaudido pelo público das grandes solenidades artísticas, como se não supunha que êle pudesse aplaudir!»

(De «LE NOUVELLISTE»):

«Nada mais belo do que ver o mestre Francisco de Lacerda, na sexta-feira à noite, dirigindo a obra imensa que é a *Paixão*. Cabe-lhe a êle a enorme honra de ter pôsto de pé êste monumento — e que monumento! O magnífico director, o sábio, o mestre impregnado até à medula pelos grandes clássicos, soube comunicar à valorosa falange dos coros o amor e a psicologia da arte, no que ela tem de nobre e de elevado. Figura austera de pensador profundo e de

apóstolo convicto, Francisco de Lacerda é o tipo ideal de director em quem sabe profundar maduramente todo o pensamento do autor, demonstrando-o aos seus executantes pelo seu gesto claro e preciso e pelo seu olhar que reflecte uma vontade de ferro. Nenhum outro director dos que precederam Francisco de Lacerda, por mais ilustre que fôsse, obteve os resultados de conjunto, de *nuances* e sobretudo de compreensão musical que tivemos a alegria de presencear na sexta-feira. Uma sociedade que está no seu 50.º concêrto pode com justa razão orgulhar-se com um sucesso. Mas seja-nos permitido, com tôda a estima que professamos pela *Schola Cantorum* de Nantes, manifestarmos francamente o nosso desejo. — O que importa antes de mais nada é que o sr. Francisco de Lacerda fique aqui, se querem que os coros continuem a ser uma falange musical de primeiro plano, — porque êste regente de tanta superioridade manifestou o *Génio da direcção.*»

Do diário parisiense *Le Figaro*, de 19 de Maio, transcrevemos alguns períodos da crítica que Robert Brussel, director da Associação Francesa de Propaganda e Intercâmbio Artístico e membro da Comissão de Organização dos Jogos Olímpicos Internacionais, publicou sôbre o concêrto que o maestro Francisco de Lacerda realizou a 15 de Maio no Teatro dos Campos Elíseos, regendo os coros da *Schola Cantorum de Nantes* e a orquestra *Colonne*, e executando a *Paixão segundo S. João* de J. S. Bach:

« Um grande acontecimento artístico se deu esta semana, que, pela sua importância e interêsse, nunca será suficientemente pôsto em relêvo: a execução da *Paixão segundo S. João* de J. S. Bach, pelos coros da *Schola Cantorum de Nantes* e pela nossa orquestra *Colonne*.

..........................................................................

O sr. F. de Lacerda, antigo aluno e mais tarde professor da *Schola Cantorum de Paris* e director-fundador da *Filarmonia* de Lisboa, dirigiu a «*Paixão*» com um cuidado religioso e inteligente, um grande respeito, obtendo assim, sem artifício, uma justa interpretação. Triunfou por completo. A sua execução teve inteiramente o carácter que devia ter. »

## CLÁUDIO CARNEIRO

CLÁUDIO Carneiro, moço compositor, filho do ilustre artista António Carneiro, fêz executar pela orquestra de Gabriel Pierné, um *prelúdio, coral e fuga*, para cordas. O êxito desta primeira audição acha-se bem fixado nas palavras de Alfredo Bruneau *(Le Matin*, 27-Outubro-23): « Paris, Gabriel Pierné executou um trecho notàvelmente escrito para o quarteto de cor-

das. E de-veras musical, muitíssimo bem equilibrado, sòlidamente estabelecido e construido, de forma clássica, de linha severa, de irrepreensível estilo; soa maravilhosamente e não merece senão elogios. Uma tal página haveria seguramente obtido o primeiro prémio no Conservatório. O público recompensou-o com os seus aplausos.»

*RENASCIMENTO MUSICAL.*

O *RENASCIMENTO MUSICAL* precedeu os seus concertos desta nota inserta nos programas:

*O RENASCIMENTO MUSICAL* seguindo a orientação nacionalista que preside à sua actividade, encarregou o compositor e musicógrafo Ivo Cruz de organizar uma série de Concertos Históricos de Música Portuguesa, — iniciativa de transcendente importância para a Arte Nacional e que pela primeira vez se efectiva entre nós.

As diferentes fases do desenvolvimento da Música em Portugal — épocas Clássica, Romântica e Moderna, — serão apresentadas sintèticamente em três recitais acompanhados de conferências.»

Realizaram-se com simpático êxito os concertos cujos programas transcrevemos, sendo de justiça destacar a conferência que o dr. Fernandes Lopes realizou no último dêles:

*Concertos Históricos de Música Portuguesa na Liga Naval* — 1.º Concêrto: ÉPOCA CLÁSSICA (31 de Janeiro).

Colaboraram: — *Evaristo Campos Coelho*, pianista; *Eduardo Libório*, conferencista; *Fernando Amado*, que pronunciou algumas palavras de abertura.

Executaram-se composições de: — P.e Rodrigues Coelho (Séc. XVII), Xavier Baptista, Sousa Carvalho e Fr. Carlos de Seixas (Séc. XVIII), Domingos Bomtempo e Joaquim Casimiro (Séc. XIX).

2.º Concêrto: ÉPOCA ROMANTICA (26 de Fevereiro).

Colaboraram: — *D. Alice Rey Colaço, D. Laura Wake Marques, D. Marina Dewander Gabriel* e *Eduardo Libório*, conferencista.

Executaram-se composições de: — João Guilherme Daddi, Miguel Angelo Pereira, Artur Napoleão, Augusto Machado, Alfredo Napoleão, Timóteo da Silveira, Alexandre Rey Colaço, Tomás Borba, D. Honorina de Morais Graça, Ad. Brinìta, Condessa de Proença-a-Velha e Óscar da Silva.

3.º Concêrto: ÉPOCA MODERNA (31 de Março).

Colaboraram: — *D. Laura Wake Marques, D. Marina Dewander Gabriel* e *Dr. Francisco Fernandes Lopes*, conferencista.

Executaram-se composições de: — Luís Costa, Francisco de Lacerda, David de Sousa, Tomás de Lima, Fernandes Lopes, Luís de Freitas Branco, D. Laura Wake Marques, Ruy Coelho, Sampaio Ribeiro, D. Maria Antonieta Lima Cruz, Frederico de Freitas e António de Lima Fragoso.

RUY COELHO.

O PRIMEIRO prémio concedido por um júri constituído em Madrid para escolher uma ópera original num concurso aberto a portugueses e espanhóis, coube a Ruy Coelho, com a *Belkiss*, sôbre o poema de Eugénio de Castro.

O compositor das *Canções de Saudade e Amor* — os primeiros *lieder* portugueses, e em que há páginas admiráveis — foi festejado num jantar que artistas da sua geração lhe ofereceram, e em que êle, num brinde sincero, descreveu a sua juventude de marítimo na aldeia natal, donde saíu, subsidiado por bons patrícios, para estudar música.

# MARGINALIA

## CONGRESSO DE ESCRITORES GALEGOS E PORTUGUESES

Do *Instituto de Estudios Gallegos*, da Corunha, recebemos uma convocatória assinada pelos srs. profs. Manuel Casás Fernández, presidente do Instituto, Félix Estrada Catoira, Eugénio Carré Aldao e Fernando Martínez Morás, em que se trata do futuro congresso de escritores galegos e portugueses, a realizar no mês de Agosto próximo naquela cidade.

A *LVSITANIA*, que incluiu no seu programa a sincera, leal e por tantas altas razões fundamentada aproximação da Espanha, acolhe com muito prazer a idea lançada pelo Instituto da Corunha. E com tanto mais gôsto o faz, quanto os termos em que a convocatória vem redigida correspondem com precisão ao que nós próprios pensamos do problema das relações luso-hispanas. Transcrevemos a seguir alguns períodos do nobre documento que nos foi enviado e saüdamos afectuosamente os nossos ilustres confrades da Galiza, terra fraterna onde vibrou com imortal paixão e graça a voz de doloroso e meigo roussinol de Rosalia Castro:

*El* Instituto de Estudios Gallegos, *que viene dedicando sus entusiasmos y sus esfuerzos a todo cuanto sea útil al renacimiento y grandeza de Galicia, a la mayor gloria de la Patria española, cree prestar un servicio a estos altos fines, patrocinando la iniciativa de la organización de un Congreso de escritores gallegos y lusitanos, que contribuya a la más íntima aproximación de Portugal a nuestra tierra.*

*Españoles y portugueses debemos realizar juntos la reconquista espiritual de los pueblos que nos son afines en América; pero se impone para ello, como primera y perentoria necesidad, que España y Portugal se acerquen en el corazón como lo están en la naturaleza. Esta gran empresa se ha de efectuar principalmente por sus más genuinos embajadores, que son los escritores, los poetas, los hombres de ciencia, cuantos, en fin, en uno y otro pueblo, representan sus más altos y nobles valores culturales.*

*Hay que prevenirse contra el equívoco peligroso que se oculta con el disfraz de* latinismo, *y que, en resumen, sólo tiende a desplazar a España y Lusitania de la hegemonía que por justos títulos les corresponde en los pueblos del continente americano.*

*Afortunadamente, en las Repúblicas hispano-portuguesas de América, ahora, más que en tiempo alguno, se*

*afirma con fervoroso entusiasmo su entronque con la patria común; y acá y más allá del Atlántico alienta el ideal de una confederación de todos los Estados que reconocen una misma identidad de história, idioma y cultura, para formar la poderosa personalidad internacional de la familia ibérica.*

*En esta noble empresa Galicia puede servir de cordial mediadora, por su mayor identidad étnica y sentimental con Lusitania.*

*Por eso de Galicia debe provenir la iniciativa de un eficaz movimiento de aproximación al pueblo hermano, y nadie más autorizados para esta elevada embajada espiritual que los escritores de ambos pueblos, porque son quienes han de recoger y extender por el solar ibérico el latido cordial de nuestras aspiraciones.*

*El Congreso de literatos gallegos y lusitanos se reunirá en La Coruña en el mes de Agosto del presente año, y en él se tratará de problemas importantes en las relaciones de cultura entre España y Portugal, dedicando especial atención al fomento de las que mantiene Galicia con su vecina y hermana.*

*El Congreso que nos proponemos organizar, puede servir de antecedente y preparación de otro más amplio de representantes de la cultura hispano-portuguesa, comprendiendo, naturalmente, a nuestros hermanos de América ibérica; y de este modo, conservando intangible la soberania política de uno y otro pueblo, por la acción de los literatos, artistas y pensadores, en primer término, y después por la armonia y compenetración de los intereses económicos que ofrece una positiva y sólida realidad, podremos aspirar, en un futuro próximo, a la mutua cooperación de nuestros esfuerzos para proseguir laborando por la grandeza y glorificación de la raza.*

## ANTERO DE QUENTAL

A *LVSITANIA* acompanha de longe, com veneração, as espirituais homenagens prestadas em Ponta Delgada à memória do maior dos Açoreanos, que ali vai ter o seu monumento. Impedidos, por motivos particulares, de se incorporarem na romagem anteriana, os dois redactores da *LVSITANIA* convidados especialmente para ela associam-se-lhe dêste modo, e prestam à memória admirável do poeta e pensador dos *Sonetos* o seu comovido tributo. O culto da Ilha natal prestado a Antero ennobrece os que lho dedicam; e atesta a cultura, em muitos ramos notável, da vida açoreana, cujo desenvolvimento se tem produzido como exemplo patriótico.

Dentre os açoreanos que trabalharam para o mais belo resultado da missão ao arquipélago que representa um dos mais nobres rincões da Pátria, recordaremos o dr. José Bruno, director do *Correio dos Açores*, o dr. Humberto de Bettencourt e o sr. António Hintze Ribeiro, aos quais cumprimentamos agradecidamente.

## AFRANIO PEIXOTO

O NOME ilustre do presidente da Academia Brasileira avulta para nós também como o dum dos mais certos e nobres lusíadas do Brasil — dêsses para quem a *LVSITANIA* é em verdade lar fraterno onde serão sempre bem-vindos ao nosso coração e ao nosso espírito.

Publicará esta Revista colaboração Camoniana do autor glorioso de *Maria Bonita*, de *Bugrinha*, de *Minha terra e minha gente*, de *Castro Alves*, e doutras obras em que Afrânio Peixoto se afirma como um dos mais altos representantes das aspirações cívicas e literárias do seu país, e mestre desta comum e querida linguagem em que o saüdamos com muita admiração e afecto.

## A ESTÁTUA DE CAMILO

CREMOS que do centenário camiliano virá a ficar, no seu conjunto, distinta lembrança. O movimento camilista é assaz vasto e dedicado para que dêle saia bastante de bem pensado e louvável. Quanto à estátua, daqui pedimos aos camilistas que considerem com rigoroso cuidado um caso de realização tão difícil sempre.

Não se esqueça, mais uma vez, que num monumento dessa ordem a parte escultural só pode atingir beleza e glória quando o enquadramento, o fundo e o *ambiente* em que a dispuserem se harmonizarem e conjugarem para o mesmo fim.

Pensam os camilistas em erguer em Lisboa a estátua de Camilo.

Mas em Lisboa, sinceramente, não conseguimos *vê-lo*. ¿Como concordariamos em que se aprisionasse o grande Provinciano — na magnífica expressão duma palavra antipática aos *snobs* — em rua ou praça de cidade onde êle foi, por seu bem, tão forasteiro? No Pôrto, sim, já se compreende a sua imagem, trajada com o dandismo dos *leões* da época e armada com aquela badine de goma elástica de que o polemista se lembrou com saüdades na velhice.

De-mais, o carácter de Camilo não o torna compatível com monumentos dòcilmente integráveis na via pública, cada vez menos recomendáveis como obras de arte e, sobretudo, nesta actual Lisboa, onde a falta de decorosos conjuntos é angustiosa aos olhos afinados. Não aburguesemos o romântico rebelde. Aceitêmo-lo admirando-o como êle foi — génio patético, convulso, irregular. Não engaïolemos o lobo da serra, que tanto repugna a idílicos recantos de jardim como a oficiais evidências de estadista ou marechal. Já quando, por acintoso e propício acaso, ardeu em labaredas de tão camiliano jeito a sua casa — como se de dentro dela súbito irrompessem as dores e os remorsos que ali se haviam curtido, — lha reedificaram, sendo

isto precisamente o que se faz aos prédios de tôda a gente...

Todavia, dir-se hia que o incêndio fôra disposto pela Providência, com o subtil fito de engendrar o local do monumento de Camilo Castelo Branco. Se se tem sabido aproveitar êsse misterioso ensejo, então sim, valeria a pena empreender de longe a jornada de Seide, só para sentir o terrível arrepio de tal visão: o vulto dêsse homem projectado sôbre as ruínas do seu trágico sofredoiro!

Ousamos aconselhar os camilistas a que se acautelem com a estátua. De-certo não hão de êles querer que, pelo amor votado a Camilo, se erija em Lisboa um monumento ao visconde de Correia Botelho.

A. L. V.

## BRITO PAIS, SARMENTO DE BEIRES

A *LVSITANIA* acompanha e faz fervorosos votos pela fortuna dos nossos aviadores que com tanta bravura e destreza voaram de Milfontes à Índia.

O impulso da subscrição nacional, a que o Brasil acorreu generosamente como de costume, foi de-veras interessante. E se êste vôo não pode assumir a importância scientífica e política do que levou a Cruz de Cristo ao Rio de Janeiro, é contudo mais uma admirável afirmação de ansiosa vontade de servir a Nação.

— Quando uma lebre se levanta em Portugal — preguntou uma vez Carlos V ao embaixador português — onde ides vós matá-la?

— Á Índia, meu senhor — respondeu êle.

Assim a heróica desenvoltura dêstes rapazes os leva, sem as condições que se reservam os mais bem apetrechados, a percorrer de novo modo velhos caminhos tão familiares aos lusíadas.

## REVISTA DE FILOLOGIA PORTUGUESA, DE SÃO PAULO

AO assumir a direcção desta distintíssima Revista, por falecimento do antigo director o ilustre professor Sílvio de Almeida, o nosso muito prezado e querido amigo sr. dr. Mário Barreto, apresenta-lhe a *LVSITANIA* os seus cumprimentos.

Sob a direcção dêste eminente filólogo, «mestre no Brasil dos que sabem», a publicação paulistana continuará e desenvolverá uma acção scientífica da mais alta importância para a boa fortuna da Linguagem que significa, para portugueses e brasileiros, o mais belo e certo penhor nacional.

## PRESTE JOÃO

O PRINCIPE regente da Etiópia, numa das suas falas em Paris, foi bastante espirituoso e exacto para

dizer que os portugueses tinham sido os europeus que primeiramente penetraram no seu país. A êste propósito transcrevemos dum recente artigo do prof. Manuel Ramos: «Um modesto dominicano, frei João dos Santos, autor dum livro por todos os títulos notável, a *Etiópia Oriental*, deixou-nos nesta obra um repositório completo de quanto pode solicitar a atenção dos leitores modernos mais exigentes. Como exemplo, só diremos que êste digno continuador de Duarte Barbosa, um dos fundadadores da etnografia, nos descreve os jazigos e a exploração do oiro da região moçambicana com uma precisão tal que o sr. Freire de Andrade, que conhece o assunto *de visu* e é um distintíssimo engenheiro de minas, afirma que às informações de frei João dos Santos pouco ou nada há a acrescentar.»

## A LVSITANIA E O INTERCÂMBIO ARTÍSTICO

FEITA sobretudo no intuito de reünir materiais para uma futura História de Portugal, em que todos os valores do nosso passado sejam *postos* no seu lugar e estudados na sua verdadeira luz, a *LVSITANIA*, com o *Sommaire*, visa também a tornar-nos melhor conhecidos lá fora, onde, infelizmente, nem sempre o país é avaliado com justiça, e isso por falta de elementos que permitam uma boa e são análise da nossa cultura.

Que os nossos esforços não tem sido baldados provam-no os aplausos e incitamentos que de tôda a parte temos recebido e que, em muitos países, se começa já a traduzir da maneira mais eficaz, ou seja a remessa de colaboração subscrita pelos nomes de alguns dos seus scientistas mais eminentes.

Gratíssimos a todos, queremos porem agora especializar o ofício que acaba de ser dirigido a José de Figueiredo pelo Director Geral do Intercâmbio Artístico em França, ou seja a mais alta entidade que, no Ministério da Instrução e Belas-Artes, se ocupa do assunto nesse país.

Acusando a recepção dos dois fascículos da *LVSITANIA* que lhe foram mandados, o ilustre funcionário considera a nossa Revista como «um dos mais altos serviços que se tem prestado ao bom nome de Portugal e ao melhor e mais perfeito conhecimento das riquezas artísticas do país.»

## SANCHEZ CANTON

DO ilustre catedrático e sub-director do Museu do Prado, de Madrid, recebeu o Dr. José de Figueiredo uma carta de que extractamos as boas palavras seguintes, as quais nos são gratas por serem mais uma prova das excelentes relações espirituais entre portugueses e espanhóis.

«Estoy en deuda con V. Fué parte en la demora en contestarle, una excursion que acabo de hacer por toda Italia.

Durante mi ausencia llegaron los dos primeros numeros de *LVSITANIA*. Agradesco extraordinariamente su envio. Es una revista notabilissima y que se puede contar entre las mejores del mundo. Aqui no tenemos ninguna que la supere; sólo la *Revista de Occidente* puede equipararsele, siendo fundamentalmente diferentes. Mi enhorabuena más cordial. Están V.ds en un periodo de singular floracion en los estudios históricos. Singularidad que estriba en la alianza de la más rigurosa superioridad técnica, con la grazia y la belleza en la exposición.

Su amigo y discipulo

*a)* T. I. SANCHEZ CANTON.

Madrid, 13 Junio, 1924.»

## «RAID» E «ÉTAPES»

DEMONSTRARAM já os competentes, na ocasião do vôo ao Brasil, que a palavra inglesa *raid* é perfeitamente imprópria para designar uma viagem aéria. E que a palavra francesa *étape* é fàcilmente dispensável e de uso grotesco em fala nossa. Porém a imprensa em Portugal não se comove com tais coisas, e corôa os grandes feitos nacionais aplicando-lhes aquela «remendada capa de pedinte» com que um puro escritor definiu a língua maltratada.

## RECTIFICAÇÃO

COM pesar temos de rectificar as palavras de amizade dedicadas em o nosso fascículo II ao historiador brasileiro sr. Oliveira Lima. Num artigo que êste senhor estampou na *Prensa* de Buenos-Aires acêrca de política internacional, considera êle a Portugal como «*quantité négligeable*». Nestas condições, continuaremos a prezar o historiador nas suas obras, mas não podemos apertar a mão que escreveu, em hora turbada, aquêle artigo da *Prensa*.

## «AMADIS» EM ESPANHA

RECENTEMENTE publicou-se em Espanha um *Amadis de Gaula arreglado por Carmen de Burgos*. Não nos deteremos no exame dêste assunto, em que, segundo a autora, «la tradición no se desmiente: poetas portugueses y damas españolas aman los libros de caballerias.» É estranho que o livro não traga data alguma de publicação ou impressão, e a autora se refira à *quási simultaneidade* das obras portuguesa e espanhola — distanciadas por ano e meio no aparecimento.

Mas o que é grave, por ser de manifesta injustiça que nacionalmente nos magoa, é que a autora lance sôbre a

ilustre memória do abade Correia da Serra a inaudita suspeição de falsário! Tomando como sendo de *valor indiscutível* a referência de Azurara a Vasco de Lobeira, na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, a autora entende poder destruí-lo, dizendo isto: «Este testimónio seria de un valor indiscutible si se hubiera conocido antes del año 1792. El haber permanecido inédito tanto tiempo, *permite dudar de su veracidad.*» A memória honrada e benemérita de Correia da Serra, restituïdor dêsse texto, está muito acima de suspeições caluniosas.

Que em Espanha se aprendesse a amar o *Amadis* depois que a reconstituïção portuguesa apareceu, muito nos contenta. Mas é necessário, por honra das Letras e da Cavalaria, que os *arregladores* não exorbitem, ofendendo-nos em prémio.

## MUSEU NACIONAL DE ARTE CONTEMPORANEA

AGUARDAMOS a reabertura dêste Museu, após as obras importantes que lhe foram feitas, para lhe dedicarmos os elogios que merece e para enaltecermos a acção, tão dedicada e desinteressada, do grande mestre Columbano, seu director.

O glorioso pintor dotou a Nação com mais um museu que seria admirável em qualquer país, já pelas obras expostas, já pela disposição obtida. Assim aproveitou Columbano o *ambiente* das sólidas e caiadas paredes conventuais, para emmoldurar, sempre com bom-gôsto e deliciosamente às vezes, como nessa encantadora sala dos pilares, as obras de arte que o museu encerra.

## «IN MEMORIAM»

A DEVOÇÃO e a amizade consagradas à lembrança de quem morreu, são formosos sentimentos, e o editor Correia, da *Portugalia*, demonstrou-os com largueza pela sua parte no rico volume *In Memoriam* do Conde de Sabugosa,—o último gentil-homem das nossas Letras, cujas obras e cuja recordação ficam como bem portuguesas e bem amáveis.

## URIEL E SPINOSA

O PROF. Carlos Gebhardt, o mestre actual do Spinosismo e que os leitores da *LVSITANIA* já conhecem pelas referências da senhora D. Carolina Michaëlis no seu estudo acêrca de Uriel da Costa, virá pròximamente a Portugal. Segundo a presunção do ilustre professor, Uriel e Spinosa *meditavam em português*, e o sr. Gebhardt, que conhece a nossa língua, vem até nós com o desejo de também conhecer a pátria originária do grande pensador da *Ética*, e a dêsse outro grande mártir de Uriel, que, partindo dos estudos de Coimbra, foi viver

na Holanda uma, senão a mais lancinante das tragédias mentais de que reza a história do pensamento humano.

## CAMÕES

A *LVSITANIA* publicará um fascículo Camoniano. Esta é a maneira de celebrarmos a Data nacional — já que não lograríamos impor ao Estado a nossa concepção de comemorar o centenário do Padroeiro espiritual da Pátria.

## ANTIGUIDADES ASSÍRIAS

APRESADAS com o navio que as transportava para um pôrto alemão, estas antiguidades não contêm qualquer interêsse especial para Portugal, e ficariam deslocadas em um nosso museu arqueológico.

Cremos que o bom-senso indica que se entregue tal presa de guerra ao govêrno de Berlim, recebendo em troca o nosso país obras de arte que encerrem significação para nós.

## I VOLUME — CAPAS

COM o presente fascículo, termina a *LVSITANIA* o seu primeiro volume. Os pedidos de aquisição de capas de carneira, com ferros especiais, para encadernação desta Revista, poderão ser feitos desde já em a nossa administração ou por intermédio das livrarias. Com as capas será distribuído um índice remissivo do volume.

# SOMMAIRE DU NUMÉRO 3

*PORTRAIT DE DAMIÃO DE GOES,* par ALBERT DÜRER.

CE dessin au fusain, conservé à l'*Albertine* de Vienne, a été identifié en 1878 par l'historien d'art Joaquim de Vasconcelos, qui le date de 1526-1527 environ. La monographie consacrée à cette question par l'éminent critique étant devenue introuvable, la *LVSITANIA* en réimprime le chapitre qui traite des relations du maître de Nuremberg avec l'humaniste portugais ami d'Erasme.

*L'ÉCU DE PORTUGAL,* (II. Histoire), par ANTONIO DE VASCONCELOS, Professeur à l'Université de Coimbra.

APRÈS la légende (Fascicule II), l'auteur aborde l'histoire de l'écu de Portugal d'après les données numismatiques, sphragistiques et diplomatiques. Le premier écu de D. Afonso Henriques, qui ne saurait être antérieur à 1180, semble avoir été un écu ovale avec une simple croix d'azur sur champ d'argent. Mais dès 1183 apparait sur un sceau une croix à douze écussons chargés de besants. La contesse Mathilde, fille de ce roi, porta en Flandre l'écu de son père, de forme amygdaloïde, portant cinq écussons triangulaires en croix avec besants. Le sens symbolique de ces armoiries, ce sont les armes au service de la foi, et, dans la tradition héraldique, les besants reppellent l'argent dépensé pour des œuvres méritoires. L'écu de D. Sancho II porte les écussons ovoïdes à quatre besants. C'est D. Afonso III qui ajoute, le premier, la bordure châteaux d'or sur orle de gueules (1250), symbolisant la conquête des châteaux de l'Algarve. D. João I, Maître d'Avis, plaça l'écu fondamental sur la croix de son Ordre. Cette particularité disparut avec D. João II, qui fixe à sept le nombre des châteaux et redresse les deux écussons latéraux, jusque là couchés, la pointe vers le centre. Depuis l'ors, l'écu, en quatre siècles, n'a subi ancune modification sauf, en 1816, d'adjonction de la sphère armillaire, symbole du Royaume Uni, qui disparut en 1825 avec l'indépendence du Brésil. Aujourd'hui, la ephère n'est plus qu'un accident ornemental, sans aucune signification héraldique, comparable à l'hermine aux branches de laurier.

*EÇA DE QUEIROZ ET LA RENAISSANCE DE LA LANGUE PORTUGAISE,* par JAIME DE MAGALHÃES LIMA.

LE grand romancier Eça de Queiroz († 1900) est étudié ici en tant que rénovateur de la prose portugaise : à cet égard, son influence a été puissante en n'est pas encore épuisée.

Artiste subtil, doué d'un rare pouvoir d'évoquer les âmes et les choses, son empire s'est exercé aussi au Brésil avec une intensité particulière, et le monument qui lui a été élevé à Rio de Janeiro est un beau témoignage de gratitude d'un peuple au radieux avenir envers un des maîtres de la langue qu'il parle.

*LA VIE ET LA MORT DE TEÓFILO BRAGA* par AGOSTINHO DE CAMPOS.

M. AGOSTINHO de Campos se partage pas l'effroi que certains éprouvent à l'idée de juger dès aujourd'hui le disparu. Il risque un portrait moral de cet étrange homme, nationaliste en histoire littéraire, cosmopolite et jacobin en politique, qui fit œuvre en partie constructive dans une équipe de démolisseurs, et qui resta fidèle à sa foi jacobine tandis que ses compagnons se convertissaient. Accessible à la haine et à l'envie, étroit, nullement exempt de petitesses, sa vie pauvre, laborieuse et libre reste un curieux exemple civique. Ecrivant sans ordre et sans grâce, obsédé, par une idéologie arbitraire, l'infatigable ouvrier n'a point élevé de monument qui dure : mais son effort d'un demi-siècle pour la défense et illustration des lettres portugaises n'en reste pas moins fécond. Injuste pour les vieux prosateurs, théologiens ou imbus de catholicisme, il a bien mérité de la poésie de son peuple. Ceux qui redressent, avec une méthode rigoureuse, les erreurs contenues dans son œuvre, ne doivent-ils rien à l'enthousiasme dont il a brûlé ?

*LE KAMAL,* par le Prof. LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

LE pilote maure qui conduisit Vasco de Gama de Melinde à Calicut prenait la hauteur des astres à l'aide d'un instrument composé de trois planchettes, dont l'emploi était semblable à celui de l'arbalète. Les pilotes de la flotte de Pedro Alvares Cabral emportaient, pour la même opération, les *planchettes des Indes.* Un instrument analo-

gue, appelé *Kamal*, était encore en usage à la fin du sicèle dernier chez les pilotes arabes et hindous. Le *Livro da Marinharia*, manuscrit du milieu du XVI[e] siècle publié en 1903, mentionne, non sans obscurité, les *tablettes* nautiques. M. Pereira da Silva en explique l'emploi, et conclut qu'à l'astrolabe, au quadrant, à l'arbalète, il faut ajouter les tablettes nautiques pour complèter la liste des instruments d'observation des hauteurs utilisés par les navigateurs portugais à l'époque des découvertes.

*LE POEME DU CID.* Adaptation portugaise de la Chanson de Geste Castillane, par AFONSO LOPES VIEIRA.

SUITE et fin du Chant premier. Commencement du chant second: *Les Noces des filles du Cid.*

*BIBLIOGRAPHIE.* Signalons entre autres articles:

*a)* Réponse de M. Bettencourt Rodrigues à Carlos Malheiro Dias, à propos du problème des *relations luso-brésiliennes* (Voir le N° II de *Lusitania*).

*b)* Note de José de Figueiredo sur le *Catalogue du Musée des Carosses de Lisbonne*, excellent inventaire de cette collection unique au monde, dressé par son Directeur, le Prof. Luciano Freire.

*c)* Un livre de Matos Sequeira donne a Reynaldo dos Santos l'occasion d'identifier le sujet de *deux enluminures* d'un Livre d'Heures du Musée de Lìsbonne, dont l'une représente l'enterrement du Roi D. Manuel sortant du Palais de la Rive, et, au centre, l'office des morts dans la nef de la Cathédrale de Lisbonne; l'autre, la cérémonie du bris des écus dans une rue fameuse de l'antique Lisbonne du XVI[e] siécle. Leur coïncidence décisive avec les descriptions d'un document contemporain confère à ces enluminures une précieuse valeur documentaire qui s'ajoute à leur mérite artistique.

*d) L'exposition de porcelaines de Vista Alegre.* — D'ans l'article qu'il consacre à l'Exposition rétrospective organisée pour célébrer le centenaire de Vista Alegre, M. José de Figueiredo retrace l'èvolution de la Manufacture: il insiste sur l'importance de la verrerie, et arrive même à cette conclusion que les porcelaines de la première période trahissent la direction des maîtres verriers. Tout en soulignant les influences, sortout françaises, que la Manufacture a subies par la suite, avec les maîtres Victor Rousseau et Fortier, il fait ressortir le haut degré de perfection technique atteint par la fabrication, tant des porcelaines dures que des biscuits.

*e)* Études sur la traduction espagnole du livre de Suess: *Das Antlitz der Erde;* — sur la correspondance inédite des Fugger d'Augsbourg (1568 e 1605), publiée par Victor Klarwill (nouvelles de Portugal; la disparition du roi Sébastien; la prise de Lisbonne par le Duc d'Albe, etc.).

*f) La Langue portugaise ao Japon.* — Extrait d'un discours prononcé en portugais par un élève japonais de l'Ecole de langues étrangères, à Tokio, le Mai 1923:

En 1543, XII^e^ année de Temmon, trois portugais qui allaient du Sian à Canton — et selon l'histoire, ces trois portugais s'appelaient Antonio da Motta, Francisco Zeimoto et Antonio Behoto, — arrivèrent, poussés par la tempête, à l'île de Tanegashima. Tokitaka, daïmio de cette île, obtint de ces portugais un mousquet et apprit la façon de le manier et de le monter. Ce furent les premiers européens qui vinrent au Japon, et c'est ainsi que la langue portugaise fut la première langue européenne parlée au pays d'Oyamato.

Depuis lors, les Portugais vinrent sans discontinuer; certains s'efforcèrent de propager le christianisme, d'autres se consacrèrent au commerce. Nobunaga Oda aimait tant le catholicisme qu'il fit construire une église à Kioto, où les moines portugais célébraient le culte et enseignaient leur religion. C'est à cette époque que d'innombrables mots portugais s'introduisirent dans la langue japonaise: la plupart de ces mots sont encore usités aujourd'hui.

N'omettons pas un autre fait historique très intéressant. Le premier pays européen ou débarqua un japonais fut le Portugal. Le Daïmio Otomo, qui se convertit au catholicisme, en 1582, envoya son petit-fils Yoshikata Ito en ambassade au Vatican. Ce Yoshikata Ito partit de Nagasaki sur un vaisseau portugais, et, doublant le Cap de Bonne Espérance, arriva à Lisbonne.

Cette circonstance rendit les relations entre le Japon et le Portugal de plus en plus intimes.

Mais pendant le Shogunat de Ijeyasu, on commença, par haine du christianisme, à expulser les Portugais, et finalement, en 1612, on ferma complètement le pays aux étrangers.

*g)* Notes critiques d'Antonio Sergio sur *Le Dix-septième siècle en Portugal* d'après M. Murias, et sur le tome II des *Episodes dramatiques de l'Inquisition Portugaise* d'Antonio Baião, Directeur des Archives Nationales de Lisbonne.

*h) Musique.* — Composition de Claudio Carneiro exécutée à Paris par G. Pierné, et hautement appréciée par A. Bruneau.

# *SOMMAIRE*

*Concerts historiques de musique portugaise* organisés par Ivo Cruz.

Premier prix remporté à Madrid par le compositeur Ruy Coelho avec son *Belkiss*, opéra composé sur le poème d'Eugenio de Castro.

Triomphe du Maître Francisco de Lacerda dans sa récente tournée à Marseille, Montreux, Nantes, La Rochelle et Paris, où il a dirigé, au théâtre des Champs Élysées, l'exécution de la *Passion selon St. Jean* de Bach, avec chœurs de la *Schola Cantorum* de Nantes.

## *ERRATUM:*

Por engano da tipografia, saiu com a assinatura de António Sérgio a *Nota da Redacção* de páginas 467-68, que aliás facilmente se perceberia não haver sido redigida por êle.

*O preço dêste fascículo é de 12$00 para a venda avulso.*

# LVSITANIA

PUBLICARÁ

I FASCÍCULO

CAMONIANO